UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DIMAS BRASILEIRO VERAS

PALÁCIOS CARIADOS: **a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964 – 1975)**

Recife

2018

DIMAS BRASILEIRO VERAS

PALÁCIOS CARIADOS: a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964 - 1975)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Linha de pesquisa: Cultura e memória

Orientador: Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira

Recife
2018

Catalogação na fonte

Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

V476p Veras, Dimas Brasileiro.

Palácios cariados : a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964 – 1975) / Dimas Brasileiro Veras. – 2018.
413 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.

Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2018.
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. História. 2. Governo militar – Brasil. 2. Universidades e faculdades – Resistência ao governo. 3. Elite universitária. 6. Ditadura militar. I. Teixeira, Flávio Weinstein (Orientador). II. Título.

981 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2018-234)

DIMAS BRASILEIRO VERAS

PALÁCIOS CARIADOS: a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964 – 1975)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em História.

Aprovada em: 23/ 02/2018.

BANCA EXAMINADORA

_____
Profº. Dr. Flávio Weinstein Teixeira (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Profº. Dr. Antonio Paulo de Morais Rezende (1º Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Profº. Dr. Antônio Jorge de Siqueira (2º Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Profº. Dr. Silke Weber (1º Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Profº. Dr. José Batista Neto (2º Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Profº. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta (3º Examinador Externo)
Universidade Federal de Minas Gerais

à Flora, Beca, meus pais, avós e irmãos/ãs

AGRADECIMENTOS

Agradeço a princípio à minha família cujo amor e compreensão tornaram possível este trabalho: Rebeca, Flora, Dionésia, Jehovah, Cícera, Zélia, Diógenes, Daniel, Demétrius, Dimitri, Ítala, Rebecca, Renato, Rafael, Natália, Elis.

Ao Instituo Federal da Paraíba (IFPB) especialmente à estudantada e aos companheiros e às companheiras dos *campi* Cabedelo e Monteiro, do SINTEF-PB e da Reitoria que compartilharam sua amizade me assegurando perseverança, estima, estabilidade, experiência e, por fim, o afastamento indispensável para conclusão desta empreitada historiográfica. Também aos camaradas da UEPB que acompanharam o início desta jornada.

Minha gratidão ao Programa de Pós-graduação em História da UFPE e outras universidades, sobretudo, ao meu orientador o professor Flávio Weinstein Teixeira e aos participantes da banca internos e externos: Rodrigo Patto Sá Motta, Antônio Torres Montenegro, José Batista Neto, Jorge Siqueira, Silke Weber e Antônio Paulo Rezende

Toda minha estima aos educadores e educadoras da Cátedra Paulo Freire através dos nomes da professora Eliete Santiago, Marília Gabriela e José Batista Neto.

Aos camaradas de Pós-graduação, da Associação Nacional de História – Seção Pernambuco (ANPUH-PE), da Revista Estudos Universitários e do Simpósio Temático da ANPUH, Movimento estudantil e universidades em contextos autoritários.

Aos funcionários dos arquivos e bibliotecas pesquisadas. Arquivo Geral da UFPE: Eraldo, Marcos, Lívio e Enilda. Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores: Verônica, Felipe e Alexandra. Memorial Denis Bernardes. Biblioteca Central da UFPE. Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE (CFCH). Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife (FDR). Arquivo Histórico Estadual Jordão Emerenciano. Arquivo Nacional. Biblioteca Nacional. Organizadores e colaboradores da Comissão Nacional de Verdade, da Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara e demais Comissões estaduais da memória e da verdade.

Aos amigos e amigas do Freaktown, *Los amigos*, *equipe* e demais camaradas presentes e que já partiram.

Por fim agradeço a todos aqueles que contribuíram diretamente e indiretamente com este trabalho.

Ele tinha algo, então,/da estagnação de um louco./Algo da estagnação/do hospital, da penitenciária, dos asilos,/da vida suja e abafada/(de roupa suja e abafada)/por onde se veio arrastando./Algo da estagnação/dos palácios cariados,/comidos/de mofo e erva-de-passarinho./Algo da estagnação/das árvores obesas/pingando os mil açucares/das salas de jantar pernambucanas,/por onde se veio arrastando./(É nelas,/mas de costas para o rio,/que "as grandes famílias espirituais" da cidade/chocam os ovos gordos/de sua prosa./Na paz redonda das cozinhas,/ei-las a revolver viciosamente/seus caldeirões/de preguiça viscosa). (CABRAL, 1975, p. 307-308)

RESUMO

Esta tese analisa as transformações da universidade brasileira através das relações entre a elite universitária e a ditadura militar, considerando, sobretudo, o caso da Universidade Federal de Pernambuco e seu corpo de dirigentes entre os anos de 1964 e 1975. Apesar da historiografia volumosa sobre o período, ainda são poucos os trabalhos que versam sobre as redes de apoio, de interesse e de arregimentação urdidas pela sociedade e o governo implantado pelo golpe de 1964. Nessa lógica empregou-se métodos da história sociocultural e política para construir uma cartografia ou uma biografia geral do campo universitário com foco nos expurgos, vigilância e repressão da comunidade escolar, nos programas de expansão e de melhoramento físico, nas mutações socioculturais, institucionais e políticas e nas práticas acadêmicas. Integram o *corpus* documental deste trabalho fontes plurais, sobretudo, jornais, revistas, livros, documentos oficiais e secretos, anuários estatísticos, dicionários biográficos, entrevistas e relatórios da comissão nacional e regionais de verdade. A tese ajuda a compreender a produção da política universitária ditatorial em seus vetores repressivos e modernizantes mediante práticas ambivalentes de adesão e de acomodação da elite acadêmica ao regime autoritário.

Palavras-chaves: Elite universitária. Universidade. Ditadura militar. Brasil.

ABSTRACT

This thesis analyzes the transformations of the Brazilian university through the relations between the university elite and the military dictatorship, considering, above all, the case of the Federal University of Pernambuco and its corps of leaders between 1964 and 1975. Despite the voluminous historiography concerning the period, there are still few works which deal with the network of support, interest and regimentation devised by society and the government implemented by the 1964 coup. Using this logic, methods of social-cultural and political history were used to produce a cartography or a general biography of the university field with focus on the assemblies regarding purges, surveillance and repression of the school community, programs of expansion and physical improvement, social cultural, institutional and political changes, plus academic practices. The documentary corpus of this thesis includes several sources, mainly newspapers, magazines, books, official and secrets documents, statistical yearbooks, biographical dictionaries, interviews and reports from the national and regional commissions of truth. The thesis helps to understand the production of dictatorial university politics in its repressive and modernizing vectors through ambivalent practices of adherence and accommodation of the academic elite to the authoritarian regime.

Key words: University elite. University. Military dictatorship. Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cartografia da "Univer-cidade" do Recife..... 114
Figura 2 - Esqueleto do Hospital das Clínicas..... 115
Figura 3 - Soldados posam para foto, após executar dois estudantes e ferir outros.... 117
Figura 4 - Corrida automobilística na Pista da Cidade Universitária..... 120
Figura 5 - Arredores da Cidade Universitária, local onde o corpo do Padre Antônio Henrique foi encontrado..... 128
Figura 6 - Na reitoria Castelo Branco ouviu professores e alunos..... 131
Figura 7 - Castelo Branco, o reitor Murilo Guimarães e comitiva..... 132
Figura 8 - Diagrama de Atcon..... 140
Figura 9 - Moradores do "esqueleto" do Hospital das Clínicas..... 150
Figura 10 - Cartaz da Feira Experimental de Música..... 314
Figura 11 - Inauguração do CRUTAC-PE na TVU/UFPE..... 329
Figura 12 - Reunião do Seminário de Tropicologia – 1967..... 345
Figura 13 - Gilberto Freyre e professor Djair Barros Lima recepcionam o ministro Jarbas Passarinho no Aeroporto dos Guararapes..... 349
Figura 14 - Flagrante de visita do General Bina Machado à UFPE, em companhia do reitor Murilo Guimarães..... 361

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estudantes e egressos da UFPE assassinados pela repressão entre 1964 e 1975
Tabela 2 - Punidos na UR pelo Inquérito Sumário da CGI
Tabela 3 - Estudantes do estado de Pernambuco cassados pelo Decreto-lei 477/69
Tabela 4 - Diretores do DSI/MEC
Tabela 5 - Qualificação Técnica dos funcionários
Tabela 6 - Ficha Sintética de apreciação sobre o Levantamento de Dados Biográficos (LDB)
Tabela 7 - Localização das instalações e situação do *campus*
Tabela 8 - Diagrama esquizohistórico do corpo físico da universidade no Brasil (1964 – 1974)
Tabela 9 - Universidade e estabelecimentos isolados 1964 – 1975
Tabela 10 - Evolução do Corpo docente superior (Brasil)
Tabela 11 - Corpo docente superior total e feminino - 1967 e 1972
Tabela 12 - Distribuição por idade do corpo docente da UFPE – 1974
Tabela 13 - Evolução numérica do corpo docente da UFPE
Tabela 14 - Evolução do corpo técnico administrativo da UFPE
Tabela 15 - População universitária da UFPE e proporção – 1969-1974
Tabela 16 - Expansão do número total de matrículas de graduação (no início do ano), mulheres, instituições públicas e privadas do ensino superior
Tabela 17 - Número absoluto de alunos matriculados de graduação na UFPE 1965 e 1974
Tabela 18 - Estudantes matriculados de graduação segundo área de ensino na UFPE - 1965 e 1974
Tabela 19 - Quadro geral do corpo discente do nível médio, graduação e pós-graduação da UFPE – 1965-1974
Tabela 20 - Corpo docente dos cursos de pós-graduação, em universidades e estabelecimentos isolados – 1964 - 1975
Tabela 21 - Matrícula em cursos de pós-graduação, em universidades e estabelecimentos isolados – 1964 -1975
Tabela 22 - Alunos matriculados em cursos de mestrado, segundo a unidade – 1974
Tabela 23 - Evolução numérica população universitária da UFPE – 1969-1975
Tabela 24 - Taxa bruta de matricula no ensino superior – América Latina e Caribe – 1960 - 1980
Tabela 25 - Peças adquiridas pelo DEC – 1967
Tabela 26 - Seminário de tropicologia (1966-1975)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Ato Complementar
ADESG	Associação do Diplomados da Escola Superior de Guerra
AEB	Anuário Estatístico Brasileiro
AESI	Assessoria Especial de Segurança e Informações
AI	Ato Institucional
ALN	Ação Libertadora Nacional
AN	Arquivo Nacional
ANPUH	Associação Nacional de História
AP	Ação Popular
Arena	Aliança Renovadora Nacional
Arsi	Assessoria Regional de Segurança e Informações
ASI	Assessoria de Segurança e Informações
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAPES	Campanha (depois Coordenação) de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CDU	Cidade Universitária
CE	Centro de Educação
CECINE	Centro de Ciências do Nordeste
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CENUR	Centro de Energia Nuclear da Universidade do Recife
CEPES	Comissão Especial para Execução do Plano de Melhoramentos e Expansão do Ensino Superior
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CFE	Conselho Federal de Educação
CGI	Comissão Geral de Investigações
CIA	Central Intelligence Agency
CIE	Centro de Informações do Exército
CISA	Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
CISEX	Comissão de Investigação Sumária do Exército
CISMEC	Comissão de Investigação Sumária do MEC

CMNE	Comando Militar do Nordeste
CNMC	Comissão Nacional de Moral e Civismo
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COCEPUFP	Comissão Central de Pesquisa da UFPE
CODAE	Coordenação de Atividades de Extensão
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CRPER	Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CSN	Conselho de Segurança Nacional
CINCRUTAC	Comissão incentivadora do Centro rural universitário de treinamento e ação comunitária
CRUTAC	Centro rural universitário de treinamento e ação comunitária
DA	Diretório Acadêmico
DAE	Departamento de Assuntos estudantis
DAU	Departamento de Assuntos Universitários
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEC	Departamento de Extensão Cultural
DEE	Diretório Estadual dos Estudantes
DEIC	Departamento de Integração Comunitária
DEMEC	Delegacias Regionais do MEC
DNE	Diretório Nacional dos Estudantes
DOI-CODI	Destacamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSI	Divisão de Segurança e Informações
EBAP	Escola de Belas Artes de Pernambuco
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EEP	Escola de Engenharia de Pernambuco
EGP	Escola de Geologia de Pernambuco
EMC	Educação Moral e Cívica
EPB	Estudo de Problemas Brasileiros
ESG	Escola Superior de Guerra
ESNI	Escola Nacional de Informações
ESQ	Escola Superior de Química
ETCU	Escritório Técnico da Cidade Universitária

ETFPE	Escola Técnica Federal de Pernambuco
FAFIPE	Faculdade de Filosofia de Pernambuco
FAFIRE	Faculdade de Filosofia do Recife
FCE	Faculdade de Ciências Econômicas
FESP	Fundação de Ensino Superior de Pernambuco
FFCL	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FDR	Faculdade de Direito do Recife
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMR	Faculdade de Medicina do Recife
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNFI	Faculdade Nacional de Filosofia
FUMA	Fundação Universidade do Maranhão
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
FURG	Universidade do Rio Grande
GTRU	Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICA	International Cooperation Administration
ICH	Instituto de Ciências do Homem
IES	Instituição de Educação Superior
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
IG	Instituto de Geologia
IJNPS	Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais
IPM	Inquérito Policial-Militar
ISEB	Instituto Brasileiro de Estudos Superior Brasileiro
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
LDB	Levantamento de Dados Biográficos
MCB	Movimento Comunista Brasileiro
MCI	Movimento Comunista Internacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação e da Cultura
MUDES	Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social
OBAN	Operação Bandeirantes

OEA	Organização dos Estados Americanos
OI	Órgãos de Informação
ONU	Organização das Nações Unidas
OSPB	Organização Social e Política Brasileira
PE	Pernambuco
PB	Pedido de Busca
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdB	Partido Comunista do Brasil
PI	Pedido de Informações
PIMES	Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia
POC	Partido Operário Comunista
POLOP	Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
PM	Polícia Militar
PR	Projeto Rondon
PREMESU	Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações de Ensino Superior
PRPG	Pró-reitoria para Assuntos de Pesquisa e de Pós-graduação
PRAC	Pró-reitoria para Assuntos Comunitários
PROPLANDS	Pró-reitoria Extraordinária para Assuntos de Planejamento e Desenvolvimento
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RITA	Rural Industrial Technical Assistance
RI	Regimento de Infantaria
RM	Região Militar
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEC	Serviço de Extensão Cultural
SFICI	Serviço Federal de Informações e Contra-Informações
SNI	Serviço Nacional de Informações
SISNI	Sistema Nacional de Informações
SUDENE	Superintendência do desenvolvimento do Nordeste

UAPPL	Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumba
UB	Universidade do Brasil
UCP	Universidade Católica de Pernambuco
UDN	União Democrática Nacional
UEE	União Estadual dos Estudantes
UEG	Universidade Estadual da Guanabara
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFRGS	Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSJ	Universidade Federal de São João Del-Rei
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco
UNICAMP	Universidade de Campinas
UPE	Universidade de Pernambuco
UR	Universidade do Recife
USAID	Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento internacional
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 **INTRODUÇÃO**..... 20

2 **RÉQUIEM PARA UNIVERSIDADE DO RECIFE: GOLPE E REPRESSÃO NO MEIO ACADÊMICO**..... 33

2.1 A "OPERAÇÃO LIMPEZA" E OUTROS CICLOS REPRESSIVOS..... 45

2.2 A QUEDA DE JOÃO ALFREDO..... 61

2.3 AS TEIAS DA COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES..... 74

2.4 A ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DA UFPE (AESI/UFPE)..... 83

2.5 OS FIOS DAS TEIAS: RELAÇÕES ENTRE A UFPE E A "COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES"..... 95

3 **MUTAÇÕES FÍSICAS DA MÁQUINA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA**..... 106

3.1 O FANTASMA DA INUNDAÇÃO..... 107

3.2 ADEUS À "UNIVER-CIDADE"..... 113

3.3 O CRIME DA CIDADE UNIVERSITÁRIA: SIGNOS E RITOS POLÍTICOS DA EXPANSÃO FÍSICA DITATORIAL..... 127

3.4 OS PROGRAMAS DE EXPANSÃO FÍSICA DAS UNIVERSIDADES..... 135

3.5 CARTOGRAFIA MOLAR DO TERRITÓRIO UNIVERSITÁRIO..... 142

3.6 CARTOGRAFIA MOLECULAR DO TERRITÓRIO UNIVERSITÁRIO..... 146

4 **VESTES TALARES, TERNOS E JEANS: POPULAÇÃO E POLÍTICA UNIVERSITÁRIA EM TEMPOS DE DITADURA**..... 161

4.1 MORFOLOGIA SOCIOCULTURAL DA UNIVERSIDADE NOS PRIMEIROS ANOS DA DITADURA (1964 – 1975)..... 162

4.2 DOS SALÕES DOS CATEDRÁTICOS AO OLHO DA RUA: RELAÇÕES ENTRE A ELITE UNIVERSITÁRIA E A DITADURA..... 184

4.3 LISTAS TRÍPLICES E SÊXTUPLAS..... 185

4.3.1 **Programas, convênios educacionais e cursos de pós-graduação**..... 200

4.3.2 **Homenagens e cooperação com o governo**..... 207

4.3.3 **Conselheiros estudantes e o movimento estudantil**..... 213

4.4 VIDA PÚBLICA E POLÍTICA ACADÊMICA EM TEMPOS DE DITADURA..... 232

4.4.1 **Murilo Humberto de Barros Guimarães**..... 239
4.4.2 **Newton Lins Buarque Sucupira**..... 247
4.4.3 **Marcionilo de Barros Lins**..... 258
4.4.4 **Armando Hermes Ribeiro Samico**..... 266
5 **UNIVERSIDADE TROPICAL: PRÁTICAS ACADÊMICAS E CULTURAIS NOS ANOS DE DITADURA**..... 280
5.1 "SIMPÓSIO SOBRE PROBLEMÁTICA UNIVERSITÁRIA": "SERVIÇOS SUPÉRFLUOS" E "UM NOVO TIPO DE SEMINÁRIO"..... 282
5.2 PRÁTICAS DE EXTENSÃO NOS PRIMEIROS ANOS DE DITADURA: O DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO CULTURAL (DEC) DA UFPE..... 290
5.2.1 **A política editorial do DEC: a revista Estudos Universitários e o Jornal Universitário**..... 298
5.2.2 **Entre o Teatro Popular do Nordeste (TPN) e o Movimento Armorial: a política de difusão cultural do DEC**..... 306
5.3 PROJETO RONDON E CENTRO RURAL UNIVERSITÁRIO DE TREINAMENTO DE AÇÃO COMUNITÁRIA (CRUTAC): "INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR" E "ABNEGAÇÃO E TRABALHO"..... 318
5.4 SEMINÁRIO DE TROPICOLOGIA OU "TANNENBAUM RECIFE": ÓRGÃO DE ALTOS ESTUDOS DA UFPE..... 333
5.5 EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA (EMC) E ESTUDOS DE PROBLEMAS BRASILEIROS (EPB)..... 353
6 **CONCLUSÕES**..... 374
REFERÊNCIAS..... 378
APÊNDICE A – UNIDADES DA UNIVERSIDADE DO RECIFE E ENDEREÇOS..... 397
APÊNDICE B – CURSOS DE EXTENSÃO DO DEC (1965 – 1969)..... 398
APÊNDICE C - COLABORADORES DA ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS E PARTICIPAÇÃO NO SEMINÁRIO DE TROPICOLOGIA (1966-1974) 400
APÊNDICE D – FORMAÇÃO DA COMISSÃO FUNRONDON DE ÓRGÃOS PÚBLICOS E PRIVADOS, UNIVERSIDADES E ASSOCIAÇÕES DE CLASSE..... 402
APÊNDICE E – AQUISIÇÕES DE ACERVO DO DEC/DEIC (1971 -1974) 404
APÊNDICE F – INSTITUIÇÕES PESQUISADAS E OUTRAS FONTES... 406

ANEXO A – PRESIDENTES DO DCE DA UR/UFPE (1946 – 1975)..... 409
ANEXO B – RELAÇÃO DE PARTICIPANTES DO I SEMINÁRIO DE EPB..... 410
ANEXO C – AULAS EPB – TVU – 1971..... 412

1 INTRODUÇÃO

O golpe de Estado de 1964 fortaleceu no Brasil uma realidade de arbitrariedade com profundo impacto na educação superior. Por um lado, a perseguição a civis e a militares não afinados com o governo ditatorial concentrou parte significativa de seus esforços em vigiar e reprimir continuamente os estratos sociais universitários: professores, "pessoal burocrático e técnico"[1] e estudantes. Por outro lado, os programas de modernização e de mobilização vigentes no período dedicaram uma atenção especial à reforma e à reorganização da vida acadêmica.

O projeto para reformular a educação superior durante o regime ditatorial, ao mesmo tempo em que modernizou atividades administrativas e acadêmicas, também produziu um território esfacelado e desigual. Pensar as implicações da ditadura no campo universitário brasileiro é, à vista disso, refletir sobre as mutações construtivas e destrutivas deste agenciamento e de suas teias recíprocas de sentidos, de sociabilidades e de poderes urdidas por professores, técnicos-administrativos, estudantes, militares, espiões, burocratas, empresários, políticos e outros colaboradores sociais e institucionais.

Entende-se que as transformações do campo acadêmico responderam, outrossim, a diferentes linhas de expressão e de mobilização da política universitária da época, ou seja, à capacidade da comunidade escolar de se filiar, de se adaptar e de se esquivar do governo, ao mesmo tempo em que negociavam os interesses institucionais, coletivos e pessoais. A primeira fase da atuação do regime militar na educação como um todo, sobretudo superior, ficou marcada pelo expurgo do que se convencionou denominar "Operação Limpeza", através da qual membros da comunidade universitária foram caçados e cassados sob o crivo do anticomunismo e de outras formas de intolerância sociocultural e política.

Foram igualmente interditados pelo regime programas inovadores de ensino, de pesquisa e de extensão, como o "Sistema Paulo Freire de educação" (VERAS, 2010; 2012), assim resultando em grande prejuízo para o desenvolvimento acadêmico e científico no Brasil. Percebe-se, deste modo, que o golpe desencadeou uma perda da parca autonomia da universidade brasileira em favor dos imperativos externos (CUNHA, 2009; SEPULVEDA, 2010; LERNER, 2013; MANSAN, 2014).

No entanto, não se pode ignorar os efeitos das mutações operadas autoritariamente no período: ampliação dos convênios internacionais (Agência dos Estados Unidos para o

[1] Corresponde aos atuais trabalhadores técnico-administrativos em educação federal.

desenvolvimento internacional – USAID, Fundação Ford, Organização dos Estados Americanos – OEA, Organização das Nações Unidas – ONU, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Mundial e instituições financeiras europeias), substituição das cátedras pelos departamentos, criação dos programas de pós-graduação, reestruturação da carreira docente, consolidação do vestibular no lugar do concurso de habilitação, continuidade das obras dos campi universitários, elevação das matrículas e dos recursos humanos universitários (MOTTA, 2014a; 2014b).

Em vista destes problemas que têm desafiado pesquisadores das mais diversas áreas, esta tese analisa as transformações da universidade brasileira através das relações entre a elite acadêmica e a ditadura militar, considerando, sobretudo, o caso da Universidade Federal de Pernambuco e seu corpo de dirigentes entre os anos de 1964 e 1975. Por elite universitária se entende não um grupo sociocultural homogêneo, mas de maneira mais ampla as frações de dirigentes acadêmicos, intelectuais e "tecno-burocratas"[2],de origens, concepções e interesses variados, que compunham a rede de mediação e de legitimação social da política de ensino superior ditatorial, especialmente universitária, em sintonia com as classes e com os grupos dominantes, isto é, com o campo do poder-econômico (BOURDIEU, 2007; 2010; BOURDIEU; PASSERON, 2012; 2013; SOUZA, 2017). A historiografia sobre o tema tem enfatizado a repressão e a intervenção nos *campi*, sendo escassos os trabalhos que se dedicam a investigar as redes de apoio, de interesse e de mobilização urdidas por dirigentes acadêmicos e o governo implantado pelo golpe de 1964. Assim eis a questão que se apresenta: como esta elite universitária se relacionou com o regime militar na produção mútua de seus respectivos projetos políticos, econômicos e socioculturais?

A dinâmica entre modernização e conservação mediada pela elite universitária suscitou questões que podem contribuir para a compreensão da história e da memória recente da educação superior e da ditadura no Brasil: Qual o impacto do golpe militar de 1964 e das operações de segurança e informações na universidade? Como evoluíram os programas de expansão e de melhoramento físico e quais seus efeitos socioculturais e políticos? De que modo se dispunha institucionalmente, socialmente e politicamente a universidade e sua população e, especialmente, seu corpo dirigente? Quais foram as políticas de ensino, pesquisa e extensão?

Para desenvolver tais questões é importante reunir três frentes bibliográficas relacionadas à universidade no Brasil, à UFPE e à ditadura. A literatura consultada foi decisiva

[2] Isto é, "rede tecno-burocrática de influência dentro dos aparelhos do Estado […] formada pelas camadas mais altas da administração pública e pelos técnicos pertencentes a agências e empresas estatais" (DREIFUSS, 1981, p. 73).

para responder ao problema proposto, fazendo-se necessário algumas considerações sobre as mesmas. A universidade brasileira e o regime militar têm sido, desde o final dos anos 1970, objeto de investigação dos pesquisadores da educação. Os primeiros trabalhos analisam o aspecto destrutivo da política universitária do regime, sobretudo, a violência da repressão policial-militar e da reforma universitária autocrática (FERNANDES, 1975; FÁVERO, 1977; CUNHA e GÓES, 1985; ADUSP, 2004; POERNER, 2004).

No final dos anos 1980 estes trabalhos passam a considerar a dualidade esfaceladora e modernizadora do regime. Nesta lógica se inserem investigações de especialistas da educação (ROSAS, 1992;), da sociologia (SOUZA, 1981) e da história (PERRUCI, 1986; CUNHA, 2007a; 2007b). Uma leva mais recente de textos tem ajudado a pensar a produção da política universitária ditatorial por atividades de produção e de mobilização acadêmicas que extrapolam o uso exclusivo da repressão e da intervenção (SILVA, 2000; NOGUEIRA, 2005; PEREIRA, 2009; SEPULVEDA, 2010; LERNER, 2013; MOTTA, 2014a; 2014b; LIMA, 2015).

Há também uma linha de investigação crescente com foco na história do movimento estudantil que engloba uma parcela expressiva dos estudos os quais versam sobre universidade e ditadura no Brasil (SILVA, 2002; MACHADO, 2008; MÜLLER, 2010; 2016; CRUZ, 2012; FERREIRA, 2014a; SANTANA, 2014; LACERDA, 2015). Muitos desses pesquisadores desenvolveram, no contexto dos trabalhos da Comissão Nacional de Verdade (BRASIL, 2014a;2014b;2014c)[3] e Comissões Regionais, pesquisas relevantes sobre o *modus operandi* da comunidade de informações e suas agências universitárias, as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI) ou Assessorias de Segurança e Informações (ASI) e outros órgãos (FAGUNDES, 2013; CUNHA; MÜLLER, 2014; MOTTA, 2014a; MÜLLER; FAGUNDES, 2014; MANSAN, 2014; ALMEIDA, 2015; BRAYNER;BARBOSA, 2017).

A expansão física das universidades tem sido igualmente pensada por pesquisas desenvolvidas por arquitetos, urbanistas e historiadores. Estes trabalhos têm considerado a produção semiológica[4] e corpórea das cidades universitárias e dos *campi* e seus efeitos históricos, a partir do desenvolvimento do campo arquitetônico mundial e suas interfaces na política universitária ao longo do século XX (CABRAL, 2006; ALBERTO, 2008; NOGUEIRA, 2008; BERNARDES; PEREIRA, 2011; CAMPELO, 2012; SOUZA, 2013a; SOUZA, 2013b).

Por outro lado, não é de hoje que as memórias e as histórias da educação superior têm

[3] Órgão temporário criado pela Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, para investigar graves violações dos direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro entre 1946 e 1988.
[4] Aqui entendido como regime de signos ou de representações agenciados coletivamente tal qual proposto por Deleuze e Guattari (1997).

sido tema de pesquisa. Há uma vasta bibliografia sobre a história da UFPE que remete à criação em 1827 de sua mais antiga unidade, a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda e Recife (depois Faculdade de Direito do Recife – FDR – e Centro de Ciências Jurídicas - CCJ), ao tempo presente. Embaladas por esta tradição intelectual, as pesquisas mais recentes dedicam-se sobretudo às memórias e às histórias das escolas e das faculdades que hoje compõem a UFPE, tendo em vista sua estrutura física e institucional, bem como seus segmentos sociais, seus conflitos e suas disposições de poder acadêmico (PEREIRA, 1977; PERRUCI, 1986; ROSAS, 1992; MONTENEGRO; SIQUEIRA; AGUIAR, 1995; BERNARDES; SILVA; LIMA, 2007; CABRAL, 2006; CHACON, 2008; SANTOS; SILVA, 2009; SANTOS, 2010; 2012; BERNARDES; PEREIRA, 2011; BEVILÁQUA, 2012; VERAS, 2012; SILVA JUNIOR, 2012). Estas pesquisas, que vêm se constituindo de forma não sistemática, têm contribuído com a reunião em publicações e acervos institucionais de informações, documentos diversos e proposições intelectuais sobre a UFPE e sua história (MAIOR, 2005; REZENDE, BERNARDES e ARAÚJO, 2006a; 2006b; VERAS, 2012; 2014; 2015; VERAS; GUEDES, 2012; VERAS; SANTOS FILHO, 2013).

A historiografia sobre o golpe de 1964 e o regime militar exigiu um recorte transversal que contribuísse com a investigação da ditadura sob o prisma da educação. Há inicialmente um rico acervo sobre os acontecimentos que condicionaram o golpe e a busca por explicá-lo sob a perspectiva política dos embates travados entre esquerda e direita, do papel das lideranças militares e civis, da influência norte americana e de outras forças atuantes na época. Estes estudos buscam compreender como estes conflitos condicionaram o golpe pela perda de governabilidade (FIGUEIREDO, 1993; FERREIRA, 2003; FERREIRA; GOMES,2014), pela desestabilização e desqualificação conspiratória da democracia (DREIFUSS, 1981; FICO, 2004; 2008; 2010) e por sua configuração regional (COELHO, 2004).

A produção cultural nos anos de chumbo foi, além disso, tema de trabalhos significativos para entender o período. São pesquisas que tomam como objeto a vitalidade da produção cultural da época, da mesma maneira que as práticas de repressão, de censura e de resistência cultural e artísticas (SCHWARZ, 1992; RIDENTI, 2000; 2010; 2014; NAPOLITANO, 2010; 2016; ARETAKIS, 2016).

Geralmente a historiografia presente é consensual quanto à natureza civil e militar do golpe de 1964 e à complexidade das relações sociais estabelecidas. No entanto ela se divide

diante da cronologia [5] e da dimensão civil e militar (MONTENEGRO, 2010; 2013; QUADRAT;ROLLEMBERG, 2010; REIS FILHO, 2014a; 2014b; FERREIRA; GOMES, 2014) ou apenas militar do regime (FICO, 2004; 2008; 2010; NAPOLITANO, 2014; MOTTA, 2014a). Embora em concordância com esta segunda perspectiva, a presente tese defende a importância de pensar as diferentes modalidades de participação e de relação produtiva estabelecidas entre vários segmentos sociais e a ditadura militar.

Toda bibliografia consultada fundamentou o manuseio da documentação trabalhada ao longo da tese. O manejo das fontes primárias abrangeu inicialmente a documentação institucional produzida pela UFPE e pelo MEC. Neste também se inclui o vasto acervo de leis, decretos e resoluções que normatizaram o funcionamento da universidade durante o Regime Militar.

Os periódicos foram, outrossim, relevantes para entender como dirigentes universitários se expressavam politicamente. Os jornais oferecem, ademais, um rico acervo de dados estatísticos e biográficos, bem como eventuais contendas travadas entre os próprios grupos que compõem a universidade e o regime. Outro valioso acervo se encontra nas memórias e relatos. Estas fontes introduzem na narrativa histórica os detalhes do vivido e o desejo presente de ressignificar o passado.

O método de pesquisa empregado remete inicialmente aos trabalhos do historiador Flávio Weinstein Teixeira (2007; 2012; 2014) e do autor (VERAS, 2012; 2013) que utilizaram a história sociocultural e a biografia histórica de grupo como instrumento de investigação das transformações e das permanências do ambiente intelectual e cultural do Brasil em meados do século XX. Os trabalhos de Bourdieu sobre educação e cultura marcaram significativamente estes estudos, sobretudo a partir do conceito de "campo", pensado, pois, como território sócio-histórico de produção onde os agentes se posicionam, se munem de capital simbólico (conhecimento, prestígio, influência, posição, dentre outros recursos) e se confrontam, isto é, inscrevem suas trajetórias individuais e coletivas, na disputa pela hegemonia produtiva e pelo reconhecimento dos seus pares. Ao longo do texto, o campo remete, sobretudo, ao ambiente e à rede de sociabilidades, organizações, instituições e recursos variados acionados pelos sujeitos e pelos agentes socioculturais que compõem o objeto desta tese.

O campo universitário sempre teve um lugar de destaque nas análises do sociólogo francês. Nos anos 1960 e 1970, os livros publicados em parceira com Passeron: *Os herdeiros,*

[5] O primeiro grupo de historiadores propõe 1964 e 1979, enquanto o segundo trabalho com o período de 1964 a 1985.

os estudantes e a cultura (2013) e *A reprodução* (2012), sublinharam os processos através dos quais o campo educacional transforma as desigualdades sociais em desigualdades escolares. Estes temas foram retomados nos artigos "Sistema de ensino e sistema de pensamento" e a "Excelência e os valores do sistema de ensino francês" (2007). Em *Homo academicus* (2013), Pierre Bourdieu, empregou uma metodologia prosopográfica na qual a investigação do campo universitário passa pela análise das relações de dominação e de força que permeiam os agentes e as instituições de ensino superior, sobretudo os conflitos de classe e de grupos opressores pela hegemonia do campo e sua dinâmica interna de reprodução. O campo mostrou-se, assim, como espaço dividido entre os determinantes da sociedade política e da sociedade acadêmica: o poder político-econômico e o poder simbólico.

Nesta mesma perspectiva, ressalta-se a contribuição para este trabalho das pesquisas de história social e cultural comparadas desenvolvidas pelo historiador Christophe Charle em sintonia com os ensinamentos de Pierre Bourdieu. Em *La république des universitaires: 1870 – 1940* (1994), "A invenção dos intelectuais" (2003) e *A gênese da sociedade do espetáculo* (2012) Charle fez usos da biografia de grupo ou da prosopografia para analisar a lógica do campo universitário, intelectual e cultural europeu e as disposições históricas que condicionaram suas mutações.

Conforme aponta o autor, a biografia coletiva ajudou a entender a lógica estrutural dos condicionamentos traduzidos nas trajetórias, nos lugares de formação, nas linhas teóricas e políticas que indicam quais são os termos do jogo do sistema, ou as soluções externas que permeiam as negociações em torno das mutações destes territórios: "isto é, o espaço social e ideológico no interior do qual pensam e se situam" (CHARLE, 2003, p. 155).

É importante mencionar que os usos da biografia coletiva reconquistaram relativo destaque nas últimas décadas com a história sociocultural e a nova história política (DOSSE, 2009; RÉMOND, 2003). O historiador inglês Lawrence Stone (2011) destacou, por exemplo, seus potenciais para compreensão dos significados dos atos políticos e dos mecanismos de reprodução, de dominação e de mobilidade social numa dada realidade histórica.

Em harmonia com estas pesquisas, a tese enfoca o que Bourdieu chamou de "universitários mais poderosos" (2013, p. 27), isto é, a elite universitária investida de posições de poder e de prestígio acadêmico, intelectual e, frequentemente, político-econômico. Daí a ênfase nas diferentes formas de adesão e de acomodação acionadas por estes grupos compostos por professores, técnicos-administrativos, estudantes e intelectuais que desfrutavam de

privilégios na academia e no Estado autoritário.

Cabe deste modo destacar a história do conceito de elite que, segundo Raymond Williams (2007), apenas ganha definição mais precisa a partir do século XVIII, assim remetendo aos mecanismos "sócio-lógicos" que classificam os grupos ditos eleitos, distintos e seletos de uma dada sociedade. Como observa igualmente Noberto Bobbbio (1998), o conceito abarca o sentido de um grupo político-econômico dominante, como nos trabalhos de Wright Mills (1989), apenas depois matizando-se entre os estratos culturais e intelectuais. Tanto Mills quanto Bourdieu se fundamentaram em leituras próprias de Max Weber e de Karl Marx para investigar as dinâmicas de dominação e de reprodução das desigualdades socioculturais, tendo este último retomado o problema sob os enfoques variados suscitados pelo conceito de campo (cultural, religioso, educacional, artístico, literário e intelectual), tanto quanto de *habitus* de classe e de uma categoria inseparável do significado etimológico de elite, a distinção social (BOURDIEU, 2007).

Deste modo, a ideia de elite remeteu neste trabalho ao conjunto delimitado de universitários detentores de posição de poder e de prestígio acadêmico e intelectual em suas ligações com o campo político-econômico. Estas pessoas compunham uma extensa rede de mediação (VIVÓ, 2009) e de legitimação (QUADRAT; ROLLEMBERG, 2010) do governo militar e de sua política de ensino superior. A despeito das questões amiúde suscitadas pela história das elites, especialmente no que concerne à dinâmica de reprodução, de ascensão e de dominação social, a abordagem possibilitou suprir uma lacuna quanto às relações desiguais mantidas pelas elites acadêmicas e pelo governo militar com fins de consenso e de legitimação ditatorial.

Nesta lógica, para pensar as disposições paradoxais da política universitária ditatorial, e a sua dupla articulação, modernização e conservação, o historiador Rodrigo Motta propõe o tríptico conceitual de "adesão, resistência e acomodação". O último conceito de "acomodação" se define como uma modalidade de negociação e de convivência entre universitários e o Regime, entre a simpatia, a indiferença e a resistência tácita (MOTTA, 2014a). Esta perspectiva tridimensional aparece em Charle (1994) como uma modalidade de engajamento muitas vezes inclassificável ("inclassable"), considerando as nuances entre esquerda e direita, constituindo assim uma "zona cinzenta" disposta entre o apoio e a oposição à semelhança do que propõem

Rollemberg e Quadrat (2010).

O foco biográfico nas ditas ações e comportamentos políticos e socioculturais dos "universitários mais poderosos" (BOURDIEU, 2013) revelou repetidamente menos as práticas de resistência do que de acomodação e de adesão ao estabelecimento vigente, estas escassamente estudadas pela historiografia. Tal evidência corrobora com o fato, bem observado pelo professor Rodrigo Motta, da raridade de reitores e de diretores de oposição, uma vez que os mesmos eram nomeados pelo governo ditatorial por lista tríplice (e depois de 1968, sêxtuplas) e passíveis de desligamento sumário em caso de dissensão[6]. Como observa em artigo sobre o tema em questão: "No máximo houve alguns espaços para os jogos ambíguos de negociação, em que alguns dirigentes universitários se empenharam em proteger certos membros da comunidade universitária, mas sempre prestando apoio ao Estado" (MOTTA, 2008, p. 33). Não se quer com isto negar a universidade como espaço privilegiado de resistência à ditadura, mas tão somente examinar a disposição estratégica desta elite dirigente como rede de apoio, de interesse, de mobilização e de formulação teórica urdida entre a sociedade e o regime político originário do golpe de 1964.

A proposta de uma biografia geral dos acadêmicos dominantes nos anos de ditadura militar dialoga com conceitos da esquizoanálise desenvolvida pelos filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari. Este encontro teórico floresceu do desejo inicial de escrever uma história que analisasse os processos organizados e estatísticos, chamados "molares", e os processos desiderativos e revolucionários, ditos "moleculares". O objeto da tese decerto priorizou os investimentos molares em detrimento do segundo, dado o enfoque nas diferentes formas de relação e de (re)produção entre o campo acadêmico e o campo do poder ditatorial (DELEUZE e GUATTARI, 1992; 1995; 1997; 2004; DELEUZE, 1992a; 2009).

Nesta perspectiva entende-se por "agenciamento" as linhas inconscientes mediante as quais os territórios e as máquinas sociais se instituem ("linhas de segmentação") e se transformam ("linhas de fuga"). Deste modo, todo agenciamento pressupõe reciprocamente a operação de um sistema de representação ("agenciamento coletivo de enunciação", "semiologia", "semiótica", "máquina expressiva") e de um sistema de organização dos corpos ("agenciamento maquínico de corpos", "agenciamento concreto" "máquina concreta"). No geral esta dupla articulação que compõe o agenciamento remete, no conjunto da tese, às

[6]Tal qual observado de maneira mais consistente durante os expurgos políticos de 1964.

organizações, aos atos, às ações, às falas, enfim às enunciações, assim como à disposição sociocultural e política dos universitários, isto é, um plano de expressão e um plano de conteúdo (DELEUZE; GUATTARI, 1992; 1995; 1997; DELEUZE, 1992a; 2009).

Ademais o conceito de "desterritorialização" buscou abranger os deslocamentos suscitados pelas "linhas de fuga", isto é, as aberturas, as criações, as rupturas e as resistências mediante as quais os agenciamentos se conectam a outras máquinas, territórios e devires, deste modo transformando-se, dissolvendo-se e atualizando-se ("reterritorialização"). Cabe sublinhar, igualmente, que o conceito de "máquina" ou de "máquina universitária" buscou categorizar uma dinâmica efetiva de funcionamento e de organização social enquanto aparelho ou motor de emissão e de corte (extração, separação e repartição), isto é, de (re)produção de corpos e de signos acadêmicos (DELEUZE; GUATTARI, 2004).

O exercício de biografar ou cartografar o território universitário nos anos de ditadura no Brasil apenas foi possível com o uso de uma constelação de fontes históricas, muitas vezes inéditas, sem as quais as teorias, técnicas e metodologias empregadas seria impossível. A educação superior dispõe, como território extremamente estratificado, de um vasto acervo de leis, decretos, relatórios, atas, anuários estatísticos, periódicos, mas ainda um leque de fontes através das quais se pode diagramar a teia de relações socioculturais e políticas que atravessam a ambiência e a fauna universitária no período abordado (1964 – 1974). Destaca-se, neste seguimento, toda uma multiplicidade de produtos impressos gerados por professores, pessoal técnico e estudantes: anais de eventos, cadernos de resumos, revistas, jornais, manuais, comunicados, panfletos, separatas, manuscritos, entrevistas, registros audiovisuais e sonoros, dentre outros.

Assim, os principais documentos administrativos analisados foram os relatórios anuais, as atas do conselho universitário, o Jornal Universitário da UFPE e os documentos secretos das agências de espionagem do MEC e da Universidade. O mapa montado a partir desta documentação permitiu situar o funcionamento da máquina universitária no que tange seu fluxo de corpos, atividades, sentidos, desafios, espaços, disposições, enfim, suas territorialidades. O que está posto é a apreensão de como se relacionaram produtivamente com o regime militar, de tal modo que as ações estatais fundamentadas nos princípios de segurança nacional e desenvolvimento ganhassem um desenho próprio.

A pesquisa em arquivo hemerográfico foi igualmente decisiva para apreensão das disputas acadêmicas e suas interfaces com o campo político-econômico. Os jornais

funcionavam como lócus público por excelência destas manifestações coletivas e de seus embates. É possível perceber a partir de suas seções e dos seus colaboradores as trajetórias e os deslocamentos profissionais, políticos e estéticos das pessoas, dos grupos e das instituições em questão. Esta dimensão estética foi especialmente pensada a partir dos programas urbanísticos e arquitetônicos das cidades universitárias e *campi* e dos programas de extensão e cultura.

Apesar da vigilância, da repressão e da censura, os universitários, políticos, intelectuais, artistas e estudantes tinham, eventualmente, nos jornais, um espaço de comunicação sobre a questão universitária, sobretudo, as elites aderidas e acomodadas ao regime que compõem o objeto deste trabalho. Os jornais assumiram, assim, relevante papel na legitimação da política universitária ditatorial aqui analisada menos pelas operações de intervenção do que pelas diferentes formas de participação acionadas pelos dirigentes acadêmicos e pelo regime militar.

A ação institucional das agências de segurança e informações nos *campi* foram estudadas por meio da documentação secreta produzida pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), Conselho de Segurança Nacional (CSN) e órgãos subordinados como a Divisão de Segurança e Informações do MEC (DSI/MEC), Delegacias do MEC (DEMEC) e Assessorias especiais de Segurança e Informações (AESI) ou simplesmente Assessoria de Segurança e Informações (ASI)[7]. No entanto o arquivo da AESI/UFPE e da ASI/UFPE foi extraviado ou destruído tendo sido utilizado acervos de outras universidades e órgãos de informação (OIs) para suprir esta lacuna.

No âmbito da história oral priorizou-se o uso de entrevistas e de memórias publicadas previamente por testemunhas, pesquisadores e projetos, sobretudo da Comissão Nacional de Verdade (CNV), da Comissão de Memória e Verdade Dom Helder Câmara e do projeto Marcas da Memória[8]. Nesta lógica, utilizou-se repetidamente dicionários biográficos[9] como modelo e como documento sobre as redes de sujeitos, grupos e instituições conectados pelo campo acadêmico (COSTA, 1982; FREYRE, 1987; MONTENEGRO; SIQUEIRA; AGUIAR, 1995; BIVALÁQUA, 2012; SANTOS, 2012), especialmente o portal do Centro de Pesquisa e

[7] Infelizmente o arquivo do DOPS-PE, presente no Arquivo Histórico Estadual Jordão Emerenciano, encontrava-se indisponível para pesquisa durante a execução desta tese.

[8] Conforme texto de apresentação: "Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça do Brasil, em parceria com o Departamento de História da UFPE por meio do Laboratório de História Oral e Imagem (LAHOI). Foram realizadas quarenta entrevistas com homens e Mulheres que foram perseguidos e/ou presos durante o regime militar no Brasil. Principais entrevistas consultadas Carmem Chaves, Edival Nunes da Silva (Cajá), Jarbas Araújo, Jomard Muniz de Brito, Selma Montarroyos, Socorro Ferraz Barbosa e Severino Vicente da Silva (2011).

[9] Ver também as biografias históricas: VILELA, 2014, BRITO, 2015, PORFÍRIO, 2016, AMORIM, 2016 e ARETAKIS, 2016.

Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/ FGV - 2009).

Este procedimento orientou-se por uma série de questões de ordem metodológica, tendo em vista o problema e o cronograma proposto. Aqui cabe assinalar a preocupação em utilizar o rico acervo de história oral produzido pelas Comissões de Memória e Verdade, bem como a ênfase na volumosa documentação impressa da época através da qual os próprios sujeitos se posicionavam e se deslocavam publicamente, assim evitando classificação sectária ou inquisitorial dos atores.

De todo modo, as entrevistas utilizadas possibilitaram, primeiramente, analisar os jogos de memória por meio dos quais sujeitos, grupos e instituições se apropriam do passado, a partir de imagens e significações próprias ao tempo presente. Em segundo lugar, os relatos compuseram fontes imprescindíveis para entender os conflitos da política acadêmica. Estas disputas são atravessadas por interesses conjugados a multiplicidades nas quais se incluem questões institucionais e subjetivas. As relações de desejo e de força são formadas por esta teia de sociabilidades que se projeta sobre as instituições, bens, espaços, recursos e equipamento, da mesma forma que outros meios determinantes do jogo da política universitária (FOUCAULT, 1979; DELEUZE, 1992; BOURDIEU, 2013).

Ademais, as entrevistas consultadas possibilitaram uma aproximação com os significados velados próprios à experiência e à expectativa dos indivíduos e de suas biografias (MONTENEGRO, 2010). As narrativas dos depoentes reforçaram, portanto, a compreensão dos processos históricos da universidade brasileira e seus atores dominantes e mais especificamente a UFPE nos anos de ditadura a partir de suas condições de produção e de ordenação discursiva.

O recorte temporal proposto (1964 – 1975) tem em vista o período de transformações intensas da universidade brasileira, aqui apreendida menos pela repressão e pela intervenção do que pela relação de participação e de acomodação nutrida por autoridades acadêmicas e ditatoriais. Tal período cobre o que Florestan Fernandes chamou de transição da universidade conglomerada para universidade moderna de base igualmente autoritária (1975). Esta modernidade expressava a uniformização da educação superior de acordo com os padrões globalizados de produção e de sociabilidade capitalista (HABERMAS, 1987).

O primeiro decênio da ditadura buscou consolidar a universidade brasileira a partir do expurgo de professores, pessoal administrativo e estudantes, da reforma da malha universitária

(*campi*, cursos, estudantes e profissionais da educação), da profissionalização das atividades acadêmicas. A ideia central era limpar a universidade da influência das esquerdas e introduzí-la na cadeia de produção capitalista, a partir da formação de mão de obra e do desenvolvimento científico e tecnológico. Por este ângulo, a repressão dos opositores e a mobilização de acadêmicos em torno de um programa de reforma conservadora se constituíram em dois vetores de uma mesma estratégia de legitimação do regime autoritário.

O período crítico formou uma nova universidade e procurou transformar o seu território ao ponto de ressignificar suas referências e corpos anteriores. Neste sentido, a universidade se constituiu ao longo dos anos 1960 e 1970 através de um movimento tautológico de filiação, de adaptação e de resistência aos imperativos externos arregimentados pelo regime.

O primeiro capítulo desse trabalho analisa o impacto do golpe de Estado de 1964 e da repressão ditatorial na universidade brasileira, principalmente na UFPE. Para isto buscou-se investigar os desdobramentos do golpe, da "operação limpeza" e das operações de segurança e informações estabelecidas no ambiente acadêmico. Nesta perspectiva foram analisados os relatórios da CNV e da CMVDHC, o acervo do Arquivo Nacional de documentos secretos produzidos pela comunidade de segurança e informações, entrevistas de história oral e jornais de grande circulação. Também foram analisadas monografias que tratam sobre os primeiros desdobramentos do golpe e da repressão ditatorial em diferentes instituições universitárias brasileiras.

O segundo capítulo é um mapeamento da evolução arquitetônica e urbanística da universidade brasileira e da UFPE naqueles anos. Esta topografia física sublinha os limites da relação universidade e ditadura e como os agenciamentos corpóreos e enunciativos operados condicionaram o território acadêmico. São assinalados os programas e os resultados da expansão e da construção das cidades universitárias e dos *campi*. Esta seção é resultado da análise da documentação administrativa do Arquivo Geral da UFPE, da Biblioteca Central e da Reitoria da UFPE, bem como documentação do MEC e monografias especializadas.

O terceiro capítulo busca desenhar a morfologia sociocultural e política da universidade, sobretudo da UFPE, a partir da evolução estatística da universidade e de sua população e, por outro lado, das atitudes públicas do corpo dirigente, que denotam o jogo da política acadêmica e suas interfaces com o regime militar. Assim, é importante entender como estas trajetórias e deslocamentos participam dos espaços de poder, de saber e de consagração acadêmica, profissional, política e econômica, bem como a forma como gestores institucionais exercitaram a administração pública por meio de práticas de adesão e de acomodação ao regime. Para tal

fim analisaram-se os Anuários Estatísticos do IBGE, os relatórios do MEC e da UFPE, as Atas do Conselho Universitário da UFPE, entrevistas de histórias oral, memórias e jornais de grande circulação.

O quarto capítulo analisa as práticas acadêmicas e culturais que povoaram o primeiro decênio do regime autoritário. A pesquisa traz indícios do cotidiano da expansão do ensino superior sob permanente tutela do estado autoritário e de seus aliados acadêmicos, assim como a criação dos Programas de Pós-graduação e de Extensão de âmbito nacional e os projetos alternativos acionados por atores aderidos, acomodados e resistentes. Os principais documentos consultados foram os relatórios institucionais do MEC e da UFPE, o Jornal Universitário da UFPE, entrevistas de história oral, memórias e jornais de grande circulação.

No geral os capítulos se concentraram em questões históricas com intuito de compreender o campo universitário brasileiro nos primeiros anos de ditadura, como as forças vitoriosas de 1964 se fundiram ao campo acadêmico, trabalhando sistematicamente para reordenar a máquina universitária, impondo uma nova dinâmica de corpos e de sentidos cujas linhas repercutem ainda hoje em seus efeitos barrocos entre a edificação e o esfacelamento.

2 RÉQUIEM PARA UNIVERSIDADE DO RECIFE: GOLPE E REPRESSÃO NO MEIO ACADÊMICO

"Porque há o direto ao grito. Então eu grito" (LISPECTOR, 1999, p. 13)

"Tempos escurecidos. O que meus olhos não estão vendo hoje, pode ser o que vou ter de sofrer no dia depois –d'amanhã" (ROSA, 2001, p. 534).

"O Brasil é uma República Federativa cheia de árvores e de gente dizendo adeus" (ANDRADE, 1972, p. 142)

Na madrugada de 31 de março de 1964, quando o General Mourão marchava com sua tropa rumo ao Rio de Janeiro para depor o presidente João Goulart (1961-1964), o general Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército[1], ordenou que patrulhas ocupassem as principais entradas e rádios do Recife. A operação envolvendo militares, policiais e milícias se estendeu na manhã do dia seguinte pelo estado de Pernambuco, sede dessa unidade militar, e pelas guarnições subordinas do Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas. Indeciso ou não Bastos apenas confirmou sua adesão ao golpe que depôs o regime democrático às dez horas do dia 1 de abril, em comunicado radiofônico com o Almirante Augusto Roque Dias Fernandes, Comandante do III Distrito Naval (CAVALCANTI, 1978)[2].

Nesse fatídico dia havia soldados e blitz por todos os lados. O primeiro batalhão do 14º Regimento de Infantaria (B1 do 14º RI) reuniu-se em exercício no Parque 13 de Maio, bairro central da Boa Vista, bem em frente à Faculdade de Direito do Recife (FDR), à Reitoria da Universidade do Recife (UR – Atual Universidade Federal de Pernambuco - UFPE) e ao IV Exército. Uma fração da tropa seguiu para o litoral norte de Pernambuco enquanto outros pelotões permaneceram no centro da cidade que envolvia, ainda, os bairros de São José e Santo Antônio (Ilha de Antônio Vaz). Os arredores do logradouro abrigavam, igualmente, a Universidade Católica de Pernambuco (UCP) e outras unidades da UR: o Serviço de Extensão Cultural (SEC), a Escola de Engenharia de Pernambuco (EEP), a Faculdade de Ciências Econômicas (FCE), a Faculdade de Filosofia de Pernambuco (FAFIPE), a Faculdade de

[1] Estrutura administrativa operacional com sede no Recife (PE) criada em 1956 a partir da antiga Zona Militar do Norte que reunia todos os estados do Nordeste e Amazônia (este último na ocasião desmembrado como Comando Militar da Amazônia), assim como a 6ª, 7ª, 8ª e 10ª região militar. Passou a se chamar Comando Militar do Nordeste em 1985 (BRASIL, 2003).

[2] A narrativa histórica que segue se fundamentou nos relatórios da Comissão Nacional de Verdade (CNV - BRASIl, 2014a; 2014b; 2014c) e da Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC – PERNAMBUCO, 2017a; 2017b), no Diário de Pernambuco e historiografia especializada.

Filosofia do Recife (FAFIRE), a Escola de Geologia de Pernambuco (EGP) e a Escola Superior de Química (ESQ).

No bairro do Derby, um grupamento da Polícia Militar de Pernambuco (PM/PE) resistiu aquartelado até ser subjugado pelo 7º Esquadrão do Regimento de Cavalaria Mecanizada ("7º Esq. de Rec. Mec."). Ali perto estavam, igualmente, os sobrados universitários da antiga Faculdade de Medicina do Recife (FMR), da Faculdade de Odontologia, da Escola de Enfermagem, da Faculdade de Farmácia, da Escola de Belas Artes de Pernambuco (EBAP) e da Faculdade de Arquitetura[3]. Depois da rendição dos policiais, o Esquadrão marchou até o centro da cidade onde fez ligação com B1 do 14º RI. De lá saíram no encalço do protesto estudantil contra a prisão de Arraes e contra o golpe que rumava da EEP para o Palácio Campo das Princesas, sede do governo estadual. Durante o massacre dos manifestantes, o major Hugo Caetano Coelho de Almeida executou a sangue frio, com rajadas de fuzil, os estudantes Jonas de Albuquerque de Barros, de 17 anos e Ivan Rocha Aguiar, de 23 anos (CAVALCANTI, 1978; Dossiê dos Mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964, 1995/1996; CORTEZ, 2008; BRASIL, 2014c; FERREIRA; GOMES, 2014; PERNAMBUCO, 2017a; BRAYNER; BARBOSA, 2017).

Ao mesmo tempo uma "vasta rede de agentes" da 2ª seção do IV Exército, da 7ª RM e da polícia civil e militar perseguia os ditos "agitadores" e "sindicatos comunizados". Cumpria-se a operação de eliminar os focos de resistência e bloquear o encontro entre militantes de movimentos sociais e sindicais do campo e da cidade. Conforme registros do IV Exército: "Inúmeras providências complementares com o emprego de elementos militares e de agentes civis eram tomadas, nesse ínterim, a fim de neutralizar a ação de agentes sindicais". A onda de violência e arbitrariedade cometida no campo sob a liderança de usineiros e proprietários rurais esvaziou cidades e vilarejos onde não se via uma vivalma. Sem receios das câmeras, militares do Quartel de Motomecanização, liderados pelo Coronel Villocq, arrastavam, torturavam e exibiam seminu Gregório Bezerra, dirigente histórico do PCB, em meio as ruas do bairro nobre de Casa Forte (CAVALCANTI, 1978; CUNHA, 2007a; FERREIRA; GOMES, 2014). Como concluía o relatório castrense: "resta agora completar a ação das armas com o que se convencionou chamar de Operação Limpeza [...] desintoxicar mentalidades [...] moralização de costumes e mesmo do regime" (*Diário de Pernambuco*, 30/03/1965, p. 3; 9).

[3] Apenas as unidades mais antigas da UR possuíam sigla. Além das doze Faculdades e Escolas citadas, compunham ainda a UR, como órgãos de pesquisa e pós-graduação, os sete Institutos centrais de Física e Matemática, Química, Biologia, Ciências da Terra, Ciências do Homem, Letras e Artes, assim como os seis Institutos Especializados de Antibióticos, Cardiologia, Geologia, Micologia, Nutrição e Oceanografia (UFPE, 1965).

Em Pernambuco o golpe de Estado contou, inicialmente, com as seguintes lideranças conspiradoras: Cid Sampaio (ex-governador); Paulo Guerra (vice-governador 1963-1964; governador 1964-1967); Augusto da Silva Lucena (vice-prefeito 1963-1964; prefeito 1964-1968; 1971-1975); Eraldo Gueiros (procurador-geral da justiça militar e governador 1971-1975); Luís Maranhão (da Usina Matari); José Lopes Siqueira (Usina Estrelina); Arthur Bruno Schwambach (empresas de ônibus da cidade); José Lopes de Siqueira (usineiro); Wilson Queiroz Campos (presidente da Associação dos diretores lojistas de Pernambuco); Antonio Galvão (vice-presidente da Associação Comercial de Pernambuco); General Antônio Carlos Muricy (7ª região militar); Coronel Ivan Rui (7º Regimento de Obuses - RO); e Coronel Castilho (14º Regimento de Infantaria - RI).

No comando das operações policias e militares dispunha-se dos seguintes quadros das Forças Armadas e da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco (SSP/PE): o Coronel do Exército Ivan Rui de Andrade de Oliveira (titular da SSP/PE, substituído posteriormente pelo General Paes de Lima e pelo General Osvaldo Passos Viriato de Medeiros); os delegados ligados aos governos pessedistas e udenistas: Álvaro da Costa Lima (Auxiliar), Moacir Sales (DOPS-PE), Romildo Alves Leite (investigações e capturas) e Armando Samico (Polícia Científica); o Coronel Sílvio Cahú (Polícia Militar de Pernambuco); o Coronel Hélio Ibipiana (1ª seção do IV Exército); e o coronel Antônio Bandeira (2ª seção do IV Exército – CAVALCANTI, 1978; COELHO; ACIOLI, 2017).

Vivia-se naqueles dias um clima de terror e de violência policial e militar sem precedentes. Tão somente em Pernambuco as forças de segurança assassinaram 25 militantes entre março e dezembro de 1964 (BRASIL, 2017c). Ao longo do primeiro decênio do regime ditatorial oito estudantes e egressos da UFPE seriam, igualmente, assassinados e desaparecidos pelos órgãos de repressão.

Tabela 1 – Estudantes e egressos da UFPE assassinados pela repressão entre 1964 e 1975

Nome	**Trajetória**	**Data**	**Circunstância**
Ivan da Rocha Aguiar	Aprovado no vestibular da EEP	1 de abril de 1964	Fuzilado pelo major Hugo Caetano Coelho de Almeida
Jonas José de Albuquerque Barros	Militante do Movimento de Cultura Popular (MCP) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB)	1 de abril de 1964	Fuzilado pelo major Hugo Caetano Coelho de Almeida
Miriam Lopes de Verbena	Egressa de Ciências Sociais formada em 1968, militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), bancária e pesquisadora	8 de março de 1972	Assassinada com o marido e dirigente do PCBR, Luís Alberto Andrade de Sá, em Caruaru, durante suposto acidente de carro

Ezequias Bezerra da Rocha	Egresso de Geologia, ex-militante do PCB e simpatizante do PCBR,	11 de março de 1972	Sequestrado, torturado e assassinado na sede do Destacamento de Operações de Informação-Centro de operações e defesa interna (DOI-CODI) do IV Exército na rua do Hospício centro do Recife
Ranusia Alves:	Dirigente do movimento estudantil de enfermagem em 1968 e militante do PCBR, cassada pelo 477/69	27 de outubro de 1973	Presa, torturada e morta no Rio de Janeiro
Umberto Câmara Neto:	Estudante da FMR e militante da Ação Popular Marxista Leninista (APML) e do PCBR,	8 de outubro de 1973.	Preso e desaparecido.
Rui Frazão	Estudante de engenharia e militante da Ação Popular (AP) e do Partido Comunista do Brasil (PCdB)	27 de maio de 1974	Desaparecido em Petrolina.
Fernando Augusto Santa Cruz de Oliveira:	Estudante da FDR e militante da Ação Popular marxista Leninista (APML),	23 de fevereiro de 1974	Desaparecido e morto no Rio de Janeiro.

Fontes: PERNAMBUCO, 2017a; BRASIL, 2014c;

A prática sistemática da violência pelo Estado autoritário contou com apoio de "agentes civis" oriundos de grupos de extermínio e milícias que atuavam livremente com apoio de agências e agentes de segurança pública. Dentre os grupos paramilitares de direita surgidos nos anos 1950 em Pernambuco se encontravam a Aliança Brasileira Anticomunista e a Frente Anticomunista. Na década seguinte, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e o Movimento Anticomunista (MAC) ampliaram o emprego do terrorismo (atentados, destruições, pichações, ameaças por cartas e ligações anônimas, assassinatos, sequestros, chantagens, extorsões, dentre outras práticas) em todo Brasil. Essas organizações arregimentavam em suas fileiras policiais, militares, empresários e estudantes. Geralmente esses alunos provinham dos cursos universitários mais elitizados como direito, medicina e engenharia e, em menor proporção, de outras áreas da então UR, UCP e Universidade Rural de Pernambuco (atual UFRPE - BRAYNER; BARBOSA, 2017).

Os atos mais brutais desses grupos aconteceram no contexto do endurecimento da ditadura em 1968 quando o CCC e o MAC cometeram inúmeros atentados, como as depredações e invasões contra DAs eDCEs livres da EEP, da FAFIPE, da UCP e da UFRPE. Essa última teve os DAs da Escola de Agronomia e Veterinária e o Restaurante Universitário metralhados por cerca de 30 homens encapuzados e equipados com armamento exclusivo das

forças armadas. Dois vigilantes ficaram feridos no episódio abafado pelo reitor Artur Lopes Pereira. Metralharam a residência do Arcebispo de Olinda e Recife. Ademais, ligações e pichações que ameaçavam de morte os dirigentes do movimento estudantil. Impunes, as facções efetuaram, com apoio do DOPS-PE (FERREIRA, 2014)[4], o atentado na manhã de 28 de abril de 1969 que deixou paraplégico o estudante Cândido Pinto, presidente da UEP. Membros do MAC e do CCC participaram do sequestro, tortura e assassinato do Padre Henrique Pereira, assessor de Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, na noite de 29 de maio do mesmo ano. Um velório protesto de mais de 20 mil pessoas conduziu o caixão do Padre Henrique pelos mais de 10 km que separam a Igreja Matriz do Espinheiro do Cemitério da Várzea (SILVA, 2002; PERNAMBUCO, 2014; BRAYNER; BARBOSA, 2017).

Tão aterrorizante quanto as milícias eram os próprios órgãos e agentes de segurança pública, aliás, treinados por mais de uma década em programas internacionais anticomunistas promovidos pelos EUA, como o *Ponto IV*, a *Aliança para o Progresso* e, depois, a *Agência dos Estados Unidos para desenvolvimento Internacional*[5] (USAID ou AID – SILVA, 2014). Dentre os agentes mais temidos estavam o professor e delegado Armando Hermes Ribeiro Samico (catedrático de medicina legal da Faculdade de Odontologia e da FMR da UR); o ex-major José Ferreira dos Anjos da 2ª seção da PM; os delegados da SSP/PE Álvaro da Costa Lima, Moacir Sales de Araújo, José Bartolomeu Lemos Gibson, Redivaldo Oliveira Acioly e José Silvestre de Oliveira; os agentes e investigadores Luiz Martins de Miranda, Dário Xavier, Fausto, os carcereiros do DOI-CODI, Waldeck, Teles, Leite; e o coronel Antonio Cúrcio Neto, chefe da 2ª seção do IV Exército (BRAYNER; BARBOSA, 2017, p. 232).

A partir de 1971 a rede de vigilância e de repressão política do estado passou a contar com o Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do IV Exército, em conformidade com as diretrizes sigilosas das Zonas de Defesa Interna (ZDI) instituídas pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN). Criado pelo governo Médici em 1970 o Sistema se baseava na Operação Bandeirantes (OBAN), experiência estatal (II Exército e governo estadual e municipal) e empresarial paulista que integrou forças policiais e militares no combate às organizações de esquerda.

Enquanto o DOI operava as ações de repressão, o CODI desenvolvia atividades de planejamento e gestão, ambos, interligados ao comando das Forças Armadas (Marinha, Exército e Força Aérea) e da polícia civil e militar. Toda rede subordinava-se igualmente, ao

[4] Sobretudo o tenente da polícia militar José Ferreira dos Anjos.
[5] Mais informações sobre estes programas se encontram na seção 3.

Estado-maior do Exército (EME) e ao Serviço Nacional de Informações (SNI). Completavam ainda a cadeia de informação e de repressão política os Centros de Informações do Exército (CIE), da Marinha (CENIMAR) e Aeronáutica (CISA). Até sua extinção em 1979, os órgãos praticaram sistematicamente graves violações dos diretos humanos, principalmente, prisões ilegais, sequestros, torturas, assassinatos e desaparecimentos. O sistema foi decisivo para o desmonte brutal, em meados dos anos 1970, das principais organizações de esquerda armadas e pacíficas no Brasil (FICO, 2004; 2010; CUNHA, 2007a; JOFFILY, 2009; COUTO, 2010).

De volta a 1964, as forças golpistas contaram com apoio decisivo dos principais meios de comunicação (especialmente rádio, jornal e TV) que agiam mobilizando os possíveis aliados e disseminando informações falsas e os valores do bloco liberal e conservador. Para os expectadores tentava-se passar a mensagem de que o exército detivera uma revolução comunista no Brasil. Através de técnicas variadas de comunicação social e propaganda, a mídia conclamava a população contra os supostos subversivos e corruptos que ameaçavam a ordem nacional. Logo as ruas das principais metrópoles do país seriam tomadas pela conservadora "Marcha da família com Deus pela liberdade". Ao passo que a seção regional do jornal *Última Hora*, ligada ao bloco popular e reformista, foi invadida e fechada em 18 de abril (COELHO; ACIOLI, 2017; CORTEZ, 2008).

No meio acadêmico não faltaram cenas de violência durante o golpe, como as invasões da Universidade do Brasil (UB), no Rio de Janeiro, assim como da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade de Brasília (UNB), da Universidade de Minas Gerais (UMG – atual UFMG), da Universidade do Recife (UR), dentre outras. Neste sentido, a literatura tem ressaltado que a repressão à universidade apenas foi menor do que aquela destinada aos partidos de esquerda, sindicatos e ligas camponesas (MOTTA, 2014a; CUNHA, MÜLLER, 2014; BRAYNER; BARBOSA, 2017).

Mesmo com o domínio dos dirigentes docentes conservadores e moderados, havia uma efervescência política e cultural, especialmente no meio universitários que despertava o ódio dos grupos de direita. No meio acadêmico essa tensão motivava-se na ascensão das esquerdas e dos movimentos de educação e cultura popular entre estudantes, administrativos e professores. Desde 1961 a União Nacional dos Estudantes e outras organizações de representação estudantil (união estaduais, diretórios centrais, diretórios acadêmicos, grêmios, entre outras) eram dirigidas majoritariamente pela esquerda cristã e marxista mobilizadas na Ação Popular (AP) e no Partido Comunista Brasileiro (PCB – SILVA, 2002; CUNHA, 2007a; 2007b; MACHADO, 2008; VERAS, 2012; CRUZ, 2012; FERREIRA, 2014a).

Fortalecido, o movimento de reforma universitária engrossava a agenda nacional de reformas de base (reforma urbana, agrária, político-eleitoral, educacional, administrativa, bancária, tributária e militar) acentuando a luta política na academia. Neste sentido, as forças vitoriosas em 1964 buscaram eliminar os quadros profissionais e discentes opositores taxados de "comunistas" e "corruptos". Para além da suspensão dos direitos políticos e inquéritos previstos pelo Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, o governo aprovou a Lei 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy, em referência ao ministro da Educação Flávio Suplicy, que proibia pauta política e recriava as organizações estudantis sob o controle do governo e da gestão acadêmica. Nessa mesma lógica o governo promulgou, alguns anos depois, o Decreto 288, de fevereiro de 1967, conhecido também como Decreto Aragão, mais uma vez em referência ao ministro Muniz Aragão. O dispositivo enrijecia a Lei Suplicy pela reformulação das entidades prevista por esse dispositivo jurídico e pelo estabelecimento de penas de suspensão para militantes e organizações estudantis que descumprissem os termos do decreto-lei e de outras normativas (ROSAS, 1992; CUNHA, 2007a; VERAS 2012; MOTTA, 2014a).

Por outro lado, a intervenção na universidade visava obter a gestão da principal fábrica de discursos reconhecidos como verdadeiros, isto é, eruditos e científicos. Essa potência fazia desses estabelecimentos de ensino superior e pesquisa um meio estratégico de produção de consenso e de legitimidade política para os regimes autoritários instalados no Brasil e na América Latina na segunda metade do século XX. Do ponto de vista político-econômico a instituição era, igualmente, relevante no que se refere à produção de corpos profissionais e políticos superiores, em absoluta consonância com o projeto de desenvolvimento capitalista com foco no mercado de trabalho e na pesquisa tecnológica (MOTTA, 2014a).

Os principais alvos da repressão na universidade foram aqueles agentes que apoiaram as forças trabalhistas, reformistas e populares vinculadas ao governo Jango, isto é, as esquerdas. Na época, a Frente de Mobilização Popular (FMP), lançada por Brizola em 1963, reunia os principais alvos da repressão: Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), então maior central sindical do país, Ação Popular (AP), organização revolucionária surgida da juventude católica, sindicatos e ligas camponesas, militantes de partidos trabalhista, comunista e socialista[6] e praças das forças armadas (sargentos e marinheiros – DREIFUSS, 1981; NAPOLITANO, 2014; FFERREIRA; GOMES, 2014).

[6] Principalmente o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Trabalhista (PST), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT-T).

No campo educacional os estudantes foram os mais reprimidos devido à sua expressiva militância progressista. Durante os ciclos repressivos de 1964, sofreram sanções o DCE da UFPE, o DA da EEP e a UEP. São incontáveis, igualmente, os episódios de agressão, prisão, tortura[7] e assassinatos praticados contra estudantes no período (SILVA, 2002; MACHADO, 2008; FERREIRA, 2014a; BRAYNER; BARBOSA, 2017).

No caso da UR as forças de coerção priorizaram aquelas pessoas que de algum modo participaram da "Frente do Recife" composta pelo governador deposto Miguel Arraes (PST 1963-1964), pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e por outras organizações de esquerda (AP e a Organização revolucionária marxista política operária – POLOP – também trotskista). Foram igualmente perseguidos militantes do Movimento de Cultura Popular e do Serviço de Extensão Cultura da UR (SEC). Ao longo de todo país, universitários adeptos do sistema Paulo Freire de educação e dos movimentos socioculturais mencionados acima lotaram as cadeias após o golpe (GÓES, 1980; VERAS, 2012; CRUZ, 2012; MORAES; OLIVEIRA, 2017).

Criada nos anos 1950 por militantes socialistas, trabalhistas e comunistas, estes na clandestinidade, a "Frente do Recife" elegeu o catedrático da EEP, Pelópidas Silveira, duas vezes prefeito (1955-1959 e 1963-1964– PSB) e Arraes, uma vez prefeito e governador (1960-1962 e 1963-1964 - PST). Durante os governos da "Frente" o estado viveu a emergência das ligas e dos sindicatos camponeses e do Movimento de Cultura Popular (MCP) cujas pautas de reforma agrária e democratização da cultura (alfabetização e cultura popular) ameaçavam o *status quo* político e econômico da região (SOARES, 1982; AGUIAR, 1992; MONTENEGRO; SIQUEIRA; AGUIAR, 1995; PONTUAL, 2001; SANTOS, 2008).

Por este ângulo um abaixo-assinado de intelectuais solidarizando-se com o governo Arraes, publicado em 1964, contava com um número pequeno mas expressivo de professores, de administrativos e de estudantes que apoiavam publicamente a "Frente do Recife": Amaro Quintas, João Alexandre Barbosa, Orlando da Costa Ferreira, José Laurenio de Melo, Abdias Cabral de Moura, Gastão de Holanda, Celso Marconi, Jarbas Maciel, Sebastião Uchoa Leite, Sérgio Rezende, Antônio Bezerra Baltar, Luiz Costa Lima, Paulo Freire, Pessoa de Moraes, Naide Teodósio, Paulo Pacheco, Doris Loureiro, Maria do Socorro Ferraz Barbosa e César Leal

[7] Conforme pesquisa do historiador Maicon Mauricio, os jovens foram os principais alvos de tortura entre os anos de 1964 e 1977. Neste mapa de violações dos direitos humanos o estado de Pernambuco aparece como um dos maiores centros de tortura nacional, tendo concentrado cerca de 11% de todos os casos. Dentre as instituições e os casos de tortura denunciados se encontram: DOI-CODI (64), DOPS-PE (40), SSP-PE (37), 2ª Companhia de Guardas (11), Policia Federal (9), Comissariado da Caxangá (8), Quartel General do IV Exército (7), Batalhão da Polícia da Aeronáutica (5), Quartel Batalhão Motomecanizado (3), Hospital do Derby (3), Quartel de Jacosemi – Olinda (2), Quartel de Subsistência do Exército (2), Outros (9 – FERREIRA, 2014, p. 157-159).

(*Jornal do Commercio*, 19/03/1964; *Diário de Pernambuco*, 10/04/1964, p. 5). Quase todos os nomes listados foram presos e processados após o golpe de 1964.

Fruto da mesma jornada o MCP emergiu do trabalho de educadores, artistas, intelectuais e universitários em maio de 1960. Sediado no casarão histórico do Sítio da Trindade, antigo "Arraial do Bom Jesus" de resistência colonial aos invasores holandeses (1630-1658), a organização contava com apoio do prefeito Miguel Arraes (1960-1962) e com a direção do advogado e professor Germano Coelho. Até sua extinção pelo golpe civil e militar de 1964 a organização fundou algumas dezenas de escolas, de praças, de teatros e um atelier através de construções comunitárias e públicas, como associações de moradores, ligas de dominós, sindicatos, etc. Seu programa educacional empregava o sistema Paulo Freire e rádios comunitárias e públicas, como a "Rádio Universidade" da UR. O trabalho do MCP influenciou movimentos de educação e cultura popular por todo país, como o Movimento de Educação de Base (MEB), da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, a Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR), o Centro Popular de Cultura da UNE (CPC), o Serviço de Extensão Cultural da UR (SEC), dentre outros (GÓES, 1980; FÁVERO, 1983; BATISTA NETO, 1987; WEBER, 2007; BARBOSA, 2009; COELHO, 2012; VERAS, 2017; BRAYNER; BARBOSA, 2017).

O SEC surgiu em 1962 sob os cuidados do reitor João Alfredo e do educador Paulo Freire. Apoiado no programa de educação deste, na revista Estudos Universitários e na Rádio Universidade, o órgão contava com uma equipe interdisciplinar de docentes, pessoal administrativo e estudantes para promover seu objetivo de "democratização da cultura". Após o círculo de cultura de Angicos, no sertão do Rio Grande do Norte, e outras vivências com os movimentos estudantis e sociais, a experiência educacional do SEC se tornou mundialmente conhecida, sendo Paulo Freire projetado à Comissão Nacional de Cultura Popular (depois dirigida pelo seu colaborador, o professor Jomard Muniz de Brito) e ao Programa Nacional de Alfabetização do Ministério de Educação e Cultura (Decreto 53.465 de 21 de janeiro de 1964). Na época o órgão assessorou a implantação de organismos de extensão e do sistema Paulo Freire nas principais capitais do país. Todo prestígio, postos e outros capitais acadêmicos conquistados por Paulo Freire e sua equipe despertaram a repulsa de setores de direita e a desconfiança dos intelectuais estabelecidos (VERAS, 2012).

Desde anos anteriores que os órgãos de segurança ensaiavam estas ações de repressão sistemática. Por exemplo, em 1961 agentes do IV Exército e da SSP/PE prenderam, mantiveram incomunicável, torturaram e deportaram o professor de teatro da EBAP da UR, Túlio Carella. Contratado em 1960 pelo reitor João Alfredo por recomendação de Hermilo Borba Filho e

Ariano Suassuna, o argentino fora alvo de denúncias anticomunistas da parte de colegas docentes enciumados com o trabalho e intolerantes com a vida boêmia e homoafetiva do intelectual argentino. Uma matéria da época destacava: "PROFESSOR DA U.R. NÃO DESAPARECEU: FOI PRESO PELO EXÉRCITO E ESTÁ INCOMUNICÁVEL". Na ocasião o catedrático de Interpretação fora obrigado a deixar o Brasil após ser chantageado e ameaçado pelos militares de ter seu diário íntimo com narrativas homoeróticas divulgado publicamente. O texto foi publicado em 1968 com o título "Orgía" (CARELLA, 2011; *Diário de Pernambuco*, 26/04/1961, p. 7).

Ainda em maio de 1961 forças também do IV Exército e da SSP/PE invadiram com armamento militar e tanques de guerra a FDR, que se encontrava ocupada por estudantes em greve. Pautada em reivindicações locais e no movimento de reforma universitária, a frente paredista dos estudantes conquistou, a despeito da repressão, a anistia dos estudantes grevistas, o afastamento dos professores Soriano Neto (diretor da FDR) e Manoel Rodrigues Filho (reitor da Universidade Rural de Pernambuco – atual UFRPE) e a formação de uma comissão de reforma universitária que impulsionou a criação do SEC. O acontecimento marcou profundamente a memória dos setores conservadores da cidade que retomariam com rancor o acontecimento no decurso da Comissão de sindicância e do Inquérito Policial Militar da UR. Em outro episódio, passado no mesmo intervalo, agentes da SSP/PE invadiram a sede da UEP e prenderam várias lideranças estudantis (IPM/UR - CÉSAR, 2009; VERAS, 2012; BRAYNER; BARBOSA, 2017).

Assim, o golpe obedeceu, na universidade, a uma racionalidade política e cultural que visava eliminar e silenciar da vida pública os possíveis concorrentes de esquerda e de correntes de pensamento divergentes. Para tanto, os agentes de segurança contavam com listas de suspeitos produzidas previamente com o apoio dos próprios acadêmicos. O professor Rodrigo Motta estima que foram presos, nos primeiros dias de abril, cerca de 20 a 30 mil pessoas. Ainda no mês de maio seguiam na cadeia de 1 mil a 3 mil presos políticos[8] (MOTA, 2014a, p. 26). Decerto muitos destes faziam parte do ensino superior, uma vez que as principais manifestações de resistência ao *coup d'état* partiram do meio acadêmico, como nas manifestações da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS – atual UFRGS), da Universidade do Brasil (UB – atual UFRJ) e da UR (atual UFPE).

[8] Durante esta pesquisa, a documentação do DOPS-PE se encontrava inacessível para os pesquisadores normais. Neste sentido, todos os dados apresentados foram retirados dos relatórios das comissões nacionais e estaduais de memória e verdade e bibliografia citada.

Ademais, nas vésperas do golpe, agentes de segurança invadiram no dia 30 de março o Seminário Latino Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior (SLARDES), organizado pela UNE em Belém (PA), e no dia 31, a Residência Universitária da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Dezenas de estudantes foram presos na ocasião (CUNHA; MÜLLER, 2014). No dia seguinte, as operações militares contra civis resultaram no já citado assassinato de dois estudantes no centro do Recife e de mais três pessoas na Cinelândia e no Largo do Caco, Rio de Janeiro, durante atentados com bombas e metralhadoras do CCC[9] (CNV, 2014; PERNAMBUCO, 2017b). Outra milícia, o Movimento Anticomunista (MAC) [10] , incendiou a sede da UNE na Praia do Flamengo. Sob ordens do coronel Jarbas Passarinho e dos fazendeiros da Ilha do Marajó (PA), tropas do Exército invadiram em Belém (PA) a União Acadêmica Paraense (UAP), agredindo e prendendo dezenas de estudantes (CUNHA; MÜLLER, 2014,).

Além do massacre de universitários, as forças de segurança de Pernambuco interditaram a reitoria da UR (SANTOS, 2012) e invadiram a sede do SEC/UR. Ali confiscaram e roubaram documentos, equipamentos e doze quadros produzidos pelo artista plástico Francisco Brennand para ilustrar as atividades dos círculos de cultura do sistema Paulo Freire de educação (CORTEZ, 2008; VERAS, 2012). As aulas permaneceram suspensas por quase duas semanas (CUNHA; MÜLLER, 2017; MOTTA, 2014a; BRAYNER; BARBOSA, 2017).

Outras organizações compostas mormente por universitários tiveram o mesmo destino. Além de invadir a sede do MCP, as forças de segurança estacionaram dois tanques de guerra nos jardins do antigo "Arraial de Bom Jesus" (BARBOSA, 2009; COLEHO, 2012; BRAYNER; BARBOSA, 2017). A União dos Estudantes de Pernambuco (UEP) também teve sua sede invadida e depredada. Ademais, uma lista fixada na entrada do Edifício JK, sede da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), exibia os nomes dos supostos funcionários comunistas afastados sumariamente[11].

Toda violência contra o meio intelectual ficou marcada pela destruição e pela queima pública de livros, cartilhas de alfabetização, documentos, bibliotecas inteiras, filmes, fotografias, rádios das aulas radiofônicas do MEB e outros materiais identificados como "farto material subversivo". O Confisco de livros como *O Vermelho e o Negro* (Stendhal), *Estudos*

[9] O estudante Antônio Carlos da Silveira Alves, o passante Ari de Oliveira Mendes e a dona de casa Labib Elias Abduch.

[10] Na época, as principais lideranças do MAC eram Rubens dos Santos Werlang, Luís Botelho, Roberto Magessy Pereira e Aluísio Gondim. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-anticomunista-mac; Acesso em: 27 dez. 2017.

[11] Projeto Marcas da Memória: entrevista com Socorro Ferraz Barbosa (2011).

Sobre o Cubismo, *Os Trabalhadores do Mar* (Victor Hugo), *Um Estudo em Vermelho* (Sir Arthur Conan Doyle), entre outros, suscitou a crítica pública do General Castelo Branco e de outras autoridades castrenses. O intelectual católico Alceu Amoroso Lima forjou na época o termo "terrorismo cultural" para descrever os atos de violência e ignorância cometidos por agentes do Estado e por seus aliados civis contra o meio cultural e artístico brasileiro. Das páginas dos jornais *Última Hora* e *Correio da Manhã*[12] para os círculos letrados, o conceito circulou da *Revista de Civilização Brasileira* aos documentos de diplomatas americanos (CAVALCANTI, 1978, p. 338; CORTEZ, 2008, p. 41; MÜLLER, 2010, p. 75; MOTTA, 2014a, p. 27-28; BRAYNER e BARBOSA, 2017).

Durante o golpe de Estado, centenas de estudantes, pessoal administrativo e professores universitários foram encarcerados ilegalmente. O tempo de detenção variava de dias a meses, normalmente obedecendo ao capricho dos agentes responsáveis. Embora os dados sobre as prisões arbitrárias sejam obscuros, a literatura registrou alguns casos mais notórios. No meio docente foram presos em São Paulo "Mario Schenberg, Florestan Fernandes, Isaías Raw, Warwick Kerr, Luiz Hildelbrando Pereira e Thomas Maack"; no Rio de Janeiro, Isnard Teixeira, José Leite Lopes e depois Plínio Sussekind; "Em Brasília, Perseu Abramo, José Albertino Rodrigues, Edgar Graeff, Ítalo Compofiorito, José Pertence, Hélio Pontes, Eustáquio Toledo"; "Em Belo Horizonte, Simon Schwartzman, Marcos Rubinger, Sylvio de Vasconcellos, Henrique Lima Vaz e Celson Diniz" (MOTTA, 2014a, p. 29).

Em Pernambuco pelo menos 17 professores e técnicos administrativos foram detidos entre abril e dezembro de 1964: o professor Pelópidas Silveira (EEP/UR); Paulo Freire (Diretor do SEC), assim como demais integrantes e colaboradores do SEC: professor Jomard Muniz de Brito, professor Luiz Costa Lima, José Laurenio de Melo (Diretor da Rádio Universidade), Paulo Pacheco, padre Almeri Bezerra (Secretário do SEC), Arthur Carvalho e Gastão de Holanda; o professor de história, Amaro Quintas; o professor da Escola Politécnica de Pernambuco, Enildo Xavier Carneiro Pessoa; a professora Naíde Teodósio e o professor Bianor da Silva Teodósio, ambos da Faculdade de Medicina do Recife (FMR) e membros da equipe de governo Arraes[13]; o professor da EEP, Antonio Baltar, também membro da Frente do Recife; o professor Eliazar Machado; professor Germano Coelho, ex-diretor do MCP; Doris Loureiro; o professor Sérgio Rezende, catedrático de economia da Universidade Católica de Pernambuco

[12]Ainda que tenha assumido uma postura crítica ao regime, não se deve esquecer que este jornal, muito influente na época, publicou o editorial "BASTA" de 31 de março de 1964 e outros textos, assim contribuindo com o clima de histeria anticomunista que justificou o golpe e montagem do governo militar (FERREIRA; GOMES, 2014).
[13] O casal e sua família foram alvos de novas prisões e torturas dos seus filhos Manoel Silva Teodósio Neto, Joel Regueira Teodósio e Marta Regueira Teodósio e do genro Ney Freitas Teodósio (BRAYNER; BARBOSA, 2017).

(UCP - CORTEZ, 2008; VERAS, 2012; COELHO; ACIOLI, 2017; BRAYNER; BARBOSA, 2017; *Última Hora*, 11/04/1964, p. 1; *Diário de Pernambuco*, 08/10/1964, p. 7).

Raros eram aqueles militantes do movimento estudantil que não passaram pelo xadrez. Os atos de violações dos direitos humanos atingiam até os menores de idade, como se deu em maio de 1964 com os estudantes secundaristas Albérgio Maia de Farias, presidente do Grêmio Estudantil Padre Félix, e David Capistrano da Costa Filho ("Davizinho"), filho do dirigente do PCB, David Capistrano da Costa, desaparecido pelo Regime Militar. Ambos seriam denunciados pelo IPM da UNE/UBES por fazerem parte da Sociedade dos Amigos da União Soviética, da Associação Recifense de Estudantes Secundaristas (ARES) e da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES – BRAYNER; BARBOSA, 2017, p. 224; ARAUJO, 2011).

2.1 A "OPERAÇÃO LIMPEZA" E OUTROS CICLOS REPRESSIVOS

Superadas as operações militares e civis do golpe, a chamada "operação limpeza" se fundamentou no Ato Institucional publicado sem número em 9 de abril de 1964 com a proposta de "drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo, como nas suas dependências administrativas". De tal modo, o documento estabelecia em seu artigo 7º a suspensão por seis meses, isto é, até outubro de 1964, das "garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade", do mesmo modo que "Investigação sumária" com fins de demissão, suspensão, disposição, aposentadoria, transferência para reserva ou reforma pelo executivo e seu respectivo nível administrativo. Conforme o artigo 8º, estes inquéritos e processos deveriam apurar a "responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio de ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária".

Além das prisões, a "operação limpeza" se constituiu basicamente por meio das sindicâncias administrativas, dos inquéritos sumários e dos inquéritos policiais-militares (IPMs). Os dois primeiros se fundamentavam basicamente naquele Ato Institucional e no Ato do Comando Supremo da Revolução nº 9, de 14 de abril de 1964, que dispunha sobre o artigo 7º e 8º relativo ao trabalho dos "Encarregados" de "Inquéritos", "Processos" e "Sindicâncias". Desse modo, o professor da UFPR e ministro da educação e cultura (MEC), Flávio Suplicy de Lacerda, publicou a portaria nº 259 que previa a "instauração de inquéritos administrativos" e encaminhou a todas as universidades brasileiras o Aviso nº 705 de 22 de abril de 1964 que determinava a criação imediata de comissões de "apuração da responsabilidade dos servidores, docentes e administrativos" conforme dispunha AI-1 (MOTTA, 2014a, p. 51; UFPE, 1964a).

No geral estas sindicâncias compostas por catedráticos foram ainda mais rígidas do que os conhecidos IPMS, que eram dirigidos exclusivamente por militares, uma vez que previam exclusões sumárias irredutíveis a decisões judiciais (MOTTA, 2014a). Na USP a comissão de inquérito formada pelo reitor Gama e Silva contou com professores ligados à dita "linha dura"[14] das unidades de medicina, direito e engenharia (o próprio reitor se declarava "linha de diamante" considerado o material mais duro do mundo – MOTTA, 2014a, p. 52). O relatório final da sindicância da USP recomendava o afastamento de 44 professores. No entanto, protestos de âmbito internacional e negociações locais contribuíram para reduzir para sete professores da Faculdade de Medicina, ainda que dezenas de mestres tenham se exilado na ocasião.

Em São Paulo as demissões arbitrárias se passaram no Instituto Butantã, Faculdade São José do Rio Preto, na Escola Paulista de Medicina, no Instituto Tecnológico da Aeronáutica - ITA, entre outros estabelecimentos superiores (MOTTA, 2014a). Na então Universidade do Rio Grande do Sul (atual UFRGS) o reitor interventor José Fonseca Milano nomeou para comissão um General do III Exército. O relatório final determinava o afastamento de 14 professores, dos quais dez foram aposentados e quatro demitidos. Os professores do quadro único do serviço público federal eram aposentados com direito proporcional (geralmente os professores Catedráticos), enquanto os demais educadores e administrativos eram afastados sem direito algum de rescisão.

Sem apresentar culpados à Comissão, a Universidade de Minas Gerais (atual UFMG) não conseguiu impedir a perseguição e o autoexílio de Marcos Rubinger e de Hebert José de Souza (Betinho), lideranças da AP. Nesta lógica, as prisões e a clandestinidade resultavam, muitas vezes, demissões por abandono de emprego, apesar da resistência criativa de professores e de estudantes, justificando das mais variadas maneiras as ausências compulsórias, como nos casos dos professores Mario Schenberg (USP), Simon Schwartzman (UMG) e da estudante Carmem Chaves, da UFPE (MOTTA, 2014a, p. 57; CHAVES, 2011).

Nas demais metrópoles brasileiras foram afastados, por exemplo, quatro professores na Universidade do Ceará (atual UFCE); três professores na Universidade da Paraíba (atual UFPB

[14]Expressão utilizada para chamar os militares e os civis normalmente ligados aos órgãos de vigilância e repressão, às posições políticas radicais de extrema direita e fascistas e aos expurgos políticos e socioculturais. O termo remete igualmente aqueles militares que não compunham a ala mais liberal do regime ditos "moderados", "castelistas" ou do "grupo da Sorbonne" (estes dois últimos em alusão ao General Presidente Castelo Branco e à Escola Superior de Guerra - ESG). Esta fração se organizava como grupo de pressão que reivindicava o aprofundamento da ditadura militar e das operações de repressão "anticomunistas" contra a "subversão" e a "corrupção". A historiografia mais recente tem mostrado o quanto as fronteiras políticas entre "moderados" e "radicais" eram tênue e, por vezes, complementar (MOTTA, 2014a; NAPOLITANO, 2014; SANTOS, 2009).

e UFCG); pelo menos um professor na Universidade da Bahia, na Universidade do Pará e na Universidade de Goiás (atual UFBA, UFPA e UFGO); dois professores na Universidade Santa Maria (atual UFSM) e na Universidade do Paraná (UFPA); dois professores no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB - Álvaro Vieira de Pinto e Wanderley Guilherme dos Santos), assim como no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). O relatório da Universidade do Brasil, onde a comissão fora presidida pelo general Acyr da Rocha Nóbrega, também, não indiciou ninguém. Entretanto quatro professores seriam afastados logo em seguida (Francisco Mangabeira, Darcy Ribeiro e Álvaro Vieira de Pinto e aposentadoria do professor Alvércio Moreira Gomes). Estima-se que estas Comissões de Sindicância atingiram cerca de cem professores (MOTTA, 2014a, p. 56-60)

Nesta lógica, a UR seguiu, talvez, um caminho parecido com o da UFMG e da UB. Para tratar do caso, o Conselho Universitário da UR, órgão consultivo e deliberativo da administração da universidade, reuniu-se no dia 27 de abril de 1964. Em meio a uma campanha de oposição jornalística, o reitor João Alfredo, presidente do Conselho, leu a Portaria da UFPE nº 16, designando os membros da comissão de apuração de crimes contra a segurança: os professores Everardo da Cunha Luna (Catedrático de Direito Penal da UR – presidente da comissão), Armínio de Lalor Mota (professor Emérito da Faculdade de Medicina do Recife – FMR) e Alberto Cavalcanti de Figueiredo (Catedrático de Economia das Indústrias da Escola Superior de Química – ESQ). Conforme as normativas do governo e do MEC as diligências se deram por meio de "intimações individuais, a fim de que os interessados apresentem defesa num prazo de setenta e duas horas" (UFPE, 1964ª; SANTOS, 2010). Aquela foi a última reunião presidida pelo reitor João Alfredo antes de sua renúncia naquela mesma tribuna.

A sindicância iniciou seu trabalho na alvorada seguinte de 28 de abril com jornadas previstas de segunda a sábado, de 8 às 10 horas da manhã. O trabalho da comissão seguiu um ritmo célere, tendo em vista a determinação do MEC na Portaria nº 259 de abril de 1964 que previa prazo de 30 dias para remessa do relatório do inquérito. Para tanto, a presidência da mesa contava com o apoio da secretária do Conselho Universitário, Celeste Haydée de Almeida Vasconcelos, do assessor civil e procurador da UR, Nildo Carneiro Leão, e do assessor militar designado pelo Comando do IV Exército, major João Batista Baére de Araújo[15].

[15] O oficial superior é citado nos relatórios do "Projeto Brasil Nunca Mais" como "funcionário" envolvido em tortura, quando na qualidade de "tenente-coronel" exercia a função de presidente do Conselho de Justiça da 7ª RM (São Paulo, 1985c). Enquanto presidente do órgão, condenou o militante do PCB, Gregório Bezerra, a 19 anos de prisão. O militar também aparece entre os oficias que participaram da repressão a guerrilha do Araguaia (MACIEL, 2011).

Ao longo das seis primeiras reuniões debateu-se a metodologia do trabalho e enviaram-se ofícios e memorandos solicitando ao IV Exército, à SSP/PE e às unidades universitárias cópias dos inquéritos e das sindicâncias movidas contra estudantes, administrativos e professores. Sem respostas, o major Baère esclareceu, durante sua chegada na terceira reunião, que não existia inquéritos ou sindicâncias individuais no IV Exército, mas apenas um "inquérito geral" da Comissão Geral de Inquérito (CGI). Não tardou para que a apuração se concentrasse nas atividades do SEC, especialmente da Rádio Universidade, para a qual foram coletadas as denúncias publicadas nos jornais e escutados os delatores e os envolvidos no caso. (UFPE, 1964b).

Durante a 7ª reunião, dia 6 de maio de 1964, a sindicância analisou os programas da Rádio Universidade apresentados pelo jornalista Edmir Regis, então diretor do SEC e da estação. Nas reuniões seguintes, examinaram-se os depoimentos e os prontuários de professores e administrativos detidos na sede da SSP/PE. O então secretário de segurança, o coronel Ivan Rui de Andrade Oliveira, comprometeu-se no momento a enviar as cópias dos documentos. Já os arquivos do IV Exército foram averiguados pelo major Baère, que também incluiu na investigação o professor da Escola Técnica, Hilo Lins e Silva.

Passou-se a coletar então os depoimentos dos membros do SEC e demais envolvidos conforme a seguinte ordem: padre Almeri Bezerra de Mello e Juracy da Costa Andrade (11ª reunião – 11/05/1964); Pierre Fürter e Doutora Maria de Jesus Baccanelli (12ª reunião – 12/05/1964); Luiz da França Costa Lima Filho e Jomard Muniz de Brito (13ª reunião - 13/05/1964); Jarbas Augusto Ribeiro Maciel e Maria de Fátima Pimentel (14ª reunião 14/05/1964); Maria do Carmo Tavares de Miranda (15ª reunião – 15/05/1964); Paulo Reglus de Neves Freire (16ª reunião - 16/05/1964); Paulo Pacheco da Silva (17ª reunião – 18/05/1964). José Laurenio de Melo e José Cavalcanti Sá Barreto (18ª reunião – 19/05/1964); Arthur Eduardo de Oliveira Carvalho e Arnaldo Carneiro Leão (19ª reunião – 20/05/1964); Sócrates de Carvalho (20ª reunião – 21/05/1964 - UFPE, 1964b).

Todos os depoimentos colhidos durante a 15ª, a 16ª e 17ª reunião foram sugeridos pelo Major Baère, dada as prisões de Paulo Feire e Paulo Pacheco (UFPE, 1964b; SANTOS, 2008). Após seu depoimento, a professora Maria do Carmo Tavares de Miranda publicou um texto no jornal declarando "a bem da verdade e para esclarecimentos presentes e futuros" que o professor Jomard Muniz de Brito, que também se encontrava preso, não era mais seu auxiliar desde janeiro de 1963, quando solicitou o cancelamento do contrato de trabalho do mesmo. A catedrática de história e filosofia da educação da EBAP registrou ainda que desde 1962 o antigo presidente da Comissão Nacional de Cultura Popular se encontrava à disposição do SEC e da

cadeira de psicologia da educação, regida pelo professor Paulo Rosas (*Diário de Pernambuco*, 19/05/1964, p. 2; CORTEZ, 2008).

Convidado também a depor, Gilberto Freyre enviou seu procurador Antonio Pimentel Filho, que justificou a ausência do mestre por motivos de doença. Em vista disso o procurador apresentou cópias autenticadas dos artigos publicados nos jornais pelo sociólogo e declarou que o mesmo nada mais tinha a acrescentar sobre o caso. Em semelhante tom de denúncia, o professor Arnaldo Carneiro Leão[16] (FMR) afirmou que o Conselho Curador da UR era "manobrado pelo reitor", sendo questionado, à vista disso, pelo professor Lalor Mota que fazia parte do órgão financeiro. Corrigindo seu depoimento, o professor declarou que o "Conselho procura ser agradável ao Reitor", sob novos protestos daquele conselheiro para o qual a "afirmação de depoente constituiu uma leviandade" (UFPE, 1964b).

Entre os dias 22 e 27 de maio (21ª, 22ª, 23ª e 24ª reunião) a Comissão solicitou esclarecimentos por escrito aos membros do SEC, analisou "todo material coletado", redigiu o relatório final e o entregou oficialmente ao reitor João Alfredo. Em texto datilografado destinado ao presidente da Comissão e datado de 25 de maio de 1964, o professor Paulo Freire respondeu às indagações da Comissão de Inquérito. As 18 perguntas apontavam para responsabilidade jurídica e intelectual do SEC, os parceiros públicos e privados do órgão, a campanha de alfabetização de adultos, práticas de "atividades subversivas ou de propagação de ideias contrárias ao regime democrático" (sobretudo na campanha de alfabetização, na rádio universidade e na revista *Estudos Universitários*), o envolvimento em processo da SSP/PE e do IV Exército e a participação em partido ou agremiação de natureza política. Ao que concluiu Pulo freire em sua defesa:

> Ora, um dos objetivos fundamentais de todo o nosso esforço pedagógico era exatamente este. O de contribuir para o desenvolvimento de uma mente democrática, por isso flexível, crítica, plástica, somente como poderia e poderá, ninguém se engane, o homem brasileiro existir a democracia, que, repetimos, antes de ser forma de governo, é forma de vida. É disposição mental. Todo o nosso empenho era o da superação das posições emocionais puramente instintivas, pelas críticas. Era pôr o homem diante das mudanças, capaz de optar. Instrumentalizá-lo para esta opção. Jamais doutriná-lo, porque então assim não optaria. Seria domesticado. Massificado. Seria objeto e não

[16] O mesmo professor presidiu a Comissão de Investigação Sumária criada para investigar processos de suposta "subversão" e de "corrupção" na Prefeitura municipal do Recife com os majores Gabriel Antônio Duarte Ribeiro, Luiz Henrique de Oliveira Domingus, Hugo Caetano de Almeida Coelho (assassino dos estudantes Jonas Barros e Ivan Aguiar), Fernando Luiz Vieira Ferreira e o procurador José Paes de Andrade (*Diário de Pernambuco*, 19/09/1964, p. 6; 07/10/1964, p. 9).

> sujeito. E a isto se chamou de ‘lavagem cerebral’ [...] E há quem diga que não adianta alfabetizarmos esses trinta e seis milhões de brasileiros, porque talvez ‘papagaio velho não aprende a ler’. Como se estas legiões de analfabetos não constituíssem, para nós, seus irmãos letrados, uma prova de nosso desamor. De nossa incúria. De nosso fracasso [...] Nunca pretendemos ser os donos da alfabetização nacional. Há analfabetos demais... Se tudo o que dissemos em nossa defesa pessoal e na defesa do SEC, a ninguém convencer, paciência. Salvem-se, porém, os analfabetos (UFPE, 1964c)

Sob protesto de jornalistas e do autor de *Casa-Grande & Senzala*, o relatório final da comissão de sindicância não apresentou nenhuma denúncia contra os professores e administrativos da UR. Essa decisão intensificou a campanha contra o reitor João Alfredo, que logo renunciaria a despeito de sua acomodação paulatina ao regime[17] (UFPE, 1964b).

Enquanto isso, permaneciam em curso os Inquéritos Sumários do IPM Geral de “crimes políticos”, cujo objetivo era investigar sumariamente crimes de “corrupção” e de “subversão”, e demais IPMs sob o controle da caserna. O Comando Supremo da Revolução nomeou o general Estevão Taurino Resende para coordenar o IPM Geral que, a partir de 27 de abril de 1964, ganhou estatuto de órgão sob o nome de Comissão Geral de Investigações (CGI). Entre abril e outubro de 1964 a CGI publicou várias listas expurgando centenas de servidores públicos.

A última lista publicada pela CGI nas vésperas da expiração do prazo estabelecido pelo artigo 7º do Ato Institucional (AI) concretizou o expurgo da UR que havia sido inicialmente evitado por aquela comissão de sindicância nomeada pelo reitor João Alfredo. Entre os nomes listados estavam os seguintes professores e administrativos da UR conforme pena sumária:

Tabela 2 – Punidos na UR pelo Inquérito Sumário da CGI

Aposentados	Amaro Soares Quintas (preso), Amaury Vasconcelos, Antonio Bezerra Baltar, Arnaldo Cavalcanti Marques (preso), Arthur Eduardo de Oliveira, João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, Jomard Muniz de Brito (preso), José Laurenio de Mello, Luiz da França Costa Lima, Paulo Reglus Neves Freire (preso), Pelópidas da Silveira;
Demitidos	Juraci da Costa Andrade, Luiz de França Costa Lima, Paulo Reglus Neves Freire;
Dispensados	Amaro Carneiro da Silva, Miriam Campelo, Paulo Pacheco da Silva e Roberto Morais Coutinho;
Exonerado	Newton da Silva Maia

Fonte: BRAYNER; BARBOSA, 2017, p. 227

[17] Sobre o afastamento do reitor João Alfredo e demais reitores por ocasião do golpe ver 1.2.

Segundo o *Diário de Pernambuco*, foram igualmente listados pela CGI, mas aparentemente sem sanções, os professores Jarbas Augusto Ribeiro Maciel (SEC), Rui da Costa Antunes (FDR), Abdias Cabral de Moura Filho (FAFIPE), Luís Pinto Freira (FDR), José Xavier Pessoa de Moraes (ICH e FAFIPE) e Francisco das Chagas Costa Tito (BRAYNER; BARBOSA, 2017; Diário de Pernambuco – 11/10/1964, p. 1; 10).

O episódio motivou, durante a 17ª sessão do Conselho Universitário da UR, de 27 de outubro de 1964, a homenagem do professor Fernando Menezes, na qualidade de representante da EBAP, aos professores João Alfredo, Pelópidas Silveira, Newton Maia (professor Emérito) e Antônio Baltar. Em seguida, o mesmo conselheiro saudou em seu nome o ex-professor Paulo Freire e o assistente Jomard Muniz de Brito. Por conseguinte, o conselheiro Nilo Pereira (Diretor da FAFIPE) saudou o professor Amaro Quintas, acompanhado pela manifestação de solidariedade dos conselheiros Francisco Gondim (ESQ), Abgar Soriano (FMR), Lourival Vilanova (FDR), Arnaldo Caldas (Faculdade de Odontologia), Hermínio Bulhões (Faculdade de Farmácia) e pelo estudante Aguinaldo Agra (presidente do DCE). O reitor Murilo Guimarães não se manifestou na ocasião, mas o vice-reitor, Jônio Pereira de Lemos, associou-se aos tributos enaltecendo o "mestre" Antônio Baltar, do qual leu a seguinte mensagem:

> Atingido por uma das punições previstas no Ato de 9 de abril a saber a aposentadoria dos cargos de professor catedrático que há mais de vinte anos ocupo na Universidade do Recife, tenho o dever moral de deixar consignadas nos anais da instituição as circunstâncias em que se processou essa punição e caracterizam sua flagrante injustiça. Isentado de qualquer culpa ou responsabilidade em atos de corrupção ou subversão encarados embora pelos elásticos critérios em vigor, tanto no inquérito realizado pela ilustre comissão de professores desta universidade, como na investigação sumária procedida pelo competente oficial do Exército designado pela Comissão Geral de Investigações, fui incluído por essa comissão em parecer oficial entre as pessoas a quem não se deveriam aplicar as sanções do artigo sétimo parágrafo primeiro do referido Ato por nada haver sido apurado contra elas no correr das investigações realizadas conforme nota oficial divulgada em todo país. Apesar disso como ocorreu a outros professores desta universidade fui punido com a aposentadoria compulsória como conclusão de um processo encerrado em desobediência aos mais elementares principais de direito eis que nenhuma oportunidade de defesa me foi assegurado nem sequer conhecimento do teor da acusação. Enquanto aguardo que os caminhos normais do judiciário se me abram para uma apelação eficaz da medida injusta quero deixar registrada minha declaração formal e peremptória neste conselho de que exercício dos cargos de professor desta universidade, para concorrer aos quais me inscrevo em concursos por incoercível vocação, ato algum pratiquei que justificasse ainda que vagamente a punição imposta. Jamais utilizei a cátedra ou a situação de professor para qualquer tipo de proselitismo político ou ideológico e ainda mesmo na fase em que levado por dever cívico a exercer política partidária em decorrência de mandatos recebidos do povo e que desempenhei numa linha

> rigorosamente honesta e democrática, sempre distingui minhas tarefas universitárias colocando-as num plano isento de qualquer interferência com a ação política. Provei-o no interrogatório a que me submeti preso à disposição do brilhante oficial que presidiu a investigação sumária feita na Universidade e o havia feito por escrito já a comissão de professores que dirigiu o primeiro inquérito. Prová-lo-ei ainda se necessário com o testemunho de centenas de profissionais de engenharia e de arquitetura meus ex-alunos nos cursos da Universidade que atestarão certamente como o fizeram os alunos atuais da Faculdade de Arquitetura por unanimidade de uma assembleia geral do órgão estudantil que este professor na cátedra ou fora dela jamais os induziu a qualquer ação política ou posição ideológica muitos menos a atos de subversão. Testemunha igual deu-o a Congregação da mesma Faculdade também por voto unânime. Não sou certamente o único injustiçado por um sistema de apuração de culpas alheio às lições da carta dos direitos humanos que assegura a todos a defesa com o conhecimento da acusação formatada e, porque não me pesa na consciência a prática de nenhum ato do que provavelmente me atribuem para justificar a punição, subversivo ou contrário ao regime democrático, aguardo tranquilamente meu julgamento futuro. **A. B. Baltar**. (Atas do Conselho Universitário 17ª sessão – 23/10/1964).

Àquela altura, muitos universitários já estavam respondendo seus primeiros Inquéritos Policiais Militares (IPMs). Com base no Código de Justiça Militar (CJM) e na Lei de Segurança (Lei 1.802 de 5 de janeiro de 1953), depois Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei 314, de março de 1967 e Decreto-lei 898, de 29 de setembro de 1969), os IPMS visavam disciplinar e aprimorar os trabalhos da sindicâncias e comissão sumária. Apenas em 1964 a CGI supervisionou cerca de 760 IPMs por todo Brasil (MOTTA, 2014a).

Desde o começo essas comissões foram dominadas pelos militares linha dura. Como observa Motta: “o próprio funcionamento dos IPMs era a maneira do governo oferecer uma válvula de escape para o radicalismo linha dura, que tinha ali oportunidade de vociferar seus rancores e aparecer para opinião pública” (MOTTA, 2014a, p. 50). Com apoio de empresários, políticos, profissionais liberais, sacerdotes, professores e estudantes de extrema direita a dita linha dura funcionava como um grupo de pressão que compunha o governo central sempre pautando a ampliação dos expurgos e das ações de vigilância e de repressão contra os inimigos internos do Estado.

Numa dessas investidas da linha dura o próprio general Taurino Rezende viu seu filho Sérgio Rezende, professor catedrático de economia da UCP, ser preso por denúncias de subversão e indiciado no IPM Rural de Pernambuco. Apesar da liberação em virtude de um *habeas-corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente da CGI imediatamente se viu envolvido num escândalo de repercussão nacional. Uma matéria retrospectiva sobre o caso trazia como título: “Revolução apresentou também lado patético com o drama vivido pelo Marechal Taurino de Rezende, no caso Sérgio” (Diário de Pernambuco –

04/04/1965, p. 8). A campanha movida pela mídia e por grupos, como a Cruzada Democrática Feminina, levaram Castelo Branco a exonerar o general ainda em agosto de 1964. Como na maioria dos casos vigentes até 1968, o Supremo Tribunal Militar (STM) arquivou posteriormente o processo do professor Sérgio Rezende (Diário de Pernambuco – 30/12/1964, p. 8; 14/05/1965, p. 5).

Assim, conforme a decisão do STM, o juiz da 2ª e 9ª Vara Criminal do estado, Agamenon Duarte Lima, arquivou o processo de subversão aberto contra o professor Amaro Quintas e, mais adiante, contra a técnica-administrativa Doris Loureiro (Instituto Tecnológico de Pernambuco e ESQ). No entanto, estas decisões judiciais não podiam reverter as punições sumárias ou outras sanções impostas pelos Atos Institucionais. Em vista disso, estudantes das faculdades de filosofia da UR (FAFIPE e FAFIRE) e da UCP protestaram contra o afastamento do autor do *O Sentido Social da Revolução Praieira* (1977), ao mesmo tempo que jornalistas e intelectuais insuspeitos ao regime apelavam para que as autoridades reexaminassem o caso (Diário de Pernambuco - 07/12/1964, p. 4).

Aquele historiador voltaria a ser preso durante a publicação do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, que suspendeu os direitos constitucionais, ampliou a abrangência da justiça militar (tendo em vista os IPMs como se verá mais adiante), fortaleceu o poder executivo e extinguiu os partidos políticos. Sobre o dispositivo comenta o historiador Marcos Napolitano: "se o golpe foi o batismo de fogo da ditadura, o AI-2 é sua certidão de nascimento definitiva" (2014, p. 79). Foram aprisionados, ainda, os professores Adão Odacir Pinheiro (EBAP), Arnaldo Cavalcanti Marques (FMR) e Gláucio Veiga (Diário de Pernambuco – 29/10/1965, p. 7).

A prisão deste último professor, advogado e diretor do Instituto de Ciências Políticas e Sociais da FAFIPE/UR, foi motivada possivelmente numa matéria jornalística na qual Gilberto Freyre opinava sobre a nomeação do reitor Murilo Guimarães, ao mesmo tempo em que se defendia da acusação de "dedo-duro". Ao longo do texto, para exemplificar a importância de um "país democrático" e da existência de professores "marxistas", "socialistas" e "comunistas", o sociólogo citou os professores Newton Maia, Pinto Ferreira e Gláucio Veiga que, segundo o mesmo, eram "ostensiva e honestamente marxistas nas suas ideias. Mas não agentes de Comunismo sectário que se servissem das cátedras para atividades subversivamente inermes [...] honradamente marxistas" (Diário de Pernambuco 16/08/1964, p. 4). Coincidência ou não os dois primeiros foram processados dois meses depois pela Comissão sumária da CGI e o segundo foi detido no ano seguinte por ocasião do AI-2.

Os IPMs obedeciam aos mais variados temas propostos pela caserna. À vista disso, o advogado Roberto Cavalcanti narra um inquérito que envolvera o editor Ênio Silveira por ter oferecido uma feijoada a Miguel Arraes e aos escritores Barbosa Lima Sobrinho e Álvaro Lins por ocasião de libertação daquele político. Anunciava-se nas gazetas da época: "IPM da Feijoada" (1978, p. 376). Outro exemplo tragicômico foi o "IPM do cavaquinho" instaurado no município de Lajedo, agreste de Pernambuco, "contra Antônio Oliveira da Silva que, embriagado, executou ao som de um cavaquinho em plena via pública, o Hino nacional, fato considerado crime" (Diário de Pernambuco – 19/12/1969, p. 1). Ao passo que no meio universitário os IPMS mais conhecidos foram os da UNE, da UNB, da Faculdade Nacional de Filosofia da UB (FNFi/UB), do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e da UR.

Para conduzir o IPM da UR, o comandante do IV Exército designou por meio da Portaria nº 19 de 1 de julho de 1964, o major Manoel Moreira Paes[18]. Por meio do ofício nº 2-IPM, de 7 de julho de 1964, o major informou ao vice-reitor em exercício da UR, o professor catedrático Newton Maia, da abertura oficial do Inquérito. Objetivava-se, assim, "apurar responsabilidades [...] na 'UNIVERSIDADE DO RECIFE', na prática de atos tendentes à subversão do regime político-democrático, assim como em crime contra o Estado ou seu patrimônio, com ofensa à Lei nº 1802 [...] e ao Código Penal Militar". De imediato o major solicitou providências quanto ao envio em dez dias das seguintes informações e documentos:

> a. Relação, por unidade da Universidade, de todos os catedráticos e docentes, com especificação de: disciplina; data de nomeação; quais os concursados; vencimentos atuais; quais se encontram em disponibilidade (data, vencimento e motivo). b. Relação, também por unidade da Universidade, de todos os assistentes de cátedra, instrutores de ensino e monitores, com especificação de: disciplinas; data de nomeação; títulos para ingresso na função; grau de parentesco, por consanguinidade ou afinidade, entre catedrático e respectivos assistentes (quando for o caso); vencimento atuais; cargos que exercem nos diferentes órgãos de representação estudantil (quando for o caso); quais os que se encontram em disponibilidade (data, vencimentos e motivo). c. relação, ainda por unidade da universidade, de todos os funcionários, com especificação de: função; data de admissão; critério adotado para admissão; grau de parentesco, por consanguinidade ou afinidade, entre elementos do corpo docente e respectivos funcionários (quando for o caso); cargos que exerceram nos diferentes órgãos de representação estudantil (quando for o caso); vencimentos atuais; quais se encontram em disponibilidade (data, vencimento e motivo). 2. Relativas ao corpo discente – relação alfabética , para cada ano do curso e por unidade da Universidade, de todos os alunos, com especificação de: cargos que exerceram nos diferentes órgãos de

[18]Anos mais tarde o oficial faria o curso da Escola da América que ficava no Panamá e era um reconhecido centro de formação de torturadores do governo dos EUA. Segundo Gaspari (2014), dez por centro dos oficiais brasileiros egressos desta Escola foram denunciados por tortura e por morte de presos políticos.

> representação estudantil; quais os que exercem função remunerada em qualquer órgão da administração pública; quais os repetentes (nº de vezes). 3. Discriminação das verbas recebidas pela Universidade, inclusive as especiais; 4. Prestação de contas relativas ao exercício de 1962, 1963 e aos meses de Janeiro, Fevereiro, Março e Maio de 1964. 5. Prestação de contas da verba do convênio com o MEC, relativa ao SEC. 6. Critério para concessão de bolsa de estudo, com discriminação das distribuídas, sua duração e respectivos beneficiados [...] – um exemplar do Regimento da Universidade; - Uma coletânea da Revista "Estudos Universitários" (5 números); - Uma cópia da Sindicância presidida pelo professor catedrático ARMÍNIO DE LALOR MOTA. – e uma cópia das atas de reunião da Comissão de Sindicância (UFPE, 1964c).

Durante os IPMs os denunciados eram submetidos a acareações quase sempre publicadas nos jornais com detalhes de horário, local e nome do indiciado (Diário de Pernambuco – 09/10/1964, p. 7). Essa prática expunha publicamente os envolvidos arruinando a vida social e profissional destas pessoas estigmatizadas com os signos da subversão e da corrupção. Num desses interrogatórios, o crítico Luiz Costa Lima recorda que fora advertido pelo oficial militar: "não tem nada que ficar corrigindo o que está sendo escrito porque o seu caso já está resolvido: você foi denunciado como marxista por Gilberto Freyre e será aposentado" (VERAS, 2012, p. 232). Do mesmo modo, o secretário do SEC, o padre Almeri Bezerra, lembraria depois que os "generais Justino Alves e Muricy, juntamente com o coronel Ibiapina, sentindo que não tinham mais condições de garantir a minha vida (foram eles que o disseram) solicitaram a Dom Helder que os poupasse, mandando-me embora para longe" (MELLO, 2006, p. 11). Os comandantes militares não estavam blefando, pois o clérigo que substituiu o Padre Almeri no trabalho com a juventude católica, o já citado padre Henrique Pereira, seria sequestrado, torturado e assassinado anos mais tarde.

Igualmente ameaçado, o educador Paulo Freire passou por inúmeros interrogatórios e prisões até que aproveitou a ida ao Rio de Janeiro para depor no IPM do ISEB, em setembro de 1964, para refugiar-se na Embaixada da Bolívia, de onde partiu para um exílio de 15 anos. Na Escola de Engenharia, conforme recorda o professor Jônio Lemos, "Ibiapina fez maiores campanhas de luta contra os professores na Escola. Colocou Baltar, Pelópidas Silveira, Acácio Gil Borsoi, Delfim Amorim para fora daqui. A gente o chamava de o 'caceteiro'" (CORTEZ, 2008; VERAS, 2012; Diário de Pernambuco - 23/09/1964, p. 1; 25/09/1964, p. 1; 06/10/1964, p. 1; SANTOS, 2012, p. 191).

Entre 1964 e 1965 o IPM da UR circulou entre o Ministério Público e o IV exército tendo sido a denúncia reapresentada pelo promotor militar Fialho de Oliveira à Justiça Militar no dia 11 de junho de 1966. A peça jurídica apontava Paulo Freire, que já se encontrava exilado,

como “cerne intelectual da subversão na universidade”, assim como denunciava outros 22 estudantes, administrativos e professores: Romeu Padilha de Figueiredo, Paulo Pacheco da Silva, Miriam Campelo, Jomard Muniz de Brito, Artur Eduardo de Oliveira Carvalho, Roberto Mauricio Coutinho, Benjamin Santos, Amaro Carneiro da Silva, Vilma Vaz, Marcius Frederico Cortez, José Sarmento de Melo, Abdias Cabral Filho, José Carlos Rodrigues de Melo, Drummond Xavier Cavalcanti Lima, José Carlos de Morais Vasconcelos, Alexandre Magalhaes da Silveira, Rui Frazão Soares, José Xavier Pessoa de Morais (professor da FAFIPE), Bruno Costa Maranhão, Joel Regueira Teodósio, João Antônio Caixero de Vasconcelos Melo e José Tinoco Machado de Albuquerque (Diário de Pernambuco 12/06/1965, p. 9).

Mais uma vez o auditor da 7ª RM, Dr. Amílcar Cardoso de Menezes Filho recusou a denúncia da promotoria sob a justificativa de “não terem os denunciados incorrido em crimes cujo processamento e julgamento sejam competência da Justiça Militar”, mas sim da “Justiça Ordinária” (Diário de Pernambuco 17/06/1965, p. 9). Pelo visto esse não foi um caso isolado do IPM da UR, pois dias depois o AI-2 solucionou o impasse remanejando para a Justiça Militar a responsabilidade pelo julgamento dos crimes cometidos contra a segurança nacional e contra a ordem política e social .

Como a maioria destes processos, o IPM da UR seria arquivado em novembro de 1967 após o STM acolher por unanimidade o *habeas corpus* impetrado pelo advogado Roque de Brito Alves em favor do advogado e jornalista Arthur Carvalho. Nos meses seguintes o IPM da Rural e outros inquéritos locais foram igualmente anulados, como por exemplo a peça impetrada pelo advogado Fernando Tasso de Sousa em favor dos estudantes egressos José Carlos Rodrigues de Melo, Bruno Maranhão e Drumond Xavier de Lima: “reconhecendo falta de justa causa para procedimento penal contra os mesmos” (VERAS, 2012; Diário de Pernambuco – 10/12/1967, p. 10; 21/04/1968, p. 5).

Outros processos no âmbito das Secretarias de Segurança Públicas também enchiam de ansiedade e de angústia agentes universitários na mira da repressão. Em alguns casos a justiça representou um meio de resistência contra as arbitrariedades cometidas pelo regime e seus agentes. Alguns advogados e advogadas se notabilizaram assim pela arriscada missão de defender processados e presos políticos como Paulo Cavalcanti, Mércia Albuquerque, Roque de Brito Alves e Rui da Costa Antunes que era professor da FDR (CAVALCANTI, 1978; BRITO, 2015).

A despeito do expurgo de professores e administrativos da UR em outubro de 1964 pelo inquérito sumário da CGI, a gestão do reitor Murilo Guimarães (1964-1971), nomeado em agosto deste mesmo ano, trabalhou para evitar novos afastamentos, sobretudo por ocasião do

novo ciclo repressivo acionado após a publicação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Publicado em resposta dos inúmeros protestos estudantis e a luta política travada em 1968 que ficou registrada, sobretudo pela "Passeata dos cem mil", o mais drástico dos atos constitucionais suspendeu por tempo indeterminado direitos políticos, a estabilidade do serviço público e o direto a *Habeas corpus,* dessa forma enrijecendo a ditadura e recomeçando o ciclo de prisões, punições sumárias e atentados (PESSOA, 2005; VERAS, 2012; SANTOS, 2012).

Apenas na Universidade da Paraíba quase 20 professores foram afastados (dentre eles o professor Jomard Muniz de Britto, antigo membro da equipe Paulo Freire de extensão); 79 professores na UNB; cerca de três professores na Universidade do Pará (Depois UFPA) e na Universidade de Goiás (atual UFG); 23 professores da UFRJ; 19 professores UFRGS; 14 professores UFMG (MOTTA, 2014a, p. 164-175)

Inúmeros estudantes foram novamente presos e expulsos da universidade em decorrência do AI-5. Como aponta a literatura sobre o tema e os relatórios das Comissões de Verdade, o dispositivo agravou os atos de violência e de grave violações dos direitos humanos, especialmente contra as organizações de esquerda. O uso combinado desse Ato com outras normas de repressão das organizações discentes, notadamente o Decreto-lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, desmantelou quase todo movimento estudantil de oposição. (SILVA, 2002; MACHADO, 2008; VALLE, 2008; MÜLLER, 2010; CRUZ, 2012; CUNHA; MÜLLER, 2014; FERREIRA, 2014a; BRAYNER; BARBOSA, 2017; OLIVEIRA, 2017).

Muitos desses estudantes ingressaram na guerrilha após a nova onda de repressão imposta pelo AI-5 e pelo Decreto-Lei 477 (SILVA, 2002; RIDENTI, 2010; MOTTA, 2014a; FERREIRA, 2014a). Conhecido como AI-5 das universidades, este último Decreto previa o afastamento sumário de estudantes, pessoal administrativo e professores que se envolvessem em atos de natureza política. Como pena, estabelecia-se a suspensão da matrícula por três anos e do ingresso no serviço público por cinco anos. O principal objetivo era desarticular o que restara da resistência do movimento estudantil. As punições sumárias e a repressão policial e militar contribuiriam para que os atos de rua praticamente desaparecessem entre 1969 e 1975, a despeito da continuidade do movimento estudantil clandestino e da resistência cultural e artística (MACHADO, 2008; MÜLLER, 2010).

Durante a sua vigência, foram processados com base no Decreto 477, cerca de 12 mil estudantes, dos quais 1200 pertenciam a instituições de ensino pernambucanas (MOTTA, 2014a). Dos 12 mil processados, estima-se que de 255 a 263 pessoas (MOTTA, 2014a) foram efetivamente punidas, dentre as quais 91 eram estudantes do estado de Pernambuco (84 do

ensino superior e 7 do secundário, atual ensino médio), isto é, cerca de 34,6% de todos os atingidos (MACHADO, 2008, p. 103-104; BRAYNER; BARBOSA, 2017, p. 239-240).

Estudos mais recentes revelam que o 477 terminou funcionando menos como instrumento de punição concreta do que de intimidação e de terror direcionados ao corpo discente. Como se deu com os IPMs, as punições esbarraram em impasses jurídicos e nas próprias condições de aplicação estabelecidas com procedimentos e prazos, amiúde, inexequíveis. Por exemplo, em um único caso na UNB, o AI-5 afastou em 1969 cerca de 250 estudantes, isto é, quase o número total de punidos pelo 477 (MOTTA, 2014a). Mais uma vez a justiça representou um obstáculo à efetivação das penas, aliás com alguns casos de intimação dos diretores responsáveis pelas sindicâncias para darem explicação às autoridades judiciárias (Diário de Pernambuco – 30/03/1969, p. 15; 06/08/1969, p. 6; 15/08/1969, p. 3; 26/08/1969, p. 6; 24/09/1969, p. 6).

Em outro caso, o diretor da EEP, Arnóbio Marques da Gama, indiciou todos os estudantes da unidade por ocasião da "greve de protesto por 24 horas", realizada em 7 de abril de 1969. Na Portaria de nº 26 da EEP estava expresso o objetivo de divulgar a "legislação que considera infratores não só aqueles que aliciam ou promovem ausências coletivas às aulas, mas também os que participam dessas ausências". Por conseguinte, explicava "que as sindicâncias procedidas comprovaram a existência de uma minoria que se oculta no anonimato para pixar, depredar e distribuir panfletos a fim de conseguir fazer recair a responsabilidade de seus atos ilegais sobre o corpo discente", assim determinando "novas sindicâncias para esclarecer em definitivo a posição dos alunos"(Diário de Pernambuco – 25/04/1969, p. 2). Apesar desta e de outras sindicâncias instaladas na EEP, na época o coração político do movimento estudantil do estado, nenhum estudante foi efetivamente punido na unidade pelo Decreto 477. Conforme dados apresentados pelo o relatório da CMVDHC, segue a lista de estudantes punidos pelo 477/69 em Pernambuco:

Tabela 3 - Estudantes do estado de Pernambuco cassados pelo Decreto-lei 477/69

UFPE	FMR	Alírio Guerra; Luciano Siqueira; Marcos Burle Aguiar.
	FDR	Eneida Melo Correa de Araújo; José Bradley; José Tomaz da Silva Nono Neto; Marcelo Santa Cruz de Oliveira; Marlene Diniz Villanova; Valdomiro Pereira Barros.
	IFCH	Arnou de Holanda Cavalcanti.
	Faculdade de Odontologia	Aída Maria Custódio de Lima; Geny Abramof; Lúcia Carneiro de Souza; Maria de Fátima Bernardes de Lacerda; Luiz Carlos Pimentel Cintra; Martha Maria Henrique da Silva; Vera Lúcia Sobral Delgado.
	Escola de Enfermagem	Ranúsia Alves Rodrigues.

	FCE	Aécio Flávio Vieira Andrade; Eleonora Garcia Cardoso; Cristina Maria Buarque; Margarida Maria Costa Carvalho; Nagiciana Cardoso Cunha; Mário Roberto Pereira; Cláudio de Paiva Maia Gomes; Carlos José França e Silva; Carlos Henrique de Albuquerque; Oswaldo Moraes Sarmento.
UFRPE	Escola de Agronomia	Carlos Alberto Lopes Neves; Eduardo José de Almeida; Jose Carlos do Nascimento; José Pereira dos Santos; Jonas Celso Maia de Brito; Juarez José Gomes.[19]
	Escola Superior de Veterinária	Alberto Soares da Silva; Antônio Castanha de Souza; Geraldo Paes de Vasconcelos; Glauco Augusto Duque Porto; Gregório Isaac de Macedo; Jailton Balbino dos Santos; Joaquim Xavier de Araújo; José Gomes de Lima; José Moura e Fontes; Macedo Apolinário de Oliveira; Paulo Eduardo de Andrade; Petrônio Correia Sodré; Relúcio José Correia de Mendonça; Roberto Leite Targino; Sandino de Albuquerque Pereira; Veramilton Almeida da Silva.
UCP	Curso de direito	Alberto Romeu Leite; Carlos Eduardo Vasconcelos; João Bosco Tenório; João Marques; João Paulo Cavalcanti Filho; Paulo Henrique Muniz Maciel; Raimundo Nonato; Rosalvo Melo.
	Curso de Economia	Francisco Alberto Alencar; Luís Augusto Pontual; Ricardo Antônio Vanderley Tavares.
	Curso de Filosofia	Ana Cristina Arruda Salgueiro; Ana Elizabeth Salgueiro; César Augusto Sales de Araújo; Célia Maria Muniz de Brito; Francisco Monte Alverne de Sales Sampaio; Glauvânia Oliveira Melo; Hugo Farias Ramos; José Tadeu Colares; Marcos Vinícius Oliveira de Ataíde; Maria Lia Cavalcanti; Maria do Rosário Collier; Matilde Maria Almeida Melo; Ricardo José Delgado Noblat; Romildo Rangel do Rego Barros; Sônia de Miranda Guilliod; Tarcísio Alves da Costa; Valdomiro Pereira Barros; Vera Lúcia Sobral Delgado.
FESP	FCM	Francisco de Sales Gadelha de Oliveira; José Luiz de Oliveira; José Romualdo Filho; Paulo Santos Carneiro; Rosane Alves Rodrigues.
Secretaria de educação de Pernambuco (secundaristas)	-	Alfredo Lopes Ferreira Filho; Genezil Aguiar Coelho Moura; Geraldo Sobreira Liberalquino; José Sebastião Lins; Judas Tadeu de Lira Gabriel; Lilia Maria Pinto Gondim; Paulo Fernando Magalhães Santos.

(BRAYNER; BARBOSA, 2017, p. 239-241).

Essas cassações ocorreram durante a gestão dos reitores Murilo Guimarães (UFPE - 1964-1971), Potiguar Matos (UCP – 1969-1971), Arthur Lopes Pereira (UFRPE – 1967-1969) e Adierson Erasmo de Azevedo (UFRPE – 1969-1973). No entanto, a aplicação do 477/69 era responsabilidade dos diretores das unidades acadêmicas, tais quais os demais dispositivos de repressão da estudantada (a Lei Suplicy e a Lei Aragão).

Dentre os dirigentes universitários que mais se utilizaram do 477, encontram-se em ordem decrescente de processos abertos: Potiguar Matos (UCP); Humberto Vernet (Diretor da

[19] Cancelado por meio de mandado de segurança (*Diário de Pernambuco*, 26/08/1969, p. 6)

Escola Superior de Veterinária da UFRPE); Nelson da Costa Carvalho (Diretor da FCE da UFPE); Henrique de Freire Barros (diretor da Faculdade de Odontologia da UFPE), Claudio Selva (Diretor da Escola de Agronomia da UFRPE); Mário Neves Batista (Diretor da FDR da UFPE); Valdemar de Oliveira (Diretor da FCM/FESP); Jorge Lobo e Artur Coutinho (Diretor efetivo e interino da FMR da UFPE); Cecília M. Domênica Sagniotto Di Lascio (Diretora da Escola de Enfermagem da UFPE); e, finalmente, Geraldo Lafayette (diretor do IFCH da UFPE).

Mesmo situado após o recorte cronológico proposto por este trabalho, é importante registrar que um último ciclo de repressão contra professores e técnicos-administrativos aconteceu nos anos de abertura política pela gestão do reitor Geraldo Lafayette (1979-1983).Um primeiro efeito da crise da gestão Lafayette foi a transferência definitiva por Gilberto Freyre do Seminário de Tropicologia da UFPE para a Fundação Joaquim Nabuco, ainda em 1979. Por conseguinte, a universidade demitiu e cometeu outras ilegalidades entre 1981 e 1982 contra os professores Waldomiro Cavalcanti da Silva, Cesare Galvan, Marcelo Gravini Antinori, Denis Bernardes, Sylvio Zanchetti, Alberto Clementino Junior e Célia Maria de Lira Cavalcante da Silva (BRAYNER; BARBOSA, 2017). A chegada do antigo diretor do IFCH à reitoria, com apoio da chamada linha dura, rachou momentaneamente a unidade entre governistas, construída pelo professor Murilo Guimarães nos anos 1960. Esta coesão apenas seria retomada com a nomeação do reitor George Browne (1983-1987), cujos herdeiros políticos permaneceram à frente da reitoria da UFPE até 2002 (SANTOS, 2012).

Todos estes ciclos repressivos suscitaram diferentes formas de resistência por meio da contestação pacífica, e depois armada, da parte das guerrilhas. As ações ditas legalistas por meio do movimento estudantil, da justiça e do partido de oposição consentida, o MDB, conviveram igualmente com negociações intermediadas por políticos, autoridades acadêmicas, familiares, amigos, etc., aderidos ou acomodados ao regime. Essa dinâmica de arrefecimento da repressão e da intervenção ditatorial impunha variadas formas de desmobilização e de cooptação das forças de oposição, no geral indispensáveis ao jogo de produção ditatorial de legitimidade, consenso e consentimento (QUADRAT; ROLLEMBERG, 2010; CRUZ, 2012; MOTTA, 2014a)

O testemunho de professores dirigentes do período ditatorial, como Jônio Lemos (Diretor e Vice-Reitor), Maria Mac Dowell (Diretora e Pró-reitora), George Browne (Secretário e Reitor) e Palhares Moreira Reis (Diretor), descreve com riqueza de detalhes o cotidiano da administração acadêmica naqueles anos, aliás, com episódios de repressão ditos engraçados (SANTOS, 2012). Mas como observa o relatório da CMVDHC, os episódios cômicos foram na verdade situações de humilhação impostas aos docentes diante de militares, em sua maioria

pouco afeita ao mundo das letras" (BRAYNER; BARBOSA, 2017, p. 226). Para entender o problema em questão é importante ir além dessa memória oficial de uma UFPE resistente e livre de intervenções ou punições. Essa imagem monumental do passado apoia-se no discurso dos antigos dirigentes "de fato, não houve qualquer cassação, qualquer aposentadoria" (SANTOS, 2012, p. 46); "Não posso dizer que houve dentro da Universidade ações militares, 'stricto sensu'" (SANTOS, 2012, p. 121); "Da universidade Federal de Pernambuco nunca vai ser escrito nenhum livro negro" (SANTOS, 2012, p. 253).

Se os dados apresentados revelam que a cassação de professores e de pessoal administrativo da UFPE se concentrou de fato em 1964, a memória de uma universidade independente e livre de repressão é imprecisa. Sobre a primeira, cabe observar os jogos de adesão e de acomodação que permearam a relação entre dirigentes universitários e o regime militar, especialmente no que concerne à produção da política universitária ditatorial em seus aspectos repressivos e modernizantes. Estas práticas, ao mesmo tempo que esmoreciam a repressão, contribuíam com a institucionalização do regime militar por meio do monopólio de dirigentes universitários aderidos e neutros, da desmobilização da resistência universitária, da implantação de programas ditatoriais, do controle de recrutamento da população acadêmica, dentre outros aspectos. Ademais, como se pode observar, a repressão aos estudantes em Pernambuco ficou longe da recordação conciliadora de uma universidade pacificada por uma gestão acadêmica democrática aderida à ditadura.

2.2 A QUEDA DE JOÃO ALFREDO

Em dezembro de 1963 o clima político do Brasil se tornara um barril de pólvora. Com o governo federal se aproximando cada vez mais das esquerdas, a imprensa marchara em bloco para oposição. Goulart e o movimento de reforma de base se afirmavam, então, como centro gravitacional das esquerdas, à medida que o golpe se tornava a palavra de ordem das forças de oposição civis e militares (FERREIRA; GOMES, 2014).

No meio educacional, a militância progressista convergia para o movimento de reforma universitária e para as frentes nacionais de alfabetização em ascensão desde os tempos do Movimento de Cultura Popular (MCP). Como já foi citado, a iniciativa fora criada em 1960, durante a gestão do prefeito Miguel Arraes (1959-1962), por intelectuais e artistas ligados a um braço progressista da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Centenas de movimentos de educação e de cultura popular surgiram naqueles anos, como o Centro Popular de Cultura da UNE (CPC/UNE), o Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife

(SEC/UR), o Movimento de Educação de Base da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (MEB/CNBB), dentre outros (VERAS, 2012; VERAS, 2016).

Desta maneira, quando o reitor João Alfredo convidou em 1962 o educador Paulo Freire para criar o Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (SEC/UR), a impressão da intelectualidade estabelecida era um misto de desdém, desconfiança e ódio. Desde o malogro no concurso para Cátedra de Filosofia e História da Educação, que o educador se encontrava dirigindo o Setor de Educação do MCP. Ali desenvolvia uma pedagogia libertadora cujo método de letramento abolia as famosas cartilhas de alfabetização. No SEC, Paulo Freire e sua equipe executavam três programas inicialmente: o Sistema Paulo Freire de Educação, a Rádio Universidade e a *Revista Estudos Universitários*. Para isto, mantiveram diálogo permanente com o MCP e outros movimentos sociais, assim erigindo uma *práxis* que fundamenta desde então o campo da Educação Popular.

Este diálogo com grupos populares e de esquerda era visto com desconfiança pelas elites culturais dominantes. Neste sentido, Paulo Rosas lembra que ao comunicar sua saída do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife (CRPE)[20] para atuar na Divisão de Pesquisas do MCP, o diretor daquele órgão, o sociólogo Gilberto Freyre, o advertira do perigo de se meter com os comunistas (ROSAS, 2001, p. LIX).

É importante recordar ainda que a criação do SEC e a reforma do Estatuto da UR durante o reitorado de João Alfredo promoviam a participação estudantil pelo exercício da extensão e pela representação nos órgãos de administração e direção universitária. Longe de uma concessão da administração, esta mudança é fruto do fortalecimento do movimento de Reforma Universitária e de uma greve estudantil de repercussão nacional, cujo início se dera através da ocupação da FDR em 1961. Na época o reitor João Alfredo criara uma Comissão para debater as reivindicações discentes, tendo sido, inclusive, convidado para palestrar no mesmo ano no I Seminário de Reforma Universitária da UNE[21].

Em vista disso, a trajetória biográfica e profissional do reitor João Alfredo tem suscitado diferentes interpretações dos pesquisadores. Uma parte destes trabalhos se apoia em análises de cunho socioeconômico e político para definir o programa de universidade popular da UR como uma manifestação acadêmica do populismo e do mandonismo. Este olhar sublinha a manipulação e a cooptação do Reitor e seu grupo político através do Serviço de Extensão sobre

[20] A antiga sede do CRPE abriga hoje um dos edifícios da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ).

[21] Do evento realizado em 1961 em Salvador seria publicada "A declaração da Bahia", primeiro documento que manifesta as reivindicações do movimento de reforma universitária que se integrou naqueles anos à frente social mais ampla por reformas de base (reforma agrária, reforma política, reforma urbana, etc.).

a pretensa ação ingênua ou passiva da comunidade universitária mais ampla da sociedade (SILVA JUNIOR, 2012; PERRUCI, s/d, s/p). Como se poderá ver, essa tese se aproxima, em suas devidas proporções, das denúncias de proselitismo comunista que resultaram na prisão dos membros do SEC e na renúncia de João Alfredo.

Numa outra perspectiva, procurou-se mapear a teia complexa e ziguezagueante do ambiente acadêmico e sociocultural que circulou o golpe. O problema heurístico direcionava-se deste modo as multiplicidades históricas através das quais os professores, os estudantes, os administrativos, dentre outros colaboradores, atribuíram diferentes sentidos à universidade e se mobilizaram, acionando recursos desiguais, em defesa de seus interesses e desejos. Neste caso, a manutenção do *status quo* acadêmico convive com as linhas de fuga que arrastam a comunidade universitária para o redemoinho político e cultural dos anos 1960 (VERAS, 2012).

Como se verá, as escolhas do reitor João Alfredo tiveram diferentes repercussões entre sua primeira eleição em 1959 e sua renúncia em 1964[22]. Sua ação não estava totalmente prevista por sua origem sociocultural de classe e de grupos como catedrático, afinal suas disposições políticas obedeciam às incertezas do momento. Desta forma, à medida que se posicionava no campo das esquerdas, também possuía fluência nos demais polos políticos. Esta relação se azeda parcialmente no final de 1963, quando é tragado pela ampla coalizão de oposição que se mobilizava pela deposição de João Goulart e de seus aliados. Embora o ambiente não fosse inicialmente favorável, devido às tentativas frustradas de golpe e a bandeira da legalidade, os grupos liberais e conservadores buscavam se reorganizar em todos os meios sociais, inclusive intelectual, como se verá adiante.

O trabalho de René Armand Dreifuss sobre a participação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (1959-1963) e do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (1962- 1972) no golpe de Estado de 1964 mapeou o arsenal de ações socioculturais e políticas utilizadas contra o bloco popular e reformista liderado por Goulart. Esta campanha era mantida com recursos de empresas nacionais e multinacionais e da Central de Inteligência Americana (CIA), através de doações ilegais e de outras práticas espúrias. A dita "ação ideológica e social" destes grupos

[22] Entre 1931 e 1995 os reitores de universidades federais e estaduais no Brasil eram nomeados pelo presidente da república por meio de lista tríplice (e sêxtupla após 1968) escolhida por professores catedráticos e titulares membros do conselho universitário (Lei nº 19.851/1931 e a Lei nº 5.540/1968). A luta do movimento estudantil por gestão democrática ganhou, em meados dos anos 1970, o apoio das nascentes associações docentes (no caso da UFPE a ADUFPE), apenas conquistado o direito a consulta prévia à comunidade universitária em 1995 com a promulgação da Lei nº 9.192/1995, Decreto nº 1.916/1996 e Lei nº 9.394/1996 (Lei de diretrizes e bases da educação nacional). Os mesmos dispositivos jurídicos asseguram ao corpo docente o voto com peso de setenta por cento em detrimento das demais categorias de estudantes e de técnicos-administrativos. A UFPE foi uma das últimas universidades brasileira a implantar a consulta prévia para elaboração da lista tríplice para nomeação de reitor.

consistia nas atividades publicitária, midiática e intelectual de fortalecimento do programa de direita e antipopular e de desestabilização do programa reformista. Esta última se baseava nas táticas de desinformação e contrainformação por meio da circulação de informações falsas, exageradas, caluniosas e difamatórias sobre lideranças, programas e instituições de esquerda, modalidade que ficaria conhecido no tempo presente como *fakenews*. Na universidade estas ações caracterizaram-se também pelo apoio múltiplo aos programas de ensino, pesquisa, extensão e gestão de cunho conservador: cursos de todos os níveis, publicações (periódicos acadêmicos e de grande circulação, livros, panfletos, filmes, programas de TV e rádio, etc.), eventos, grupos de estudo, bolsas, programas de fomentos, etc.

De outra forma, havia também uma preocupação em relação à mobilização de lideranças, organizações e instituições neutras ou simpáticas aos valores capitalistas, conservadores e anticomunistas. Esta "ação política" se concentrava geralmente no financiamento de candidaturas de políticos, de dirigentes e de lideranças sociais, na compra de apoio e de decisões públicas (*lobby*) e na mobilização de grupos pacíficos e armados de direita. Neste caso, a estratégia era mobilizar agentes e grupos conservadores para enfrentar organizações de esquerda e, de maneira geral, a pauta reformista. Dentre os grupos a serem freados no âmbito da educação se encontravam o Instituo Superior de Estudo Brasileiro (ISEB), a UNE, o MCP, o CPC, o SEC, entre outros.

Neste sentido, mantiveram algumas dezenas de iniciativas estudantis e acadêmicas com fins de disputa de corações e mentes da universidade: Movimento Estudantil Democrático (MED), Frente da Juventude Democrática (FJD), Grupo de Ação Patriótica (GAP), Associação de Cultura Brasileira, Revista Convívio, Instituto Universitário do Livro – IUL, Movimento Universitário do Desfavelamento – MUD, Revista moderada Cadernos Brasileiros; Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEPS/PUC-RJ), a publicação "Síntese: política econômica e social", a Campanha de Educação Cívica – (CEC), Centro de Documentação e Pesquisa Política e Social, Instituto Universitário de Ciências Sociais (Escola Superior de Ciências Políticas e Sociais e Escola de formação de líderes - EFL) da PUC-SP, Curso de Ciência Política e Sociais da FFCL, da Universidade Católica de Campinas, Centro de Estudos Sociais Brasileiros (CESB-RJ); Serviço de Promoção Social (SPS-PE), Associação Brasileira do Congresso de Liberdade da Cultura, Instituto de Formação Social (IFS), Fundação Coimbra Bueno, etc (DREIFUSS, 1981).

Além disso, não titubearam em fazer uso do terrorismo através dos já citados grupos paramilitares, como o Movimento Anticomunista (MAC) e o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). O próprio General, o político e empresário Golbery Couto Silva, uma das principais lideranças do golpe e da ditadura, supervisionava pessoalmente a campanha estudantil do IPES.

Enquanto o IBAD foi fechado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou sua patente ilegalidade em 1963, o IPES seguiu funcionando até 1972 (DREIFUSS, 1981; FERREIRA; GOMES, 2014).

Devido à forte mobilização no campo e na cidade, Pernambuco se tornou o epicentro desta campanha conservadora no Norte e Nordeste do Brasil. Neste sentido, é que se dão as lutas travadas entre o MCP e a Serviço de Promoção Social (SPS - uma sucursal do IBAD - BATISTA, 1987; DREIFUSS, 1981; VERAS, 2012,). O complexo empresarial assegurou, da mesma maneira, a eleição do presidente da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), Marcos Antônio Maciel. O antigo presidente do DCE da UR (1960-1962) apoiou no congresso da UNE de 1963 a chapa financiada pelas forças de direita, mas foi derrotado pela "Chapa Unidade", presidida pelo estudante de medicina, José Serra, numa coligação da Ação Popular (uma dissidência da Juventude Universitária Católica) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB)[23].

Portanto, o fortalecimento da frente popular no início dos anos 1960 ampliaria os canais de comunicação do campo de esquerda com as organizações estudantis e a Reitoria da UR. Do ponto de vista político local este deslocamento é inseparável da chegada de Arraes à prefeitura do Recife e ao Governo do estado, da presença marcante da SUDENE e de Celso Furtado e do fortalecimento dos movimentos sociais do campo e da cidade (as ligas camponesas, os sindicatos rurais, o sindicalismo urbano, as associações comunitárias e de bairro, os movimentos de educação e cultura popular, o movimento estudantil, etc.). João Alfredo também contava com o apoio político de seu genro, o deputado Antonio Neves (PTB), cujo prestígio favoreceu a relação entre a reitoria e a capital; "foi seu braço político", como recorda a professora Maria Mac Dowell (SANTOS, 2012, p. 235-236).

Não que o reitor João Alfredo fosse um homem de esquerda. Assumira, no entanto, uma posição progressista por força do ambiente e das alianças políticas estabelecidas. A própria forma de lidar com os estudantes mudara, pois abandonou naqueles anos a cultura dos catedráticos de não falar com o alunado (VERAS, 2012), como recorda o professor Palhares Moreira Reis:

> Joaquim Amazonas, por exemplo, como comentava os antigos, não falava com estudante [...] Quando papai morreu, ele veio do aeroporto direto lá pra casa. Ele falou com mamãe, falou com minha irmã, falou com meus dois

[23] Marcos Antônio, como era conhecido, apoiaria a chapa para UNE 1963 financiada pelo IPES/IBAD e liderada por Luiz Fernando Ferreira (FM da USP – presidente) e Luiz Fernando Levy (filho do udenista Hebert Levy).

> irmãos e não falou comigo porque eu era estudante da universidade [...]. Já o reitor João Alfredo, não. João Alfredo era simpático, cordial mesmo. Muito diferente. Falava com todo mundo. Diferente era o reitor Murilo Guimarães, que aparentava ser uma pessoa muito seca, porém era muito humano e cordial (SANTOS, 2012, p. 38).

A disposição política do reitor se motivara igualmente no diálogo com Paulo Freire e seu "método" ou "sistema" educacional, da qual era apoiador desde os tempos da Escola de Belas Artes. João Alfredo não viveu o suficiente para ver que sua aposta não fora em vão, afinal parte de sua queda se motivara na abertura da universidade à pedagogia do futuro patrono da educação brasileira e terceiro autor mais citado em trabalhos acadêmicos em língua inglesa[24].

Por outro lado, considerando a total dependência da universidade brasileira em relação ao Estado, ainda hoje imperante, a boa relação política com o Governo Federal, Estadual e Municipal era imprescindível para concretizar seu programa de gestão, a despeito da posição política. Finalmente, a disposição do reitor se respaldava também numa fração de professores e administrativos que colaboravam silenciosamente com o campo progressista no estado[25].

A presente narrativa histórica examinou como as forças políticas responsáveis pelo golpe se apropriam dos meios de comunicação para reivindicar um corpo social brasileiro limpo, desinfetado, expurgado, saneado, higienizado, etc. Esta campanha se deu através de uma parafernália de signos, de práticas e de organizações subjetivas e sociais com fins de eliminação dos concorrentes e de controle das agênciais institucionais e seus fluxos. A ação jornalística e publicitária normalmente parte de chamadas multimídias repetitivas, sucintas e conectadas apelativamente e imperativamente ao senso comum e a sentimentos como o medo, o ódio, a desconfiança, dentre outros afetos que tecem as amarras da intolerância sociocultural e política.

A narrativa sugere que a polarização da época ganha uma dimensão própria na universidade, isto é, que na política universitária são as posições no campo acadêmico que condicionam as disposições políticas gerais dos universitários. A constante referência às verbas, empregos, prestigio, órgãos e outros recursos da universidade mostram que as denúncias anticomunistas são inseparáveis da luta pela conquista de espaços de produção acadêmica, tanto pelo que representam, quanto pelo que mobilizam. Afinal, estas instâncias de poder

[24] Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/06/04/Paulo-Freire-é-o-terceiro-pensador-mais-citado-em-trabalhos-pelo-mundo; Acesso em: 03 out. 2017; Disponível em : http://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/02/so-um-livro-brasileiro-entra-no-top-100-de-universidades-de-lingua-inglesa.html; Acesso em: 03 out. 2017.

[25] No campo acadêmico havia uma base de apoio forte às esquerdas, especialmente, no Hospital das Clínicas, na Faculdade de Medicina do Recife, na Escola de Engenharia, na Faculdade de Direito, Faculdade de Filosofia, dentre outros grupos. Ver entrevistas com a Professora Socorro Ferraz no projeto Marcas da Memória (2011).

hierarquizado possibilitam o controle intenso das unidades administrativas adjacentes e de seus fluxos: recrutamentos, cursos, currículos, exames, programas didático-científicos, publicações, livros, diplomas, espaços físicos, laboratórios, equipamentos, transporte, enfim toda fluidez da máquina universitária.

Neste sentido, um grupo de intelectuais ligado às instituições culturais e educacionais do Recife iniciaram uma guerra contra a revista *Estudos Universitários* e seu programa realista de cultura. Sobre esta história é importante recordar a liderança final de Gilberto Freyre, bem como da professora Maria do Carmo Tavares de Miranda, para o empastelamento do periódico e a demissão de seu redator, o crítico Luiz Costa Lima, em dezembro de 1963, assim como a solidariedade com os jovens periodistas do SEC, do professor e conselheiro Rui Antunes e do Diretório Central dos Estudantes da UR (DCE - VERAS, 2012).

A inauguração definitiva da Rádio Universidade fez da estação o novo alvo daquele grupo chamado por Paulo Rosas de "intelectuais conservadores prudentes". Estes grupos estavam estabelecidos nas principais instituições culturais do estado, como o Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife (CRPER/INEP)[26], o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), o Gabinete Português de Leitura, a Academia Pernambucana de Letras, o Instituto Arqueológico, Geográfico e Histórico de Pernambuco (IAGHPE), o Arquivo Público Estadual, o Gabinete Português de Leitura e a Universidade do Recife (ROSAS, 2001, p. LVII)

Para esta família letrada urgia defender as posições institucionais conquistadas nas últimas décadas, da mesma maneira que preservar uma prática intelectual nutrida na cultura tradicional brasileira, em suas matrizes lusotropicais. Embora não desconsiderassem os problemas das classes populares e trabalhadoras, esta *intelligentsia* defendia o enfrentamento das injustiças sociais por meio de soluções conciliadoras que conservassem o *status quo*. A crescente aproximação da Reitoria da UR com o bloco reformista, os "intelectuários", como Gilberto Freyre chamava os intelectuais de esquerda, e a nomeação de Paulo Rosas para direção do recém inaugurado ICH mergulhou a Universidade no torvelinho de conflitos que arrastou pelo ralo a ordem constitucional estabelecida em 1946 (ROSAS, 2001).

No geral as denúncias anticomunistas contra o SEC e a Reitoria partiram do *Diário de Pernambuco*, principal veículo de comunicação das classes e grupos dominantes da região. Se no final da contenda o coro de denúncias se concentrou na voz de Gilberto Freyre, antes disso

[26] Vinculado ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP – atual Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

ecoou entre as colunas “Periscópio” e “Informativo Econômico”. As sessões de economia e política do jornal eram assinadas, respectivamente, pelos jornalistas Paulo Malta e Marcos Aurélio da Alcântara.

A primeira e demais denúncias se apoiavam em informações exacerbadas e falsas sobre um programa radiofônico de alfabetização mantido pelo MCP e pelo Movimento de Educação de Base da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (MEB) na Rádio Universidade. Segundo o colunista do “Informativo Econômico”: “pontas avançadas do esquerdismo” e “comunismo” promovidos com “apoio e incentivo do magnífico reitor”.

Estas publicações sempre faziam largo uso do léxico anticomunista tão em voga na Guerra Fria: “proselitismo marxista-leninista”, “batalha da conquista ideológica”, “guerra psicológica”, “subversão”, dentre outros. Os signos da intolerância política e sociocultural são costurados amiúde com advertências que estimulam a paranoia e o medo: “Não digam os democratas, quando perderem, definitivamente, o poder político no Brasil, que a campanha era surda e traiçoeira” (*Diário de Pernambuco*, 19/12/1963, p. 4).

Diante das denúncias, o Reitor não tardou em sair em defesa da Rádio Universidade. Neste sentido, esclareceu que a campanha de alfabetização do MEB e do MCP não se utilizavam da estação universitária, assim como a inexistência de projetos radiofônicos com cartilhas de alfabetização pois o “sistema Paulo Freire” abolira as cartilhas. Sobre o “Campanha de alfabetização” explicou que o programa diário de apenas 15 minutos visava divulgar os desdobramentos do Plano Nacional de Alfabetização e da Comissão de Cultura Popular. Para orgulho do reitor estas iniciativas nacionais se baseavam na experiência institucional do SEC (*Diário de Pernambuco*, 22/12/1963, p. 9).

Talvez ele não ignorasse que ali estava justamente a principal fonte de toda a discórdia. Assim, sem clima natalino, o colunista do *Diário de Pernambuco* seguia denunciando o que chama de “orientação facciosa e comunista”, de “propaganda subversiva” e de “técnica subliminar de propaganda” próprias ao MCP, ao SEC e à UNE (*Diário de Pernambuco*, 24/12/1963, p. 4). Da mesma maneira volta a diferir novos ataques em pleno “Dia de confraternização universal” quanto à “omissão do Magnífico reitor” em “substituir os redatores do programa e limpar o Serviço dos seus elementos mais radicais”; bem como pelo desagrado diante da manifestação de apoio a estação do presidente do DCE/UR: “distinto jovem, até há pouco tido como bom moço”.

Numa segunda parte do texto, o jornalista se coloca como porta voz da insatisfação de dirigentes escolares no que concerne ao repasse de recursos federais para o SEC/UR, em suposto detrimento das unidades de Medicina, Geologia, Engenharia, Antibióticos e Micologia.

Cita inclusive um "Relatório Azul" com demonstrativo das despesas universitárias de pessoal "muito acima do admissível". Ainda desgostoso, acusa a pedagogia Paulo Freire de plágio. Ao que conclui descrevendo a cooperação estabelecida entre a reitoria da UR e os movimentos sociais para expandir o programa de educação popular na zona da mata: "Tudo, para conseguir o processo de libertação do nosso povo: com gordas verbas federais, bons empregos, prestígio e carro oficial. Às custas da Reitoria" (*Diário de Pernambuco*, 01/01/1964, p. 4).

Em nenhum momento a elite docente se manifestou publicamente para defender ou para confirmar as denúncias contra o reitor, apesar da polarização política da universidade. O tema foi tratado brevemente no final da reunião do Conselho Universitário realizada num emblemático 12 de março, data do comício da central do Brasil, pelo vice-reitor Newton Maia. De toda forma o presidente em exercício do Conselho destacou o esforço da gestão por mais verbas – "movimento no país inteiro" – sob o apoio do presidente do DCE (UFPE, 1965; SANTOS, 2010, p. 80).

Mas antes disso o jornalista Marcos de Alcântara costurava outras alianças sem pudor em expor as conspirações em curso, quando encaminhou as denúncias anticomunistas de "mecenato da reitoria" e "Casamento MCP Rádio Universidade" para o comandante do IV Exército - "cuja[s] leitura[s], recomendo, seriamente, ao General Justino Alves Bastos, nos seus fins de semana" (*Diário de Pernambuco*, 12/01/64, p. 4).

Uma semana depois voltou a bater na questão orçamentária dos centros universitários, especialmente FMR e FCE, ou mesmo nas bolsas de pós-graduação concedidas pela SUDENE. De forma repetitiva, as ações pioneiras de ensino, pesquisa e extensão da universidade são sempre associadas à subversão, ilegalidade e infiltração comunista (*Diário de Pernambuco*, 16/01/1964, p. 4).

Sem concessões para defesa dos alvos das denúncias, as matérias seguem expondo toda sua intolerância ante a Rádio Universidade e aos programas de educação para os camponeses da zona da mata. Desta forma, ao apontar suas referências pedagógicas nos pesquisadores Carlos Frederico Maciel e Tarcísio Rego Quirino, do CRPER, assim como nas escolas confessionais e profissionais do "Sistema S"[27], o jornalista enuncia os pessoas, grupos, classes

[27] Rede de organizações de treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa, extensão e inovação mantida por entidades de classe empresarial com incentivo fiscal do Estado e do trabalhador brasileiro. Na época, Serviço Social da Industria (SESI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequeno Empresas (SEBRAE – CÂMARA, 2105).

e instituições que alimentavam sua crítica (*Diário de Pernambuco*, 19/01/64, p. 4; 09/02/64, p. 4; 15/02/64, p.4; 16/02/64, p. 4; 26/02/1964, p. 4).

Entre março e abril as matérias se tornaram cada vez mais virulentas. Sem sucesso, a Rádio Universidade é denunciada desta vez por ceder espaço em sua programação aos ditos "padres participantes" ou "engajados". Apesar da participação de antigos militantes da JUC e de dois padres da Equipe Paulo Freire, Paulo Gaspar Menezes e Almeri Bezerra, este último vice-diretor do Serviço, bem como dos colaboradores do MEB, não há registro que nenhum deles tenha mantido programas da Rádio Universidade. Embebido em suas próprias ficções o jornalista se regozijaria por ocasião do golpe de Estado: "A esta altura, acredito que a emissora já tenha sido devidamente ocupada pelas forças do IV Exército [...] interditando também os padres e agitadores que faziam dos microfones a tribuna de sua pregação subversiva e totalitária" (*Diário de Pernambuco*, 10/03/1964, p. 4; 14/03/1964, p. 4; 22/03/1964, p.4; 03/04/1964, p. 4).

Diante da intervenção militar, o reitor João Alfredo tentou se acomodar ao novo ambiente político, de modo a assegurar seu projeto de gestão e resguardar a universidade de uma possível intervenção. No dia 6 de abril ele comunica ao General Joaquim Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército, sobre a nomeação de Edmir Regis[28] para dirigir o SEC e a Rádio Universidade, uma vez que os antigos diretores e membros do órgão se encontravam presos ou foragidos (*Diário de Pernambuco*, 07/04/1964, p. 3). O jornalista agradeceu publicamente ao Reitor pela oportunidade e anunciou uma programação renovada em convênio com o Instituto de Ciências da Informação da UNICAP: "dentro de critérios absolutamente culturais e recreativos" (*Diário de Pernambuco*,19/04/1964, p. 3; 26/04/1964, p. 14).

Ainda no mês de abril um grupo de estudantes liderados por Fernando Freyre, aluno da FDR e filho primogênito de Gilberto Freyre, visitou a sede do Diário de Pernambuco para exigir das autoridades a saída imediata do professor João Alfredo. Previamente, o grupo queixou-se do convite enviado ao Reitor para cerimônia da posse do General Presidente Castelo Branco e dos "padrinhos" que o mantiveram na reitoria, mesmo após a pretensa "redemocratização do Brasil" (*Diário de Pernambuco*, 25/04/1964, p. 4).

O episódio marcou o retorno de Gilberto Freyre aos embates contra a Reitoria. Assim descreve quase que acidentalmente numa crônica sobre "bom exemplo" do sistema universitário soviético, o caso de dois professores da UR, supostamente recrutados pelo reitor: "Curioso que sua excelência o Sr. embaixador da União Soviética no Brasil, se fizesse

[28] Irmão de Édson Regis que seria morto no atentado a bomba do Guararapes de 1966. A ação objetivava atingir o General Costa Silva, então possível sucessor do General presidente Castelo Branco (SANTOS, 2007, p. 17-22).

acompanhar, em algumas de suas visitas a autoridades, no Recife, de dois ilustres professores universitários da capital Pernambucana" (*Diário de Pernambuco* – 01/05/1964, p. 4).

Depois reivindicou diretamente o afastamento do Reitor como fez a "revolução" na UFPB e na UNB. Como justificativa, aponta as denúncias de subversão das "iniciativas nada universitárias ligadas à chamada 'extensão universitária'", e o fato do reitor não ter publicado nenhuma manifestação pública de apoio à "Revolução" ou de "arrependimento" pelos erros cometidos. Por fim, o sociólogo comemora a indicação da professora Maria do Carmo Tavares de Miranda (FAFIPE) para Divisão de Recursos Humanos da Sudene (*Diário de Pernambuco,* 03/05/1964, p. 4).

Diante da conjuntura adversa, o professor João Alfredo viajou a Brasília para a posse de Castelo Branco e para a reunião com o novo Ministro da Educação, Flávio Lacerda Suplicy. Sua corrida visava de alguma forma reverter as denúncias em curso e se acomodar ao novo ambiente político. Após o retorno, afirmou conciliatoriamente: "Em Brasília encontrei clima de tranquilidade e de esperança, decorrente da confiança que envolve o governo da República sob chefia do Marechal Humberto Castelo Branco" (*Diário de Pernambuco*, 03/05/1964, p.10).

Simultaneamente, a coluna "Periscópio" retomou as investidas contra a Reitoria, desta vez para questionar a legitimidade da Comissão de Inquérito da UR nomeada pelo professor João Alfredo. Naquele momento, os jornais diziam circular no meio estudantil um manifesto exigindo a renúncia do reitor João Alfredo. Os termos do documento publicado no *Diário de Pernambuco* foram exatamente os mesmos da declaração que Alfredo Freyre dera aos jornais. A mesma edição trouxe finalmente a defesa do Reitor. Neste sentido, o dirigente universitário recordou a reunião realizada em seu gabinete com Gilberto Freyre sobre o ICH e sua Divisão de Antropologia tropical, bem como os recursos extraordinários conquistados através do Convênio MEC/SEC/UR. Segundo o mesmo, seu apoio ao regime era demonstrado mediante o trabalho com fins de "preservar a ordem e a tranquilidade em toda área de ação da Universidade do Recife, após a eclosão do movimento revolucionário, atuação esta reconhecida pelo Comando do IV Exército" (*Diário de Pernambuco*, 05/05/1964, p. 2; 3 e 8).

Desapontado com o desprezo por sua dita "boa vontade", tal quais "brasileiros [...] desinteressados de vantagens partidárias ou de proveitos pessoais", Freyre insiste na "responsabilidade inconfundível" do reitor pelo desvio de função da Universidade e pela permissividade com as "vergonhosas imundices demagógicas" (*Diário de Pernambuco*, 17/05/1964, p. 3).

Por conseguinte, sem ver grandes resultados, o sociólogo engrossou o tom da fala, como se percebe no negrito, na caixa alta e no título da matéria: **LIMPEZA URGENTE**. De forma

imperativa o então diretor do CRPER destacou o papel dos militares em deter a infiltração comunista. Esta postura se contrasta com o pretenso "acovardamento" dos "fracos reitores", das associações de impressa, de escritores, de arquitetos, de artistas, de educação e da SUDENE. Ao que conclamou a sociedade a denunciar e o governo a reprimir os ditos comunistas:

> Daí a necessidade de proceder-se agora a uma operação corajosa de limpeza nesses setores. Num, pela ação do novo governo, noutros, pela ação de intelectuais, artistas, estudantes, técnicos não-comunistas que são no Brasil a grande maioria. Onde quer que se tenham constituído, clara ou disfarçadamente, ninhos comunistas empenhados na distorção da cultura brasileira em benefícios de desígnios russo-comunistas ou sino-comunistas, é preciso que esses ninhos sejam destruídos de modo implacável. Sem condescendência de caráter sentimental ou pessoal. Sem panos mornos.
>
> Trata-se de realizar a obra muito mais que profilaticamente destrutiva: brasileiramente construtiva. Culturalmente construtiva. Construção, porém, que exige destruição porque reclama profilaxias, assepsia, limpeza. Obra de "são brasileirismo", nos diria Sylvio Romero.
>
> O momento de ser realizada tal obra é este. Precisamente este. Um momento revolucionário.
>
> O que é preciso é que a revolução iniciada, a 31 de março não tema ser ou parecer Revolução, pelo receio de desagradar certos liberalões dos Estados Unidos. Ou da Europa. Ou de Caracas. (*Diário de Pernambuco*, 27/05/1964, p. 4)

As chances de sucesso de João Alfredo se esvaíam a cada nova matéria. Deste modo, o "Informativo Econômico" acenou para o triunfo eminente ao celebrar o avanço da "limpeza e desinfecção" da UR e o do SEC, antiga "base intelectual do proselitismo de esquerda". Naqueles dias Gilberto Freyre acompanhou e discursou ao lado do general presidente Castelo Branco, em palanque montando na Avenida Conde da Boa Vista (*Diário de Pernambuco*, 03/06/1964, p. 10; 06/06/1964, p. 1)

Durante a visita de dois dias, o ditador dedicou uma atenção especial ao Governador Paulo Guerra e a Gilberto Freyre, apesar da presença de outras autoridades militares e civis, dentre os quais seis governadores. Aliás, conta-se que o General citara duas passagens do livro *Nordeste* em cerimônia na SUDENE. Não pôde, no entanto, visitar a sede do IJNPS em Apipucos, para onde enviou o Ministro dos Transportes, Juarez Távora, e o Ministro da Educação, Suplicy de Lacerda.

Durante a visita a Apipucos, os dirigentes nacionais discutiram, entre outros temas, as denúncias de infiltração esquerdista na Reitoria da UR. De acordo com o titular da pasta de

educação, fora oferecido ao reitor a sugestão de que solicitasse licença para afastamento do cargo, ao mesmo tempo que entregara o caso para as autoridades militares do IV Exército e para a Comissão de Inquérito responsável (*Diário de Pernambuco*, 09/06/1964, p. 2; 4).

Fortalecido com a primeira visita presidencial, o sociólogo desferiu mais um golpe. Para começar lista, os nomes dos catedráticos que estariam sendo comprometidos pelos equívocos da reitoria: Murilo Guimarães (FDR), Osvaldo Gonçalves Lima (Instituto de Antibióticos), Gilberto Osório (FAFIPE), Arnaldo Carneiro Leão (FMR), Maria do Carmo Tavares de Miranda (FAFIPE), Cláudio Souto (ICH) e Telmo Maciel (FCE). Nenhum deles ousou desmentir o mandarim. Depois da última demonstração de força quem ousaria negar, também, todo descrédito atribuído à Comissão de Inquérito designada pelo reitor? Quem questionaria a existência de cartas denunciando a presença de "grupo suicida de fanáticos" disfarçados de professores estrangeiros contratados pelo Reitor? (*Diário de Pernambuco*, 07/06/1964, p. 4). Ninguém, somente o próprio João Alfredo. Talvez em um último esforço, o dirigente respondeu as questões mais recentes e negou, por fim, a suposta interferência do seu genro, o ex-deputado Arthur Lima Cavalcanti (PTB), nos assuntos políticos da Universidade. Todo esforço para no dia seguinte assistir novamente ao autor de *Casa-Grande & Senzala* e aos analistas político-econômicos do Diário de Pernambuco repetirem uma a uma cada acusação e a sentença peremptória do sociólogo: "a hipocrisia, a falsidade, a covardia de uns tantos outros. Era isso que o Reitor João Alfredo da Costa Lima queria ouvir? Pois ouça" (*Diário de Pernambuco*, 10/06/1964, p. 2;16; 11/06/1964, p. 4).

Assim, na manhã seguinte, dia 12 de junho de 1964, na sala de reuniões da reitoria da UR, na Rua do Hospício, nº 619, às 10:30, o reitor João Alfredo abriu, na qualidade de presidente, a 8ª reunião do Conselho Universitário, órgão de administração maior da UR. Estavam presentes na reunião 25 conselheiros. Conforme o protocolo, os trabalhos começaram com a leitura, a discussão e aprovação da Ata da sessão anterior. Após este primeiro momento, o presidente do Conselho informou que convocara a presente reunião para anunciar aos demais conselheiros a decisão de afastar-se definitivamente da Reitoria da UR (UFPE, 1964; SANTOS, 2010).

Em meio ao burburinho dos conselheiros, o presidente do Conselho fez uma breve retrospectiva de seus cinco anos de gestão, dentre os quais destacou as ações de reforma da universidade e a ótima situação financeira da instituição. Também descreveu o trabalho da Comissão de sindicância da UR para apurar crimes cometidos contra o Ato Institucional, cujo relatório já se encontrava a caminho do MEC. Esclareceu, neste seguimento, que foram

inseridos nos autos do processo todas as denúncias publicadas nos jornais, considerando a recusa de Gilberto Freyre em depor por suposto motivo de doença.

O presidente agradeceu, então, toda confiança da comunidade universitária e reafirmou sua decisão, justificando-a, na suspeita do governo federal, aliás, comunicada pelo próprio Ministro Suplicy durante a visita presidencial. Dando por encerrada a reunião, o reitor se retirou do salão, acompanhado solenemente por todos os demais conselheiros até os portões de acesso da reitoria, conforme encaminhamento do professor Sá Barreto.

O golpe de 1964 afastou prontamente seis reitores e impeliu tantos outros a renunciar, o que representava em torno de um quinto das universidades brasileiras, cerca de 25 estabelecimentos. Os demais dirigentes universitários aplaudiram ou se calaram diante das forças vitoriosas, assim revelando o conservadorismo e a indiferença política do corpo de catedráticos (MOTTA, 2014a). Dezenas de dirigentes universitários foram igualmente arrastados pelo expurgo político acionado pela Operação limpeza e substituídos por interventores nomeados, amiúde, pelo CFE. Dentre os Reitores depostos se encontram Anísio Teixeira da UNB, o professor Eliseu Paglioli da Universidade do Rio Grande do Sul (Atual UFRGS), o professor Manuel Paes de Barreto Filho da Universidade do Espírito Santo (atual UFES), professor Mário Moacyr Porto da Universidade da Paraíba (atual UFPB), o professor Colemar Natal e Silva da Universidade de Goiás (atual UFGO) e o professor Ydérzio Luiz Vianna da Universidade Rural do Rio de Janeiro (atual UFRRJ), tendo sido este último preso na ocasião (MOTTA, 2014a). Como no caso da UR, estas ações repressivas zelavam por uma certa discrição pela acomodação de propostas moderadas e de quadros acadêmicos simpáticos e duplos, isto é, civis e militares, conforme estratégia de uma "ditadura envergonhada" (MOTTA, 2014a; GASPARI, 2014).

O reitor João Alfredo seria homenageado em 1971 com auditório homônimo na sede da reitoria da Cidade Universitária. A nova sala do Conselho Universitário abrigou, igualmente, por mais de uma década, as reuniões do Seminário de Tropicologia, fórum liderado pelo seu principal detrator. Ademais, no mesmo dia da renúncia, os conselheiros retomaram os trabalhos às quinze horas, sob a presidência do reitor em exercício, Newton Maia, para decidir sobre a convocação da eleição da lista tríplice do novo Reitor.

2.3 AS TEIAS DA COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES

Ao lado dos programas de modernização e de mobilização acadêmica conservadora, a teia de vigilância e controle urdida pela "comunidade de segurança e de informações" compôs

os pilares básicos da política universitária ditatorial e, *mutatis mutandi*, do próprio regime militar. A história dessa "comunidade" remonta os anos 1930, quando os programas de inteligência contavam tão-somente com a orientação do Conselho de Defesa Nacional e com os tentáculos da Polícia Federal (PF) e das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS – SILVA, 2014). No decurso dos anos que vão de 1927 a 1946 esse órgão consultivo presidencial e interministerial passou a se chamar Conselho de Segurança Nacional (FICO, 2004; 2010; MOTTA, 2014a; MÜLLER, 2014)[29].

Após o fim da ditadura do Estado Novo (1937-1945), o CSN ganhou uma estrutura mais robusta, com uma Secretaria Geral dirigida pelo chefe de Gabinete Militar da Presidência da República, com os seguintes órgãos subordinados: Comissão de Estudos, Seções de Segurança Nacional dos Ministérios Civis, Comissão Especial da Faixa de Fronteiras e Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI). Com acirramento da guerra fria entre os mundos capitalista e socialista (HOBSVAWM, 1995), estabeleceu-se normativamente a definição de crimes contra o Estado e contra a ordem política e nacional (SILVA, 2014; MOTTA, 2014a). Assim, a Lei de Segurança (Lei 1.802, de 5 de janeiro de 1953) definiu os fundamentos jurídicos da futura "operação limpeza", como ficou conhecido o expurgo político analisado em itens anteriores deste trabalho.

Depois do golpe de 1964, a política nacional de informações é centralizada pelo Serviço Nacional de Informações. O órgão possuía como finalidade "superintender e coordenar, em todo território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessam à Segurança Nacional" (Lei 4.341, de 13 de junho de 1964). Neste sentido, coube ao SNI apoiar e encobrir efetivamente os programas de repressão contra os inimigos políticos da ditadura estigmatizados como "subversivos" e "corruptos". Dentre os alvos principais se encontravam grupos de esquerda e de centro, principalmente políticos, sindicalistas, militantes de movimentos sociais, militares, universitários, intelectuais e artistas.

Além da política de espionagem, o SNI deveria assessorar o presidente da República, os ministros de Estado e o CSN. Em vista disso, o chefe do SNI dispunha de prerrogativas de ministro de Estado. Para tanto, o SNI contava com uma Chefia (Chefe de Serviço e Gabinete), uma Agência Central no Distrito Federal, Agências Regionais, assim como o SFICI que até então pertencia à CSN. Em 1967 as antigas Seções dos Ministérios Civis foram também

[29] Sobre a CSN ver: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conselho-de-seguranca-nacional-csn; Acesso em: 16 jan. 2018.

incorporadas como Divisões de Segurança e Informação (DSI), doravante compondo uma rede de espionagem estatal dita "monstruosa" (FICO, 2004; 2010)

Formalmente cabia à DSI assessorar os ministérios civis nas tomadas de decisões que envolvessem questões relativas à segurança nacional, assim estando subordinado ao CSN e, a partir de 1970, ao SNI. O DSI/MEC possuía desde o começo uma das melhores estruturas materiais e humanas da "comunidade de informações" devido à missão de vigiar as universidades (MOTTA, 2014a). Na prática o órgão funcionava como uma via de mão dupla pela qual o alto comando militar espionava e pressionava ministros de Estado e suas equipes de trabalho. Geralmente a DSI contava com a direção de coronéis, capitães de Mar (Marinha) e oficiais generais reformados, como mostra a lista de todos os diretores do DSI/MEC:

Tabela 4 – Diretores do DSI/MEC

Diretor	**Período**
General Waldemar Raul Turula	13 de junho de 1967 a novembro de 1969
Brigadeiro Armando Troia	novembro de 1969 a setembro 1970
Coronel José Roberto Monteiro Wanderley	setembro 1970 (interino)
Tenente-coronel Aviador Pedro Vercillo	dezembro de 1970 a março de 1974
Coronel Osny Vasconcelos	10 de abril de 1974 a outubro de 1974
Coronel Armando Rozenweig Menezes	18 de novembro de 1974 a novembro de 1979
Carlos Roberto Ferreira Tatit	outubro de 1979 a 15 de fevereiro de 1984
Coronel José Olavo de Castro	16 de fevereiro de 1984 a 11 de abril de 1985
Coronel Jorge de Almeida Ribeiro	12 de abril de 1985 a 25 de abril 1986
Coronel João Manoel Simch Brochado	26 de abril de 1986 a setembro de 1987
Coronel Ary Oliveira	setembro de 1987 a abril de 1989
Coronel João Tarcísio Cartaxo Arruda	abril de 1989 até 15 de março de 1990

Fonte: CUNHA; MÜLLER, 2014, p. 285

De toda a lista, apenas o diretor Carlos Roberto Ferreira Tatit não era oficial superior e general militar, mas era um agente experiente do SNI. Como se sabe, ao longo do processo de instalação, consolidação e endurecimento da ditadura, a comunidade de informações se tornou uma das bases institucionais do regime autoritário por meio de práticas de espionagem e de contrainformação com fins de repressão dos possíveis adversários políticos da ditadura e de disseminação de uma cultura política conservadora (FICO, 2004; 2008; 2010; MOTTA, 2014a)[30].

Ademais, os três ministérios militares (antigo Ministério da Guerra) possuíam seus próprios sistemas de informações que foram reestruturados em 1967 para enfrentar a

[30] Ver também: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/servico-nacional-de-informacao-sni; Acesso em: 15 jan. 2018.

"subversão" e a "corrupção", a saber o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). Diferente das agências do SNI, com escopo restrito às operações de inteligência, estes órgãos militares desenvolveram também ações de segurança, isto é, prisões, interrogatórios, torturas, mortes e desaparecimento dos ditos "subversivos" (MANSAN, 2014) [31] . Compartilhando vínculos e órgãos, a comunidade de segurança e a comunidade de informações era ao mesmo tempo inconfundíveis e inseparáveis enquanto máquinas de controle e de (re)produção social. A partir de 1970, os órgãos de informação foram englobados formalmente pelo Sistema Nacional de Informações (SISNI), encabeçado pelo SNI e pelo CSN (FICO, 2004; 2010; CUNHA, 2008; SILVA, 2014b).

Ao longo dos anos 1970 o governo criou as Assessorias Especial de Segurança e Informações (AESIs), também conhecida como Assessorias de Segurança e Informações (ASIs), para cada autarquia, fundação ou órgão público. Como tentáculos do SISNI, essas agências participaram da vigilância e da repressão de universitários e de seus colaboradores por meio da produção de informações e de diferentes formas de pressão política na reitoria e na cúpula do governo (MOTTA, 2014a; MÜLLER, 2014; MÜLLER; FAGUNDES, 2014).

Entretanto, a relação entre dirigentes universitários e agentes de segurança e informações antecede o golpe como se indiciara nas perseguições e nas sindicâncias internas, inquéritos sumários e IPMs da chamada "operação limpeza". Essa comunicação sigilosa por correspondências oficias e encontros informais muitas vezes provocava a desconfiança da comunidade universitária. No torvelinho da revolta estudantil de 1968, os ditos "elementos de ligação" passaram a atuar nas reitorias mais próximas do governo, conforme determinação do DSI/MEC (BRASIL, 1968a). Para o historiador Rodrigo Motta, os "elementos de ligação" entre as reitorias e o DSI/MEC possivelmente originaram as futuras AESIs universitárias (MOTTA, 2014a).

Ainda em janeiro de 1971 surgiram as primeiras AESIs acadêmicas, conforme Plano Setorial de Informações do MEC. Neste sentido, um ofício do coronel Pedro Vercillo (DSI/MEC), datado de 25 de janeiro, determinava aos reitores das UFs a nomeação dos diretores destas Assessorias em um prazo máximo de 10 dias (CUNHA, MÜLLER, 2014). São criadas nessa lógica: AESI/UNB (19 de fevereiro de 1971), AESI/UFPB (março de 1971),

[31] A comunidade de segurança contava com órgãos como a polícia militar, civil e federal (inclusive o DOPS que desenvolvia, sobretudo, ações de inteligência), as 2as seções das Forças Armadas e a polícia política do sistema Doi-Codi.

AESI/UFAL (janeiro de 1972) e AESI/USP (outubro de 1972). As evidências apresentadas mais adiante levam a acreditar que a AESI/UFPE foi criada igualmente por volta de 1971.

Segundo Motta, apenas no âmbito educacional "havia aproximadamente 35 AESIs universitárias e cerca de quinze ligadas a outros setores do MEC"[32] (2014, p. 197). Estes números englobavam todas as universidades federais brasileiras e algumas escolas técnicas e universidades estaduais como a USP, a Universidade Estadual de Londrina e a Universidade Estadual de Maringá.

De acordo com o "regimento interno de assessoria especial de segurança e informações (padrão)", estes órgãos estavam subordinados aos respectivos reitores, diretores, chefes, etc, com finalidade de assessoria "em todos os assuntos pertinentes à Segurança Nacional e às informações, sem prejuízo, nesses campos, de sua condição de órgão sob a superintendência e coordenação da DSI/MEC" (Arquivo Nacional: BR.AN, BSB.AA1.AGR.206, p1/6). Registrava-se igualmente que através da Assessoria a referida instituição se integrava à Comunidade setorial de informações do MEC. Nesta lógica competia à AESI:

> a) coletar dados necessários aos estudos e planejamentos relativos à Segurança Nacional, particularmente os que se referem à segurança nacional, à mobilização e à contra informações, de conformidade com a orientação recebida da DSI/MEC; b) realizar outras missões e tarefas atribuídas pelo [reitor, diretor, chefe, etc.] e pela DSI/MEC, coerentes com a finalidade do órgão (BR.AN, BSB.AA1.AGR.206, p1/6).

Previam ainda as finalidades referentes às informações:

> a) coordenar e supervisionar a execução do Plano Setorial de Informações, na área de influência da [adm. indireta e sob supervisão] consoante as instruções emanadas da DSI/MEC e do [reitor, diretor, chefe, etc.] da [adm. Indireta e sob supervisão]; b) produzir informações necessárias às decisões do [reitor, diretor, chefe, etc.] e aos atendimentos das determinações contidas no Plano Setorial de Informações; c) Encaminhar à DSI/MEC por intermédio da ARSI [...] as informações necessárias, segundo a prioridade estabelecida no PSI e também as informações que, atendendo ao Princípio da Oportunidade, devam ser de conhecimento imediato dos clientes principais da DSI/MEC, não obedecendo, assim, à prioridade; d) obter informações visando caracterizar e/ou modificar os antagonista atuais ou potenciais existentes na área de influência [...] bem como os grupos de pressão que os explorem e que possam

[32] Departamento de Assuntos Culturais, Fundação Nacional de Material Escolar, Instituto Nacional de Cinema, Serviço de Radiofusão Educativa, Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CNPq).

> afetar a execução da política ministerial; e) estudar e dar parecer sobre assuntos inerentes às atribuições do órgão, quando lhe forem submetidos pelo [reitor, diretor, chefe, etc.] ou pela DSI/MEC; f) criar uma correta mentalidade de informações, tendo viva a ideia do Desenvolvimento com Informações para melhor decisão; g) executar outras missões e tarefas atribuídas pelo [reitor, diretor, chefe, etc.] e pela DSI/MEC, correntes com a finalidade do órgão (Arquivo Nacional: BR.AN, BSB.AA1.AGR.206, p1/6).

Como se pode observar, as AESIs estavam tanto subordinadas às administrações acadêmicas quanto ao DSI/MEC, isto é, ao SNI. Essa via de mão dupla permitia ao órgão não apenas vigiar os próprios gestores aos quais estava subordinado, como pressioná-los conforme os desígnios da cúpula ditatorial, do mesmo modo como se dava entre as DSIs e os ministérios civis.

Formalmente, a estrutura básica das agências era composta pela chefia e pelas seções de informações: Turma de Busca, Turma de Processamento e Turma de Documentação. Quanto às "atribuições orgânicas", cabiam ao chefe as competências inerentes à gestão ("planejar, dirigir, coordenar e fiscalizar"), a proposição de grupos de trabalhos e tarefas, a promoção de investigações de informações, o recrutamento, seleção e treinamento de agentes, acompanhar e assessorar a administração supervisionada. As seções deveriam executar os programas de informações e contrainformações por meio da produção, da solicitação, da coleta, da distribuição, da análise e da organização de dados, assim como de outras tarefas designadas pela DSI/MEC e pelo gestor da instituição vigiada.

O regimento estabelecia conforme normativa da DSI que a responsabilidade pela manutenção e pelo pagamento dos agentes das AESIs era das próprias administrações supervisionadas com consignação de "orçamento" e "verba própria", por vezes com apoio do empresariado (CUNHA; MULLER, 2014). Embora os gestores desfrutassem da possibilidade de nomear seus espiões, cabia ao DSI a homologação final dos agentes. Como se verá mais adiante, os antigos "elementos de ligação", geralmente oficiais superiores das forças armadas, foram, assim, paulatinamente substituídos por professores e por pessoal administrativo das universidades vigiadas. Essa opção de escalar um quadro menos suspeito da casa, evitava as despesas extras com um interventor de fora. Por fim, o regimento destacava a obrigatoriedade de fornecer aos órgãos de informações (OIs) todos os dados e esclarecimentos requisitados, assim como a natureza sigilosa das operações executadas pelas mesmas.

O organograma do DSI/MEC previa, ainda, as Assessorias Regionais de Segurança e Informações (ARSIS), cujo objetivo era coordenar e articular AESIs regionais com o DSI/MEC. Então registravam-se cinco ARSIS: ARSI/NE, ARSI/DF/MG/GO, ARSI/GB, ARSI/MT/SP e

ARSI/RS. No entanto os órgãos regionais não se consolidaram, tendo sido substituídos em 1975 pelas ASIs das delegacias regionais do MEC (ASI-DEMEC), que em 1976 somavam um total de nove assessorias (MOTTA, 2014a; CUNHA; MÜLLER, 2014).

Diante da importância do Sistema Nacional de Informações (SISNI), o governo criou em 1971 a Escola Nacional de Informações (ESNI) com objetivo de formar e aprimorar os quadros de espiões. Os cursos e os estágios da ESNI contemplavam vários níveis de ensino e funções de agente, analista e chefe de informações (Arquivo Nacional: Fundo BR - DFANBSB - AA1.0.LGS.5). As certificações da ESNI ou da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) se tornaram obrigatórias para todos os agentes da rede, inclusive os membros da DSIs e das ASIs, conforme ato normativo que reformulou os órgãos em 1975 (Decreto nº 75.640, de 22 de abril de 1975). Uma série de escândalos envolvendo vazamento de dados sigilosos impulsionara a decisão do governo de tornar obrigatórios os programas de qualificação por meio de cursos e estágios (FICO, 2004; 2010; MOTTA, 2014a). A tabela abaixo apresenta a categoria funcional dos agentes de informações conforme a qualificação profissional exigida:

Tabela 5 - Qualificação Técnica dos funcionários

Tipo	**Qualificação profissional**
Analista de informações A	Curso superior incompleto e curso "B" da ESNI
Analista de informações B	Curso superior completo e curso "B" da ESNI
Analista de segurança nacional e mobilização A	Curso superior completo em área de atividade-fim do Ministério, órgão ou entidade, ou curso de Escola de Formação de Oficiais das Forças Armadas
Analista de segurança nacional e mobilização B	Cumprir os requisitos exigidos para o Analista de Segurança Nacional e Mobilização A e possuir três anos de exercício de atividade-fim em órgão setorial ou seccional do SISNI

Fonte: CUNHA; MÜLLER, 2017, p. 285

No geral os cursos contemplavam em seus currículos conteúdos sobre os procedimentos de investigação e de normatização que constituíam a "mentalidade de informações". Daí todo treinamento na coleta de informações por intermédio do "Pedido de Busca" e do "Pedido de informação" (PB e PI), que consistiam na coleta de dados sobre os "suspeitos" pelo banco de dados do SISNI e de outros arquivos, assim como a investigação direta do "elemento suspeito"

(MOTTA, 2014a; SILVA, 2014b). Mas, além disso, a aplicação das normas detalhadas de classificação em relação à idoneidade da fonte, à veracidade do informe e ao sigilo da informação (Arquivo Nacional: Fundo BR - DFANBSB - AA1.0.LGS.5)

Cabe observar, de tal modo, que os OIs não estavam autorizados a iniciar ações de segurança conhecidas como "termo de declaração". Esse procedimento consistia na confissão do suposto crime de "subversão" e de "corrupção" mediante a prisão e o interrogatório (e em muitos casos sequestro, tortura, assassínio e desaparecimento). Cabia, no entanto, às OIs nutrirem com informações à comunidade de segurança para executar essa prática da polícia política, isto é, "fazer as operações" no jargão do sistema DOI-CODI (FICO, 2004, p. 80; SILVA, 2014b; MANSAN, 2014).

Por outro lado, buscava-se desenvolver nos alunos e estagiários da ESNI habilidades de contrainformações, de discrição pessoal e de manejo de documentos sigilosos. Para tanto, contavam com manuais como: "Como eles Agem", "Manual sobre guerra psicológica", "Manual de informações e contrainformação", "Manual de segurança das comunicações", "Como identificar um possível usuário de drogas" e "Manual de informações" (este manual era numerado, dado sua importância para os OIs). Aquele primeiro manual que descrevia caricaturalmente a ação de comunistas na universidade vazou em 1974, caindo assim na crítica de jornalistas e universitários (FICO, 2004; 2010 MOTTA, 2014a, p. 200).

Ademais, as agências de informações universitárias obedeciam basicamente ao mesmo repertório dos demais órgãos de espionagem: produção de informações sigilosas; vigilância de subversivos e corruptos (conceitos que envolviam classes populares, minorias socioculturais e comportamentos tidos como desviantes: comunistas, homossexuais, roqueiros, hippies, usuários de drogas, artistas, etc.); ações de contrapropaganda; controle e censura de atividades institucionais; controle do fluxo de universitários (recrutamento, nomeação de gestores, concessão de bolsas e de afastamentos e transferências – remoção e redistribuição).

Para triagem "ideológica" de servidores públicos utilizava-se um documento confidencial chamado de "Levantamento de Dados Básicos" (LDB). A partir de 1971 a contratação de servidores na Universidade apenas se dava após o envio do LDB para DSI/MEC, que fazia a sondagem com demais órgãos da comunidade de informações e validava ou não o recrutamento. A ideia era impedir a nova contratação de antigos militantes do movimento estudantil e de grupos de esquerda conforme estabelecera o AI-5 e o AC-75.

Em 1974, o preenchimento do LDB se tornou igualmente obrigatório para nomeação de gestores e de membros de comissões, assim como nos casos de solicitação de afastamentos do país. Assim os itens do LDB deveriam identificar a "posição ideológica", "atitude com relação

à Revolução de 31 de março de 1964" e "atividades subversivas". Na "Ficha sintética de apreciação sobre o levantamento de dados biográficos efetuados" o chefe da ASI deveria assinalar o nº do LDB, o nome, a solicitação do investigado e as seguintes alternativas:

Tabela 6 – Ficha Sintética de apreciação sobre o Levantamento de Dados Biográficos (LDB)

LDB nº	Nome
Cogitação	
1.Posição Ideológica	Democrata; comunista; esquerdista; sem posição definida; não há registros; os registros não permitem opinião conclusiva;
2. Atitude com relação à Revolução de 31/Mar/64	Adesista; contrário; contra-revolucionário; sem posição definida; integrado; não há registros; os registros não permitem opinião conclusiva
3. Atividades subversivas	Atuante; simpatizante; não há registros; os registros não permitem opinião conclusiva;
4. Atividades subversivas	Atuante; simpatizante; não há registros; os registros não permitem opinião conclusiva;
5. Probidade administrativa; 5. Eficiência funcional ou profissional; 6. Conduta civil:	Há registros positivos; há registros negativos; não há registros. Seguia-se um espaço para registro das "observações" e finalmente "apreciação final"
Observações	
Apreciação final:	Não há restrição; os registros existentes não contraindicam o aproveitamento; não existem elementos de convicção que contraindiquem o aproveitamento; Não há registros; não deve ser aproveitado; há registros negativos; não há registros.

Fonte: (Arquivo Nacional – BR.DFANBSB.AA1.0.AGR.45).

No caso de solicitação de afastamento de servidores e de estudantes, observavam-se as seguintes alternativas: "1) a necessidade de preservação da imagem do Brasil no exterior; 2) a possibilidade de inculcações com grupos ou organizações contrárias aos interesses democráticos; 3) a possibilidade de o curso ou o estágio habilitar o beneficiado a posterior acesso a cargos de nível elevado" (CUNHA; MÜLLER, 2014, p. 288).

Como se pôde examinar, as agências de informações e contrainformações universitárias desempenharam uma função relevante no controle dos fluxos de corpos e de discursos superiores por meio de "um sistema leviano de inculpação de pessoas [...] que partia da pressuposição de que todos poderiam ser culpados de subversão ou de corrupção" (FICO, 2010, p. 179). Superado o exame mais geral destas agências, faz-se importante analisar seu cotidiano na vida acadêmica das universidades brasileiras, sobretudo da UFPE.

2.4 A ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DA UFPE (AESI/UFPE)

O estudo da comunidade de informações e suas seções universitárias ganhou força no início deste século com a abertura dos arquivos do SNI e com a instalação da Comissão Nacional da Verdade. Neste sentido, os arquivos secretos das ASIs universitárias receberam cuidados diferentes de preservação. Nos casos excepcionais da UNB e da UFMG os documentos foram quase totalmente preservados e, a partir dos anos 1980, disponibilizados para pesquisadores e para requerentes de reparações judiciais. Em outras situações foram recuperados parcialmente após levantamento cuidadoso dos arquivos gerais e setoriais da universidade à semelhança da UFES (FAGUNDES, 2013; ALMEIDA, 2015). No entanto, a maioria da documentação produzida pelas agências de espionagem dos *campi* foi parcialmente ou totalmente destruída e extraviada como, *verbi gratia*, da USP, UFAM, UFMA, UFPI, UEL (MOTTAa, 2014). Possivelmente o arquivo da AESI/UFPE recebeu o mesmo tratamento ou ainda aguarda trabalho de investigação semelhante ao da UFES para ser recuperado. Nessa perspectiva, o presidente da CNV, Pedro Dallari, definiu a destruição de arquivos secretos como um dos principais problemas enfrentados por este órgão temporário[33].

Do período correspondente à instalação das primeiras AESIs em 1971 até sua extinção nos anos 1980, os arquivos da UFPE apenas preservaram 59 documentos oficiais referentes à comunicação entre o reitor Geraldo Laffayette (1979-1983), Pró-reitores[34]e outros órgãos da comunidade de informações. As comissões de sindicâncias, os inquéritos sumários e os inquéritos policiais militares que compuseram o expurgo político deixaram os primeiros vestígios destas relações perigosas entre a elite universitária e a repressão. Tais operações também contaram com a liderança direta de autoridades militares, como recorda o professor e gestor na época, Moreira Reis: “Logo depois do início do governo do triunvirato de Costa e Silva e antes da posse de Castelo Branco, teve um coronel do Exército que andava pela reitoria controlando certas atividades” (SANTOS, 2012, p. 49).

Ao longo do governo do marechal Castelo Branco surgem novos rastros oriundos das manifestações que marcaram a retomada do movimento estudantil livre no ano de 1965. Por

[33] Disponível em: http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,destruicao-de-arquivos-secretos-dificultou-trabalho-da-comissao-diz-dallari,1604902; Acesso em 17 jan. 2018.
[34] Professores Merval Jurema, Armando Souto Maior e Mário Duarte Costa.

exemplo, os ofícios trocados entre os dirigentes da EEP, da reitoria da UFPE e da 7ª Região Militar mostram a articulação entre as Forças Armadas e a elite acadêmica para reprimir o movimento estudantil. Tais ações resultaram na suspensão do DA da EEP em 1965 e em 1966, assim como na prisão e na tortura de Alexandre Magalhães da Silveira e de Ruy Frazão Soares (Ofício nº 862-E2; Processo 6.150/66; Processo UFPE 8.126/66; ofício EEP/UFP – Ofício 234/ 1966; Atas do Conselho Universitário da UFPE, 7ª sessão, 29/04/1966; 10ª sessão, 29/07/1966; MACHADO, 2008).

Por outro lado, havia aqueles professores, administrativos e estudantes que por motivos variados desempenhavam a posição de informantes. Apesar da natureza confidencial deste ofício, os gestos dos delatores muitas vezes despertavam a atenção da comunidade universitária, talvez pelo comportamento político da pessoa em relação ao governo ou pelo círculo de amizade. Neste sentido, o professor Marcionilo Lins é citado como possível informante em entrevistas com antigos quadros do movimento estudantil[35].

A ação destes "elementos de ligação" evoluiu entre 1960 e 1970 para as operações do DSI/MEC e, depois, das AESIs universitárias. Um exemplo pode ser lido num documento "confidencial" do DSI/MEC, datado de 22 de julho de 1969, destinado ao chefe da Comissão Geral de Inquérito Policial Militar[36] e difundido pelo SNI - Agência do Rio de Janeiro (SNI/ARJ), que informava do mandado de segurança concedido aos estudantes da FCE da UFPE suspensos por três anos pelo 477. Em matéria anexa do Jornal do Commércio se encontram dados sobre os estudantes e o advogado Carlos Moreira, responsável pelo mandado. Ademais, linhas sublinham os equívocos do diretor Nelson da Costa Carvalho que motivaram o indeferimento do processo (Arquivo Nacional: BR DFANBSB AAJ.0.IPM.429). Diante dos fatos, o chefe do DSI MEC, o General Waldemar Raul Turula, enviou um telegrama (RETEMEC nº 493/69), datado de 25 de julho, solicitando ao reitor Murilo Guimarães "com máxima urgência" informações sobre o processo e o procurador responsável pela contestação daquela peça jurídica, o qual foi respondido pelo dirigente da UFPE em telegrama datado de 30 de julho (Arquivo Nacional: BR DFANBSB AAJ.0.IPM.467).

Num outro documento da Secretaria Geral da CSN (Ofício nº 10 – SG -1/2109/69), para o DSI/MEC, datado de 26 de setembro de 1969, o chefe de Gabinete da CSN, coronel José Machado Bellas, apresenta carta recebida de "informante digno de crédito, de Pernambuco" com o seguinte conteúdo:

[35] Projeto Marcas da Memória. Entrevistas com Socorro Ferraz Barbosa (2011) e Carmem Chaves (2011).
[36] A CGI fora reaberta por ocasião da publicação do AI-5 e do 477.

> Grande foi a decepção dos estudantes e professores democratas do estado de Pernambuco, ao receberem a notícia da nomeação do Prof. Hélio Mendonça para o cargo de Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal e Pernambuco, a que reúne maior número de professores e alunos. O referido professor é um daqueles pais que não sabe orientar seus filhos para uma democracia ordeira e feliz, como pretende o Governo do Exmº Sr. Costa e Silva, haja visto que dois dos seus filhos pertenceram aos movimentos estudantis contra-revolucionários e ativadores de campanhas desmoralizadoras das nossas autoridades. O prof. Hélio Mendonça tomou parte ativa nas manifestações que se fizeram sentir quando da morte do Padre Henrique e ainda acompanhou o enterro-passeata que se realizou em Pernambuco (Arquivo Nacional: BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.304).

O oficio confidencial para inscrever o signo da "subversão" no professor "suspeito" mescla elementos morais e políticos concernentes à educação paterna e à militância estudantil dos filhos, assim como à participação no protesto contra o assassinato do padre Henrique Pereira por agentes de segurança e do CCC. Após o período de pressão velada, o professor Hélio Mendonça renunciou da direção da FMR, assumindo na ocasião o vice Arthur Coutinho, doravante reconfirmado por lista sêxtupla para o cargo (Diário de Pernambuco – 29/12/1971, p. 3).

Como recorda a professora e dirigente Maria Antônia Mac Doweel sobre o primeiro "elemento de ligação" e a institucionalização da AESI/UFPE:

> Aquele era um peste. E sei, muita gente soube, que lá para as tantas – não levou muito tempo, ainda foi na rua do Hospício – Dr. Murilo [reitor] chamou-o ao gabinete, passou-lhe uma descompostura em regra e demitiu-o (tratava-se de alguma coisa envolvendo denúncia de estudantes, ou pior, aliciamento de estudantes como informantes, lá para o lado de engenharia). Veio outro, depois, que nunca entendi bem: ele fazia lá direitinho o trabalho da 2ª Seção (era o órgão de segurança do Exército) e com a Pró-reitoria as relações eram tensas. Mas de vez em quando deixava escapar alguma informação para uso nosso – por exemplo, dizer na frente do Teophilo 'Fulano vai ser preso em tal e tal dia e lugar', sabendo que Teophilo iria direto avisar o Fulano. E houve caso de uma admissão de docente, que a 2ª seção vetou, e ele se ofereceu para levar a documentação a Brasília e tentar obter a liberação: levou e obteve. Então não sei bem qual era a dele (SANTOS, 2012, p. 245).

Quando Marcionilo Lins tomou posse como reitor em agosto de 1971 nomeou, em seguida, para a chefia da AESI/UFPE um professor "sobre o qual tinha influência decisiva", desse modo evitando que um "conhecido agente policial, não membro do corpo docente, embora funcionário da Universidade, viesse a ser o ocupante do cargo", como recorda o

professor Heraldo Souto Maior[37] (2005, p. 60), que narra o momento inusitado no qual cruzara com o espião durante uma reunião com o Reitor:

> No meio da conversa entra pela sala, um tanto excitado, o responsável pelo setor de segurança da Universidade, um professor um tanto ingênuo, com alguns papéis na mão. Pergunta o Reitor: "O que houve, Fulano?", obtendo a seguinte resposta: "O coordenador do mestrado em Sociologia comprou um livro comunista para a biblioteca de Economia e apreendi este cartaz anunciado uma conferência de Fernando Henrique Cardoso [...] o Reitor apontou para o coordenador e disse: "O coordenador é esse aí" [...] indaga: "qual foi o livro adquirido?". Resposta: "Formação Econômica do Brasil, de Celso Furtado." Devolve o coordenador: "Não compro livro para essa biblioteca, esse livro já existe lá faz algum tempo e, ao que me consta, este não é um livro comunista." Intervém o reitor com ironia não percebida pelo agente de segurança: "é Fulano, quando Celso Furtado escreveu esse livro não era comunista". "É?". Retira-se após algumas palavras e o Reitor comenta: "Para você ver o que tenho que aguentar aqui" (SOUTO 2005, p. 59).

Ainda sobre o professor e chefe da AESI/UFPE acrescenta a então Pró-reitora de Assuntos Acadêmicos, professora Mac Dowell:

> Marcionilo [Lins] pôs naquela Assessoria um professor – imagino que devia ser politicamente correto, mas no que diz respeito à universidade, era um cão fiel: para ele, o que a UFPE fizesse, em princípio estava certo, e sua principal função na Assessoria era fazê-lo ver a 2ª seção. Veio algumas vezes à Pró-reitoria colher subsídios e, um dia, apareceu-me com: "eles estão falando muito das reprovações na Área II; Eu já disse que não é culpa da Universidade, mas se a senhora pudesse ir lá explicar melhor". Os índices, nas matemáticas, eram mesmo muito altos e já estávamos pensando no que fazer; daí, porém, a ir dar satisfações à 2ª seção... Mas vi a aflição dele e fui. Recebeu-me um capitãozinho, que se pôs a falar na superioridade da Escola Militar e de seus métodos, mostrou um gráfico, explicando-me que aquilo era "uma curva de Bell" na qual se viam os bons resultados obtidos pelos cadetes, etc. quando terminou, eu disse: "Capitão, para Escola Militar, vocês selecionam os alunos no país inteiro, os que entram têm todos a mesma base. Na área II entram alunos que não sabem resolver equações do 2º grau, outros que não resolvem as do 1º e outros que não dominam as quatro operações com frações ordinárias. Em termos desse seu gráfico, o eixo das abscissas, com que nós trabalhamos, não é uma reta, é um ziguezague". A conversa não foi muito adiante. Mas o nosso assessor saiu satisfeito: "Não lhe disse capitão? A Universidade sabe o que faz!". E, convencido, ou não, o capitão não se meteu mais conosco (SANTOS, 2012, p. 244-245).

[37] Professor do ICH e naquele momento coordenador do Programa Integrado de Mestrando em Economia e Sociologia (PIMES).

Como a UFPE, outras universidades também nomearam professores como chefes de suas AESIs ou ASIs naquele ano: UFMG, UNB, UFES, UFF, UFRJ, UFAM, UFMT e UFMA. Ao passo que possuíam normalmente chefias militares a USP, a UFC, a UFRRJ, UFRGS e a UFRN. Aqueles agentes duplos ou triplos (MOTTA, 2014a), espiões, docentes e dirigentes acadêmicos (como se verá mais adiante) ofereciam uma vantagem às reitorias na difícil relação com o SNI, mas ficavam longe de neutralizar o trabalho das OIs de vigiar e de pressionar a "administração supervisionada".

Para tanto, a AESI/UFPE dispunha de um espaço na reitoria que ficava no "fim do corredor do segundo andar, onde tinha a sala de acesso reservado; e, dentro dessa sala reservada, havia a sala secreta, na qual ninguém podia entrar" (SANTOS, 2012, p. 237). Visando aprimorar seu trabalho, o chefe da AESI/UFPE participou de um estágio na ESNI entre 27 de novembro e 15 de dezembro de 1972. A atividade contava com 43 estagiários dos quais 27 ficaram alojados no bloco "J" da ESNI.

Uma lista final com todos os participantes da atividade da ESNI revela, finalmente, a identidade secreta do chefe da AESI/UFPE e de mais outros 30 profissionais vinculados ao MEC: **Djair de Barros Lima (UFPE)**, Arsênio Canísio Becker (DSI/MEC), Amyr Santos (DAC/MEC - GB), Aristóteles Pinheiro de Oliveira (FENAME/MEC – GB), Arminak Cherkezian (ARSI SP-MT/MEC), Augusto Ribas Maciel (UFSM), Carlos de Carvalho Craveiro (UFGO), Carlos Eugênio Pires de Azevedo (UFAL), Ediláudio Luna de Carvalho (UFPB), Eurico Borges Cortes (DSI/MEC – GB), Fernando Antônio Medeiros Beck (UFSC), Geraldo Nogueira Diógenes (UFCE), Gabriel Lino Lopes Maia (DSI/MEC), Hélio de Sousa Leão (UFS), Hebert Moreira Moraes (UFJF), Hebert Pinheiro de Abreu (IGF/MEC), João Aragão Coutinho (SDI/MEC), José Francisco Borges de Campos (UFF), José Liberato Costa Póvoa (MEC), José Nastri Filho (UFSCAR), Joselito Eduardo Sampaio (UNB), Luiz Veme Venturoso de Araújo (MEC), Luiz MarceloPon-Gondry Ferreira (UFRPE), Mânlio Garibaldi Fischer Filizzola (UFRRJ), Natalício da Cruz Correa (UFRGS), Sidney de Castro Véras (DEB/MEC), Theobaldo Pedro Geovani (DSI/MEC), Waldir Bortoluzzi (DSI/MEC), Waldir de Lima Castro (SER/MEC) e Zacheu Luiz Santos (UFRN – Arquivo Nacional: Fundo BR - DFANBSB - AA1.0.LGS.5 – grifos do autor).

Djair de Barros Lima era professor da FCE da UFPE e chefe de gabinete do reitor Marcionilo de Barros Lins (1971-1974). Durante o estágio na ESNI, o espião dividiu o quarto, o "Apt. Nº 9", com os colegas Carlos Eugenio Pires de Azevedo, da AESI/UFAL, e Ediláudio Luna de Carvalho, da AESI/UFPB. Naqueles dias pôde estreitar os laços de fraternidade e de

cumplicidade com os demais agentes de informações do MEC e aprimorar o trabalho de espionagem que desenvolvia há mais de um ano na UFPE a partir de conteúdos voltados para história, conceitos, princípios, classificação, produção, processamento e difusão da informação. Participou durante o estágio de um grupo de trabalho chefiado pelo companheiro da AESI/UFAL e, igualmente, integrado por Waldir Bortoluzzi e Theobaldo Pedro Geovani, ambos do DSI/MEC (Arquivo Nacional: Fundo BR - DFANBSB - AA1.0.LGS.5).

Ao que tudo indica, Djair Barros Lima nasceu em 10 de outubro de 1931 (Diário de Pernambuco 26/08/1952, p. 10). Quando estudante da FCE da UFPE, fazia parte do grupo de direita liderado pelo estudante da FDR da UFPE, Marcos Antônio Maciel. Os estudantes em defesa da ordem e do *status quo* se organizavam em grupos autointitulados "Unidade", "Estudantes Democratas", "Democratas" ou "Vanguarda Independente Reformista (VIR)". Mesmo tendo perdido espaço político no movimento estudantil no início dos anos 1960, estes grupos conquistaram algumas eleições[38] do DCE de 1961, 1962 e 1963 e dos DAs da FDR e da FCE por meio de fraudes e do apoio político-econômico do complexo empresarial IPES/IBAD (DREIFUSS, 1981; BRAYNER; BARBOSA, 2017). Durante o ciclo repressivo de 1964 lideranças destas tendências anticomunistas foram nomeadas como interventores dos principais órgãos de representação estudantil do estado, especialmente da UEP e do DCE da UFPE, sendo derrotados, doravante, nos principais pleitos do ano de 1966.

Consolidado o golpe, o estudante egresso Marcos Antônio Maciel foi nomeado assessor do governador Paulo Guerra, enquanto Djair Barros Lima se tornou interventor da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP). Como interventor da entidade, fez circular uma nota de esclarecimento nos jornais denunciando os ditos "panfletos mimeografados [...] de politiqueiros universitários" e conclamando seus colegas a comparecerem à entidade para "trabalhar pelo movimento universitário de Pernambuco". Ao mesmo tempo, atacava os adversários progressistas: "O mundo estudantil de Pernambuco já conheceu esses maus colegas que vivem à custa de fazer politicagem. Tenham certeza de que conosco não terão vez" (Diário de Pernambuco – 22/10/1964, p. 5). O interventor da UEP, após rápido impasse com o secretário de educação Moury Fernandes, aceitou a decisão do governo de intervir na expedição de carteiras de estudantes: "a toda e qualquer medida que vise a controlar a expedição das referidas carteiras, com a finalidade de evitar o 'falso estudante'" (*Diário de Pernambuco*, 04/11/1964, p. 4; 02/12/1964, p.8; 24/12/1964, p. 6).

[38] Sobre organizações estudantis conservadoras ver 3.3.3

Após a extinção formal da UEP pela Lei Suplicy[39], o estudante de economia se tornou presidente do DCE num pleito esvaziado pela repressão e no qual desfrutara do apoio do Conselho Universitário (UFPE, 1964)[40]. Denunciando a chapa derrotada traiçoeiramente, afirmava que "seu grupo, composto de autênticos representantes da Vanguarda Independente Reformista (VIR), lutou contra um verdadeiro esquema traçado pelas esquerdas que tentaram na união com ex-candidato da UEP, Ricardo Araújo Lima, uma retomada da direção do DCE" (*Diário de Pernambuco*, 13/12/1964, p. 13).

O então diretor do DCE se declarava "independente", apesar da reconhecida militância de direita, conforme declarava aos jornais: "ainda sobre política no meio universitário faço questão de frisar que sempre fui um discípulo da escola independente, que se impôs entre os universitários pernambucanos, criada pelo nosso ex-presidente Marcos Antonio Maciel". Compunham, assim, a chapa da VIR: presidente, Djair Barros Lima (FCE/UR); vice-presidente, Jarbas Araújo (EBAPE/UR); 1º secretário, Marcelo José Lavra (Faculdade de Farmácia da UR); 2º secretário, Eni Maria Ribeiro (Faculdade de enfermagem da UR); tesoureiro, Francisco Castelo Branco Rebouças (ESQ/UR); e como representantes discentes no Conselho Universitário: Guilherme Pereira de Albuquerque e Dilson de Albuquerque, ambos da Faculdade de Odontologia (*Diário de Pernambuco*, 13/12/1964, p. 13).

No decurso da conferência com o presidente marechal Castelo Branco realizada em 1965 no palácio Campo das Princesas, o DCE da UFPE representou os estudantes do estado. Na ocasião o presidente da entidade reivindicou o controle da anuidade das escolas e a criação pelo governo de um órgão de representação dos estudantes secundaristas (02/02/1965, p. 5). A defesa das anuidades suscitou críticas da resistência estudantil por meio do DA da EEP, contra as quais os membros e os simpatizantes das tendências conservadoras publicaram no jornal um "manifesto de solidariedade" com o presidente do DCE da UR[41] (*Diário de* Pernambuco, 10/03/1965, p. 14).

[39]O órgão seria reorganizado de forma clandestina pelo movimento estudantil de oposição.

[40] Ver 3.3.3

[41] Assinam a nota: Luiz Coutinho (FCE/UR), Júlio Magalhães Barros Jr. (EBAP/UR), Dílson Siqueira Magalhães (Faculdade de Odontologia da UR), Paulo Leitão de Andrade (Faculdade de Administração da UR), Gilson Maia Fonseca (ESQ/UR), Luiz Rodrigues (DCE da UCP), Marcelo José Viana Lavra (Faculdade de Farmácia da UR), Guilherme Pereira de Albuquerque (Faculdade de Arquitetura da UR), José Roberto Braga (Faculdade de Direito da UCP), Edir Pinto Perez (Faculdade de Ciência Econômicas da UCP), Antônio Geraldo Pinto Maia (Escola Politécnica da UCP), Marcos A. Meira (FDR/UR), José Pestana de Araújo (Escola de Agronomia da URPE), Margarida Maria Fernandes (Faculdade de Biblioteconomia da UR), Bruno Muniz de Albuquerque (Faculdade de Odontologia de Pernambuco), Fernando Menezes (Faculdade de Filosofia da UCP), Aluísio de S. Sales (FAFIPE/UR), Anastácio Rodrigues (Faculdade de Direito de Caruaru), Otávio Araújo (Faculdade de Odontologia de Caruaru) e Francisco Conte (Faculdade de Ciências Médicas) – *Diário de Pernambuco*, 10/03/1965, p. 14.

O futuro espião seguiu defendendo nos jornais a emissão da carteira de estudante por um órgão misto formado pelo governo, empresários e estudantes, a cobrança de anuidades na universidade, bem como justificando o aumento de passagens e das refeições nos restaurantes universitários. Em uma longa entrevista publicada no *Diário de Pernambuco* ratificava sua posição e suas pautas políticas: "sou apenas um democrata por convicção. Isto é, para mim, houvesse ou não revolução, continuaria combatendo a corrupção demagógica dos comunistas e os estudantes políticos 'profissionais'" (*Diário de Pernambuco*, 14/03/1965, p. 7). Ao passo que indagado sobre a UNE, destacava ser "favorável [...] à entidade máxima dos estudantes", o combate dos "estudantes democratas" contra "os seus antigos dirigentes, que montaram ali o QG de subversão e de corrupção [...]", assim como o desejo desses de dirigir a entidade (naquela época funcionando na clandestinidade). Concluiu a entrevista criticando o protesto realizado durante o trote da FMR/UR: "Os trotes estão sendo desvirtuados e a culpa cabe a cada presidente de Diretório que por medo ou omissão, não orienta os seus liderados como deve ser feito o trote. [...] não concordo com estudantes que procuram exibir cartazes imorais e subversivos" (*Diário de Pernambuco*, 14/03/1965, p. 7).

Diante da reorganização da resistência estudantil, Djair Barros Lima vai aos jornais rebater um panfleto que reivindicava eleições estudantis e denunciar o DA da EEP e outros diretórios como "foco de subversão e de agitação":

> A respeito da nota de protesto de alguns presidentes dos Diretórios Acadêmicos contra a realização das eleições para o DEE, acho que ela morre no nascedouro, por falta de apoio e não representar o pensamento da maioria dos Diretórios, que são em número de trinta. Não é preciso dizer-se que movimento desta espécie só pode partir e ser dirigido pelo Diretório de Engenharia, frisando, porém, que disto não participaram os verdadeiros estudantes daquela conceituada Escola. Isto é, daqueles que vão para a Faculdade com a finalidade de estudar e sim de certos "políticos profissionais" que ali estão com o propósito único de agitar como o fazem os estudantes Rui Frazão, Alexandre, Renato, José Maria, o vice-presidente do DA, Mardo e o seu presidente Cristóvão [...] Poderia citar outros que preferem ficar na corda bamba, querendo ser agradáveis a Deus e ao diabo. Estes são mais numerosos. E para demonstrar que são apenas meros agitadores, quero lembrar, que esses são os mesmos que vinham lançando panfletos anônimos exigindo eleições na UEP e que chegando o momento oportuno de realizá-las, se insurgem contra a sua realização (*Diário de Pernambuco*, 23/03/1965, p. 5).

Durante o aniversário da "revolução", os "estudantes democratas" do DCE da UR e da UCP lançaram uma declaração celebrando "um ano que o Brasil marcou nova data de independência". O texto recheado de ufanismo, anticomunismo e moralismo, linhas básicas da

cultura conservadora, reconhecia que diante da ameaça de "subversão", "corrupção", "anarquia", "libertinagem", dentre outras, "era tarde demais para se assegurarem os direitos democráticos. Só mesmo a força poderia conter os nossos inimigos" (*Diário de Pernambuco*, 31/03/1965, p. 6).

De resto, ainda insatisfeito com o misto de denúncia e ameaças que resultaram na prisão e na tortura de Alexandre Magalhães e Ruy Frazão, o presidente do DCE da UFPE formalizou sua denúncia no dia 21 de maio de 1965 ao delegado Álvaro da Costa Lins (denunciado como torturador) da SSP/PE. No processo Djair Barros Lima afirmava ser alvo de ameaças devido à sua posição governista e contrária à greve e outros atos da resistência estudantil (BRAYNER; BARBOSA, 2017).

Todo embate com o movimento estudantil livre deve ter repercutido negativamente para os "estudantes democratas" e seus líderes que perdiam cada vez mais o espaço conquistado à força no ano crítico de 1964. Talvez em vista disso o presidente do DCE da UR se despediu do movimento estudantil entregando um memorial em novo encontro com Castelo Branco, no qual se reivindicavam verbas para o restaurante universitário, construção da residência universitária e aumentos para os servidores públicos (*Diário de Pernambuco*, 28/09/1965, p. 8).

Sem perder tempo, o estudante egresso da FCE se tornou no ano seguinte secretário geral e depois presidente do Departamento Estudantil da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) em Pernambuco. O governo criou a ARENA após a extinção dos partidos e a implantação do bipartidarismo em cumprimento dos Atos Institucionais 2 e 3. Em nota de repúdio ao atentado do Aeroporto dos Guararapes contra o general Costa e Silva (ministro do Exército e candidato à sucessão presidencial), a juventude da ARENA na pessoa de seu presidente, Manuel Aroucha Filhos, do secretário geral, Djair Barros Lima e do 1º secretário, Carlos Frederico Canavarro, lamentava o episódio e conclamava a população a combater "os inimigos do Brasil" e "das tradições cristãs":

> Aos demais colegas, aos que nada sofreram, o nosso brado de alerta, para que não sejamos surpreendidos novamente [...] Faz-se necessário ainda o abandono das trincheiras do nosso comodismo tão próprio dos democratas, para enfrentarmos em campo aberto o inimigo solerte que procura nos atacar de emboscada. Ontem foram nossos colegas os atingidos; amanhã poderá ser qualquer um de nós. Se o inimigo lançou o desafio, não devemos titubear em aceitá-lo. Entramos numa guerra declarada por eles e está só terminará com a vitória completa da democracia sobre o terrorismo comunista. Não tenhamos ilusões: novas vítimas poderão surgir. Nossos adversários [...] são indivíduos cujas mentes estão corroídas pelo câncer do comunismo internacional. Não permitamos que falsos amigos dos estudantes, agindo em benefício do castrismo, continuem a matar e ferir bons brasileiros. Conclamamos, pois,

> todos os estudantes democratas e todos aqueles que estavam com as falsas promessas dos nossos adversários, a se unirem evitando divisões, pois estas servirão apenas para fortalecer o inimigo. (*Diário de Pernambuco*, 30/07/1966, p. 7).

Esta fala se insere num discurso da doutrina de segurança nacional e seu conceito de "Guerra" e "inimigo interno" engendrado pela ESG e disseminado entre as alas moderadas do governo e, principalmente, entre a linha dura (MANSA, 2016). Um ano antes Canavarro havia publicado o "Manifesto da Independência", conjugando os mesmos signos ufanistas e castrenses na nota partidária (BRAYNER; BARBOSA, 2017, p. 2017).

Desse modo, Djair Barros Lima trabalhou silenciosamente nos anos seguintes, tornando-se, por volta de 1969, membro do Diretório Regional da ARENA e professor da FCE da UFPE. Foi nomeado no mesmo ano diretor da Divisão Expediente Escolar (DEE) no lugar do companheiro de partido, Ivancir de Castro, que assumiu órgão homônimo do MEC na gestão do coronel Jarbas Passarinho (*Diário de Pernambuco*, 18/04/69, p. 3). Em ambos os casos os órgãos administravam basicamente programas de estágios, de bolsas e de assistência estudantil.

Vivia-se então um ano muito difícil no meio estudantil, com expulsões executadas pelo AI-5 e 447/69 e de muita violência estatal e paramilitar. Na época, boa parte dos DAs e o próprio DCE estavam fechados e assim permaneceram até 1970 quando, com apoio da DEE, novas lideranças governistas reassumiram o controle dos órgãos de representação estudantil do estado. Assim, em agosto de 1971, o General Bina Machado realizou um encontro "para reafirmar a união de pontos de vista que identificam os estudantes pernambucanos e o exército" com participação do professor Djair Barros Lima, diretor da DEE, de José Ribamar de Souza, diretor do Departamento de Assuntos Estudantis da UFPE (DAE/UFPE – o órgão substituiria com o tempo as funções da DEE), de presidentes dos DCEs da UFPE e da UFRPE, e dos DAs da EEP/UFPE e da Faculdade de Educação (*Diário de Pernambuco*, 07/08/1971, p. 3).

Com a chegada do titular de Bioquímica, Marcionilo de Barros Lins, à reitoria em agosto de 1971, o professor da FCE é nomeado chefe de gabinete do reitor, por sua vez sendo substituído na DEE pelo bacharel e delegado Fernando Raposo, egresso também do movimento estudantil democrático (*Diário de Pernambuco*, 13/08/1971, p. 6). Ao que tudo indica, o professor Djair Barros Lima foi nomeado na mesma ocasião para a AESI/UFPE, no lugar do "conhecido agente policial, não membro do corpo docente, embora funcionário da universidade [Fernando Raposo]", conforme fala citada anteriormente do professor Heraldo Souto Maior.

Talvez Raposo colaborasse com AESI/UFPE, mas seu chefe, pelo visto, era o professor e companheiro da juventude da ARENA.

Daí em diante o chefe de gabinete e da AESI/UFPE acompanhou sempre seu padrinho e reitor, Marcionilo de Barros Lins. Logo após a posse, lá estavam eles dois participando do "Curso sobre tóxico", promovido pelo DCE e DAs de Farmácia e de Bioquímica da UFPE. Estavam igualmente presentes a professora e coordenadora do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária de Pernambuco (CRUTAC-PE)[42], Haidée Teixeira, e o conferencista professor, policial e ex-secretário de Segurança Pública do estado, Armando Samico (FMR).

O chefe de gabinete manteve-se naqueles primeiros anos sempre ao lado do reitor, como em visita ao Rio de Janeiro e ao III Distrito Naval, ou em reuniões com o senador João Calmon e o professor e diretor da UNESCO, Newton Sucupira, e outras autoridades acadêmicas (Potiguar Matos – UCP; Lafayette Bezerra – IFCH) para debater reforma universitária; ou num outro momento com o professor Ivancir Castro, com membros dos DCES, DAS e DDEs da UFPE e da UFRPE – Fernando Raposo e Natalício Camboim Neto (*Diário de Pernambuco*, 18/08/1971, p. 7; 18/08/1971, p. 7; 03/09/197, p. 3; 06/11/1971, p. 3; 11/12/1971, p. 6; 29/12/1971, p. 3).

As turmas de formandos de 1971 de odontologia, educação, biblioteconomia, bioquímica e farmácia homenagearam o professor Djair Barros Lima, bem como o reitor Marcionilo Lins e autoridades do regime: o general Bina Machado (comandante do IV Exército e um dos idealizadores da disciplina obrigatória de Educação Moral e Cívica que difundia os valores conservadores do regime), o ministro Jarbas Passarinho (MEC) e o General-presidente Médici. O peso do AI-5, do 477/69 e da polícia política ainda assombrava os estudantes (27/11/1971, p. 6), de tal modo que durante os Jogos Universitários o chefe de gabinete foi acusado de aplicar o 477/69 contra estudantes que manifestaram "comportamento irregular" na abertura do evento (*Diário de Pernambuco*, 04/11/1971, p. 5; 23/12/1971, p. 11).

Pelo visto as funções de chefe de gabinete e da AESI/UFPE obrigaram-no a sucessivas viagens a Brasília e a outras capitais no ano de 1972, inclusive comparecendo na já citada participação no estágio da ESNI com fins de aperfeiçoamento dos procedimentos de

[42] Sobre o CRUTAC ver 4.3.

espionagem. À frente também da Comissão de Bolsas da UFPE, o agente duplo dispunha do controle de um importante recurso de mobilização e de recrutamento de estudantes. (*Diário de Pernambuco*, 14/01/1972, p. 6; 07/04/1972, p. 7;08/04/1972, p. 7; 19/04/;1972, p. 7; 08/06/1972, p. 6;09/10/1972, p. 6; 21/07/1972, p. 7).

Permaneceu à frente da comissão de bolsas até maio de 1973, quando cedeu a função para outro colega sob efusivos elogios do reitor Marcionilo Lins: "ilustre colaborador e amigo" (*Diário de Pernambuco*, 09/02/1973, p. 7; 26/05/1973, p. 3). No ano seguinte, o professor Djair Barros lima é nomeado Pró-reitor de Assuntos Estudantis da UFRPE, durante reitorado do professor Humberto Carneiro (23/11/1974, p. 24). Sobre o currículo do novo dirigente acadêmico afirmava o *Diário de Pernambuco*:

> Com larga experiência, quer como líder (dirigiu vários órgãos de representação inclusive o DCE da UFPE), quer como diretor de departamento na UFPE, o economista Djair Barros Lima sabe lidar com os jovens estudantes. Ao ser convocado para integrar a equipe do reitor Humberto Carneiro, sua preocupação inicial foi promover eleições para o DCE. Para que suas metas possam ser plenamente atingidas, a nova diretoria do DCE está providenciando a elaboração do estatuto do órgão. O trabalho de reestruturação conta com o apoio do reitor Humberto Carneiro, através da Pró-reitoria do setor. A reabertura dos órgãos de representação do corpo discente da rural já se fazia necessária, há tempo, em vista do crescimento da instituição, em decorrência da implantação de novos cursos de graduação. (16/12/1974, p. 2)

Para além da experiência administrativa, o professor levava para UFRPE todo um trabalho de espionagem que ajudou a arrefecer a oposição estudantil da UFPE entre 1969 e 1974. Todo processo de reabertura do DCE da UFRPE que se encontrava fechado pela repressão institucional e policial-militar deveria zelar pela manutenção do *status quo* por meio de uma direção aderida ao governo.

Alguns meses após assumir o cargo do primeiro escalão acadêmico, o professor viajou em companhia do mais novo presidente do DCE da UFRPE para se reunir em Brasília com o titular do MEC, Ney Braga, e o ex-ministro Jarbas Passarinho. Na ocasião, o dirigente estudantil convidou esse coronel e político para palestrar sobre "juventude e política" no IV Ciclo de Liderança Comunitária, organizado em parceria com o DCE da UFPE. Nos idos de 1970, o antigo diretor da DDE ajudara lideranças estudantis de direita a organizar esse evento, o qual

recebeu ao longo de suas jornadas autoridades políticas e intelectuais do regime militar[43] (*Diário de* Pernambuco, 10/03/1975, p. 2). Cumprida a missão, Djair deixou a PRAE em novembro de 1975, quando passou a militar novamente no campo político como Presidente da Associação Brasileira de Relações Públicas e assessor de políticos, como o senador cearense Cesar Cals (ARENA), na época ministro de Minas e Energia do general João Figueiredo. A última aparição pública de Djair Barros Lima foi um abaixo assinado em defesa do médico psiquiatra Dr. Lamartine de Holanda Jr.[44], acusado de dar parecer psiquiátrico autorizando a tortura de presos políticos (*Diário de Pernambuco*, 30/11/1975, p. 13; 09/03/1979, p. c.3; 13/03/1979, p. c3 20/03/1979, p. c3; 10/04/1983, p. a.3).

A trajetória profissional e política do agente em questão depara-se com um sujeito mais complexo do que aquela figura "ingênua" e "politicamente correta" descrita pelos relatos de memória. Decerto as fontes orais apontaram indícios relevantes para a reconstituição de um espião do regime com toda sua plasticidade política e profissional, bem como para o remonte histórico de uma universidade em constante disputa política acadêmica recorrendo a diferentes meios de repressão, de recrutamento e de produção acadêmica em favor da (re) produção do projeto de uma elite acadêmica universitária e do governo ditatorial.

2.5 OS FIOS DAS TEIAS: RELAÇÕES ENTRE A UFPE E A "COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES"

Para examinar a dinâmica estabelecida entre a reitoria e a "comunidade de informações" serão listados casos citados em documentos secretos que, embora, majoritariamente passados entre os anos 1977 e 1983, podem ser tomados para pensar indiretamente a prática de espionagem nos anos de chumbo desenvolvida pela AESI/UFPE e outras agências de informações.

[43] Ver 3.3.3

[44] O documento é assinado ainda pelos seguintes professores: Dr. Rilton Rodrigues da Silva (juiz e professor), Professor Dr. Raiwlsean Dutra Lira (Reitor da UPE/ FESP), Professor Dr. Edízio Barbosa Pinto (vice-reitor da UPE e diretor da Faculdade de Odontologia), professor Dr. Bruno F. M. de Albuquerque (vice-diretor da Faculdade odontologia da UPE), professor Wolmer Ferreira da Silva, professor Kleber Mendonça; e estudantes universitários: Dulce Maria Q. Santos, Lourival Luciano Filho, Carlos Fernando Costa e Silva, Ivanilsa E. dos Santos, Marly Leandro de Morais, Marcia Maria Aires Nunes, Marcelo Teles de Mendonça, Francisco Nogueira Vidal, Ana Rita de L. Vieira e Fernando Raposo (*Diário de Pernambuco*, 10/04/1983, p. A3).

Durante toda ditadura, as universidades brasileiras foram território estratégico de operações de inteligência através de diferentes agentes e agências em franca colaboração e, às vezes, concorrência. O excesso de espiões logo despertou a atenção da comunidade acadêmica. Numa destas ocasiões os estudantes, reunidos em assembleia na UCP, identificaram e prenderam um policial infiltrado, o cabo da PM Clidenor Moreira Lima. A ideia inicial do alunado era trocar o policial por militantes presos, mas o agente foi solto após sete horas de negociações frustradas e da prisão das lideranças envolvidas. Episódios semelhantes mostram que além das AESI, os *campi* também eram, amiúde, investigados por agentes do Departamento da Polícia Federal (DPF), pelo DOPS, pelas 2ªs Seções militares e pelos Centros de Informação das Forças Armadas (CIE, CENIMAR e CISA – MOTTA, 2014a).

Ainda sobre esta rede de informações, a AESI/UFPE, CI/SSP/PE e o DOPS/PE trocaram uma série de correspondências confidenciais em 1977 motivadas por um Pedido de Busca (PB) gerado pela prisão de estudantes universitários para averiguação (MANSAN, 2014). A teia de informações envolvia, igualmente, a comunidade de segurança, como mostra a série de informes confidenciais trocados pela ASI da DR-2, o DSI/MEC, o SNI do Recife (SNI-RE), o IV Exército, a PF de Pernambuco, o Centro de Informações do DOPS/SSP/PE, da AESI/UFPE e da AESI/UFRPE sobre um panfleto, "Carta aberta à população", colado no mural do DA do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPE (CCSA/UFPE), supostamente envolvendo uma conspiração entre os DAs da UFPE, o DCE da UFRPE e o "Movimento Década" da UNICAP (MANSAN, 2014). A comunidade de segurança e a comunidade de informações urdiam os fios da teia complexa de signos, corpos e práticas sistemáticas de vigilância e de repressão cujo produto é os próprios suspeitos de subversão e de corrupção, isto é, o subversivo e o corrupto.

Os documentos encontrados e o relatório da CMVDH (BRAYNER; BARBOSA, 2017) indicam que a AESI/UFPE funcionou entre o período de 1971 a 1986. Este recorte vai da substituição do "elemento chave" militar pelo professor Djair Barros Lima, talvez primeiro chefe civil da AESI/UFPE, até os anos 1980 quando aparentemente as funções desta agência passam a ser dirigidas mais incisivamente pela ASI/DEMEC/PE, pelo DSI/MEC, pelo SNI/RE e pelo Gabinete da Reitoria da UFPE[45].

[45] Apesar da indicação da CMVDHC a presente pesquisa não encontrou nenhum documento da AESI/UFPE referente aos anos 1980.

É importante observar que o ministro da educação e cultura, Eduardo Portela, determinou em 1979 a extinção das AESIS universitárias, o Decreto Aragão (DL 228/67) e o 477/69. No entanto permaneceram funcionando as AESI/UEL (1982), AESI/UFES (1983), AESI/UFF (1983), AESI/UFS (1984), AESI/UFPB (1984), AESI/UFSM (1984), AESI/UFAM (1985), AESI/UFSC (1985) e AESI/UFMA (1988).

O dispositivo publicado no começo do governo do general João Figueiredo (1979-1985), além do fechamento, determinava a transferência das agências de informações universitárias para as delegacias regionais do MEC (DEMEC). No caso da UFPE, a comunidade de informações passa a se comunicar diretamente naquele momento com o reitor Geraldo Laffayette, através do diretor do DSI/MEC, Carlos Alberto Tatit (1979-1983)[46], do delegado da ASI da Delegacia Regional do MEC em Pernambuco (ASI/DEMEC/PE e ASI/DEMEC/PE), Francisco Balthar e seu interino, Emir d'Albuquerque Maranhão, e do chefe da agencia do SNI do Recife (SNI-RE), Cledinor de Moura Lima (Arquivo Nacional. Fonte: BR RJANRIO CNV.0.ERE.00092000680201311. Fundo: CNV).

Como todas as Assessorias universitárias, a prática de espionagem na UFPE resultou numa produção permanente e intensa de informações com fins de controle e de repressão da comunidade universitária e de seus colaboradores. Para tanto, as agências de espionagem compartilhavam banco de dados ampliados e atualizados constantemente pelos nós da rede de paranoia (FICO, 2010; SILVA, 2014; MOTTA, 2014a). Em vista disso, a reitoria da UFPE estava sempre sendo solicitada a enviar dados individuais e coletivos com informações detalhadas sobre as unidades (acadêmicas, administrativas e complementares), os estudantes, os professores, os técnicos administrativos, os gestores, os candidatos das listas sêxtuplas (na época, os dirigentes universitários eram nomeados pelo presidente da república mediante o envio de listas com o nome de seis concorrentes escolhidos pelos professores dirigentes), os membros do movimento estudantil (dirigentes de DAs, DCEs e apoiadores) e os dirigentes das associações docentes. Apenas entre 1979 e 1983 o ASI/DEMEC, o DSI/MEC e SNI/ARE enviaram, pelos menos, 26 ofícios solicitando informações gerais sobre o estabelecimento universitário e sua população, além de informações específicas sobre professores, técnicos-

[46] Agente do SNI e único civil a chefiar o órgão durante sua existência.

administrativos [47] e estudantes [48] (Arquivo Nacional. Fonte: BR RJANRIO CNV.0.ERE.00092000680201311. Fundo: CNV).

Outra modalidade de ação basilar consistia no controle das atividades políticas promovidas pela população universitária, especialmente pelo movimento estudantil e pelas nascentes associações de professores e de técnicos administrativos. Por duas vezes o reitor da UFPE foi pressionado a reprimir encontros realizados pelo DCE com participação de Gregório Bezerra, Miguel Arraes, Edval Nunes da Silva (Cajá), Marcelo Mário de Mello e Francisco Julião. Em um manuscrito, o Pró-reitor de Assuntos Comunitários, Merval Jurema, informava ao reitor ter dialogado com os estudantes para "orientá-los na escolha de futuros palestrantes e condicionando a concessão de qualquer tipo de ajuda a uma prévia apresentação do plano de atividades" (Ofício nº168/14293/10/DSI/MEC e manuscrito anexo; Oficio nº 30/D/DSI/MEC). O DSI/MEC e o SNI/RE também acompanhavam de perto o aumento de refeições nos Restaurantes universitárias e eventuais greves, como a dos estudantes de medicina do ano de 1982 (TELEX, DSI/MEC, 05/03/82; Ofício nº 207/19/SNI/ARE/82 - (Arquivo Nacional. Fonte: BR RJANRIO CNV.0.ERE.00092000680201311. Fundo: CNV).

Sem descuidar do controle e da censura de atividades acadêmicas, os espiões dos *campi* estavam sempre pressionando a administração e a comunidade de segurança para excluir discursos e corpos desviantes [49]. Na mira estavam colações de graus (e seus discursos e homenageados ditos "subversivos"), palestras, eventos, publicações, etc. Aliás, conforme determinação do MEC, de 1973, todos os eventos deveriam ser autorizados pelo ministério com pelo menos 90 dias de antecedência (MOTTA, 2014a)

Em um ofício, o diretor do DSI/MEC informou ao Reitor da UFPE sobre a palestra dos nicaraguenses Reynaldo Leiva (Organização Cultural Latino-Americana – OCLA) e Álvaro Garcia (Centro Universitário Universidade Nacional) acerca da "revolução sandinista", a ser realizada em Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Concluía o documento sugerindo ao dirigente "não favorecer nem incentivar esse tipo de contato" (Ofício 061/80/10/DSI-MEC). Enquanto isso o delegado da ASI/DEMEC, Francisco Balthar, queria saber tudo sobre o

[47] Foram solicitadas informações individuais sobre pelo menos 40 professores e gestões da Associação dos servidores da UFPE (ASUFPE), Associação dos docentes da UFPE (ADUFPE) e Associação dos professores da UFPE.
[48] Foram solicitadas informações individuais sobre 257 estudantes e sobre a gestão do DCE/UFPE 1981/1982.
[49] Algumas universidades possuíam polícias universitárias ou unidades semelhantes como a UNB, a UFAM e a Universidade Estadual de Londrina (MOTTA, 2014a, p. 201-202).

"Seminário Nordeste, estruturas econômica e social, desenvolvimento e processos políticos" (Ofício nº 009/82 - GD/DEMEC/PE, Del/MEC/ PE - Arquivo Nacional. Fonte: BR RJANRIO CNV.0.ERE.00092000680201311. Fundo: CNV).

Assombrados com a o retorno de Paulo Freire do exílio, o DSI/MEC solicitou por meio do Ofício nº 151/81/20/DSI/MEC, de 13 de julho de 1981, todos os dados disponíveis sobre a aplicação do "método Paulo Freire na UFPE": "conferencias, simpósios, debates", "núcleos de cultura popular, adotando ideário Paulo Freire" e "ligações estudantis na propaganda do Método ou da filosofia de PAULO FREIRE" (Arquivo Nacional. Fonte: BR RJANRIO CNV.0.ERE.00092000680201311. Fundo: CNV). Sobre a censura de atividades acadêmicas, o professor Moreira Reis lembra que até "as aulas da disciplina 'estudos de problemas brasileiros' eram censurados, antes da sua divulgação, na televisão e em livro" (SANTOS, 2012, p. 15).

Aliás, o professor Jomard Muniz de Britto, antigo colaborador do SEC, afastado da UFPE em 1964, foi aposentado novamente pelo AI-5 e AC-75, desta vez da UFPB, num processo que citava o lançamento dos seus livros *Contradições do Homem Brasileiro* (1964), *Do Modernismo à Bossa Nova* (1966) e o envolvimento com o *Movimento Tropicalista* (VERAS, 2012; MORAES; OLIVEIRAS, 2017). Anos mais tarde, o DSI/MEC circulou em fevereiro de 1976 entre as agências da UNB, UFMG, UFRGS, UFPR, UFSC, UFPE e UFPA uma lista de 205 livros "subversivos ou pornográficos, proibidos por determinação do Sr. Ministro da Justiça", com fins de apreensão imediata pela PF (Arquivo Nacional: BR DFANBSB AA1.0.LGS.41. Fundo: CNV). Em documento novamente confidencial, datado do mesmo ano de 1976 o DSI/MEC denunciava as supostas editoras "filocomunistas" e "comunistas" Herder, Vozes, Civilização Brasileira, Paz e Terra e Zahar (MOTTA,2014a, p. 221).

Nem mesmo as atividades culturais e artísticas escapavam da sentinela política, uma vez que estas se tornaram desde o AI-5 um meio relevante de mobilização e de contestação do regime. De tal modo o DSI/MEC oficiou em 12 de janeiro de 1981 um peidido ao reitor da UFPE que evitasse e coibisse a "atuação de cineclubes nas universidades" que exibiam filmes sem o certificado da DCDP/DPF por meio do "CIRCUITO ALTERNATIVO OU PARALELO DE CINEMA", com projeção de películas como "A greve", de Einsestein e "Jari", de Bondaski. Tais eventos, supostamente patrocinados pelos DAs e DCEs, se davam em detrimento da "CENSURA FEDERAL", sendo assim definidas como "irregulares" e "abusivas". Dedicando "toda atenção" ao pleito, o reitor informou ter mobilizado a Pró-reitoria de Assuntos Acadêmicos "a tomar as medidas necessárias para impedir os eventos irregulares" (Ofícios: Of.

Circ nº 016/80/20/DSI/MEC; Ofício nº406/81-GR/UFPE - Arquivo Nacional. Fonte: BR RJANRIO CNV.0.ERE.00092000680201311. Fundo: CNV).

A comunidade de informações possuía um interesse particular por assuntos relacionados à produção de energia, especialmente nuclear, e à inovação. Essa preocupação se fundamentava na doutrina de segurança nacional disseminada pela ESG e pela ESNI, para a qual a política de desenvolvimento e de segurança nacional eram inseparáveis (MOTTA, 2014a; MASAN, 2016). Semelhante postura efetuou movimentos contraditórios de fomento de intelectuais aderidos e acomodados e o bloqueio de cientistas considerados suspeitos.

Neste sentido, o diretor do DSI/MEC, Carlos Roberto Tatit, enviou o Ofício circular nº 03/ DSI/MEC solicitando aos dirigentes de intuições de ensino superior informações sobre "os programas de pesquisa e desenvolvimento de fontes não convencionais de energia em andamento" e "os recursos aplicados, as necessidades financeiras, os resultados atingidos, as dificuldades e os responsáveis pelos programas" (Arquivo Nacional. Fonte: BR RJANRIO CNV.0.ERE.00092000680201311. Fundo: CNV). Esse ambiente de intervenção política nos programas de pesquisa e nas carreiras científicas contribuiu com um clima de arbitrariedade negativo para o desenvolvimento científico e tecnológico, seja pela repressão estatal ou pela insegurança causada nos pesquisadores, em ambos os casos impulsionando o problema histórico de fuga de cérebros.

Por outro lado, a comunidade de segurança e informações fomentava e homenageava veladamente intelectuais celebrados pelo regime autoritário. Desta forma, o Comandante do IV Exército, general Florimar Campelo, enviou um ofício confidencial com dois exemplares da medalha comemorativa "Centenário de falecimento do Duque de Caixas" a serem conferidos ao reitor Geraldo Laffayette e à professora Haydée Teixeira, antiga idealizadora e dirigente do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária de Pernambuco (CRUTAC-PE), programa de extensão ditatorial com fins de mobilização e de doutrinação política[50] (Arquivo Nacional. Fonte: BR RJANRIO CNV.0.ERE.00092000680201311. Fundo: CNV).

O jogo de espionagem visava colaborar de maneira geral com a produção nacional de um corpo ideal saneado das práticas vistas como subversivas e corruptas e favorável à cultura conservadora e intolerante própria ao regime. Daí a importância de controlar o fluxo de corpos acadêmicos, isto é, os processos de recrutamento, nomeação de gestores, concessão de bolsas,

[50] Sobre o CRUTAC-PE e outras iniciativas acadêmicas do período ver seção 4.

afastamentos, transferências (remoção e redistribuição), etc. Ora negativando, ora afirmando corpos aliados, o DSI/MEC enviou o oficio nº 028/D/DSI/MEC, datado 13/08/80, manifestando seu interesse e solicitando todo apoio da reitoria para "reanálise" do pedido de transferência do estudante de direito da UFPB, Sérgio José de Adeildo Pinheiro Coutinho Beltrão, para a UFPE. Em novo comunicado o mesmo órgão solicitou o desligamento do professor Rômulo de Araújo Carneiro Cavalcanti de Lacerda Jr. por suposta acumulação de cargos (Ofício nº 009/1962/81/DSI/MEC). O diretor do SNI/ARE também determinou o afastamento dos médicos residentes Roberto Aarão Cohen Foinquinos, Raquel Aline Fernandes Lima, Ana Cassia Azevedo e Maria Angelina Carvalho de Miranda Souza, pelos mesmos motivos (Ofício 197/19/ARE/82; Ofício 213/19/ARE/82; Ofício nº 016/19/ARE/83 - Arquivo Nacional. Fonte: BR RJANRIO CNV.0.ERE.00092000680201311. Fundo: CNV).

Geralmente as ASIs operavam diretamente nos variados processos de recrutamento de professores, de pessoal administrativo e de estudantes, assim impedindo matrículas, contratações e renovações de vínculos dos pretensos "subversivos" e corruptos. Esses vetos políticos de contratações, de bolsas, de afastamentos, de funções de gestão, de viagens e de renovações de contratos eram conhecidos como "cassações brancas". Normalmente nenhuma justificativa era apresentada aos requerentes no instante da repressão. Sobre esta modalidade de ação, recorda a professora Mac Dowell:

> Aconteceu de fazermos concursos para admissão de docente e, publicados os resultados, vir o assessor de segurança me dizer: "esse ai está vetado, não pode ser contratado" e acrescenta: "esta é uma informação sigilosa, a senhora não pode dizer por que ele não vai ser contratado". Eu respondia: "Olhe, quem contrata não sou eu, mas eu sei que não vai poder mesmo e vou lhe dizer o que é que eu vou fazer: vou chamar esse rapaz e vou lhe dizer a ele tudo o que você está me dizendo e vou acrescentar que, se ele entrar com um mandado de segurança, a universidade vai confirmar todos os fatos e, aí sim, vai obedecer a esse seu sigilo, e não vai apresentar nenhuma defesa, nenhuma razão de porque descumpriu o edital do concurso: réu confesso, portanto". Foram por volta de uns três casos, nenhum deles me foi uma amarga experiência. Isso foi na época da Pró-reitoria [1971-1975]. Depois, na vice-reitoria [1984-1988] (SANTOS, 2012, p. 245).

Dado o volume de operações de segurança e informações da época, certamente os números apresentados pela antiga Pró-reitora são subestimados e participam da memória oficial da "ditabranda" e da resistência democrática para a qual não houve repressão e todos foram contrários à ditadura. No entanto, a destruição ou extravio do arquivo da AESI/UFPE dificultam

o mapeamento da triagem política de docentes, administrativos e discentes da instituição, apesar dos registros de história oral, da literatura e dos inúmeros casos aqui relatados.

Há registros desse tipo de "cassação branca": na UFRGS, na UFC, na UNESP, na UFF, na UFMG, na USP, UFSCAR (onde o maestro e antigo membro do MCP Geraldo Menunci foi demitido por pressões da ARESI/SP – MOTTA, 2014a), na UEL, na UNB, na UFS. Por este ângulo o relatório final da CMVDHC registra as arbitrariedades, sem discriminar as sanções, cometidas na UFPE contra os professores Geraldo Gomes, Waldomiro Cavalcanti da Silva, Cesare Galvan, Marcelo Gravini Antinori, Denis Bernardes, Sylvio Zanchetti, Alberto Clementino Junior e Célia Maria de Lira Cavalcante da Silva entre 1981 e 1982 (BRAYNER; BARBOSA, 2017).

Do mesmo modo, o antigo coordenador do PIMES descreve as reuniões com o "chefe de segurança" da SUDENE, Coronel Lima, para reverter vetos de bolsas do Programa USAID/SUDENE. Cita, assim, um aluno excluído porque era homônimo de um agente suspeito; de outras duas estudantes prejudicadas pela prisão em Ibiúna e pela distribuição de panfletos "subversivos"; e de um terceiro rapaz que já havia sido preso e torturado, além de ser denunciado injustamente pelos estudantes como "dedo duro". Lembra, finalmente, o caso do professor Silvio Maranhão e da professora Silke Weber, cujas bolsas de doutorado da USAID/SUDENE sofreram vetos políticos, assim obrigando ao coordenador e aos prejudicados recorrerem à outra instituição financiadora, neste caso, a Fundação Ford (PESSOA, 2005).

Diante da crescente onda de denúncias e de campanhas internacionais contra a ditadura, o governo aumentou o controle da entrada e da saída de brasileiros e de estrangeiros (GREEN, 2009). Neste sentido, o DSI/MEC passou a fiscalizar em 1971 o afastamento de membros da comunidade universitária e de conferencistas, de professores visitantes, de estudantes de intercâmbio, etc. Para avaliar o pedido de professores e de pessoal técnico da universidade, aplicava-se o questionário de triagem política LDB, analisado mais acima. O objetivo era evitar novas acusações para além das fronteiras da censura e da repressão ditatorial. Por outro lado, havia um cuidado semelhante com a vinda de professores estrangeiros que pudessem testemunhar contra o regime ou contribuir com a "subversão" e a "corrupção" dos valores ditos brasileiros: patriotismo, anticomunismo e cristianismo. Semelhante exigência favoreceu a produção de um banco de dados monstruoso sobre o corpo docente e científico brasileiro com fontes oriundas das ASIs, do DSI/MEC, do SNI, do CIEs, do DOPS. Caso fosse verificada qualquer alteração no "pedido de busca", o professor suspeito poderia ter seu pedido de afastamento vetado ou receber toda forma de pressão e de obstáculos com o mesmo objetivo restritivo (MOTTA, 2014a).

Um exemplo do monitoramento de universitários estrangeiros ocorreu durante a solicitação pelo DSI/MEC de informações sobre uma estudante de Guiné Bissau chamada Marlene Diniz Vila Nova. Manuscritos enviados em anexo apontavam que a mesma estudara direito na UFPE entre 1966 e 1973 e que tivera a matrícula caçada pelo 477 entre 1969 e 1971. Embalada na mesma dinâmica, a ASI/DEMEC solicitou meses depois dados sobre a mesma estudante egressa (Ofício nº 1527/81/GR/UFPE). Outrossim, o DSI/MEC e o DEMEC/PE solicitaram às instituições universitárias a remessa periódica da lista com dados sobre os estrangeiros que exercessem qualquer função na universidade com "nacionalidade, procedência e tempo de permanência no Brasil", do mesmo modo que funções de direção, com a indicação dos cargos por eles exercidos (Ofício nº 0266/1767/81/30/DSI/MEC; Ofício nº 001/82 - GD/DEMEC/PE [51] - Arquivo Nacional. Fonte: BR RJANRIO CNV.0.ERE.00092000680201311. Fundo: CNV).

Durante todo esse período, os espiões dos *campi* e demais agentes da comunidade de informações possuíam como procedimento básico a discrição e o sigilo das operações tal qual examinado anteriormente. Neste sentido, a própria identidade do professor Djair Barros Lima permaneceu misteriosa até o presente momento. Entretanto, ao longo da decadência da ditadura houve casos em que os espiões se envolveram em embates diretos com estudantes e professores do modo que se deu na ASI/UFRN e na ASI/UFMA, em episódios denunciados nos meios e comunicação pelo movimento estudantil. Outrossim, um caso heroico passado em 1986, membros do DCE da UFC ocuparam a ASI/UFC e resgataram a documentação em vias de destruição. Infelizmente a PF invadiu dias depois a sede do DCE levando de volta a documentação e alguns estudantes presos (MOTTA, 2014a).

Em Pernambuco o membro da AESI/UFRPE, "Marcelo Pangondry", se envolveu em situações embaraçosas ao tentar intimidar estudantes desta instituição. Este agente fora colega de estágio da ESNI do chefe da AESI/UFPE, Djair Barros Lima, em 1972, e possivelmente dirigiu a Assessoria Especial da UFRPE por mais de dez anos. O incômodo e o desespero dos setores mais radicais com a distensão e a abertura política talvez tenha motivado o caso relatado na matéria de capa: "Líder estudantil sofre atentado no campus da Rural". O estudante Pedro Laurentino Reis Pereira, presidente do DCE da UFRPE, conversava na frente da entidade que, aliás, se encontrava sob intervenção da reitoria, quando o membro da ASI/UFRPE "chegou num automóvel fazendo uma manobra num pátio e acelerando em sua direção. Diz o estudante

[51] Este último enviado pelo Coordenador em exercício do GD/DEMEC, Emir d'Albuquerque Maranhão.

que teve de dar um pulo para evitar o atropelamento" (*Diário de Pernambuco* – 30/04/1978, p. 1).

O estudante citou, ainda, um segundo atentado no ano anterior de 1977, no qual "um estudante de Zootecnia, que fazia parte do movimento estudantil, sofreu ameaça de atropelamento pelo mesmo indivíduo, que se tornou notório na Universidade pelas discussões e intimidações que provocava". Embora dois estudantes tenham testemunhado a última emboscada, a abertura do inquérito previa a convocação dos alunos "para se posicionarem diante de Marcelo Pangondrin". Àquela altura a ação das agências e dos agentes secretos do governo na universidade já era um fato escandaloso e de domínio público (*Diário de Pernambuco* – 30/04/1978, p. 1).

Provavelmente o caso ficou impune, pois em 1981 o mesmo espião, Marcelo Pangondry, foi denunciado pelo estudante José Carlos dos Santos, novamente o presidente do DCE da UFRPE, como chefe da "Assessoria Regional de Segurança e Informações, antiga ASI [...] extinta pelo ministro Eduardo Portela, da Educação [...] que vem atuando de forma ilegal, contra determinações do próprio MEC" (*Dário de Pernambuco*, 10/07/1981, p. A6). Segundo o líder estudantil, o agente era responsável pela perseguição no *campus* como tentava provar pela apresentação de "documento reservado, no qual a ARSI exige da Reitoria a regulamentação de um material [...] cedido irregularmente àquele órgão pela própria universidade" (*Dário de Pernambuco*, 10/07/1981, p. A6).

Com a violação dos princípios básicos de discrição e de manejo de documentação sigilosa parece que os espiões dos *campi* agonizavam ante seus próprios erros. Um estudo publicado pelo CSN em meados dos anos 1970 revelava que a comunidade setorial de informações naufragava na insegurança dos supostos colegas de ministério e no excesso de recursos humanos e gratificações que estimulavam a corrida arrivista de profissionais incompetentes e apadrinhados aos OIs. Os anos apenas confirmaram o desprestígio, a ineficiência, e a corrupção[52] das OIs universitárias que eram montadas muitas vezes de forma improvisada com militares reformados e universitários despreparados para função. Ainda assim lograram repercussão dramática no cerceamento dos direitos civis e políticos da universidade, para não falar dos casos modelos da UNB, UFPA, UFRPE, UFSE e UFPB, conforme nota elogiosa do SNI (MOTA, 2014a).

[52] Foram constatados casos de corrupção nas AESI/USP, ASI/UFRRJ, na ASI/UFMT, na ASI/UFAM, ASI/UFC, ASI/UFMA, ARSI/RJ, ASI/DMEC/RJ, ARSI/SP (MOTA, 2014).

De toda forma, a decadência não impediu que as Assessorias Especiais se livrassem de parte significativa dos documentos produzidos ao longo de quase duas décadas de trabalho nas sombras. Tais fatos ilustram o final melancólico dos espiões da educação que se encontravam fragilizados e desacreditados pelos próprios pares e acossados por suas antigas presas. No entanto, os fragmentos documentais reunidos por historiadores e por demais pesquisadores das ciências humanas têm ajudado a entender os jogos de espionagem nas universidades, assim como a dinâmica maior ou "monstruosa" da comunidade de informações.

3 MUTAÇÕES FÍSICAS DA MÁQUINA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA

“Aquele seu desejo me deu medo, me deu força, me deu mal” (MELODIA, 1973)

“Cimento na cabeça/ dos outros/ é isopor” (MIRÓ, 2016, p. 166)

“Revi afinal o meu Recife./ Está de fato completamente mudado./ Tem avenidas, arranha-céus./ É hoje uma bonita cidade./ Diabo leve quem pôs bonita a minha terra” (BANDEIRA, 1993, p. 201).

A construção das cidades universitárias e dos *campi* tem despertado o interesse interdisciplinar de pesquisadores das humanidades, especialmente arquitetos, urbanistas, pedagogos e historiadores. Há, desse modo, toda uma leva de trabalhos publicados recentemente sobre a expansão física das universidades no século XX, sobretudo o intervalo da Quarta República (1946 – 1964) e do Regime Militar (1964 -1988). Em relação a este último período, são estudos que identificam como estes projetos arquitetônicos e urbanísticos materializaram os vetores modernizantes e repressivos da ditadura, através das linhas de forças tensionadas pelo Estado autoritário (BERNARDES; SILVA; LIMA, 2007; ALBERTO, 2008. NOGUEIRA, 2008; CABRAL, 2009; BERNARDES; PEREIRA, 2011. CAMPÊLO, 2012; SOUZA, 2013a; SOUZA, 2013b).

A bibliografia consultada aponta o uso, no Brasil, dos conceitos de cidade universitária e *campus* como sinônimos, não obstante observem que estas categorias expressaram movimentos simultâneos e diferentes de expansão física da universidade no período republicano e ditatorial. A fortuna crítica e documental revela a ascensão no léxico nacional da palavra latinizada *campus e campi* ao longo dos anos 1960, especialmente no decurso das consultorias internacionais e da reforma autoritária da universidade por força da Lei 5540 de 1968.

Neste sentido, as categorias foram empregadas neste capítulo, tal qual interpretação proposta pela pesquisadora Denise Nogueira. Assim, a cidade universitária remeterá menos ao sentido contemporâneo dos tecidos urbanos que envolvem a universidade do que às “formas de territorialização que foram planejadas e construídas para abrigar as atividades de pesquisa e ensino superior do início do século XX" (NOGUEIRA, 2008, p. 92). Já *campus* e *campi* como agenciamento coletivo da universidade reformada pelo Regime militar entre 1960 e 1970. Ao longo da narrativa os conceitos foram empregados de acordo com seu uso histórico no léxico institucional e público. As cidades universitárias do Recife, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro convivem até hoje com as temporalidades e os sentidos ambivalentes das

experiências infantes de universidade e da expansão padronizada dos *campi* nos anos de chumbo.

A nova configuração espacial pressupunha a prática integrada do ensino e da pesquisa, do mesmo modo que os departamentos como unidades básicas das Universidades. As diversas tendências da arquitetura e do urbanismo moderno conjugadas em momentos históricos diferentes resultaram em espacialidades distintas que se expressam sob o signo da cidade universitária e do *campus* suburbano. As palavras, amiúde, tomadas pelo mesmo sentido, materializaram, assim, projetos diferentes de universidade ao longo dos anos e suas conjugações ambíguas de modernidade.

O *campus* periférico ou suburbano, isto é, localizado na zona rural, foi depois envolvido pela tessitura da cidade, isto é, conurbado, mas sem que este processo de des-re-territorialização implicasse em nenhum momento numa abertura institucional para os grupos sociais suburbanos. O caso da Comunidade do Arruado, que silenciosamente reside e resiste no *Campus Universitário Reitor Joaquim Amazonas*, desde os tempos da implantação da *Cidade Universitária de Pernambuco*, é bastante expressivo desta falta de diálogo com a sociedade. Fechadas em si mesmos com muros, grades e portões, os territórios universitários funcionaram também como máquina arquitetônica e urbanística disjuntiva, acionada por professores, técnicos-administrativos, estudantes e outros colaboradores. O modelo dos *campi* foi incapaz, deste modo, de solucionar problemas novos e antigos, como a mobilidade, a segurança, o bairrismo acadêmico, a segregação sociocultural, a ausência de diálogo, de vida própria nos *campi* e de espaços comunitários, comerciais, recreativos e esportivos (NOGUEIRA, 2008; CÂMPELO, 2012; SOUZA, 2013a).

3.1 O FANTASMA DA INUNDAÇÃO

Em 17 de julho de 1975, naquela exata noite, precipitaram-se todas as nascentes de Pernambuco, arrombando as fissuras do firmamento na última grande cheia da região. A enxurrada do Rio Capibaribe e Beberibe inundou dezenas de cidades, especialmente a região metropolitana do Recife. De quase todos os lugares se via a maré arrastando automóveis, casas, troncos, pessoas, animais, numa versão apocalíptica da "Evocação" do poeta Manuel Bandeira: "Cheia! As cheias! Barro boi morto árvores destroços redemoinhos sumiu" (1993, p. 135).

Ao longo de quarenta e oito horas de angústia e morte, os flagelados se espalhavam ou, simplesmente, petrificavam, em meio à água, à lama e às ruínas. Os jornais anunciavam

naqueles dias: “A maior tragédia do século” com mais de 350 mil desabrigados e 107 mortos. A desolação era total. Multidões famintas, sobretudo crianças, se avolumavam sobre os monturos à procura de alimentos. Protegido em seu palácio, o governador biônico indicado pelo General Médici, Moura Cavalcanti[1], decretou calamidade pública na capital e em mais nove municípios. Se por um lado faltaram vias para circular, por outro boiavam veículos de todas as marcas: Volkswagen, Renault, Simca, DKW, Jeep, etc.

A fúria fluvial devorara a rede de tráfego que crescia ano a ano, no embalo do desenvolvimento da indústria da construção e automobilística. Os automóveis foram ao longo do século XX conquistando as ruas e as praças outrora ocupadas pelos transeuntes, animais de montaria, bicicletas, carroças, bondes, etc. Apenas entre 1964 e 1976 o número de veículos licenciados saltou em Pernambuco de 47.384 para 223.203, dos quais 120.114 circulavam no Recife[2] (IBGE, 1966, p. 245; IBGE, 1977, p. 575). Diante disso, era como se a natureza se vingasse da ocupação e do crescimento desordenado que, ao longo das três últimas décadas, elevara o custo do metro quadrado e multiplicara a rede rodoviária[3], empurrando a população mais pobre para os morros e periferias da cidade (NASCIMENTO, 2004). Aliás, morros que sempre ameaçavam desabar sobre as cabeças dos trabalhadores, pincipalmente, em meados de junho, quando chega o inverno.

Se durante a tempestade todos madrugaram ou cochilaram no escuro, de outra parte, o consumo de energia elétrica no Brasil mais do que dobrara nos últimos vinte anos (IBGE, 1966; 1974; 1977; 1980). Para além da nostalgia da luz de velas, algo dizia que a cidade crescera, a despeito da perpetuação de agudos problemas sociais, como a cheia, que reaparecia a cada inverno (NASCIMENTO, 2004; TEIXEIRA, 2007; BERNARDES, 2013).

O Estado ditatorial operou um processo acelerado e centralizado de urbanização e de industrialização, através da reprodução do capital estatal, nacional e multinacional (REIS FILHO, 2014b). O Recife, enquanto sede da principal agência de desenvolvimento regional, a igualmente inundada Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), foi também o centro de operação deste desenvolvimento desigual e autoritário (NASCIMENTO,

[1] 1925 – 1994. Advogado e político pernambucano formado pela FDR (1954). Exerceu diversas funções públicas durante a ditadura: presidente do Incra (1970), ministro da Agricultura (1973 – 1974) e governador do estado de Pernambuco (1975-1979)

[2] No Brasil o número de veículos saltou de 1.814.889 para 7.313.498 (IBGE, 1966, p. 245; IBGE, 1977, p. 575).

[3] A rede rodoviária municipal, estadual e federal pavimentada ou não contava com 548.510 km em 1964 (16.033 km em Pernambuco - IBGE, 1966, p. 239) e 1.428.602 em 1975 (37.802 km em Pernambuco –IBGE, 1977, p. 573 - 574).

2004). De tal modo que a capital consumia o equivalente a toda energia sorvida pelas demais metrópoles da região: São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Maceió e Aracajú[4].

Esta política econômica se articulava, de maneira mais ampla, à política externa de "desenvolvimento associado", que condicionou por uma década as intensas relações com os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria (DA SILVA, 2014). Assim, da indústria à universidade, esta parceria consolidou um mapa de controle e de crescimento amparado no papel do Estado e do Empresariado multinacional e associado, na repressão política, no aumento da exploração do trabalho, no investimento internacional e no crescente endividamento público (SINGER, 2014; NASCIMENTO, 2004).

Por este ângulo, a ditadura no Brasil se afirmou gradativamente a partir de um programa econômico desenvolvimentista, em algum aspecto, oposto à plataforma neoliberal implantada por outras ditaduras latino-americanas, como na Argentina e no Chile. No geral se observa uma expansão significativa da participação do sistema financeiro, da indústria e do agronegócio, tendo em vista a ampliação monopolista da economia e da riqueza do país (SINGER, 2014, KLEIN; LUNA, 2014a; 2014c). Este panorama econômico financeiro impulsionou a reordenação utilitarista e funcional dos espaços urbanos (NASCIMENTO, 2004) e, por conseguinte, das cidades e *campi* universitários (NOGUEIRA, 2008; SOUZA, 2013a).

A ênfase no planejamento técnico e nos programas de desenvolvimento ditatorial não impediu que as águas do Capibaribe avançassem sobre a metrópole e sobre os *campi* suburbanos da UFPE e da UFRPE. Esta falha se dava, sobretudo, por uma política concentrada nos interesses das classes dirigentes e alheia aos problemas populares, entre os quais, moradia, saneamento, mobilidade, abastecimento de água, dentre outros. O milagre militar e empresarial dissolvia-se no murmúrio da grande cheia e seus desdobramentos.

Aliás, há décadas que a UFPE estava de mudança para o Engenho do Meio. Em contrapartida, articulações de gabinete entre autoridades acadêmicas, militares, políticas, religiosas e empresariais, pretendiam transferir a UFRPE para Garanhuns, que ficava a 230 km do Recife, na região agreste do estado. Mas, naquele contexto, aulas, provas e matrículas foram interrompidas, bem como salários antecipados e linhas de créditos disponibilizadas para os funcionários reconstruírem suas casas[5]. Os bairros que abrigavam os *campi* eram reconhecidos

[4]Respectivamente, em MWH: 857.433, 77.559, 49.854, 379.636, 101.396, 104.901 e 91.651 (IBGE, 1974, p. 605).
[5]Sobre as enchentes: *Diário de Pernambuco*, 19/07/1975, p. 10; 24/07/1975, p. 6; 25/07/1975, pp. 3 e 4; 26/07/1975, p. 6; 04/08/1975, p. 2; 19/09/1975, p. 7.

pontos de devastação em decorrência das enchentes do rio Capibaribe (*Diário de Pernambuco*, 12/03/67, p. 13).

O reitor da UFPE em exercício, o vice-reitor Rômulo Maciel, tentou chegar, inutilmente, à Cidade Universitária (CDU). Os edifícios da UFPE lembravam, naqueles fatídicos dias, arrecifes de concreto em meio à antiga Várzea do Capibaribe. As edificações mais afetadas foram a Faculdade de Medicina, o Instituto de Antibióticos e a Faculdade de Enfermagem. Curiosamente os primeiros edifícios da antiga CDU. A fúria do Capibaribe e do Beberibe evidenciara o quanto era limitado o acesso à UFPE e à UFRPE. Na época apenas a Avenida Caxangá ligava os bairros centrais (Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista) aos bairros da Várzea e de Dois irmãos. Os jornais anunciavam: os prejuízos chegam a 20 milhões de cruzeiros e os reparos levarão meses para conclusão.

O regime militar acentuou as transformações do espaço urbano através de grandes obras de infraestrutura e deslocamentos populacionais. Estes programas de modernização se justificavam nos planos econômicos e urbanísticos construídos monoliticamente por técnicos vinculados às elites políticas e econômicas. Entre os anos 1960 e 1970, o regime conduziu ao extremo a lógica desenvolvimentista do final da Quarta República, implicando em inúmeras tensões entre os poderes públicos e os estratos populares. Os historiadores Denis Bernardes e José Luís do Nascimento analisaram as tensões políticas e socioculturais que emergem desta "reurbanização tecnocrática" (NASCIMENTO, 2004; BERNARDES, 2013).

No Recife, esta prática se constituiu através de programas públicos e privados de reurbanização, edificação e controle populacional. As primeiras medidas visavam redesenhar a cidade como espaço social higienizado e hierarquizado por vias (automobilísticas e passantes) e por equipamentos urbanos, daí as reformas do Cais da Rua da Aurora (1969), a abertura da Avenida Canal ou Agamenon Magalhães (1969), da Avenida Dantas Barreto e as grandes obras, como o Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães (1970), o Estádio José do Rego Maciel (o Arruda – 1972), a sede da prefeitura do Recife e inúmeras avenidas, pontes e viadutos.

O historiador José Luís do Nascimento grifaria que entre 1969 e 1975, na gestão dos prefeitos Geraldo Magalhães e Augusto Lucena, "o que mais se construíram no Recife foram avenidas, pontes, estacionamentos, jardins, praças, ruas e tantas outras obras destinadas a um tipo de habitante que tinha como principal meio de transporte o automóvel" (2004, p. 234-235).

Todas estas obras resultaram em desapropriações e assentamentos de grande contingente de pessoas e consequente descontentamento e resistência popular. Em uma das fases de construção da Avenida arterial Agamenon Magalhães foram demolidos pelo menos 109 mocambos (BERNARDES, 2013). Esta luta se expressou pela resistência aos programas

de reurbanização dos bairros populares, principalmente Mustardinha, Brasília Teimosa e Coque (Joana Bezerra). Somaram-se a estes os protestos de ambulantes contra operação homônima, que visava "higienizar" os bairros centrais do comércio popular e transformar camelôs em feirantes. A insatisfação popular impulsionou uma das maiores derrotas do partido do regime, a Aliança Renovadora nacional (ARENA) nas eleições parlamentares de 1974.

As populações mais pobres conviviam com as unidades urbanas da universidade que foram, igualmente, sacudidas pela grande cheia. Dentre os edifícios históricos mais afetados estavam a Faculdade de Odontologia e a Escola de Artes de Pernambuco que ficavam em sobrados em margens antípodas do Capibaribe, na rua Benfica e Henrique Dias. Os danos foram igualmente terríveis para o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e a Escola Técnica Federal de Pernambuco (ETFPE), na zona norte da cidade.

O Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga[6], e o professor Edson Machado[7], do Departamento de Assuntos Universitários (DAU), verificaram em companhia do sociólogo Gilberto Freyre (IJNPS), do reitor Humberto Carneiro (UFRPE) e do reitor Marcionilo Lins (UFPE), o impacto da enchente nos edifícios institucionais. Quase 90% do acervo da biblioteca do IJNPS estava perdido e o *campus* de Dois Irmãos, da UFRPE, foi totalmente arruinado. Os recursos prometidos deveriam ser aplicados nas despesas com imóveis, equipamentos e auxílio a funcionários e estudantes prejudicados pelo desastre.

As cheias não eram uma novidade para as metrópoles brasileiras e, sobretudo, para o Recife, onde as narrativas de alagamento datam do período colonial (MELLO, 1978; CARVALHO, 1998)[8]. Apenas a Faculdade de Odontologia foi destruída pelo menos três vezes, até sua definitiva mudança para o Engenho do Meio, ao passo que ocasionalmente a enchente comprometia ou arrastava umas das pontes cartão-postal da cidade com as pontes da Caxangá, da Madalena, da Torre, do Miúdo, do Beberibe e da Capunga[9]. Uma matéria de março de 1967

[6] 1917 – 2000. Militar e político paranaense que ocupou diversas funções na política no governo militar. Os cargos mais importantes foram o de ministro da agricultura (1965-1966) do General Castelo Branco e ministro da educação do General Geisel (1974-1978). Elegeu-se indiretamente governador do Paraná entre 1979 e 1982. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nei-amintas-de-barros-braga; Acesso em 24 mai. 2017.

[7] Durante o período estudado, lecionou na Universidade Católica do Paraná (1974), na Universidade de Brasília (UNB - 1964-1966; 1967), na Universidade Federal do Ceará (UFCE – 1966-1967) e UFRJ (1970). Ocupou também diversos cargos públicos no MEC entre 1970 e 2000, como o Departamento de Assuntos Universitários durante toda a gestão do ministro da educação e cultura, Ney Braga (1974-1979).

[8] Os jornais citam as grandes cheias de 1842, 1854, 1866, 1869, 1917, 1920, 1924, 1961, 1966 e 1970. *Diário de Pernambuco*, 30/04/1971, p. 4. Ver também Ata do Conselho Universitário da UFPE, 3ª Sessão extraordinária, 21/06/1966.

[9] *Diário de Pernambuco*, 16/04/1961, p. 3; 15/06/1966, p. 1; 12/03/67, p. 13;

evocava em seu título: “Cheias de 1914, 1920 e 1924 quase acabaram com o Recife” (Diário de Pernambuco, 12/03/67, p. 13). Por certo, o crescimento vertiginoso da região metropolitana e de sua população, com todo processo de devastação ambiental, ocupação do espaço urbano e ausência de política de habitação e saneamento, transformaram o Recife numa distópica Veneza brasileira.

As classes populares e médias do Recife eram as mais atingidas pelas enchentes. Estas pessoas moravam nas áreas ribeirinhas e na zona rural da cidade, também conhecida como subúrbio. As enchentes sempre causavam transtornos aos seguintes bairros: Coelhos, Joana Bezerra, Ilha do Leite, Benfica, Torre, Madalena, Prado, Afogados, Zumbi, Cordeiro, Caxangá, Várzea, Iputinga, Dois irmãos e Apipucos.

Nos anos 1970 o governo construiu barragens que contivessem estas catástrofes. A Barragem de Tapacurá, iniciada em 1970, e inaugurada em 1973, foi uma iniciativa neste sentido, mas, pelo visto, não logrou êxito por si só. Estas obras de infraestrutura, com seus eventos cívicos de inauguração, foram uma marca publicitária e política do governo (BERNARDES, 2013). A participação das empresas nacionais de construção pesada no golpe e no bloco político que deu sustentação ao Regime é tamanha que o historiador Pedro Campos categorizou como uma “ditadura dos empreiteiros” (CAMPOS, 2012; BRASIL, 2014b).

No geral estas obras causaram grande impacto socioambiental e tiveram resultados variados entre o satisfatório e o completo fracasso. Dentre as construções de maior destaque evidenciam-se a Ponte Rio-Niterói, a Hidroelétrica de Itaipu e Tucuruí, a Transamazônica, a Usina Nuclear de Angra dos Reis e parte expressiva dos *campi* universitários brasileiros. Como já foi sublinhado, esta intervenção tecnocrática no território e nas populações urbanas se deu através de obras monumentais e da construção de ruas, avenidas, estradas, viadutos e pontes. Este agenciamento reordenava e ressignificava os corpos da cidade, de acordo com princípios urbanístico e econômicos modernos capitalistas.

Tal qual as ilhas de concreto que compunham os *campi* universitários, o tecido urbano das metrópoles brasileiras se tornou, ao longo dos anos 1970, predominantemente composto por edifícios de alvenaria, em detrimento da composição de madeira, barro e taipa dos anos 1960[10]. Nada obstante, estas construções permaneciam em sua maioria sem iluminação elétrica,

[10] Os números de domicílios ocupados no Brasil entre 1960 e 1970 é de 13.475.472 e 17.628.699. Estes últimos classificados como duráveis, rústicos e improvisado com valores respectivos de: 13.007.920, 4.620.779 e 14.688. Em Pernambuco as cifras são de 811.405 e 972.528 (subdivididos em duráveis, rústicos e improvisados: 696.606, 275.476 e 446). No Recife o número absoluto de domicílios era de 326.094 (IBGE, 1966, p. 309-311; IBGE, 1977, p. 266-268). Os dados ignoram possivelmente as numerosas ocupações populares no campo e na cidade.

abastecimento de água e instalações sanitárias em todo Brasil[11] (IBGE, 1966; 1977). Os próprios *campi* da UFPE e da UFRPE vivenciaram problema de abastecimento elétrico, água e saneamento por todo este período, muitas vezes resultando em greves e protestos estudantis.

Ao longo da década de 1960 e 1970, a paisagem de sobrados e mocambos fora inundada por arranha-céus, avenidas, viadutos, estádios, estacionamentos e outros equipamentos, em detrimento da parcela da sociedade. Em alguns casos, como nos bairros do Engenho do Meio, Dois Irmãos e Santo Amaro, o horizonte se tornava ainda mais surreal, haja vista a composição paradoxal formada pela arquitetura tradicional e popular e a modernidade dos edifícios universitários.

O Recife era, portanto, uma sinédoque[12] de como o "milagre" dos anos 1970 rapidamente se transformava em distopia social. Neste intervalo, sua população saltara de quase 800 mil para 1 milhão de habitantes (IBGE, 1977), agravando, como em todo o Brasil, os problemas de trabalho, habitação e saneamento (KLEIN; LUNA, 2014a; 2014b). Em suas devidas proporções, o mesmo se dava na comunidade universitária brasileira, cuja população e atividades se expandiram e se diversificaram num corpo erigido, em detrimento da participação e do desejo de seus habitantes. Mas, passada a cheia, um novo rumor assolaria a cidade, "Tapacurá estourou", virando-a mais uma vez de pernas para o ar.

3.2 ADEUS À "UNIVER-CIDADE"

No tumultuado 1 de abril de 1964, os estudantes do Recife, centro metropolitano do Nordeste do Brasil, se mobilizaram em frente à Escola de Engenharia de Pernambuco (EEP) para protestar contra o golpe de Estado que pôs fim a ordem constitucional iniciada em 1946[13]. A unidade estava na sugestiva Rua do Hospício, que ficava na Boa vista, um dos bairros centrais da cidade (Recife, São José, Santo Antônio e Boa vista)[14]. A via abrigava, do mesmo modo, outros sobrados de unidades federalizadas pela Universidade do Recife: Faculdade de Ciências

[11] O quadro não se repete na zona urbana de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. No entanto, o cenário da zona rural destas capitais é ainda pior do que o nacional, com percentuais médios de eletricidade, água e esgoto em apenas 13% dos domicílios.

[12] A sinédoque é uma figura de linguagem cuja etimologia remete ao "entendimento simultâneo" da parte pelo todo ou do todo pela parte.

[13]Narrativa histórica construída a partir das memórias da Paulo Cavalcanti (1978), de Arthur Carvalho (*Diário de Pernambuco*, 08/04/2009) e *Diário de Pernambuco* 02/04/1964, p. 1 e 7.

[14]Sobre a Geografia Urbana da Universidade do Recife (UR): VERAS, 2010; 2012; BERNARDES e PEREIRA, 2011.

Econômicas (FCE), a Escola de Geologia e, na praça Adolfo Cirne, a Faculdade de Direito do Recife (FDR) e a Reitoria[15].

Os estudantes da Faculdade de Filosofia de Pernambuco (FAFIPE) e da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) chegavam aos poucos de suas unidades, que estavam ao noroeste da rua Nunes Machado e da rua do Príncipe. Para isto, usavam facilmente a Rua do Riachuelo e a rua Gervásio Pires, onde se encontraram com acadêmicos do Instituto de Geologia (IG) e da equipe Paulo Freire do Serviço de Extensão Cultural (SEC).

Jovens da Faculdade de Filosofia do Recife (FAFIRE), instituição feminina das freiras Doroteias, e da Faculdade de Arquitetura caminharam em direção ao ato pela Avenida Conde da Boa Vista, onde estavam suas escolas. Bem como os colegas das unidades mais longínquas da Escola de Química, da Faculdade de Odontologia e da Escola de Bela Artes de Pernambuco (EBAP), instaladas entre a Boa Vista, o Derby e a Madalena.

Figura 1 - Cartografia da “Univer-cidade” do Recife

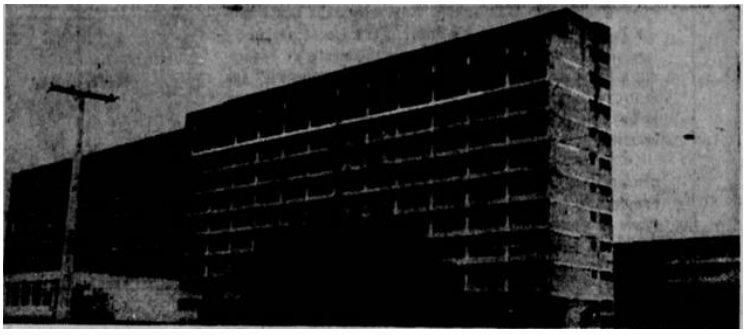
Fonte: Elaborado pelo autor.

[15] A criação da UR, pelo Decreto 9.388 de 20 de junho de 1946, e de outras universidades brasileiras, no final dos anos 1940, se insere no momento histórico de abertura política, econômica e sociocultural possibilitado pelo fim da II Guerra Mundial (1939-1945) e da ditadura do Estado Novo (1937-1945) no Brasil. Estas primeiras universidades reordenaram e ressignificaram uma experiência iniciada em 1828, de escolas superiores isoladas. A UR conglomerou, de tal modo, as seguintes instuições, dentre as quais ,apenas a primeira era pública: Faculdade de Direito do Recife (FDR), a Escola de Engenharia de Pernambcuo (EEP), a Faculdade de Medicina do Recife (FMR) e Escolas anexas de Odontologia e Farmácia, a Escola de Belas Artes de Pernambuco (EBAP) e a Faculdade de Filosofia do Recife (FAFIRE). Esta dinâmica participa de um processo global de expansão e de modernização da educação escolar, notadamente, superior, inspirado no resultados positivos dos EUA na guerras mundiais. Neste sentido, impunham-se preliminarmente, ao menos, dois desafios às universidades brasileiras: inserir-se na tradição universitária ocidental, que, aliás, passava por um processo profundo de reformas, e arraigar-se a realdiade dita subdesenvolvida, pós-colonial, que, da mesma maneira, sinalizava para possíveis mudanças em sua ordem sociocultural e política (BERNARDES, 2006; VERAS, 2012).

À manifestação se juntaram os estudantes secundaristas, oriundos do Ginásio Pernambucano e outras escolas das redondezas. Das turmas de medicina, apenas puderam contar com os que estavam no Hospital das Clínicas Pedro II, cuja sombra vespertina se projetava sobre as casas e os mocambos do bairro popular dos Coelhos. A comunidade habitada por trabalhadores/as e pessoas no centro do Recife resistiu por todo século XX e XXI às sucessivas tentativas de remoção capitaneada por poderes públicos e privados do setor imobiliário.

Aqueles que estavam na Faculdade de Medicina do Recife (FMR), no Engenho do Meio, dificilmente chegariam a tempo para se somar ao protesto. A unidade fora a primeira a ser transferida para a nascente Cidade Universitária de Pernambuco, ainda em 1959, que ficava na zona rural, o dito subúrbio, a aproximadamente 15 km do centro da cidade. O bairro universitário acomodava também as obras inacabadas do Hospital Universitário, o "esqueleto do Hospital Universitário"[16], o Centro de Energia Nuclear, os Institutos centrais – "em dependências do Restaurante Universitário, adaptadas, embora muito precariamente, para esse fim" (MAIOR, 2005, p. 18). Os moradores dos antigos engenhos e usinas da redondeza permaneciam, igualmente, na região conhecida por "Arruadinho do Engenho do Meio".

Figura 2 - Esqueleto do Hospital das Clínicas



Fonte: *Diário de Pernambuco*, 25/05/75, p. 7

No ato convocado pelo Diretório Central dos Estudantes da UR, o presidente da União

[16]O Diretório acadêmico dos estudantes de Medicina costumava fazer a "celebração do esqueleto do hospital universitário" para protestar contra as constantes interrupções das obras do edifício que apenas seria concluído em 1979, após três décadas de seu início (*Diário de Pernambuco*, 25/11/1962, p 26).

Metropolitana dos Estudantes Pernambucanos (UMES), Marcos Maciel, sugeriu que desistissem da manifestação. Mas os estudantes recusaram o encaminhamento, talvez pelo calor da hora, ou mesmo pela recente ruptura da UMES com a União Nacional dos Estudantes (UNE), orientada pela então gestão, eleita em 1963, com apoio do Instituo de Pesquisa Econômicas e Sociais (IPES – DREYFUSS, 1981).

Enquanto caminhavam nas redondezas do Parque 13 de Maio, o estudante de sociologia e membro da equipe Paulo Freire (SEC/UR), Marcius Cortêz, dizia:

> – Quero ir para Porto Alegre, aderir ao governador Leonel Brizola, para resistir.
>
> – Mas com que dinheiro? Perguntou o professor de filosofia e membro do SEC, Jomard Muniz de Britto.
>
> – Vamos de trem. Sugeriu outro colega.
>
> – De trem e quando chegaremos lá? Indagou o estudante de direito e membro do SEC/UR, Arthur Carvalho.

Sem repostas, os amigos seguiram com a passeata rumo ao centro da cidade. Das escadarias da Faculdade de Direito do Recife (FDR), novos estudantes aderiam ao ato. Entre as palavras de ordem, “abaixo o golpe” e “viva Miguel Arraes”, caminharam, talvez, ao largo do Capibaribe pela Rua da Aurora, Ponte da Boa Vista, Rua Nova e atual Avenida Dantas Barreto. A cada logradouro que atravessavam, mais pessoas se juntavam à passeata. Nas imediações da Avenida Guararapes, um antigo professor advertira Arthur e seus amigos:

> – Não acompanhe esse pessoal, que isso vai dar bode. As tropas do exército estão ali, na Praça do Diário, prontas para intervir. Essa turma é solteira e jovem. Você é noivo e vai casar agora.
>
> – Então vamos segui-los de perto. Sugeriu Arthur Carvalho.
>
> – De perto, não, de longe.

O destino era a Praça da Independência ou do Diário, onde na luta por redemocratização em 1945, tombou o estudante de direito, Demócrito de Sousa Filho. A área estava “inteiramente vigiada por patrulhas da polícia militar e do exército”. De súbito, Arthur sentiu alguém lhe puxar pelo braço: “– Pare, que eles vão atirar. Disse seu velho mestre”. “Os soldados haviam

se negado a atirar contra os estudantes", no entanto, "um certo Major Hugo […] tomou das mãos de um praça uma arma automática e, ele próprio, atingiu dois jovens" (CAVALCANTI, 1978, p. 339). Entre os gritos e os disparos, que se sucederam, "o horror, o horror". Desesperados, os manifestantes arremessavam pedras, laranjas e cocos verdes, tomados emprestados de comerciantes ambulantes, conhecidos como camelôs. O estudante da FAFIPE, Ubirajara Nunes da Silva, de 19 anos, fugiu arrastando a perna cravada de bala. Dois corpos alvejados na cabeça jaziam rente ao chão, executados a sangue frio. "Apresentavam ferimentos, por […] fuzil […] nos rostos, que ficaram desfigurados" (*Diário de Pernambuco*, 02/04/1964, p. 1.). Nos paralelepípedos fervia o sangue dos secundaristas Jonas de Albuquerque Barros e Ivan Rocha Aguiar. Eles tinham apenas 17 e 23 anos.

Figura 3 - Soldados posam para foto, após executarem dois estudantes

Fonte: *Diário de Pernambuco*, 02/04/1964, p.1

As memórias de Paulo Cavalcanti e de Arthur Carvalho recortam e colam fragmentos da violência do golpe em 1964. Sob outra perspectiva, mostram obliquamente como o corpo físico e social da antiga Universidade do Recife se espraiava sobre o centro da urbe com seus

sobrados e edifícios centenários[17]. Esta mistura possibilitava diferentes percursos, usos e compartilhamentos dos sentidos, práticas, territórios e fluxos da cidade e da universidade.

Por esse motivo, o ato estudantil que cruzava as ruas, avenidas e logradouros do centro do Recife[18], cortava, simultaneamente, o próprio território molecular da UR. Como observa o historiador Denis Bernardes e a pesquisadora Juliana Melo Pereira:

> Naquele momento não havia *campus*, as Escolas e Faculdades da UR se distribuíam pela zona central do Recife, entre o Bairro da Boa Vista e adjacências. A vida estudantil se mesclava à do centro intelectual que frequentava o bairro: cafés, bares, restaurantes estudantis, teatros, livrarias, pensões [...] tempo em que, fragmentada e inserida na vida urbana, existia uma Univer-cidade do Recife (BERNARDES; PEREIRA, 2011, p. 18).

Os usos iniciais da expressão *campus* remetem a construções coletivas e urbanas do final da idade média, onde aconteciam atividades universitárias, culturais e artísticas, como salas de aulas, bibliotecas, museus e ateliers (CAMPELO, 2012). Uma segunda ideia de *campus*, surge nos Estados Unidos no final do século XVIII, através de construções, que, comumente, se assentavam na zona rural ou nas periferias das cidades. A ideia romântica de separar a universidade dos problemas da urbe rompia com uma tradição milenar de convivência da academia com o espaço urbano (CAMPELO, 2012). No Recife as primeiras faculdades e escolas superiores se distribuíam, em sua maioria, por sobrados e edifícios coloniais, neocoloniais, neoclássicos e ecléticos a datar do século XVIII.

Já o modelo de cidade universitária, engendrado no início do século XX na Europa pela arquitetura e urbanismo moderno, reordenou e ressignificou os territórios e os espaços acadêmicos. Esta conjunção ganha força após as grandes guerras e depois de todas as multiplicidades de movimentos e elementos históricos acionados pela expansão do capitalismo industrial e financeiro, pelo crescimento populacional, pelo desenvolvimento científico, tecnológico e educacional e pelo surgimento do modernismo (DUARTE, 2009).

O crescimento vertiginoso de cidades universitárias nos países industrializados, por força de investimentos, sobretudo, privados, “era um indicador de poder” político, econômico e cultural. Ao passo que, na América Latina, essas construções expressaram ao longo dos anos diferentes projetos de identidade nacional e de desenvolvimento econômico e cultural. Nos

[17] Para consultar unidades históricas da UR e seus respectivos endereços no centro do Recife ver Apêndice A.
[18] Principalmente praças, teatros, museus, pensões, hotéis, cinemas, cafés, restaurantes, bares, livrarias, bancas, igrejas, bancos, empresas públicas e privadas dos bairros centrais, principalmente da Boa Vista.

países pós-coloniais estas construções dependeram, fundamentalmente, de largo investimento estatal (DUARTE, 2009).

O modelo bucólico de *campus* americano é, de tal modo, reordenado e ressignificado, com suporte, nos princípios dominantes da arquitetura e do urbanismo moderno: zoneamento funcional, eficiência, hierarquia, flexibilidade e expansibilidade. A mudança para o subúrbio justifica-se menos no romantismo de outrora, do que na especulação imobiliária, no reduzido custo das glebas afastadas e na possibilidade de ordenação integral das multiplicidades humanas, através daquelas disciplinas (organização eficiente e dócil dos corpos e dos signos universitários – DELEUZE; GUATTARI, 1995; FOUCAULT, 1999; PONTUAL, 2001).

De toda forma, estes projetos revestiram-se de conteúdos e de expressões que permeiam a história da América Latina, sobretudo, entre os anos 1930 e 1960, tanto do ponto de vista das mudanças socioculturais, quanto das agitações políticas de regimes liberais, autoritários e ditatoriais (DUARTE, 2009). Esta conjuntura histórica ajuda a compreender a produção dos primeiros projetos de cidade universitária no continente: Universidade de São Paulo (1934), Universidade Nacional da Colômbia (1936), Universidade do Brasil (1937 e 1955), Universidade de Concepción (1941), Universidade Central da Venezuela (1942), Universidade Federal de Minas Gerais (1947), Universidade do Recife (1949) e Universidade de Brasília (1960).

Havia na época uma intensa interlocução entre políticos, professores e arquitetos e urbanistas americanos e europeus, que se organizavam em escritórios especializados em cidades universitárias. Esta rede foi particularmente intensa por toda primeira metade do século XX, sendo inseparável da consolidação do campo arquitetônico e urbanístico no período.

Embora os conceitos de *campus* e cidade unviersitária sejam ainda hoje usado como sinônimos, estas categorias podem ajudar a compreender dois momentos diferentes da história da universidade brasileira. Entre os anos 1930 e 1960, a cidade unviersitária emerge enquanto projeto monumental de centros integrais, construídos na zona rural ou no subúrbio das grandes capitais. Sua composição incluía as Escolas e Faculdades conglomeradas, os centros administrativos, residências para professores, estudantes e pessoal técnico e setores de serviços.

Este modelo é substituído paulatinamente por uma apropriação do modelo de *campus* americano, no contexto do golpe de Estado de 1964 e dos sucessivos acordo firmados entre o MEC, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e consultores internacionais, como Rudolph Aatcon, para reforma da educação. A experiência se baseou nos princípios da arquitetura e do urbanismo de eficiência e de controle. Os programas de expansão física das universidade obdeceram à formas austeras e padronizadas de construção,

conforme princípios vigentes de eficiência e de controle. Os debates dos anos prdecessores são substituídos pelos planejamentos monocráticos da elite universitária e política-econômica. O uso informal das categorias tais quais sinônimos convive com a oposição ofical da cidade universitária, enquanto signo do monumental e obsoleto, e do *campus*, na qualidade do atual e eficiente. O par cidade universitária e *campus* passa a designar, respectivamente, o bairro e o conjunto formado pelos edifícios e pelos equipamentos universitários (CAMPELOS, 2012).

Com exceção da Universidade de Brasília (UNB - 1961), os investimentos das cidades universitárias não lograram sucesso imediato. Os desafios da empreitada esbarraram na exiguidade dos recursos, nas disputas políticas e empresarias, bem como na resistência da comunidade universitária em trocar o centro pela periferia. A despeito dos planos e obras das cidades universitárias de Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Brasília, a cartografia espacial da universidade brasileira se integrava, então, às metrópoles e todas às transformações socioculturais, políticas e econômicas que as sacudiam nos anos 1960. Mas esta permanência se dera a duras penas. A mudança para as novas sedes dividira os recursos entre as obras e o incômodo das reformas dos edifícios históricos conglomerados (CABRAL, 2006; ALBERTO, 2008; BERNARDES; PEREIRA, 2011; VERAS, 2012).

Enquanto tardava a transferência definitiva do bairro central para a zona norte da cidade, as vias da Cidade Universitária de Pernambuco sediavam "empolgante […] competição automobilística", promovida pelo "Automóvel Clube de Pernambuco". A multidão vibrava com a perícia e o sangue frio dos competidores acelerando nos Gordinis e DKWs (Diário de Pernambuco – 05/05/1964, p. 10). Como toda cidade dita moderna, elas eram desenhadas menos para passantes do que para automóveis. A capital Brasília, talvez, seja o maior exemplo dessa distribuição hierarquizada das vias públicas, quase sempre, em detrimento dos pedestres.

Figura 4 - Corrida na Pista da Cidade Universitária

Cláudio Bandeira, o melhor dos pernambucanos, tentando ultrapassar a jovem Niége Roster, com o público interessado no duelo

Fonte: *Diário de Pernambuco*, 05/05/64, p. 10

Acelerar foi a palavra de ordem por toda década de 1960, sempre que o tema jornalístico era cidade universitária ou "campus". O mercado imobiliário foi o primeiro a escutar o refrão.

Nos jornais, a valorização dos imóveis da Cidade Universitária, Engenho do Meio, Várzea e Iputinga, já ultrapassava o tradicional bairro da Boa Vista e empatava com a Praia de Boa Viagem (*Diário de Pernambuco*, 05/02/64, p. 7).

O território ocupado pela Cidade Universitária de Pernambuco localizava-se na antiga "Várzea do Capibaribe". Ali, entre os séculos XVIII e XIX, a classe proprietária desfrutava das águas tépidas do rio e se refugiava em seus sobrados da insalubridade da cidade no verão (MELLO, 1978). A região abrigava, da mesma maneira, engenhos e usinas, dentre os quais, o Engenho do Meio da Várzea, que batizaria o bairro universitário de tal modo, que os ideais estéticos e românticos da vida suburbana impulsionaram a desterritorialização do velho burgo, através do loteamento dos complexos açucareiros. O Engenho do Meio possuía, ademais, uma importância monumental para as oligarquias locais, pois foi propriedade do colonizador e herói da Restauração Pernambucana, João Fernandes Vieira (CABRAL, 2006).

A escolha do terreno apontava inicialmente para ocupação da região central na "Ilha de Joana Bezerra e do Maruim". A proposta seria, doravante, substituída pelo Engenho do Meio, sob justificativas técnicas. No entanto, os trabalhadores da comissão responsável, encaminharam, outrossim, a preferência do reitor Joaquim Amazonas. Num jornal da época afirmava: "o último, isto é, o Engenho do Meio, é o da minha preferência pessoal, não tanto por ter ali nascido, em sua velha casa grande, como por entender que a universidade deve afastar-se, quanto possível, do bulício da cidade" (*Diário de Pernambuco*, 20/06/1948, p. 3; MONTENEGRO; SIQUEIRA: AGUIAR, 1995; BERNARDES; SILVA; LIMA, 2007; VERAS, 2012).

A chegada do arquiteto Mario Russo, em 1949, endossou a localização suburbana, apontando-a como fator de desenvolvimento local e expansão dos limites da cidade. O professor formado na tradição racionalista italiana, movimento que se tornou estilo arquitetônico oficial do fascismo italiano, lecionou na escola da EBAPE e dirigiu o ETCU até 1956[19]. Dos planos da CDU produzidos neste intervalo, sedimentaram-se traços relativos à composição de cidade parque. Assim estavam as vias hierarquizadas (veículos e passantes), ao canal que corta a universidade (Cavouco), ao bosque que abrigava a Casa grande do Reitor e às zonas funcionais: médica, esportiva, tecnológica e humanidades. Russo também projetou os primeiros edifícios

[19] O racionalismo italiano foi um movimento arquitetônico moderno surgido nos anos 1920 e 1930 que defendia o uso das formas artísticas e técnicas da construção como forma de expressão e de conteúdos políticos do fascismo italiano. Seus princípios são a organização lírica da lógica como representação de um regime societário ideal. A escola situou-se ao longo dos anos entre o classicismo e modernismo, a partir de usos multifacetados de valores e de práticas de proporcionalidade áurea, de funcionalismo e monumentalismo (CABRAL, 2006).

construídos do Instituto de Antibióticos, da Faculdade de Medicina, do Instituto de Biologia Marítima e das bases do Hospital das Clínicas (CABRAL, 2006).

Russo formou toda uma geração de arquitetos, urbanistas e técnicos na EBAPE e no ETCU que participaria da construção da cidade universitária nos anos 1960 e 1970: Maurício de Castro, Agerson Correia, Everaldo Gadelha, Antônio Pedro Pina Didier e o italiano Fillipo Mellia. Porém, em 1964, pouco restava dos planos e projetos desenhados para UR. Para desespero do primeiro Reitor, a Casa Grande desabou durante as obras nos anos 1950. No bosque permanecia a comunidade do Arruado formada pelas famílias de trabalhadores da velha moenda e da usina de açúcar (MONTENEGRO; SIQUEIRA; AGUIAR, 1995; CABRAL, 2006).

Os detalhes arquitetônicos e urbanísticos da cidade universitária são paulatinamente substituídos por "verdadeiras imposições funcionais" que visam "aumentar de modo rápido o povoamento do campus […] para organicidade […] ensino-pesquisa integrada no sistema escola-instituto" (*Diário de Pernambuco*, 03/05/1964, p. 5). Foi no bojo destas mudanças que, entre os meses de junho e setembro de 1965, o consultor americano Rudolph Atcon[20] inspecionou universidades de todo Brasil. No total visitou doze instituições, o que assinalava em torno de um terço de todo sistema universitário do país. Para além das sugestões de reforma administrativa e político-pedagógicas encaminhadas, o "relatório Atcon" traz informações sobre o então estado físico das universidades, no geral pensado pela dupla articulação de um profissional, que a todo momento, busca legitimar sua contratação e o conjunto de reformas que a motivara.

A paisagem universitária com a qual se deparou ao longo de sua viagem foi predominantemente urbana e contrária à transferência para a zona rural. Em Belém do Pará encontrou a universidade dividida em sete faculdades profissionais[21] ao longo dos bairros

[20]Atcon (1921 - 1995). Grego de nacionalidade norte-americana com formação interdisciplinar. No Brasil foi consultor entre 1953 e 1956 da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Nível Superior (depois Coordenação - CAPES). Voltou a trabalhar como consultor do MEC após o golpe de 1964, quando realizou estudo sobre a reforma universitária e secretariou o Conselho de reitores das Universidade Brasileiras (CRUB). O realatório daquele estudos ficou conhecido como "relatório Atcon" e foi publicado pelo MEC em 1966, sob o título: "Rumo à reformulação estrutural da Universidade brasileira". Em termos gerais, o relatório sugeria as seguintes ações de "saneamento do mundo universitário": reforma administrativa e adoção de gestão "tipo empresa privada"; contratação de professores e pessoal técnico em tempo integral e fora da égide do serviço público; implantação de Centros universitários de estudos gerais (adaptação do modelo americano de formação geral e profissional); transferência das universidades para glebas fora das cidades; criação de conselho de reitores (ATCON, 1966; ver também - ROSAS, 1992 e CUNHA, 2007).

[21]Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito, Faculdade de Filosofia, Escola de Engenharia, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras e Faculdade de Ciências Econômicas.

centrais: “Na atualidade, a Universidade — apesar de já contar com 29 edifícios, pequenos e grandes, bons e ruins, apropriados e inapropriados, alugados ou próprios — não tem um metro quadrado adicional disponível” (ATCON, 1966, p. 25 - 26). De outro modo observava que a futura Universidade Federal do Pará (UFPA) já possuía uma modesta Biblioteca central e terrenos próximos ao centro, com área superior a 500 hectares.

Atcon defendia que o “campus” ou a cidade universitária, categorias que vão progressivamente se opondo como antônimos, deveriam possuir “pelo menos o mínimo de 500 hectares” (1966, p. 38). Na Universidade Federal do Ceará (UFCE), participou do VI Fórum de Reitores. Na época ainda não existia o CRUB, do qual Atcon foi um dos idealizadores e o primeiro secretário entre 1966 e 1968. Ainda em fortaleza se impressionou com a “extensão das construções” da UFCE a partir da reforma dos edifícios históricos e da edificação de novas unidades no centro de Fortaleza: “Tem uma Reitoria espetacular” (p. 26). Ao que receitava, por fim, a centralização da universidade em prédios unificados.

No estado do Rio Grande do Norte se deparou com a proposta de implantação de uma estrutura *multicampi*: “terrenos têm sido adquiridos em distintas partes da cidade”. O registro de Atcon sublinha a justificativa da proposta espacial dispersa pela capital Natal: “o evidente fracasso das cidades universitárias no resto do país”, especialmente pelo que define como “uma falta de real desejo, a uma falta de planejamento, a uma falta de conceitos claros sobre a […] integração universitária [...] monumentalismo, [...] custoso e antifuncional” (p. 31).

A conclusão de Atcon é simples: “o presente desejo de integrar as faculdades com a vida urbana perderá seu efeito por diluição de contatos diretos e pela expansão da vida comunitária” (p. 32). Desta forma, receita a aquisição com “urgência” de um terreno de no mínimo 500 hectares e a construção de um “campus” que integre funcionalmente e eficientemente todas as atividades institucionais.

Sobre a UFPB, registrou a construção da cidade universitária e da reitoria “com prédios simples, tipo pavilhões”. Assim, reitera que o terreno de 123 hectares deveria ser ampliado para “pelo menos 500” (p. 38). Ao seu modo, parecia preocupado com a criação da unidade de Campina Grande, “O ideal seria que os esforços econômicos e acadêmicos fossem concentrados num só meio” (1966, p. 38). Ainda assim, pensa que o estímulo à concorrência entre Recife, João Pessoa e Campina Grande fosse, talvez, produtiva.

Não há descrições da cidade universitária de Pernambuco, no entanto o conjunto de edifícios verticais e destinados a abrigar unidades profissionais é visto como “cúmplice de uma dissolução social tecnicamente evitável” (p. 39). Arremata em seguida: “O que se diz aqui, com

muita pena e grande desespero, […] naturalmente pode ser também encontrado […] na vasta maioria das outras universidades brasileiras" (1966, p. 43).

Em Salvador os prédios menores e descentralizados do "centro Canela" o incomodaram: "Administrativamente deveriam estar unidos num só organismo central"; "modelarmente antifuncional". Isto é, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) supostamente carecia de coordenação, racionalização, integração e eficiência (1966, p. 44). Sobre a cidade universitária, registrou o interesse num projeto *multicampi* e urbano, "Centro Canela" e [...] "Centro-Federação", do qual observa "o grande edifício Politécnico" e as obras da Faculdade de Arquitetura, bem como o possível agrupamento das "unidades [...] espalhadas pela cidade, como a Faculdade de Filosofia, a Escola de Geologia e […] Institutos Básicos" (1966, p. 47).

Em Belo Horizonte critica a autonomia das Faculdades Escolas profissionais incorporadas e a difícil gestão dos edifícios "espalhados pela cidade". Cita o terreno na Pampulha como "mecanismo natural para a futura integração da universidade" (1966, p. 44). A partir da constatação de que o terreno estava "maculado" por um estádio, recomenda a absorção desse equipamento pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a "aquisição de terras adicionais" aos 400 hectares e a construção dos "centros de estudos gerais" (1966, p. 49-51).

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) também é motivo de preocupação pela permanência da fase "monumentalista", sem planejamento institucional e com "obras […] atrasadas e paradas". Neste sentido, lembra com algum rancor seus tempos na CAPES e o apoio sem sucesso ao "eixo universitário Recife—Porto Alegre" (p. 56). Por outro lado, observa entusiasmado a compra de um terreno de mais 800 hectares a 40 km de Porto Alegre. Ademais, para continuidade das obras da cidade universitária da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), ao longo de seus 40 hectares, receita a substituição dos edifícios verticais por pavilhões e a construção de uma Biblioteca Central.

O Consultor descreve a evolução da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) a partir de sua Faculdade profissional e da recente aquisição de "terreno adequado fora da cidade" (Camobi): "Além de edifícios em construção, como os do Hospital […] da Casa do Estudante e partes da Faculdade de Direito […] edifício principal, que acomoda ainda a maioria das atividades acadêmicas e administrativas da UFSM".

Na UFSC, o terreno do bairro da Trindade, no nordeste da Ilha de Florianópolis, encontra o que chamava de obras "suntuosas e definitivas" da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Ginásio de aplicação, Biblioteca Central, Institutos de Geografia e Antropologia e

Escola de Engenharia Industrial. Ao que sugere, prontamente, a construção de pavilhões "pré-fabricados", "modificáveis e até removíveis" com funções didáticas, administrativas e suplementares no "conjunto universitário" (ATCON, 1966, p. 69).

A última parada foi na UFRJ, antiga universidade do Brasil, onde em alternativa à paisagem urbana, sugere a adoção do planejamento funcional previsto pelo "documento Kafuri", que prevê a construção na Ilha do Fundão de "grandes centros" (p. 72 -73). Embora, não encontre espaço para inserção de seus "Centros Universitários de Estudos Gerais", defende a recusa do monumentalismo: "o que se logrou construir num ano e meio, em comparação à triste história dos últimos vinte anos da Ilha do Fundão" (ATCON, 1966, p. 74).

Os conflitos decorrentes da intervenção militar na UNB impediram que Atcon visitasse a instituição. A universidade produziu um modelo singular de ocupação do território limite da capital planejada, a partir da atuação de professores e especialistas como Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Sua espacialidade materializava uma estrutura político-pedagógica e científica que equilibrava o papel dos institutos, faculdades e órgãos complementares. Os planos paisagísticos e de equipamentos estudantis, comunitários e comerciais expressam uma preocupação com ambientação, convívio e assistência ao corpo discente. As vias de automóveis e passantes buscam harmonia através das trajetórias retilíneas e sinuosas (ALBERTO, 2008).

Como se pode ver, Atcon encontrou um sistema universitário espalhado pelos centros urbanos, os quais conviviam com as agitações culturais e políticas da cidade. Neste sentido, opõe, ao longo da narrativa, as diversas máquinas arquitetônicas planejadas antes do golpe (UFPE, UFBA, UFMG, UFRGS, UFRJ, UFRGS) àquelas que iniciavam a expansão física (UFPA, UFCE, UFRN, UFAL, UFSM, UFSC).

Em contrapartida, ao rejeitar a paisagem fragmentada vigente, descreveu a multiplicidade de práticas e de sentidos arquitetônicos e urbanísticos que compunha a tessitura urbana das universidades brasileiras em meados dos anos 1960. A fissura entre a "univer-cidade" e o *campus* deixava escapar outras virtualidades suscitadas pela reordenação espacial, dentre eles, a cidade universitária urbana, o *campus* da cidade universitária, o *campus* urbano, o *campus* suburbano e os *multicampi* urbanos e rurais.

A fórmula proposta por Atcon de "campus" e dos "Centros de estudos gerais" pressupunha o manejo centralizado, eficiente, flexível e expansível das funções universitárias (pois tudo poderia mudar da noite para o dia com a publicação de um Decreto). O corpo

centralizado é operado, em vista disso, pela cristalização de terrenos nos arredores da cidade (ALBERTO, 2008) de no mínimo 500 hectares, que reunissem atividades acadêmicas, complementares e administrativas.

Se nas cidades universitárias a base inicial desta mudança formal estava no edifício único da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no *campus* sua substância de conteúdo são os pavilhões coletivos das unidades acadêmicas, administrativas e complementares[22]. As cátedras da primeira e os departamentos e centros da segunda produziram através da arquitetura moderna formas distintas de construção e de territorialização (NOGUEIRA, 2008; CAMPELO, 2012).

Estes edifícios dispostos em zonas funcionais do território universitário rural-urbano são engendrados por práticas arquitetônicas de modulação do espaço, padronização dos elementos construtivos e diretrizes de construção, passíveis de contração e duplicação com menor custo. Por este ângulo é que se opunham as construções ditas "rígidas" e "monumentais" das cidades universitárias e suas unidades - faculdades, escolas, institutos e administração – embora ambas tenham como premissa a territorialidade nos arredores da cidade (NOGUEIRA, 2008).

Ao longo dos anos 1960, a expressão *campus* irá paulatinamente substituir a de "cidade universitária". Assim, figurava sempre acompanhado das aspas, do itálico, do negrito, denotando o "estrangeirismo" ou "latinismo" que é incorporado paulatinamente ao léxico e à cultura universitária brasileira.

No entanto, a imagem de que a cidade universitária suburbana era o único caminho monumental herdado do período republicano não se sustenta. O que Atcon encontrou foi uma multiplicidade de experiências residuais do diálogo estabelecido no final da república de 1946 entre universidades, campo arquitetônico, Estado, construtoras e outros setores da sociedade. A proposta de "campus" seria, ademais, colocada em oposição a de cidade universitária pelos próprios técnicos e burocratas dos programas de melhoramento e expansão física do Regime.

Em sua bagagem Atcon carregava os imperativos do regime e da elite acadêmica de centralizar e de padronizar os espaços físicos das universidades, imposição esta tão logo institucionalizada por comissões e programas federais. Esta operação nega o corpo disperso da

[22] O próprio Decreto-Lei n. 53 de 18 novembro de 1966 vai neste sentido ao instituir integração entre ensino e pesquisa, ao vedar a duplicação de meios para fins idênticos e ao reformular as FFCL (VERAS, 2013; MOTTA, 2014a). De tal modo que o edifício da Faculdade de Filosofia de Pernambuco e dos Institutos Centrais da UFPE, ou mesmo demais Faculdades e Escolas inauguradas no final dos anos 1960, seguiam um padrão de expansão misto dividido entre os planos da cidade universitária e os imperativos do "campus" do Regime.

univer-cidade e o corpo monumental da cidade universitária a partir da universidade empresa e do *campus* suburbano como fábrica de profissionais, de conhecimento e de tecnologias. Foi assim que, de partida para Brasília, Atcon acenou, dando adeus à univer-cidade.

3.3 O CRIME DA CIDADE UNIVERSITÁRIA: SIGNOS E RITOS POLÍTICOS DA EXPANSÃO FÍSICA DITATORIAL

Havia um burburinho na manhã de 27 de maio de 1969 no *campus* da Cidade Universitária da UFPE. Os boatos corriam entre os estudantes, professores e técnicos-administrativos ao longo das esparsas unidades acadêmicas e complementares: Faculdade de Medicina do Recife (FMR), Faculdade de Enfermagem e Faculdade de Farmácia; Faculdade de Ciências Econômicas; Institutos e Centros especializados; Faculdade de Filosofia e Instituo de Ciências do Homem (ICH); Escola de Engenharia de Pernambuco (EEP); Imprensa Universitária; e Escola Superior de Química.

Pelos semblantes, o assunto do dia não era o atraso ou lotação do único ônibus que ligava o centro à Cidade Universitária, os engarrafamentos da Avenida Caxangá, os protestos estudantis, ou mesmo a solenidade de inauguração de novos blocos acadêmicos com festividades cívicas e militares. O murmúrio dos corredores dizia que um vigilante encontrara, por volta das seis horas, um corpo, em um terreno baldio, da Cidade Universitária. Pelo que falavam era o Padre Henrique, assessor de apenas 28 anos do Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara.

Na passagem dos dias, não faltou quem repetisse a versão "oficial" reproduzida pelos jornais: "Crime da Cidade Universitária" (CUNHA, 2007a). A impressa afirmava que os assassinos eram "toxicomaníacos", como os que lotavam sessões policiais: "trata-se de viciados em psicotrópicos que podem ter implicações no crime da Cidade Universitária" (Diário de Pernambuco, 06/06/1969, p. 1).

Durante o funeral e o cortejo-protesto já se comentava que o Padre Henrique fora sequestrado, torturado e assassinado pela Ditadura. Seu corpo estava "de bruços" com "sinais de estrangulamento, arranhões, cortes e hematomas profundos, uma corda […] enlaçada ao pescoço e três disparos de arma de fogo em sua cabeça" (*Cadernos da Memória e da Verdade*,

2014, p. 11).

Figura 5 - Arredores da Cidade Universitária, local onde o corpo do Padre Antônio Henrique foi encontrado

Fonte: *Cadernos da Memória e da Verdade*, 2014, p. 9

As manchetes de jornais alertavam tacitamente aos opositores do regime, especialmente ao arcebispo de Olinda e de Recife, Dom Hélder Câmara, e ao movimento estudantil que a violência do AI-5 e do Decreto-lei 477, inaugurara um novo ciclo de repressão. Numa foto, o sacerdote é exibido com as mãos crispadas, o semblante lancinante e o corpo em decúbito dorsal. Ao lado do cadáver, um policial de capacete e cassetete e uma jovem de vestes simples e sandálias de dedo. Enquanto o primeiro encara o defunto, a segunda observa, melancólica, as faces curiosas e taciturnas de seis crianças descamisadas e alguns rapazes reunidos após um arame farpado. No fundo se vê um matagal e uma plantação de cana que se perde no horizonte

(*Cadernos da Memória e da Verdade*, 2014, p. 9)[23].

A paisagem árida da monocultura lembrava o passado colonial de canaviais e moendas, quando se chamava "Engenho do Meio da Várzea" (MELLO, 1978; CABRAL, 2006). O ambiente silencioso, escuro e despovoado facilitou a velha política de Estado brasileira, praticada desde os tempos da escravidão contra as classes populares e minorias étnico-raciais: a tortura e a execução. Após o sinistro acontecimento, uma sombra de medo se espalhou sobre os universitários. Este espectro conviveu com a retomada das obras de construção e urbanização da antiga Cidade universitária de Pernambuco.

Entre o triste evento e o início dos anos 1970, esta paisagem foi rapidamente redesenhada pela expansão arquitetônica e urbanística da UFPE. Os eventos cívicos e as matérias jornalísticas passaram a divulgar diariamente a célere reconstrução daqueles espaços rurais à luz de técnicas sofisticadas de arquitetura, urbanismo e engenharia. O regime aparece como o promotor do desenvolvimento e os reitores como gerentes locais desta empreitada. A dinâmica deu novo contorno às construções dos anos 1950, invertendo a lógica pública de edificação das primeiras cidades universitárias pelos convênios de financiamento internacional. O acesso aos recursos não se dava sem adesão pública ao regime e suas fileiras.

As matérias jornalísticas destacavam o conjunto de obras como expressão de um governo supostamente democrático que promove o desenvolvimento científico, tecnológico e industrial. A ciência e a técnica são as bases deste trabalho dito sistemático, planejado e eficiente. Esta composição quase sempre obedece a uma lógica interna na qual a cidade universitária e o "campus" expressam a materialização do regime militar através dos valores numéricos e estéticos das construções acadêmicas[24].

Assim, a cada notícia, são anunciadas novas expansões, planos, reformas e inaugurações de edifícios. Estes números estão sempre relacionados à capacidade do governo e da

[23] Pesquisas sobre o tema e o relatório da Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder câmara descrevem como a morte do Padre Henrique motivou-se nos trabalhos de educação de jovens do clérigo e nas denúncias da repressão pelo Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara. Por estas práticas o clérigo foi considerado "subversivo" e, por conseguinte, sequestrado, torturado e assassinado por agentes policiais, militares e paramilitares das forças de repressão. O relatório citado descreve, além do mais, o conluio de organismo e agentes estatais para produção de versão falaciosa sobre o crime e proteção de seus efetivos responsáveis (os policiais civis Rível Rocha e Humberto Cerrano de Souza; o promotor público José Bartolomeu Lemos Gibson e seu parente, Jerônimo Duarte Rodrigues Neto; o estudante universitário Rogério Matos Nascimento - Cadernos da Memória e da Verdade, 2014). O relatório se encontra disponível em: http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=RELHEN&pasta=RELAT%C3%93RIO%20Pe.%20HENRIQUE; Acesso em: 29 mai. 2017.

[24] O uso da expressão "cidade universitária" e "campus" é muito comum nas mídias jornalísticas e no senso comum, no entanto as categorias já são opostas por dispositivo oficial do Regime em 1970 (ATCON, 1970).

universidade de abrigar e de integrar eficientemente a multidão de estudantes, técnicos e professores. Também afirma a Universidade como meio físico de realização da pesquisa científica e tecnológica para o desenvolvimento da indústria e do agronegócio brasileiro[25].

No plano estético, as cidades universitárias e os *campi* são conjugados como meios aprazíveis de um futuro antecipado. Sua forma de expressão é arquitetura e a engenharia moderna, assim como os planejamentos com fins de vigilância e controle. Estes enunciados numéricos são normalmente simultâneos às descrições poéticas do aço, do concreto, do vidro e, por vezes, dos ambientes bucólicos da universidade. Este trecho sobre a UFPB é bastante ilustrativo:

> Quando o repórter espalhou a vista pela paisagem da Cidade Universitária, a impressão que teve não foi a de que estava em João Pessoa, mas perlustrando algum bosque encantado da Suíça e, enquanto o olhar perdia-se como em êxtase, no deslumbramento da espessa folhagem e na poesia das veredas o cérebro interrogava-se: sonho ou miragem? Não poderia ser outra sensação a de quem visita a indescritível obra da UFPB. (*Diário de Pernambuco*, 05/03/1970, p. 5)

A exaltação poética do *campus* busca equilibrar no plano expressivo a violência que subjaz à expansão, ao deslocamento, ao reordenamento, enfim à captura do território universitário pelos vetores heterônimos do regime militar e do capitalismo. Nesta lógica, os eventos cívicos em torno das obras funcionam como espaços de acomodação e de compartilhamento de corpos e dos signos ditatoriais. Esta dupla articulação é fundamental para pensar a produção de legitimidade, consenso e consentimento entre as elites universitárias e o Estado autoritário. Os programas de expansão e melhoramento foram assim instrumentalizados pela publicidade política do regime, que vendia a imagem de um Estado forte e democrático promotor do desenvolvimento socioeconômico, científico e tecnológico.

Por exemplo, ainda em novembro de 1964, o general presidente Humberto de Alencar Castelo Branco elegeu o Recife e a sua universidade como um de seus primeiros destinos oficiais. Para além de sua agenda política, viera acompanhar de perto o desmonte do que dizia ser a "mais sutil e eficiente obra subversiva já realizada no Brasil": o sistema Paulo Freire de educação (VERAS, 2012, p. 209). A posse do general coincidira com a revogação do Programa

[25]*Diário de Pernambuco*, 30/03/69, p. 29; 17/04/1969, p.2 ; 06/08/1968, p. 36; 05/03/1970, p. 5; 14/05/1970, p. 05; 31/03/1971, p. 10.

nacional de alfabetização (PNA), coordenado pelo educador (Decreto nº 53.886/64). A iniciativa surgira após os bons resultados do círculo de cultura de Angicos e previa a alfabetização de 1.834.200, através da criação de 60.870 novos círculos de cultura.

Angicos permanecia viva na mente do ditador: Paulo Freire, sua jovem equipe do SEC/UR e de estudantes universitários e secundaristas; a formatura de alfabetização de 380 adultos; o discurso de Paulo Freire e do presidente João Goulart; as duas batidas fúnebres no ombro do educador e o cumprimento do general: "Meu jovem, você está engordando cascavéis nesses sertões" (CARVALHO, 1997; VERAS, 2013, p. 23). De toda forma, ao chegar ao Recife, o então general presidente não encontrou o educador, que já se encontrava exilado na Bolívia, desde setembro de 1964.

A pauta da reunião entre o general presidente e os catedráticos se concentrou na Cidade Universitária. Além de Castelo Branco estavam presente o reitor Murilo Guimarães (FDR) e os professores catedráticos Gilberto Osório (FF), Nilo Pereira (Diretor da FF), Chaves Batista (Diretor do Instituto de Micologia - IMUR), Nelson Chaves (Instituto de Nutrição) e Arnaldo Caldas (Diretor da Faculdade de Odontologia). Em uma fotografia, os docentes superiores aparecem sentados, encerrados em seus ternos, em uma mesa retangular. O General repousa na cabeceira da mesa ao lado do Reitor (*Diário de Pernambuco*, 19/11/1964).

Nos discursos sobre as obras da cidade universitária repetiam-se os imperativos: integrar, concentrar e acelerar. Encontros como estes e seus ritos políticos foram um importante meio de legitimação da ditadura pela fusão de vozes e de corpos militares e civis, neste caso professores universitários. Estes círculos funcionavam como espaço privilegiado de adesão e de acomodação por meio de negociação, mobilização e doutrinação (BERNARDES, 2013; MOTTA, 2014a).

Figura 6 - Na reitoria, Castelo Branco ouviu professores e alunos

Na reunião ocorrida na Reitoria da Universidade do Recife, o presidente Castelo Branco ouviu professores e alunos, e fez pronunciamento

Fonte: *Diário de Pernambuco*, 19/11/1964

Durante o encontro ficou estabelecido o repasse de recursos para conclusão do edifício da Faculdade de Filosofia e Institutos Centrais (o atual Centro de Filosofia e Ciências Humanas). Do projeto inicial, com 3 blocos, do arquiteto Felipo Mellia, apenas se construiu o bloco principal de 15 andares. O desenho inicial estava disposto horizontalmente, mas a pedido dos catedráticos foi verticalizado, tornando-se o edifício mais alto do *campus*. Mais tarde, o arranha céu se tornaria conhecido pelos recorrentes casos de suicídio. Ainda em 1964 estudantes protestaram pela abertura do "restaurante central" durante a visita do Ministro Pedro Aleixo e de Moniz Aragão, diretor do Departamento Nacional de Ensino Superior.

Castelo Branco retornou em 1966 para inaugurar, ao lado do reitor Murilo Guimarães e do Arcebispo Dom Helder Câmara, várias obras da Cidade Universitária, dentre elas a Faculdade de Filosofia e Instituto Ciências do Homem (ICH, depois Centro de Filosofia e Ciências Humanas- CFCH), a Escola Superior de Química, a Faculdade de Farmácia, o Centro de Ciências do Nordeste (CECINE) e a Escola de Enfermagem. Apesar da presença o sacerdote já se encontrava em franca oposição ao regime. O evento foi registrado em audiovisual pela Agência Nacional e compôs produto informativo e publicitário do regime: "Telejornal Informativo N. 38" (1966). Há um registro fotográfico da visita presidencial à UFPE.

Figura 7 - Castelo Branco, o reitor Murilo Guimarães e comitiva

Fonte: *Estudos Universitários*, 2012

De terno preto, o general presidente Castelo Branco e o reitor Murilo Guimarães lançam na mesma cadência a perna esquerda para frente e a direita para trás. Parecem guiar a marcha de um pelotão, que veste passeio completo militar, e em que saltam ritmicamente os quepes verde oliva. Pela ausência destas indumentárias da cabeça, se percebe que os homens na quarta posição das filas são civis. O semblante lacônico dos militares contrasta com o sorriso esboçado no rosto do reitor. Não há mulheres na foto, apenas homens e grossas vigas de concreto.

Na Cerimônia, o reitor Murilo Guimarães saudou o presidente e a memória do reitor Joaquim Amazonas, "O artífice desse grande empreendimento, o templo". Lembrou dos trabalhos do professor João Alfredo e do ETCU na pessoa do diretor Agerson Correa, sublinhando em seguida a necessidade de apoio do Governo Federal e dos órgãos de financiamento para conclusão do empreendimento (*Diário de Pernambuco*, 16/08/1966, p. 8).

Após listar as 14 unidades em funcionamento na cidade universitária, o orador reafirmou suas expectativas quanto à expansão física através do Empréstimo do MEC/BID. Sua conclusão atinava para a construção do alojamento estudantil:

> Tão relevante nos parece a ideia, que ousamos formular ao Exmo. Sr. Presidente da República, no momento em que ele nos traz o conforto da sua presença, a traduzir o seu interesse pela nossa Universidade, que ordene a destinação de uma ajuda financeira especial para moradia dos estudantes (*Diário de Pernambuco*, 16/08/1966, p. 8).

Duas observações são importantes sobre a solenidade. Uma primeira se refere aos usos midiáticos destes eventos cívicos, especialmente de inauguração de obras tal qual a cidade universitária, bem como à dinâmica de colaboração e de acomodação das elites universitárias cuja instituição concentrava grande parte dos opositores do regime. A segunda observação referente à ênfase do reitor nos convênios e nos empréstimos mediados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste com a Agência Americana de Desenvolvimento Internacional (SUDENE/USAID), Banco da Alemanha Ocidental e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para conclusão e continuidade das obras (*Diário de Pernambuco*, 25/12/1964, p. 10; 15/04/1965, p. 8; 16/08/1966, p. 8). Esta modalidade de relação com o mercado financeiro seria estruturada nos anos seguintes como um dos principais eixos de

financiamento da reforma universitária conservadora[26].

A apropriação publicitária das inaugurações de instalações físicas fica explicita numa série de reportagens, talvez compradas, sobre a UFPE e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade de Brasília (UNB), a UNICAP e a UFRPE publicadas em páginas inteiras do *Diário de Pernambuco* (31/03/1965, p. 10; 10/08/1967, p. 12; 06/08/1968, p. 36; 30/03/69, p. 29; 17/04/1969, p. 2; 15/06/29169, p. 4; 13/11/69, p. 10). As expressões cidade universitárias e *campus* são comumente utilizadas como sinônimos, embora as consultorias contratadas pelo MEC já comecem a opô-las em sua forma de conteúdo, isto é, edifícios monumentais (Faculdades e Escolas) e edifícios funcionais (blocos acadêmicos, administrativos e complementares).

Em outro evento, já em 1973, os estudantes adesistas Sebastião da Silva Cazé (presidente do DCE) e Ricardo Médicis de Albuquerque Maranhão (diretório acadêmico de biociências) entregam ao general presidente Médici, "um amigo dos estudantes", um documento com elogios ao governo e reivindicações do corpo discente. As entidades estudantis eram naquele momento mantidas e montadas com apoio do regime através da Pró-reitoria de Assuntos Comunitários que funcionava, então, como organismo universitário de acomodação, de cooptação e de arrefecimento estudantil[27]. Assim, entre as inúmeras falas de aliança e de filiação ao governo mais brutal da ditadura, os estudantes apresentam uma pauta de reivindicações estritamente corporativa: "apressamento das obras do Hospital das Clínicas, recomendação dos diplomados em ciências biomédicas e instalação breve da Usina piloto do açúcar e álcool" (*Diário de Pernambuco*, 02/04/1973, p. 3).

Os estudantes, para reafirmar o pleito, também lembraram o título de doutor *honoris causa* concedido ao titular do MEC, Jarbas passarinho, declarado o "ministro da juventude". Os dois casos citados são exemplos de como os ritos universitários se misturaram com as cerimônias cívicas do regime através das quais militares e lideranças acadêmicas compartilham interesses, apoio, valores e recursos.

Esta dinâmica dos *campi* participava das grandes obras de infraestrutura, que ao custo de grande impacto ambiental e endividamento externo promoveram o signo de um Brasil grande.

[26] A reforma universitária conservadora remete à vigilância e à repressão permanente da universidade, à escolha e à tomada de decisões monocromáticas por dirigentes universitários vinculados ao regime, ao sentido fundamentalmente técnico da reforma, à defesa do status quo e à preservação de prática e formações socioculturais tradicionais.

[27] Ver 3.3.3

Estas obras, especialmente as de expansão da malha viária e do setor energético, possuíam também uma força publicitária e doutrinária. O principal agente desta empreitada foram os aliados do governo da indústria de construção pesada e do mercado financeiro (CAMPOS, 2012). Os empreiteiros saíram fortalecidos dos anos 1970 como monopólio atuante em diversos setores da construção civil mundial. Dentre eles, especialmente, a Camargo Correa, a Andrade Gutierrez, a Mendes Junior e a Odebrecht. Por outro ângulo, a efetivação deste consórcio se dava, também, através dos fluxos de capitais operados por organizações financeiras como o BID, o FMI e bancos europeus[28] (CAMPOS, 2012).

3.4 OS PROGRAMAS DE EXPANSÃO FÍSICA DAS UNIVERSIDADES

Com esforço de centralizar a expansão física das universidades, o MEC criou em 1967, através do Decreto 60.461, a Comissão Especial para Execução do Plano de Melhoramento e Expansão do Ensino Superior (CEPES). A junta deveria assistir tecnicamente à elaboração do contrato a ser firmado entre a União e o BID. Os primeiros empréstimos de US$25 milhões ao longo de 25 anos, aliás celebrados pelo reitor Murilo Guimarães, por ocasião de nova visita do general Castelo Branco, destinavam-se à expansão universitária mediante obras, equipamento e assistência técnica. Somados à contrapartida de US$10 milhões do governo brasileiro, "tratava-se do maior projeto educacional financiado pelo BID até então", como destaca o historiador Rodrigo Motta (2014, p. 265). As universidades contempladas pelo MEC/BID I foram: UFRJ (aproximadamente US$10 milhões), USP (US$ 6milhões), UFBA (US$ 2,5 milhões) UNB (US$ 1,6 milhões), a UFMG, UFC e UFV (US$ 1 milhão cada instituição), a UFPE (US$ 500 mil) e a PUC-RJ (US$ 400 mil – MOTA, 2014).

O programa beneficiou principalmente as instituições que iniciaram os planos e obras da cidade universitária ainda antes do golpe de Estado, bem como as que estrategicamente possuíam as maiores populações universitárias do Brasil. A CEPES intermediava os empréstimos a partir do controle dos planos técnicos. Estes documentos foram os instrumentos de centralização político-administrativa dessas construções modernas de viés funcionalista,

[28]Pelos jornais é possível perceber que a Odebrecht esteve envolvida no conjunto de obras da UFPE vinculado aos primeiros convênios com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e Alemanha Ocidental, da reitoria, cujo projeto fora responsável juntamente com o ETCU (*Diário de Pernambuco*, 11/04/1970, p. 5). A empreiteira também aparece à frente do projeto monumental da SUDENE (em terreno que pertencia à UFPE) e do *campus* da UERJ

tipificado e expansível, conforme linha consagrada pela ditadura naqueles anos (NOGUEIRA, 2008; CAMPELO, 2012; SOUZA, 2013; MOTTA, 2014a).

Em 1970 a consolidação do plano possibilitou a cooptação de outras universidades e a estruturação como organismo composto por uma coordenação, assessorias e secretarias (Decreto Lei nº 66.396 de 30 de março de 1970; Decreto Lei 71838 de 15 de fevereiro de 1973), bem como em 1974, quando foi ampliada como "Programa de Expansão e Melhoramentos de Instalações do Ensino Superior" (PREMESU) vinculado à Diretoria de Assuntos Universitários do MEC (DAU/MEC – Decreto nº 73.857 de 14 de março de 1974). O Programa mais robusto abandonou definitivamente o conceito de cidade universitária e consagrou uma apropriação austera dos *campi*, com notáveis diferenças do modelo americano.

A PREMESU previa a inclusão de representantes do Ministério do Planejamento e da Fazenda. Seu objetivo era gerir, coordenar, administrar, analisar, compatibilizar, assessorar, promover e pesquisar projetos e convênios novos ou anteriores de expansão física e de equipamentos do sistema universitário. Para isto contou com recursos federais (sobretudo do FNDE), estaduais e internacionais (NOGUEIRA, 2008; CAMPELO, 2012; SOUZA, 2013; MOTTA, 2014a).

Os projetos iniciais, PREMESU I e PREMESU II, davam consecução aos empréstimos firmados com o BID e com instituições financeiras Alemãs e Húngaras - Deustcheundimportegesellschaft – Feinmechanik Optic (G.M.B.H) e Metrimpex Hungarin Trading Company for Instruments (BRASIL, 1974; MOTTA, 2014a). Também seriam assistidos pelo PREMESU os empréstimos firmados no início de 1973, na ordem de US$250 milhões de dólares por meio do consórcio bancário europeu, Banco Bávaro da Alemanha Ocidental. A negociação inicial previa metas e desembolsos semestrais investidos em construção de *campi* universitários, equipamentos e treinamento de pessoal no Exterior. Como critério de prioridade estabelecia-se: "universidades e escolas isoladas que demonstrarem capacidade, em menor prazo, e com qualidade superior, de apresentarem seu plano de desenvolvimento" (*Diário de Pernambuco*, 25/02/1973, p. 5).

No mesmo ano, o ministro Jarbas Passarinho, após referida concessão de título de doutor *Honoris causa* pela UFPE, autorizou verbas de Cr$1.6 milhões para conclusão do Centro Esportivo da UFPE. Simultaneamente era negociada uma operação "turn-key"[29] que previa

[29]Operação com valores e prazos pré-fixados empregada em processos licitatórios nos quais a empresa fica obrigada a entregar a obra em condições de pleno funcionamento.

empréstimos de um consórcio Franco-Brasileiro para construção do Hospital das Clínicas. O Empreendimento orçado em Cr$132 milhões estabelecia a privatização de 40% dos serviços prestados pelo hospital universitário (*Diário de Pernambuco*, 01/04/1973, p. 32).

A UFPE também foi contemplada pelo MEC/BID II com empréstimo de US$4,8 milhões. O empréstimo no total de US$50 milhões assistiu prioritariamente a UFPA, a UFPB, a UFPI, a UFRN, a UFSE, a UFBA, a UNB, a UFGO, a UFMG, a UFES, a UFJF e a UFSC (SOUZA, 2013; MOTTA, 2014a). Na UFPE, os dólares foram destinados à construção do Departamento de Medicina Social e de Odontologia, "aproveitando o 'esqueleto do HC', Almoxarifado Central, Núcleo de Processamento de Dados, Laboratório de Microscopia Eletrônica, Centro de Educação, Centro de Artes e Comunicação e ambientação do *campus* ("US$3 milhões para novas edificações, US$1,2 milhão para infraestrutura e US$0,6 milhão para equipamentos". *Diário de Pernambuco*, 14/09/1973, p. 3).

A entrada de capital para construção e manutenção física seguiu no ano seguinte com novos investimentos de Cr$27 milhões, desta vez proveniente do FNDE. O recurso visava a manutenção predial e material - "As duas últimas cheias causaram sérios prejuízos" - e a instalação de iluminação viária no "campus" (*Diário de Pernambuco*, 17/01/1974, p. 1; 31/01/1974, p. 3).

A grande cheia de 1975 também sensibilizou o MEC que, através do PREMESU, autorizou novo empréstimo e investimentos do BNDE e do BID. Os recursos objetivavam a reconstrução do *campus* de Dois Irmãos da UFRPE que foi totalmente destruído pela catástrofe, a assistência aos universitários flagelados, a construção da Faculdade de Odontologia, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e da área paisagística da UFPE (*Diário de Pernambuco*, 04/08/1975, p. 2; 19/09/1975, p. 7; 18/12/1975, p. 6).

O fluxo de capital segue ao longo dos anos 1970 através do Programa MEC/BID III, coordenado pelo então Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação (CEDATE) que substituiu a PREMESU. O organismo e a nova edição do programa possuíam como missão edificar novos *campi* e corrigir o corpo físico inacabado e inadequado, erigido através das ações apressadas dos primeiros empréstimos (SOUZA, 2013).

Não foi diferente na UFPE, onde os novos empréstimos possibilitaram a reforma dos recém-inaugurados Centro de Educação (CE) e Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), bem como a construção do Centro de Ciências Exatas e da Natureza e do Castelo D'água, durante o reitorado de George Browne Rêgo (1983 – 1987. CABRAL, 2006). Sobre o *campus*

herdado dos anos 1970, lembraria o referido Reitor: “nessa época o *campus* era um verdadeiro caos. Caindo aos pedaços. Eu iniciei a recuperação do *campus*. Mas não era tarefa de um só mandato” (SANTOS, 2012, p. 81).

Os investimentos no MEC/BID I, II e III somam um total de US$105 milhões, assim produzindo entre os anos 1960 e 1970 uma verdadeira linha de produção de *campi* tipificados, muitas vezes não empreendidos, inacabados e avariados estruturalmente (SOUZA, 2013). No geral, essa tipologia buscava uma operação de significância e de corpos inseparáveis. Estes signos e vetores ganham forma arquitetônica padrão “das plantas livres, dos pilotis, dos brises, da estrutura despojada de adornos, da padronização e modulação de ambientes, na concepção ‘das unidades funcionais’ e na possibilidade das obras [...] ocorrerem progressivamente” (NOGUEIRA, 2008, p. 272). Da mesma maneira que investem urbanisticamente na localização afastada da cidade, em setores divididos por zonas funcionais rígidas, vias hierarquizadas de veículos e pedestres, distinção do território universitário e circunvizinho e integração paisagística dos elementos arquitetônicos (NOGUEIRA, 2008; CAMPELO, 2012).

A política de melhoramento e expansão física foi coordenada por decretos e órgãos especializados que se articulavam com os setores de obras das universidades. Nesta lógica, o Decreto 62.758 de maio de 1968, que dispunha sobre o estabelecimento da Universidade Federal de São Paulo, define que a instituição terá “uma gleba mínima de 300 […] hectares”, assim como deverá ser constituída por um ou mais *campi*, integrados por institutos de ensino e pesquisa e faculdades profissionais.

O Decreto 63.341 de outubro de 1968 também receitou critérios para expansão do ensino superior no “tocante à construção de cidade universitária (*campus*)”. São eles: pesquisa dos projetos de implantação de cidades universitárias; seleção dos projetos de *campus* e ênfase na construção de unidades do sistema básico; financiamento de obras mediante alienação dos imóveis históricos; suspensão de novos projetos de Hospitais das Clínicas.

Os decretos previam a venda dos terrenos e edifícios históricos na *downtown* para financiar a aquisição, a construção e a manutenção dos terrenos e obras dos *campi* universitários. O que estava posto era a troca de terrenos e construções em bairros valorizados por terrenos em bairro de baixo valor comercial. Os centros abrigados no passado pelas universidades públicas seriam, logo, monopolizados pelas corporações da educação superior privada.

Outro detalhe notável é a interdição provisória dos projetos de HC em favor de convênios com hospitais privados. Para além do viés privatizante, este dispositivo tinha em

vista a recusa de enfrentar os desafios públicos impostos pelas obras e pela administração dos hospitais universitários, cujas construções inacabadas ou o "esqueleto do HC" assombraram durante décadas reitores e professores dirigentes da UFPE e da UFRJ.

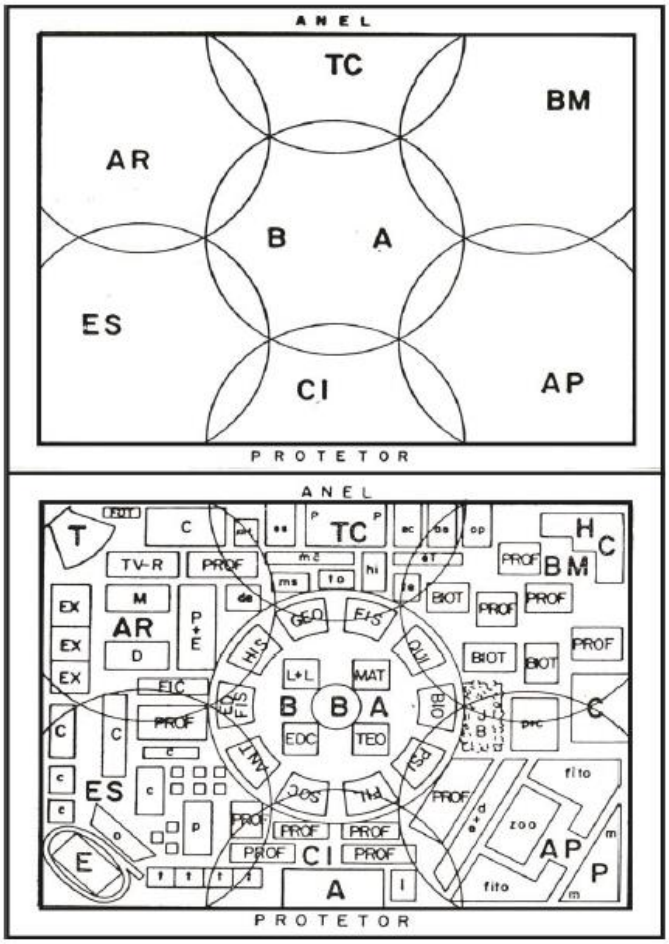
No plano teórico, o consultor Rudolph Atcon elaborou, a pedido do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, o "Manual sobre o planejamento integral do campus universitário" (ATCON, 1970). Neste documento, adotado pelo PREMESU, o *campus* é descrito como equipamento arquitetônico e urbanístico oposto à cidade universitária. Esta antinomia se constitui primeiramente pela redefinição funcional dos edifícios como espaços integrais de atividades (ensino, pesquisa, extensão, administração, serviços, etc.) e não de pessoas e unidades científicas e profissionais.

Por conseguinte, prescreve a substituição das construções ditas monumentais e rígidas das cidades universitárias por pavilhões tipificados e expansíveis que integrassem de forma eficiente e flexível os serviços ofertados pela universidade. Neste sentido, o autor opõe a verticalidade do primeiro, a horizontalidade do segundo (um máximo de três andares). A moradia estudantil e docente, própria à cidade universitária (bem como ao modelo de *campus* americano) foi também descartada pela incompatibilidade com o conjunto das atividades acadêmicas e complementares. Em último caso sugeria a construção destas moradias fora dos limites da universidade.

Para delimitar o dentro e o fora, recomenda-se a construção de um anel protetor demarcando e separando as fronteiras entre a universidade e os bairros vizinhos. Esse perímetro, fosse ele uma grade, um muro, uma cerca ou uma catraca, deveria delimitar com clareza os limites do *campus* e, assim, inibir a entrada de passantes não universitários.

Toda ocupação e edificação era continuamente orientada por um corpo de técnicos especialistas que estabelecessem critérios científicos e racionais mínimos. Neste sentido, defende a criação de escritórios exclusivamente dedicados às obras, tal qual organismo inaugurado na quarta república. Estes princípios técnicos se encontram em diagrama elaborado pelo consultor.

Figura 8 - Diagrama de Atcon



Fonte: ATCON, 1970, p. 78; 83

O diagrama de zoneamento proposto por Atcon é a condensação deste agenciamento arquitetural e urbanístico. Nele, as multiplicidades de corpos sociais e físicos são ordenadas conforme seus setores funcionais, isto é, Artístico (AR), Tecnológico (TC), Biomédico (BM), Agropecuário (AP), Cibernético (CI), Esportivo (ES) e Básico (BBA). Todas as interseções dos círculos correspondem às composições compartilhadas que possibilitam máxima economia e eficiência no uso dos recursos materiais e humanos em comum.

A fim de prevenir encontros e fluxos indesejados, os equipamentos esportivos, médicos, artísticos e agropecuários são posicionados nas extremidades do território. De tal modo é possível controlar melhor o movimento dos visitantes no usufruto destes aparelhos. Os corpos supostamente saudáveis do setor esportivo se encontram, da mesma forma, fixados na posição antípoda dos corpos ditos enfermos do Hospital das clínicas no setor médico. Assim como os

blocos administrativos envolvidos pelas ciências e técnicas de controle próprias ao setor cibernético. Toda geometria proposta impõe um arquipélago de multiplicidades separadas e hierarquizadas em setores atravessados por vias internas de passantes e vias periféricas automobilísticas, prontamente acompanhadas de estacionamentos fronteiriços. Não há, neste sentido, espaços em comum de convivência e de sociabilidade.

O desenho materializa os princípios básicos da reforma universitária que vedava a manifestação política e inaugurava uma lógica produtivista, tal qual prescrito pelos decretos-leis e Decretos 4464/64, 53/1966, 252/1967 e 5540/1966. A distribuição das unidades universitárias acadêmicas, administrativas e complementares visa controlar e maximizar a produção da população universitária e seus fenômenos. Este controle é ditado ao mesmo tempo pela lógica de eficiência, isto é, incremento do desempenho econômico da universidade tal qual uma empresa privada, assim como pelo nexo político de predefinição, de registro e de regulação das trajetórias dos corpos universitários e seus colaboradores.

O presente agenciamento populacional e arquitetural se institui assim a partir das seguintes linhas: distribuição dos corpos em áreas de conhecimento, disciplinares e funcionais; normatização das atividades através de equipamentos didático-científicos, administrativos e complementares (esportivos, culturais, médicos, etc.); capitalização dos recursos e do tempo pelo compartilhamento de material de consumo, capital e recursos humanos; e, finalmente, conjunção dos fluxos universitários pela delimitação das fronteiras internas e externas com anel protetor e vias capilares e arteriais pela qual circulam os corpos acadêmicos.

Este diagrama é inseparável de uma maquinação e de uma semiotização dos fluxos universitários, isto é, práticas, discursos, recursos, populações, construções, etc. Os sujeitos universitários são o resíduo, isto é, o que sobra deste processo produtivo da universidade como máquina de profissões e de conhecimentos. No entanto, como se poderá ver nos próximos itens, o digrama de Atcon, enquanto equação ideal, não dava, nem poderia dar conta, das linhas de fuga mediante as quais os corpos e os signos ganham nova organização e sentido.

De todo modo, o digrama de Atcon condicionou a edificação dos *campi* financiados pelo Programa MEC/BID e outros programas de investimento. Este padrão precisou se adaptar muito, em alguns casos, aos contornos das antigas cidades universitárias (UFPE, UFMG, UNB, UFRJ, USP), que sedimentavam em seu território, camadas de temporalidade, de sentidos e de

matérias anteriores aos programas e as diretrizes de expansão física dos anos de chumbo.

3.5 CARTOGRAFIA MOLAR DO TERRITÓRIO UNIVERSITÁRIO

Há um documento publicado em 1975 pelo MEC que pode ajudar a entender os efeitos iniciais dos programas de melhoramento e expansão física universitária do Regime Militar (BRASIL, 1975). Nele se percebe que a cartografia espacial das universidades em meados dos anos 1970 não é de toda oposta àquela predominantemente urbana e fragmentada a qual Atcon encontrou em sua viagem em 1965. Há, entretanto, diferenças significativas a serem analisadas.

O corpo da universidade permanecia, sobretudo, urbano e fragmentado com recursos físicos e equipamentos tecnológicos escassos em 80% das universidades pesquisadas. A ausência ou duplicidade dos *campi* com outras unidades se expressa pelo "paradoxo ou eufemismo" da figura do "campus descontínuo" presente em dezessete universidades das trinta e uma instituições pesquisadas. O processo de expansão massivo é, em parte, aleatório e destituído de critérios de ocupação em contradição com o discurso do regime de planejamento e eficiência.

Os dados relativos às áreas construídas dentro e fora do *campus* mostram, no entanto, uma eminente ruptura deste mapa recortado pela crescente edificação e ocupação dos arredores das cidades com empréstimos do BID. Nesta lógica, há um grupo menor de universidades que ainda concentra parte efetiva de suas obras fora de seu território, bem como um segundo grupo, igualmente pequeno, que encerrava 100% de suas construções no *campus* e um conjunto maior, cujas obras se encontram menos divididas nas unidades isoladas[30].

As obras projetadas estão quase totalmente localizadas nos *campi*. Apenas a FURG (2,1%), a UFJF (0,8%), a UFGO (12,8%) e a UFPE (19,4%) fazem ainda projeções de construção fora destes. Por este ângulo, chama atenção que inexistia, até então, pelo menos um *campus* concluído. Apenas cinco universidades estavam instaladas em sede única, aliás, todas elas parcialmente edificadas. O grande volume das instituições dividia seus corpos entres os

[30] 1º UFU, FURG, UFPI, UFSE, UFMT, UFMG, UFGO e UFRN; 2º UFRPE, UFV, UFOP, UFRRJ, UFSCAR e UFPEL; 3º : UFAM, UFMA, UFAL, UFES, UFJF, UFPA, UFCE, UFPB, UNB, UFPR, UFSC, UFSM, UFPE, UFBA, UFF, UFRS e UFRJ (as quatro primeiras mais a UFRN iniciaram a construção dos seus *campi* durante a reforma universitária instituída pelo Regime militar).

campi, os *multicampi* e as unidades isoladas.

Tabela 7– Localização das instalações e situação do campus

Localização	Situação	Instituição	Número de universidades
Um *campus*	Parcialmente construído	UFRPE, UNB, UFMT, UFRRJ	4
Um *campus*	Com projeto em elaboração	UFSCAR	1
Mais de um *campus*	Parcialmente construído	UFES e UFV	2
Campus e instalações isoladas	1. Parcialmente construídos 2. Início de construção 3. Com projeto concluído	1. UFPA, FUMA, UFCE, UFRN, UFPE, UFJF, UFOP, UFRJ, UFSC, UFSM; 2. UFPI; 3. FURG;	12
*Multicampi*e instalações isoladas	1. Parcialmente construídos 2. Com projetos em elaboração	1. UFPB, UFAL, UFBA, UFMG, UFGO, UFRS e UFPEL; 2. UFF;	8
Instalações isoladas	1. Com projeto concluído; 2. Com projeto em elaboração;	1.FUAM, UFSE, FUBER; 2. UFPR	4
Um *campus*	Totalmente construído	-	-
Total			31

Fontes: Brasil, 1975, p. 399

A cartografia é diferente daquela vendida nos jornais do *campus* enquanto materialização da eficiência, do planejamento e do lirismo tecnocrático. A vida aprazível nesta babel é apenas possível numa operação de memória ou de publicidade, pois no cotidiano se

impunham os desafios da mobilidade, da urbanidade, da segurança e da violência do próprio Estado (como fora no caso do Padre Henrique, torturado e assassinado nas imediações da Cidade Universitária).

Em outro aspecto, a lógica de organização compacta dos edifícios no ambiente se faz apenas presente na UFPR, na UFBA, na UFRS e UFSCAR, esta última em vias de mudança total de endereço. O mesmo pode ser dito quanto à ascendência do zoneamento funcional menos por área de conhecimento do que pelas unidades profissionais. Nesta lógica as áreas construídas dão mais ênfase ao setor profissional do que aos setores básicos, administrativos, de serviços, estudantil e de esportes. Este perfil não parece passível de mudanças diante das projeções das novas construções. Ademais, o índice de ocupação destes espaços circula em torno de 17 a 26m² por estudante em 1971. A UFPE possuía uma área construída de 234.397 m², que para os 11048 estudantes resultava num índice de ocupação 21.2m². A amplitude das construções era apenas inferior aos da UFMG[31] e da UFRJ com áreas respectivas de 255.837m² 509.496m².

Pelos extensos relatórios publicados o governo media cada centímetro do conjunto que estava erguendo. Neste sentido, não passou incólume que a orientação de centralizar as bibliotecas num único edifício era ignorada em favor de outras diretrizes. A biblioteca central partia do ideal da reforma de não duplicação dos meios para fins idênticos ou equivalentes. Este esforço não estava logrando sucesso, uma vez que o sistema encontrado é basicamente misto, isto é, Biblioteca Central e setorial. Por outro lado, as poucas bibliotecas centrais existentes estavam alojadas em edifícios provisórios ou inadequados (BRASIL, 1975). Quando, por fim, foram construídas, localizavam-se centralmente distantes dos setores que deveriam atender.

A austeridade das formas ditou o modelo dos novos edifícios. A aplicação das tendências da arquitetura moderna, sobretudo funcionalista, resultou em conteúdos decisivamente diferentes daquelas das cidades universitárias planejadas antes de 1964, igualmente modernistas. A expansão física segue os critérios impostos no final dos anos 1960 por consultorias e normas jurídicas e técnicas das campanhas e programas de expansão. As singularidades e os debates públicos do período republicano cedem à padronização e a imposição do regime autoritário.

Para a maioria das universidades, as obras se iniciam com a ocupação de uma gleba, normalmente na zona rural da cidade, no contexto dos programas de expansão física do MEC. No caso das instituições que já possuíam cidade universitária, o processo se deu pela lenta

[31]Nesta as construções se localizavam 70% fora do campus.

adaptação dos territórios já edificados e urbanizados ao modelo vigente. Os *campi* da UFPA, da UFPB e da UFJF foram os primeiros a incorporarem o zoneamento funcional por áreas, tal qual defendido por Atcon em seu manual (1970). Até então as únicas instituições que não apresentavam padrões de construção pré-fixados eram a UFRPE, a UFSE, a UFV, FUBER, a UNB, a UFF e a UFPR.

Neste sentido, os imóveis são construídos para abrigar funções específicas: didático-científicas, administrativas e complementares. A UFRN, UFMG, UFOP e UFRS faziam uso de construções pré-fabricadas e modulares afinadas com os princípios de flexibilidade e expansão. Em contrapartida, diversas construções possuíam estruturas simples de concreto armado e aparente: UFAM, UFMA, UFPI, UFAL, UFCE, UFPB, UFGO, UFMT, UFFRJ e UFPEL. Os blocos padronizados trazem no geral acabamento em concreto ou tijolo aparente e cobertura de cimento e amianto: UFPI, UFAL, UFCE, UFPB, UFMT e UFRRJ. Ademais, as construções da UFPA, da UFPB e da UFPE levaram em consideração, nos seus programas e planos, as condições e as tecnologias regionais.

Em estudo sobre *campus* no Nordeste, a arquiteta Magda Campelo (2012, p. 35) mostra como parte significativa das universidades desta região iniciam ou reformulam suas obras no bojo das reformas e dos programas de expansão física: UFBA (não possuía projeto de território unificado até o final dos anos 1970), UFRPE (reconstrução como *campus* a partir de 1975 em área de 147 hectares em Dois Irmãos, zona rural da cidade do Recife), UFC (*campus* Pici em gleba suburbana de 232 ha), UFPB (obras iniciadas como Cidade Universitária em 1965 e requalificadas como *campus* em 1971, em área suburbana de 115, 48 ha), UFRN (em 1971 com obras de *campus* central de 123 ha), UFAL (obras de cidade universitária datam de 1966, adequadas no final dos anos 1970 como *campus* A.C Simões em área suburbana de 210 ha), UFMA (com estrutura *multicampi* urbana e periférica em Bacanga de 271 ha no início dos anos 1970), UFS (com gleba suburbana em São Cristovão de 117 ha em meados dos anos 1970), UFPI (obras do *campus* Ininga iniciadas em 1972 em área de 151 ha na periferia de Teresina).

A expansão física da UFPE ao longo da primeira década do regime militar se divide, assim, em quatro fases correspondentes à reforma dos edifícios urbanos, à conclusão das obras iniciais da cidade universitária em território suburbano de 156 ha e aos convênios que circularam em torno do MEC/BID I, II e III. Em 1966 são inauguradas diversas obras iniciadas antes do golpe: Faculdade de Filosofia e Instituto de Ciências do Homem, Escola Superior de Química e pavilhões de aula, CECINE, Faculdade de Farmácia e três blocos da Escola de

Engenharia de Pernambuco (Administração, eletromecânico e ensino – parcial).

Em seguida, no contexto do MEC-BID I e II são construídas entre 1968 e 1972 a Imprensa Universitária, a Faculdade de Ciências Econômicas, a Reitoria e a Biblioteca Central. Em meados dos anos 1970 são erigidos o Centro de Educação, o Colégio de Aplicação, a Prefeitura da Cidade Universitária, o Núcleo de Processamento de Dados, o Almoxarifado Central, o Centro de Artes e Comunicação e a Faculdade de Odontologia.

É deste período, da mesma maneira, o plano paisagístico de Burle Marx, a construção do Centro Esportivo e a retomada do Hospital das Clínicas. A planta previa o fechamento do *campus* com apenas um largo portão de acesso, assim como a construção de jardins, laguinho irrigado pelo canal do Cavoco, arborização com flora regional e centro cívico não empreendido (*Diário de Pernambuco* - 17/01/1973, p. 7). Por fim, já posterior ao período analisado, o MEC-BID III financiou a reforma do Centro de Educação e do Centro de Artes e Comunicação (CABRAL, 2006).

Em 1970 a UNICAP também reformou seu *campus* urbano na rua do Príncipe, bairro da Boa Vista, assim mostrando que a permanência na cidade não era impossível. O conjunto que abrigava em torno 5.200 estudantes e 23 cursos era composto por Blocos de ensino, pesquisa e administração, biblioteca e colégio universitário (*Diário de Pernambuco*, 11/04/1970, p.4, 5, 6 e 9).

Embora dividida entre a permanência no subúrbio do Recife, em Dois Irmãos, e a interiorização, a UFRPE em 1970 também reformou e construiu novos pavilhões de ensino e pesquisa (“de 1190, para 3200 assentos”) e o Hospital Veterinário (*Diário de Pernambuco* - 31/03/1972, p. 13). Como visto, o campus da UFRPE foi completamente destruído pelo Rio Capibaribe durante a grande cheia de 1975, sendo depois reconstruído no período de distensão política.

3.6 CARTOGRAFIA MOLECULAR DO TERRITÓRIO UNIVERSITÁRIO

A expansão física e a reforma do campo universitário por projetos e por decisões monocráticas do governo e de professores dirigentes não foram recebidas com indiferença por universitários e pela sociedade. Parte destes conflitos pode ser apreendida pela historiografia e pela documentação primária. Apesar da censura, os jornais trouxeram algumas matérias sobre

estas linhas de fuga à reforma violenta do território universitário.

A crítica a precariedade dos edifícios históricos e as suntuosas obras das cidades universitárias assumem um novo sentido a partir do golpe militar e civil de 1964. Os estudantes passam a conceber a mudança para os novos edifícios como resultado de uma intervenção política direta do regime na universidade. A recusa dos estudantes de engenharia de se mudarem para a cidade universitária é um dos marcos iniciais desta luta estudantil.

Entre 1964 e 1967, os estudantes da EEP organizaram uma série de greves e protestos contra a transferência da unidade para o Engenho do Meio da Várzea. Para eles, a mudança expressava uma ação repressora do regime, que buscava confiná-los no subúrbio e apartá-los da luta maior travada no centro da cidade. Em outro aspecto, o conjunto de prédios inacabados sem saneamento, água, iluminação, e serviços básicos de transporte, alimentação e bibliotecas não correspondia às expectativas mínimas do ambiente universitário.

Os primeiros protestos foram duramente reprimidos com intervenção na Congregação da EEP, incluindo prisões e tortura de seus líderes, os estudantes Alexandre Magalhães da Silveira e Ruy Frasão Soares (MACHADO, 2008). Durante sua estada nos Estados Unidos, na Universidade de Harvard, pelo programa da Associação Universitária Interamericana, o estudante Ruy Frasão denunciou a tortura no Brasil na Assembleia das Nações Unidas[32].

Como denunciavam os estudantes, a aceleração das obras e da transferência da EEP para Cidade Universitária de Pernambuco possuía, de fato, um viés político. Um depoimento do secretario do Reitor da UFPE, Merval Jurema, em 1965, é bastante elucidativo sobre o assunto:

> a transferência foi acelerada para diminuir aquela agitação no centro da cidade, e que tranquilizou muito o centro da cidade, que era muito comum a realização de passeatas pela Faculdade de Direito e Escola de Engenharia. Com a ida diminuíram sensivelmente os protestos. Ficou muito mais calmo. (MACHADO, 2008, p. 94)

O Diretório Acadêmico (DA) e os estudantes da EEP permaneceram sob vigilância permanente até as mudanças definitivas para o Engenho do Meio. O próprio comandante da 7ª

[32] Em 1974, Ruy Frasão foi sequestrado e desaparecido por agentes da repressão. O antigo estudante da EEP é uma das 243 vítimas de desaparecimento do Regime. Conferir: http://www.uff.br/revistaleph/N1_7/numero_01/ruy_frazao.htm; Acesso em: 30 mai. 2017; *Diário de Pernambuco*: 08/11/1964, p. 14; 17/02/1965, p. 16.

região militar, o General Antônio Carlos da Silva Muricy, solicitou por duas vezes, uma Conselho Universitário e outra ao reitor Murilo Guimarães, a abertura de um Inquérito Policial-militar (IPM) e o fechamento, por subversão, do DA da EEP (Ofício nº 862-E2; Processo 6.150/66; Processo UFPE - 8.126/66; Ofício 234/ 1966).

Entre os anos 1964 e 1975, os limites do Hospital Universitário provisório, o Pedro II, e o "esqueleto do Hospital das Clínicas", na cidade universitária, foram tema permanente dos jornais. A crítica jornalística teve relativa abertura por força das reivindicações do elitizado campo médico, sem com isso se tornar alvo da censura ou da repressão dos órgãos de vigilância e controle.

As obras intermináveis do HC conviveram ao longo de três décadas (1950-1979) com os protestos estudantis e com as tentativas malsucedidas da gestão de solucionar o problema mediante empréstimos internacionais e nacionais para conclusão do edifício. Foi assim durante a gestão de Murilo Guimarães (1964-1971), de Marcionilo Barros Lins (1971-1975) e de Paulo Maciel (1975-1979). Situações como esta colaboraram para que o governo publicasse o decreto 63.342 de 1968 que desaconselhava a construção de novos hospitais universitários.

Por exemplo uma matéria sobre o protesto realizado contra a precariedade do hospital Pedro II e o corte de verba na saúde e na educação, trazia o seguinte título em caixa alta: "POLÍCIA ESTEVE AUSENTE DA PASSEATA ESTUDANTIL". No dia, centenas de estudantes caminharam pelas ruas da cidade exibindo faixa e cartazes e bradando palavras de ordem: "O povo está doente, queremos hospital" e "Menos canhão e mais hospital". Ao longo do percurso foram realizados vários comícios-relâmpagos e distribuídos panfletos. O jornalista parecia surpreso pelo fato do protesto não ter sido autorizado pela Secretária de Segurança Pública e pela presença do "belo sexo": "Um fato que prendeu a atenção dos que assistiam à passeata foi o grande número de moças" (*Diário de Pernambuco*, 08/06/68, p. 6).

Em outra ocasião o porão do Hospital Pedro II foi palco em 1969 de um dos comício-relâmpago do estudante de medicina Humberto Câmara Neto. O jovem vice-presidente da UNE foi apresentado, na ocasião, pelo estudante Marcos Burle de Aguiar, presidente do DA de Medicina. Humberto Câmara parecia um pouco nervoso ao tomar a palavra, mas sua eloquência foi domando a leve gagueira, assim mostrando-se um grande orador, à medida que criticava a ditadura e conclamava estudantes para uma passeata contra a repressão policial. O jovem seria sequestrado, torturado e assassinado pelo regime em 1973, quando em missão no Recife

(APEJE – DOPS nº 18.223 – Fundo SSP nº 24.279 “B”).

Do outro lado da cidade, o “esqueleto do Hospital das clínicas” ganhou alguma vida, ainda que “uma vida severina”, quando em 1966, famílias vítimas da cheia ocuparam suas dependências inacabadas. Ao longo dos anos várias pessoas passaram pelos cômodos do HC. O elevado crescimento populacional e urbano dos anos 1960 e 1970 fez da habitação um dos problemas centrais das grandes cidades brasileiras (LUNA; KLEIN, 2014). No estado de Pernambuco a questão se agravava devido à inexistência ou à insuficiência de políticas de contenção das cheias, bem como de assistência às populações ribeirinhas e a outros grupos atingidos pelos dilúvios.

Neste sentido, durante a 5ª sessão extraordinária do Conselho universitário da UFPE, realizada no dia 11 de julho de 1966, a conselheira Margareth Mein Costa, professora e diretora da Escola de Enfermagem, solicitou “providências da direção da UFPE, a fim de evitar a ocupação permanente do Hospital das Clínicas da Cidade Universitária, pelos flagelados das últimas enchentes” (UFPE, 1966). Na abertura da 10ª sessão ordinária do Conselho, realizada em 29 de julho de 1966, o reitor Murilo Guimarães, na qualidade do órgão, prestou “esclarecimentos sobre as providências tomadas para evacuação do Hospital das Clínicas” (UFPE, 1966).

Apesar das diligências, o “esqueleto do HC” tornou-se, entre 1966 e 1976, morada de homens e mulheres desabrigados das enchentes. Os jornais lembravam que o conjunto de salas por toda extensão dos nove andares do HC era o refúgio popular dos constantes dilúvios no Recife. Em maio de 1975, o edifício comportava 3 famílias e 16 menores de idades. Durante o dia a meninada mendigava pelas salas de aulas, bibliotecas e corredores da Universidade e à noite retornavam para dormir na construção sem luz, água, janela, portas, banheiros, etc. O repórter constatara, outrossim, a trágica ironia que nenhuma daquelas pessoas pisara numa escola antes em suas vidas. A estada miserável no “esqueleto do HC” foi, talvez, o primeiro e último contato daquelas pessoas com uma instituição de ensino, que não demoraria a despejá-las de suas dependências (*Diário de Pernambuco*, 25/05/1975, p. 5).

Numa fotografia da época as vigas e paredes de concreto, que expressam o desenvolvimento empreiteiro do regime, contrastam com uma mulher aparentemente grávida e três crianças descalças e despidas.

Figura 9 - moradores do “esqueleto” do Hospital das Clínicas

No esqueleto do inacabado Hospital das Clínicas, moram três famílias

Fonte: *Diário de* Pernambuco, 25/05/1975

Após a grande cheia de agosto de 1975, mais de trezentas pessoas, aproximadamente 51 famílias, se juntaram aos antigos moradores do “esqueleto do HC”. Os novos moradores ignoravam que o dilúvio danificara permanentemente a estrutura do edifício, assim colocando suas vidas em novo risco. Parte significativa dos ocupantes eram provenientes do interior. Um deles, Antônio Adelino da Silva, de 33 anos, “residia há quatro meses no ‘esqueleto’, desde que as águas levaram tudo que tinha em Vitória de Santo Antão, onde morava em companhia de seis filhos”. Todos os andares e dependências do arcabouço permaneceram ocupados até junho de 1976, quando foram despejados por uma ação conjunta do Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e da Polícia civil. O programa de extensão nacional parecia bastante à vontade com a parceria institucional com a Polícia. As famílias previamente cadastradas foram indenizadas com Cr$ 600, mas muitas delas não receberam a compensação. Sem ter para onde ir, os antigos moradores do “esqueleto do HC” desciam em lugares a esmo na estrada com seus pertences, enquanto outros, seguindo orientação da equipe técnica do CRUTAC e da polícia, seguiam para Pontezinha, em Jaboatão dos Guararapes, a 30 km do Recife (*Diário de Pernambuco*, 09/06/1976, p. 2). A universidade reproduzia, de tal modo, a política de remoção de ocupações, favelas e moradias populares para núcleos habitacionais em áreas imobiliárias desvalorizadas, de infraestrutura inadequada e apartadas dos centros de emprego e renda (LUNA; KLEIN, 2014a; 2014b). Tal qual se dera incialmente, *mutatis mutandis*, com a transferência da “univer-cidade” para a cidade universitária. A política de habitação higienista adotada pelo regime militar esteve presente em todo século XX, apenas

sinalizando-se para mudanças no final dos anos 1980.

Os restaurantes universitários, como um dos poucos espaços de comunhão entre estudantes foram palco em todo Brasil de eventos de contestação ao governo. Para isto colaborava, igualmente, a precariedade material e pessoal dos serviços prestados. Os eventuais aumentos eram sempre o gatilho para novos protestos. O maior destes foi certamente o do Restaurante Central dos Estudantes, o Calabouço, no Rio de Janeiro (VALLE, 2008). A invasão do refeitório, durante uma passeata, resultou na execução por policias dos estudantes Edson Luís e Benedito Frazão Dutra, bem como feriu quatro passantes. A tragédia impulsionou as manifestações que culminaram na Passeata dos cem mil, em 26 de junho de 1968.

Um ano antes da tragédia no Calabouço, os estudantes da Escola de Belas Artes de Pernambuco e da UFCE também entraram em greve contra as "precárias condições do restaurante daquela escola" (*Diário de* Pernambuco, 23/03/1967, p. 3). O aumento dos preços da refeição também impulsionou, em março de 1968, a greve das turmas de agronomia e veterinária da UFRPE. Numa passeata realizada no centro, com apoio dos estudantes da UFPE e dos secundaristas, os jovens caminhavam exibindo faixas e cartazes e puxando palavras de ordem. Num dos cartazes se via o desenho de um grande boi preto e a seguinte legenda: "Na Rural temos magníficos…" (*Diário de Pernambuco*, 16/03/68, p. 1 e 6).

A alegoria fazia referência a um gado bovino de raça internacional, comprado a um custo elevado pela universidade, que morrera de fome logo após a sua aquisição. O então reitor, o professor Arthur Lopes Pereira, também fora criticado por estudantes, professores e técnicos pela formação de uma comissão incumbida de elaborar o plano de transferência do *campus* de Dois Irmãos para o interior do Estado. O plano foi aprovado pelo CFE em 1967 e, por conseguinte, a nova comissão, formada em 1969,[33] avaliava a possibilidade de rápida migração para Garanhuns, Arcoverde, Caruaru, Limoeiro ou Petrolina. A interiorização se justificava no enquadramento no "espírito da reforma universitária e na integração regional e geoeconômica pela pesquisa agropecuária. Os objetivos da comissão previam a instalação de escritórios regionais, o mapeamento dos possíveis *campi* municipais e dos ciclos profissionais de agronomia e veterinária, o interesse de instituições básicas, profissionais e superiores preexistentes de se agregarem como universidade e cooperação com autoridades locais (*Diário*

[33] Composição da comissão: professores Júlio Carvalho Fernandes (presidente), Adierson Erasmo Azevedo, Ivan Tavares, Florismundo Lins, José Vicente Rodrigues Lima e Antonio Cardoso Rego Barros (*Diário de Pernambuco*, 06/06/1969, p. 9).

de Pernambuco, 06/06/1969, p. 9; 15/06/1969, p. 4; 06/07/1969, p.9).

A possibilidade de mudança definitiva para municípios das sub-regiões do agreste ou do sertão foi acompanhada com atenção pela imprensa e gerou muita ansiedade e protestos. A lógica era a mesma que animou a expansão física da universidade por toda uma década: "acelerar a interiorização" (*Diário de Pernambuco*, 29/07/1969, p. 4). Por este ângulo, o novo reitor, o professor Adierson Erasmo de Azevedo (1969-1973), tentou antecipar o processo por meio de reuniões com o ministro da Educação, Jarbas Passarinho. O Reitor colocou, do mesmo modo, na ordem do dia a "transferência do campus São Lourenço devido a constantes inundações". (*Diário de Pernambuco*, 11/12/69, p.3). O curso do processo, no entanto, foi mais lento do que o esperado. O professor seguiu negociando com o ministro ao longo dos anos e saudando as mudanças proporcionadas pelo "governo revolucionário" (*Diário de* Pernambuco, 31/03/1972, p. 13).

Enquanto a venda do *campus* Dois Irmãos era negociada com um grupo empresarial, saudava-se o retorno para as origens sertanejas e a ruptura do "entrincheiramento à beira-mar". Nada obstante, havia uma preocupação quanto às "mudanças de recursos humanos e o impacto em suas vidas pessoais", a elaboração de "um plano severo e realista, evitando impactos negativos e limitantes", bem como "o silêncio sepulcral em torno do caso" (*Diário de Pernambuco*, 11/08/1972, p. 4).

O reitor encontrou apoio para interiorização na imprensa como se observa na chamada: "Universidade Rural deixa capital para atingir objetivos no Interior". No texto, o bairro de Dois Irmãos é descrito como "localização inadequada em que fora situada – periferia da capital pernambucana", que contribuiu com insucesso do objetivo de desenvolvimento comunitário da UFRPE. Dessa maneira, define peremptoriamente: "Tantas vezes ameaçada […] em decorrência da sua urbanização […] a UFRPE não teria outro caminho a seguir, senão providenciar sua mudança para o interior" (*Diário de* Pernambuco, 07/09/1972, p. 18).

O plano de transferência para Garanhuns, município do agreste de Pernambuco, já previa o funcionamento da nova sede da reitoria dentro de dois meses e os trabalhos de zoneamento nos meses subsequentes. Para o ano de 1973 estava previsto o Núcleo de Integração e desenvolvimento, a Escola Superior de Ciências Domésticas, o Ciclo Básico e conclusão do projeto do *campus* (*Diário de Pernambuco*, 07/09/1972, p. 18). No entanto, o ritmo foi outro e a transferência foi provisoriamente interrompida pelo conselho superior em reunião em

dezembro de 1972 (*Diário de Pernambuco*, 30/12/1972, p. 12).

Mas o gestor da UFRPE não desistiu de seus planos. Em 1973 brindou novamente o aniversário da revolução em cerimônia com presença do ministro Jarbas Passarinho (*Diário de Pernambuco* – 31/03/1973, p. 6). A transferência permanece na ordem do dia dos reitores Murilo Salgado Carneiro (1973-1974/1982 -1983) e Humberto Carneiro (1974-1978). Os interesses e as relações de forças são desvelados pela explícita interferência política do deputado da Aliança Renovadora Nacional (Arena), Aderbal Jurema, e da Diocese de Garanhuns, cujo terreno e edifícios já estavam à disposição da Rural (*Diário de Pernambuco*, 30/07/1974, p. 11). O deputado e professor da Faculdade de Direito do Recife (FDR) lembrava em tom ameaçador a urgência da transferência e a possibilidade de anexação da UFRPE pela UFPE, caso a mudança não se efetivasse (*Diário de Pernambuco*, 31/07/1974, p. 1).

O insucesso da empreitada não resultou na fusão das instituições, mas expressa as relações de forças entre universidade e os campos político, econômico, jornalístico e religioso. No final do mesmo ano o tom da matéria é exatamente o contrário do enunciado de "localização inadequada" que circulou entre 1967 e 1974: "A localização da UFRPE no polo mais importante da região – o Recife – implica em dizer que a sua irradiação se faz em razão direta das distâncias das áreas polarizadas" (*Diário de Pernambuco*, 28/11/1974, p. 27).

O desejo universitário de encontrar sua morada, fosse na cidade, no campo, ou em seu *intermezzo*, suscitou debates apaixonados e relações de desejo e de força. Foi assim por ocasião da mudança da FAFIPE para o Engenho do Meio, quando dizia o professor e diretor José Lourenço Lima: "Acontece, contudo, que não vai apenas se mudar, mas vai mudar" (*Diário de Pernambuco*, 20/03/1966, p. 1). Assim como não foi diferente quando chegou a hora da FDR deixar o edifício na praça Adolfo Cirne e trocar seu nome histórico pela nomenclatura institucional, Centro de Ciências Jurídicas.

O reitor Murilo Guimarães (1964-1971) anunciava, neste sentido, que a venda dos edifícios centrais da UFPE, no contexto dos acordos MEC/BID I, excluía o prédio monumental da FDR (DP - 18/02/1971, p. 8). Mas a permanência no bairro central não estava nos planos do reitor Marcionilo Lins (1971-1975), do antigo catedrático de Bioquímica. Para isto, colaboravam, além dos imperativos centralizadores do regime, as disputas da política acadêmicas travadas por juristas e médicos, desde o tempo do primeiro reitor Joaquim Amazonas (1946-1959).

A ideia de transferir a FDR para o Engenho do Meio permeou toda gestão do professor

Marcionilo Lins (1971-1975), apesar da rejeição desta comunidade escolar, de organizações jurídicas e dos jornais. Cogitava-se, inclusive, que o edifício de arquitetura eclética fosse a nova sede da Biblioteca Pública Estadual. Foi assim que o Reitor anunciou em 1973, a construção de novo prédio da FDR por ocasião do lançamento do Plano Paisagístico do campus elaborado por Burle Marx (*Diário de Pernambuco*, 17/01/1973, p. 7). Ou mesmo quando, animado pelos empréstimos MEC/BID II, sentenciou para incômodo da fauna jurídica: "as unidades que se encontram funcionando fora da cidade universitária serão transferidas para o 'campus'" (*Diário de Pernambuco*, 01/06/1973, p. 7).

Em março de 1974 a reivindicação de estudantes e professores de direito ganhou apoio de parlamentares da assembleia legislativa. O peso da tradição e das forças políticas acionadas se fez sentir ante o programa educacional do regime: "contrariamente à pretensão da Reitoria da UFPE, de extinguir a FDR, relicário da cultura jurídica do país […] tripudiar sobre a tradição e cultura de nossa terra". Em carta produzida pelos deputados, muitos formados na FDR, se defendia a tradição bacharelesca em oposição à "pretendida medida do Reitor da UFPE de extinção da Faculdade de Direito [...] Tal medida implica desrespeito à cultura jurídica nacional, afronta as diversas gerações de estadistas brasileiras que ali passaram". Por trás do apelo à tradição estavam, da mesma maneira, os interesses corporativos dos professores e dos estudantes que acumulavam as funções universitárias às carreiras jurídicas de advogado, técnicos e analistas judiciários, defensores públicos, promotores, procuradores, juízes e desembargadores cujos órgãos e sedes se encontravam em sua maioria no centro da cidade.

No campo jurídico, o comentário era que "ninguém de bom senso […] concorda com as pretensões do Sr. reitor da UFPE". Mas esta visão não era compartilhada pelos demais membros da comunidade universitária. Ao passo que o Reitor se defendia, reafirmando, como em muitas outras ocasiões, sua adesão convicta ao governo militar:

> a tendência da reforma imposta pelo MEC seja de centralização das escolas […] zoneamento por centros ou setores […] o plano de estruturação acadêmica com base na reforma universitária já está decretado e prevê a assimilação das unidades para o 'campus' universitário (localizado na cidade universitária). Posso garantir que os argumentos apresentados pela Faculdade de Direito para não se transferir serão apreciados […] a centralização e zoneamento […] em um 'campus' é medida que se impõe pela facilidade de administração e barateamento dos custos […]. No mais, tudo não passa de uma reação à reforma do ensino (*Diário de Pernambuco*, 28/03/1974, p. 3)

A possibilidade oferecida pela reitoria transformava a Faculdade num estabelecimento agregado, como a FAFIRE, de menor participação política na Universidade. Por outro lado, sugeria a refutada "transformação da Faculdade em um grande centro de cursos jurídicos". O diretor da Faculdade, o professor Hilton Guedes Alcoforado dizia não comentar o fato "por uma questão de hierarquia e respeito ao reitor", enquanto o professor Luiz Delgado defendia a "departamentalização da Faculdade, sem prejudicar o título e a localização da mesma". Estudantes e egressos concebiam o afastamento para a Cidade Universitária com grande desestímulo, no tempo que universitários no geral viam seus colegas estudantes e professores como segregacionistas. (*Diário Pernambuco*, 28/03/1974, p. 3; 13/04/1975, p. 5).

Dias depois, a reitoria, o conselho universitário e o conselho departamental da FDR chegaram ao consenso de que a solução passava pela estadualização da unidade, tal qual a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Neste caso, a Faculdade permaneceria vinculada à UFPE apenas através de convênios. Mas o reitor terminou cedendo e encaminhando no Conselho Universitário, "por motivos históricos", a não transformação em centro e a permanência na Praça Adolfo Cirne no centro do Recife (Decreto 73.061/73; 29/06/1974, p. 2). Outrossim, mantinha-se firme quando indagado sobre os desdobramentos: "por enquanto, a Faculdade permanecerá onde está, mas a tendência é sua deslocação para o Engenho do Meio" (13/04/1975, p. 5). Ao tomar posse na FDR, o reitor Paulo Maciel, professor de economia e egresso do curso jurídico da UFPE, reafirmava a tradição da escola centenária e encerrava debochadamente a contenda: "não serei o primeiro reitor da UFPE a ser empossado numa Faculdade" (*Diário de Pernambuco*, 04/10/1975, p. 6.), em franca referência à posse do reitor Marcionilo Lins na Faculdade de Economia.

Outro fator presente na expansão física foram os problemas relacionados à segurança e à mobilidade. Desde 1963 que a equipe de técnicos do ETCU se queixava da insegurança na cidade universitária (RECIFE, 1963). No entanto, o maior "crime da cidade universitária" foi a violência imposta aos corpos acadêmicos pelos programas de melhoramento e de expansão padronizados do governo. O sentimento de insegurança se dava pela transferência dos fluxos de corpos escolares urbanos para equipamentos instalados na zona rural sem estrutura adequada.

Apenas em 1973 um plano de iluminação e ambientação buscou tornar o território da UFPE menos lúgubre, isto é, 25 anos depois da implantação da então Cidade Universitária de Pernambuco. O grande canteiro de obras desabitado e coberto de mato e treva aterrorizava a imaginação dos universitários. Aparentemente, a polícia quando foi chamada tinha em vista

menos a criminalidade do que os próprios estudantes: “Solicitou fosse deslocado diariamente para ali duas viaturas policial, a fim de garantir a ordem” (*Diário de Pernambuco*, 11/04/1970, p. 5).

Por outro prisma, havia entre 1964 e 1972 apenas um único ônibus que transportava entre as 7h e 22h mais de dez mil estudantes, técnicos e professores. Já existiam algumas linhas alternativas como Várzea, Cristo Redentor, Engenho do Meio e Caxangá, todavia, todas elas demandavam longas caminhadas para a chegada definitiva ao *campus* (*Diário de Pernambuco*, 16/04/1971, p. 7). O agravamento do problema de mobilidade no início dos anos 1970 levou a universidade a instalar um serviço de ônibus interno e a subsidiar os prejuízos das empresas na aquisição de novos veículos (*Diário de Pernambuco*, 09/03/1972, p. 7; 26/03/1972, p. 10).

Não se pode ignorar, de outra maneira, que a expansão física das universidades, resultou, também, em profundo impacto ambiental. Nestes territórios onde quase tudo é artificial e fruto da intervenção direta dos agentes estatais e universitários restava pouca ou nenhuma preocupação com a preservação das paisagens ambientais e culturais encontradas. Além do mais, durante muito tempo o cenário ruidoso e empoeirado de destruição e construção esteve presente na vida cotidiana dos universitários e dos bairros vizinhos.

Entre os anos 1940 e 1970 as construções se erguiam entre zonas de desertos funcionais que se sobrepunham ao barro do solo terraplanado. Estes setores estavam apenas interligados precariamente por vias automobilísticas e veredas abertas pelos vaivéns dos passantes. A vinda de Burle-Max em 1973 para elaboração do plano paisagístico do campus, inicia um novo momento nesta configuração erma. O plano confeccionado foi, no entanto, apenas parcialmente implantado ao longo da segunda metade dos anos 1970. A fala do paisagista, após as primeiras visitas ao *campus*, é sintomática:

> O brasileiro e, principalmente, o pernambucano, não gosta da natureza e sempre a vê como sua inimiga. Estamos numa época em que o egoísmo de certos grupos é de tal maneira violenta que estão sendo feitos loteamentos de forma brutal e inconsciente (*Diário de Pernambuco*, 04/04/1973, p. 7).

Desenvolvimento e devastação caminhavam de mãos dadas, embora a memória tenda a preservar apenas a linha jubilosa da história, da mesma maneira que afirmara Walter Benjamin em suas teses sobre a história: “nunca houve um monumento de cultura que também não fosse

um monumento de barbárie" (BENJAMIN, 1994, p. 225).

O processo de ocupação do território da cidade universitária também modificou a paisagem comunitária do bairro, deslocando-a para as margens da periferia da cidade os antigos moradores do Engenho do Meio da Várzea. Destes restariam algumas famílias que formaram no coração da UFPE o Arruado do Engenho do Meio, também conhecido como Arruado do Engenho Velho. Ali, por dois séculos, a comunidade viveu, trabalhou e cultivou os brincantes populares: o Fandango de seu Marcelino, a festa de reis de dona Epihania (cujo o gênro Manoel Quirino fora um dos primeiros administradores da Cidade Universitária nos tempos do reitor Joaquim Amazonas), a sambada do coco de roda da festa de São Pedro de seu Pedro Macaxeira e os folguedos de seu Manoel Zacarias, sineiro da Igreja Matriz da Várzea[34].

O reitor Joaquim Amazonas (1946 – 1959) foi cordial com os moradores dos arredores de sua antiga propriedade, assegurando a permanência em suas casas populares ou os removendo para a Rua do Bom Gosto, onde nasceu o Arruado. Nos primeiros anos para cada edifício novo que se erguia, era um sítio que se fechava. Sobre o sítio de seu Marcelino do Fandango se levantou a Faculdade de Farmácia, bem como as antigas terras de seu Quirino, Seu Tota, Seu Pedro da Macaxeira, Seu Conrado, dentre outros, devoradas pelo Centro de Artes e Comunicação (CAC), o Clube Universitário, o atual Instituto Federal de Penrambuco (IFPE), a Concha Acústica, o Centro de Conveções, dentre outras unidades.

Ao passo que a construção da Escola de Engenharia, entre o final dos anos 1950 e 1967, cortou a rua velha que ligava o Arruado à Várzea. A segmentação popular se aprofundaria com a instalação de grades e a criação de um portão único de acesso em meados dos anos 1970. As doze famílias que atualmente habitam o Arruadinho, como observa seu cronista, são fruto de dois séculos de gerações de trabalhadores simples que, aliás, em algum momento, fatalmente ajudaram a erguer os edifícios universitários, que hoje ameaçam suas casas e os separam da vida citadina da região. Uma bela e trágica metáfora do próprio isolamento das universidades

[34]Sobre o Arruado e construção da nova sede da Escola de Engenharia de Pernambuco consultar as crônicas e entrevistas publicadas por Luiz Eurico de Melo Neto: https://euliricoeu.wordpress.com/2016/09/18/dos-brincantes-rurais-aos-remedios-no-engenho-que-virou-ufpe/; https://euliricoeu.wordpress.com/2016/12/14/o-barbeiro-e-a-chamine-da-usina/; https://euliricoeu.wordpress.com/2014/11/27/grades-ctg-e-reencantamento-no-arruado-do-engenho-velho/; https://euliricoeu.wordpress.com/2016/08/30/ufpe-70-anos-arruado-146-uma-certidao-de-1890-e-suas-historias/; Accesso em: 27 dez. 2016. Conferir também: https://www.ufpe.br/agencia/clipping/index.php?option=com_content&view=article&id=18827:seculos-de-historia-e-resistencia&catid=258&Itemid=243; Acesso em: 27 dez. 2016. Ver também: CABRAL, 2006; MONTENEGRO; SIQUEIRA; AGUIAR, 1995.

na segunda metade do século XX, cuja distância espacial e cultural da sociedade que a justifica e a institui foi sistematicamente construída ao longo dos anos.

Porém o mapa da expansão física das universidades estava cheio de ziguezagues cujas linhas cortavam o corpo físico da universidade. Sua implantação autocrática buscou acelerar, controlar e padronizar a multiplicidade de possibilidades que desabrochavam em meados do século XX. Esta composição violenta não se operou sem reações diversas dos órgãos ao organismo. A máquina concreta da UFPE apresenta no período abordado pelos menos três camadas de temporalidades, sentidos e corpos: à "univer-cidade" e a cidade universitária como expressão de diferentes momentos da quarta república, assim como o *campus* enquanto expressão e materialização da política universitária ditatorial. A distensão e a nova república dariam um novo sentido à máquina concreta da universidade. Cada período produziu e expressou corpos e sentidos diferentes de universidade, embora muitas vezes parecessem os mesmos. Seus efeitos corpóreos e incorpóreos ora se aproximam, ora se afastam, na cartografia da paisagem (re)produzida dos *campi* no Brasil.

O que se observa nesta é que se de fato sua localização suburbana não obedeceu a imperativos estritamente políticos. Por outro lado, a máquina arquitetural e territorial planejada e edificada nos anos 1960 e 1970 espacializou os valores institucionalizados pelo governo militar (ALBERTO, 2008; NOGUEIRA, 2008; CAMPELO, 2012; SOUZA, 2013).

Sua composição tem como objetivo explícito a máxima eficiência didático-científica e administrativa. A estrutura flexível visava a rápida reprodução de um padrão conservador de construção e ambientação. O conjunto de agenciamentos técnicos possuem, assim, nítidos efeitos políticos na subjetivação e na semiotização dos fluxos de corpos universitários. Além disso, a des-re-territorialziação suburbana inaugurada em meados do século XX apenas se concretiza como traço molar da universidade brasileira pela reforma universitária. Até o final dos anos 1960 expressava uma entre tantas possibilidades.

A própria CEDATE/PREMESU apontaria entre os anos 1970 e 1980 as problemáticas suscitadas pelos vetores da rápida expansão física nas décadas anteriores (SOUZA, 2013). Parte significativa dos problemas identificados era expressão deliberada de uma outra época, incompressível para aqueles olhares anacrônicos. Assim o zoneamento funcional aprofundou a segregação da fauna acadêmica. Neste jogo, as distâncias da "univer-cidade" urbana são internalizadas ao *campus*. O *campus* suburbano e o "anel protetor" (ATCON, 1970) que separa o *campus* da cidade aprofundam o isolamento social da instituição. A Arquitetura tipificada e distinta do espaço urbano resultou no esmorecimento da identificação e da integração entre

universitários e seu novo território, bem como no urbanismo funcional do *campus* e seu despovoamento ou uso estritamente instrumental.

Estes efeitos são menos aleatórios do que objetivamente selecionados. Não é que arquitetos, gestores acadêmicos e militares tenham se equivocado. Pelo contrário. As fontes mostram que a proposta era exatamente criar um espaço que integrasse menos pessoas do que serviços; que distribuísse em setores as massas e as individualidades universitárias, bem como as separasse das maltas da cidade e do campo; e que, por fim, proporcionasse máxima produção com menor investimento de tempo e de recursos.

As linhas de fuga desta distopia estão nos diferentes usos que os universitários fazem dos lotes e dos trajetos pré-determinados, seja invocando a tradição do passado, seja mirando a ruptura do futuro. É o restaurante que vira barricada. O hospital que assume a forma de tribuna para comícios relâmpagos ou lar dos flagelados da cheia. O bosque patriarcal onde à sombra da antiga casa grande e do colonizador se ergue a comunidade popular do Arruado. Enfim, a erva que sobe nas fissuras das rígidas estruturas de tijolo aparente e concreto armado da universidade. Porque o devir nunca é cidade universitária ou *campus*, mas linhas de fuga que dissolvem a universidade nas multiplicidades da vida.

Tabela 8 – Diagrama esquizohistórico da máquina universitária brasileira (1964 - 1975)

Anos	Corpo físico da Universidade				Linhas de Fuga
	Expressão		Conteúdo		
	Substância	Forma	Substância	Forma	
1964 – 1968	Educação superior tradicional Elitizada: cátedras	Arquitetura e urbanismo eclético e modernista (monumental)	Bairros centrais ou suburbanos. Edifícios das Faculdades, Escolas, Institutos e administração.	“univer-cidade” e cidade universitária suburbana	Revoltas estudantis, ocupação popular (HC e Arruado), recusa da transferência, uso tático, não funcional da

1968 – 1975	Educação superior capitalista massificada: departamentos e centros	Arquitetura e urbanismo modernista (compacto, funcional, eficiente e flexível)	Território suburbano e Edifícios: ensino, pesquisa, extensão, esportes, serviços (restaurante, biblioteca, auditórios, etc)	*Campus* suburbano ou *campus* da cidade universitária suburbana	"univer-cidade", da cidade universitária ou do *campus*

Fonte: elaborado pelo autor

4 VESTES TALARES, TERNOS E JEANS: POPULAÇÃO E POLÍTICA UNIVERSITÁRIA EM TEMPOS DE DITADURA

"É, portanto, um extremista do centrismo, um extremista do Centro" (SUASSUNA, 1972, p. 273).

"A terra é redonda e não é de todo mundo" (CHACAL, 2007, p. 248).

"Então era isso, a forma do Estudante ambulante? Um reles cachorrinho!" (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 26).

O presente capítulo analisa a evolução da população universitária e sua disposição política ao longo de dez anos de ditadura no Brasil. O recorte cronológico assinala o período de mais intensa relação entre universidade e ditadura marcada por repressão, intervenção e reforma universitária. A documentação pesquisada reúne dados quantitativos e políticos sobre o ensino superior, especialmente sobre a UFPE.

A primeira parte do capítulo é uma análise do sistema de ensino superior brasileiro com foco no corpo social universitário. As séries históricas foram compostas a partir dos Anuários Estatísticos Brasileiros do IBGE, relatórios do MEC e da UFPE[1]. A variedade de métodos, indicadores, categorias presentes em dez anos de documentos estatísticos exigiu um grande esforço na reconstituição das séries históricas. Os limites e as lacunas documentais foram superados pelo cruzamento com fontes variadas e pelo uso de diferentes escalas de análise.

A segunda e a terceira parte do capítulo examinam o jogo de poder acadêmico com ênfase nas suas relações com o Estado ditatorial. Foram consideradas, em vista disso, as manifestações públicas de dirigentes e de lideranças acadêmicas do Conselho Universitário e outras instâncias de poder político e cultural da universidade. As fontes consultadas concernem às Atas do Conselho Universitário, *Jornal Universitário* da UFPE, jornais de grande circulação, memórias e entrevistas.

Para analisar a ação política dos acadêmicos empregou-se a classificação tríptica proposta pelo historiador Rodrigo Motta: resistência, adesão e acomodação (2014a). As três categorias permitem escapar à lógica binária que opõe as disputas históricas entre opositores e apoiadores da ditadura, através de uma terceira disposição política de tonalidade opaca e

[1] O censo do INEP com a *Sinopse estatística do ensino superior* apenas abrange o período que vai de 1995 a 2016. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior; Acesso em: 22 jan. 2018.

cinzenta, para empregar a descrição de Samantha Quadrat e de Denise Rollemberg (2010), que articula ambiguamente os dois polos políticos clássicos. A acomodação é, portanto, o lugar das oposições silenciosas, das adesões constrangidas ou envergonhadas, da indiferença e da política do apolítico, como propõe Christophe Charle, em análise igualmente ternária da universidade francesa e alemã (1994).

A proposta geral é traçar uma espécie de análise morfológica e topográfica do mundo acadêmico. A historiografia e as memórias sobre o tema cristalizaram a imagem no período da universidade modernizada, expandida, resistente e democrática. No entanto, a pesquisa mostra o lugar prioritário da iniciativa privada na política pública de ensino superior e a participação permanente das elites acadêmicas no governo militar, através de práticas que simultaneamente promoviam as duas partes.

4.1 MORFOLOGIA SOCIOCULTURAL DA UNIVERSIDADE NOS PRIMEIROS ANOS DA DITADURA (1964 – 1975)

As forças vitoriosas em 1964 prosseguiram com a política de expansão da educação escolar, sobretudo superior, iniciada nos anos 1930. A retomada do crescimento e a transição para o atual sistema de ensino de massas conviveu com as ações sistêmicas de controle, repressão e vigilância, bem como os cortes anuais nos orçamentos da educação pública.

Até então, a paisagem do ensino superior era composta por universidades e escolas públicas e uma modesta rede de instituições particulares, quase sempre, confessionais. Em vista disso, o sistema educacional superior ampliara-se substancialmente nos anos 1940, 1950 e, especialmente, 1960, quando alcançou o maior ritmo de crescimento. O pesquisador Luiz Antonio Cunha ressalta que as universidades "passaram de cinco, em 1945, para 39 em 1964" e que "o número de estabelecimentos isolados subiu de 293 para 564 nesse período. Enquanto, o número de universidades foi multiplicado por sete, o de escolas isoladas não chegou a dobrar" (CUNHA, 2007b, p. 82; 205). As universidades concentravam na época 81% das matriculas.

Este ambiente começara a se formar no Brasil com a derrocada do Estado Novo (1937-1945), quando as nascentes universidades brasileiras se constituíram através da aglutinação e da federalização de faculdades e escolas profissionais que datam do século XIX e XX. Entretanto, não se tratava de uma conjuntura exclusivamente brasileira. Após a II Guerra Mundial, o ensino superior se projetara por todo mundo industrializado, capitalista e socialista, e do então terceiro mundo (CHARLE; VEGER, 1994).

O rápido crescimento populacional, a urbanização e a industrialização impulsionaram as novas regras e dimensões do jogo universitário. A educação especializada e ultra especializada era uma peça chave do novo paradigma de desenvolvimento econômico com foco na tecnologia. Entrar neste mercado emergente exigia cada vez mais a formação profissional superior e o status do diploma universitário. A fim de se adequar à nova realidade histórica, as universidades passaram por sucessivas reformas que as tornaram mais especializadas, abertas e padronizadas (HABERMAS, 1987; CHARLE; VEGER, 1994; IBGE, 2006, s/p; HOBSBAWM, 2011).

No Brasil, o governo ditatorial buscou reestruturar e expandir a universidade, conforme o modelo americano, e investir numa rede de faculdades e escolas privadas organizadas nos moldes do que Florestan Fernandes chamara de "antigo padrão da escola superior" ou da "má escola brasileira" (FERNADES, 1975, p. 58; CUNHA, 2007b, p. 97). A base do modelo era escolas profissionais de baixa qualidade e recursos materiais e humanos limitados. A finalidade menos pedagógica do que político-econômica destas instituições não dava espaço para os valores universitários emergentes no século XX: a pesquisa científica e tecnológica, a extensão, a autonomia acadêmica e o reconhecimento profissional do magistério superior (FERNADES, 1975; MARTINS, 2009; MINTO, 2012). A tabela abaixo apresenta um panorama do desenvolvimento do ensino superior no Brasil no período.

Tabela 9 – Universidade e estabelecimentos isolados 1964 – 1975

IES/Ano	**1964**	**1967-68**	**1969-70**	**1971**	**1972**	**1973**	**1974**	**1975**
Universidades	39	48	60-65[2]	64	65	57	57	57
Estabelecimento isolados	564	397	636	555	1271	653	773	803

Fonte: IBGE, 1969; 1970; 1972;1973; 1974; 1977; CUNHA, 2007b, p. 82

De acordo com os dados apresentados referentes ao período de 1964 a 1975, as Universidades cresceram 46%, uma taxa média de 4,6% ao ano. Já os estabelecimentos isolados

[2] Os anuários apresentam os dois valores.

aumentaram em 42%, ou mais ou menos 4,2% ao ano em média. O que revela que a velocidade de crescimento das universidades foi semelhante ou apenas sensivelmente maior. Esta pequena diferença se motivava no fato de que muitos estabelecimentos isolados privados não sobreviveriam ao início dos anos 1970, talvez por fragilidade institucional, ou pelo recuo do governo, que passa a coibir a criação de novas unidades e turmas de graduação, no contexto dos problemas suscitados pelas vagas de curso ociosas e dos profissionais excedentes (MINTO, 2012).

Esta mudança institucional pode ser melhor apreciada pela caracterização dos 860 estabelecimentos registrados em 1975 de acordo com a dependência administrativa: 37 universidades públicas, 20 universidades privadas, 178 estabelecimentos isolados públicos e 625 estabelecimentos isolados privados. O setor privado representa então 75% do sistema de ensino superior. A balança acadêmica entre o público e o privado se invertera rapidamente uma vez que participação desta circulava em torno de 45% até 1965 (DURHAM, 2003, p. 18). A desigualdade regional foi outro fator acentuado no período no qual 69,41% das instituições, cerca de 597 escolas, passam a funcionar nos estados do Sudeste do Brasil: Minas Gerais, Espirito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo (IBGE, 1977, p. 244). Embora não tenham sido encontrados dados referentes à disposição regional dos estabelecimentos anteriores ao censo de 1969, que mostra que em 1967 o Sudeste concentrava 41,66% das universidades[3] (IBGE, 1969, p. 633), os 605 cursos registrados pelo censo de 1964 correspondiam a 48,13% de todos os 1257 cursos do Brasil (IBGE, 1966, p. 483-487).

O número de graduações se tornou mais que duas vezes maior entre 1964 e 1974, quando passam de 1257 para 3080. Assim como nas instituições, a iniciativa privada era responsável pela oferta de 1.802 cursos que representavam cerca de 58,50% do total (IBGE, 1977, p. 233). A transferência da responsabilidade da graduação para iniciativa privada contou com largos recursos estatais. Os principais instrumentos desta relação foram os mecanismos de transferência orçamentária, a renúncia fiscal, os fundos e os programas governamentais (ALMEIDA, 2002). O desenvolvimento meandroso da educação brasileira, como o chama Luiz Antônio Cunha, era condicionado por forças que titubeavam entre a reestruturação da universidade e o apoio maciço às escolas superiores fáceis (CUNHA, 2007; MARTINS, 2009; MOTTA, 2014a).

[3]O número dos estabelecimentos isolados é apresentado em números absolutos sem discriminação.

É importante sublinhar que esse dado aponta para um padrão de instituições privadas de menor porte, com menos variedade de oferta de cursos de graduação, afinal detinham 75% do número de instituições, mas apenas 58% do número de cursos. Essa disposição influencia o tipo de ensino superior ofertado por estas escolas marcadas por altos níveis de improvisação e baixo investimento, isto é, menos estrutura institucional. De tal modo que estes estabelecimentos privados eram tendencialmente menos qualificados como ofertantes de ensino superior, seus cursos tendiam, portanto, a ser menos qualificados.

Pelas Razões aludidas na observação anterior, as universidades federais e católicas tentavam se manter como "grande escola" de formação geral, profissional e científica das elites. O diploma, a formação integral e os laços de fraternidade elitizados desempenhavam um importante papel na unificação da classe e dos grupos dirigentes, bem como no compartilhamento de capitais culturais e profissionais que asseguravam o acesso aos melhores empregos públicos e privados.

Naquele tempo ficou muito conhecido nos jornais e nas ruas as manifestações políticas dos estudantes excedentes. O grupo de vestibulandos acampava nos centros universitários reivindicando o ingresso nos cursos, para os quais tiveram a matrícula negada pelo limite de vagas estabelecido. A "crise dos excedentes" pode ser quantitativamente apreendida pelos vestibulares de 1968, nos quais houve cerca de 228 mil inscritos e apenas 95 mil aprovados. Geralmente os estudantes excedentes provinham do "concurso de habilitação" (como se chamava os vestibulares fragmentados por escolas e faculdades) das unidades tradicionais de Direito, Medicina e Engenharia (IBGE, 1970, p. 681; IBGE, 2006; CUNHA, 2007b; CUNHA, 2007c).

O governo eliminou formalmente o problema num só golpe com a reforma universitária. Para isto criou os vestibulares classificatórios e estimulou a expansão das escolas e faculdades privadas em suposto "caráter excepcional" e "complementar". Com o vestibular classificatório eliminava o problema jurídico do excesso de estudantes aprovados nas médias estabelecidas pelos antigos "Concursos de habilitação" e delegava ao crescente setor privado o problema dessa demanda transbordante. Antes mesmo do dia 28 de novembro de 1968, data de publicação da Lei de Reforma Universitária, a "exceção" escolar superior privada se transformara, pois, em regra. Certamente centenas de milhares de estudantes permaneciam com sua demanda de formação superior represada, não obstante, vetava-se, assim, a matrícula mediante ação judicial.

A LDB de 1961 delegava, neste sentido, ao Conselho Federal de Educação (CFE) o poder de autorizar e fiscalizar a abertura de novas instituições de ensino superior. Após a reforma universitária, apenas entre 1968 e 1972, foram aceitos 759 dos 938 pedidos de abertura de novos cursos encaminhados ao CFE. As autorizações e fiscalizações eram permeadas por vezes por negociações suspeitas entre os conselheiros e empresários da educação (CUNHA, 2007a; MARTINS, 2009; MOTTA, 2014a).

O Recife possuía em 1964 três universidades e quatro estabelecimentos de ensino isolados. Dentre estas instituições, a UR (atual UFPE), a Universidade Rural (atual UFRPE), a Universidade Católica (atual UNICAP), a Escola de Serviço Social (depois incorporada à UFPE), a Escola de Educação Física de Pernambuco, a Faculdade de Ciências Médicas e a Faculdade de Odontologia de Pernambuco. As três últimas unidades formaram anos mais tarde a Federação de Escolas Superiores de Pernambuco (FESP – Atual UPE).

O circuito de instituições superiores pernambucanas reunia um total de vinte nove Faculdades e Escolas e noventa e sete cursos de graduação (IBGE, 1968, p. 31-33). Em 1975 o estado contabilizava vinte e cinco estabelecimentos e cento vinte cursos. Deste total, 59 (49,16%) eram mantidas diretamente pelo Estado [4]. Em âmbito nacional, os novos estabelecimentos e cursos estenderam a contratação de professores e a abertura de novos cursos e vagas nos vestibulares. Os principais indicadores do sistema de ensino superior mais do que duplicariam em dez anos nas unidades e no contingente docente exposto abaixo.

Tabela 10 – Evolução do Corpo docente superior

Evolução do corpo docente superior (professor/estabelecimento)										
1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
30.162	33.126	36.109	38.693	44.706	49.310	54.389	61.111	58.278	59.760	64.479

[4] Desse total, pelo menos 42 cursos eram ofertados pela UFPE. As graduações estavam divididas em quatro Áreas de Conhecimento: I – Ciências Humanas e Letras: Administração Pública, Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Biblioteconomia, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Comunicação Social, Direito, Filosofia, Geografia, História, Letras (Bacharelado), Pedagogia, Serviço Social, Secretariado, Letras (Licenciatura). Área II – Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Minas, Engenharia Química, Engenharia Cartográfica, Física, Geologia, Química (Licenciatura), Matemática, Química Industrial, Estatística. Área III - Biociências: Ciências Biológicas, Ciências Biomédicas, Enfermagem, Farmácia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Reabilitação, Psicologia, Educação Física. Área IV – Artes, Arquitetura, Licenciatura em Desenho e Plástica, Licenciatura em Música, Desenho Industrial (UFPE, 1974f, p. 59-62).

Fonte: IBGE, 1977, p. 231[5]

O recrutamento crescente de professores e professoras é apenas interrompido nos anos 1972 e 1973. Talvez estas duas contrações se expliquem pelos problemas estruturais da malha de estabelecimentos privados, cujo número de estabelecimentos oscila avançando e recuando ao longo destes anos. Pode-se sugerir igualmente os efeitos da fuga de cérebros por motivos profissionais e políticos registrado em 58% das instituições avaliadas em relatório sobre a reforma universitária (BRASIL, 1975a, p. 360)

Em 1974 a iniciativa privada estava à frente de 27.009 docentes superiores, mais do que 45% de todo professorado (IBGE, 1975, p. 838). Considerando que estas unidades eram responsáveis por 58% dos cursos de graduação, evidencia-se a concentração de turmas/aulas nas mãos de cada um desses professores e, por consequência, as disparidades de condições de trabalho e produção entre IES públicas e privadas. Os níveis de exploração do trabalho destes profissionais contrastavam com os do serviço público, onde estavam as melhores oportunidades, considerando o prestígio institucional, as boas condições de produção e a carreira do magistério superior.

Apesar de modesta, a participação das mulheres era proporcionalmente mais elevada que a média geral de inserção feminina no mercado do trabalho brasileiro, que em 1970 circulava em torno de 18,5% (KLEIN; LUNA, 2014a, p. 48).

Tabela 11 – Corpo docente superior total e feminino - 1967 e 1972

Ano	**Corpo docente Total**	**Corpo docente feminino (%)**
1967	35.148	6.456 (18,3%)
1969	39.188	8.378 (21,4%)
1970	42.968	8.896 (20,7%)
1971	61.111	13.865 (22,7%)
1972	58.278	13.212 (22,7%)

[5] Professor/estabelecimento. O número é significativamente maior quando relaciona professor/curso, como mostra o relatório do ano de 1976 que registra um total de 85.451 professores no ano de 1974 (IBGE, 1976, p. 645).

Fonte: IBGE, 1970, p. 681; 1971, p. 704; IBGE, 1972, 824-826; IBGE, 1973, p. 790[6]

Há uma média de cinco professores homens para cada professora mulher. As universidades foram fundamentais para que esta proporção evoluísse de 18,3% para 22,7% entre 1967 e 1972.

A divisão sexual do trabalho acadêmico nacional era bastante parecida com a encontrada na UFPE, onde 23,23% do corpo docente era composto por mulheres[7]. Nos centros tradicionais de poder universitário este número diminui, como se observa no caso da Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia, Escola de Administração e Faculdade de Ciência Econômicas, cujas proporções são nesta mesma ordem: 3,07%, 11,74%, 1,85%, 4,08% e 7,14%.

A disposição fálica do polo do poder acadêmico se reproduz igualmente no polo cultural e científico da universidade, tendo em vista, por exemplo, a ausência absoluta de mulheres no Instituto de Física. Em contrapartida, a presença significativa de professoras nos Institutos de Biociências, de Antibióticos, de Farmácia e de Enfermagem (neste último não há nenhum professor homem) mostra que o campo da saúde era uma exceção nas androcêntricas ciências duras (UFPE, 1974f, p. 237). Trata-se, todavia, de uma exceção que confirma a regra, pois a abertura se apoia, em parte, nas práticas de cuidado, limpeza, cura, beleza, etc. que reproduzem no campo da saúde o lugar materno da mulher na família patriarcal.

Ademais, a proporção de professoras mulheres é equilibrada ou mais elevada nas unidades de menor poder e prestígio acadêmico, sobretudo nos centros de formação de professores, como o Instituo de Filosofia e Ciências Humanas, a Faculdade de Educação e o Núcleo de Educação Física (UFPE, 1974f, p. 237). O monopólio masculino da (re)produção social do território acadêmico reservava às mulheres os nichos menos valorizados da universidade. As áreas e as disciplinas são divididas entre os sexos, de acordo com os sentidos e hierarquias desiguais de gênero na sociedade.

[6] Apenas os Anuários de 1972 e 1973 utilizaram das mesmas metodologias e indicadores empregados para confecção da Tabela 10. Daí os números absolutos referentes a 1967, 1969 e 1970 serem diferentes daqueles listados anteriormente. No entanto, entende-se que os números apresentados conservam seu valor analítico quanto à disparidade de sexo.

[7] 381 professoras mulheres de um total 1.640 docentes.

Este arranjo dos corpos não impediu, entretanto, que o acesso à educação superior ampliasse as possibilidades de sentido e de subjetividade femininas para além das representações tradicionais de gênero. Estas transformações são contemporâneas aos novos fluxos sociais, culturais e políticos do momento: a vida na cidade, o trabalho, as novas tendências culturais e artísticas, os métodos contraceptivos, o divórcio, a diminuição do tamanho das famílias, os movimentos sociais e políticos, dentre outros (KLEIN; LUNA, 2014a).

Em estudo de psicologia social sobre mulheres e militância durante a ditadura militar, as pesquisadoras Ingrid Gianordoli-Nascimento, Zeidi Trindade e Maria de Fátima Santos assinalam a presença expressiva de estudantes e de professoras universitárias entre as militantes processadas e presas pela ditadura[8]. A produção da consciência histórica de gênero ganhou força através da trajetória destas mulheres, que em seus trabalhos no cotidiano, na clandestinidade e no exílio se articularam mutuamente promovendo as primeiras organizações feministas e estudos de gênero no Brasil (GIANORDOLI-NASCIMENTO, TRIDNADE; SANTOS, 2012; FACHINI; DANILIAUSKAS; PILON, 2013).

Conquanto a documentação não apresente indicadores étnicos-raciais da população universitária, a bibliografia destaca que as mudanças sociais para as populações negras, pardas e indígenas foram ínfimas. A exclusão sistemática das minorias de cor pode ser inferida por outras séries que apontam os altos índices de analfabetismo, de exclusão socioeconômica e de concentração das populações negras, pardas e indígenas nas regiões menos assistidas pela política pública de educação superior, isto é, o Nordeste e o Norte do Brasil (KLEIN; LUNA, 2014a; 2014b; IBGE, 2006)[9].

Outro contraste do magistério superior é ainda hoje sua concentração nas metrópoles do Centro-Sul do Brasil, em consonância ao monopólio institucional (IBGE, 1975, p. 838). Como observam os pesquisadores Hebert Klein e Francisco Vidal Luna: “talvez em nenhuma outra época as disparidades regionais tenham se mostrado tão evidentes no Brasil” (2014b, p. 69). Este cenário, aliado à repressão e aos baixos salários, foi um dos principais motores da

[8]As mulheres compunham entre 12 a 20% dos presos e processados políticos, muito próximo, portanto, da distribuição mais geral da população feminina na força de trabalho nacional ou universitária.
[9]O movimento de minorias, especialmente feminista e negro, ganhou força nas universidades no bojo da revolta estudantil de 1968. A despeito da coerção policial e institucionais estes grupos denunciaram na universidade diferentes mecanismos de exclusão acadêmicos, conquistando, doravante, importantes avanços no âmbito das políticas públicas étnico-raciais e de gênero (ROGERS, 2012; ROOKS, 2007; GOMES, 2011).

drenagem regional de cérebros em favor do eixo Rio e São Paulo, que, entrementes, não estava livre da fuga de capital humano em âmbito internacional (MEC, 1975).

Aqui se faz importante analisar outros indicadores que não são tratados pelas estatísticas nacionais. Por exemplo, a análise dos Anuários da UFPE mostra que os docentes de meia idade são a faixa etária dominante dos mestres acadêmicos (a idade média era 45 anos) e a presença pouco expressiva dos neófitos e dos anciões que juntos somam apenas 10% do corpo docente. A tabela abaixo ilustra como este indicador geracional se dispunha na UFPE no ano de 1974.

Tabela 12 - Distribuição por idade do corpo docente – 1974

Idade	**Total (%)**
Menos de 30	43 (3%)
30 a 40	441(31%)
41 a 50	570 (40,2%)
51 a 60	262 (18,5%)
Mais de 60	103 (7,3%)
Total	1.419 (100%)

Fonte: UFPE, 1974f, p. 238

O domínio etário de 30 a 50 anos evidencia a longa espera, própria ao recrutamento do professorado superior. A implantação das pós-graduações e seus cursos de mestrado e de doutorado instituem a partir de 1966, os intervalos mínimos dos ciclos de adiamento sistemático da seleção acadêmica.

Sobre o recrutamento docente é importante destacar também que a contratação se deu majoritariamente no período pela CLT, em detrimento do quadro jurídico único do serviço público e outros regimes funcionais. Aliás, o quantitativo de docentes do quadro único diminuiu no segundo quartel do século XX, ao passo que os celetistas se tornaram sete vezes maior.

Tabela 13 - Evolução numérica do corpo docente da UFPE

Ano	**Número Absoluto**	**Quadro (%)**	**CLT (%)**	**Outros (%)**
1965	1.008	891 (88,3%)	117 (11,7%)	
1966	1.039	888 (85, 4%)	151 (14,6%)	
1967	1.100	853 (77,5%)	247 (22,5%)	
1968	1.161	832 (71,6%)	329 (28,4%)	
1969	1.331	915 (68,7%)	416 (31, 3%)	
1970	1.338	916 (68,4%)	422 (31,6%)	

1971	1.495	911 (60,9%)	584 (39,1%)	
1972	1.527	890 (58,2%)	532 (34,8%)	105 (7%)
1973	1.613	896 (55,5%)	717 (44,5%)	-
1974	1.640[10]	810 (49,3%)	795 (48,4%)	35 (2,3%)

Fonte: UFPE, 1974f, p. 219

A contratação exclusiva por regimes fora da égide do serviço público era uma velha ambição dos consultores internacionais e dos técnicos-burocratas do governo militar. No entanto, a proposta não logrou sucesso ao longo da reforma. As contratações via CLT realizavam-se por seleção pública, pois estavam legalmente dispensadas dos concursos. O modelo facilitou e agilizou a recomposição do corpo docente após os sucessivos expurgos e atos de repressão.

Geralmente, o recrutamento docente zelava pela contratação de quadros simpáticos ou neutros em relação ao governo militar, apesar das exceções no caso de profissionais suspeitos[11], de reconhecida competência, prestígio e influência familiar e fraterna. As seleções eram, ainda, vigiadas pelos órgãos de informação e depois, especificamente, pelas Assessorias de Segurança e Informação (ASI) das Universidades analisadas no capítulo primeiro.

O forte controle dos dirigentes universitários e da "comunidade de segurança e informações" fizeram da seleção de pessoal objeto de negociação permanente. Conforme processo de triagem política, todo servidor público, a partir dos anos 1970, deveria ser aprovado pelos Órgãos de Informação (OI) mediante avaliação do Levantamento de Dados Biográficos (LDB) subordinada ao Sistema Nacional e Informações (SISNI) e ao Serviço Nacional de Informações (SNI)[12].

Ademais, há poucos documentos e trabalhos sobre a linha de mutação dos técnicos administrativos do ensino superior. O mundo à parte das cidades e dos *campi* universitários necessitava dos mais variados serviços gerais e especializados, o que comumente tornou esta categoria mais numerosa que o professorado. Na UFPE, o crescimento seguiu um ritmo contínuo, no entanto mais lento que os dos professores.

[10] O número difere da tabela anterior a qual se refere à "distribuição do corpo docente [...] segundo cursos", enquanto esta apresenta a distribuição do "número absoluto" do corpo docente (UFPE, 1974, p. 217; 219; 238)
[11] Para este julgamento levava-se em consideração todas as formas de intolerância reunidas sob o crivo do anticomunismo.
[12] Ver 1.3, 1.4 e 1.5.

Tabela 14 - Evolução do corpo técnico administrativo da UFPE

Ano	Número absoluto
1969	2.734
1970	2.825
1971	3.018
1972	3.129
1973	3094
1974	3.170

Fonte: UFPE, p. 243

Em oposição ao corpo docente, os contratos dos técnicos administrativos em 1974 eram majoritariamente no quadro único (1.777 – 56%), seguido pela CLT (1.379 – 43,5%) e pelos recibos (14 – 0,5%). Os estatutos universitários vigentes não previam representação da categoria nos órgãos deliberativos da universidade, o que tornava a posição política do pessoal técnico e administrativo mais precária que a dos estudantes. Esta situação apenas será questionada de forma mais organizada a partir de 1978, quando é criada a Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA-Sindical).

A maioria do corpo técnico da UFPE estava lotado nos setores administrativos e complementares: Hospital das Clínicas-Pedro II (961); Reitoria, Prefeitura da Cidade Universitária e Restaurante Universitário (647); Televisão Universitária (177). Depois seguidos pelas unidades acadêmicas: Institutos centrais e especializados (460); Faculdade de Medicina (168) e Instituto de Biociências (120 – UFPE, 1974f, p. 245). A tabela seguinte mostra a proporção entre professores, técnicos e estudantes.

Tabela 15 - População universitária da UFPE e proporção – 1969-1974

Anos	Alunos de graduação[13]	Técnicos administrativos	Docentes	Alunos/Técnicos administrativos	Alunos/ Docente
1969	8.060	2.734	1.331	2,95	6,06
1970	9.549	2.825	1.338	3,38	7,14
1971	11.122	3.018	1.495	3,69	7,44
1972	12.771	3.129	1.527	4,08	8,36
1973	13.571	3.094	1.613	4,39	8,41
1974	13.091	3.170	1.640	4,13	7,98

Fonte: UFPE, 1974f, p. 246

[13] Excluindo alunos da Faculdade de Filosofia do Recife que são respectivamente de: 422, 575, 715, 1040, 1190 e 1387 (UFPE, 1974f, p. 246).

A população de técnicos se mantém duas vezes maior no período quando comparada à do professorado. Outra observação está no equilíbrio numérico entre as três categorias universitárias. A proporção mostra como a universidade permanece no período como instituição de excelência, com equipe de profissionais numerosa para atender os estudantes, apesar dos inúmeros obstáculos aqui apresentados.

O crescimento do alunado da UFPE parece significativo, mas é inferior ao ritmo da população geral de estudantes, sobretudo de faculdades, escolas e institutos privados. A tabela abaixo mostra através das matrículas em âmbito nacional a transferência gradual das matriculas para os estabelecimentos de ensino superior privado.

Tabela 16 - Expansão do número total de matrículas de graduação (no início do ano), mulheres, instituições públicas e privadas do ensino superior

Ano	**Nº total de matrículas**	**Nº de matrículas de estudantes mulheres (%)**	**Instituições públicas (%)**	**Instituições privadas (%)**
1964	142.386	-	87.665 (61,5%)	54.721 (38,5%)
1965	155.781	-	87.587 (56,2%)	68.194 (43,8%)
1966	180.109	-	98.442 (54,6%)	81.667 (45,4%)
1967	212.882	-	121.274 (56,9%)	91.608 (43,1%)
1968	278.295	-	153.799 (55,2%)	124.496 (44,8%)
1969	342.886	126.015 (36,7%)	185.060 (53,9%)	157.826 (46,1%)
1970	425.478	160.173 (37,6%)	210.613 (49,5%)	214.865 (50,5%)
1971	561.397	226.358 (40,3%)	252.263 (44,9%)	309.134 (55,1%)
1972	688.382	308.221 (44,7%)	278.411 (40,4%)	409.971 (59,6%)
1973	772.800	354.454 (45,8%)	300.079 (38,8%)	472.721 (61,2%)
1974	937.593	446.864 (47,6%)	341.028 (36,3%)	596.565 (63,7%)

Fonte: IBGE, 1971, p. 716; IBGE, 1972,p. 829;IBGE, 1973, p. 792; 796; IBGE, 1974, p. 785; 787; IBGE, 1975, p. 842; 846; 1977, p. 232[14]

A tabela registra pelo menos três movimentos: um primeiro, no qual o número de matrículas se torna quase 6,5 vezes maior em dez anos; um segundo, no qual a diferença sexual

[14] Ver também CARVALHO, 2002, p. 115.

das matrículas praticamente se equilibra [15]; e um terceiro que, explicando o primeiro movimento, mostra que a ordem de crescimento das matrículas no setor público foi quase 3 vezes menor que a do setor privado. As áreas mais densamente povoadas pela estudantada brasileira em 1965, conforme organização profissional vigente, eram: Filosofia, Ciências e Letras; Direito; Engenharia; Administração e Economia; e, Medicina (IBGE, 1966, p. 483). Assim, dez anos depois, já contava com organização reformada de centros e áreas de conhecimento: ciências humanas, ciências exatas e tecnológica, ciências biológicas e profissões da saúde, letras, ciências agrárias e arte (IBGE, 1975, p. 849).

Os anuários estatísticos não apresentam indicadores étnico-raciais dos estudantes matriculados no ensino superior. Todavia, como no caso dos professores, os estudos sobre escolaridade, renda e raça sugerem que o ingresso de estudantes negros, pardos e indígenas foi mínimo no período estudado (IBGE, 2006; KLEIN; LUNA, 2014a; 2014b).

Ademais, o crescimento da população estudantil da UFPE foi lento e contínuo como no caso nacional.

Tabela 17 – Número absoluto de alunos matriculados de graduação na UFPE 1965 e 1974[16]

Anos	**Número absoluto de alunos matriculados de graduação**
1965	4.329
1966	4.544
1967	5.407
1968	6.266
1969	7.535
1970	8.639
1971	10.296
1972	11.223
1973	12.310
1974	11.969

Fonte: UFPE, 1974f, p. 68

A divisão de matriculas por áreas segue, da mesma maneira, a divisão geral de maior densidade nas Humanidades, Saúde, Exatas e Tecnologia, como mostra a próxima tabela.

[15] O número de matriculas de estudantes mulheres vai lentamente se equilibrando com o de estudantes homens sem, no entanto, possibilidades de equiparação de sexo antes do fim da ditadura em 1985. As estudantes mulheres eram mais numerosas nas unidades de artes, de saúde (sobretudo Enfermagem), e de Filosofia, Ciências e Letras.
[16] Incluindo estudantes do estabelecimento anexo à Faculdade de Filosofia do Recife.

Tabela 18 – Estudantes matriculados de graduação segundo área de ensino na UFPE

Ano	Área I – Ciênc. Humanas e Letras	Área II – Ciênc. Exatas e Tecnologia	Área III – Biociências	Área IV – Artes	Licenciaturas	Total
1965	1.492 (34,5%)	894 (20,7%)	1.326 (33,2%)	243 (5,6%)	176 (4,1%)	4.329 (100%)
1974	5.087 (42,5%)	2.608 (21,8%)	3.282 (27,4%)	734 (6,3%)	238 (2%)	11.969 (100%)

Fonte: UFPE, 1974f, p. 74

Em 1974 a população discente da UFPE de sexo masculino e feminino se equilibram em termos numéricos. Conforme hierarquias e classificações da divisão sexual do conhecimento descrita nos parágrafos anteriores, as estudantes do sexo feminino são mais numerosas nos cursos de Humanas e Saúde (UFPE, 1974f p. 85). O quadro mais amplo do corpo discente da UFPE por modalidades de ensino pode ser conferido na tabela seguinte:

Tabela 19 - Quadro geral do corpo discente do nível médio, graduação e pós-graduação da UFPE – 1965-1974

Cursos	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
Graduação	4.329	4.544	5.407	6.266	7.535	8.639	10296	11.223	12.310	11.969
Mestrado	-	135	56	65	101	207	184	288	302	360
Especialização	-	-	-	-	-	-	-	89	86	228
Nível Médio	338	326	318	346	424	537	544	635	655	211
Disciplinas Isoladas	-	-	-	-	-	166	98	46	40	96
Faculdade de Filosofia do Recife	257	262	270	359	422	575	715	1.040	1.190	1.387
Total	4.924	5.267	6.051	7.036	8.482	10.124	11.837	13.811	14.761	14.478

Fonte: UFPE, 1974, p. 246

Como se pode observar, o período assistiu também à regulamentação e expansão das Pós-graduações *stricto sensu*. Os cursos de mestrado se beneficiaram com as linhas de fomento à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico previstas nos programas de

desenvolvimento e segurança nacional. As metas estratégicas previam a formação de especialistas e o desenvolvimento de processos e tecnologias para o setor empresarial e militar. O governo assumia, de tal modo, parte dos custos do empresariado com formação, pesquisa & desenvolvimento (MINTO, 2012).

A instalação dos primeiros programas de pós-graduação contou com financiamento internacional de instituições como a USAID, a Fundação Ford, Fundação Kellog, Rockfeller, dentre outras. Ao lado de programas e órgãos nacionais, como os Centro Regionais de Pós-graduação, Programa de Intensivo de Pós-graduação, Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), Conselho Nacional de Pós-graduação, Plano Nacional de Pós-graduação, dentre outras iniciativas de planejamento no estilo da gestão militar. A empreitada tornou o orçamento da pós-graduação dez vezes maior no contexto da reforma universitária (MOTTA, 2014a).

O alvorecer da pesquisa universitária brasileira conviveu com o período mais agudo da repressão política da ditadura. De tal modo que o total de cursos de pós-graduação no Brasil passou de 23, em 1964, para 403, em 1974. As universidades federais e católicas eram responsáveis pela maioria das novas turmas. No bojo do milagre econômico, os primeiros mestrados e doutorados contemplaram áreas estratégicas para a política de desenvolvimento: Ciências Agrárias, Química, Engenharia, Tecnologia, Negócios e Ciências Naturais. Apenas depois viriam as áreas suspeitas de Ciências Humanas, Letras, Artes, Educação, etc., que mesmo com a desconfiança da comunidade de informação, usufruiu da conjuntura favorável (MOTTA, 2014a).

Herdeiros da modesta experiência científica dos antigos Institutos de Cátedra e dos Institutos Especializados e Centrais (primeiros órgãos da pesquisa universitária), o sistema de pós-graduação brasileiro se formou através do trabalho extra dos professores de graduação. A tabela seguinte descreve o florescimento desta fração da categoria docente.

Tabela 20 – Corpo docente dos cursos de pós-graduação, em universidades e estabelecimentos isolados

Modalidade	**1964**[17]	**1965**	**1966**	**1967**	**1968**	**1971**	**1973**	**1974**	**1975**
Mestrado						2.448	2.757	4702	6.132
Doutorado						464	416	529	1.287
Total	710	556	527	863	1311	2.912	3.173	5.231	7.419

Fonte: IBGE, 1967, p. 698; 1968, p. 536; 1969, p. 644; 1971, p. 739; 1973, p. 801; 803; 1974, p. 795; 798; 1975, p. 855; 939; 1977, p. 249

O campo profissional se torna dez vezes maior em dez anos, obedecendo ritmo semelhante ao da comunidade estudantil e maior do que o dos professores de graduação e dos técnicos-administrativo. Além do mais, o segmento desenvolve-se dentro da própria fauna de professores contratados. Sem prever incrementos na renda, a participação na pós-graduação inaugura um novo status no corpo híbrido de professores e pesquisadores universitários.

As problemáticas já discutidas da disparidade sexual e regional se acentuam no âmbito das pós-graduações. As mulheres representavam cerca de 14,32% e 16,13% do corpo docente nos anos de 1971 e 1973[18]. Ademais, cerca de 75% dos cursos e dos docentes de pós-graduação se encontravam localizados nas metrópoles do Centro-Sul brasileiro, seguindo uma tendência de regionalização do campo acadêmico brasileiro

O IBGE apenas passou a analisar estatisticamente o ensino de pós-graduação no Brasil a partir de 1960. No entanto, o órgão levou algum tempo para incorporar os conceitos e formatos de pós-graduação *lato sensu* e *strictu sensu* institucionalizados pelo Parecer do CFE nº 977, de 3 de dezembro de 1965. O documento definia a primeira modalidade como "todo e qualquer curso que segue a graduação", principalmente, cursos de "especialização" e de "aperfeiçoamento". Enquanto a segunda compreendia os cursos de "mestrado" e "doutorado".

[17]Os docentes de pós-graduação nos anos 1960 atuavam majoritariamente em cursos de especialização e de capacitação *lato sensu*. Não há indicadores estatísticos nacionais de participação em cursos de mestrado e doutorado nos anos 1960. Apenas nos anos 1970 os órgãos nacionais passaram a apresentar dados gerais sobre este nível de ensino. O total do corpo docente dos cursos de pós-graduação entre 1964 e 1968 contabilizam em números absolutos os cursos ditos *lato sensu*, de especialização e de capacitação, e os cursos de pós-graduação *strictu sensu*, de mestrado e doutorado.

[18] No primeiro: 376 e 41 professoras de mestrado e de doutorado, respectivamente. No segundo: 470 e 42 professoras mulheres de mestrado e doutorado, respectivamente.

Assim, os números apresentados pelos *Anuários* do *IBGE* até 1973 reúnem dados heterógenos dos futuros cursos *lato e strictu sensu*.

Por conseguinte, o *Anuário* de 1972 não apresenta nenhum levantamento sobre a pós-graduação no Brasil. Sendo este nível de ensino retomado na pesquisa estatística de 1973, desta vez, concentrando-se absolutamente nos cursos de mestrado e doutorado, paralelo à explosão de programas de pós-graduação no país. Neste sentido, não há referência aos cursos de "especialização" e de "aperfeiçoamento". Estas mudanças nas variáveis e nas categorias do sistema de ensino decorrentes das mudanças na legislação e nos próprios métodos de pesquisa representam um grande desafio para montagem de séries históricas sobre o período (IBGE, 2006).

Os dados referentes à matrícula nos cursos de pós-graduação obedecem à mesma lógica descontínua e ascendente, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 21 – Matrícula em cursos de pós-graduação em universidades e estabelecimentos isolados

Modalidade	**1964**	**1965**	**1966**	**1967**	**1968**	**1969**	**1970**	**1971**	**1973**	**1974**	**1975**
Mestrado								7.242	11.846	16.121	16.002
Doutorado								591	505	960	1258
Total	1.959	1.649	1.790	2.440	4.358	3.938	4.995	7.833	12.351	17.081	17.260

Fonte: IBGE, 1967, p. 698; 1968, p. 536; 1969, p. 644; 1971, p. 739; 1973, p. 801; 803; 1974, p. 795; 798; 1975, p. 855; 939; 1977, p. 249

Conforme a lógica descrita mais acima, os AEB de 1969, 1970, 1971 e 1973 registram ineditamente o número de estudantes mulheres matriculadas nos cursos de pós graduação conforme ordem seguinte: 1.697 (43,09%), 2.003 (40,10 %), 2.265(28,91%)[19] e 4338[20] (35,12%). Percebe-se, assim, que a proporção entre estudantes de pós-graduação homens e mulheres é inconstante e desigual. Por outro lado, a disparidade se torna maior a partir do momento em que as pesquisas passam a discriminar os níveis de mestrado e doutorado.

[19] Sendo 2.144 mestrandas e 121 doutorandas.
[20] Sendo 4.199 mestrandas e 139 doutorandas.

A UFPE regulamentou o ensino de pós-graduação em 1965 com a criação da Comissão Central de Pesquisas da UFPE (COCEPUFPE). O objetivo básico deste órgão era estimular a formação do pessoal docente. Recursos do Banco Mundial, da UNESCO, da USAID, da Fundação FORD e da SUDENE apoiaram o surgimento dos primeiros cursos de mestrado (MAIOR, 2005; UFPE, 1966; 1967). Na época a universidade contava com os seguintes programas institucionais de pesquisa: Bolsa de complementação do tempo integral; Auxílio financeiro à pesquisa e desenvolvimento do ensino; Bolsa de pesquisa (subdividida em aperfeiçoamento, pós-graduação e estágio); Bolsa de iniciação científica; Bolsa de substituição e vencimentos ("auxiliares de ensino, em viagem de estudo [...] seu contrato é rescindido e transformado seu vencimento em bolsa, em quantia equivalente ao mesmo" – UFPE, 1966, p. 7-8; MAIOR, 2005).

Estavam em funcionamento na UFPE desde 1966 os cursos de mestrado em Bioquímica, Matemática, Sociologia, Economia, Nutrição em Saúde Pública, Físico-química e Direito. Apenas em 1968 surgem os primeiros programas como o Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia. O CFE reconheceu em 1972 o curso de Mestrado em Bioquímica e no ano seguinte os demais cursos citados. Em 1973 implantaram-se os mestrados de Física do Estado Sólido, Hidrogeologia, Oftalmologia, Cirurgia, Medicina Tropical, Anatomia Patológica, Filosofia e Botânica. Ao passo que os cursos na modalidade *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, com fins de aprimoramento do pessoal docente da UFPE são anteriores à criação da COCEPUFPE (UFPE, 1973c, p. 1).

Em 1974 a UFPE possuía 551 professores de pós-graduação, dos quais apenas 69 eram mulheres (12,52%). Do total, 280 eram professores dos cursos de mestrado, 161 dos cursos de especialização e 110 dos cursos de aperfeiçoamento. A instituição não dispunha ainda de cursos de doutorado. Os primeiros doutorados do Norte e Nordeste do Brasil foram os dez cursos nas áreas de ciências exatas criados na Bahia em 1975.

Em termos funcionais e geracionais, os professores do mestrado eram predominantemente da categoria titular e adjunto e com mesma idade média de 40 a 50 anos da graduação. Do mesmo modo que os cursos de especialização e aperfeiçoamento eram dominados por professores adjuntos e assistentes, com faixa etária dominante entre 30 e 40 anos (UFPE, 1974f, p. 167-173). A hierarquia de funções e de idade se inscrevia no corpo maior de professores de pós-graduação.

Em relação aos estudantes, as matrículas nos mestrados passaram de 135 para 360 no intervalo de 1966 a 1974. O número de vagas e matrículas em pós-graduações *latu senso* eram, nesta mesma ordem, 512 e 455 (UFPE, 1974f, p. 168). O quadro seguinte oferece elementos gerais sobre os cursos de mestrados da UFPE no ano de 1974.

Tabela 22 - Alunos matriculados em cursos de mestrado, segundo a unidade – 1974

Unidades	**Cursos de mestrado**	**Vagas**	**Alunos matriculados**				
			Total	**Docentes**		**Não docentes**	
				Masculino	**Feminino**	**Masculino**	**Feminino**
Instituto de Matemática	Matemática	30	23	4	-	14	5
Instituto de Física	Física	20	17	1	-	16	-
Escola de Química	Química	15	22	1	4	11	6
Instituo de Biociências	Fisiologia Botânica Biofísica Bioquímica	20 9 10 25	19 7 3 19	- 2 - -	1 3 - -	9 - 3 7	9 2 - 12
Instituto de Geociências	Hidrogeologia Geologia sedimentar	20 20	13 13	2 -	- 2	10 3	1 8
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Sociologia História Economia	20 25 20	58 18 49	1 - 5	1 - 1	24 10 35	32 8 8
Faculdade de Direito	Direito	25	51	6	1	25	19
Faculdade de Medicina	Cirurgia Pediatria Anatomia Patológica Oftalmologia Medicina tropical	10 5 10 4 5	8 3 9 8 5	3 2 - - 1	- - 3 - 1	5 - 2 6 1	- 1 4 2 2
Instituto de Nutrição	Nutrição em Saúde Pública	20	15	-	6	1	8
Total	-	313	360	28	23	179	127

Fonte: UFPE, 1974, p. 167

Uma primeira questão que chama atenção é a divisão das matrículas entre “Docentes” da UFPE e “não-docentes”. Como já foi mencionado os referidos cursos foram criados nos tempos da COCEUFPE para atender a necessidade de qualificação do próprio corpo docente e

técnico da instituição. No entanto, a permanência dessa distinção no anuário estatístico da universidade oficial revela o quanto a pós-graduação *strictu sensu* era uma propriedade reservada à (re)produção do corpo docente superior, a despeito da matrícula de "não docentes" ter superado decididamente aqueles.

Por outro lado, enquanto sobravam vagas nos mestrados de exatas, geociências e saúde, as turmas de humanidades matriculavam mais estudantes do que as vagas inicialmente disponíveis. É um indicativo do aumento da concorrência nesta área pelo excesso de profissionais formados no período. Chama atenção, por fim, a presença marcante das mulheres nos mestrados de Fisiologia, Bioquímica, Geologia Sedimentar, Sociologia, Direito e Nutrição.

Em 1974 a UFPE possuía 137 professores do seu quadro matriculados em cursos de pós-graduação, dentre os quais, 35 cursando no exterior (UFPE, 1974f, p. 176 – 179). No mesmo ano, do corpo docente da UFPE, 812 possuíam títulos de pós-graduação, num total de 1640, mais precisamente: 228 doutores, 134 mestres e 450 especialistas (UFPE, 1974f, p. 181-187).

Em suas devidas proporções, a população universitária da UFPE seguiu o ritmo de crescimento nacional. Ao longo do capítulo observaram-se algumas peculiaridades socioculturais que relacionam o crescimento nacional e especifico da UFPE. Ademais, a evolução numérica da população universitária da UFPE como um todo pode ser observada pela tabelas seguinte[21]:

Tabela 23 - Evolução numérica população universitária da UFPE – 1969-1975

Anos	**Total**	**Alunado**		**Docente**		**Técnico Administrativo**	
1969	12.125	8.060	66,47%	1.331	10,98%	2.734	22,55%
1970	13.712	9.549	69,64%	1.338	9,76%	2.825	20,60%
1971	15.635	11.122	71,14%	1.495	9,56%	3.018	19,30%
1972	17.427	12.771	73,28%	1.527	8,76%	3.129	17,96%
1973	18.278	13.571	74,25%	1.613	8,82%	3.094	16,93%
1974	17.901	13.091	73,13%	1.640	9,16%	3.170	17,71%

UFPE, 1974f, p. 249

[21]As duas últimas tabelas apresentam o total de alunos matriculados por curso na UFPE, excluindo os alunos da Faculdade de Filosofia do Recife (FAFIRE).

A comunidade de profissionais e estudantes da UFPE passou de 12.125 em 1969 para 17.901 em 1974. Um crescimento de 33% semelhante à evolução do corpo docente superior nacional, na ordem de 30,7%, mas categoricamente inferior ao incremento do alunado nacional em torno 173,4%. Essa transição é simultânea à mudança para o *campus* da Cidade Universitária. Aos poucos os transeuntes do centro histórico do Recife se viram livres ou saudosos da multidão sem fim de universitários. Mas não se tratava de uma massa indistinta, pelo contrário, era uma aglomeração cuidadosamente selecionada ao longo de dez anos de educação básica e através de exames vestibulares que reivindicavam o domínio sobre uma gama de disciplinas apenas acessíveis para uma fração privilegiada da sociedade brasileira.

O momento estudado ficou marcado por mudanças e permanências socioculturais e políticas no campo acadêmico. Apesar do investimento nas universidades e na abertura para expansão de faculdades e de escolas privadas, a participação no ensino superior em meados dos anos 1970 apenas sinaliza para uma transição de um sistema elitizado para um sistema de massas. Talvez massas-elitizadas dada a participação crescente da classe média e da máquina híbrida entre o disciplinar e o biopolítico. Como se pode observar, a inserção dos segmentos médios e baixos na graduação se deu principalmente através do setor privado, enquanto as universidades se reinventavam enquanto espaços tradicionais e modernos, individuais e massivos.

O mundo seguia em sintonia com o que Hobsbawm chamou de "explosão de números na educação universitária" (2011, p. 290). Foram poucos os países da América Latina e do Caribe que não acompanharam este salto. No Brasil, a frequência escolar superior evolui de 1,6%,em 1960, para11,1%, em 1980[22]. São números impressionantes, mesmo estando abaixo da média geral do antigo mundo colonial ibérico.

Enfim, miríades de professores, técnicos e estudantes universitários transformavam a vida cultural e política de seus países. Nas ditaduras, as universidades concentraram os principais focos de oposição, mas também o campo de disputa pelo poder entre aliados moderados e radicais dos regimes conservadores. Considerando a escassez de trabalhos sobre o tema, aqui se faz importante observar mais de perto este movimento de adesão e de acomodação de lideranças e dirigentes universitários ao governo militar. Mas não sem antes

[22] "Total de alunos matriculados, independentemente de sua idade, sobre a população em idade escolar, multiplicado por 100" (UNESCO, 2001, não paginado).

caminhar novamente ao longo da mutação da população estudantil latino-americana e caribenha.

Tabela 24 – Taxa bruta de matrícula no ensino superior – América Latina e Caribe – 1960 - 1980

País	**1960**	**1970**	**1980**
Argentina	10,0	13,4	21,8
Bahamas	...	...	16,7
Barbados	...	3,4	14,8
Bolívia	1,3	9,0	14,9
Brasil	*1,6*	*4,7*	*11,1*
Chile	4,5	9,1	12,3
Colômbia	1,8	3,9	8,6
Costa Rica	3,7	9,0	21,0
Cuba	3,2	3,6	17,3
Equador	2,5	7,2	34,9
El Salvador	1,1	2,8	9,4
Guatemala	0,8	3,4	8,3
Guiana	...	1,6	2,7
Haiti	0,3	...	0,9
Honduras	0,9	2,1	7,5
Jamaica	...	5,0	6,7
México	3,0	5,4	14,3
Nicarágua	1,0	5,0	12,4
Panamá	4,5	6,5	20,8
Paraguai	2,3	4,2	8,6
Peru	2,8	10,5	17,3
Puerto Rico	...	23,4	41,6
República Dominicana	1,8	6,1	...
Suriname	...	3,2	6,7
Trinidad y Tabago	...	2,4	4,4
Uruguai	7,6	...	16,7
Venezuela	4,3	10,0	20,6
América Latina	**3,0**	**6,2**	**13,7**

Fonte: UNESCO, [2001], não paginado; FERNANDES, 1975, p. 50

4.2 DOS SALÕES DOS CATEDRÁTICOS AO OLHO DA RUA: RELAÇÕES ENTRE A ELITE UNIVERSITÁRIA E A DITADURA

Na segunda metade do século XX, o Conselho Universitário ocupava um espaço privilegiado de poder das Universidade Federais brasileiras. Neste sentido se constituía como um círculo da alta sociedade formado majoritariamente por dirigentes universitários e autoridades do mundo empresarial, político e militar. Como campo extremamente estratificado e hierarquizado, este certame obedeceu durante mais de um século a um glossário comum de regras que reafirmavam os ritos do poder acadêmico e político-econômico. No caso da UFPE, as sessões seguiam tradicionalmente a seguinte ordem: I - Discussão e aprovação das atas anteriores; conferência do quórum para reunião e abertura dos trabalhos; II – Expediente – informes, justificativa de ausências, comunicados externos, etc.; III – Ordem do dia – apresentação de relatórios e pareceres de processos institucionais pelas câmaras e seus respectivos conselheiros relatores para aprovação do Conselho; IV – Moções e indicações – problemas mais gerais, notas de pesares, congratulações, informes, etc. (VERAS, 2012; UFPE, 1964-1977).

Dentre os momentos mais altos do Conselho estava, certamente, a organização das listas de candidatos ao cargo de reitor e vice-presidente do conselho (concebido, igualmente, como "vice-reitor"), mas também estavam as sessões estatuintes (nas quais se reformavam o Estatuto e o Regimento da Instituição), as concessões de títulos e de homenagens e demais atribuições superiores. Estas funções de gestão que dispunham sobre a ordem jurídica, orçamentária, institucional, didático-cientifica e disciplinar da universidade implicaram em diferentes modalidades de ação coletiva no período da ditadura.

Constantes desde os anos 1940, as sessões do órgão colegiado se tornam mais esporádicas nos anos 1970. Este relaxamento se compreende, principalmente, pela crescente centralização administrativa e pela implantação dos subconselhos (ensino, pesquisa, extensão e administração) e das câmaras colegiadas (Assuntos financeiros, Legislação e normas, Disciplinas, Pessoal docente e Assuntos estudantis), assim como o endurecimento da ditadura no Brasil.

A reforma universitária dominou o ambiente administrativo dos anos 1960. Daí as revisões contínuas dos estatutos, dos regimentos, das resoluções e demais normas que, amiúde, se operavam em sessões extraordinárias com participação mínima da comunidade universitária. Como já tem sido exaustivamente estudado, a reforma universitária de 1968, com bases nos preceitos funcionais de ensino e pesquisa e de não "duplicação de meios para fins idênticos"

extinguiu as cátedras vitalícias e introduziu os departamentos, os centros acadêmicos, o crédito semestral por disciplina, o tempo integral, a dedicação exclusiva, os cursos de pós-graduação e o sistema administrativo centralizado na reitoria e no governo federal (VERAS, 2014). Todavia, entre os debates técnicos emergiam, por vezes, ações coletivas que denotavam diferentes modalidades de expressão e de organização do poder acadêmico, no que concerne às disputas, à mobilização política e sua relação com Estado autoritário. A proposta que segue visa tão-somente identificar um universo formalizado de práticas e de trajetórias políticas acadêmicas em tempos de ditadura, cuja disposição entre a adesão e a acomodação ao Regime perpassa dirigentes universitários de todo Brasil.

4.3 LISTAS TRÍPLICES E SÊXTUPLAS

Quando o reitor João Alfredo renunciou na manhã de 12 de junho de 1964, após mais de seis meses de campanha jornalística liderada pelo sociólogo Gilberto Freyre, o Conselho Universitário da UR mergulhou num impasse. Afinal a renúncia motivara-se numa intervenção explícita sobre os assuntos internos da reitoria, assim abrindo um precedente, talvez, inédito na UR. Embora a maioria dos conselheiros tenham engrossado a fileira do golpe e da oposição àquele professor, o que estava sendo disputado eram as próprias condições estatutárias do jogo acadêmico e da reprodução dos corpos universitários superiores. Para além das posições políticas, era preciso evitar que a ingerência das forças que romperam a ordem constitucional destruísse totalmente o *status quo* acadêmico. O professor Newton Maia, catedrático da Escola de Engenharia de Pernambuco (EEP) da Universidade do Recife (UR) e vice-reitor em exercício, não titubeou (Atas do conselho universitário da UFPE - 1964).

Conhecido pelo seu trabalho, o professor de idade avançada fora nos anos de mocidade membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) da célula da Rua da Concórdia. Naqueles tempos "o que Newton Maia dizia era lei" e todo este prestígio colaborou para que antes do fim do burburinho, o catedrático de matemática mobilizasse o Conselho para retomar a sessão às 15 horas. Assim, no momento em que reabriu os trabalhos, agora na qualidade de vice-presidente em exercício do certame, o fez exibindo o Estatuto em xeque e convocando os seus colegas para deliberar as datas da eleição da Lista tríplice para Reitor. Era preciso escolher um dirigente que representasse menos o regime autoritário do que a ordem do poder acadêmico. A partir de então começava a corrida que definiria o próximo dirigente da UR (Atas do Conselho Universitário da UFPE - 1964; SANTOS, 2012). Era preciso definir logo um sucessor, antes

que os militares golpistas e seus aliados civis determinassem um possível interventor ou interventora.

Inicialmente, os conselheiros se dividiram entre os professores Armínio Lalor Mota e Barros Lima, Catedráticos de Clínica Urológica e de Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina do Recife (FMR). Ambos estavam sintonizados com as forças golpistas, porém o segundo contava com apoio do oficialato linha dura responsável pelo levante militar no estado.[23] Esta aliança mais imediata se tornou notória quando o Coronel Bandeira, Chefe da 2ª Seção do IV Exército (órgão responsável pela repressão) e depois do 14º Regimento de Infantaria[24], tentou impor Barros Lima como "Vice-reitor".

Entretanto, a função, que era na verdade de Vice-presidente do Conselho Universitário, exigia a participação no órgão superior deliberativo, o qual o professor Barros Lima há muito não integrava. Os oficias pretendiam, desse modo, empossar o novo substituto assim que o professor João Alfredo sucumbisse. Porém a tentativa de conquistar a direção da universidade, em detrimento da correlação de forças dos catedráticos, repercutiu negativamente no Conselho, que não apenas se mobilizou para impedir a medida, como também se organizou na construção de uma candidatura alternativa, como recorda o professor e ex-vice-reitor Jônio Lemos:

> Então a gente, eu e os outros, não aceitou a indicação de Bandeira. Foi a primeira revolta da gente contra o outro pessoal do Exército. Não foi nada de política [...] A gente não aceitou porque ele não era membro do Conselho Universitário. Daí em diante, a gente disse que, Barros Lima, também, não era o candidato a reitor. Aí pegou contra Barros Lima (SANTOS, 2012, p. 185-186).

Inicialmente os conselheiros lançaram como opção o professor Lalor Mota (FMR), mas o nome se tornou inelegível ao longo do processo. Por outro lado, o catedrático da FMR também não possuía votos suficientes para derrotar o seu concorrente. E, ademais, devido à

[23] O professor Arminío Mota seria nomeado em 1966 representante do MEC no Conselho Curador da UFPE pelo Ministro Tarso Dutra – UFPE, 1967.

[24] Em trabalho sobre a extrema direita, o pesquisador Eduardo Santos faz um breve resumo da trajetória do Oficial: "Bandeira teve importante papel no regime militar. Em 1964, servia na 2ª seção (informações) do IV Exército e ajudou a articular as mulheres no Recife para que participassem das marchas pela família com Deus, pela liberdade. Oito anos depois, participou da primeira e segunda operação na Guerrilha do Araguaia, à frente da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada. Em maio de 1973, assumiu a direção da Polícia Federal, onde, segundo Gaspari se celebrizaria combatendo as composições de Chico Buarque de Holanda. Ainda segundo o autor, nos dez meses que dirigiu a PF, Bandeira assinou 110 proibições de censura, uma a cada 72 horas. Comandou a IV Divisão de Exército, em Minas Gerais, e terminou sua carreira comandando o III Exército. Nos tempos de regime militar, sua influência conduziu Tarcísio Burity ao governo da Paraíba, seu estado natal" (2009, p. 29-30)

aposentadoria, seria finalmente excluído dadas as condições de elegibilidade estabelecidas pelo edital que exigia efetivo exercício das funções de professor catedrático.

Restava assim ao grupo do médico apelar ao Plenário. De tal modo que durante a sessão do dia 22 de junho, o conselheiro Abgar Soriano, catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito do Recife (FDR), propôs a revisão do Edital e do Estatuto a fim de incluir nas listas para reitores os professores superiores aposentados. Após exposição contrária do conselheiro Gilberto Osório, da Faculdade de Filosofia de Pernambuco (FAFIPE), assim como a defesa da do professor Sérgio Loreto, vice-diretor em exercício da FDR, o encaminhamento foi recusado. Ainda esperançosos na concorrência de Lalor Mota, os conselheiros Jônio Lemos, diretor da Faculdade de Arquitetura[25] e pupilo do professor Newton Maia (EEP), e Francisco Gondim (ESQ) procuraram o professor Abgar Soriano (FDR), que de imediato propôs a escolha unânime do diretor da FDR, Murilo Guimarães (SANTOS, 2012).

Era uma proposta tentadora, pois o catedrático de direito comercial da FDR dispunha de grande prestígio e de influência no meio político-econômico e cultural da época. Porém o projeto tinha seus limites. Para começar, o professor Murilo Guimarães se encontrava numa viagem de dois meses pela Europa. Ou seja, ele provavelmente retornaria apenas em agosto, depois da escolha do novo dirigente. Ainda restava ao conselho definir se em tal circunstância a candidatura era elegível ou não, assim como consultar o próprio candidato se ele estava de acordo com a sua indicação.

Esta última missão ficou a cargo do professor Sérgio Loreto (FDR) que enviou no dia 21 de junho um telegrama para Estocolmo informando ao catedrático da renúncia de João Alfredo (EBAP) e de sua escolha unânime para substituí-lo. Diante da proposta de votação completa, o professor respondeu ao seu modo seco e cordial: "Aceito e agradeço. Murilo". Restava aos catedráticos construírem a pretensa unanimidade (*Diário de Pernambuco* – 06/08/64, p. 3; SANTOS, 2012, p. 46).

Entretanto as sessões se prolongaram até julho sem chegar ao consenso almejado. Neste intervalo, o processo foi temporariamente suspenso em virtude de mandando de segurança impetrado pelo professor Lalor Mota, a exoneração do antigo Reitor foi publicada[26] e os conselheiros se digladiavam em debates intermináveis. Num certame emblemático se

[25] O professor Jônio Lemos se tornara diretor numa lista tríplice simplesmente encabeçada pelos professores e políticos Antonio Baltar (senador em 1960) e Pelópidas Silveira (prefeito do Recife por três vezes em 1946, 1955-1959 e 1963-1964). Sua nomeação se motivara no receio do reitor João Alfredo de que aquele primeiro se tornasse um possível concorrente futuro na política universitária (MONTENEGRO; SIQUEIRA; AGUIAR, 1995).
[26] O ato assinado pelo Presidente da República se encontra publicado no Diário Oficial da União -18/06/1964, p. 5240.

confortaram o professor Gilberto Osório, professor da FAFIPE e "revolucionário" de primeira ordem, e Antônio Baltar, professor da EEP e entusiasta da "Frente do Recife" que elegera Arraes governador e o professor Pelópidas Silveira, também da EEP, prefeito desta capital. Sem sucesso em impedir a escaramuça, o vice-reitor em exercício passou mal e foi socorrido sob os cuidados do conselheiro e médico Jorge Glasner (FMR).

Em meio a todas estas incertezas, o professor Sérgio Loreto (FDR) encaminhou um novo telegrama para Europa informando ao professor Murilo Guimarães (FDR) que a sua candidatura fora impugnada devido à licença e que outros nomes estavam sendo considerados para ocupar o cargo. Não se sabe ao certo qual fora a reação do Diretor da FDR que declararia mais tarde ter a partir de então se despreocupado do caso. No entanto o conselho voltou atrás mais uma vez e no dia 18 de julho de 1964, durante a organização da lista tríplice, garantiu a participação do professor Murilo Guimarães que talvez concorreu sem nem mesmo ter consciência disto.

Como nos tempos dos primeiros reitores, a composição da lista era sucedida pela corrida à capital nacional para validação do futuro dirigente com o presidente. Para tanto, Barros Lima contava com a liderança do Coronel Bandeira, que compunha o séquito dos Generais Justino Alves Bastos e Antonio Carlos Muricy. "Murilo Não!", bradara o coronel Bandeira ao tomar conhecimento da decisão do Conselho Universitário. Este oficial superior ficou conhecido "como um dos homens decisivos do movimento que depôs Arraes", tal qual outros oficias da região como o coronel Villocq e o tenente-coronel Hélio Ibiapina Lima[27]. Como recordaria uma autoridade militar da época, toda esta turma era vista como radical pelo grupo castelista (*Diário de Pernambuco* – 07/06/1964, p. 26; p. 3; SANTOS, 2009, p. 29-30; 43-44; FROTA, 2006).

Já o professor Murilo Guimarães despontava como uma das lideranças políticas da União Democrática Nacional (UDN) e dos empresários que apoiaram o golpe em Pernambuco. Entre sua rede de apoio estavam a autodenominada "classe conservadora", os usineiros, os senhores de engenho, os banqueiros, os políticos udenistas, assim como intelectuais e artistas. Seus correligionários não tardaram em tomar um avião para articular nos palácios do governo federal a nomeação do diretor da FDR. Para as articulações contaram com o genro do jurista, o advogado Cyleno Ribeiro, então procurador da UR e corregedor do estado, que logo incluiu nas negociações o ex-governador do estado general Cordeiro de Farias, um velho amigo da família e um dos líderes moderados (ditos "castelistas") da conspiração. Considerando a base de apoio,

[27] Citado como torturador por egressos do movimento estudantil (ARAUJO, 2011)

o grupo tivera a certeza de que "se o nome de Murilo entrasse, Castelo ia escolhê-lo" (SANTOS, 2012, p. 163).

Estavam, portanto, ausentes os dois principais concorrentes (um viajando e o segundo por não fazer parte do Conselho), quando o Órgão colegiado superior da UR se reuniu extraordinariamente no dia 18 de julho de 1964, para formação da lista tríplice para escolha do Reitor que seria enviada ao general presidente Castelo Branco. Depois da abertura dos trabalhos, o presidente anunciou, para surpresa de alguns conselheiros, que em virtude da ausência dos professores Jorge de Oliveira Lobo (FMR), Gilberto Osório de Oliveira Andrade (FAFIPE) e Guilherme Martins Filho (catedrático de química orgânica da ESQ; Instituto do Açúcar e do Álcool), foram convocados os respectivos suplentes: professores Nelson Ferreira de Castro Chaves (Instituto de Nutrição), Newton Lins Buarque Sucupira (FAFIPE) e Washington Moura de Amorim (Catedrático de Física e Química da ESQ).

Diante da surpresa dos partidários do catedrático da FDR, o professor Newton Sucupira se inscreveu no terceiro escrutínio. Pelo visto, tratava-se de uma estratégia dos setores mais conservadores do conselho para furar a lista construída previamente e, desse modo, quiçá, nomear como reitor o membro do Conselho Federal de Educação. Após a ameaça de deixarem o professor Barros Lima (FMR) de fora da lista, o que seria uma humilhação, os conselheiros chegam a um consenso quanto à manutenção da unanimidade de Murilo Guimarães (FDR) e da candidatura do professor Sucupira (FAFIPE). Conforme já estava previsto, os primeiros escrutínios tiveram o seguinte resultado: 1. Murilo Humberto de Barros Guimarães (27 votos - FDR); 2. Luiz Inácio de Barros Lima (16 votos - FMR); Ivan de Albuquerque Loureiro (10 votos -EEP); Murilo Guimarães (1 Voto - FDR)[28].

Visando evitar uma surpresa indesejável, os adeptos de Murilo Guimarães se articularam para deixar Sucupira de fora da terceira lista, como o fizera outrora os reitores Joaquim Amazonas e João Alfredo contra seus adversários, igualmente, influentes (VERAS, 2012). Para esse fim lançaram o nome do diretor da Faculdade de Arquitetura, Jônio Lemos, que levou a melhor com o resultado apertado de quinze (15) votos a doze votos (12). Sobre seu adversário e, a partir de então desafeto, recordou o professor Jônio Lemos: "era [...] o maior adepto desse grupo [militar] [...] um camarada ambicioso na linha dele [...] mas aí ele quis fazer uma sujeira, porque ele quis bloquear a unanimidade de Murilo" (SANTOS, 2012, p. 160; 164). Finalmente, a lista encaminhada para Castelo Branco apresentava o seguinte resultado: professor Murilo de Barros Guimarães (27 votos - FDR); Professor Luiz Ignácio de Barros

[28] Pelo visto o professor Murilo foi igualmente escrito no segundo escrutínio.

Lima (16 votos – FMR); e professor Jônio Santos Pereira de Lemos (15 votos – Faculdade de Arquitetura).

Apesar de ter unificado conselheiros de diferentes posições políticas como o conservador Newton Sucupira (FAFIP) e o progressista Antonio Baltar (EEP), o professor Murilo Guimarães estava longe de representar um reitor de oposição ao regime, como induz as memórias de antigos dirigentes acadêmicos (MONTENEGRO; SIQUEIRA; AGUIAR, 1995; MAIOR, 2005; SANTOS, 2012). Pelo contrário, enquanto a influência dos ditos candidatos dos militares (Barros Lima e Sucupira) circulava em torno de oficias de menor prestígio da chamada linha dura e do Conselho Federal de Educação (CFE), a rede de relações daquele alcançava os primeiros escalões do governo e, principalmente, de sua base empresarial e política. Como recordam dois gestores da época, o professor Palhares Reis (ICH) e a professora Maria Mac Dowell (Faculdade de Educação), o fórum superior escolheu por unanimidade o professor mais habilitado a proteger das arbitrariedades e a capitalizar os recursos acionados pelo novo ambiente político (SANTOS, 2012).

Durante a cerimônia de posse do novo reitor, realizada no salão nobre da FDR no dia 22 de agosto de 1964, estavam presentes o governador do estado, Paulo Guerra, o prefeito da capital, Augusto Lucena, o Comandante da 7ª Região Militar, o general Antônio Carlos Muricy, o bispo auxiliar de Olinda e Recife, Dom José Lamartine Soares, os Secretários de Estado e outras autoridades civis e militares. O novo reitor foi saudado por mestres catedráticos e pelo presidente do Diretório Central do Estudantes (DCE) e estudante de direito Aguinaldo Agra, que discursou em defesa da União Nacional dos Estudantes (UNE) e outras entidades estudantis ameaçadas de extinção "com fundamento em alguns erros do passado" (Atas do Conselho Universitário - 1964).

Em seu discursos o Reitor agradeceu ao general-presidente Castelo Branco: "homem de raras virtudes e larga visão que me reiterou pessoalmente o seu emprenho já publicamente manifestado de auxílio decisivo ao desenvolvimento do Nordeste"; ao ministro da educação Flávio Suplicy: "ex-reitor da Universidade do Paraná, altamente sensível às causas universitárias"; aos universitários, aos empresários, aos proprietários rurais e a Deus (Atas do Conselho Universitário, 1964; *Diário de Pernambuco* – 02/08/64, p. 4; 06/08/64, p. 3; 08/08/64, p. 3; 14/08/64, p. 4; 23/08/64, p. 15).

Alguns grupos golpistas não tardaram em manifestar publicamente seu desagrado. Enquanto o Conselho ainda se digladiava na corrida sucessória, o sociólogo Gilberto Freyre anunciou que "seu reitor" era a Catedrática de História e Filosofia da Educação da EBAP, a

professora Maria do Carmo Tavares de Miranda[29]. Aderiu, assim, à campanha de "reitor-interventor da UR" lançada pela Cruzada Democrática Feminina (CDF), grupo de mulheres católicas conservadoras que liderou a "Marcha da família com Deus pela liberdade" e outras ações que mobilizaram milhares de pessoas pela deposição de Goulart e em favor da ditadura (FERREIRA; GOMES, 2014). Segundo Freyre, o próprio Castelo Branco afirmara sobre a professora da EBAP: "Que bom reitor da Universidade do Recife, em dias normais, ela daria"[30]. Ao que concluiu a defesa:

> Ninguém estranhe se o próximo Reitor da Universidade do Recife, depois de regularizada a situação da mesma Universidade, vier a ser uma mulher do valor intelectual, da capacidade de trabalho, da visão universitária e da firmeza de ânimo de Maria do Carmo Tavares de Miranda. Seria uma inovação em harmonia com o melhor espírito da Revolução de 31 de março, encarnado com a maior dignidade pelo presidente Castelo Branco (*Diário de Pernambuco* – 14/06/1964, p. 4).

Ademais, durante a conferência "A revolução brasileira", do Almirante Sílvio Heck (Ex-ministro da Marinha), no Teatro Santa Isabel, a Cruzada Democrática Feminina lançou ao governo golpista a "candidata [...] à interventora da Universidade do Recife" (*Diário de Pernambuco* - 19/06/1964, p. 8). Na mesma ocasião, Gilberto Freyre saúda a "doutora pela Sorbonne" em detrimento do edital eleitoral da lista tríplice para candidato a reitor da UR, publicado no dia anterior:

> Bela atitude, a das lideranças da Cruzada Democrática Feminina de Pernambuco, batendo-se, com todo direito [...] pelo nome da professora Maria do Carmo Tavares de Miranda para Reitor-interventor da Universidade do Recife. Se houvesse, de fato, uma 'justiça revolucionária', da parte dos agora responsáveis pelo movimento de 31 de março, essa justiça não hesitaria em prestigiar tal reivindicação. [...] Sob esse critério, é que uma Maria do Carmo Tavares de Miranda poderia ter sido escolhida, pelo presidente Castelo Branco, reitor-interventor da Universidade do Recife, num ato que teria sido, ao mesmo tempo que alta expressão de 'justiça revolucionária', sinal de nova orientação de política universitária da parte de um governo realmente animado de espírito renovador. (*Diário de Pernambuco* – 19/06/1964, p. 4)

[29] A professora conquistara a cátedra após alcançar em 1960 o primeiro lugar num concurso disputado com o professor Paulo Freire. O episódio contribuíra para Paulo Freire fosse convidado para dirigir o Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife através do qual seu método de alfabetização e sua pedagogia ganharia o mundo (VERAS, 2012).

[30] Como já se observou anteriormente, o uso contínuo do masculino revela o quanto as instâncias de poder da época eram fundamentalmente fálicas.

A “candidata à interventora” aguardou em silêncio o resultado das apostas do seu mentor. A ingerência de Gilberto Freyre ganhava deste modo o tom de vingança tripla contra a elite docente, pois a determinação externa de uma jovem catedrática transgredia as dinâmicas acadêmicas dominantes, no que concerne às suas disposições históricas de corporação, geração e sexo. Mas como observara o general presidente, não eram “dias normais”.

Num artigo de jornal no qual analisava a escolha do novo Reitor da UR, o autor de *Casa Grande& Senzala* criticou o desempenho menos “revolucionário” e “renovador” do que “tranquilizantemente constitucional” e “normalizante” do presidente militar. Neste sentido o marechal Castelo Branco desperdiçara a oportunidade “revolucionária” e “descomprometida” de romper com o que ele entendia ser o legado do ex-reitor João Alfredo, “antiuniversitários”, “anticulturais”, “antinacionais” e “antibrasileiros”, ao nomear a professora Maria do Carmo Tavares de Miranda (EBAP) ou o professor Torquato Castro (FDR - *Diário de Pernambuco* 09/08/1964, p. 4). Na mesma lógica a coluna Periscópio publicou dias depois uma nota se perguntando o porquê da “euforia” dos “esquerdistas” com a nomeação de Murilo Guimarães, aliás, “alegria [...] incompressível” diante da “posição clara e definida no que respeita ao ideológico e ao filosófico” do Reitor (*Diário de Pernambuco* - 16/08/1964, p. 24)

O vice-reitor Newton Maia (EEP) renunciou em setembro de 1964, alguns meses antes de sua exoneração e de outros professores pelos Inquérito Sumário da CGI disposto pelo Ato Institucional. A decisão motivou a proposta dos conselheiros Sá Barreto (Escola de Administração) e Sérgio Loreto Filho (FDR) de congratulação pela maneira com que conduziu o conselho numa fase tão difícil e de modo especial pela sua conduta, que resguardou a universidade no período. A escolha do vice-reitor contemplou o pupilo do catedrático de matemática assim obedecendo ao seguinte resultado: professor Jônio Santos Pereira de Lemos (17 votos); Professor Romero da Gama e Marques (4 votos); professor Francisco José Gondim Coutinho (1 voto - UFPE - Atas do Conselho Universitário, 13ª sessão – 04/09/1964).

Murilo Guimarães foi, ademais, reconduzido à reitoria em 1967, sem maiores dificuldades. O Estatuto do Magistério Superior estabelecia mandato de três anos e duas reconduções através de ato do presidente da república de escolha entre os catedráticos e

professores titulares figurados em lista tríplice organizada pelo Conselho Superior (Artigo 41 do Decreto-Lei nº 4881 – A/1965).

Encabeçando a lista construída antecipadamente pelos catedráticos, o dirigente obteve vinte oito (28) votos[31], acompanhado no segundo escrutínio pelo Vice-reitor, o professor Jônio Lemos, com vinte seis (26) votos[32] e pelo professor Nelson Chaves, no terceiro, com vinte (20) votos[33]. O ministro Tarso Dutra deu posse ao professor Murilo Guimarães em cerimônia conjunta com o professor e coronel Guilardo Martins da UFPB (*Diário de Pernambuco* – 08/07/67, p. 3; Ata da 7ª reunião extraordinária do Conselho Universitário – 07/07/1967; *Jornal Universitário*, Ago., 1967, p. 1).

Entretanto, devido às disputas entre os grupos de acadêmicos, o pleito de 1971 não desfrutou do mesmo consenso de 1964 e 1967. A lei de reforma universitária (5.540 de 1968) estabeleceu novas regras para a disputa: nomeação de reitores, vice-reitores e diretores escolhidos de lista sêxtupla organizada pelos conselhos deliberativos; mandato de quatro anos e sem reeleição (Art. 16 da Lei 5.540/68). Meses antes da composição da lista a universidade só transpirava a disputa entre os candidatos. Quatro candidaturas figuravam com maior força dentre os professores inicialmente ventilados.

Empatados na cabeça da lista, o professor Jônio Lemos, diretor do Instituto de Matemática e ex-vice-reitor da UFPE, despontou como candidato natural da Reitoria. Ao passo que o professor Newton Sucupira, diretor do Departamento de Assuntos Universitários e da Faculdade de Educação da UFPE e membro do CFE, era o escolhido do ministro da educação e cultura, Jarbas Passarinho. Por sua vez, o professor Antonio Figueira, diretor da Faculdade de Ciências Médicas, contava com o apoio do Governador Eraldo Gueiros[34]. E, por fim, o professor Marcionilo Lins, vice-reitor e Diretor do Instituto de Biociências, que, tal qual o primeiro candidato, era apoiado pela comunidade universitária. Dois grupos logo se formaram em torno dos professores Jônio Lemos e Newton Sucupira, mas nem todos os nomes sobreviveram até julho, assim dando lugar a tantos outros candidatos e, pela primeira vez, uma

[31] Professor Francisco Gondim, dois (2) votos, e professor Clóvis Paiva, um (1) voto.
[32] Professor Luiz Delgado, um (1) voto, professor Gilberto Osório, um (1) voto, professor Henrique Freire de Barros, um (1) voto e três (3) votos em branco.
[33] Professor Marcionilo Barros Lins, quatro (4) votos, professor José Lourenço, um (1) voto, professor Manuel Correia de Andrade, dois (2) votos, professor Gilberto Osório, um (1) voto, professor Luiz Delgado, um (1) voto, professor Arnaldo Barbalho, um (1) voto, professor Clóvis Paiva, um (1) voto e um (1) voto em branco
[34] 1912-1983. O advogado de origem social vinculada aos latifundiários do Agreste do estado de Pernambuco fez carreira na justiça militar se tornando membro do Superior Tribunal Militar (1957), Procurador Geral da Justiça Militar (1964) e Ministro do Supremo Tribunal Militar (1969). Durante o governo do general Médici (1969-1974) é nomeado governador interventor de Pernambuco (1971-1975).

candidata mulher, a professora Maria Antônia Mac Dowell (*Diário de Pernambuco* – 14/05/1971, p. 11; 28/02/71, p. 11; 01/06/1971, p. 12).

Não tardou para que o professor Newton Sucupira desistisse da disputa, mais ou menos quando foi indicado para assumir um cargo na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Sem o concorrente na disputa o professor Jônio Lemos também manifestou nos bastidores seu desinteresse pela Reitoria. Na dança das cadeiras da sucessão o titular de bioquímica se consolidou como candidato da situação, apesar da antiga rivalidade entre médicos e juristas.

Para isto, o professor Marcionilo Lins há muito se revezava entre comissões, coordenações, direções, conselhos e, finalmente, a vice-reitoria; talvez, garimpando o apoio, os recursos e os atributos necessários para disputar o magnífico assento. Não perdeu também a oportunidade de manifestar publicamente sua posição governista e sua assiduidade nos salões sociais do Lyons Club, do Rotary e do Caxangá Ágape, espaços importantes das sociabilidades das elites golpistas. Na época o professor era conhecido pelos estudantes como Marcionilo Lyons, todavia, o renomado pesquisador de saúde não dispunha da mesma habilidade e influência política e econômica de seu padrinho, o professor Murilo Guimarães. Para contornar esta limitação, a gestão da UFPE começou a campanha ainda em fevereiro de 1971, promovendo diversos eventos com fins de influência ostensiva e velada nos primeiros escalões do governo e demais autoridades militares e civis.

Nesta lógica Marcionilo Lins fez votos de confiança ao presidente da república, o Marechal Médici, e ao ministro da educação e cultura, o coronel Jarbas Passarinho, e à "campanha de progresso e desenvolvimento do Brasil", durante sua cerimônia de posse como vice-reitor (*Jornal Universitário* – Fev., 1971, p. 12). Participou também de eventos intelectuais e cívico-militares na companhia de autoridades do governo em espaços como a Academia Pernambucana de Letras (APL), Gabinete Português de Leitura, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), Seminário de Tropicologia, Parque Histórico Nacional dos Guararapes, dentre outros. Por essa época não houve uma edição do *Jornal Universitário* na qual não se encontrasse o ministro Jarbas Passarinho e seu assessores da casa Newton Sucupira (DAU) e Ivancir Castro (Divisão de educação extraescolar do MEC –DEEE/MEC). Finalmente, ao sinalizar com a intenção de conferir o título de *doutor Honoris causa* ao titular do MEC estavam definidas as apostas políticas da gestão da UFPE.

Ainda assim dois concorrentes ameaçavam a escolha do titular de Bioquímica: o professor Mário Neves Batista, diretor da FDR e membro da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), e o professor Antônio Figueiras (FMR e Faculdade de

Ciências Médicas - FCM), ambos de posição política reacionária. Na época, a coluna "Periscópio", velha trincheira jornalística da direita conservadora, denunciou a suposta tentativa da reitoria da UFPE de inviabilizar a candidatura do advogado junto ao ministro Jarbas Passarinho (*Diário de Pernambuco* – 30/06/1971, p. 5; 6).

Nas vésperas da escolha dos nomes, a principal estratégia do grupo de situação era excluir estes dois adversários mais fortes da lista sêxtupla. Circulava pelos jornais que o professor Antonio Figueira, enquanto candidato do governador Eraldo Gueiros, seria nomeado reitor em qualquer um dos seis lugares que entrasse: "Se ele entrar na lista terá noventa e nove por cento de chance" (*Diário de Pernambuco* – 02/07/71, p. 5)[35].

Tudo estava muito agitado nos bastidores políticos da universidade. O ex-vice-reitor Jônio Lemos recorda que tanto Marcionilo Lins, quanto Antônio Figueira o procuraram para entrar na lista deles. No entanto, o professor recusou aos dois pedidos, explicando ao primeiro e à Pró-reitora para Assuntos Acadêmicos, Maria Mac Dowell, que apenas participaria na prerrogativa de ser o primeiro da lista, tendo em vista seu prestígio e candidatura à reitor em outros três pleitos:

> No que você me indicar para reitor, eu tenho duas vezes. Então não posso entrar na lista abaixo de você. Porque se você é professor catedrático da Universidade, eu sou duas vezes [...] Eu não quero ser reitor. Você vai para o Rio, pede para você. Eu não quero. Eu não estou concorrendo com você. É minha posição como candidato a reitor que não pode ser abaixo da sua. Porque você está entrando na vice-reitoria agora, e eu tenho seis anos aqui (SANTOS, 2012, p. 194-195).

Daí surgiu a ideia de homenagear o ex-vice-reitor com o primeiro lugar da lista. Assim, sem escapar muito às pesquisas estampadas nas páginas dos jornais, o resultado final obedeceu à ordem seguinte: 1. Professor Jônio Lemos (Faculdade de Arquitetura), quarenta e oito (48) votos[36]; 2. Professor Marcionilo Lins (Instituto de Bioquímica), cinquenta (50) votos[37]; 3. Professor Lourival Vilanova (FDR), trinta e dois (32) votos[38]; 4. Professora Maria Antônia Mac

[35] O processo de organização da lista sêxtupla de candidatos a reitor da UFPE foi integralmente acompanhado pelo *Diário de Pernambuco*, uma vez que o mesmo, de forma excepcional, não se encontra registrado nas atas do Conselho Universitário ou do Conselho Coordenado de Ensino e Pesquisa (UFPE, 1971/1971/1973/1974; UFPE, 1971/1972/1973).

[36] Guilherme Martins, um (1) voto; Mário Baptista, dois (2) votos; Fernando Aguiar, um (1) voto; Luiz Delgado, um (1) voto, Antônio Figueira um (1) voto; Branco cinco (5) voto.

[37] Lourival Vilanova, um (1) voto; Geraldo Lafayete, um (1) voto; Ageu Sales, um (1) voto, Guilherme Martins, dois (2) votos; Branco, quatro (4) votos.

[38] Antonio Figueira, vinte e cinco (25) votos; Branco, três (3) votos.

Dowell (Faculdade de Educação), trinta e sete (37) votos[39]; 5. Professor Guilherme Martins (ESQ), quarenta e cinco (45) votos[40]; 6. Professor Fernando Menezes (EBAP), quarenta e nove (49) votos[41] (*Jornal Universitário* – Jul., 1971, p. 1; 6-7).

Sem os professores Mario Neves (FDR) e Antonio Figueira (FMR e Faculdade de Ciências Médicas) na lista, os partidários do professor Marcionilo Lins seguiram para articular na capital a nomeação do então vice-reitor. Tão somente para serem informados, na semana seguinte, que os "titulares (Antigos catedráticos)" derrotados trabalhavam numa solicitação conjunta ao MEC de impugnação da escolha da lista sêxtupla de candidato a reitor da UFPE.

O documento de seis páginas, datado de 14 de julho e assinado por Antonio Figueira e Mario Neves Batista, aponta os supostos "abusos e flagrante ilegalidades" e "vicioso processo eleitoral" do pleito. O *Diário de Pernambuco* publicou integralmente a reclamação que, longe de revelar uma "conspiração", descreve de forma inquisitorial o quanto a dinâmica de organização das listas para reitores em tempos de ditadura conservou o modo de funcionamento da primeira metade do século XX, certamente simplificado pelo expurgo dos candidatos de esquerdas[42].

Preliminarmente os professores questionaram a legitimidade de parte significativa dos conselheiros votantes: os conselheiros estudantis (com mandatos findados), os pró-reitores (membros da gestão), os diretores *pró-tempore*, dos representantes empresariais (também da gestão em exercício de direção da TV UFPE – Sebastião Holanda), dos professores estrangeiros, dos representantes das unidades universitárias novas, assim como das candidaturas dos professores Marcionilo Barros Lins, Maria Mac Dowell e Fernando Menezes, enquanto gestores do primeiro escalão em exercício (*Diário de Pernambuco* – 09/07/1971, p. 9; 14/07/1971, p. 9; 15/07/1971, p. 11).

Para além da permanência das práticas políticas acadêmicas há, igualmente, um modo de operar específico que atualiza as disposições de outrora com a institucionalidade ditatorial dos anos 1970. Primeiramente, o uso instrumental do movimento estudantil, cujos processos de eleição, de composição e de organização democráticos foram substituídos por eleições indiretas e entidades cooptadas pela gestão, especialmente, pela intervenção direta da administração e pelos programas da Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e seu Departamento de Assuntos

[39] Mario Baptista, vinte (20) votos; Antônio Figueira, três (3) votos.
[40] Antonio Figueira, doze (12)votos; Geraldo Lafayete, um (1) voto; Fernando Menezes, um (1) voto; Branco, um (1) voto.
[41] Antonio Figueira, seis (6) votos; Higino V. Lima, quatro (4) votos; Branco, um (1) voto.
[42] Sobre eleições pra reitores nos tempos do primeiro reitor Joaquim Amazonas (1946-1959) e João Alfredo (1959-1964) ver: VERAS, 2012.

Estudantis. Em segundo lugar, a reprodução dos conselhos superiores como um duplo dos poderes acadêmicos nomeados pelo Governo Federal. Enfim, as rede de recursos, de influência e de apoio pela conquista de posições que dominam outros espaços e seus agentes, da mesma maneira que outras instituições dedicadas à mobilização dos corpos sociais (quarteis, igrejas, prisões, hospitais, etc.): "pondo suas elevadas posições funcionais e universitárias e os elementos de pressão, no mais variados aspectos, de que em razão disso dispunham, a serviço das pretensões, que alimentavam, ao cargo em evidência" [43] (*Diário de Pernambuco* – 15/07/1971, p. 11).

Esta dinâmica foi fundamental para que as ramificações do grupo que conquistou a reitoria em 1964 permanecessem à frente da gestão da UFPE até 2002. Deste modo, o ex-reitor George Browne (1983-1987), ao citar os reitorados sucedâneos de Edinaldo Bastos (1987-1991), Éfrem Maranhão (1991-1995) e Mozart Ramos (1995-1999), afirmou: "poderia dizer que todos, numa certa medida, foram as minhas crias"[44] (SANTOS, 2012, p. 82).

Outra prática descrita pelo mandado de segurança é a estratégia eleitoral de exclusão dos candidatos que tentavam "furar a lista", por meio de articulações, mormente com o campo político-econômico em detrimento do corpo de conselheiros: "daí, a organização [...] de uma chapa eleitoral, em torno da qual passou a exercer-se verdadeira corrida não, no sentido [...] de aceitação dos nomes nele contidos, mas no da exclusão dos reclamantes" (*Diário de Pernambuco* – 15/07/1971, p. 11). Ao mesmo tempo que a nomeação depende de um padrinho influente, ela precisa contemplar, igualmente, a rede de influência e de recursos urdida por dirigentes universitários, lideranças estudantis e demais elites acadêmicas. Daí o fracasso das candidaturas exclusivamente heterônomas cuja construção prévia da lista sêxtupla limita a intervenção direta do campo político-econômico na corporação (com exceção dos reitores interventores tal qual o sugerido sem resultados por Gilberto Freyre): "A professora Maria Antonia Mac-Dowell chegou a afirmar já ser o resultado da eleição previamente sabido e ressabido de todos na Reitoria (docs. anexos)". Ao que concluem os reclamantes: "A eleição é, deste modo, nula, representando, antes, um processo mascarado, uma conspiração, para subtrair

[43] Sobre o "capital acadêmico" ver: BOURDIEU, 2012; sobre o "agenciamento coletivos de corpos": DELEUZE; GUATTARI, 1997.

[44] Aparentemente a transição apenas se tornou possível quando a UFPE incorporou a comunidade universitária (estudantes, técnicos-administrativos e professores) na consulta para reitor em 2002. Pelo que se sabe foi a última instituição do sistema universitário brasileiro a democratizar as eleições para reitor.

ao Exmo Sr. Presidente da República a possibilidade, que a lei justamente lhe atribui" (*Diário de Pernambuco* – 15/07/1971, p. 11).

O governo logo fez sua escolha pondo, ao seu modo, fim ao litígio. Quando o titular do MEC ameaçou publicamente afastar o diretor da FDR de suas funções, caso mantivesse o mandado de segurança, o professor Mário Neves logo desistiu do processo e publicou texto se retratando publicamente. A partir de então, o professor Murilo Guimarães pôde conduzir a mudança e reassumir seu antigo posto de advogado e representante do empresariado pernambucano (*Diário de Pernambuco* – 23/0701971, p. 3; 05/08/1971, p. 6; 13/08/1971, p. 6; 01/09/1971, p. 3; 29/09/1971, p. 6).

No início de agosto, o vice-reitor tomou posse interinamente na Sala do Conselho e depois efetivamente numa cerimônia no recém-inaugurado auditório da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE). Estavam presentes o ministro Jarbas Passarinho, o Governador de Pernambuco, Eraldo Gueiros, o Comandante da 7ª Região Militar, General Meira Matos (membro da Escola Superior de Guerra e presidente da comissão especial que antecedeu a reforma universitária – Decreto 62024/67), o comandante do IV Exército, General Bina Machado (membro da Escola Superior de Guerra e um dos idealizadores do primeiro curso de pós-graduação em Moral e Cívica, doutrina oficial do Regime) e demais autoridades civis e militares (*Jornal Universitário* – Set., 1971, p. 6-11).

Todo processo observado em torno da organização das listas de candidatos à reitoria oficializava o resultado de uma disputa iniciada antecipadamente nos gabinetes, salas, corredores, cafezinhos e outros espaços de sociabilidade da elite universitária. Depois da confecção da lista os interessados iniciavam uma nova corrida em direção à capital para pleitear o cargo com os padrinhos, naqueles tempos, oficias militares, políticos, empresários, intelectuais e lobistas com ascendência sobre os generais quatro estrelas que por vinte e um anos presidiram o país.

Conquanto a possibilidade permanente de intervenção disposta pela legislação ditatorial, este rito da política acadêmica obedecia, em suas devidas proporções, à mesma dinâmica das décadas anteriores: construção prévia da lista tríplice e sêxtupla; exclusão dos candidatos que pretendiam "furar a lista" em detrimento do espírito de corpo, isto é, o corporativismo dos antigos catedráticos[45]; articulação com os mais variados escalões do poder político-econômico para aprovação do nome definido pelos conselheiros; nomeação do Reitor e dos demais cargos

[45] Estas manifestações do corporativismo da elite docente e sua reprodução definem, objetivamente, a prática sociocultural do ideal de autonomia universitária.

de acordo com as filiações e as alianças firmadas. Como descreve a professora Maria Antonio Mac Dowell:

> Avaliam-se as forças, acerta-se quem vai ser o candidato em cada escrutínio. Ao chegar ao Conselho, cada grupo ou cada candidato já sabe (ou pensa que sabe, porque tem sempre surpresa) com que votos conta. Na oposição pode haver uma lista fechada, um candidato para cada escrutínio [...] ou pode haver um candidato em torno do qual se aglutinam as forças para furar a lista num determinado escrutínio (SANTOS, 2012, p. 234)

Há nesta dinâmica uma tendência para o que o historiador Cristophe Charle chamou da vocação acadêmica para a "política do apolitismo" (1994, p. 310-312 – tradução do autor), cuja base se encontra no corporativismo docente, nos valores de autonomia universitária e de neutralidade científica. Estes "sistemas de defesa coletivos", para empregar uma definição de Pierre Bourdieu (2010, p. 42), apresentam-se como uma disposição política de centro, presumivelmente governista, que visa assegurar a conservação das condições de (re)produção acadêmica dos professores superiores. Em termos práticos, a disputa consagrava dirigentes insuspeitos para o governo que, em contrapartida, ocupavam posições que deveriam contemplar simultaneamente a elite docente e o Estado autoritário.

Este jogo de adesão e de acomodação visava assegurar o *status quo* e demais interesses do campo acadêmico nos anos de ditadura no Brasil, por exemplo: a diminuição da repressão e da intervenção castrense; a manutenção do recrutamento do corpo social em seleções e concursos públicos vigiados e do autogoverno docente superior; a participação nos programas de reestruturação e expansão (física e institucional) do governo; a recusa das inovações socioculturais que ameaçavam o estabelecimento universitário; e a abertura de canais de negociação com o Estado autoritário. Tal disposição e sua afinidade coletiva para a conservação e para a manutenção do estabelecimento vigente, o que o mesmo sociólogo chamou de "gosto pela ordem" (2010, p. 80), ganham ênfase no caso brasileiro dada a alta dependência e intervenção do Estado nas universidades oficiais, o acesso privilegiado à educação dos segmentos socioculturais dominantes e o ambiente político ditatorial de suspensão dos direitos políticos, sociais e civis.

Aqui se faz importante propor uma definição mais fina da modalidade de engajamento da comunidade universitária que optou por uma posição de acomodação em relação à ditadura. Há, neste sentido, variadas formas de ação cujo matiz se estende da adesão para resistência

interna à indiferença ao ambiente político autoritário. Os dados seriais e quantitativos apresentados sobre a Universidade permitem pensar esta questão para além da história política, assim reencontrando as forças de produção socioculturais e sua dinâmica de conservação.

Como se tentou demonstrar, o fenômeno em questão é menos um caso de ambiguidade, de cordialidade, de patrimonialismo, do que um modo de operar especifico da elite universitária. As disputas entre esquerdas e direitas atravessavam decerto o campo acadêmico, entretanto, com agência específica do jogo de produção de sentido e de poderes dispostos. Desta forma, as lutas políticas e socioculturais travadas na universidade se configuram de acordo com a lógica de produção e disputa privilegiada do campo acadêmico e todas suas desigualdades de classe, de sexo, de raça, de região, etc.

Esta prática do corporativismo docente ajuda na compreensão de uma posição coletiva de acomodação, apesar da adesão à ditadura de parte expressiva dos dirigentes, e não um traço apriorístico da cultura política nacional, de ambivalência política ou de modernização conservadora. Esta lógica recalcada nem é cordial, nem se encontra dividida. Pelo contrário, ela tem uma posição pragmática em defesa das condições objetivas de reprodução da elite docente e de seus capitais, enquanto frações da classe dominante, daí que as posições públicas mais extremadas pareçam destoantes do *status quo* da república dos universitários. Em tempos de ditadura a dinâmica de acomodação ganha muitas vezes uma tonalidade conservadora, se não reacionária, mas que a memória de abertura trataria de algum modo de anistiar, transformando os autoritários de outrora em democratas do tempo presente.

4.3.1 Programas, convênios educacionais e cursos de pós-graduação

Os programas e os convênios de educação constituíram um dos principais meios de relação entre dirigentes universitários, o Estado ditatorial e as instituições internacionais. Talvez o mais conhecido deles tenha sido os convênios firmados entre o MEC e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID - 1961), órgão do Departamento de Estado dos EUA criado no contexto da Guerra Fria para combater o comunismo através de projetos de "desenvolvimento". A USAID e outras iniciativas, como os Corpos da Paz (Peace Corps), integravam-se ao programa mais amplo chamado Aliança para o Progresso, igualmente criado pelo presidente John Kennedy (1961-1963). Todas estas ações se envolveram ao longo dos anos em denúncias de espionagem,de conspiração e de

desestabilização política por toda América Latina. (DREIFUSS, 1981; ROSAS, 1991; CUNHA, 2007a; MOTTA, 2014a).

Assim, o desembarque dos consultores da USAID despertou a expectativa por dólares de oficias militares, políticos e dirigentes universitários e, de outra parte, a revolta do movimento estudantil que enxergava nos programas uma manifestação do imperialismo americano e do desmantelamento do Movimento de reforma universitária. Apesar dos limites de convênios internacionais, os acordos tiveram um papel relevante na produção de uma rede de trabalho que através de eventos, de projetos, de viagens e de publicações integravam os dirigentes universitários, o governo e seus aliados. Como se verá no item 3.4.4 a USAID também manteve um convênio com a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco voltado para formação e estruturação da polícia na conjuntura da Guerra Fria e do golpe de 1964.

A publicidade em torno da assinatura destes acordos e outras atividades correlatas ressoava como uma manifestação pública de apoio ao governo. Neste sentido, a UFPE e a SUDENE se reafirmavam, ainda em 1964, como espaços de promoção destas iniciativas e de outras ações, como o Projeto Rondon, o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e a disciplina obrigatória de Educação Moral e Cívica/Estudos de Problemas Brasileiro. Como estas ações são analisadas em outra sessão deste trabalho, faz-se importante no presente momento sublinhar a dimensão política que estes projetos ganham nos salões do conselho universitário.

Dentre os primeiros convênios firmados pela UFPE encontra-se o Projeto Rita-Asimov (Rural Industrial and Techinical Assistance). Seu idealizador, o professor Azimov, pertencia à Universidade da Califórnia e contou para iniciar o projeto no Recife com o apoio da Aliança pelo Progresso, da USAID-NE (na pessoa de Sr. Jon T. Gregory da USAID-NE), da SUDENE, das Federações das Indústrias, do Instituto Politécnico do Brooklyn (na pessoa de Alien E. Abraham), da UFPE e de outras universidades da região. Assim como os Corpos da Paz (Peace Corps), estes programas se organizavam como operação militar com fins de mobilização política em favor do governo ditatorial e seus aliados (VERAS, 2014).

Conforme a minuta redigida pelo coordenador do Rita-Azimov, o professor Alberto Figueiredo, e outros docentes da ESQ da UFPE, o objetivo do programa era: 1. Preparar estudos econômicos das regiões do interior; 2. Encontrar os homens de negócio não somente da região, mas de outras partes do Brasil para formação de empresas; 3. Preparar os projetos industriais; 4. Treinar pessoal técnico e gerentes das novas empresas (Atas do Conselho Universitário 19ª

sessão – 30/11/1964; Atas do Conselho Universitário 20ª sessão – 09/12/1964; *Diário de Pernambuco* – 13/03/1964, p. 5).

Até sua extinção no final dos anos 1960 o programa se constituiu como importante meio de sociabilidade de professores universitários, técnicos da SUDENE e da USAID-NE, empresários e autoridades do governo militar. A despeito de suas metas, o principal impacto do Rita-Azimov foi o intercâmbio de estudantes egressos do curdo de administração dos EUA e do Brasil, a criação de pequenas empresas ligadas aos produtores de cana e de açúcar, os levantamentos e pesquisas de mercado e o desenvolvimento do Projeto Rondon e do CRUTAC. "O valioso apoio e incentivo do antigo reitor Murilo Guimarães" fora decisivo neste sentido (*Diário de Pernambuco* – 11/01/1970, p. 16; 13/06/1976, p. 13).

Durante as gestões dos reitores Murilo Guimarães (1964-1971) e Marcionilo Lins (1971-1975), a UFPE coordenou experiências pioneiras do projeto Rita-Azimov (1964), do Projeto Rondon (PR – 1967), do CRUTAC-PE (1969), da doutrina de Educação Moral e Cívica – Estudos de Problemas Brasileiros (EMC/EPB - 1971), dentre outros pontos da agenda educacional do governo ditatorial. Esta adesão antecipada permitiu aos dirigentes da UFPE participarem da construção dos programas educacionais e de reafirmarem o lugar de liderança institucional das universidades da região Norte e Nordeste do Brasil.

Outras modalidades de convênios previam o investimento na expansão e na atualização da estrutura física, didático-científica e administrativa das universidades. Estes programas de investimento e mobilidade docente tiveram um papel relevante na implantação e na reestruturação do sistema de ensino superior brasileiro conforme nova dinâmica de profissionalização e de pesquisa tecnológica e aplicada no bojo dos programas de desenvolvimento ditatorial. O conjunto de projetos de cooperação internacional suscitou também críticas e protestos de opositores e de setores mais radicais do regime.

Na UFPE, os convênios USAID/SUDENE/UR promoveram entre 1964 e 1965 a criação da Faculdade de Administração (Processo UFPE 15187/64), por meio de desmembramento da FCE. Alguns catedráticos de economia se incomodaram com a cisma, enquanto outros aproveitaram a oportunidade para ocupar novos postos de (re)produção e de poder acadêmico. Como consolação, a FCE seria contemplada depois com um programa de reforma financiado pelas mesmas entidades. Estes programas de incremento dos centros de formação e de pesquisa em negócios no modelo americano de "business" contemplaram instituições das principais

metrópoles brasileira (Atas do Conselho Universitário - 2ª sessão ordinária – 04/02/1965; 15ª sessão – 07/10/1964; 8 ª sessão – 23/04/65).

Também um convênio com a Fundação Kellog e a Organização Mundial de Saúde (OMS) possibilitou o surgimento da Faculdade de Enfermagem, por meio de mecanismo semelhante de cissiparidade, neste caso, da FMR. Assim como os colegas de economia, os catedráticos de medicina discordaram inicialmente da emancipação da unidade, cujo corpo docente era formado integralmente por mulheres. Não obstante, a própria FMR beneficiou-se do convênio para criar a Cadeira de Anatomia Patológica e para reformar o Laboratório de Imunopatologia (Atas do Conselho Universitário 15ª sessão – 07/10/1964; Atas do Conselho Universitário – 14ª sessão – 06/08/1965).

Em 1965 a UFPE recebeu a visita do professor John Baxter, representante da Fundação Ford. O apoio desta organização, assim como da SUDENE e da USAID, possibilitou a aprovação em 1966, e a implantação em 1967, do Curso de Mestrado em Economia e Sociologia, que em 1970 se tornou o Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia – PIMES (Processo UFPE – 26569/70). Inicialmente as palavras-chave para assinatura dos convênios eram "recursos humanos", mensagem logo captada pelo professor responsável pelos primeiros projetos desta pós-graduação, o economista Roberto Cavalcanti de Albuquerque (ICH - MAIOR, 2005).

Estas agências se mostravam precisas quanto aos seus objetivos no âmbito da pós-graduação, conforme assinala o professor Heraldo Souto Maior sobre a criação dos cursos de mestrado do ICH: "A USAID não estava interessada num programa formal de mestrado, mas na sua preparação específica de pesquisadores para fornecer à SUDENE os dados de que essa agência necessitava para o planejamento econômico e social na Região" (MAIOR, 2005, p. 29). Entretanto tratava-se de uma conquista que contemplou pesquisadores das mais variadas posições políticas. Aliás, a própria postura de oposição ao governo dos primeiros coordenadores do PIMES, o professor Manuel Correia de Andrade (Economia) e o professor Heraldo Pessoa Souto Maior (Sociologia), não comprometeu a consolidação do Programa (MAIOR, 2005).

Para além do mérito da proposta e da equipe de professores e pesquisadores, uma iniciativa como esta dificilmente seria aprovada sem a anuência de toda rede de influência e de apoio formada pelos dirigentes universitários, pelo Estado autoritário e pelas agências financiadoras (SUDENE, USAID, Fundação Ford, etc). No âmbito da universidade, a teia de relações se estendia do diretor do ICH, o professor José Antonio Gonçalves de Mello, ao

Conselho Universitário e ao CFE, Conselho Federal de Educação, nas pessoas dos professores Murilo Guimarães e Newton Sucupira.

Em vista disso, a Comissão Central de Pesquisas da UFPE (COCEPUFP), dirigida pelo professor Marcionilo Lins, recebeu naquele instante visitas do professor Rudolph Atcon (consultor e representante do MEC), professora Suzana Gonçalves (Diretora Executiva da CAPES), professor Moniz Aragão (diretor de Ensino Superior do MEC), Paulo de Goés (Adido cultural do governo brasileiro em Washington), dentre outras autoridades educacionais e científicas do governo ditatorial (Processo - 2287/66 e 2.453/66 - Atas do Conselho Universitário – 20ª sessão – 05/11/1965; 5ª sessão – 25/03/1966 UFPE, 1966, p. 1-9).

Os convênios e programas de fomentos à pesquisa e à pós-graduação ganharam força durante o reitorado daquele professor, mediados pela SUDENE, BNDE, FUNTEC, FNDE, Banco Mundial, etc. Foram raras as reuniões do conselho na primeira metade dos anos 1970 onde não se assinaram novos convênios ou renovaram acordos passados. Estes programas didático-científicos não se despiam absolutamente de conteúdo político conforme interesses do governo militar, enquanto mediador, e das entidades internacionais, na qualidade de financiadores. Da mesma forma como a entrada neste circuito estava condicionada ao ingresso na rede social de trabalho que mobilizava dirigentes universitários e pesquisadores aderidos ou acomodados ao estabelecimento vigente (Atas do Conselho Universitário 1972 – 1975).

Esta posição de aproximação com o governo ditatorial e agências internacionais de fomento não deixou de suscitar críticas, tendo sido, por exemplo, o professor Roberto Cavalcanti de Albuquerque alvo de protestos em diversas ocasiões nas quais discorreu sobre a criação do curso de mestrado em economia e sociologia, apesar da posição política insuspeita. De todo modo, a iniciativa estimulou simultaneamente novos convênios e cursos de pós-graduação nos demais Institutos e Divisões de pesquisa da UFPE, especialmente os pioneiros cursos de mestrados em Microbiologia, Bioquímica, Matemática, Nutrição em Saúde Pública, Físico-Química e Direito (Parecer 108/66 – Processo - 24.998/66 e 24.997/66 - Atas do Conselho Universitário – 14ª sessão –25/11/1966; MAIOR, 2005, p. 31-47; Processo - UFPE 24.998/66; UFPE, 1973, s/p).

No que tange à relação específica entre programas de pós-graduação e o regime militar, o professor Heraldo Souto Maior aponta três aspectos a serem observados: a vigilância da comunidade universitária, a desconfiança das ciências sociais por parte das autoridades ditatoriais e o controle dos recursos dos cursos e programas pelas agências financiadoras, especialmente a SUDENE e USAID. Neste sentido, para evitar o encerramento das atividades, os gestores do programa atentaram constantemente para como os órgãos de vigilância

acadêmica e estatal veriam os candidatos aos mestrados, assim como a desconfiança dos colegas de esquerda e as denúncias anticomunistas daqueles mais reacionários. Daí as negociações com autoridades do regime para assegurar recursos como bolsas, intercâmbio e contratação de professores, assim como para contornar perseguições como no caso citado no item 1.5 da professora Silke Weber e do professor Sílvio Maranhão (MAIOR, 2005).

Muitas vezes os programas de intercâmbio e de formação em outras universidades ensejavam uma possibilidade momentânea de defesa de universitários talentosos ameaçados pela repressão. Este foi o caso do professor da EBAP Paulo Rosas cujo afastamento para o doutorado na França fora autorizado pelo Conselho Universitário em 1964. Certamente o mérito e o prestígio do primeiro diretor do ICH foram decisivos para a decisão da administração de incentivar um quadro dedicado e resguardá-lo da vingança golpista por sua antiga militância no Movimento de Cultura Popular (Atas do Conselho Universitário 20ª sessão – 09/12/1964).

Apesar dos programas de intercâmbio contemplarem um número pequeno de casos, considerando o número de professores da UFPE matriculados em cursos de pós-graduação nesta mesma instituição, no Brasil e no mundo (UFPE, 1974, p. 176-780), o Conselho aprovou em 1965 uma resolução que favorecia a autonomia de decisão da instituição nestes casos:

> Ficou deliberado que a universidade pode, com base na sua autonomia, autorizar viagens dos professores contemplados com bolsas de estudo no exterior, para que se ausentem do país, desde que requeridas as licenças da Presidência da República, mesmo antes de sua publicação, considerando-se, sobretudo, o prejuízo que advém do demorado processamento (Atas do Conselho Universitário – 7 ª sessão – 06/04/65).

A autonomia foi decisiva até os anos 1970 para se antecipar ao possível veto quanto ao afastamento de professores em situação de perseguição política. Geralmente o governo demorava bastante para encaminhar processos como estes, dando, assim, tempo suficiente para que a administração universitária desse destino à solicitação de afastamento do professor. Ademais a "Comunidade de informações" dirigida pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) ainda estava longe de dispor da rede de órgãos, agentes e meios que possibilitaram o monstruoso sistema de vigilância montado nos anos de chumbo.

Assim, no ano de 1966 o Conselho aprovou uma resolução mais detalhada sobre o intercâmbio docente. O documento estabelecia que a autorização de asfaltamento estava condicionada à decisão exclusiva do Reitor e órgãos competentes com limite máximo de 4 anos. Este controle pela administração da licença para capacitação tanto poderia servir para contornar

a triagem política de professores quanto para perseguir ou prejudicar possíveis adversários da política acadêmica, independentemente de quais fossem suas posições políticas (Atas do Conselho Universitário – 7ª sessão - Extraordinária – 02/09/1966).

Talvez o cuidado com o processo de professores auto-exilados também possa ser inserido nestes usos resistentes do afastamento docente. Por exemplo, o caso do professor João Alexandre Barbosa, que deixa o Recife rumo a Brasília em 1965. Ao tratar do problema, o conselho o faz de modo bastante cuidadoso operando um processo de substituição do mesmo pelo companheiro dos tempos do suplemento cultural do *Jornal do Commércio* e da revista *Estudos Universitários*, o artista plástico Adão Pinheiro. Assim, caso o primeiro em algum momento decidisse retornar para o Recife, talvez a administração pudesse reverter o procedimento (o que não aconteceu, pois o crítico literário passou a trabalhar na UNB e, posteriormente, na USP, onde permaneceu até o fim de sua vida - Atas do Conselho Universitário – 16ª sessão – 23/08/1965).

Não faltaram exemplos contrários também de professores que tentaram impedir a mobilidade de colegas em situação de perseguição. A título de exemplo, quando a FCE publica portaria nomeando o Professor Germano de Vasconcelos Coelho (Parecer 48/66 – Processo – 9477/66), antigo diretor do MCP, os conselheiros Newton Sucupira (FAFIPE) e Palhares Moreira Reis (ICH) propõem de imediato um dispositivo condicionando a liberação do fluxo docente à autorização do Conselho, mediante o "envio de regimentos provisórios discriminando currículos com fins de controle". Apesar de ser um movimento simultâneo de centralização administrativa decorrente da reforma universitária, a proposição do dispositivo em reação à demanda do referido professor é bastante insidiosa (Atas do Conselho Universitário – 7ª sessão - Extraordinária – 02/09/1966).

No entanto, com o fortalecimento da "comunidade de informações" os fluxos da população universitária passaram a ser controlados de perto pela triagem política das Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESIs) e da Divisão de Segurança e Informações do MEC (DSI/MEC). Esta ação institucional bloqueou parcialmente a recrutamento e o afastamento de professores inculcados pela rede de espionagem como "subversivos" e "corruptos". No entanto, o trabalho dos espiões dos *campi* não estava livre das

diferentes resistências, negociações e linhas de fuga conjugadas pelos perseguidos e, às vezes, pela própria administração universitária, conforme análise presente no capítulo 1.

4.3.2 Homenagens e cooperação com o governo

Ao mesmo tempo em que os gestores da UR negociavam com o Estado ditatorial, também houve momentos de solidariedade pública com universitários alvos de repressão. Talvez a primeira tenha se motivado na renúncia do vice-reitor Newton Maia, momento no qual os conselheiros Sá Barreto (FCE) e Sérgio Loreto Filho (FDR) congratularam o antigo dirigente pela maneira que conduziu o conselho numa fase tão difícil e de modo especial pela sua conduta, que resguardou a universidade no período (UFPE – Atas do Conselho Universitário, 13ª sessão – 04/09/1964).

Na sessão de 20 de outubro de 1964, na qual estavam presentes vinte e um conselheiros, de um total de quarenta, o professor Fernando Menezes (EBAP) homenageou em nome de sua congregação o ex-reitor João Alfredo (EBAP) e os catedráticos Pelópidas Silveira (EEP), Newton Maia (professor Emérito – EEP) e Antônio Baltar (EEP); assim como, de forma pessoal, o ex-professor Paulo Freire, o Assistente Jomard Muniz de Brito e todos os demais colegas afastados por força do Ato Institucional.

Somaram-se à manifestação de solidariedade o conselheiro Nilo Pereira (FAFIP) - "ressaltando as atividades do professor e historiador Dr. Amaro Quintas"; os conselheiros Francisco Gondim (ESQ), Abgar Soriano (FDR), Lourival Vilanova (FDR), Arnaldo Caldas (Faculdade de Odontologia) e Hermínio Bulhões (diretor da Faculdade de Farmácia) que "solidarizando-se com os demais oradores, embora não tivessem docentes punidos em suas unidades, associando-se a homenagem em nome de suas congregações"; e, finalmente do conselheiro estudantil Aguinaldo Agra (DCE/UR), cujo discurso ressaltou a conquista de mais assentos para os discentes nos órgãos colegiados da UR no decorrer da gestão João Alfredo (1959-1964).

No final, o vice-reitor Jônio Pereira de Lemos associou-se àquela manifestação prestando tributo aos colegas expurgados pela dita "operação limpeza", na pessoa do "mestre e representante da congregação de sua Escola no Conselho", o professor Antonio Baltar, do qual leu a mensagem de defesa deste catedrático e que se encontra transcrita no primeiro capítulo deste trabalho. Estavam presentes, mas não se manifestaram, o reitor Murilo Guimarães e os conselheiros Gilberto Osório (FAFIP), Madre Lopes (FAFIRE), Romero Marques (FMR), Jorge Lobo (FMR), João Duarte Dias (FCE) e mais três conselheiros, cujas assinaturas estão

ilegíveis. No total, os nove conselheiros solidários representavam pouco mais de vinte por cento do número total de conselheiros (Atas do Conselho Universitário 17ª sessão – 23/10/1964).

No ano crítico de 1968, o Conselho se manifestou uma única vez contra a repressão dos estudantes. No dia 30 de janeiro, alguns meses antes da revolta estudantil marcada pela passeata dos cem mil, em junho no Rio de Janeiro, o conselheiro Antonio Varela (diretor e catedrático de Prótese e Traumatologia Máxilo-Faciais da Faculdade de Odontologia) propôs que fosse "aprovado um voto de protesto a ser encaminhado ao governador do Estado e às autoridades competentes, pela covarde agressão sofrida pelos vestibulandos da UFPE durante a realização de seu trote na última quinta-feira por parte da Polícia". O Conselheiro estudantil Virgílio Campos, presidente do Diretório Acadêmico de Direito da FDR, agradeceu à denúncia do Conselheiro da Faculdade de Odontologia e destacou que se comprovara a participação da polícia nos tumultos e depredações ocorridas.

Ao tomar a palavra, o conselheiro Gláucio Veiga, professor da FDR e Diretor do Instituto de Ciências Políticas e Sociais, declarou aos demais conselheiros presentes na casa: "estranho que tal protesto se faça muito tardiamente, pois vários professores desta universidade foram presos pela revolução de 31 de março, e na ocasião nenhum pronunciamento foi proferido por este Conselho. Portanto, este é um pronunciamento inglório e tardio". Motivo pelo qual se absteve do pleito proposto pelo catedrático de Odontologia. O Presidente do DA da FDR tentou convencer o mestre "afirmando nunca ser tarde para uma tomada de posição", assim como "o pronunciamento de protesto uma vez que realmente houve omissão por parte da Universidade". Neste sentido, recordou a tradição intelectual pernambucana, "que sempre foi vanguardeira nas lutas democráticas do país".

Antes da votação, o conselheiro Fernando Menezes (EBAP) afirmou que o colega estava mal informado, considerando o protesto do conselho no ano de 1964, contra a repressão de professores pelo governo. De imediato o professor Gláucio Veiga (Instituto de Ciências Políticas e Sociais) respondeu que não tomara conhecimento do episódio, pelo fato do protesto não ter sido divulgado nos jornais. A proposta foi aprovada com quatro abstenções[46].

A despeito dessas duas únicas manifestações de solidariedade com vítimas do regime militar, o corpo de dirigentes da UFPE, liderado então pelo reitor Murilo Guimarães, buscava aprofundar seu nível de relação com o governo, tentando paradoxalmente galgar mais autonomia no ambiente de exceção. Esta dinâmica corporativa se desenha paulatinamente pela

[46] Conselheiros Gláucio Veiga (FDR e Instituto de ciências políticas e sociais), Waldomiro Coutinho (Diretor da Faculdade de Farmácia), Washington Amorim (ESQ) e Francisco Gondim (ESQ - Atas do Conselho Universitário – 3 ª sessão extraordinária – 1968).

incorporação do Calendário cívico-militar institucionalizado pelas forças vitoriosas em 1964 por meio de datas comemorativas como o aniversário da revolução (31 de março), o dia do Exército (19 de abril), o dia do soldado (25 de agosto), a Independência do Brasil (7 de setembro), a proclamação da República (15 de novembro) e o dia da bandeira nacional (19 de novembro). Para dar conta dessa agenda ufanista os dirigentes dispuseram em 1971 do Centro de Educação em Problemas Brasileiros da UFPE implantando em conjunto com o ensino obrigatório das doutrinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Estudos de Problemas Brasileiros (EPB – *Jornal Universitário* – 1970, Abr., p. 10)[47].

No entanto, antes da instalação do Centro de EPB da UFPE, no decorrer da sexta sessão do Conselho Universitário do ano de 1965, o presidente leu para o plenário o telegrama da Diretoria de Ensino Superior do MEC que determinava a participação nas "comemorações do primeiro aniversário da Revolução de 31 de Março". Entrementes, o presidente do órgão deliberativo superior aproveitou o ensejo para anunciar que os trabalhos já estavam sendo desenvolvidos, inclusive, da publicação de uma matéria comemorativa na grande imprensa financiada pelo Conselho de Curadores. Da mesma maneira, recomendou aos dirigentes universitários presentes que se associassem às manifestações de louvor (Atas do Conselho Universitário – 6 ª sessão – 26/03/65).

Na ocasião, a professora Maria Mac Dowell sugeriu ao Reitor que pautasse o aniversário menos pelos valores nacionalistas do regime do que aqueles identificados com a cultura da região Nordeste do Brasil (SANTOS, 2012, p. 241). Neste sentido, a equipe gestora focou no principal alvo das denúncias anticomunistas contra UFPE em matéria intitulada: "RÁDIO UNVIERSIDADE IDENTIFICADA COM A CULTURA REGIONAL COMEMORA A REVOLUÇÃO":

> A Rádio Universidade do Recife, recentemente reestruturada e integrada nas legítimas aspirações e necessidades culturais, econômicas, políticas e científicas da região nordestina, também vem prestando o seu preito de homenagem à revolução democrática brasileira de 31 de março, com uma programação comemorativa da passagem do primeiro aniversário do movimento revolucionário que afastou do território nacional a ameaça que pairava de comunização do Brasil (*Diário de Pernambuco* – 03/04/1965, p. 16).

[47] Sobre o tema ver 4.5.

O texto que segue é um breve prospecto da *Rádio Universidade*, no geral desprovido de apologias políticas ao regime, embora o silêncio expresse menos uma oposição do que um consentimento. De outra forma, os usos da cultura regional como elemento simultâneo de contenção e de integração dos valores e dos conteúdos autoritário do regime, também, perpassaram a construção político e pedagógica do Seminário de Tropicologia, dos cursos de EPB, do CRUTAC, dentre outras iniciativas[48].

De outro modo, o diálogo direto com o regime possibilitou à direção da UFPE as reformas estatutárias e a troca de propriedades com o Ministério da Guerra (depois Ministério do Exército) para instalação da TVU. A permuta com a 7ª Região Militar e 7º D.I (Proc. 13.590/68 e anexos) se arrastou por anos. Na mesma lógica se deu a discussão em torno da construção do edifício da SUDENE na Cidade Universitária, nas imediações das construções primeiras da FMR e do "Esqueleto do Hospital das Clínicas", bem como da nova sede da Reitoria, concluída em 1971.

Não restam dúvidas que a primeira estação de TV universitária da América Latina (TVU) e a agência de desenvolvimento regional representaram conquistas estratégicas para a UFPE, aliás, inacessíveis àqueles que não desfrutavam de influência no governo. Em vista disso registra a ata: "outros órgãos também ofereceram terreno, mas a SUDENE optara pela UFPE". Estas trocas e relações efetuavam diferentes formas de legitimação, consenso, consentimento, dentre outras ações que contribuíam com a institucionalização do governo de exceção (Atas do Conselho Universitário – 19ª sessão – 13/10/1965; Atas do Conselho Universitário – 11ª sessão – 28/05/1966).

Quanto às homenagens oficias ao governo, conquanto escassas não encontravam dificuldades em lograr aprovação unânime pelo Conselho Universitário. Neste sentido, o órgão colegiado superior aprovou em agosto de 1965 a proposta da FCE de concessão de título de *Doutor Honoris Causa* ao Ministro do Planejamento, Roberto Campos. Já em agosto de 1966 o conselheiro Marcionilo Lins propôs o envio de congratulações ao Prof**.** Moniz Aragão pela sua investidura no cargo de Ministro da Educação e Cultura. Um ano depois, o parecer favorável do professor Henrique de Freire Barros, catedrático de Anatomia da Faculdade de Odontologia, autorizou a FMR a conceder o título de *Doutor Honoris Causa* para aquele professor e político, agora na qualidade de ex-ministro do MEC. É importante lembrar que Muniz Aragão era

[48] Ver seção 4

repudiado pela resistência universitária devido ao Decreto Aragão, Decreto-lei 228/1967, que alterava a dita Lei Suplicy, Lei 4464/64, tornando ainda mais severo o controle do movimento estudantil (Atas do Conselho Universitário – 15ª sessão– 13/08/1965; Atas do Conselho Universitário – 10ª sessão – 29/07/1966; 5ª sessão – 30/06/1967)[49].

Saudoso, o reitor Murilo Guimarães propôs com unanimidade em 1967 um voto de pesar pelo falecimento do Marechal Castelo Branco, em virtude dos "relevantes serviços ao país na chefia do movimento revolucionário e na presidência da República" (Atas do Conselho Universitário – - 11ª Ordinária – 19/07/1967). No decurso da campanha do professor Marcionilo Lins para reitoria em 1971, o presidente do Conselho acatou a solicitação do Diretório Central dos Estudantes (DCE) de conceder o título de *doutor honoris causa* ao titular do MEC, o Coronel Jarbas Passarinho.

Em vista disso, contrariou o parecer negativo do relator Dílson Rodrigues, diretor do Instituto de Geociências, uma vez que o título apenas podia ser indicado pelo reitor, pelo Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa ou Unidades Universitárias. Seguindo sugestão do relator, de que o pleito fosse proposto pelo presidente da casa, o reitor Murilo Guimarães argumentou ser legítima e procedente a proposição do DCE devido aos serviços prestados à causa do ensino superior, ao apoio integral à UFPE e ao mérito pessoal do militar e político. Como sempre, a proposta foi aprovada por unanimidade. Com toda intimidade o homenageado agradeceria por telegrama a outorga do título.Ainda em 1971 o reitor recém empossado Marcionilo Lins retribuiu sua nomeação com uma homenagem ao Comandante do IV Exército, o General Bina Machado e com a concessão do título de *doutor Honoris Causa* a Gilberto Freyre, que apoiara na ocasião o antigo catedrático de Bioquímica (Processo 40133/70, parecer nº 6/71 – Relator Conselheiro Higino Barbosa Lima – IFCH; Atas do Conselho Universitário 3ª sessão – 17/05/1971; Processo 52408/71; Atas do Conselho Universitário - 9 ª sessão – 16/11/1971).

Em dezembro de 1971, a cerimônia de consagração do diretor do Seminário de Tropicologia, realizada no Gabinete Português de Leitura, na Rua do Imperador, bairro de Santo Antônio, obedeceu a todo protocolo do rito universitário. Estavam presentes autoridades nacionais e internacionais, como o chanceler e o embaixador português, Mário Gibson Barbosa

[49] A lei previa punição de 30 dias para estudantes que não comparecessem sem justificativa às eleições para os diretórios acadêmicos, num contexto de entidades majoritariamente cooptadas e controladas por professores ligados à ditadura; suspensão ou dissolução de entidades que promovessem atividades ditas "político-partidários"; extinção de entidades estudantis nacionais e estaduais" (CUNHA, 2007, p. 59-62; MOTTA, 2014a, p. 61-64; Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/decreto-aragao-educacao; Acesso em: 28 out. 2017.

e José Manoel Fragoso. Ao entregar com suas próprias mãos o honroso título, o professor Marcionilo Lins, revestido com o capelo, declarou: "No uso das atribuições de Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, eu, Marcionilo de Barros Lins, imponho ao escritor Gilberto Freyre o grau de Doutor *Honoris Causa*". Após a execução do hino nacional, o homenageado se envolveu com a samara doutoral e retirou-se com a comitiva: "na mesma ordem, o cortejo do Reitor (com o novo doutor, embaixador, Ministro, Governador, Prefeito, Altos Comandos Militares, Reitores) e o cortejo de professores" (*Jornal Universitário* - Dez., 1971, p. 1-2).

Para além das autoridades políticas, o Conselho Universitário da UFPE possuía boas relações com representantes do regime autoritário português, o Estado Novo (133-1974). Deste modo, após a recepção do ministro dos negócios estrangeiros português, Rui Patrício, o mesmo enviaria um ofício agradecendo a maneira carinhosa como foi recebido nesta Universidade (Atas do Conselho Universitário 9 ª sessão – 16/11/1971; Processo UFPE 56428/71).Da mesma forma que em 1973, o conselho homenageou com a "Medalha Marquês de Olinda de Mérito" (criada especialmente para ocasião – UFPE - Resolução nº 2/73) o ministro da educação nacional de portugal, Dr. José Veiga Simão**,** presenteando-lhe na ocasião com um quadro de artista armorial e saudações do professor Ariano Suassuna da Escola de Belas Artes de Pernambuco. Ao discursar, o diretor do Departamento de Extensão Cultural da UFPE (DEC/UFPE) e idealizador do Movimento Armorial, sublinhou o empenho de "intensificar, cada vez mais, o intercâmbio cultural entre os dois países irmãos". Decerto, o objetivo dos eventos citados era fomentar a cooperação internacional entre a UFPE e instituições especializadas portuguesas, nada obstante este tipo de negócio se revestia de expressão e conteúdo político indireto de afirmação do regime autoritário lusitano e brasileiro (Atas do Conselho Universitário 4ª sessão extraordinária – 18/06/1973).

Às vezes os conselheiros disputavam em torno das proposições de homenagens, como se dera em 1974 quando o conselheiro Hilton Guedes Alcoforado, diretor da FDR, propôs voto de louvor ao Presidente Emílio Garrastazu Médici pela "brilhante administração no governo da República". Diante da proposta de seu opositor e concorrente, o reitor Marcionilo Lins apresentou como adendo que o voto de louvor fosse estendido ao Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, e ao Secretário Geral do MEC, o coronel Confúcio Pamplona, que "tanto contribuíram para o progresso de nossa universidade". Os conselheiros aprovaram as propostas por unanimidade. Assim como aprovaram por consenso o encaminhamento do conselheiro Arthur Coutinho (FMR) de enviar um telegrama parabenizando o Ministro da

Educação, o Dr. Ney Braga, pelo apoio à Universidade (Atas do Conselho Universitário 3ª sessão – 03/06/1974).

Toda esta dinâmica de conivência com o governo permitiu que a elite dirigente da instituição se portasse em algumas ocasiões excepcionais de forma discordante, por exemplo, os pronunciamentos no plenário ou em matérias jornalísticas contra a política recessiva e os cortes na educação do período Castelo Branco e Costa e Silva (Atas do Conselho Universitário – 9ª sessão extraordinária – UFPE, 1969, s/p). Ou mesmo de posições contrárias à reforma universitária acionadas pelos Decretos-Lei 53/1966, 252/1967 e Lei 5540/1968 apresentados pelo professor Luís Delgado em defesa do modelo tradicional vigente: "a reforma universitária que o decreto-lei nº 53 mandou fazer e o decreto-Lei 252 encareceu, parece-me artificiosa, cerebrina, sem bases claras nem firmes [...] ela traz em si um desígnio emboscado" (Atas do Conselho Universitário – 16 ª sessão extraordinária – 1967). No entanto, estas posições desapareceram depois do endurecimento do regime em 1968.

Os exemplos citados expõem as lutas internas que permeiam as relações de apoio, de acomodação e de oposição consentida estabelecida entre as elites acadêmicas e o governo. De fato, esta dinâmica não se encaixa perfeitamente no par tradicional resistência e adesão, moderados e duros, por vezes mesclando os pólos supostamente antípodas ou mesmo abstendo-se deles através de uma disposição indiferente, por vezes, inclassificável (CHARLE, 1995; ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010; MOTTA, 2014a). Dentre as modalidades coletivas de ação do corpo dirigente da universidade e do regime militar encontram-se a produção conjunta do calendário ditatorial, da propaganda, de eventos, de atividades, de programas, de equipamentos, de recursos humanos de homenagens, de títulos, enfim da política universitária, assim como a crítica interna aos atos de repressão, de contingenciamentos e de reformas. Longe do objetivo de fazer uma crônica política da época cheia de casos caricaturais e pitorescos ou mesmo de julgar antigos partidários do governo militar, a presente narrativa histórica visa entender como os regimes autoritários são produzidos e legitimados historicamente por diferentes corpos e práticas socioculturais e políticas que, mesmo violentas, extrapolam o uso exclusivo da repressão.

4.3.3 Conselheiros estudantes e o movimento estudantil

Conforme reforma proposta durante o reitorado de João Alfredo (1959-1964), o corpo discente da UFPE desfrutava em 1964 de três cadeiras no Conselho Universitário da UFPE,

sendo estes assentos reservados ao presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE – mandato de acordo com a duração do mandato deste órgão de representação estudantil), a um representantes do DCE eleito pelos estudantes (mandato de um ano e uma recondução) e a um estudante selecionado pelos presidentes dos Diretórios Acadêmicos (DAs - mandato de um ano e uma recondução). Este número é reduzido para dois representantes em 1969, sendo até hoje proporcionalmente inferior àquele estabelecido no Estatuto de 1962 (UFPE, 1965, p. 16; B.O./UFPE, nº 2 esp., de 23 de abril de 1975).

Entre 1964 e 1975 o Conselho Universitário utilizou variadas modalidades de ação política, disciplinar e normativa para manter lideranças governistas à frente dos órgãos oficiais do movimento estudantil. Esta tomada de posição coletiva, somada à repressão, evitou temporariamente que grupos de oposição se fortalecessem e reconquistassem a maioria dos órgãos de representação discente, apesar da permanência das forças de oposição em algumas entidades e da hegemonia reconquistada entre os anos de 1965 e 1969 e, depois, de 1975. Dentre as principais organizações de esquerda atuantes em Pernambuco estavam a Ação Popular (AP), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, a partir de 1968, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)[50], assim como outros grupos ligados à luta armada (SILVA 2002; MACHADO, 2008; RIDENTI, 2010; FERREIRA, 2014a).

Para além da posição política do Conselho, que quase sempre quando provocado se posicionou coletivamente favorável ao regime, tratava-se de, estrategicamente, promover quadros estudantis de direita e controlar o movimento estudantil de oposição, de tal modo, assegurando uma relação amistosa e integrada ao governo autoritário. Além dos interesses políticos, institucionais e pessoais, estas trocas desiguais tinham em vista também controlar a repressão e a intervenção ditatorial na dinâmica de (re)produção universitária.

A maioria das pesquisas consultadas sobre o movimento estudantil corroboram com a memória oficial da abertura e da resistência que oblitera parcialmente a relação pessoal e institucional entre dirigentes estudantis golpistas e o governo ditatorial. A adesão de professores dirigentes e de lideranças estudantis conservadoras participou da dinâmica de institucionalização e de consentimento do governo ditatorial. Entretanto, as forças estudantis sintonizadas com o *status quo* tiveram dificuldades de permanecer à frente dos órgãos de representação para além dos ciclos repressivos e do apoio civil e militar dos anos críticos. De

[50] Segundo o historiador Maicon Ferreira, no final dos anos 1960, o PCBR conquista a hegemonia do movimento estudantil nas principais capitais e metrópoles do Nordeste do Brasil. Em Pernambuco os principais núcleos estavam entre os estudantes secundaristas, a UEP, os DAs e DCEs da UCP e da UFPE (FDR, Faculdade de Arquitetura, Escola de Geologia e EEP – 2014, p. 99-110).

toda forma, ocuparam na época uma posição relevante no jogo de legitimação do projeto ditatorial e da elite universitária, como se tenta demonstrar adiante.

Para os representantes das organizações estudantis, das mais variadas posições políticas, os anos de militância representaram um momento único de notoriedade pública nos meios de comunicação e círculos de poder. Daí conceber seus principais quadros como aspirantes de uma elite acadêmica, pelo menos os estudantes conselheiros aqui considerados. Conforme segue adiante, a relação entre o Conselho e os órgãos de representação estudantil se pautou principalmente por ações de apoio aos grupos governistas (de centro e de direita) e de repressão ao movimento de oposição (de centro e de esquerda).

Em 1964, os três assentos estudantis do Conselho Universitário eram ocupados por José Carlos Vasconcelos (presidentes do DCE e aluno da FCE), Aguinaldo Agra (presidente do DCE gestão 1958-59, presidente do DA da FDR e representante dos DAs no Conselho) e um terceiro aluno representante do DCE que não aparece nas fontes consultadas[51]. Inicialmente vistos como "direitistas", os dois representantes discente haviam assumido, desde 1963, uma posição de parceria e de solidariedade com os grupos ditos de esquerda, como o Serviço de Extensão Cultural e o Movimento de Cultura Popular (MCP).

Esta disposição se manteve após o golpe de Estado, como revela um discurso proferido pelo conselheiro estudante Aguinaldo Agra, durante a posse do professor Murilo Guimarães, em agosto de 1964, publicado insidiosamente pelo *Diário de Pernambuco* com o título "DEFENDEU A UNE**"**.

> Não se pode pretender Universidade sem a atuação do corpo discente, e este só se realiza através de suas associações – Diretórios, UEEs, DCEs e a UNE.
>
> Com fundamento em alguns erros do passado não se pode pretender extinguir a UNE. Esta não é simplesmente uma sigla, nem um bloco de cimento, é uma conquista da classe estudantil, representa mesmo um ideal de luta.
>
> Erros existiram e sempre os combatemos – extirpem-se os erros – mas não a fechem: não pretendam solapar nem fazer curvar-se a liberdade e a consciência soberana dos estudantes que têm na UNE, uma bandeira de luta.
>
> Se há três anos dirigentes lhe deram orientação errada, não se pode esquecer que a UNE, também, já foi trincheira no combate ao Fascismo, em 1942, e pela redemocratização, lutando contra a ditadura estadonovista em 1945. Neste momento, deve-se permitir que ela novamente contribua para o desenvolvimento da pátria e que continue participando na consolidação da democracia brasileira [...].

[51] Ver ANEXO A – Presidentes do DCE da UR/UFPE (1946 – 1975)

> Finalmente em nome dos estudantes da Universidade do Recife agradeço aos doutores João Alfredo da Costa Lima e Newton da Silva Maia, tudo que de bom fizeram pelos estudantes de Pernambuco. (23/08/1964, p. 15)[52]

Após anunciar a eleição do DCE, o presidente do Conselho Universitário citou a "extinção da UNE e a Lei 4.464/64 que modificava os órgãos representativos estudantis". Na ocasião, o professor Murilo Guimarães evitou entrar nos pormenores daquela que ficou conhecida como a Lei Suplicy.

Consciente das implicações coercitivas da Lei 4.464/64, o conselheiro discente, Aguinaldo Agra, fez uma breve defesa da UNE e propôs eleições conforme o Estatuto da UR em vigor. O plenário não apenas rejeitou a proposta, como antecipou as eleições para o dia seguinte, da mesma maneira que reformulou de imediato o código, conforme o referido dispositivo e as emendas dos conselheiros Antonio Figueiredo Lima (Catedrático de Engenharia Sanitária da EEP) e Gilberto Osório de Andrade (FAFIPE). Pela pressa é de se admitir que o órgão deliberativo já possuía o nome de um novo presidente para o DCE, sintonizado com a gestão acadêmica e com o governo golpista (Atas do Conselho Universitário 19ª sessão – 30/11/1964).

Por aquelas noites no Cabana - "boteco no Parque Treze de Maio onde os estudantes de direito discutiam o sexo dos anjos e política" – o presidente do DA da FDR, velho frequentador das páginas sociais dos jornais locais, desabafou para os amigos:

> – Para mim está tudo acabado. Termino este ano, volto para Paraíba e não quero mais saber disso. Eu gosto mesmo é de voto, da disputa, aquele voto secreto entrando na urna, a gente olha frente a frente indivíduo e não descobre a quem ele beneficiou. É uma beleza (*Diário de Pernambuco* – 04/08/1977, p. A-11).

Ainda em dezembro de 1964, o Conselho apresentou os novos representantes discentes no órgão: Djair de Barros Lima (presidente do DCE e aluno de Economia. Futuro professor, diretor e chefe da AESI/UFPE), Dílson Siqueira Magalhães (representante do DCE e aluno de

[52]Ver também: Atas do Conselho Universitário da UFPE - Sessão solene – 22/08/1964.

Odontologia) e Guilherme Pereira de Albuquerque (representante dos DAs e aluno da Faculdade de Arquitetura)[53].

O novo presidente do DCE que ocupava até então a função de interventor da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), declarou no dia da posse: "Sobre política no meio universitário faço questão de frisar que sempre fui um discípulo da escola independente, que se impôs entre os universitários pernambucanos pelo nosso ex-presidente Marco Antonio Maciel" (*Diário de Pernambuco* - 13/12/1964, p. 13). Tal mestre dera lições de independência conquistando sucessivos espaços nos órgãos de representação estudantil com recursos do complexo político e empresarial formado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), assim como diversos mandatos no poder legislativo e executivo pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do governo ditatorial (DREIFUSS, 1981).

Parte dos dirigentes já sabia que os novos representantes discentes provinham dos grupos de direita chamados de "Vanguarda Independente Reformista" e "Estudantes Democratas". Para ascensão destas forças no movimento estudantil fora decisivo o auxílio do aparato repressivo, da Lei Suplicy, da grande mídia, de políticos e de empresários envolvidos com a conspiração. Num só golpe a gestão da UFPE se livrou de setores esquerdistas e mobilizou a direita discente (Atas do Conselho Universitário 20ª sessão – 09/12/1964; SILVA, 2002).

Apesar da aliança com o governo ditatorial, os "estudantes democratas" e "reformistas" criticavam publicamente a "Lei Suplicy", cujos efeitos afastaram lideranças e fecharam organizações ligadas aos mesmos. Por outro lado, não faltaram ocasiões nas quais reivindicou-se a aplicação da mesma contra seus adversários políticos. O então presidente do DCE/UR defendia, neste sentido, a importância de combater a subversão, a corrupção e os estudantes profissionais, ao mesmo tempo que criticava a extinção da UNE e da Lei 4.464/64. A própria UEP da qual se tornara interventor publicou panfletos contrários à Lei Suplicy, pondo em prática, por motivações divergentes, o encaminhamento do XXVII Congresso da UNE, realizado em julho de 1965 em São Paulo. Já o "estudante democrata", Carlos Artur Andrade, ligado às escolas do Sistema S, criticou publicamente a extinção da "União pernambucana dos estudantes primários e particulares", da qual era presidente. Também reafirmou nos jornais a

[53] Chapa Vanguarda Independente Reformista (VIR): Presidente, Djair de Barros Lima (FCE/UR); Vice-presidente, Jarbas Souza (EBAP/UR); 1º Secretário, Marcelo José Lavra (Faculdade Farmácia da UR); 2º Secretário, Eni Maria Ribeiro (Escola de Enfermagem da UR); Tesoureiro, Francisco Castelo Branco Rebouças (ESQ/UR – *Diário de Pernambuco*, 13/12/1964, p. 13).

adesão ao governo militar, ao mesmo tempo em que lamentava o fim dos órgãos assaltados dos ditos "comunistas" (SILVA, 2002).

De toda forma, os jovens golpistas seguiam ao lado do regime, aliás, tendo publicado o DCE da UR e da UCP nota comemorativa do primeiro aniversário da "revolução". Um ano depois da experiência de gestão no DCE/UR (1964-1965), o já egresso Djair de Barros Lima, desta vez à frente do Departamento estudantil da ARENA, escreve com o companheiro de partido, Carlos Frederico Canavarro, uma carta pública para o futuro presidente Marechal Costa e Silva. No documento elogiam o governo e expõem suas angústias quanto à Lei Suplicy, aos cortes na educação e à prisão de estudantes (SILVA, 2002).

Para além da intervenção institucional no movimento estudantil, os grupos defensores do *status quo* também esbarraram na resistência de esquerda cujas entidades permaneceram funcionando conforme o novo figurino ou na ilegalidade. Por exemplo as Uniões Estaduais reconquistadas pelas esquerdas no Rio Grande do Norte, Pernambuco, Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Bahia, dentre outros estados. A UNE também seguiu organizando na clandestinidade congressos regionais e nacionais até pelo menos 1973 (CRUZ, 2012; MACHADO, 2008; MÜLLER, 2010).

De volta ao plenário da UFPE, uma circular enviada pelo Conselho exigia o envio dos estatutos reformados dos DAs até o dia 20 de maio, em conformidade com o calendário nacional das organizações estudantis disposto pelo Decreto 56241, de 1965 ("Regulamenta a Lei 4.464"): "para aprovação pelo Conselho Universitário e remessa ao Conselho Federal de Educação, sob pena de destituição do diretor e intervenção no órgão" (Atas do Conselho Universitário – 9 ª sessão – 11/05/65).

Dias depois, o professor Fernando Meneses (EBAP), presidente da Comissão de Regimentos, apresentou os documentos adaptados dos seguintes Diretórios Acadêmicos: Faculdade de Direito do Recife, Escola de Engenharia de Pernambuco, Faculdade de Medicina do Recife, Escola de Belas Artes de Pernambuco, Faculdade de Filosofia de Pernambuco, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Arquitetura, Escola de Enfermagem, Escola de Geologia, Curso de Nutrição, Curso Superior de Administração Pública, Curso de Biblioteconomia e Documentação (Atas do Conselho Universitário – 11ª sessão – 28/05/1965).

Meses mais tarde, a reforma do estatuto do DCE obedeceu, do mesmo modo, ao parecer do professor Nelson da Costa Carvalho (Diretor do Instituto de Pesquisas Econômicas, Políticas e Sociais da FCE/UFPE) e à emenda do professor Palhares Moreira Reis (ICH/UFPE), que tornava inelegíveis alunos concluintes, reprovados, incorridos em pena disciplinar de suspensão

e calouros de qualquer curso (Atas do Conselho Universitário – 13ª sessão – 09/07/1965). Estes critérios contribuíram para exclusão de importantes militantes estudantis de esquerda que, amiúde, eram alvos de diferentes formas de perseguição escolar e policial.

Ao mesmo tempo em que se debruçava na montagem dos órgãos oficiais de representação estudantil, o Conselho intervinha nas entidades resistentes. Tal qual o caso do DA da EEP, velha trincheira da UR que permaneceu na oposição nos momentos mais duros da ditadura. Diante de uma posição marcada por protestos, assembleias e greves estudantis, o órgão estudantil passou por suspensão ainda em 1964.

Passado um ano o Conselho debateu o "Relatório da Comissão de Intervenção no DA da EEP" (UR - Processo 6254/65), chegando, finalmente, ao impasse se o mesmo deveria ser encaminhado para o CFE, conforme sugerira o parecer da Procuradoria da UR em obediência ao artigo 21 da Lei Suplicy (UR - Resolução Nº 6/1965), ou se poderia ser julgado pelos próprios dirigentes universitários. Apoiados numa interpretação própria da legislação, o Conselho optou por não enviar o caso para o CFE. Não se tratava apenas de evitar punições mais duras para os estudantes, mas de manter a discrição para evitar intervenção do governo e problemas para elite acadêmica.

Durante o segundo semestre de 1965, o DA da EBAPE também sofreu intervenção e, mais uma vez, o DA da EEP. Normalmente desconfiado do movimento estudantil, o Comandante da 7ª Região Militar, o General Antonio Carlos Muricy enviou um oficio para o conselho universitário no qual solicitava abertura de inquérito e fechamento do órgão de representação estudantil (Ofício nº 862-E2; MACHADO, 2008).

Em resposta à medida disciplinar, os estudantes boicotaram a eleição para o DCE, realizada em dezembro de 1965. Na ocasião, o professor responsável pelo escrutínio, o diretor de Expediente Escolar da UFPE e militante da ARENA, Invancir Castro, recordava que a eleição estava perdida, pois o Regimento exigia maioria absoluta dos votos. Após consultar a Lei 4.464/64 os conselheiros Gilberto Osório (FAFIPE), Palhares Moreira Reis (ICH) e Francisco Gondim (ESQ) encaminharam uma proposta de emenda do Regimento do DCE. A reforma do texto que já havia sido reformado pelo próprio Conselho legitimava a eleição do novo presidente do DCE, o estudante de química Gilson Maia Fonseca, candidato do presidente do DCE, Djair de Barros Lima. Na proposição da emenda lia-se:

> O Conselho Universitário, tomando conhecimento da ata dos trabalhos das eleições de 1º do corrente, para o DCE e das impugnações que foram nela registradas, resolve: 1º) Declara insubsistente o art. 17º do Regimento do

> DCE, por exorbitado disposto o § 1º Art. 5º da Lei 4464 de 9 de novembro de 1964; 2º) Proclamar eleitos os candidatos que, no mencionado pleito de 1º corrente, obtiveram o maior número de votos, nos termos do referido § 1º do Art. 5º da Lei 4464.

A resolução foi aprovada por unanimidade e abstenção do presidente do DCE/UFPE, Djair de Barros Lima (aluno da FCE), "exclusivamente por ser participante da referida eleição e não por discordar do seu parecer, transformado em proposta". Após defesa do Reitor, o plenário refutou por unanimidade o processo enviado pelo DA de Odontologia que solicitava a impugnação das eleições do DCE (UFPE – 19047/65). A postura silenciosa do professor Murilo Guimarães talvez fizesse parte de uma estratégia do conselho de preservar o dirigente maior da universidade do descontentamento da oposição e do próprio governo militar.

Para se resguardar de futuros protestos, os conselheiros Francisco Gondim (ESQ), Nilo Pereira (FAFIP), Abgar Soriano (FDR), Adalberto Canha (FAFIP), Arnaldo Caldas (Faculdade de Odontologia), Ivan Loureiro (EEP), Geraldo Muniz (Instituto de Ciências da Terra), Marcionilo Lins (Instituto de Bioquímica) e Palhares Moreira Reis (ICH) ajudaram o professor Gilberto Osório (FAFIPE) a redigir e aprovar por unanimidade uma resolução que proibia aquele sem falta com as obrigações eleitorais estudantis de prestar exames escolares. Um informe lembrava, outrossim, que os DAs da EEP e EBAP permaneciam interditados e sob Inquérito Policial Militar (IPMs) para averiguação (Atas do Conselho Universitário – 24ª sessão – 07/12/1965; Atas do Conselho Universitário – 25ª sessão – 14/12/1965).

Ainda no início de 1966, o órgão superior deliberativo julgou o primeiro caso referente à resolução redigida pelo catedrático de geografia. Tratava-se de dois alunos da Escola de Geologia da UFPE, Luís da Costa Silva e Vitorino de Souza, que tiveram a matrícula negada pela suposta ausência nas eleições para DAs e DCE. Não por acaso a unidade de ensino era um reconhecido espaço de mobilização do PCBR, fato que talvez motivara o processo, uma vez que os estudantes possuíam documentos comprobatórios de participação na aula de matemática e na prova de topografia.

Em vista disso a Escola solicitou oficialmente a suspensão da sanção (Processo - 72/66), ao que se opôs o plenário conforme propostas dos conselheiros Francisco Gondim (ESQ) e Fernando Menezes (EBAP) de aguardar o parecer do CFE. Por conseguinte, o professor Marcionilo Lins (FMR) propôs que o processo fosse redistribuído para Comissão Disciplinar, diante dos protestos do professor Washington Amorim (ESQ), presidente da comissão. Sem

consenso o Conselho apenas deferiria a solicitação da Escola de Geologia meses depois (Atas do Conselho Universitário – 11ª sessão – 11/02/1966; 25/02/1966; 04/03/1966).

Na passagem de 1965 para 1966 a decisão quanto à suspensão de lideranças e entidades estudantis é delegada à Congregação das Escolas, Faculdades e Institutos. Se por um lado a suspensão resultava na ingerência direta no movimento estudantil não alinhado, de outra forma cumpria um modo de ação coletiva que evitou, nos anos 1960 e 1970, punições disciplinares mais duras, como a expulsão ou mesmo o flagelo dos aparelhos de repressão. Em contrapartida, esse tipo de ação coletiva enfraquecia a resistência estudantil organizada, do mesmo modo que contribuía com a legitimação do Estado autoritário.

Com este propósito as autoridades acadêmicas mantiveram canais permanentes de comunicação sigilosa e pública com os órgãos e os agentes de vigilância e de repressão[54]. Estas diferentes modalidades de adesão e de acomodação marcadas por gestos ambíguos de participação, de indiferença, de negociação e de oposição interna por frações da elite universitária podem ser encontradas em todo Brasil como revelam os trabalhos sobre universidade e ditadura de José Cruz (2012),de Rodrigo Motta (2014a) e de Gabriel Lima (2015).

Nesta perspectiva o reitor Murilo Guimarães comunicou aos membros do Conselho Universitário, em abril de 1966, que o Comandante da 7ª Região Militar enviara um novo ofício solicitando providências sobre os supostos atos irregulares praticados pelo DA da Escola de Engenharia (Processo 6.150/66). Encerrada a leitura do documento, o presidente solicitou à Comissão Disciplinar e à administração da EEP da UFPE a apuração das responsabilidades, sempre invocando a Lei 4.464/64.

Em resposta o diretor da Escola relatou que a congregação já acolhera a denúncia e que decidira suspender por tempo indeterminados as atividades do DA da EEP (Processo UFPE - 8.126/66). Aliás informou que fora advertido pelo Comando da 7ª Região Militar da possível assembleia e da ameaça de prisão dos alunos caso não fossem tomadas as devidas providências. Este QG militar também indagara a administração da escola sobre o responsável pela autorização da assembleia, os estudantes envolvidos, as medidas adotadas para impedí-la, as

[54] Parte dos documentos referentes a esta interlocução velada se encontra presente no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Anexo II, acervo do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE). Entretanto o autor não teve autorização para acessar a documentação conforme o cronograma de pesquisa estabelecido pela presente pesquisa de doutorado, uma vez que o referido acervo se encontrava interditado desde 2014. Tal suspensão motivou-se num programa de digitalização do acervo que, embora necessário, comprometeu uma série de pesquisas impulsionadas pelos trabalhos da Comissão Nacional de Verdade (Lei 12528/2011). Para solução do problema, o autor tentou, sem sucesso, entrar em contato com a direção do arquivo por meio de telefone, e-mail e visita técnica sem nunca ter sido recebido ou respondido pelo mesmo.

providências disciplinares tomadas para punir os responsáveis, e, finalmente, as condições escolares de manter a disciplina e o princípio de autoridade com o corpo discente.

No oficio EEP/UFP – Ofício 234/ 1966, o gestor respondeu que a assembleia acontecera sem a autorização da gestão e fora dos recintos da Escola. Também manifestara sua total desaprovação de atividades estudantis ditas irregulares e de todo seu empenho para evitá-las, assegurando, assim, o princípio de autoridade. Entretanto, como não foram identificados os responsáveis, o gestor se dissera impedido de tomar qualquer medida disciplinar, uma vez que a legislação não previa punições coletivas.

Finalmente o professor Ivan Loureiro (EEP) reafirmou a capacidade de sua Congregação de manter a disciplina, conforme encaminhamentos de suspensão do DA apresentados ao Conselho e demais "medidas disciplinares que por ventura devessem ser aplicadas". Ao suspender por quatro meses o órgão estudantil (até 15/08/1966), conforme informou numa sessão posterior, a congregação da EEP cerceou a resistência estudantil, ao mesmo tempo que evitava de responsabilizá-los disciplinarmente ou de entregá-los aos tentáculos da repressão (Atas do Conselho Universitário – 7ª sessão – 29/04/1966; Atas do Conselho Universitário – 10ª sessão – 29/07/1966).

No entanto, enquanto os gestores intervinham na ação organizada de entidades resistentes, estimulavam, por outro lado, a mobilização de estudantes aliados ou indiferentes à ditadura. Assim, em setembro de 1966 o Reitor informou ao Conselho de uma Assembleia de estudantes autorizada pelo MEC da qual participara a reitoria e onde "tudo realizou-se na mais perfeita ordem" (Atas do Conselho Universitário – 12ª sessão – 30/09/1966).

Além do mais, concederam auxílio político nos processos eleitorais e orçamentário às entidades e lideranças governistas. Por exemplo, durante a 2ª e 3ª sessão do ano de 1965 o Conselho Universitário da UR debateu e aprovou o Plano de aplicação do DCE – Recursos 1965 – proposto pelo presidente do DCE, Djair de Barros Lima, no valor de Cr$ 2.400.000. A autorização destes planos dependia do poder discricionário da administração universitária que em determinadas situações não hesitou em rejeitar os mesmos e tomá-los como justificativa para intervenção do DCE e dos diretórios acadêmicos de oposição em 1969 (Atas do Conselho Universitário - 2ª sessão ordinária – 04/02/1965; 3ª sessão – 19/02/1965; 2 ª sessão extraordinária – 20/01/1969).

De volta às ruas, a resistência estudantil se mobilizou em torno das eleições de DAs e DCE de 1966, para as quais exigiam voto direto e sinalizavam para realização de assembleias. As reivindicações se justificavam no fato de que o CFE ainda não havia aprovado os estatutos reformados pelo Conselho. Frente ao recrudescimento discente, o reitor Murilo Guimarães

advertia o corpo gestor: “Vale salientar, que nesta hipótese, cabe aos Diretores manter a disciplina nas suas respectivas unidades, pois assim estatui a lei Suplicy, proibindo taxativamente a realização de ditas assembleias”(Atas do Conselho Universitário – 8ª sessão – extraordinária – 14/10/1966).

Naquele momento os estudantes perderam uma cadeira no órgão superior deliberativo, conforme proposta dos conselheiros Gilberto Osório e Palhares Moreiras Reis, que estabelecia como representantes o presidente do DCE e um segundo estudante eleito pelo DCE. Não há registros de protesto dos conselheiros estudantis “democratas” Gilson Maia Fonseca, presidente do DCE e estudante da ESQ, e José Laureano, estudante e dirigente do DA da Faculdade de Odontologia (Atas do Conselho Universitário – 8ª sessão – extraordinária – 14/10/1966).

Posturas como esta colaboraram com o enfraquecimento das lideranças estudantis anticomunistas que sofreram grande derrota nas eleições de 1966. Parte deste malogro se explica pela reorganização da resistência e pelo arrefecimento do ciclo repressivo iniciado em 1964. Além do mais, a Lei Suplicy dificultou a renovação dos quadros conservadores, especialmente no contexto político de retomada da luta de rua.

Diante da derrota eminente, o conselheiro estudantil José Laureano tentou adiar as eleições. Todavia não alcançou o resultado esperado, tão somente conquistando o apoio dos seus mestres da Escola de Odontologia, Antonio Varela e Henrique Freire de Barros (UFPE – Processo – 24.005/66). Assim, o Conselho manteve o cronograma eleitoral e sinalizou para posse da nova direção do DCE, dirigida pelo estudante de engenharia e membro do PCB, José Oto de Oliveira (1966-1967).

Insatisfeitos os estudantes ditos “democratas” não hesitaram em utilizar a Lei Suplicy, à qual se diziam publicamente contrários, para impugnar as candidaturas dos concorrentes. Dentre os processos registrados nas atas do Conselho Universitário se encontram o de Edgar Alves de Aragão contra Carlos Alberto Cavalcanti, ambos estudantes de geologia; de Reinaldo Gueiros de Oliveira contra José Oto de Oliveira, ambos de engenharia; e de Manoel de Britto contra colegas da FDR. Todos os processos foram indeferidos pelo Conselho (Atas do Conselho Universitário – 13ª sessão – 27/10/1966).

Quanto ao anode1967, distingue-se pelos protestos dos estudantes excedentes, pela reivindicação por assistência estudantil (especialmente restaurante e moradia universitária) e pela retomada da resistência mais ampla contra a ditadura. A melancólica despedida do *campus* urbano rumo àquele da cidade universitária, conviveu com sucessivos acampamentos,

ocupações, greves, protestos e com outras manifestações que tomavam as ruas do centro da cidade.

A questão dos excedentes era fruto da demanda crescente por vagas no ensino superior e da consequente superlotação. O estudante excedente era aquele que tendo alcançado a nota necessária à aprovação nos "concursos de habilitação", exames não classificatórios realizados por Escola, Faculdade e Instituto, não podia se matricular devido ao limite de vagas estabelecido. Normalmente eram concorrentes dos cursos de Direito, Engenharia e Medicina. De tal modo que entre 1967 e 1969 os dirigentes universitários se apropriaram da pauta dos excedentes e voltaram a reformular as organizações estudantis conforme novos dispositivos do governo ditatorial.

O problema dos estudantes excedentes foi tratado pela administração universitária no bojo das negociações contra os cortes no orçamento da educação e da reforma do ensino superior. Na maioria dos casos funcionavam como engodo para atrair os futuros universitários, posto que as Atas do Conselho apenas registram um episódio de solução administrativa do problema com a disponibilização de apenas 5 vagas. Por outro lado, o processo judiciário, neste caso, se mostrou um caminho válido para aqueles que podiam pagar por advogados.

Quanto às reformulações dos órgãos de representação estudantil, seguiu entre 1967 e 1968 o figurino do Decreto-lei 228, de 28 de fevereiro e 1967, que reformulava a Lei 4.464/64. Aquele que ficou conhecido como Decreto Aragão, em referência ao ministro da educação e da cultura Raymundo Muniz Aragão (1966-1967), reorganizava os órgãos de representação estudantil, tornando mais duras suas regras. Ao passo que previa penas disciplinares de maior duração (30 dias); eleição indireta para o DCE (por representantes dos DAs); controle da gestão financeira do movimento estudantil pela direção e administração universitária; responsabilização dos professores dirigentes, assim como suspensão e dissolução de entidades que descumprissem as normas estabelecidas; criação da Conferência Nacional dos Estudantes Universitários no lugar do antigo Diretório Nacional do Estudante, ambos para substituir a UNE (CUNHA, 2007a; MOTTA, 2014a)[55].

Em janeiro de 1968 o professor Palhares Moreira Reis, responsável na época por acompanhar os órgãos de representação estudantil da UFPE, e o conselheiro estudantil e presidente do DA da FDR, Virgílio Campos, apresentaram o novo Regimento do DCE conforme o Decreto Aragão. Dentre os pontos apresentados ao plenário estavam as eleições

[55] Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/decreto-aragao-educacao; Acesso em: 28 out. 2017.

controladas pela reitoria e o repasse de 10% dos recursos dos DAs para o DCE (Atas do Conselho Universitário da UFPE – 02/01/1968).

Resistentes ao Decreto Aragão e ao Decreto-Lei 477/69, os DAs e o DCE da UFPE foram dissolvidos e indiciados criminalmente entre os anos de 1968 e 1969. Apenas em 1970 as eleições dos órgãos de representação estudantil são retomadas pela reitoria e lideranças estudantis simpáticas e integradas ao governo ditatorial. Como a responsabilidade de intervir nos DAs pertencia desde 1966 às Congregações das Escolas, Faculdades e Institutos, ao Conselho coube reprimir o DCE e ratificar as ações disciplinares das unidades de ensino e de pesquisa.

Vivia-se então o período mais autoritário e repressivo da ditadura com a publicação do Ato Institucional nº 5 que fechou o Congresso e deu poderes absolutos ao governo de intervir nos demais poderes e esferas administrativas, assim como cassar os direitos políticos, confiscar bens e suspender o direito a *habeas-corpus*. Outrossim o Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, dispunha sobre infração disciplinar de estudantes, técnicos-administrativos e alunos envolvidos com diferentes modalidades de ação política. Dentro das penas estavam previstas a demissão, a expulsão e o impedimento de contratação e matrícula por 3 e 5 anos respectivamente. Entre 1969 e 1974 milhares de universitários foram processados, do quais 245 foram efetivamente punidos com base no 477. Dada a complexidade do procedimento jurídico do qual muitos terminaram escapando, o dito "AI-5 das universidades" funcionou, sobretudo, como instrumento de terrorismo político da comunidade acadêmica (ROSAS, 1992; CUNHA, 2007; MOTTA, 2014a; BRAYNER; BARBOSA, 2017)[56].

No dia primeiro de janeiro de 1969 os estudantes da UFPE protestaram contra a dissolução do DA da Faculdade de Farmácia ante um plenário empedernido (Atas do Conselho Universitário da UFPE – 1 ª sessão extraordinária – 01/01/1969). Durante a segunda sessão do ano de 1969, após oposição estudantil e de alguns conselheiros docentes quanto à instalação do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária da Pernambuco (CRUTAC-PE), o reitor Murilo Guimarães contra-atacou indagando os representantes estudantis, Carmem Chaves e Marcos Aguiar Burle (ambos alunos da FMR e companheiros de Chapa do Estudante Candido Pinto que seria metralhado à luz do dia, nas ruas do Recife, no mesmo ano), sobre o uso pretensamente indevido dos recursos dos "Trotes de Vestibular". Insatisfeito com a resposta dos alunos o "Presidente diz que resta à universidade instaurar inquérito e apresentar denúncia

[56] Ver 1.1. Sobre o Decreto-lei consultar também: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/decreto-lei-n-477; Acesso em 14 nov. 2017.

à polícia sobre o caso". Indagado pelos demais dirigentes sobre como proceder em situações correlatas, adverte:

> não podem controlar os estudantes na rua, mas aconselhá-los que as manifestações podem ocasionar prejuízos para eles próprios e à universidade, suas consequências decorrentes da repressão policial. Bem como tomar as providências para que não sejam realizados nas escolas (Atas do Conselho Universitário – 2 ª sessão extraordinária – 20/01/1969)

Em seguida, o Reitor e o professor Newton Sucupira entram numa longa discussão política com o conselheiro estudantil Marcos Aguiar Burle (FMR). Naquele contexto crítico de repressão, o clima entre a gestão e o movimento estudantil de oposição se deteriorara, sobretudo, após a ocupação da Reitoria e o confinamento do reitor por quase um dia relatado no capítulo 1. Com a temperatura cada vez mais alta, o presidente do Conselho invocou os dispositivos repressivos para finalizar a discussão devido à suposta "exposição doutrinária", uma vez que "a lei proíbe manifestações político-partidárias no ambiente da universidade".

Sem perder o ensejo, o conselheiro Marcionilo Lins (Instituto de Bioquímica) propõe, com a abstenção dos Conselheiros Manuel Borba e Adônis Carvalho (FMR):

> Dar especial atenção para o que prescrevem os artigos 11 e 12 do Decreto 228/67, devendo em decorrência, os diretores proibirem passeatas que saiam do recinto das Faculdades, confecção, neste mesmo local, de cartazes e faixas que tratem de assuntos políticos, ou censurem autoridades, aconselhando os estudantes e, se necessário, comunicando aos órgãos responsáveis pela manutenção da ordem ou decisão dos estudantes contrária às determinações da diretoria (Atas do Conselho Universitário – 2 ª sessão extraordinária – 20/01/1969)

De forma teatral a sessão é encerrada com convocação das eleições e aprovação do novo estatuo do DCE da UFPE. Porém não haveria eleição para órgãos estudantis naquele ano. Na sessão seguinte o DCE é interditado e assim permaneceu até o ano de 1970. Ao interventor, o conselheiro Nelson da Costa Carvalho (Diretor da FCE), cumpria apurar as supostas irregularidades no fluxo de caixa da entidade. Em junho, o ofício do Ministério da Justiça sentenciava que os recursos obtidos pelos DAs, como taxas de trote (inscrição de vestibular),

estavam sendo supostamente aplicados em atividades subversivas (Atas do Conselho Universitário – 11/02/1969; 16/06/69).

Precipitada pelo documento do Ministério da Justiça, a Comissão de Sindicância chegou à mesma conclusão, encaminhando, em seguida, o relatório para apuração de autoridade policial competente. Durante a apresentação do relatório, o conselheiro Marcionilo Lins (Instituto de Nutrição) advertiu que era urgente se proteger desse tipo de situação, tendo em vista a chegada do vestibular.

Na onda de repressão o diretor da EEP convida os colegas a visitar a exposição que marcava novo momento político da escola: "vem modificar a ideia que se tinha da Escola de Engenharia, antigamente conhecida como palco de agitações da Universidade". Havia pouco o mesmo gestor indiciara pelo Decreto-Lei 477/69 todo os estudantes da unidade por um dia de paralisação estudantil. Apesar da absolvição posterior, o chamado AI-5 das universidades aterrorizava a estudantada (Atas do Conselho Universitário – 14 ª extraordinária – 17/10/1969).

Sem quadros para concorrer às eleições os DAs da EBAP e do Instituto de Letras são suspensos em agosto de 1969 (Atas do Conselho Universitário – 11ª sessão extraordinária – 18/08/1969). No geral, os DAs da UFPE permaneceram fechados até 1970 através de um arranjo jurídico do Decreto Aragão, do AI-5 e do Decreto-lei 477/69, como revela um documento expedido pelo professor Arnóbio Marques da Gama, diretor da EEP:

> Ação conjunta da direção e da reitoria para "exercício da verdadeira democracia [...] austeridade, dignidade, elevação moral e realizações conscientes e honestas" o contrário da atitude estudantil que optou por "voltar aos antigos processos demagógicos, distorcendo fatos e falseando a verdade para atingir inconfessáveis objetivos e promover agitação". (MACHADO, 2008, p. 100-101)

Neste sentido o referido dirigente defende o uso de "todos os meios legais para impedir que se implante a indisciplina e a baderna no recinto da Escola e manter o princípio da autoridade". Tal clima propiciou que nos anos de 1970 e 1971 as eleições do DCE ocorressem com chapa única. Conforme descreve os jornais da época: "Na história do movimento estudantil, esta é a primeira vez que apenas uma chapa concorre aos postos chaves do DCE. O desinteresse foi tal que alguns diretórios acadêmicos não participaram da escolha dos novos dirigentes" (Atas do Conselho Universitário 3ª sessão – 17/05/1971; *Diário de Pernambuco* – 07/05/1970, p. 3).

Com novo formato as eleições estudantis passaram a ser indiretas e realizadas na sala do Conselho Universitário. As chapas inscreviam-se em editais da Divisão de Expediente Escolar e depois no Departamento de Assuntos Estudantis, órgão subordinado à Pró-reitoria de Assuntos Comunitários. Entre 1969 e 1971 a Divisão de Expediente Escolar era dirigida pelo antigo presidente do DCE (1964-1965) e professor da FCE, Djair de Barros Lima. Talvez na época o professor já desempenhasse atividade sigilosa relacionada à futura Assessoria Especial de Segurança e Informação da UFPE (AESI/UFPE), para qual seria capacitado em curso na EsNI em 1972 (MANSAN, 2016). Pouco depois se tornaria também chefe de gabinete do reitor Marcionilo Lins.

Em 1971 a supervisão das eleições estudantis estava sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, que era dirigida entre 1972 e 1975 pelo professor e policial Armando Samico. Com todos os dispositivos jurídicos de endurecimento da ditadura (Decreto Aragão, AI-5 e 466/69) e organismos de segurança e informação funcionando, aliás, acrescidos na UFPE de espiões e de agentes de repressão no primeiro escalão da Reitoria, os processos disciplinares e de intervenção nos órgãos de representação do movimento estudantil praticamente desapareceram das Atas dos Conselhos nos anos 1970. A maioria das forças de esquerda também optaram por não participar dos novos órgãos oficiais. É nesse vácuo que os estudantes defensores do *status quo* retomam o DCE e os DAs da UFPE e de todo Brasil.

Sem condições de confrontos diretos, os estudantes que permaneceram no movimento estudantil optaram por táticas de resistência lateral por meio de ações culturais e artísticas (MÜLLER, 2010.). Outra parcela da estudantada ingressou nas vanguardas revolucionárias contra a à ditadura (RIDENTI, 2010). Dentre as principais organizações atuantes no Nordeste do Brasil e em Pernambuco estavam em ordem de importância: o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a Aliança Libertadora Nacional (ALN), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Ação Popular (AP) e grupos trotskistas (RIDENTI, 2010; MÜLLER, 2010; FERREIRA, 2012).

Enquanto isso a gestão DCE/UFPE se encontrava sob a presidência de estudantes partidários do governo: José Romero de Souto Souza[57] (1970-1971) – Farmácia; José Paulo

[57] Chapa igualmente formada pelos estudantes, Samuel Barbosa de Queiroz Filho (FCE - vice), Guido Galvão Vasconcelos (Biociências) e Abelardo Augusto Rodrigues (FDR).

Novaes[58] (1971-1972) – Odontologia; Sebastião Silva Casé – Farmácia[59] (1972-1973); Paulo Fernando de Barros Lima[60] (1973-1974) – Farmácia; Elson de Albuquerque Maranhão[61] (1974-1975) – Administração (*Diário de Pernambuco* – 25/05/1975, p. 8). A presença, outrora tênue, de dirigentes estudantes das unidades de saúde, especialmente, Farmácia, Odontologia e Bioquímica, são indícios da influência do reitor Marcionilo Lins e de outros aliados adesistas do campo médico, especialmente, o Pró-reitor de Assunto Comunitário, Armando Samico.

Enquanto os presidentes do DCE assumem a posição de militantes do governo ditatorial, os demais membros da chapa ocuparam uma posição mais silenciosa que denota uma outra dinâmica de recrutamento, de mobilização e de posição política. Talvez os quadros de menor visibilidade fossem igualmente ocupados por estudantes de posições políticas moderadas que se acomodaram àquelas chapas lideradas por estudantes conservadores pelos mais diversos motivos inclusive para fins de resistência interna.

Por outro lado, é importante considerar que a escolha e a composição dos representantes de turma, dos DAs e dos DCEs, em tempos de forte intervenção no movimento estudantil e de boicote das esquerdas, não se explica exclusivamente pela militância conservadora. No meio do turbilhão de interesses a mobilização se motivava, amiúde, na participação em programas acadêmicos de bolsas (ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil – todos controlados diretamente pela direção universitária através de órgãos como a Pró-reitoria de Assuntos Comunitários, a Pró-reitoria de Pesquisa, unidades de ensino e pesquisa, cursos de pós-graduação, etc.), na pressão de professores/as, orientadores/as, familiares e amigos/as (principalmente a igreja e o trabalho) e também na defesa dos demais colegas de cursos. Pois devido às difíceis condições de elegibilidade, nem todos estavam habilitados ao pleito, como observa uma reportagem sobre a eleição de 1971, que embora esclarecedora desvie o foco, igualmente, importante da repressão política:

> Comenta-se nos círculos estudantis que um dos motivos principais da falta de mais candidatos para concorrer ao pleito deve-se à exigência feitas ao estudante interessado, tais como: não ser repetente, nem dependente em alguma matéria; não ter obtido média inferior a cinco nas disciplinas; e não

[58] Chapa – Vice-presidente - Osmar Urias Novais (presidente do DA da Faculdade de Farmácia); 1º secretário – Frederico C. de Andrade (presidente do DA do Instituto de Biociências); 2º secretário – Mauro Fonseca Filho (FDR).
[59] Chapa – Vice-presidente: Lupérico Xavier Verçosa; 1º secretário – Odil de Azevedo Dantas; 2º Secretário – João Geraldo de Araújo; Tesoureiro – Eugenilda Maria de Macedo Lima (*Diário de Pernambuco* – 29/06/1972, p. 11).
[60] Chapa: 1º Secretario – José Delcídio Pereira Junior (*Diário de Pernambuco* – 07/06/1973, p. 2).
[61] Não foram encontradas informações sobre a referida Chapa.

> ter sofrido qualquer pena disciplinar (*Diário de Pernambuco* – 06/05/1971, p. 3)

De todo modo, é importante reafirmar que as lideranças com assento no órgão colegiado de gestão universitária tomavam normalmente posições de adesão pública à reitoria e ao governo militar. A própria rede de corpos e discursos universitários oficiais tende a se impor à teia de agenciamento mais ampla do regime, pois é aquela que de forma mais imediata mobiliza os órgãos de representação estudantil e seus militantes. Deste modo, o discurso de posse do presidente Sebastião Casé (DCE 1972-1973), sob os votos de confiança do reitor Marcionilo Lins, é bastante exemplar: "ontem, greves, anarquias e tumultos. Hoje, entendimentos, compreensão e amizade. É renovação preconizada pelo governo" (*Diário de Pernambuco* – 28/06/1972, p. 6).

Esta mobilização fez agência das bandeiras do regime, sobretudo no que concerne à política universitária e seus agentes. Daí por exemplo, a já citada proposta no Conselho Universitário de conceder o título de *doutor honoris causa* ao Ministro da Educação e Cultura Coronel Jarbas Passarinho (Atas do Conselho Universitário 3ª sessão – 17/05/1971). Em agosto do mesmo ano outro membro do DCE, o estudante da FCE, Samuel Barbosa de Queiroz Filho prestou homenagem ao CRUTAC e à sua coordenadora, a professora Haidée Teixeira, enaltecendo o programa de interiorização da universidade com a Zona da Mata Sul do estado (Atas do Conselho Universitário 7ª sessão – 20/08/1971). Homenagens que seguem na pauta da gestão de 1972-1973 ao programa e à equipe do programa de estágios, mobilidade discente e interiorização da universidade.

Recompensava-se este tipo de militância de todas as formas, por exemplo, o presidente do DCE na gestão de 1970 e 1971, aparece como monitor dos vestibulares do ano 1972, mesmo ano no qual é aprovado para o curso de mestrado em Bioquímica – criado pelo professor e então reitor Marcionilo Barros Lins quando passa a representar os estudantes de pós-graduação (*Diário de Pernambuco* - 10/01/1971, p. 7; 07/01/72, p. 3; 01/11/72, p. 7). Talvez a maior inspiração para os jovens adeptos do governo ditatorial fosse o professor Djair de Barros, que de presidente do DCE passou a ocupar a posição de professor da FCE, Divisão de Expediente Escolar e, finalmente, chefe de gabinete do reitor Marcionilo Lins, ao mesmo tempo em que, provavelmente, espionava a comunidade universitária à frente da ASI/UFPE.

Entretanto alguns destes dirigentes hastearam outras bandeiras ditatoriais, extrapolando a pauta da universidade. Desta maneira, o presidente do DCE, José Romero Souza (1970-1971), subscreve em 1971 um abaixo-assinado em defesa do psiquiatra Lamartine Holanda Junior,

acusado de envolvimento com torturas[62]. Subscrevem igualmente o documento autoridades civise militares ligadas a ADESG tais quais os professores universitários: Luiz Amorim (Diretor da Faculdade de Veterinária da UFRPE), Mário Neves Batista (Diretor da FDR) e Gustavo Cintra Passhaus (FDR).

Tais posições colaboraram para que o movimento estudantil conservador cedesse espaço para reorganização das forças de esquerda em meados dos anos 1970. Este movimento de recrudescimento da oposição discente faz parte de uma ampla conjuntura de esmorecimento da luta armada e de reorganização do movimento estudantil de oposição em todo Brasil. Aos poucos são retomadas as greves, as assembleias, os impressos, as denúncias públicas de prisões e torturas.

Na UFPE os estudantes de oposição vencem as eleições para gestão do DCE no ano de 1976, mesmo contexto de reorganização do DCE livre da USP. Dentre as principais lideranças da UFPE, os estudantes de medicina, Humberto Costa e Jarbas Barbosa, de filosofia e ciências humanas, Cajá (Edival Nunes da Silva) e Alzira, além das lideranças de artes, arquitetura e comunicação, Orlando Mindelo (Atas do Conselho Universitário - 04/02/1965; 19/02/1965; 20/01/1969;11/02/1969; 17/10/1969; 01/12/1969; MACHADO, 2008; MULLER, 2010)[63].

As posições clássicas de esquerda e direita pareceram melhor definidas no âmbito do movimento estudantil onde diversas tendências se confrontavam oficialmente e clandestinamente pelo pivô das entidades representativas do alunado (oficiais, independentes e clandestinas). Neste sentido estas organizações foram alvejadas por diferentes atos de repressão (administrativo, jurídico e criminal) e de mobilização em favor do governo. Esta última modalidade era mediada inicialmente por lideranças conservadoras do corpo discente e por dirigentes universitários aderidos e integrados ao governo, sendo, depois, institucionalizada por meio dos órgãos de assuntos estudantis (divisões, direções, departamentos, Pró-reitorias e outros órgãos).

Embora as posições políticas sejam mais claras no âmbito do movimento estudantil, o exame destas disputas e das relações travadas entre estudantes e o Estado autoritário extrapolam a chave explicativa repressão e resistência. Esta conclusão se fundamenta tanto na participação

[62]Sobre o médico e membro da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) afirmaria o Conselho Regional de Medicina de Pernambuco: "Segundo relatos históricos, o psiquiatra era responsável por avaliar se o preso ainda tinha condições de ser submetido à tortura". Disponível em: http://cremepe.org.br/2008/11/13/alepe-nega-homenagem-a-lamartine/; Acesso em: 04 nov. 2017.

[63] Ver também entrevistas com Edval Nunes Silva (Cajá) no projeto Marcas da Memória (2011).

de quadros e entidades sem posições políticas definidas, quanto nas diferentes formas de mobilização e de outros meios de resistência e de produção de consenso e consentimentos

4.4 VIDA PÚBLICA E POLÍTICA ACADÊMICA EM TEMPOS DE DITADURA

Alguns professores universitários ocuparam cargos nos mais variados escalões e níveis da administração pública do governo ditatorial. Para além da estrita política acadêmica esta modalidade de ação exigia por vezes um compartilhamento de valores e de cumplicidade com as diferentes lideranças e grupos que compunham o governo. Nesta teia de corpos e sentidos, o leque de diferentes posições políticas se complementava mutuamente na dinâmica de produção de legitimação e de consenso ditatorial.

Apesar da permanência e das atualizações desse tipo de engajamento, o exercício concomitante da vida política e universitária se tornou cada vez mais difícil ao longo das décadas. Em ambos os casos, este fenômeno associa-se à constituição de campos relativamente autônomos com suas populações, culturas, normas, hierarquias e outros fluxos. Para a universidade mostrou-se decisiva a lenta profissionalização do magistério superior e as novas funções que emergem da reforma universitária: ensino, pesquisa, extensão, gestão e demais atribuições da universidade na segunda metade do século XX.

O recrutamento de professores para compor os mais variados escalões e níveis da administração estatal é bastante elucidativo no que concerne à produção e legitimação da universidade e do regime militar e suas respectivas institucionalidades. Deste modo, dos seis ministros efetivos que ocuparam o Ministério da Educação e Cultura (MEC) entre os anos de 1964 e 1975, metade eram professores universitários: Flávio Suplicy de Lacerda (1964-1966 – Universidade do Paraná), Raimundo Muniz Aragão (1966 - UFRJ), Tarso Dutra (1967 – UFRJ) [64] . Esta lógica se reproduz nas demais seções ministeriais, especialmente, no Departamento de Assunto Universitários (DAU/MEC) que foi, aliás, dirigido entre 1969 e 1971 pelo professor da UFPE Newton Sucupira.

Membros do *staff* docente superior estiveram à frente, igualmente, de autarquias federais. Por exemplo, o Instituto de Açúcar e do Álcool (IAA)[65], ao qual o governo confiara a

[64] Ministro Pedro Aleixo (1966), político; Ministro Jarbas Gonçalves Passarinho (1969-1974), militar e político; Ministro Ney Braga (1974-1978), militar e político. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/institucional/galeria-de-ministros; Acesso em: 22 nov. 2017.

[65] Órgão de subsídio a agroindústria canavieira, criado pelo presidente Vargas em 1930, e extinto em 1992. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-do-acucar-e-do-alcool-iaa; Acesso em: 19 nov. 2017.

direção ao professor, político e empresário Paulo Maciel (1964-1966), antigo diretor do IJNPS e do Banco de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (BANDEPE). O catedrático da FCE deixou o IAA para exercer mandato de deputado federal (1967-1971). Pelo visto não conseguiu se reeleger, depois disputando sem sucesso as prévias da ARENA de 1974 (enquanto candidato do político e empresário Cid Sampaio), que resultou na escolha de Moura Cavalcanti para o governo de Pernambuco. No ano seguinte, 1975, o professor Paulo Maciel encabeçou a lista sêxtupla de candidatos a reitor da UFPE, pela qual seria nomeado no mesmo ano. Além de outros quadros, o futuro reitor contava na universidade com colaboração de seu irmão, o professor Carlos Frederico Maciel (FAFIPE e IJNPS) e do seu primo, o político Marcos Maciel[66].

A "candidata a reitor-interventor da UR" da Cruzada Democrática Feminina (CDF) e do sociólogo Gilberto Freyre, a professora Maria do Carmo Tavares de Miranda (EBAP) ocupou, também, em 1964 o Departamento de Recursos Humanos da SUDENE [67] (DRH/SUDENE - *Diário de Pernambuco* - 03/05/1964, p. 4). Quatro meses depois seria substituída pelo também professor Fernando Mota (FCE), que em 1967 seria nomeado superintendente do órgão. Também passaram pela DRH/SUDENE os professores Sá Barreto (Faculdade de Administração da UFPE), em 1967, e Gilberto Osório (FAFIPE), entre 1969 e1974 (*Diário de Pernambuco*, 06/01/1967, p. 5; 10/12/1969, p. 4).

Numa esfera administrativa superior, o presidente Castelo Branco convidara em 1966 o reitor Murilo Guimarães para se tornar ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), órgão de cúpula do judiciário. A ideia era homenagear a escola jurídica da UFPE e ao mesmo tempo contemplar uma importante base de apoio do regime. Apesar da lisonja, o Reitor recusou o convite, o qual se estendeu para os professores Torquato Castro, Lourival Vilanova e Luiz Delgado. Todos os três rejeitaram, da mesma maneira, a proposta. Em carta pública ao presidente, o Diretor da FDR, o professor Lourival Vilanova agradecia a honraria ao mesmo tempo em que justificava a decisão pela dedicação à cátedra universitária. O episódio mostra a confiança depositada pelo grupo castelista na elite intelectual e política do estado e talvez sugira

[66] 1940 – FDR (1963). O antigo presidente do DCE (1961-1963) e da UEP (1963-1964) liderava então o movimento estudantil golpista e contava na universidade e no Estado com apoio dos primos Paulo Maciel (IAA; FCE/UR) e Carlos Frederico do Rego Maciel (FAFIPE; IJPS). Daí em diante exerceria vários mandatos pela ARENA: deputado estadual (1967-1971); deputado federal (1971-1979); presidente da câmara dos deputados do Brasil (1977-1979) e governador interventor (1979-1982 - 05/04/1964, p. 3/ 14/06/1964, p. 3). Disponível em http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marco-antonio-de-oliveira-maciel-1; Acesso em: 20 nov. 2017.

[67] Entidade criada em 1959 com fins de desenvolvimento da região Nordeste do Brasil. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-do-nordeste-sudene; Acesso em 19 nov. 2017.

o desconforto inicial desta elite togada diante do fechamento imposto a cada novo Ato Institucional. Até aquele dezembro de 1966 os militares haviam publicado quatro atos institucionais, aliás, revogando à constituição de 1946 (*Diário de Pernambuco* - 01/12/66, p. 3).

Outra forma muito comum consistia na participação em conselhos deliberativos do governo. Talvez o mais conhecido deles seja o do professor Newton Sucupira que na qualidade de membro do Conselho Federal de Educação (CFE) ganhou notoriedade pela resolução que formalizava os cursos de pós-graduação no Brasil (Parecer CFE – nº 977/65 – também conhecido como "Parecer Sucupira") e pela liderança da reforma universitária (Grupo de Trabalho de Reforma Universitária - GRTU – Decreto 62.937 de 2 de julho de 1968 – ROSAS, 1992; CUNHA, 2007a; MOTTA, 2014a).

É bastante elucidativa neste sentido a homenagem prestada em 2014 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo governo democrático de esquerda da presidente Dilma Roussef (2011-2016), por meio da criação do sistema digital de Pós-Graduação denominado de "Plataforma Sucupira". O dito "Marco histórico da CAPES" com patronímico homenageando o principal intelectual da política de educação superior ditatorial sugere inicialmente a incompreensão histórica dos cientistas e dos dirigentes universitários brasileiros. Entretanto o episódio deve ser igualmente apreendido como um traço da cultura política universitária de neutralidade científica. Ao mesmo tempo o tributo participa das disputas de memória cujos efeitos da redemocratização e da própria instituição ofuscam a participação contínua de professores universitários na construção da ditadura militar no Brasil entre os anos de 1964 e 1985[68]. Monumentos como este são fundamentais para embaralhar essa memória incômoda de participação dos mais diferentes estratos e grupos sociais na montagem dos regimes autoritários do século XX.

Nesta mesma lógica dos órgãos colegiados, o Marechal Castelo Branco nomeou em fevereiro de 1967 para o Conselho Federal de Cultura (Decreto-Lei nº 74, de 21 de novembro de 1966) os seguintes membros: Adonias Filho, Afonso Arinos, Ariano Suassuna, Armando Schnoor, Arthur Reis, Augusto Meyer, Cassiano Ricardo, Clarival Valladares, Djacir Lima Menezes, Gilberto Freyre, Gustavo Corção, Hélio Viana, João Guimarães Rosa, José Cândido

[68] A homenagem seguira as sugestões do então presidente da CAPES, da reitora da UFRN e do técnico responsável, respectivamente os professores/as Jorge Almeida Guimarães, Ângela Maria Paiva e Lívio Amaral. A plataforma é um importante banco de dados com fins de análise e avaliação do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG). Disponível em: http://www.capes.gov.br/36-noticias/5506-capes-e-ufrn-assinam-termo-de-cooperacao-para-criacao-da-plataforma-sucupira; http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira; Acesso em: 21 nov. 2017.

de Andrade Muricy, Josué Montello, D. Marcos Barbosa, Manuel Diegues Junior, Moysés Vellinho, Otávio de Faria, Pedro Calmon, Rachel de Queiroz, Raymundo de Castro Maia, Roberto Burle Marx, Rodrigo Mello Franco (CALABRE, 2006). O fórum sem maiores poderes e com nomes insuspeitos contava com a participação de dois membros da comunidade acadêmica da UFPE, os professores Ariano Suassuna (EBAPE) e Gilberto Freyre (Seminário de Tropicologia). Entretanto, ao que parece, o segundo intelectual se dedicou menos ao fórum nacional do que ao conselho estadual no qual perfilava como presidente.

Do ponto de vista regional, o recrutamento se arraiga pelos demais escalões do poder público. Ademais, no estado de Pernambuco, o encerramento da ordem constitucional em 1964, curiosamente conduziu ao governo do estado e à prefeitura da capital os dois substitutos legais em exercício: o governador Paulo Guerra[69] e o prefeito Augusto Lucena[70]. Ambos faziam oposição aos gestores depostos (pois na época elegia-se o titular e o vice em pleitos separados), o governador Miguel Arraes e o Prefeito Pelópidas Silveira, e participaram ativamente da conspiração e do golpe civil e militar.

Após o golpe, o governador Paulo Guerra e o prefeito Augusto Lucena nomearam como seus respectivos chefes de gabinete os jornalistas Edson e Edmir Régis. O segundo se tornou também diretor do Serviço de Extensão Cultural da UR (SEC/UR), por ocasião da prisão de Paulo Freire e sua equipe. Naquele momento assumiu a missão de "limpar" do "comunismo" o órgão. Em 1965 passou a direção do mesmo, que então já se chamava Departamento de Extensão Cultural (DEC/UFPE) ao professor Newton Sucupira. Exerceu também a função de Diretor da Imprensa Universitária (1966) e de deputado estadual pela ARENA (1967-1971). Neste intervalo, o irmão Edson Régis permaneceu na chefia de gabinete do governador até julho de 1966, quando foi vitimado pelo atentado à bomba do Aeroporto dos Guararapes, ao lado de outros membros da recepção ao então Ministro da Guerra e candidato a ditador, General Costa e Silva (*Diário de Pernambuco* – 05/04/1964, p. 3; 03/01/1971, p. 16; SANTOS, 2007). O governador Paulo Guerra contava ainda com o professor Mário Lacerda de Melo[71] (FAFIPE),

[69] 1916-1977 – Deputado pela Assembleia Nacional Constituinte (1946 - PSD); Deputado Federal - PE (1946-1955 - PSD); Vice-governador (1963-1964 - PR); Governador (1964-1967 – PR/ARENA); Senador – PE (1971-1977 - ARENA). Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-pessoa-guerra; Acesso em 17 nov. 2017.

[70] 1916-1995 – FDR (1944); Deputado estadual – PE (1955 – PSP; 1958 – PSP; 1962 – PDC); Vice-prefeito do Recife (1963 – PDC); Prefeito do Recife (1964 – 1968 – PDS/ARENA; 1971-1975 – ARENA); Deputado Federal (1970 – ARENA; 1978 - 1982 – ARENA). Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=346; Acesso em 17 nov. 2017.

[71] 1913-2004 – FDR (1935); UR (1950); Companhia de Desenvolvimento de Pernambuco – COMPER (1966). Disponível em:

na Secretaria da Agricultura (1964-1965) e com o estudante egresso Marcos Antônio Maciel, como Assistente interino.

Durante o expurgo político de 1964 o Conselho Estadual de Educação de Pernambuco (CEEP) é recomposto majoritariamente por professores superiores simpáticos ao movimento militar e civil. De tal modo, tomaram posse no Santa Isabel: o presidente do Conselho, Gilberto Osório (FAFIPE), o vice-presidente, José Cavalcanti de Sá Barreto (FCE), Estevão Pinto[72] (ICH), José Antônio Gonçalves de Melo (ICH), Maria do Carmo Tavares de Miranda (EBAP), Lourival Vilanova (FDR), Carlos Frederico do Rego Maciel (FAFIPE) e Itamar de Abreu Vasconcelos (UCP).

Naquela noite o professor Gilberto Osório saudou autoridades e os "tempos de tão alta significação para a vida nacional". Assim enfatizou o que chamou de "resgate democrático" da "educação verdadeiramente nacional" ante a "obstinada tarefa de deterioração e subversão do país", do "sistema totalitário chinês, cubano e soviético", "da traiçoeira emboscada da subversão", dentre outras representações do anticomunismo em tempos de Guerra Fria. Em seu desfecho conclamou os ouvintes ao "combate" contra a "implantação comunista no Brasil" (*Diário de Pernambuco* - 12/05/1964, p. 5; 14/05/1964, p. 2;3).

Nomeados pelo prefeito, os conselheiros possuíam mandatos de seis anos com possibilidade de uma renovação. Tais regras contribuíram para que o grupo inicial permanecesse por mais de uma década sob a presidência do professor Gilberto Osório (1964-1975). Naquele instante o catedrático de geografia se dividia entre a participação efetiva no Seminário de Tropicologia (1966-1973; 1975-1986), o Conselho Universitário e, a partir de 1969, a DRH/SUDENE. Em 1975 o CEEP passa a ser dirigido pelo Professor de estatística da UFPE Antônio Carolino Gonçalves (ICH), companheiro de Osório no Órgão de Altos Estudos da UFPE (1966; 1970-1971 - *Diário de Pernambuco* - 17/05/1968, p. 6; 05/09/69, p. 5; 13/09/69, p. 24; CUNHA;GASPAR;SILVA, s/d, s/p[73]).

Em âmbito estadual, o diretor do dito Seminário Tannenbaum-Recife, Gilberto Freyre, presidiu o Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco, criado em 1967. Os mandatos e a nomeação dos nove conselheiros obedeciam às mesmas regras do Conselho Municipal de

http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=883%3Amario-lacerda-de-melo&catid=48%3Aletra-m&Itemid=1; Acesso em: 17 nov. 2017.

[72] 1895-1968. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=882%3Aestevao-pinto&catid=40%3Aletra-e&Itemid=1; Acesso em: 17 nov. 2017.

[73] Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/images/stories/banners/EM_TORNO_DO_SEMINARIO_HISTORIA_E_BIBLIOGRAFIA.pdf; Acesso em 21 nov. 2017.

Educação. Além do sociólogo, o governador Nilo Coelho (1967-1971) nomeou o professor Luís Delgado (FDR), na qualidade vice-presidente, o escritor Mauro Mota (IJNPS), o professor Nilo Pereira (FAFIPE), o professor José Antonio Gonçalves de Melo (FAFIPE/ICH), o jornalista Flávio Guerra, o artista plástico Francisco Brennand, o professor Ariano Suassuna (EBAP) e o musicista Cussi de Almeida (*Diário de Pernambuco* – 18/07/1967, p. 8; 27/09/1967, p. 24).

Enquanto os mestres da UFPE estiveram praticamente ausentes do secretariado do prefeito Geraldo Magalhães de Melo (1969-1971), por outro lado houve uma participação expressiva na gestão do Governador Nilo Coelho (1967-1971). Dentre os titulares estavam: o professor da FCE/UFPE e procurador da UFPE, Nildo Carneiro Leão - Secretaria do Governo; o professor Nelson Saldanha (FAFIPE/UCP) - para Secretaria da Casa Civil, substituído no mesmo ano pelo jornalista da UFPE, Edmir Régis; o catedrático de Economia Política da FCE/UFPE, Orlando Morais - Secretaria de Administração e depois Tribunal de Contas do Estado (TCU); o professor assistente da Cátedra de Direito Comercial, Roberto Magalhães[74], anos mais tarde substituído pelo catedrático de português da FAFIPE, José Vilanova. Por conseguinte, o professor e político Roberto Magalhães se tornou vice-governador de Marcos Maciel (1979-1982) pela ARENA. Após o fim do bipartidarismo elegeu-se, ademais, governador pelo Partido Democrático Social (PDS – 1983-1986 – *Diário de Pernambuco* – 15/01/1967, p. 24; 29/01/1967, p. 1; 02/02/1967, p. 1; 01/09/1967, p. 3).

Entre 1971 e 1975 o político Augusto Lucena volta a assumir a capital, no tempo em que Eraldo Gueiros se torna governador do estado. Embora nenhum professor tenha sido recrutado para o primeiro escalão do município, o mesmo indicou o empresário Sebastião da Holanda Cavalcanti, diretor da TVU e representante empresarial no Conselho Universitário da UFPE, para Direção de Transportes da Prefeitura Municipal do Recife (*Diário de Pernambuco* - 08/01/1971, p. 5). Ao passo que a participação na equipe de Eraldo Gueiros agregou os professores: Arnaldo Barbalho (Titular de Termodinâmica da antiga EEP/UFPE e da Escola Politécnica da FESP) – Secretaria de Coordenação; Clécio Lemos – Secretaria de Administração (Faculdade de Administração - FESP); Fernando Figueira (Titular de Pediatria da Faculdade de Medicina da UFPE). Este último disputou sem sucesso uma vaga da lista sêxtupla para reitor no ano de 1971 (*Diário de Pernambuco* – 16/01/1967, p.1;6-7).

[74] 1933 – FDR/UFPJ (1957); Sobrinho do ex-governador Agamenon Magalhães (1951-1952) e irmão do deputado Luís Magalhães Melo (1951-1958; 1963-1967; 1971-1975) e do prefeito Geraldo Magalhães (1969-1970). Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-magalhaes-melo-1; Acesso em: 20 nov. 2017.

Para o governo Moura Cavalcanti (1975-1979) foram convocados para as secretarias estaduais os docentes superiores: Fernando Menezes (professor de jornalismo da UCP – Serviço de Imprensa de Pernambuco), Gilberto de Souza (Egresso da ESG – professor de economia da UCP – Secretário da Agricultura), Gustavo Krause (sobrinho da primeira dama do estado e professor titular do curso de administração da UCP – Secretaria da Fazenda) e José Jorge (Professor de estatística da UFPE e da UCP – Secretaria de Educação). Como membros majoritários da Universidade Católica de Pernambuco (UCP), a maioria deste secretariado logo trocou definitivamente o magistério superior pela política profissional (16/03/1975, p. 12).

No âmbito da gestão municipal de Antonio Farias (1975-1979), apenas o professor e escritor Ariano Suassuna (antiga EBAP da UFPE) figura como Secretário de Educação e Cultura. Ademais o secretário nomeou para o Conselho estadual de educação e cultura o professor e ex-reitor Murilo Guimarães[75] (presidente do Conselho), assim como intelectuais e artistas ligados ao movimento armorial: o historiador José Césio Regueira Costa, o escritor Raimundo Carreiro (DEC/UFPE), o escritor José Luiz Delgado, o pintor Gilvan Samico, o musicista José Madureira e o poeta Marcus Acioli (DEC/UFPE). Ao mesmo tempo Sebastião Holanda assumiu a presidência do Mobral-Recife. Assim, o prefeito esperava que a inteligência Armorial projetasse mais uma vez o Recife "à altura dos seus dois grandes movimentos anteriores: a Escola do Recife e o Movimento Regionalista" (*Diário de Pernambuco* – 30/04/1975, p. 2; 08/05/1975, p. 3).

Semelhante modalidade de ação política exigia uma dedicação quase integral, tornando-a por vezes incompatível com o exercício exclusivo da docência e da direção universitária. Daí a presença marcante de professores superiores de prestígio e categoria funcional inferior e intermediária ou o licenciamento das funções docentes para dedicação efetiva à vida pública. Em alguns casos se observou, igualmente, uma migração definitiva para o campo político, cujo contexto autoritário tornou menos competitivo, deste modo aumentando as chances de apostas.

Mas como explicar, portanto, o decréscimo da participação de membros da comunidade acadêmica no primeiro escalão da burocracia governamental? Não se trata tão-somente de uma mudança de posição dos acadêmicos em relação ao governo militar nos anos de maior repressão e popularidade deste, mas da crescente profissionalização de ambos os territórios em questão. Em relação ao campo político, cabe observar a figura híbrida do homem público e de negócios, do qual o próprio reitor Paulo Maciel é um exemplo, assim como em relação ao território acadêmico, no qual se deve atentar para os antecedentes e os desdobramentos da reforma

[75] Seu antigo mecenas dos tempos do Teatro Popular do Nordeste (TPN) e do DEC/UFPE.

universitária, especialmente em relação à lenta profissionalização do magistério superior e dos técnicos-administrativos da educação federal.

Este jogo encontra correspondência para os mais altos níveis da administração universitária, especialmente a reitoria e as Pró-reitorias criadas em 1969. Todos estes postos exigiam uma herança sociocultural e uma fluência nos salões dominantes da elite universitária e do regime (militar-político-empresarial). Dado o exame anterior dos processos eleitorais para reitor, talvez a questão possa ser melhor esmiuçada a partir da trajetória dos reitores Murilo Guimarães e Marcionilo Lins e dos pró-reitores Newton Sucupira e Armando Samico, de suas respectivas redes de sociabilidades, de valores e de instituições em comum com demais membros da elite ditatorial.

4.4.1 Murilo Humberto de Barros Guimarães

Murilo Humberto de Barros Guimarães nasceu na cidade do Recife no dia 5 de setembro de 1909, filho de Genaro de Barros Guimarães e Olívia de Barros Guimarães. Inicia a vida profissional na FDR em 1935 como professor interino da cadeira de Teoria Geral do Estado, em substituição do professor e político Agamenon Magalhães. Dois anos depois se torna livre-docente da cadeira de Direito Judiciário Penal. Em 1952 assume a primeira cadeira de Direito Comercial. Assim como seu pai e seu avô, Joaquim de Barros Guimarães, o catedrático se tornou diretor da FDR em 1963 e Reitor da UR em julho de 1964. No momento já ocupava cadeira no Conselho Universitário e Curador da UR (neste último como suplente do empresário Luís Oiticica, procurador do Instituto do Açúcar e do Álcool)[76].

Ademais, ocupou diversos postos no mundo jurídico e empresarial, tendo desempenhando funções de diretoria da Indústria E. Lucena & Cia (1943), do Automóvel Clube de Pernambuco (1947), da Companhia Brasileira de Maquinaria (1959), da Companhia Nordeste de Industrialização (1959), do Banco Comércio e Indústria de Pernambuco (1948-1950) e da Companhia Agro-Fabril Mercantil (1963). Como advogado esteve à frente do Sindicato da indústria do açúcar (1945), da Federação da Indústria de Pernambuco (1945 - FIEP, ao lado do empresário Sebastião Holanda futuro diretor da TVU/UFPE e do político e empresário Cid Sampaio), da Cooperativa de usineiros (1946 - 1959 – amigo pessoal de José

[76] O pesquisador não teve autorização para consultar a pasta funcional dos professores no Arquivo Geral da UFPE, assim recorrendo às fontes hemerográficas, bibliográficas e digitais para os presentes perfis biográficos. A grande maioria dos dados foram coletados no Diário de Pernambuco – 1900-1989. Também conferir entrevista com os professores Jônio Lemos, George Browne, Palhares Reis e Maria Mac Dowell (SANTOS, 2011).

Pessoa de Queiroz), do Gabinete português de leitura (1947). Também presidiu a OAB (1950; 1951-1953) e coordenou fóruns e órgãos da dita "classe conservadora" como a Conferência Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP - 1972), o IAA (1972), o Conselho Seccional da Ordem, Instituto dos Advogados de Pernambuco e Clube dos advogados (1972) e a Cooperativa dos Usineiros (1977).

O professor Murilo Guimarães, como era sempre chamado, perfilava politicamente como um dos criadores da UDN. Aliás o nome do jurista fora cogitado como possível sucessor do usineiro Cid Sampaio no pleito estadual de 1962, no qual Arraes conquistou pela primeira vez o governo do estado de Pernambuco. Simultaneamente o dirigente universitário desfrutava, além disso, da amizade do General e ex-governador pelo Partido Social Democrático (PSD) Cordeiro de Farias (1955-1959), cujo apoio foi decisivo para a nomeação do jurista como Reitor em 1964.

Neste sentido o professor seguia uma trajetória de ascensão social que o tornava um forte pretendente aos mais diversos postos de administração pública e privada. Todo prestígio desfrutado e o golpe contribuíram para que fosse escolhido com unanimidade para lista tríplice de reitor da UR, numa decisão saudada por jornais e por universitários das mais variadas orientações políticas.

Por outro lado, o dirigente universitário era um reconhecido ilustrado e entusiasta da arte e da cultura brasileira. Nesta lógica, apoiou em 1960 a construção do Teatro de Arena do Teatro Popular do Nordeste (TPN), grupo liderado pelos professores e escritores Hermilo Borba Filho e Ariano Suassuna[77]. Mais tarde, o então secretário de cultura, Ariano Suassuna, homenagearia seu mecenas com a presidência do Conselho Municipal de Educação e de Cultura do Recife (1975-1978). Ainda no plano cultural, o professor Murilo Guimarães exerceu por muito tempo a presidência da Associação Franco-Brasileira (Atual Aliança Francesa) que promovia amiúde eventos culturais na cidade. Frequentava ativamente circuitos conservadores como o Rotary e o Caxangá-Ágape, onde foi homenageado em setembro de 1964 ao lado do General Olímpio Mourão (cuja marcha precipitara o movimento golpista de 1964) e Antônio Carlos Muricy (comandante de 7ª Região Militar).

Para deter a violência do golpe o Reitor precisou enfrentar a repressão do corpo docente e administrativo que o sagrara reitor. Com exceção dos professores exonerados por força do Ato Institucional não houve novos afastamentos sumários após a chegada à reitoria do

[77] Ambos os escritores foram também diretores do DEC/UR durante a gestão de Murilo Guimarães. O próprio Movimento Armorial surge como resultado do trabalho institucional do órgão em 1969.

catedrático de direito comercial. No entanto o professor Murilo Guimarães encontrou dificuldade em evitar as ditas "cassações brancas", que consistiam em vetos dos órgãos de segurança e informações a contratação de profissionais tidos como suspeitos[78].

Ainda naqueles primeiros anos o reitor desarticulou paulatinamente a crítica de jornalistas e de Gilberto Freyre ao trazer estrategicamente o sociólogo para dentro da Reitoria com a criação do Seminário de Tropicologia, Órgão de Altos Estudos da UFPE (1965 -1979)[79]. Naquele ano o Reitor também assegurou a ida à França para o autor de *Casa Grande & Senzala* receber o título de *doutor honoris causa* na Universidade de Sorbonne. O episódio se motivara numa matéria na qual Freyre se queixava da falta de apoio do governo, ao mesmo tempo que saudava o AI-2 "evitando o excesso bizantino de legalismo": "sem ter, por isto mesmo, que arvorados em árbitros do que seja, de modo absoluto, democracia, o do que se deva entender por progresso" (31/11/1965, p. 4).

Outro desafio estava no movimento estudantil, que mesmo expurgado sofreu ação disciplinar contínua da reitoria. Por diversas vezes a administração se aliara á lideranças discentes golpista, por exemplo, assegurando-lhe as mudanças estatutárias necessárias para conquistar as principais entidades representativas nas eleições de 1964 e 1965. Entretanto, mesmo com todo aparato repressivo e jurídico de intervenção nos órgãos de representação estudantil, especialmente a Lei Suplicy e a Lei Aragão (Lei 4.464/64 e Lei 228/67), as lideranças discentes de direita foram derrotadas nos principais pleitos de 1966.

Diante da reconquista da hegemonia do movimento estudantil pelas esquerdas, o Reitor tomou uma postura de negociação, ao mesmo tempo que os diretores das unidades de ensino e pesquisa impunham sanções disciplinares ao alunado e às suas entidades representativas. Durante um ato da estudantada realizado na sede da Reitoria em setembro de 1968, o gestor discursou da tribuna improvisada na escadaria da Tesouraria de onde falavam os estudantes. Sua mensagem condenava o "excesso de autoridade" na invasão da UNB e destacava que tudo faria para manter a autonomia universitária enquanto estivesse à frente da UFPE. Ao passo que sinalizava: "Se a solução dos problemas universitários depender da minha renúncia ao cargo de Reitor, estou disposto a fazê-lo". O alunado não esquecera a invasão da FAFIPE por soldados da polícia militar há alguns dias, motivada pelo chefe de gabinete, o professor Merval Jurema. Assim, enquanto o gestor mediava as lutas em cursos, de outro modo assessores e dirigentes

[78]O desaparecimento ou destruição dos arquivos da AESI/UFPE tornam difícil mensurar a proporção destes atos tácitos de repressão. Sobre o tema ver seção 1.
[79] Sobre o Seminário de Tropicologia ver 4.4.

escolares aplicavam a disciplina escolar, por vezes recorrendo à repressão policial e militar (*Diário de Pernambuco* - 05/09/68, p. 3).

Em outubro de 1968, estudantes mobilizados pelo DCE e pelo DA da FMR ocuparam a reitoria para reivindicar a reforma do Hospital Pedro II, então Hospital das Clínicas da UFPE[80]. Naquele dia os manifestantes foram chegando aos poucos na reitoria até formar um grupo maior que seguiu para o magnífico gabinete. Diante da recusa do professor Murilo Guimarães de negociar, os estudantes decidiram ocupar a reitoria e deter o mesmo. Depois um grupo de alunos seguiu para negociar com o governador que, em contrapartida, se recusou inicialmente a recebê-los.

Neste impasse a mediação começou com os professores José Paulo Cavalcanti e Jônio Lemos, que no momento insistiam na liberação imediata do dirigente. Osestudantesargumentavam que "a tomada da Reitoria é uma medida nossa, que visa tão-somente à solução para o problema do Hospital Pedro II e não pretende atingir a pessoa do reitor que representa agora, nesta sala, o governo militar que temos" (*Diário de Pernambuco* - 04/10/1968, p. 3).

Sobre o episódio, o vice-reitor Jônio Lemos lembra que se encontrava em seu escritório de engenharia em Olinda quando recebeu a ligação informando que ele era o reitor em exercício: "Eu pensei até que Murilo tinha morrido". Ao que indagou: "'Como é isso? O que há com Murilo?' [...] 'Murilo está preso.' [...] 'Preso?' [...] 'Ele não foi pra casa, não tomou café, não nada'". O chefe de gabinete, o professor Merval Jurema explicou que os estudantes ocuparam a reitoria e prenderam o reitor (SANTOS, 2012, p. 171).

Sem sucesso quanto à negociação, o vice-reitor se encaminhou para o QG do IV Exército, onde informou ao comandante sobre o suposto sequestro do reitor e da ocupação do prédio público pelos estudantes: "'Quero o seguinte: resolver a situação' [...] Eu quero o Exército pra cercar os alunos que estão dentro da reitoria. Eles estão prendendo o reitor e eu vou prendê-los" (SANTOS, 2012, p. 171).

Já à tarde os estudantes se encontravam finalmente com o governador Nilo Coelho que após breve negociação seguiu para reitoria na companhia do Coronel da Polícia Federal Haroldo Torres e do deputado e presidente de Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEP), Paulo Rangel (ARENA). Àquela altura, o prédio na praça Adolfo Cirne estava cercado pelas forças de segurança, entretanto, o professor Murilo Guimarães foi contrário à desocupação mediante

[80] A narrativa que segue se encontra descrita nas seguintes fontes: *Diário de Pernambuco*: 04/10/1968, p. 3; 21/10/1968, p. 8; 05/01/1970, p. 3; 08/01/1970, p. 6; 05/06/1970, p. 24; SILVA, 2002; SANTOS, 2012.

uso da força (*Diário de Pernambuco* - 04/10/1968, p. 3). O próprio vice-reitor lembra que sua ideia era prender e expulsar os estudantes que estivessem dentro da universidade. Com o rumor comentava-se: "Saiam daí, porque quem está na direção é Dr. Jônio, e ele é doido. Ele é capaz de fazer isso" (SANTOS, 2012, p. 171).Após novas negociações, os estudantes se reuniram e decidiram dispersar o movimento diante da proposta do governador de realizar uma nova audiência no dia seguinte. O encaminhamento aprovado por unanimidade previa a soltura do Reitor e a retirada dos estudantes durante a troca dos batalhões responsáveis.

Além das muitas prisões, os estudantes Marcus Burle Aguiar e Nelson Tadeu foram processados criminalmente. O juiz federal Adauto José de Melo da 1ª vara (depois juiz Arthur Maciel) se encarregara de julgar a acusação de sequestro e pichação da reitoria. Segundo os jornais a peça jurídica contava com inúmeras fotografias incorporadas pelo Ministério Público. Contudo, para estranheza do magistrado e do procurador José Maria Jatobá os depoimentos do governador, dos professores[81] e do próprio Reitor contribuíram para desclassificação do processo pela procuradoria. De toda forma, o presidente do DCE, Marcos Burle, teria a matrícula caçada por três anos em cumprimento de processo do Decreto 477/69 aberto pelo diretor da FMR, o professor Jorge Lobo.

Após 1968, a postura da administração em relação ao movimento estudantil mudou no clima do AI-5 e do Decreto-lei 477/69. Muitas entidades, inclusive o DCE, foram suspensas e processadas criminalmente em 1969, assim como as eleições de 1970. Em 1971, com apoio do grupo apoiado pelo professor Murilo Guimarães, o movimento estudantil anticomunista retoma as entidades oficiais da UFPE, onde tiveram maioria até 1975.

Toda combinação de apoio político, empresarial e acadêmico se mostrara decisivo para conter forças de resistência e repressão e iniciar a implantação da reforma universitária em sua dimensão administrativa, didático-cientifica, arquitetônica e urbanística. Com apoio sobretudo dos professoresJônio Lemos (Faculdade de Arquitetura), Marcionilo Barros Lins (FMR), Newton Sucupira (FAFIPE), Gilberto Osório (FAFIPE; ICH), Lourival Vilanova (FDR), dentre outros, o catedrático de direito comercial promoveu um reitorado marcado pela diálogo efetivo com o setor empresarial cujos representantes possuíam três cadeiras no Conselho Universitário e dirigiram unidades universitárias. Já no âmbito da administração acadêmica o reitorado de Murilo Guimarães ficou marcado pela mudança para a Cidade Universitária Joaquim Amazonas, implantação dos departamentos e outros desdobramentos da reforma universitária

[81] Adames de Carvalho, Amauri Coutinho, Jorge Lobo, Rui Neves Batista, Hélio Mendonça, Merval Jurema, George Browne Rego, Ivancir Castro e Fernando Queiroz Menezes

no que concerne às mudanças estatutárias e regimentais, aos convênios de pesquisa, à assistência estudantil, à extensão e aos assuntos comunitários.

Satisfeito, o ministro Tarso Dutra saudou por telegrama a recondução do professor Murilo Guimarães com apoio de número expressivo de maioria conselho: "Prazer comunicar prezado amigo que o presidente da República resolveu hoje reconduzí-lo à Reitoria da UFPE. Efusivos cumprimentos" (*Diário de Pernambuco* - 29/07/1967, p. 3). Diferente de seu sucessor, o jurista não precisou apresentar planos maiores ou mesmo mergulhar em debates acirrados, mas viveu nos anos de chumbo os momentos mais difíceis do seu reitorado.

Sempre estava presente nos principais eventos cívicos militares do governo. Nessas horas demonstrava, ao seu modo, intimidade com aquelas autoridades. Numa cena que se repetiria dezenas de vezes, subiu ao palanque ao lado do ministro da Guerra, o general Costa e Silva, e do conferencista Jordão Emerenciano, durante as comemorações do centenário da guerra da tríplice aliança em 1964.

No ano de 1965 o ministro Muniz Aragão lhe confiou a apresentação do Estatuto do Magistério Superior durante encontro do MEC. Sua fala negava as denúncias de "terrorismo cultural" e ressaltava o cuidado do "governo revolucionário" com a academia: "preocupação pelo seu destino e reconhecimento do papel importante que a Universidade desempenha na estrutura da vida nacional". Nesta lógica o jornal citava "prestígio que atualmente goza a UFPE no seio da comunidade universitária brasileira, especialmente nos escalões mais elevados" (*Diário de Pernambuco* - 23/12/1965, p. 4).

Seu assistente na Cátedra de Direito Comercial, o professor Roberto Magalhães, foi nomeado, em 1967, secretário de educação do governo Nilo Coelho[82]. Estas alianças se renovavam permanentemente na agenda de trabalho e eventos como no dia da inauguração do Centro de Energia Nuclear do Instituto de Física (Sudene/ CNEN/ Comissão de Energia Atômica da França/USP) na qual se fizeram presentes o ministro das Minas e Energias, General Costa Cavalcanti, o Ministro da Educação e Cultura, professor Tarso Dutra e o Ministro da Justiça, professor Gama e Silva (*Diário de Pernambuco* - 13/08/1967, p. 11).

Num outro momento de confraternização destas forças no ano de 1967, a companhia de aviação portuguesa *TAP Air Portugal* convidou autoridades ligadas ao governo para uma excursão de nove dias em Portugal. A viagem celebrava o voo inaugural Recife e Lisboa da empresa aérea. Além do ex-presidente Marechal Castelo Branco e sua esposa, estavam

[82] Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-magalhaes-melo-1; Accesso em: 15 nov. 2017.

igualmente presentes o reitor Murilo Guimarães, o prefeito do Recife, Augusto Lucena, o comandante do IV Exército, General Rafael de Sousa Aguiar, o desembargador Amaro Lira César, o deputado arenista Fábio Correia de Andrade, o diretor do Seminário de Tropicologia da UFPE, Gilberto Freyre, o diretor da FAFIPE/UFPE, o professor Nilo Pereira, o diretor do Arquivo Público Estadual e professor do Instituto de Letras, Jordão Emerenciano, dentre outros[83].

Protegidos por um forte esquema de segurança, os viajantes embarcaram na noite de 24 de maio de 1967. Compareceram ao aeroporto para se despedir das autoridades em trânsitoo governador Nilo Coelho e seu secretariado. Em Lisboa, a embaixada lusitana preparou uma recepção composta pelo presidente de Portugal, Américo Tomás e o primeiro ministro, Oliveira Salazar, aliás, seguido de festejo no Palácio Queluz[84] (*Diário de Pernambuco* - 24/05/1967, p.3; 25/04/1967, p. 3).

A instituição nunca pareceu tão envolvida e influente em relação ao governo e sua nascente política universitária. Anos depois, o reitor Murilo Guimarães palestrou no "6º aniversário da Cruzada Democrática Brasileira Feminina" ou, como também era conhecida, "Marcha da mulher pernambucana". No geral, as falas retomaram o manifesto publicado em 1964 pelas mulheres conservadoras, "Apelos e sugestões" (lido por Maria Barreto Campelo), com reivindicações políticas concernentes à universidade e ao estado, especialmente a reforma universitária e o apoio exclusivo do BNB e da SUDENE para o Nordeste[85] (*Diário de Pernambuco* - 01/03/1970, p. 3; 07/03/1970, p. 2).

Orador da preferência dos ministros Muniz Aragão, Tasso Dutra e Jarbas Passarinho, o jurista discursou ainda em 1970 em homenagem ao coronel e professor Guilardo Martins Alves, reitor da UFPB e antigo diretor da DAU/MEC (*Diário de Pernambuco* - 25/04/1970, p. 2). Toda essa sintonia era construída em meio a sucessivos eventos, homenagens eprogramas

[83] O governador Nilo Coelho, o ex-governador Paulo Guerra, o vice-governador Salviano Machado e o jornalista Hilton Mota declinaram o convite "em virtude de afazeres oficias". Dentre outros participantes da elite política, empresarial e cultural do estado: Miguel Vita (FIEP), Bartolomeu Vasconcelos, Manuel Faria, Alfredo Pinto Coelho, Oscar Amorim, Orlando Figueiredo, Antonio Camelo, Geraldo Coimbra, Comendador Alfredo Figueiredo, Manoel de Almeida Cavadinha, Paulo Pessoa de Queiroz, Hilton Mota, Manuel Gadelha, Carlos Alberto Cavadinha, José de Sousa Alencar, Fernando Barreto, Antônio Azevedo, Nelson Martins, Isaltino Bezerra, Rivaldo Ferreira, Nilson Sabino Pinho, Radamés de Almeida, Adolfo Néri e Paulo Melo.

[84] Circularam naqueles dias pela capital, Porto, Vila do Conde, Povoa do Varzim, Barcelos, Viana do Castelo, Santa Luzia, Aveiro, Figueira da Foz, Coimbra, Leiria, Fátima, Batalha, Alcobaça, Caldas da Rainha, Óbidos, Cascais, Guincho, Cabo da Roca e Sintra. Retornando para o Recife tão-somente no dia 2 de junho de 1967.

[85] A mesa contava igualmente com a presença do jornalista e político Costa Porto; da presidente da Marcha, Cristina Azevedo; do comandante do IV Exército, Artur Duarte Candal Fonseca; comandante da VII Região Militar, general Ednardo Dávila Melo; chefe do estado maior do IV exército, general Amadeu Martiri; monsenhor Francisco Sales (diretor do ICH/UFPE); coronel Ivan Rui, general Adeodato Mont'alverne.

nacionais que marcavam a produção e a relação de cooperação entre a elite universitária e o governo.

De outra parte, o Reitor manteve os laços estreitos com a classe proprietária, da qual fazia parte. Esse acondicionamento simultâneo ao reitorado se dava pela participação em atividades de organização, orientação, assessoria e cooperação pessoal e institucional com os empresários. Por exemplo: a Assembleia da Cooperativa de Usineiros de 1965 com o presidente do IAA e futuro reitor Paulo Maciel (FCE); o I Simpósio sobre a participação da empresa privada no desenvolvimento do Nordeste[86], co-patrocinado pela UFPE, FIEPE e demais representantes das federações de classe industrial brasileiras; o I Encontro Nordestino de Açúcar (*Diário de Pernambuco* - 01/03/1966, p.16; 03/03/1966, p. 16; 04/03/1966, p. 16; 08/03/1966, p. 3; 09/031966, p. 3; 09/03/1966, p. 3); a Reunião da Classe Agroindustrial do Nordeste (*Diário de Pernambuco* - 12/02/1966, p. 3); o Encontro da Câmara Americana de Comércio (*Diário de Pernambuco* - 18/02/1968, p. 7) e outros eventos nas Universidades de Washington, Michigan e Yale a convite do Departamento de Estado Americano (*Diário de Pernambuco* - 25/10/1969, p. 3); o Encontro Nacional de Indústria (*Diário de Pernambuco* - 19/12/1969, p. 24); dentre outros.

Após deixar a reitoria, o professor Murilo Guimarães reassume a função executiva das entidades empresariais das quais se afastara provisoriamente em favor da gestão universitária. De volta ao mundo dos negócios o ex-reitor aparece em diversas ocasiões como porta voz da classe industrial do açúcar em homenagem oficial concedida ao IAA (*Diário de Pernambuco* - 02/02/1972, p.8); coordenação da III Conferência Nacional das Classes Produtoras –PE/AL/PB (CONCLAP – *Diário de Pernambuco* - 14/01/1972, p. 3); assessoria jurídica e coordenador da mesa da Assembleia Geral Extraordinária dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (*Diário de Pernambuco* - 17/05/1972, p. 8); membro da delegação pernambucana na III CONCLAP (*Diário de Pernambuco* - 18/03/1972, p. 9); reunião no Hotel Mira-Mar da Classes Produtoras do estado[87] (*Diário de Pernambuco* - 01/06/1973, p. 29); evento do Sindicato da Indústria do Açúcar do estado de Pernambuco na qualidade de representante do Sindicato e da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool de Pernambuco (*Diário de Pernambuco* - 18/06/1975, p. 5).

[86] Relatores do evento: professor Fernando Mota (FCE/SUDENE), Gilberto Osório de Andrade (FAFIPE), Roberto Cavalcanti de Albuquerque (ICH), Lourival Vilanova (FDR), Cid Sampaio (ex-governador, político e empresário – *Diário de Pernambuco* - 11/05/65, p. 5).

[87] Demais autoridades presentes: ministro da agricultura Moura Cavalcanti, governador Eraldo Gueiros leite, prefeito Augusto Lucena, os empresários João Santos, José Porfírio de Andrade Moraes, Clovis Monteiro, o advogado Arlindo Pontual, Otto Hinrstchen, Clóvis e Mario Peixoto, jornalistas Antônio Camelo, diretor-executivo regional dos diários associados; Gladstone Belo, professor Costa Porto, presidente do INCRA; Sebastião de Holanda, Agadir Farias, José Almeida do Nascimento e Fernando Navarro.

Como já foi mencionado, o ex-reitor toma posse no início de 1975 como presidente do Conselho de Cultura da cidade do Recife (*Diário de Pernambuco* - 08/05/1975, p. 3), conjugando, mais uma vez, toda sua disposição de homem de negócios e de cultura das ditas "classes conservadoras".

A trajetória profissional e política do professor Murilo Guimarães revela as contradições da vida cultural e política em tempos de ditadura. Estas oscilações presentes nos mais variados segmentos e classes sociais mesclam, por vezes, gestos e discursos conflituosos em defesa das liberdades e das garantias individuais e em favor das arbitrariedades do regime. Tais disposições "cinzentas" e "acomodadas" denotam a complexidade política do jogo disposto (ROLLEMBERG, 2010.; MOTTA, 2014a) cujo mapa parece ser incompatível com uma perspectiva dicotômica ou maniqueísta da história. A biografia do professor Murilo Guimarães expõe um homem que, embora fosse representante da classe conservadora, não poderia se apreendido pelo estereótipo de direitista. De tal modo que sua postura liberal e ilustrada, profundamente ligada às elites empresariais do estado, convivia com convicções e ações democráticas. Trata-se, enfim, das diferenças constitutivas e produtivas das pessoas, dos grupos e da classe dominante que engendraram o regime militar por mais de duas décadas, para além das práticas de repressão e de resistência, igualmente importantes para compreender o período.

4.4.2 Newton Lins Buarque Sucupira

Newton Lins Buarque Sucupira nasceu em Porto Calvo (AL) em 09 de maio de 1920. Filho do senhor de engenho João Buarque Sucupira e de Fani Lins Sucupira, fez seus estudos iniciais no Colégio Nóbrega dos sacerdotes jesuítas do Recife. Na educação confessional e na fé católica encontrou sua paixão pelos ofícios do intelecto. Católico fervoroso por toda vida, frequentava retiros espirituais nos anos 1930 e grupos como a Congregação Mariana Mocidade Acadêmica, Ação Católica e encontros do Congresso Eucarístico Nacional. Foi estudante da FDR entre 1938 e 1942 e da FFCL Manuel da Nóbrega em 1942 (atual UNICAP)[88].

Iniciou a vida profissional nos anos 1940 no Exército Brasileiro como soldado e depois cabo, sargento e tenente. Lecionou entre 1948 e 1962 na Faculdade de Filosofia do Recife, instituição das irmãs Dorotéia que passou a integrar a UR. Também aparece entre os professores

[88] Ao contrário dos demais professores aqui analisado há uma vasta literatura biográfica sobre Sucupira, tendo em vista suas contribuições para o campo acadêmicos e cientifico. Aqui interessa entender ineditamente como o professor mediou a relação entre UFPE, reforma universitária e Estado autoritário na qualidade de tecnoburocrata do regime. Os dados se encontram em fontes diversas: Diário de Pernambuco – 1940 - 1980; Bomeny, 2001.

pioneiros da FAFIPE[89]. Em 1959 segue para estudar nos Estados Unidos através de uma bolsa indicada pelo então coordenador da CAPES, Anísio Teixeira[90]. Ali firmara seus primeiros vínculos com os círculos intelectuais do Sul e do Sudeste do Brasil.

De volta ao Recife, assume a cátedra de história e filosofia da educação da FAFIPE/UR em 1961. Assessorou, pois, o professor Lourival Vilanova (FDR), então secretário de educação do governador Cid Sampaio (UDN - 1959-1963), na criação do Conselho Estadual de Educação. Tornou-se, em 1962, membro do Conselho Federal de Educação (CFE), mais uma vez por recomendação do professor Anísio Teixeira. Permaneceu neste conselho até 1978, aliás, tendo sido responsável pela emissão de mais quinhentos pareceres, cujos mais conhecidos versam sobre a gestão universitária (Parecer CFE 76/62), a pós-graduação (Parecer CFE 977/65) e a reforma universitária (Decreto-Lei nº 53/1966 e nº 252/1967; Decreto nº 62.937/68; Lei 5.540/1968).

Nos anos 1960 exerceu diversas funções de direção na UFPE (diretor do DEC, Diretor da Faculdade de Educação e Pró-reitor de Assuntos Acadêmicos), no MEC (diretor do Departamento de Assuntos Universitários - DAU/MEC – 1971-1972 – e da Comissão para Assuntos Internacionais do MEC – 1972-1978) e em outros órgãos, como o Conselho do Bureau Internacional de Educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO – 1973-1974 – conselheiro indicado pelo MEC e presidente eleito no órgão). Nesse tempo se destacou como principal pensador e articulador da política educacional do regime militar. Sua ascensão nos principais escalões do governo federal se deram durante as gestões dos coronéis e ministros da educação e cultura Jarbas Passarinho (1969-1974) e Ney Braga (1974-1978)[91].

Todo este trabalho fora decisivo para que se consolidasse como um pesquisador e professor universitário especializado em educação superior. Reconhecia também sua formação na Igreja Católica, no Exército e no regime militar como a base de sua postura política

[89] Demais professores nomeados durante o governo de Barbosa Lima Sobrinho: Olívio Montenegro (História), Luiz Delgado (filosofia), Sylvio Rabello (psicologia), Nelson Chaves (biologia), Estevão Pinto (antropologia), Aníbal Fernandez (Língua Francesa). Assim como José dos Anjos, Lourival Vilanova, Nilo Pereira, Aderbal Jurema, Pinto Ferreira, Newton Sucupira, Jordão Emerenciano, Décio Rabello, Gilberto Osório, Amaro Quintas, Evaldo Coutinho, Mário Lacerda, Padre Daniel Lima, Padre Francisco Sales, Anselmo Fuchs e outros professores (Diário de Pernambuco – 06/01/1955, p. 4).

[90] Na companhia de Alberto Venâncio, Valnir Chagas, Airton Gonçalves da Silva, Raimundo José da Mata, Grimaldi Ribeiro de Paiva, Ovídio de Andrade Júnior e Eduardo de Carvalho.

[91] Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jarbas-goncalves-passarinho; http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nei-amintas-de-barros-braga; Acesso em: 28 nov. 2017.

autoritária. De tal modo, não se afirmava um homem democrático. Se reconhecia, sobretudo, como "um homem de universidade" (BOMENY, 2011, p. 45).

A presença de Sucupira na política educacional do regime vivenciara "uma época de grande investimento na racionalização dos setores promotores de ciência e tecnologia, com forte atuação dos órgãos da administração central, sendo as reformas de ensino promovidas de cima para baixo" (BOMENY, 2001, p. 77-78). Para Sucupira, as reformas malograram devido à falta de apoio e de investimento do governo.

Nos jornais locais Sucupira aparecera pela primeira vez durante um evento militar chamado "A semana do combate", onde proferiu no Teatro Santa Isabel em 4 de agosto de 1945 a palestra "A batalha dos Montes das Tabocas". Suas aparições públicas obedecem a esta lógica acadêmica até os anos 1960 quando começa a ganhar contornos igualmente políticos.

Entrementes, todo seu declarado anticomunismo e catolicismo costumavam ceder frente à possibilidade de um bom debate intelectual. Como registrara caricatamente um jornalista abiúdo:

> Há pouco dias, conversavam numa roda os srs. Newton Sucupira, Gilberto Freyre e Renato Carneiro Campos. O colunista aproximou-se e verificou que falavam de Marx. Quase se surpreendeu ao verificar que, embora reconhecidamente anti-comunistas, tanto o prof. Newton Sucupira como o escritor Gilberto Freyre faziam elogios ao humanismo marxista. A certa altura, o prof. Newton Sucupira afirmou: "Não, não há dúvida de que Marx foi um gênio. É admirável o interesse que ele revela pelo homem", no que foi confirmado pelo escritor Gilberto Freyre. Entretanto, como não ouvi o início da conversa, não sei se o couro de Marx já havia sido espichado antes, o que me pareceu provável (*Diário de Pernambuco* - 23/04/1963, p. 6)

Colaborador do Partido Democrata Cristão (PDC), o professor foi convidado a palestrar nas vésperas do golpe em evento da "Cruzada Democrática Feminina" que organizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade no Recife. Após o golpe, também assumiu a organização do curso de "Problemas atuais da realidade brasileira", da Ação paroquial da Madalena, com a participação de outros intelectuais como Pe. Marcelo Santos, Pe. Zeferino Rocha, Pe. Antônio Melo, Telmo Maciel, Fernando Mota, Caio Pontual, Costa Porto, Nilo Pereira e o Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara (que depois passaria para oposição ao governo militar). Dentre os temas de conteúdo anticomunistas do curso estavam "A posição do católico. Os equívocos da esquerda católica" e "A incompatibilidade radical entre toda ideologia de inspiração cristã e a doutrina comunista". Como observava um comentarista: "Tema da maior oportunidade, sabendo-se que esses equívocos envolveram muita gente" que "tratadas por um

mestre da categoria do professor Newton Sucupira [...] oferecendo subsídios para retificações de conduta, somente úteis à segurança de espírito e ao bem-estar da comunidade" (*Diário de Pernambuco* - 14/06/1964, p. 4). Também palestrou na época no Seminário Presbiteriano do Norte sobre "A educação e o ministério evangélico no Brasil".

Na onda conservadora de 1964 assinou ao lado de outros intelectuais[92]um manifesto contra o "uniquine" (um tipo de *topless*) encabeçado pelo professor e membro da ADESG Gustavo Cintra Paashaus (FDR). Participou de vários manifestos publicados por setores conservadores da Igreja Católica, como por exemplo o texto intitulado "Intelectuais católicos contra a nova orientação do clérigo"[93] e um telegrama no qual saudavam o Papa Paulo VI pela publicação da Encíclica *Humanae Vitae* [94] (*Diário de Pernambuco* – 25/11/1967, p. 3; 25/08/1968, p. 14).

Embora não fosse um radical, a ascensão do catedrático de história e filosofia da educação contou com importante apoio da direita cristã. Quanto ao seu prestígio foi eleito pelo *Correio da Manhã* professor do ano de 1965, ao lado de Afrânio Coutinho (Literatura), Clementino Fraga (Medicina), Hélio Drago Romano (Tecnologia) e do "mestre do ano", o professor, membro da CAPES e titular do MEC, Muniz Aragão (*Diário de Pernambuco* 09/01/1966, p. 4). Recebeu a mesma láurea em janeiro de 1968 (*Diário de Pernambuco* - 07/01/1968, p. 13). Apesar do prestígio nacional ficou atrás dos professores Marcionilo Lins (FMR/CECINE) e Nelson Chaves (FMR/Instituto de Nutrição) na disputa para a presidência da COCEPUR em 1966. Naquela altura já circulava em eventos das principais metrópoles brasileiras como representante do CFE e do MEC.

Pagou seu tributo a Gilberto Freyre como conferencista, debatedor e membro efetivo do Seminário de Tropicologia entre os anos de 1966 e 1969. No mesmo ano de 1966 foi indicado

[92] Demais intelectuais listados: Barreto Campello, Antonio Pimentel, Gilberto Freyre, Costa Porto, Orlando Cavalcanti Neves, Rodolfo Aureliano, Luiz Delgado, Tomás Cirilo, Padre Mosca de Carvalho, Israel Gueiros, Lamartine de Holanda Junior, Pessoa de Queiroz, Sócrates Times de Carvalho, Melquíades Montenegro, João Domingues da Fonseca, Belém Wanderley, Frei Romeu Perea, Isnar de Moura, Dulce Chacon e Maria do Carmo Tavares de Miranda.

[93] Subscrevem o documento: Rui Belo, Luís Delgado, Nilo Pereira, Barreto Campelo, Newton Sucupira, Francisco Montenegro, Paulo Vieira, Antonio Alves Pimentel, Amaro de Lira e Cesar, Valdemar de Oliveira, Costa Porto, Maria do Carmo Tavares de Miranda, José Cavalcanti Sá Barreto, José Lourenço de Lima, Lamartine Holanda, Mário Tavares, André Melo, José Barreto Capelo, Clodoaldo de Oliveira, Armando Araújo, Moisés Coelho, Rui Marques, Orlando Parahym, Rinaldo Azevedo, Djair Brindeiro, Lucilo Ávila, Francisco Figueiredo, Tadeu Rocha, Vicente Zirpoli, Antonio Bezerra de Carvalho, Luís Borges, Paulo André Dias e Itamar Vasconcelos (Diário de Pernambuco – 25/11/1967, p. 3).

[94] O subtítulo "Sobre a regulação da natalidade" enunciava a recusa dos novos métodos contraceptivos de planejamento familiar, do aborto e de práticas sexuais para além do sexo vaginal. A nota é assinada basicamente pelos mesmos intelectuais, porém acrescida dos professores Jordão Emerenciano, José Lourenço, Antonio Carolino e Geraldo Lafayette (25/08/1968, p. 14).

pelo ministro Muniz Aragão para redigir um documento sobre ensino superior e universidade brasileira a ser apresentado para a Organização dos Estados Americanos (OEA). Devido ao seu reconhecimento na capital federal sempre integrava as comitivas de recepção das autoridades nacionais do governo militar.

Em âmbito estadual foi nomeado pelo Governador Paulo Guerra membro da comissão de instalação da Universidade de Pernambuco que visava dar continuidade ao desenvolvimento da Fundação de Ensino Superior de Pernambuco (FESP)[95]. O anteprojeto apresentado mais tarde contou com relatoria do catedrático que seria nomeado no ano seguinte vice-diretor da FESP (*Diário de Pernambuco* – 15/09/1966, p. 3; 03/11/1966, p. 5).

Defendeu em conferência no Instituto de Ciências Políticas e Sociais da UFPE, com o professor Palhares Moreira Reis, o veto presidencial e seu parecer do CFE contrário à regulamentação da profissão do sociólogo. A posição contrastante com as demais escolas de sociologia do Brasil e em conformidade com a orientação de Gilberto Freyre e do professor Pinto Ferreira era "de não discutir o veto presidencial, mas partir para uma nova regulamentação, mais consentânea com a realidade, e aglutinando as forças interessadas para um trabalho comum" (*Diário de Pernambuco* – 21/10/1966, p. 2).

Em 1967 é cogitado para ocupar a Secretaria de Educação do governo Nilo Coelho, junto com os professores José Rafael de Menezes e Barreto Campelo (sendo esse último nomeado). Segundo um jornalista, fazia parte do "grupo de homens de quem depende a reestruturação da UFPE", em companhia dos professores Murilo Guimarães, Gilberto Osório e Marcionilo Lins (08/01/1967, p. 4). A esta altura seu parecer sobre a pós-graduação já era de domínio intelectual público, assim garantindo uma posição de liderança nas discussões oficiais sobre a reforma universitária, como na comissão formada pelo MEC e depois pela UFPE em 1967, tendo em vista os Decretos-Leis 53/66 e 252/67[96].

Naquele momento o plano de reestruturação da UFPE já contemplava a criação da Faculdade de Educação que envolvia uma das principais expectativas de Sucupira. Paralelamente preparava-se o terreno para extinguir as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. A ideia de um Centro de Educação dissociado das demais unidades de ensino e pesquisa, com objetivo de pesquisa e formação de técnicos, especialistas, administradores e orientadores

[95] Criada em 1965 era formada pela Faculdade de Ciências Médicas (hospital-escola), pela Faculdade de Odontologia e pela Faculdade de Ciências da Administração. Participavam igualmente da comissão os professores José Brasileiro Vilanova (presidente), Álvaro Vieira de Melo, Gilberto Osório de Andrade, Lourival Vilanova, Edrizio Pinto, Célio Lemos, Luís Tavares e Nilo Pereira.

[96] A comissão formada pela UFPE contava com o reitor Murilo Guimarães e com os professores Gilberto Osório (relator), Marcionilo Lins, Amauri Coutinho, Newton Sucupira e Armando Barbalho.

escolares em todos os níveis e áreas de conhecimento suscitam críticas até hoje (BOMENY, 2001). Por conseguinte, tornou-se em 1968 o primeiro diretor da Faculdade de Educação da UFPE (*Diário de Pernambuco* – 05/03/1967, p. 2; 13/04/1967, p. 3; 15/04/1967, p. 16;13/12/1967, p. 8).

Apesar da grande rejeição à reforma do governo, a UFPE assumiu a posição de modelo da política universitária nacional (tanto da reforma quanto nos programas doutrinários do Projeto Rondon; do CRUTAC; e da Educação Moral e Cívica e Estudos de Problemas Brasileiros). Ademais, o próprio catedrático de educação redigira o projeto do novo estatuto da UFPE que foi apresentado e referendado pelos colegas do CFE em 1968. Sobre o documento, reconhecia que a reestruturação consistia apenas num primeiro passo para "reforma de uma obra do espirito, como a universidade" (*Diário de Pernambuco* – 28/01/1968, p. 8).

Assumiu igualmente o posto de mediador entre poderes e instituições regionais e o governo federal. Assim, quando a crise dos excedentes emergiu, lá estava ele para levar em suas viagens para o Rio de Janeiro, e depois para Brasília, a esperança dos estudantes e as promessas dos dirigentes universitários. Não faltavam também convites para inauguração e aniversários de estabelecimentos superiores públicos e privados. Daí igualmente o assédio permanente de empresários da educação superior ávidos pela autorização oficial de funcionamento com assinatura do conselheiro.

Diante dos protestos anti-imperialista e contra os acordos MEC-USAID, o professor Newton Sucupira refutava publicamente a influência americana na reforma universitária. Assim, rebatia as críticas definindo-as como "inteiramente falsas", "calúnia", "muitas inverdades", "ignorância" e "má fé". Defendia menos os colegas americanos do que a reforma que vinculara ao modelo da UNB: "não me consta que o professor Darci Ribeiro possa ser acusado de vendido ao imperialismo americano". Ou mesmo quando afirmava na "Semana de atualidades" do DA da FAFIRE: "O professor Darcy Ribeiro é um homem vinculado às esquerdas, mas nem por isso se pode negar seu trabalho notável que fez da Universidade de Brasília o modelo ideal de universidade que hoje se deseja e se procura implantar". Também gostava de sublinhar como a reforma contemplara as reivindicações dos "esquerdistas da antiga UNE" ao extinguir as cátedras e introduzir sistema departamental. Segundo o membro do CFE o objetivo maior da reestruturação era alcançar uma maior eficiência acadêmica por meio de quatro princípios básicos: integração de ensino e pesquisa universitária; não duplicação de meios para fins idênticos; diversificação sem prejuízo das atividades de ensino e pesquisa básica e aplicada; integração do ensino em qualquer um destes pontos (*Diário de Pernambuco* -

14/04/1967, p. 6; 17/04/1967, p. 8; 15/10/1967, p. 4; ROSAS, 1992; BONEMY, 2001; CUNHA, 2007a; MOTTA, 2014a).

Sua missão com a reforma apenas começara. Na época publicou na revista *Estudos Universitários* do DEC/UFPE uma série de ensaios de sua autoria e de outros colaboradores, inclusive o consultor da USAID, John M. Hunter, em defesa da reforma universitária do governo (HUNTER, 1967; SUCUPIRA, 1967; 1969a; 1969b; VERAS, 2014; VERAS, 2017). Ingressou em 1967 na Academia Americana de Ciências Políticas e Sociais atendendo ao convite dos professores James C. Charleswerth (presidente) e Joseph Clark (Secretário). No mesmo intervalo visitou a França e a Alemanha para conhecer suas respetivas reformas universitárias.

1968 se revelouum ano difícil e promissor para Sucupira. Desafiador no que concerne à mediação da revolta estudantil, da crise institucional (financeira, administrativa, política, etc.) e da crescente violência repressiva do Estado autoritário do qual fazia parte. Por outro lado, o ambiente caótico assistira à consagração daquele professor como intelectual orgânico do regime à frente da reforma universitária e da política nacional de educação superior.

Em vista disso, foieleito presidente da Câmara de Ensino Superior do CFE em março de 1968. Em julho se tornou presidente do Grupo de Trabalho de Reforma Universitária (GTRU) e redigiu em apenas um mês o relatório que fundamentaria a Lei 5.540/68. De fato, já contava com farta documentação de apoio produzida pelo governo e seus aliados: o relatório Atcon ("Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira" - 1965), o relatório do MEC-USAID, o relatório Meira Matos e o relatório do fórum empresarial do IPES ("A educação que nos convém"). Sobre o episódio, recordaria a ligação direta do presidente Costa e Silva indagando-o sobre o interesse de elaborar a minuta da reforma. Ao passo que diante da confirmação, o Marechal determinara o prazo incondicional de 30 dias. No geral os termos propostos não permitiram debates, porém contaram com a participação dos demais colegas do GT e do CFE, dentre os quais o professor Anísio Teixeira. A proposta ficou longe de se concretizar devido a todo formalismo, imposição e falta de recursos, embora tenha promovido o melhoramento da estrutura física, administrativa e didático-cientifica do campo universitário brasileiro. Para Newton, tratava-se da "reforma possível" (ROSAS, 1992; BONEMY, 2001, p. 77; CUNHA, 2007a; MOTTA, 2014a).

Coube-lhe igualmente a missão de advogar e de divulgar a reforma no espaço público. Naquele momento crítico participou até mesmo de encontros estudantis como o "I Simpósio

sobre universidade brasileira" organizado pelos DAs da FAFIPE, da FAFICA e da FAFIRE[97], assim como do debate na EEP com o deputado Valdemar Borges[98] (MDB - *Diário de Pernambuco* – 13/01/1968, p. 8; 25/01/1968, p. 7; 20/06/1968, p. 6). Decerto os estudantes o convidavam para criticar a proposta, ao passo que o intelectual aproveitava o ensejo para efetuar exatamente o movimento contrário de divulgação da política educacional do regime.

Diante da crescente revolta estudantil foi designado pelo MEC para supervisionar as comissões locais relativas aos problemas universitários denunciados pelos estudantes, especialmente, da UFRPE. Firmou com apoio dos professores da UFRPE uma proposta de reforma do estatuto encaminhada para CFE com fins de solucionar o problema político vigente pela adesão às medidas concernentes à reforma universitária. Devido à crise, a universidade demitira mais de 250 funcionários e estava sob ameaça de fusão com a UFPE.

Suas falas em 1969 sublinhavam o dito aumento de vagas, bolsas de estudos em todos os níveis de ensino (básico, superior e pós-graduação), novas disposições administrativas e didático-científicas e outras medidas vinculadas à reforma. Antecipando-se aos dispositivos específicos da reforma nacional, a UFPE anunciou seu novo estatuto prevendo escolha de gestores por lista sêxtupla, participação ampliada da classe empresarial nos órgãos deliberativos colegiados e a criação de quatro Pró-reitorias: Assuntos Acadêmicos, Pesquisa, Assuntos Administrativos e Assuntos Comunitários.

Mais tarde o conselheiro anunciaria na conferência de abertura da I Reunião de Reitores que de forma inédita não estavam previstos cortes no orçamento do MEC referente ao ano de 1969. À frente da Câmara de Ensino do CFE divulgava igualmente que a "reitoria das universidades federais pode agora ser ocupada por empresários" (*Diário de Pernambuco* – 07/01/1969, p. 3; 18/01/1969, p. 3; 14/04/1969, p. 3).

Em março de 1969 é nomeado Pró-reitor de Assuntos Acadêmicos da UFPE, na mesma ocasião em que professor Marcionilo Lins assume a Pró-Reitoria de Pesquisa. A nota comemorativa do "Aniversário da Revolução", publicada pela UFPE, sublinha a liderança intelectual de Sucupira no *I Simpósio Sobre Problemática Universitária da UR* quanto ao "papel decisivo que a Universidade Federal de Pernambuco vem desempenhado inclusive se constituindo em núcleo central da atual reforma do ensino superior". Como pró-reitor, presidiu as Câmaras Superiores responsáveis pelo vestibular e pela Cidade Universitária.

[97] Com conferências de professores de esquerda como Amaro Quintas, Manuel Corrêa de Andrade e Germano Coelho.
[98] Na época o deputado assumiu uma posição proativa em defesa das reivindicações estudantis contra a política educacional do governo e a repressão policial.

Durante sua conferência no Seminário de Tropicologia, “Universidade e trópico”, acolheu a proposta do professor Nilo Pereira de criação da disciplina “Tropicologia”, a ser ministrada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). No patamar que se encontrava já se permitia criticar sutilmente Gilberto Freyre ao afirmar: “Não há uma ciência de país tropical e outra de país temperado, mas uma orientação de resultado científicos para os problemas específicos de cada uma dessas áreas” (*Diário de Pernambuco* - 30/03/1969, p. 29; 01/05/1969, p. 6; 24/05/1969, p. 3).

No curso da “Semana do Exército” foi condecorado no 14º Regimento de Infantaria com o grau de Comendador. Alguns dias depois tomaria posse definitiva como Diretor da Faculdade de Educação da UFPE, sendo substituído no DEC/UFPE pelo professor e diretor de cultura, Ariano Suassuna. Nos bastidores da política acadêmica o nome do conselheiro já circulava como um dos possíveis sucessores do reitor Murilo Guimarães. Coordenou com o também professor e conselheiro do CFE, Valnir Chagas, o “I Seminário Para Dirigentes de Faculdades de Educação do Nordeste”, realizado na FAFIRE, assim como o “I Seminário Sobre as Bases de Uma Nova Administração Acadêmica” em Juiz de Fora (MG). Não deixou de marcar presença no “Encontro da SUDENE e Reitores do Nordeste” com organização do professor Gilberto Osório do IFCH e diretor do DRH/SUDENE. Após 40 dias de missão institucional nos EUA, a convite do Departamento de Estado Americano, foi cogitado como futuro diretor do DAU/MEC (*Diário de Pernambuco* - 26/08/1969, p. 24; 10/09/1969, p. 5; 13/09/1969, p. 24/ 14/10/1969, p. 3; 03/12/1969, p. 7; 04/12/1969, p. 11).

Assim como os demais conselheiros da SUDENE, foi saudado no início de 1970 pelo superintendente do órgão, o General Tácito de Oliveira, no decurso do 10º aniversário desta. Mesmo ano no qual o governador Nilo Coelho e o Secretário de educação Roberto Magalhães o designaram como responsável pela redação do novo projeto da FESP (futura UPE). Manteve naquele momento a posição de mediador do problema dos estudantes excedentes do estado com o MEC, por meio do secretário geral da pasta o coronel Mauro Rodrigues, tendo sido nomeado em junho de 1970 diretor do DAU/MEC. Na ocasião, o coronel e ministro Jarbas Passarinho comentava sob seu novo subordinado: “Disseram-me [...] para não escolhê-lo, por ser um ouriço agressivo, mas tenho certeza de que me darei bem contigo”. No seu discurso elegeu como principal meta a consolidação da reforma universitária e dos centros regionais de pós-graduação. Para lhe substituir na Pró-reitoria de Assunto Acadêmicos indicou a professora Maria Antônia Mac Dowell (Titular de didática da Faculdade de Educação), enquanto a Faculdade de Educação passou a ser gerida pelo vice-diretor, o professor Antonio Carolino (titular de estatística e companheiro do Seminário de Tropicologia). Assegurou também ao

diretor da Faculdade de Odontologia de Pernambuco, o professor Edrízio Pinto, o posto de representante do DAU/MEC na CAPES.

Ainda em 1970 promoveu uma série de eventos em conformidade com o "ano internacional da educação" da UNESCO, aproveitando o ensejo para estreitar relações com autoridades da entidade internacional[99]. Compôs o quadro de conferencistas do "Ciclo de Estudos sob Liderança Comunitária" que seria promovido entre 1970 e 1974 pelo DCE e outras organizações representativas conquistadas por lideranças conservadoras após novo ciclo repressivo. Integrou com o presidente Médici e o General Arthur Candal da Fonseca o quadro de homenageados da FESP. (*Diário de Pernambuco* - 17/02/1969, p. 5; 11/03/1970, p. 3; 21/04/1970, p. 3;10/05/1970, p. 8; 17/05/1970, p. 5; 04/06/1970, p. 5; 07/06/1970, p. 12; 01/09/1970, p. 6; 29/12/1970, p. 2).

Conforme modelo experimentado na UFPE, implantou nacionalmente o vestibular unificado e classificatório pondo fim jurídico ao problema dos estudantes excedentes. Sobre a questão, afirmaria no ano seguinte: "no Brasil não existe mais essa categoria de estudante [...] da qual muita gente alheia aos problemas universitários vinha tirando proveito [...] quem se sentir prejudicado vá à justiça" (20/03/1971, p. 3). Ainda em maio descartou a participação na corrida para reitoria da UFPE, talvez contemplado pela direção do DAU ou mesmo já antevendo sua indicação para UNESCO. Passada a eleição, intermediou o impasse jurídico suscitado pelos candidatos derrotados, os professores Mário Neves Batista (FDR) e Antonio Figueira (FMR)[100]. Na época também se viu obrigado a negociar com o MEC o pedido do prefeito do Recife Augusto Lucena e da Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEP) para que ocorresse o destombamento da Igreja dos Martírios, com fins de demolição para construção da Avenida Dantas Barreto, no centro do Recife. O episódio entrou para história local como um dos casos mais grotescos do desenvolvimentismo da época cujo resultado, nas palavras do pesquisador José Luiz da Mota Menezes, seria "uma avenida do nada para o nada". Em novembro foi nomeado representante do governo no Bureau Internacional de Educação da UNESCO, com sede em Genebra, do qual se tornaria diretor nos anos 1972 e 1973 (*Diário de Pernambuco* – 20/01/1971, p. 5; 11/03/1971, p. 6; 14/03/1971, p. 15; 20/03/1971, p. 3; 27/04/1971, p. 2; 23/07/1971, p. 3; 07/09/1971, p. 2; 26/10/1971, p. 6; 05/11/1971, p. 6).

Ao se despedir da DAU/MEC foi condecorado com a Ordem Nacional do Mérito Educacional em cerimônia no Salão Branco do Itamarati, em Brasília, presidida pelo general

[99] As atividades didáticas do evento ficam a cargo de professores de sua confiança, Carlos Maciel, Antonio Carolino e Tarcísio Quirino, bem como convidados internacionais daquela agência.
[100] Ver 3.2.

Médici. Entre os 42 laureados estavam os conterrâneos Mario Gibson (Ministro das Relações Exteriores), o reitor Marcionilo Lins e o deputado e professor Aderbal Jurema (ARENA). Para mantê-lo em seu *staff* o governo criou a Comissão de Assuntos Internacionais de Educação do MEC, função de direção na qual Sucupira permaneceria até 1978. Sua função agora era apresentar para o mundo o programa educacional do governo militar brasileiro, embora seguisse articulando nos bastidores as demandas regionais do campo acadêmico do Nordeste do Brasil, especialmente, do estado de Pernambuco (*Diário de Pernambuco* - 06/01/1972, p. 4; 09/01/1972, p.12; 29/01/1972, p. 2; 11/05/1972, p. 6; 02/08/1972, p. 8).

A partir de 1973 passou a se dedicar, também, ao projeto de "Universidade aberta" com o qual travara conhecimento em visitas à Inglaterra e à Alemanha. O programa consistia num embrião da atual modalidade de educação à distância que se caracteriza pelo uso de tecnologias de comunicação (na época: correspondência, rádio e televisão) para disseminação do ensino superior. Conforme proposta do vereador Rubem Gamboa (ARENA), recebeu da Câmara Municipal do Recife voto de "eminente professor do Recife, membro da tradicional família pernambucana". Participou como paraninfo da cerimônia de concessão de título de Doutor *Honoris Causa* ao ministro Jarbas Passarinho (*Diário de Pernambuco* - 05/01/1973, p. 7; 20/01/1973, p. 3; 26/01/1973, p.5; 18/02/1973, p. 2; 01/03/1973, p. 7; 09/03/1973, p. 6; 10/03/1973, p. 11).

Em 1974 inaugurou as primeiras turmas da Universidade Aberta do Brasil. Foi designado pelo presidente Geisel como representante do governo na Conferência Internacional da UNESCO para os Estados Latino-Americanos. Durante as festividades conjuntas de inauguração do Núcleo de Educação Física e Desportos da UFPE, dos Jogos Estudantis, do Ciclo de Estudo de Moral e Cívica e do lançamento do novo volume da revista *Estudos Universitários* recebeu do Conselho Universitário da UFPE a Medalha Marquês de Olinda[101]. Na época redigiu documento com novas normas para implantação do ensino profissionalizante integrado às turmas do segundo grau. Durante a gestão Ney Braga, permaneceu presidindo a Comissão para Assuntos Internacionais do MEC, usufruindo de uma função que permitia descansar das batalhas travadas pelo programa educacional do governo militar na passagem dos anos de chumbo (*Diário de Pernambuco* - 15/07/1974, p. 2; 10/09/1974, p. 5; 02/10/1974, p. 4).

[101] Em companhia do ministro do MEC, Ney Braga, do professor Luís Arturo Fuenzalida, do ex-superintendente da SUDENE, General Evandro de Souza Lima e do ex-secretário geral do MEC, Coronel Confúcio Pamplona.

4.4.3 Marcionilo de Barros Lins

Marcionilo de Barros Lins nasceu em Escada (PE) em 20 de março de 1919, filho do Dr. José Marcionilo Lins e Alice de Barros Lins. Oriundo de família de médicos e senhores de engenho da Mata Sul do estado de Pernambuco, da estirpe do Barão e da Baronesa de Utinga e do Visconde e da Viscondessa de Rio Formoso. Seu pai exercera diversos cargos empresariais e políticos como representante da dita "classe conservadora" (*Diário de Pernambuco* – 26/01/1972, p. 4).

Marcionilo Lins estudou entre 1928 e 1937 no Ginásio de Recife e no colégio Oswaldo Cruz, tendo iniciado a docência de ciências neste último. Se graduou na FMR/UR entre 1938 e 1943. Trabalhava em vários colégios particulares em cursos preparatórios para a universidade. Entre 1943 e 1956 iniciou vida médica e laboratorial. No magistério superior lecionou Química Analítica, em 1948, no Curso de Farmácia, logo se tornando assistente e catedrático de bioquímica da FMR/UR em 1951 e 1954[102]. Exerceu vários cargos na UFPE, entre eles, diretor do Instituto de Química (1964), diretor do Centro de Ciências do Nordeste da UFPE (CECINE – 1966-1968), presidente da Comissão central de pesquisa da UFPE (COCEPUFPE – 1965-1971), diretor do Conselho Diretor dos Institutos Centrais (1965), diretor do Instituto de Biociências (1968-1969), pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (1969-1971), vice-reitor (1971) e reitor (1971-1975). Fez na época cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação nas principais cidades brasileiras, nos EUA e na Alemanha.

Era um acadêmico dedicado e obedecia, neste sentido, a uma vida mais reservada com passagens espaçadas pelos jornais, sempre relacionadas à Universidade. Reconhecido como homem de direita frequentava os círculos elitizados do Lyons Clube e do Caxangá Ágape. Narra-se, inclusive, que celebrara o golpe de 1964 abrindo na rua com vizinhos uma garrafa de champanhe e que colaborava com os órgãos de vigilância e repressão do governo ditatorial (BARBOSA, 2011; CHAVES, 2011; BRAYNER; BARBOSA, 2017).

O principal gesto político público do catedrático de bioquímica nesses anos consistiu nas proposições de louvor no Conselho Universitário às autoridades do primeiro escalão do governo ditatorial. Entretanto, a partir da corrida sucessória para reitoria em 1971, assumiu uma postura mais política, assim frequentando eventos e se aproximando de lideranças do regime. Nesta perspectiva palestrou em junho de 1971 sobre "O estudante e a comunidade universitária"

[102] Ver *Diário de Pernambuco* (1940-1980) e *Jornal Universitário* (1967-1975).

para oficiais do Quartel General do IV Exército. Com a recusa do professor Newton Sucupira de se candidatar, é eleito para lista sêxtupla de reitor com apoio de ampla maioria do conselho.

Após impasse jurídico com os adversários do escrutínio, é nomeado reitor em Brasília. Sua principal bandeira era a pesquisa e a pós-graduação campo no qual sempre atuara. Para a posse no gabinete do ministro Jarbas Passarinho, deixou-se acompanhar por uma comitiva composta pelo ex-reitor Murilo Guimarães (pelo Conselho Universitário), pelo professor Bezerra Coutinho (pelo Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa), pelo professor Newton Sucupira (DAU/MEC), pelo professor Ivancir Castro (DEE/MEC), pelo professor da FCE Djair de Barros Lima[103] (chefe de gabinete do Reitor e diretor da Assessoria Especial de Segurança e Informação – AESI/UFPE) e pelo estudante José Paulo Novaes (presidente do DCE/UFPE). Na ocasião, o ministro leu um documento de apoio à candidatura remetido anteriormente por lideranças estudantis governistas[104] (*Diário de Pernambuco* - 15/09/1971, p. 2).

Defendeu o "planejamento universitário" ao discursar para autoridades presentes na solenidade de transmissão de cargo realizada no auditório da FCE no dia 28 de setembro de 1971, com a participação do governador Eraldo Gueiros; do general Meira Matos, comandante da 7ª Região Militar e representante do IV Exército, do deputado Antônio Correia (ARENA), presidente da ALEP, dentre outros (*Diário de Pernambuco* - 29/09/1971, p. 6).

Com relação à política acadêmica, o professor Marcionilo Lins era quase o contrário do seu antecessor. Enquanto o catedrático de bioquímica vivia para ensino, pesquisa e gestão universitária, seu padrinho da FDR se tornara reitor quase por acaso, apesar da trajetória ascendente de profissional liberal, político, empresário e dirigente universitário. O médico fazia de sua pouca política manifestação maior do seu conservadorismo, ao passo que o jurista pintava de tom moderado sua militância efetiva no campo político-econômico como representante da classe empresarial. Enquanto este trouxe o empresariado para o *staff* dominante da universidade, o professor Marcionilo Lins trouxe os representantes da caserna e dos órgãos de vigilância e repressão. Dentre estes, o General Heleno Soares Castelar, Pró-reitor Extraordinário para Assuntos de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAND – antiga Assessoria de planejamento – ASSEPLAN) e o professor e policial Armando Samico, titular da Pró-reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC) [105]. Aquele oficial era herói de guerra condecorado da Força expedicionária brasileira na II guerra mundial e o segundo era titular de

[103] Conforme notícias da época, o professor era sobrinho do Reitor.
[104] José Paulo Novaes (presidentes do DCE da UFPE); Tadeu Vieira de Oliveira (presidentes do DCE da UFRPE), Luiz Gonzaga Barbosa (DCE/FESP) e Manuel Ferreira da Silva (DCE/FAFIRE).
[105] Ver 3.3.4.

medicina legal e delegado da polícia científica, com longa influência e prestígio na Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS/PE), da qual fora chefe de gabinete e titular.

Talvez o Reitor esperasse assim ter um maior controle sobre a ação dos órgãos de segurança na universidade. Daí a indicação de seu Chefe de gabinete, o professor da FCE Djair de Barros Lima, para comandar a AESI/UFPE[106]. De toda forma, não lhe faltava simpatia para compor com os setores mais radicais do governo, que ganharam muita força na administração da UFPE durante a gestão do reitor Geraldo Lafaiete (IFCH) em 1979-1983. Devido à postura política adesista e subserviente, o Reitor era conhecido pelos estudantes como "Marcionylon Lins" (CAVALCANTI, 1978).

De tal modo que o reitorado iniciado em 1971 estreitou ainda mais os laços com o governo pela nomeação de homens da caserna no primeiro escalão da reitoria, pela institucionalização dos órgãos de segurança e informação e pelos já experimentados programas de melhoramento e expansão do *campus*, de reforma universitária e de atividades acadêmicas doutrinárias (PR, CRUTAC, EPB, etc.).

Dentre os principais membros da equipe do titular de Bioquímica estavam a professora Maria Antônia Mac-Dowell (Faculdade de Educação), pró-reitora de Assunto Acadêmicos; o professor José Carneiro Leão (Médico e pesquisador radicado na Guanabara convidado para substituir o professor Nelson Chaves após divergências políticas com o reitor), pró-reitor para Assuntos de Pesquisa e Pós-graduação; e o professor e futuro reitor Paulo Maciel (FCE), pró-Reitor para Assuntos de Intercâmbio Científico; o professor Djair de Barros Lima (FCE), chefe de Gabinete e chefe da AESI/UFPE. Contava também na vice-reitoria desde 1971 com o apoio do professor Rômulo Maciel, diretor do Instituto de Física da UFPE e pupilo do ex-vice-reitor Jônio Lemos (*Diário de Pernambuco* – 22/09/1971, p.3; 05/11/1971, p. 6).

Como toda autoridade do governo federal, o professor Marcionilo Lins recebeu muitas homenagens oficiais naqueles anos. Em janeiro de 1972 é condecorado pelo presidente Médici com a "Ordem nacional do mérito educativo [...] maior honraria conferida a um educador no Brasil" (*Diário de Pernambuco* - 29/01/1972, p. 2). Dois anos depois foi agraciado pela Força Aérea Brasileira com a outorga do Medalhão Comemorativo Santos Dumont (09/04/1974, p. 9).

No plano doutrinário e festivo proferiu no ano de 1972 a aula inaugural das turmas do CPOR do Recife no Museu do Açúcar (IAA) e de EPB no auditório da TVU. Transmitida pelo canal 11, a aula "Responsabilidade moral e cívica dos universitários" homenageava o recém

[106] Ver 1.4.

falecido e antigo coordenador da EPB, o professor do Instituto de Letras Jordão Emerenciano. Após a homenagem, o Reitor retomou o tema da aula destacando a "Independência do Brasil" conquistada novamente em "31 de março de 1964" e o discursos do presidente Médici na Escola Superior de Guerra (ESG) sobre a importância da EMC quanto à defesa da "família", da "moral", dos "valores espirituais de nacionalidade", do "amor a deus [....] e a pátria". Presidiu a premiação de estudantes no "I Ciclo de Estudos sobre Liderança Comunitária", promovido na sede do DCE com apoio da PRAC[107]. Seguiu participando de agenda vinculada ao aniversário sesquicentenário da independência brasileira, à reforma do ensino, ao Projeto Rondon, ao CRUTAC-PE e ao "Ciclo de Liderança Comunitária da UFPE" do movimento estudantil conservador (*Diário de Pernambuco* - 25/02/1972, p. 10; 07/03/1972, p. 2; 11/04/1972, p. 7; 21/04/1972, p. 12; 19/04/1972, p. 3; 14/05/1972, p. 2; 09/08/1972, p. 6; 30/08/1972, p. 7; 07/09/1972, p. 17; 02/11/1972, p. 7; 17/11/1972, p. 7).

Naquela época o reitor da UFPE defendia abertamente o pagamento de taxas e de mensalidades por todos os estudantes. Segundo sua proposta, o alunado deveria pagar a formação superior através de empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Educação (financiado com recursos do Fundo de Garantia, da Loteria Esportiva e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Como sugeriu durante a XVI reunião do Conselho de Reitores: "Quem ganhasse mais do que o estabelecido pagaria a universidade, os outros seriam financiados pelo Banco". Ainda conforme a proposta, os alunos quitariam suas dívidas quando estivessem trabalhando ou através de convênios governamentais de prestação de serviços em regiões carentes de mão de obra. Durante o encontro também se debateu a crise do ensino superior privado e a urgência de elaboração de um programa governamental de socorro destes estabelecimentos. Ou seja, debatia-se, por um lado, a privatização da universidade pública e por outro a transferência de recursos públicos para estabelecimentos de ensino superior privado (*Diário de Pernambuco* – 02/02/1973, p. 4).

[107] Estudantes laureados: Dagoberto Cavalcante Pereira de Melo, Elizabeth Perruci do Amaral, Tércio Tadeu Vieira, Sérgio Alves de Souza, Petrus Carlos Pires do Nascimento, Denise Alba Ramos de Santana, Mauro Fonseca Filho e Eloi Xavier; conforme seguinte ordem de temas e conferências: poder jovem – tensões psicossociais da juventude brasileira. Conferencista: General Bina Machado – ex-comandante do IV Exército e então comandante da ESG; Segurança nacional – pressões contra as aspirações nacionais. Conferencista: Eudes de Souza Leão Pinto; Problemática educacional – estrutura das universidades brasileiras e estrangeiras. Conferencista: Marcionilo de Barros Lins, reitor da UFPE; Guerra revolucionária – Cuba e a exportação da guerra revolucionária para a América Latina – o partido comunista no Brasil – organização e técnica de ação. Conferencista: coronel Emerson Aranhão Ferreira; Conflito dos humanismos atuais – critica das teses liberais, marxistas, fascistas, socialistas, neocapitalistas e solidaristas. Conferencista: professor Adolfo Crippa; Chefia e liderança – recrutamento e preparo de líderes – qualidade essenciais. Conferencista: General Carlos Meira Matos, Comandante do IV Exército; Tema: estratégia do desenvolvimento Brasileiro – aspirações nacionais – integração nacional. Conferencista: Dr. Luís Eduardo de Magalhaes.

Cada dia mais próximo da caserna palestrou a convite do general Walter de Menezes Paes (Comandante do IV exército) nas comemorações do aniversário da tomada de Monte Castelo, Itália, pela Força Expedicionárias Brasileira (FEB) na II Guerra Mundial (1939-1945 - *Diário de Pernambuco* - 21/02/1974, p. 3). Em julho, a convite do cônsul do Estados Unidos Carl Donaldson Schultz III, participou o coquetel do "Independence day"[108] (06/07/1974, p. 7). Presidiu a abertura do XXVI Reunião Anual da SBPC realizada no auditório Emilio Garrastazu Médici, no edifício da SUDENE, tendo sido inclusive o cientista homenageado daquele ano (10/07/1974, p. 24; 11/07/1974, p. 4).

Divergências internas da administração com dirigentes da FDR dificultaram os últimos anos do reitorado Marcionilo Lins. Um dos impasses se referia à recusa da escola jurídica de se transferir para o campus e de assumir a denominação padrão de "Centro de Ciências Jurídicas" em detrimento da denominação histórica de "Faculdade de Direito do Recife", conforme disposto pela reforma universitária. De forma repreensiva, o Reitor sugeria a estadualização da unidade e sua separação da UFPE. Sobre a peleja Gilberto Freyre escreveu uma matéria intitulada "Recife sem sua Faculdade de Direito?". Somaram-se aos protestos autoridades, entidades (OAB) e estudantes de direito. O suplente de deputado Gil Teobaldo (ARENA) e antigo militante do movimento estudantil da FDR, da ala conservadora, publicou duras críticas ao Reitor da UFPE. Apesar do clamor, o Conselho Universitário apenas rebateu os comentários deste último egresso (*Diário de Pernambuco* – 27/03/1974, p. 5; 31/03/1974, p. 1; 31/03/1974, p. 4). A pressão da imprensa e de setores elitizados da sociedade obrigaram o Reitor a recuar da transferência da FDR do prédio tombado pelo IPHAN para o *campus*, assim como de sua transformação em Centro Universitário (*Diário de Pernambuco* – 29/06/1974, p. 2). Derrotado pelo mais despótico dos poderes, isto é, o judiciário, o Reitor precisou lidar com o problema até o final de sua gestão em 1975 (*Diário de Pernambuco* – 02/06/1974, p. 32).

Na mesma época, o professor Nelson Chaves foi aos jornais anunciar sua saída do Instituto de Nutrição da UFPE rumo à UFRJ. Segundo ele, a mudança motivava-se na falta de apoio do reitorado. Logo vieram novas críticas de jornalistas, de intelectuais, do deputado emedebista Jarbas Vasconcelos e daquele egresso arenista. Segundo entrevistas de história oral, a transferência do médico nutricionista se motivara nas perseguições sofridas da parte da gestão (*Diário de Pernambuco* – 02/04/1974, p. 3; 30/03/1974, p. 5; CHAVES, 2011).

[108] Brindando a independência americana na ocasião com o general Tácito de Oliveira, Almirante Henrique Mendonça Kusel, Gilberto Freyre, Marcus Acioly (representante do governador Eraldo Gueiros), dentre outros cônsules e autoridades civis e militares.

Neste contexto, o deputado Gil Teobaldo (ARENA) voltou à tribuna da ALEP e aos jornais para denunciar o reitor da UFPE por supostos atos corrupção, improbidade e nepotismo:

> Restaurante universitário: situação de caos por culpa da Reitoria, permitindo o seu fechamento com uma absurda frequência, por falta de gêneros alimentícios com real prejuízo para os estudantes. Enquanto isso há uma avalanche de compra de lagosta para a Reitoria. Quem comeu? [...] Onda de empreguismo a favor de seus parentes. Desfalque de seu irmão; negociata de seu filho quando secretário do Instituto de Biociências; despotismo do seu genro contra os estudantes de Direito (requerimento ao Snr. Ministro da Educação) [...] compras [...] passagens aéreas [...] E o caso das cortesias, quais as pessoas beneficiadas 'parentes' do Reitor e de alguns de seus assessores direitos? (*Diário de Pernambuco* – 08/05/1974, p. 2)

Em virtude das acusações, o Conselho Universitário publicou uma nota declarando "voto de inteira confiança" ao Reitor Marcionilo Lins, assim como a tomada de medidas legais contra o parlamentar pelas denúncias "aleivosas, precipitadas e inconsequentes" (*Diário de Pernambuco* – 30/04/1974, p. 9; 01/04/1974, p. 3).

Como resultado, o político lançou um texto ofensivo nos jornais, no qual propunha um encontro no Auditório João Alfredo com "os cultos conselheiros", "reitor", "autoridades militares", "diretor da polícia federal", "delegado do MEC", "justiças federal e estadual" e "imprensa para ouvirem a ratificação das [...] denúncias". Naquele instante o titular do MEC adiou sua visita ao Recife, segundo os jornalistas pelo "clima de intranquilidade, de tensão, reinante na reitoria da UFPE, em função das denúncias feitas pelo deputado Gil Teobaldo". Entretanto, a reunião a portas fechadas com o vice-reitor em exercício, o professor Rômulo Maciel (Instituto de Física), não resultou em nenhuma revelação.

Dias depois, o delator voltou para a suplência e o professor Marcionilo Lins contratou o advogado e professor Rui da Costa Antunes (FDR) para processar o egresso por difamação e injúria. Todavia as denúncias seguiram para o ministro Ney Braga, que após análise do dossiê declarou a inocência do dirigente da UFPE. Mesmo sem a condenação das autoridades competentes, as acusações circularam pela imprensa até 1975 sob o mote de "aulas fantasmas" (*Diário de Pernambuco* – 05/05/1974, p. 8; 08/05/1974, p. 2; 09/05/1974, p. 1;3; 14/05/1974, p. 3; 23/05/1974, p. 5; Jornal do Brasil – 01/08/1975, p. 8).

Com o movimento estudantil em ebulição em todo Brasil, o reitor Marcionilo Lins foi obrigado a reabrir os DAs de Direito, Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Geociências e Medicina, fechados há alguns anos. Ao dar posse ao novo representante discente no Conselho

Universitário, o estudante e funcionário do Banco Banorte, Edson Albuquerque Maranhão, o dirigente lembrava-lhe: "as portas da Reitoria continuam abertas ao diálogo, ao atendimento, às reivindicações justas, dentro do que determina a legislação em vigor", isto é, a Lei Suplicy, o Decreto Aragão, o AI-5 e o 477 (07 e 08/08/1974, p. 28).

Sob a supervisão do Pró-reitor para Assuntos Comunitários, professor Armando Samico (FMR), e do procurador da UFPE Nilton Siqueira, as lideranças defensoras da ordem e da tradição conquistaram uma de suas últimas vitórias em 1974. Era a primeira vez que se registravam duas chapas na eleição desde a publicação do AI-5 e do Decreto Lei 477/69. Para além da renovação das lideranças governistas o ano seria de crescente reivindicação do alunado em processo de reorganização política. Pelo visto os quadros discentes conservadores já não podiam deter o fluxo de corações e mentes estudantis que logo tomariam as ruas de todo Brasil (*Diário de Pernambuco* – 04/10/1974, p. 24; 11/11/1974, p. 24; 09/05/75, p. 7; UFPE, 1975).

No último ano da gestão o sesquicentenário da FDR é celebrado por autoridades com aula magna do ministro das relações exteriores Azeredo Silveira. O chanceler anunciava, então, os novos vetores do governo Geisel por meio da política externa autônoma e pragmática[109]. Depois, os convidados seguiram para um almoço ofertado pelo Reitor para o chanceler (*Diário de Pernambuco* – 20/02/1975, p. 24). Apesar do entusiasmo das elites acadêmicas, o país vivia um novo ciclo repressivo em consequência da derrota do governo nas eleições de 1974, que já contava então com uma frente de oposição formada por políticos, estudantes, jornalistas, sacerdotes, profissionais liberais, empresários, dentre outros.

Sem receios quanto à intervenção no movimento estudantil, o Reitor sugeria nos jornais medidas que supostamente "além de fortalecer o DCE, reduziriam os trabalhos da Pró-reitoria para Assuntos Comunitários": "volta dos diretórios Acadêmicos, porém como órgãos setoriais [...] do DCE com um único regimento"; "orçamento [...] global cabendo ao DCE apresentar seu plano de aplicação. [...] nenhum deles seria autônomo, agindo sempre de comum acordo com o DCE"; "deveria ser fundada uma associação dos DCEs de todo o país, assim como existe o Conselho de Reitores". Ao que tudo indica nem mesmos as tendências mais conservadoras do movimento estudantil atenderam ao chamado (*Diário de Pernambuco* – 08/04/1975, p. 24).

[109] Gradualmente afastado dos EUA por força das denúncias internacionais de tortura, desaparecidos políticos e outras violações graves dos direitos humanos, do acordo nuclear com Alemanha Ocidental, do reconhecimento de independência de Angola, Moçambique Guiné-Bissau, Cabo Verde, da Organização para Libertação da Palestina, etc.

Com a eminente eleição das listas para a reitoria e os órgãos colegiados (Conselho Superior, Conselho de Ensino e Pesquisa e Conselho Administrativo) a situação parecia a todo momento que ia desandar (*Diário de Pernambuco* - 17/04/1975, p. 24). Mas a gestão não vacilava e lá estava o Reitor presente no "IV Ciclo de Estudos sobre Liderança Comunitária da UFPE" palestrando para os estudantes defensores da ordem ao lado de políticos (governador de Alagoas, Divaldo Suruagy, senador Jarbas Passarinho, o ex-governador do Ceará e diretor da Eletrobrás, Cesar Cals, e o professor Paulo Maciel, sucessor oficial do reitor), intelectuais (Adolfo Crippa, da conservadora *Revista Convivium*) e outros quadros do governo (Coronel Gabriel Duarte, diretor do Colégio Militar do Recife – 11/06/1975, p. 12; 03/07/1975, p. 10).

No Aeroporto dos Guararapes, participou igualmente da recepção ao novo presidente do diretório regional da ARENA, o deputado Aderbal Jurema, acompanhado pelo reitor da UFRPE, Humberto Carneiro, do professor Antônio Figueira, dos ex-governadores Paulo Guerra e Nilo Coelho, do ex-prefeito Augusto Lucena, de prefeitos do interior, empresários e estudantes. O deputado conclamava os correligionários para eleição de 1976: "todos estão convocados para nossa arrancada democrática que conhecerá descanso enquanto não mobilizar todas as forças vivas do estado para formarem na Aliança Renovadora Nacional" (*Diário de Pernambuco* – 19/08/1975, p. 5).

Durante a grande cheia que arrasou o Recife em 1975, Marcionilo Lins prorrogou por 90 dias o mandato do DCE e dos DAs aliados e deu início ao processo de consulta de lista sêxtupla de candidatos a Reitor. Deste modo, o documento seguiu com a seguinte ordem de professores e professoras: Paulo Maciel, pró-reitor para Assuntos Internacionais e Intercâmbio Científico (64 votos); Maria Antônia Mac Dowell, pró-reitora para Assuntos Acadêmicos (53 votos); Romulo Maciel, vice-reitor da UFPE (51 votos); Paulo Borba, diretor da Faculdade de Medicina (48 votos); Armando Samico, pró-reitor para Assuntos Comunitários (44 votos); Rilson Rodrigues, diretor do Centro de Tecnologia (43 votos). Dois quadros eminentemente políticos, Paulo Maciel e Armando Samico, e os demais de maior perfil acadêmico. Foram intencionalmente excluídos da lista os professores Syleno Ribeiro, delegado regional do MEC (DEMEC), e o professor Geraldo Lafayete, Diretor do CFCH. Por fim, o ministro Ney Braga escolheu o professor e político Paulo Maciel, que além de mais votado era seu velho amigo dos tempos do Ministério da Agricultura do governo do Marechal Castelo Branco. Maciel despontava ainda como o candidato da preferência dos estudantes de direita que se encontrava em franca decadência no movimento estudantil (CFCH – 29/07/1975, p. 6; 09/08/1975, p. 3; 26/08/1975, p. 6; 05/09/1975, p. 6; 17/09/1975, p. 13; 27/08/1975, p. 6).

Devido às inúmeras dificuldades vividas pelo Reitor Marcionilo Lins no final do seu mandato, após a transição o Conselho Universitário, publicou uma nota de agradecimento nos jornais com o nome subscrito dos conselheiros solidários à "sua patriótica, eficiente e correta administração" (*Diário de Pernambuco* – 03/09/1975, p. 6). Após a transição, o titular de bioquímica voltou para seu departamento onde retomou rotina solitária de homem acadêmico (SANTOS, 2011).

4.4.4 Armando Hermes Ribeiro Samico

Há poucas informações impressas sobre o nascimento de Armando Hermes Ribeiro Samico, assim como seus anos de mocidade. Formado pela Faculdade de Odontologia em 1939, foi nomeado pelo interventor Agamenon Magalhães 4º escriturário (1941) e depois perito do Gabinete de Identificação da Secretaria de Segurança Pública do estado de Pernambuco (1942). Quase dez anos depois, tornou-se diretor do mesmo órgão. No plano acadêmico foi aprovado no concurso de livre docência da cadeira de Higiene e odontologia legal da UR, assim como doutor e catedrático de Odontologia legal em 1953[110]. Exerceu também a função de professor catedrático de Odontologia (1950 e 1965), catedrático da FAFIPE (1965), catedrático de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da UFPE (1972), quando chefiava o Departamento responsável pelas disciplinas de Medicina legal I e II, Ética profissional em farmácia, Nutrição, Reabilitação, Enfermagem e Deontologia (*Diário de Pernambuco* - 26/03/1972, p. 10)

A trajetória acadêmica, profissional e política do professor Armando Samico transitou amiúde entre a segurança pública e a educação superior. Deste modo desempenhou funções de diretor do Sindicato de Odontologia (1949); diretor do Gabinete de Identificação da Delegacia Central – perito criminal do Gabinete de Identificação da Secretaria de Segurança Pública (1950-1957); Diretor do Clube de Odontologia (1953); Médico legista da Polícia (1958); Chefe de gabinete do secretário de segurança pública (Everardo Guerra/ Coronel Silvio Ferreira – 1958-1959); Professor do Curso de Aperfeiçoamento de Policiais Militares de Pernambuco – Criminalística em 1961 e supervisor do curso em 1966; Chefe de Gabinete do secretário de segurança pública de Pernambuco (1964-66 e 1969) [111] ; Representante da polícia de Pernambuco em eventos nacionais (1965); Diretor do Departamento de vigilância e capturas da

[110] Como nos demais biografados, os principais dados se encontram disponíveis no *Diário de Pernambuco* 1940 – 1989. Ver também *Diário da Manhã* – 19/06/1967.
[111] Onde dialogava diretamente com os governadores Paulo Guerra (1964 – 1971) e Nilo Coelho (1967 – 1971) quanto à pauta de segurança pública e da Polícia Civil.

SSP/PE (1966); Diretor da Polícia Técnica do Estado (1967-1969); Secretário de Segurança Pública (1970-1971 – chefe de gabinete Nivaldo Brás); Membro do Lions Clube (1971); Assessoria de Moral e Cívica de Pernambuco (1972); Pró-reitor de Assuntos Comunitários (1972-1975).

Como palestrante percorreu temas e espaços correlatos tais quais a I Conferência Pernambucana de Estudos Policiais – Provas de indício na investigação criminal (1951); II Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia (1954); a Convenção Nacional da Associação Cristã Feminina - conferência "Uma questão de consciência" (1972 – também Gilberto Osório e Nelson Chaves); eventos escolares para juventude sobre "Tóxicos", "Tóxicos seus usos e consequências", "tóxicos e criminalidade" (1971-1974) [112].

Samico ajudou a urdir nos anos 1950 e 1960 a "rede complexa e sofisticada que a polícia de Pernambuco construiu em anos de perseguição às pessoas, aos movimentos sociais e às instituições de esquerda no estado" (MONTENEGRO, 2010, p. 175). Neste sentido, apresentou na II Conferência Nacional de Polícia em 1958, no Rio de Janeiro, o trabalho "Aspectos da atividade do comunismo em Pernambuco", com os delegados Álvaro da Costa Lima e Francisco Lima, os dois primeiros envolvidos em denúncias de tortura. O texto publicado como livro pela Secretaria de Segurança Pública (Delegacia auxiliar) analisava a documentação apreendida do Partido Comunista Brasileiro em 1956, ao mesmo tempo que formalizava os sentidos e as práticas do anticomunismo brasileiro e sua agenda política contra o "perigo vermelho" (MONTENEGRO, 2008; MONTENEGRO, 2010, p. 175).

Ainda em 1958 é nomeado interinamente chefe de gabinete do Secretário de Segurança Pública Eudes Costa. Investido da função de autoridade, envolveu-se em dois pequenos escândalos por troca de ofensas à honra com o colega perito Jayme Sant'Lago e por uso "doméstico" da viatura da polícia do estado "sem nenhuma utilidade para o serviço público". Por este motivo, um grupo de delegados chegou a redigir um abaixo-assinado solicitando ao secretário de segurança Eudes Costa a devolução do Jeep que se encontrava a "serviço particular do Sr. Armando Samico [...] que o utiliza em serviços domésticos". Também se envolveram no episódio os reconhecidos agentes anticomunistas "comissário Venício"[113] e Francisco de Assis

[112] Na época o consumo de substancias psicoativas ilícitas era visto pela "comunidade de segurança e informações" como "subversão" e "corrupção".
[113] Este agente sempre aparece sem sobrenome nos jornais (*Diário de Pernambuco*, 24/06/1964, p. 7; 25/09/1966, p. 7).

Lima, mais conhecido como "Chico Pinoti"[114] (*Diário de Pernambuco* – 03/01/1957, p. 10; 09/08/1957, p. 5; 19/08/1958, p. 11; 08/01/1959, p. 5).

O dentista aproveitou a formação superior para se impor ao longo dos anos como gestor de segurança pública e especialista em criminologia, assim consolidando-se como professor universitário e instrutor da polícia (*Diário de Pernambuco* – 19/06/1967, p. 4). Em 1961 o governador de Pernambuco Cid Sampaio (1959-1963 – UDN) inaugurou a primeira Escola de Polícia do Norte e Nordeste do Brasil (a partir de 1961 Decreto 595 de 18 de maio de 196 e Decreto 727 de 10 de julho de 1962 – *Diário de Pernambuco* – 04/12/1963, p. 6).

Semelhante investimento apenas se tornou possível mediante o convênio estabelecido com o "Programa Ponto IV" da agência americana International Cooperation Administration (ICA) que antecedeu, entre 1954 e 1961, a Aliança pelo Progresso, a USAID e outras inciativas anticomunistas criadas no contexto da Guerra Fria. Naquela época o órgão desenvolveu diversos programas com foco no desenvolvimento (extensão rural, educação profissional e formação de professores) e na segurança (instrução, intercâmbio e aquisição de equipamentos - MOTTA, 2014a; SILVA, 2014). De tal modo que policiais e militares eram instrumentalizados tecnicamente e materialmente para combater o campo popular e esquerdista.

Toda operacionalização fornecida pelo programa de segurança norte-americano contemplava ações de formação técnica, intercâmbio e transferência de recursos. Apenas nos primeiros anos o estado construiu e equipou o Instituto de Medicina Legal, o Gabinete de Identificação e a Escola de Polícia. As 12 construções da Escola em estrutura modular de zinco laminado dispunham uma verdadeira operação de guerra na zona da mata do estado, principal espaço de mobilização das Ligas Camponesas e sindicatos rurais (CAVALCANTI, 1978; ABREU E LIMA, 2003; PORFÍRIO, 2009; MONTENEGRO, 2010). Como declarava para os jornais o então diretor da escola:

> Criada nos moldes da polícia técnica americana, a escola visa ao aperfeiçoamento do organismo policial nordestino [...] pelo "ponto quatro", foi projetada para o Recife uma das mais modernas escolas de polícia do mundo, no convênio firmado pelo governo de Pernambuco com os Estados Unidos. O envio ao Recife de técnicos do "ponto quatro" possibilitou a realização dos sonhos do ex-governador Cid Sampaio de aperfeiçoar o

[114] Este apelido motivava-se na baixa estatura do policial que muitas vezes o obrigava a pular para bater na cara dos suspeitos de subversão (BARBOSA, 2011). O mesmo comissário aparece igualmente envolvido numa denúncia de uso de documentos falsos em aposentadoria fraudulenta, o que oferece um vestígio do perfil de pessoas recrutada pelas agências de segurança (*Diário de Pernambuco*, 14/04//1959, p. 5; 17/05/1960, p. 9).

> organismo policial do estado, com o ensino de normas técnicas e especiais e tarefas outras (*Diário de Pernambuco* - 04/12/1963, p. 6)

Como chefe de gabinete e instrutor de Identificação, Armando Samico foi contemplado com um intercâmbio nos EUA, onde estudou no Instituto de Criminalística Locard, no FBI e na Escola de administração policial da Universidade do Michigan. Como outros agentes formados no exterior, cumpria a Samico a multiplicação do conhecimento e das técnicas oficiais e sigilosas adquiridas no exterior. A escola materializava um meio estratégico de formação e de pesquisa de agentes policiais articulados por uma teia de segurança política com abrangência em todo Nordeste do Brasil (*Diário de Pernambuco* – 28/03/1964, p. 7).

O policial e catedrático participou ativamente do Golpe militar e civil de 1964, por meio do "rush de diligências policiais, visando ao desbaratamento imediato dos ninhos comunistas" e da divulgação na imprensa de "importantes documentos apreendidos" ao lado do delegado Álvaro da Costa Lima e dos comissários Venício, Eudésio de Holanda, Aurino Xavier e Galba Matos (*Diário de Pernambuco* – 06/06/1964, p. 7). Na época os órgãos e agentes da rede ditatorial de informações chamava de "desbaratamento" ou "estouro de aparelho" a prática policial de identificação e invasão de um espaço utilizado como esconderijo de militantes clandestinos ditos "subversivos" e "comunistas" (SILVA, 2014).

Conforme memórias de sua primeira prisão, o advogado Paulo Cavalcanti registrou: "o encarregado de ouvir-me foi o dentista Armando Samico tido como *expert* em matéria de interrogatórios e elemento de absoluta confiança dos golpistas do IV Exército" (CAVALCANTI, 1978, p. 353). No mesmo ano participou da cerimônia de posse do colega policial Haroldo Colares Cunha Barreto na direção do Serviço Social Contra o Mocambo (SSCM) na presença dos demais delegados da capital Álvaro Costa Lima, Galba Matos, Nivaldo Almeida, Estácio Varjal e João Trindade Henriques (*Diário de Pernambuco* – 30/12/1964, p. 1).

O policial e professor da UR fazia parte da equipe montada pelo coronel Humberto Freire e pelo delegado Álvaro da Costa Lima que visava restaurar "o dispositivo que armou durante o governo Cordeiro de Farias" (1955-1958)[115]. Neste sentido, a gestão da SSP/PE obedecia à seguinte composição: Armando Samico – chefe de gabinete; Galba Matos, Moacir

[115] Conspirador e golpista do primeiro escalão renunciou em 1958 ao governo de Pernambuco para assumir a presidência da Comissão-Mista Brasil Estados Unidos. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/osvaldo-cordeiro-de-farias-1; Acesso em: 06 dez. 2017.

Sales e Estácio Varjal – Delegados; Ranulfo Cunha – Diretor de Administração; Major José Aguiar – Assistente militar; Comissário Vinício – Técnico (15/01/1965, p. 14). Àquela altura, tanto a SSP/PE quanto o DOPS-PE já integravam a rede de informações subordinada ao Serviço Nacional de Informação (SNI), serviço secreto com *status* ministerial instituído em junho de 1964, com objetivo de controlar atividades de informação e contrainformação com fins de segurança nacional (SILVA, 2014).

Com o delegado Álvaro da Costa Lima participou do "desbaratamento" do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) na cidade de Jaboatão dos Guararapes (Grande Recife), em 2 de novembro de 1964. Após tentativa de fuga, a estudante de direito e belas artes, Silvia Montarroios, foi submetida a longas sessões de tortura e violência sexual nas dependências do DOPS e quarteis da região. Depois a militante seria confinada em estado de "surto psicótico" no Hospital Ulisses Pernambucano, na Tamarineira, onde permaneceu por mais de um ano. As memórias e depoimento concedidos pela antiga militante para a Comissão de Verdade Dom Helder Câmara denunciam o professor e então chefe de gabinete no crime de tortura e estupro (RECIFE, 2017)[116].

No que tange à violência contra a mulher e a institucionalização da cultura do estupro, o Comissariado de Polícia do Recife era conhecido como "câmara de tortura" de mulheres, sobretudo de prostitutas, sendo comum o caso de profissionais da noite que se atiravam ao Rio Capibaribe para escapar aos atos de violência. A reconhecida palavra de ordem da delegacia era: "de hora em hora, algumas lapadas para despertar" (*Diário de Pernambuco* – 09/08/1966, p. 7).

O caso da militante de codinome Tatiana revela como a tortura já fazia parte do *modus operandi* dos órgãos de repressão cuja forma rudimentar vai sendo aperfeiçoada e institucionalizada pela rede ditatorial de informações. Com foco na ação política disposta pelo "Ponto IV" e pelo regime militar, os delgados da SSP/PE dedicavam-se, sobretudo, à repressão de pessoas e grupos considerados de esquerda. Aliás, uma matéria jornalística apontou a uma

[116] Conforme depoimento os torturadores contaram na ocasião com o apoio do psiquiatra Lamartine de Holanda. Disponível em: http://www.blogdeigormaciel.com.br/posts/noticias/para-quem-defende-a-ditadura-vale-a-pena-ver-esse-duro-depoimento-e-ver-se-concorda-com-o-que-aconteceu-em-pernambuco/. Consultado em 11/12/2017, às 15:40. Ver também: http://www.cbnrecife.com/noticia/juristas-e-integrantes-da-comissao-da-verdade-do-estado-participam-de-audiencia-no-recife. Consultado em 17/06/2016 às 10:04; http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2013/12/09/interna_politica,478538/emocionada-sylia-montarroyos-relembra-torturas-militares.shtml; http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/12/pernambucana-relata-em-livro-drama-vivido-durante-regime-militar-no-recife.html. Acesso em: 06 dez. 2017.

"SSP indiferente", na pessoa do seu chefe de gabinete, Armando Samico, aos problemas ordinários da criminalidade da cidade (*Diário de Pernambuco* – 09/11/1965, p. 7).

Esta política cunhada de "guerra revolucionária" foi retomada pela USAID e pela SSP/PE em 1965 com um programa de cursos e bolsas de estudo para secretarias de segurança do Nordeste do Brasil[117]. Decerto a atividade mais esperada era o "Curso de Patrulhamento" com o agente norte-americano e reconhecido torturador Dan Mitrione. Na ocasião, delegados que participaram do intercambio do ICA, Armando Samico, Carlos Veras, Persivo Cunha e Marone Barbosa recepcionaram o velho mestre na arte da dor (*Diário de Pernambuco* – 28/03/1965, p. 7).

Entre 1965 e 1970, Mitrione formou por toda América Latina milhares de agentes de segurança em "contra-insurgência anticomunista", cujo conteúdo incluía técnicas sofisticadas de interrogatório e de tortura disseminadas pela Escola das Américas[118] e por manuais da CIA como o KUBARK[119]. O dito "El maestro de la tortura", famoso pela aplicação minuciosa de eletrochoques (daí seu mote: "a dor exata, no lugar exato, na quantidade exata para obter o resultado desejado") seria capturado e justiçado no Uruguai em 31 de julho de 1970 pelo Movimento de Libertação Nacional ou Tupamaro[120].

Ademais, o programa da USAID contemplava, ainda, os cursos intensivos de "Controle de Distúrbios" com o agente americano Duse Pryor, "Investigações criminais" e "Administração policial" com instrutores da USAID e da Escola de Polícia. O programa assistia toda rede regional de vigilância e repressão articulada desde os tempos do "Ponto IV": "visando um intercâmbio cultural-policial, o general Manuel Paz de Lima ofereceu matrículas desse curso às policias dos estados de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará" (*Diário de Pernambuco* – 28/03/1965, p. 7).

Durante a operação militar para publicação do Ato Institucional Nº 2, o professor de medicina legal e chefe de gabinete da SSP/PE tranquilizou por telefone o general Riograndino Kruel, diretor do Departamento Federal de Segurança Pública: "Pernambuco está em paz"

[117] O fluxo de recurso da USAID para programas de segurança escorre livremente até 1971 quando denúncias de uso dos mesmos para práticas de tortura e outros crimes de lesa humanidade resultaram na extinção do programa (SILVA, 2015).

[118] Atual Hemisphere Institute for Security Cooperation (WHINSEC - Instituto do Hemisfério Ocidental para a Cooperação em Segurança) do Departamento de Defesa dos EUA especializado na formação de contra-insurgência anticomunista. Disponível em: http://www.soaw.org/index.php; consultado em 06/12/2017, às 16:00.

[119] Disponível em: https://nsarchive2.gwu.edu//NSAEBB/NSAEBB122/CIA%20Kubark%201-60.pdf. Acesso em: 06 dez. 2017..

[120] Fazia parte da organização armada o futuro presidente do Uruguai Pepe Mujica (2010-2015). Disponível em: http://zonacurva.com.br/em-1970-os-tupamaros-de-mujica-contra-dan-mitrione-o-mestre-da-tortura/; https://jornalggn.com.br/noticia/o-professor-de-tortura-dan-mitrione-e-o-chefe-de-policia-etchegoyen-por-luiza-villamea; Acesso em: 06 dez. 2017..

(28/10/1965, p. 7). Aquela paz fora imposta mediante novo ciclo de perseguições, prisões e torturas. No mesmo intervalo, o governo americano elogiou a SSP/PE, na pessoa do general Manuel Paz de Lima e seu secretário, Armando Samico, pelo esquema de segurança montado para receber o senador americano Robert Kennedy (*Diário de Pernambuco* – 25/11/1965, p. 7).

No ano de 1966, o professor participou da investigação do atentado do Aeroporto Guararapes contra o ministro do exército e futuro presidente Costa e Silva (*Diário de Pernambuco* – 02/08/1966, p. 7). A investigação resultou na prisão de dois inocentes, o estudante Francisco de Assis Barreto da Rocha e o engenheiro Edinaldo Miranda, que confessaram sob tortura o incidente (SANTOS, 2007). No momento o professor assumiu interinamente a SSP/PE por ocasião do afastamento médico do então secretário de segurança, o general Viriato Medeiros. Mais tarde Samico seria exonerado da secretaria em favor do Coronel Olinto Ferraz[121] e do novo titular da SSP/PE, o coronel Antônio Haecksher (*Diário de Pernambuco* – 25/08/1966, p. 7; 26/08/1966, p. 7).

À frente da Direção da Polícia Técnica entre os anos de 1967 e 1968, dedicou-se à reestruturação material e pessoal do Instituto[122] (IPT) que receberia depois o seu nome. Devido ao apoio financeiro do ICA e da USAID, o centro era considerado um dos mais sofisticados da América Latina. Ne época o professor afirmava orgulhoso que o "material usado na polícia técnica é igual ao do FBI" e da "polícia de Los Angeles" (*Diário de Manhã* - 19/06/1967, p. 4; *Diário de Pernambuco* - 02/06/1968, p. 8).

Frequentava os círculos sociais militares e policias tendo participado do jantar de homenagem do coronel Ivan Rui de Andrade de Oliveira, antigo titular da SSP/PE e ex-presidente do Círculo Militar do Recife que seguia para a Guanabara a fim de frequentar cursos da Escola Superior de Guerra[123] (*Diário de Pernambuco* – 09/03/1968, p. 2). Em maio de 1968 recusou convite do prefeito Augusto Lucena (1964-1969) para assumir a Secretaria de Educação (09/05/1968, p. 24).

Como diretor do IPT e depois chefe de gabinete da SSP/PE participou das investigações, em 1969, do assassinato do Padre Henrique, coordenador da pastoral da Arquidiocese de Olinda

[121] O oficial dirigiu igualmente a Casa de Detenção e aparece na lista de responsáveis pela execução de crimes de lesa humanidade publicada no Relatório Final da CNV. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2014/12/11/interna_politica,548427/comissao-nacional-da-verdade-aponta-15-nomes-de-aliados-da-ditadura-em-pernambuco.shtml; Acesso em: 06 dez. 2017.
[122] O Instituto de Polícia Técnica foi criado pela Lei 5791 de 30 de março de 1966 e regulamentado pelo Decreto 1393 de 23 de janeiro de 1967 (02/06/1968, p. 8).
[123] Dentre autoridades presentes, o prefeito Augusto Lucena, ex-governador Paulo Guerra, o vereador Wandekolk Wanderley, os generais José Codeceira Lopes, Silvio Melo Cahu, Humberto de Morais, Adeodato Mont'Alverne, dentre outros.

e Recife, e do atentado que deixou paralítico o presidente da UEP, o estudante de engenharia e militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)[124], Candido Pinto. Toda sofisticação da criminologia e da polícia científica foi fundamental para ocultar os crimes cometidos por agentes policiais e por grupos paramilitares aliados do governo, neste caso, ligados ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

Por intervenção do Ministério da Justiça e do Governo do estado, constituiu-se arbitrariamente uma Comissão Judiciária de Inquérito para apurar o crime, violando de tal modo o código de processo penal e a própria constituição ditatorial de 1967. O conluio formado pelo governo federal e estatal encobriu o delito de natureza política cometido por agentes de repressão e militantes de direita, aliás, com uso de veículo oficial da SSP/PE. Posteriormente, um parecer confidencial do Ministério da Justiça sobre o rumo do processo criminal registrou em 1971 o interesse do professor Samico, então Secretário de Segurança Pública, em "prestar todos os esclarecimentos à justiça para elucidação dos fatos", conforme versão arbitrária oficializada por aquela Comissão (RECIFE, 2014, s/p).

Ainda em setembro de 1969 o professor catedrático foi nomeado chefe de gabinete da SSP/PE durante a gestão do Coronel Gastão Barbosa Fernadez (16/09/1969, p. 8). Com este oficial recém retornado de curso de cinco meses com o FBI, liderou a campanha contra trabalhadores rurais, comerciantes ambulantes do centro da cidade, movimento estudantil e nascente resistência armada (*Diário de Pernambuco* – 25/10/1969, p.7). Um dos casos principais concernia às expropriações feitas pelo PCBR da Companhia Souza Cruz, do Banco Financial, da Barrione, etc. A operação envolveu mais de 150 agentes da SSP/PE e resultou no "desbaratamento" de aparelhos e do PCBR no estado (*Diário de Pernambuco* – 04/11/1969, p. 8; 09/11/1969, p. 8; 14/11/1969, p. 8; 25/07/1970, p. 24; FERREIRA, 2014a).

Permaneceu à frente da SSP/PE, interinamente e depois efetivamente, entre janeiro de 1970 e março de 1971. Ainda no início dessa temporada o professor Armando Samico também assumiu a presidência da Comissão Oficial de Inquérito criada pelo reitor Murilo Guimarães para apurar denúncias de fraude na prova de Física do vestibular (*Diário de Pernambuco* – 23/01/1970, p. 1). O caso do "Bizú de física" terminou com 43 indiciados e, depois, com a limpeza da ficha dos estudantes envolvidos, dada presença de famílias tradicionais da cidade. Tamanha decisão se baseara no encaminhamento de comissão formada pelo Conselho Universitário e presidida pelo dentista, sob o argumento de possibilitar aos estudantes

[124] Organização dissidente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) criada em 1968 sob a influência do militante e jornalista Mário Alves e Jacob Gorender, que rompem com Luís Carlos Prestes, deixando a executiva do PCB. Os principais quadros do PCBR atuavam no Rio de Janeiro e no Nordeste do Brasil (SILVA, 2014; FERREIRA, 2014)

envolvidos o ingresso no CPOR/RE, quartel escola normalmente frequentado pelos filhos da elite local (*Diário de Pernambuco* – 17/03/1970, p. 3).

Em agosto de 1970, tornou-se efetivamente secretário de segurança pública em virtude da transferência do Coronel Gastão Barbosa Fernandez para função de diretor do DOPS-RJ. Nesta perspectiva o professor Samico deu continuidade ao programa de repressão dos "grupos de ações subversivas" por meio de ação integrada dos órgãos policiais e da segurança interna (*Diário de Pernambuco* – 01/08/1970, p. 1). Na época, a rede ditatorial de segurança e informações trabalhava na instalação do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), institucionalizando, de tal modo, a experiência do governo de São Paulo, do governo Federal e de empresários na Operação Bandeirantes (OBAN). Os CODI e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) do Recife realizaram seu primeiro encontro em setembro de 1970, tornando-se, como suas demais seções regionais, responsáveis pela investigação, prisão tortura, assassinato, desparecimento de opositores pacíficos e armados do regime militar (SILVA, 2014).

Naqueles anos de aprofundamento da repressão, o novo secretário assumiu a SSP/PE em um momento difícil. Além dos casos de graves violações dos direitos humanos citados, são igualmente desse período o desaparecimento de várias lideranças camponesas de Pernambuco e da Paraíba (CAVALCANTI, 1978); da tortura e do assassinato do estudante e vice-presidente da UEP da Paraíba, João Roberto Borges de Souza, segundo a SSP/PE morto "em consequência de afogamento" (RECIFE, 2017, p. 69); do assassinato por envenenamento e pauladas na Casa de detenção do líder camponês do município de Barreiros e militante do Partido Comunista Revolucionário (PCR), Amaro Luís de Carvalho[125] (RECIFE, 1996, p. 100); da morte em consequência de tortura do estudante de agronomia e militante do PCBR, Odijas Carvalho de Souza (RECIFE, 1996, p. 100); e do assassinato em abril de 1971 do militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-PALMARES), Raimundo Gonçalves Figueiredo.

Diante da crescente onda de violência, o titular da SSP/PE foi indagado publicamente pelo Ministério da Justiça e pelo presidente Médici sobre a existência de grupos de extermínio no estado. Ao que respondeu: "cumpre-me informar que em Pernambuco não há, nem nunca houve, esquadrão da morte ou sociedade de fins similares" (*Diário de Pernambuco* – 07/08/1970, p. 24). Como se sabe, grupos de extermínio e milícias anticomunistas agiam livremente no estado desde os anos 1950, para isso contando com apoio e participação de

[125] Na ocasião, a milícia liderada pelo Delegado Fleury se encontrava no Recife (CAVALCANTI, 1978).

agentes de segurança, políticos, usineiros e senhores de engenho da região (BRAYNER; BARBOSA, 2017)

No bojo da repressão às organizações de resistência armada, o professor e delegado participou da reunião promovida pelo ministro da justiça com os secretários de Segurança Pública para tratar especialmente do reforço à segurança bancária dos estados (*Diário de Pernambuco* – 16/08/1970, p. 42; 21/08/1970, p. 24). De volta, criou imediatamente um órgão de comunicação para controle da informação e da comunicação oficial da SSP/PE (*Diário de Pernambuco* – 22/08/1970, p. 24). No momento falava-se em "crise na SSP/PE [...] provocada por falta de verbas" (*Diário de Pernambuco* – 27/08/1970, p. 24).

Durante a gestão na SSP/PE, o professor Armando Samico participou ativamente de eventos sociais do governo militar e da alta sociedade. Neste sentido, recebeu oficiais da Polícia dos estados do Paraná, Minas Gerais, Guanabara, Bahia, Maranhão e Paraíba e alunos do curso superior de Polícia em visita técnica à Escola de Polícia de Pernambuco e a SSP/PE. Na ocasião palestrou para o grupo sobre "A história do Comunismo em Pernambuco" (*Diário de Pernambuco* – 12/10/1970, p. 24). Coordenou igualmente a campanha contra supostos "incendiários" e "terroristas" que "na época da moagem, causam vultuosos prejuízos aos plantadores de cana" (*Diário de Pernambuco,* 28/10/1970, p. 24). Estes incêndios, normalmente acidentais no decurso do corte da cana, enchiam de medo e de paranoia anticomunista os agentes de segurança e informações e as elites locais (MONTENEGRO, 2010). Não costumava faltar os eventos cívico-militares realizados na APL, no Lions Club, Rotary, Caxangá Ágape, Círculo Militar e em outros espaços de sociabilidades elitizadas e conservadoras do Recife (*Diário de Pernambuco*, 18/12/1970, p. 3).

Como titular da SSP/PE também foi um ardoroso defensor dos bons costumes, proibindo no contexto da "Operação carnaval" o uso de biquíni, camisas como o nome "Jesus Cristo" ("Jesus Cristo, eu estou aqui", conforme música lançada em 1970 pelo cantor popular Roberto Carlos), "brincadeira de água" e até mesmo a tradicional "Festa das bonecas" com as transexuais da cidade[126] (*Diário de Pernambuco* – 24/01/1971, p. 24; 29/01/1971, p. 24; 30/01/1971, p. 28; 17/02/1971, p. 24; 18/02/1971, p. 24). Como representante da "campanha nacional de combate à toxicomania" coordenou projetos e proferiu palestras sobre o tema nos auditórios do Rotary, DCE da UFPE e da rede de escolas confessionais da cidade (*Diário de Pernambuco* – 16/01/1971, p. 6; 02/02/1971, p. 12; 15/02/1972, p. 13; 28/10/1972, p. 31).

[126] Na ocasião os vendedores da camisa e responsáveis pelo evento recorreram à justiça contra a decisão do secretário de segurança pública.

Em janeiro de 1971 o titular de medicina legal da UFPE "desbaratou", à frente da SSP/PE, três aparelhos do PCBR em Candeias, Maria Farinha (litoral norte da região metropolitana do Recife) e Pirangí (Natal, Rio Grande do Norte). O então secretário interrogou pessoalmente em seu gabinete os presos políticos na companhia do delegado e diretor do DOPS-PE, João Silvestre. Um dos presos, o estudante de agronomia da UFRPE, Odijas de Carvalho de Souza, de 25 anos, "o neguinho", seria submetido no órgão a mais de 17 horas de tortura e morreria dias depois. Como atestam várias testemunhas, o líder estudantil de agronomia morreu em decorrência da tortura ao qual fora submetido. Segundo recordação do advogado Paulo Cavalcanti, o titular da SSP/PE relutara em liberar a remoção do militante para o Hospital da Policia Militar, onde morreu após uma transfusão de sangue. O atestado de óbito alegava "embolia pulmonar" (1978). A morte do "neguinho" gerou protestos do deputado estadual Marcos Freire, dos presos da Casa de Detenção, da OAB e da Anistia Internacional (SILVA, 2014; FERREIRA, 2014a)

Num documento em caráter confidencial destinado ao secretário de interior e justiça de Pernambuco, Dr. José Paes, datado de junho de 04 de junho de 1971, o professor Armando Samico apresenta ao longo de quatro páginas quatorze pontos justificando a morte por causas naturais do suposto "terrorista" (RECIFE, 2013, s/p). Um bilhete destinado à advogada de presos políticos, Mércia Albuquerque, listava o professor Samico entre os responsáveis pelo trucidamento [127] (RECIFE, 2013, s/p), do mesmo modo que a "relação dos policiais responsáveis direta ou indiretamente pela morte do estudante e militante do PCBR", datada de 1979[128] (RECIFE, 2013, s/p).

Quase um ano após deixar a SSP/PE, o delegado assumiu a Pró-reitoria para Assuntos Comunitários da UFPE [129] (PRAC - atual Pró-reitoria de Extensão e Cultura), por onde

[127] Demais agentes identificados: Carlos de Brito Viana, José Silvestre, Armando Samico, Luís Martins Miranda, Fausto Venâncio , Edmundo Brito, Ivaldo Vieira, Rível Rocha, Severino Pereira e Aquino de Farias Reis.

[128] "Professor Armando Samico – Secretário de Segurança Pública; Ordolito Azevedo – Diretor do DOPS; José Silvestre – Delegado de Segurança Social; Carlos de Brito – Delegado de roubos e furtos; Aquino de Farias – Delegado de acidentes; Luís Martins de Miranda – investigador; Fausto Venâncio – investigador; Edmundo Brito – Investigador; Ivaldo Vieira – Investigador; Severino Pereira – Investigador; Rível Rocha – Investigador; Cesário – Investigador" (RECIFE, 2013, não paginado).

[129] Então responsável pela política institucional e nacional de extensão (CRUTAC-PE), pelo Departamento de assuntos estudantis, pelo Departamento de integração comunitária (Departamento e Extensão Cultural), a Televisão Universitária, a Imprensa Universitária, dentre outros órgãos importantes (UFPE, 1974; 26/03/1972, p. 10). Em 2013, no contexto da Comissão Nacional da Verdade (CNV), a certidão de óbito emitida por efeito do "processo de retificação de assentamento do registro civil de óbito de Odijas de Carvalho de Souza" apontaria como "causa da morte" o "homicídio por lesões corporais múltiplas decorrentes de atos de tortura"(RECIFE, 2013, s/p). Nada obstante, o então Secretário de Segurança não se encontra na lista de agentes do Estado responsáveis por graves violações dos direitos humanos publicada no relatório final desta Comissão. São responsabilizados pelo referido crime os policiais Carlos de Brito, José de Oliveira Silvestre, Rível Gomes da Rocha (1940 - igualmente envolvido no caso do padre Henrique) e Luís Martins de Miranda Filho (1927-2001 - BRASIL, 2014a).

passaram os professores Heraldo Almeida (1970) e Arthur Coutinho, (1971-1972), na época Diretor da Faculdade de Medicina da UFPE (*Diário de Pernambuco* – 21/03/1972, p. 6). Durante a posse no auditório João Alfredo, o professor Lauro de Oliveira, representante do secretário de educação e cultura saudou o policial "como um dos autênticos líderes da revolução democrática de 1964"[130] (*Diário de Pernambuco* – 28/03/1972, p. 1). À frente da PRAC permaneceu entre março de 1972 e agosto 1975. Como membro do núcleo duro do reitorado Marcionilo Barros Lins, o docente e legista se responsabilizava, igualmente, pela maioria das comissões disciplinares e de outras questões relacionadas à ordem, à segurança e à moralidade da UFPE.

Seu primeiro trabalho na reitoria foi organizar e palestrar no "oitavo aniversário da Revolução de 31 de março de 1964" (*Diário de Pernambuco* –30/03/1972, p. 7). Como gestor acadêmico também ajudou seu antecessor, o professor Arthur Coutinho, a dissolver e suspender o diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina devido às críticas publicadas no jornal "Esculápio" contra o Projeto Rondon: "Projeto Rondon ou uma receita para viajar" (*Diário de Pernambuco* –13/04/1973, p. 7).

O novo pró-reitor se dedicou igualmente na implantação, em todas as escolas do estado, da disciplina obrigatória de Educação Moral e Cívica (EMC). Assim não apenas ajudou a organizar o "I Seminário Nacional para professor de EMC", como apresentou a conferência "O papel do professor no combate às toxicomanias" (*Diário de Pernambuco* – 27/01/1972, p. 8)[131]. Na publicidade do evento, para além do currículo acadêmico, apresentava-se como "assessor do comandante do IV Exército", o General Dale Coutinho[132]. Fazia parte, da mesma maneira, de grupo de orientação da "Assessoria de moral e cívica" da Secretaria de Educação e Cultura do estado de Pernambuco[133] (depois Coordenação) com Humberto de Vasconcelos, Antônio Carlos de Souza Ferraz, Orlando da Cunha Parahym e Jamil Daher (*Diário de Pernambuco* – 14/03/1972, p. 6).

[130] Estavam igualmente presentes o senador Wilson Campos (ARENA), o general Bento Magalhães (Chefe do Estado maior do 4º Exército); o deputado federal Marcos Antônio Maciel (ARENA); os delegados e dirigentes da Segurança Pública do estado.

[131] Na presença do governador Eraldo Gueiros, do professor e secretário de educação e cultura, Manoel Costa Cavalcanti, e do ministro do MEC, coronel Jarbas Passarinho.

[132] O oficial conhecido como "intransigente defensor das medidas de endurecimento do regime militar". Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vicente-de-paulo-dale-coutinho; https://www.cartacapital.com.br/politica/a-aula-de-jornalismo-que-o-general-deu-a-mino-carta; Acesso em: 10 dez. 2017.

[133] Compunham a Assessoria os professores Lauro de Oliveira (Presidente), Maria Auxiliadora e Silva, Maria Marta Sampaio de Mendonça, Maria Zélia Pessoa de Souza Alcântara e Walter Pontes.

Aproximando a UFPE do IV Exército, o Pró-reitor Armando Samico promoveu o concurso "Exército: sua contribuição no campo da educação" (*Diário de Pernambuco* – 06/10/1972, p. 7). Ainda na qualidade de Pró-reitor presidiu a reunião do Seminário de Tropicologia "Play-grounds e trópico" (*Diário de Pernambuco*, 29/11/1973, p. 28) e saudou oficialmente o professor Ariano Suassuna por ocasião de sua saída do departamento de extensão cultural (DEC/UFPE) para a Secretaria de Educação e Cultura do Recife (*Diário de Pernambuco* – 01/09/1974, p. 24).

No último ano à frente da PRAC o titular de medicina legal propôs a cobrança de taxas de assistência estudantil tal qual "um passo para implantação do ensino pago", conforme proposta defendida pelo reitor Marcionilo Barros Lins. Na época, mesmo as organizações estudantis ligadas ao governo promoveram uma pesquisa criticando a medida (*Diário de Pernambuco* – 11/07/1975, p. 12). Ainda naquele ano o policial docente concorreu à lista sêxtupla de candidato a reitor da UFPE, alcançando o penúltimo lugar. Para os quadros do DCE, em franca campanha pelo professor Paulo Maciel (FCE), o dentista possuía fama de "carrasco": "Pelo cargo que ocupa, está sempre em atrito com os estudantes [...] sua opinião sempre prevalece, pondo um ponto final às discussões". Ainda assim era considerado um dos candidatos mais fortes do pleito devido ao seu prestígio e influência na rede de informação e segurança do governo (*Diário de Pernambuco* – 01/08/1975, p. 7; 02/08/1975, p. 6; 09/09/1975, p. 7). No discurso de despedida, o ex-reitor Marcionilo Lins agradeceu o "companheiro de lutas desde os tempos idos de Faculdade do Derby [FMR], a quem coube a difícil missão de desenvolver a extensão em toda plenitude" (*Diário de Pernambuco* – 23/09/1975, p. 3).

Para seu lugar na PRAC, o novo reitor Paulo Maciel nomeou o professor Sebastião Barreto Campelo (Escola de engenharia da UFPE), colega do Seminário de Tropicologia, antigo secretário de viação e obras do Recife e ex-presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA – *Diário de Pernambuco* – 04/11/1975, p. 7). Sob os votos de congratulações proposto pelo deputado Osvaldo Rabelo (ARENA), o titular de medicina legal e deontologia[134] é nomeado rapidamente em outubro do mesmo período presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco (IPSEP), do governo Moura Cavalcanti (1975 – 1979 - *Diário de Pernambuco* – 29/09/1975, p. 3; 24/10/1975, p. 5).

[134] Filosofia da moral desenvolvida pelo idealizador do *Panopticon*, o filósofo e jurista Jeremy Bentham (1748-1832). O panóptico foi uma tecnologia arquitetônica que visava tornar mais eficiente o controle de instituições prisionais, hospitalares, escolares, trabalhistas, etc. Em análise sobre a sociedade disciplinar Michel Foucault examinou o panoptismo com uma tecnologia política com fins de ordenação, submissão, acumulação, vigilância e otimização dos corpos humanos (1748 – 1842 – FOUCAULT, 2014; CASTRO 2009).

Anos mais tarde, no decurso do governo Roberto Magalhães (PDS - 1983-1986), o antigo titular de medicina legal da UFPE seria nomeado presidente da FESP (atual UPE). No momento da publicação do relatório do Projeto Brasil Nunca Mais[135] (BNM), no ano de 1985, o então dirigente do estabelecimento superior estadual é citado em denúncias de tortura, assim como o então titular da SSP/PE, Mauni Antônio Figueiredo (BNM, São Paulo, 1985, col. 3 p. 194). De imediato, o governador saiu em defesa de seus homens que permaneceram nos cargos ocupados. Até hoje a faixada do Instituto de Criminalística professor Armando Samico exibe as honras conferidas pelo governo do estado de Pernambuco ao professor, agente de segurança e político.

[135] Inciativa da sociedade civil liderada pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo. Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/; Acesso em 11 dez. 2017.

5 UNIVERSIDADE TROPICAL: PRÁTICAS ACADÊMICAS E CULTURAIS NOS ANOS DE DITADURA

"O que não é dos trópicos, foi **colonial** ou pressente **tropicologia**.../ mas onde como quando (des) encontrar/ **uma elite a serviço de um povo** ou/ **os problemas tropicais de interesse largamente humano?**" (BRITO, 2002, p. 174)

"Com quantos quilos de medo se faz uma tradição" (ZÉ, 1972)

Whats there to live for?/ Whos needs the Peace Corps? (ZAPPA; THE MOTHERS OF INVENTION, 1968)

Neste capítulo a formação recente do tríptico universitário - ensino, pesquisa e extensão - é analisado entre 1964 e 1975, através do seu cotidiano e de sua institucionalização nacional e regional da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A busca por controlar e reestruturar a universidade brasileira pela conjução desses pilares acadêmicos, durante a ditadura militar, conviveu com diferentes formas de resistência, adesão e acomodação. A literatura tem destacado, para além da reconhecida ação repressiva, a reformulação da universidade em seus aspectos administrativos, acadêmicos e complementares (culturais, esportivos, médicos, dentre outros).

A captura pelo regime da agenda do Movimento de reforma universitária se opera pela paulatina apropriação dos quesitos técnicos reivindicados e pela interdição das questões políticas que emergem após a II Guerra Mundial. A reestruturação da educação superior no auge da ditadura surpreendeu a elite acadêmica adesista, do mesmo modo que setores progressistas da universidade. De tal maneira que professores, pesquisadores, administrativos, estudantes, militares, políticos e empresários se encontraram na encruzilhada da Lei 5.540 de 1968 e de outros dispositivos que duplamente articulavam conservação e mudança na academia.

Na então Universidade do Recife (UR - Atual UFPE) os primeiros vetores de transformação se iniciam ainda antes do golpe com a criação do Serviço de Extensão Cultural(SEC) e com a publicação do novo estatuto da UR em 1962. Sob a liderança de Paulo Freire o SEC contemplava um projeto de educação e de cultura popular que inaugurou o primeiro organismo institucional de extensão universitária no Brasil (VERAS, 2010; 2012). Na época a Equipe Paulo Freire de Extensão auxiliou também a criação de órgãos e programas similares em todo território nacional. Após os expurgos de 1964, a reestruturação da educação é centralizada por quadros do novo governo, de tal modo, assumindo um tom de manutenção

do *status quo* e de valores do regime (patriotismo, cristianismo e anticomunismo), como se observa no "Simpósio sobre Problemática Universitária" da UR em 1965 (1965). A conferência de abertura deste evento projeta a principal liderança intelectual do Grupo de trabalho de reforma universitária que redigiu a Lei 5540/68 (BRASIL, 1968), o professor Newton Sucupira.

Durante o encontro, o polímato Gilberto Freyre também estabeleceu, a partir da ideia do "Seminário Tanenbaum" da Universidade Columbia, os pressupostos "elitista" e "regionalistas"de uma nova prática acadêmica chamada de "Seminário de Tropicologia" ou "Tanenbaum Recife" (FREYRE, 1965). Por quase duas décadas o autor de *Casa-grande & Senzala* dirigiria, da reitoria da UFPE, o fórum que conectava "trópico" aos mais diversos temas e que reunia importantes nomes da alta sociedade política, militar, econômica e intelectual brasileira. Como afirmava na época, trópico e desenvolvimento se tornaram sinônimos no contexto da pretensa "Revolução".

Os órgãos de extensão e cultura, criados no início dos anos 1960, inseriram-se, paulatinamente, na dinâmica ditatorial. Na UFPE, o antigo SEC é transformado em Departamento de Extensão Cultural (DEC) e ampliado em 1971 como Pró-reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC). Esta dinâmica possibilitou convênios culturais e artísticos que se opunham e se acomodavam às ideias nacionalistas do regime, como se deu respectivamente, no caso do Teatro Popular do Nordeste e do Movimento Armorial. Do mesmo modo que suscitou a participação e a liderança institucional em programas de extensão e ação comunitária do governo, como o Projeto Rondon e do Centro Rural e Universitário de Ação Comunitária (CRUTAC).

Os órgãos de extensão e cultura da UFPE contaram, por este ângulo, com direção de intelectuais e artistas com diferentes posições em relação às forças vitoriosas de 1964. Dentre estes agentes encontram-se adesistas, como Newton Sucupira (DEC - 1965 – 1969) e Armando Samico (PRAC - 1972 – 1975), opositores, como o dramaturgo Hermilo Borba Filho (Divisão de Divulgação, Intercâmbio e Extensão Cultural do DEC– 1965 – 1969), e acomodados, divididos entre a adesão e a oposição, como o escritor Ariano Suassuna (DEC - 1969 – 1974).

O recrudescimento da ditadura no final dos anos 1960 coexiste, similarmente, com a normatização dos Programas de Pós-Graduação e com a intervenção nos currículos escolares pela obrigatoriedade, em todos os níveis e modalidades de ensino, da Educação Moral e Cívica (EMC). A promoção do ensino do 4º, leia-se a pós-graduação, se dava ao lado da busca por curricularizar os valores conservadores do regime.

O capítulo analisa de tal modo a intersecção regime militar e universidade através dos usos destas práticas acadêmicas com fins de adesão, acomodação e, em menor proporção,

resistência. A proposta é analisar como dirigentes universitários se conjugaram com o Regime Militar, ou seja, com os diferentes meios e interesses através dos quais compartilharam práticas, valores, projetos, colaboradores e, também, se afastaram do Estado de exceção. Assim, os principais documentos consultados foram produzidos pelos organismos estatais e observam o recorte temporal do presente trabalho (1964 – 1975): *Jornal Universitário* da UFPE, relatórios institucionais da UFPE e do MEC, o *Diário de Pernambuco*, leis e decretos nacionais e institucionais e monografias especializadas.

5.1 "SIMPÓSIO SOBRE PROBLEMÁTICA UNIVERSITÁRIA": "SERVIÇOS SUPÉRFLUOS" E "UM NOVO TIPO DE SEMINÁRIO"

Na noite de 23 de março de 1965, o salão nobre da FDR deu lugar à abertura do "Simpósio sobre Problemática Universitária", da UR[1]. Os mestres vestidos de ternos negros, brancos e caquis cruzavam os portais e móveis de madeira escura e dura, madeira de lei como chamavam desde os tempos de Cabral, numa composição fálica, tal qual a estrutura patriarcal de poder universitário vigente.

Entre a estrutura arquitetônica neoclássica e as janelas que subiam altivas, uma luz amarela emanava do lustre de cristal que descia da abóbada central e seus vitrais. Um amplo salão central levava a dois lances de escada sobre o qual se deitava um tapete vermelho em sintonia com as cortinas igualmente rubras. Sobre o carpete jazia uma mesa de madeira robusta, atrás da qual se erguiam cinco cadeiras cuja peça central lembrava um trono lusotropical. Naquele conjunto a força menos científica do que mundana da FDR ganhava forma arquitetônica e mobiliária na qual os arranjos das peças ressoavam com os signos do decadente centro da política universitária do norte e nordeste do Brasil. A crescente expansão universitária do Brasil colocava em xeque o papel da cidade quanto à formação superior das elites regionais.

O evento idealizado no contexto das comemorações de um ano da "Revolução" reunia "as vozes mais autorizadas" a traçar os "rumos definidos" e o "caminho seguro" a ser percorrido pela instituição nos próximos anos (1965, p. 7). O Reitor escolhido pelo Marechal Castelo Branco em lista tríplice por ocasião da renúncia do reitor João Alfredo (EBAP), em junho de 1964, contava com a Coordenação do professor Luiz Delgado (FDR e FAFIP), Secretaria Geral

[1]Em novembro do mesmo ano a instituição passaria a se chamar UFPE por força de Lei 4759 de 1965: "Marco simbólico da disposição dos líderes do regime militar para submeter as universidades a um controle mais estrito: a partir de então, todas elas foram obrigadas a acrescentar 'federal' no nome" (MOTTA, 2014a, p. 75).

de Palhares Moreira Reis (Diretor do Instituto de Ciências Políticas e Sociais da UR) e assessoria do professor Newton Sucupira (FAFIP, FCE e CFE)[2].

Ao longo dos meses de março e abril foram realizadas 10 conferências com os seguintes temas e expositores: "A universidade brasileira, sua ideia e realização" (professor Newton Sucupira da FAFIP, FCE e do CFE – debatedor: professor Gláucio Veiga da FDR); "O novo ordenamento jurídico da UR, estrutura e organização" (professor Gilberto Osório de Andrade, da FAFIFP e do Instituto de Ciências da Terra – debatedor: professor Sá Barreto – Faculdade de Administração); "As faculdade e a integração universitária do Recife: institutos, departamentos e ensino básico" (professor Marcionilo Lins, da FMR e do Instituto de Química – debatedor: professor Bezerra Coutinho - FMR); "Ensino e desenvolvimento da pesquisa científica na UR: ciências biológicas" (professor Nelson Chaves, da FMR, FAFIPE e do Instituto de Nutrição – debatedor: professor Amaury Coutinho– FMR e ESQ); "Ensino e desenvolvimento da pesquisa científica na UR, nas ciências físicas" (vice-reitor Jônio Lemos, das Faculdades de Arquitetura); "Um novo tipo de seminário (Tannenbaum) em desenvolvimento na Universidade de Columbia e a conveniência da adaptação de seus métodos à UR" (professor honorário Gilberto Freyre – debatedor: professor Newton Sucupira da FAFIP); "Contribuição da UR aos problemas do desenvolvimento regional" (professor Fernando Mota da FCE, depois substituído pelo professor Vamireh Chacon da FDR); "Uma experiência secular de ensino superior no Brasil: o estudo de Direito" (professor Luiz Delgado, da FDR e da FAFIPE – debatedor: professor Newton Sucupira); "A UR e o problema educacional" (professor Carlos Macie da FAFIP); "A formação do docente universitário" (professor Lourival Vilanova da FDR e FCE – debatedor: Nelson Nogueira Saldanha da FDR)

A sessão inaugural foi presidida pelo reitor Murilo Guimarães e regida pelo professor Newton Sucupira. A fala condensava tanto parte das inquietações que perpassaria todo "Simpósio", quanto a produção de uma consciência institucional que possibilitasse a prática eficiente e atualizada do ensino, da pesquisa e da gestão universitária. Segundo o conferencista, a ideia "concreta" e "adequada" de universidade brasileira deveria articular práticas culturais e científicas ocidentais e regionais.

A base histórica desta "universidade autêntica" estava em sua forma alemã e anglo-saxônica (SUCUPIRA, 1965, p. 21). Da primeira, a *widdendchaft* e a *bildung*, ciência e formação cultural, assim como os ideais práticos de fidalguia, democracia e pesquisa da

[2] Sobre o Simpósio conferir também: *Diário de Pernambuco* – 28/03/65, p.6; 04/04/1965, p. 9; 11/04/65, p. 4;19/09/65, p. 1-2.

segunda. De tal modo o professor Newton Sucupira listou as três crises contemporâneas que atravessavam esta tradição institucional: o imperativo de especialização técnica e científica, a mundialização do capitalismo industrial e a emergência da sociedade de massas.

Talvez sem desconfiar que o governo militar perduraria por mais de duas décadas e de sua futura liderança no programa de educação superior ditatorial, o palestrante se queixava: "aceitamos passivamente decretos e portarias que pouco a pouco vão anulando a independência institucional amplamente garantida na lei de diretrizes e Bases" (1965, p. 22) ou "uma universidade nacional [...] não se institui pela vontade da lei" (1965, p. 26).

Assim, seguia explicitando os elementos básicos da reforma, a partir de seus principais pontos: extinção das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), centralização e reformulação da estrutura administrativa, substituição das cátedras pelos departamentos de ensino, fomento à pesquisa através dos Institutos de pesquisa e participação na política de desenvolvimento econômico e segurança nacional. Nesta perspectiva, a experiência da Universidade de Brasília é representada como principal modelo para a reforma.

O professor apontava a missão de conciliar as antigas e as novas funções universitárias como os principais obstáculos das ditas "multiversidades". O conceito muito em moda na época fora criado pelo professor Clark Keer (2001), então presidente da Universidade da Califórnia (Berkeley),para descrever a multiplicidade de funções, de estruturas e de público das universidades modernas. Sucupira também defendia que a "radicalização ideológica" comprometeu o debate da reforma universitária. Neste sentido, responsabilizava os marxistas e seus interlocutores da "antiga UNE" pelas reivindicações por democratização da universidade, eliminação do vestibular, supressão das cátedras e participação nos órgãos deliberativos. Tal visão concebia o movimento social de reforma universitária como subversivo, uma vez que terminava contribuindo para que os professores se posicionassem contra as mudanças necessárias (1965, p. 33-34).

Outro fator de dificuldade citado pelo conferencista estava no próprio corpo docente e na "inércia institucional" cujo corporativismo sobrepunha os interesses públicos àqueles de ordem pessoal. Por outro lado, sinalizava para a ameaça constante que o governo e a burocracia impunham à autonomia didática, administrativa e financeira da universidade, deste modo sugerindo a fundação pública como modelo institucional mais adequado a estas instituições.

O processo de institucionalização da extensão inaugurado pelo SEC/UR é descrito como prática de "pretexto demagógico", ao qual Newton Sucupira sentencia que "não há de ser ocupando-se com a alfabetização de adultos ou rebaixando seus níveis que a universidade poderá ser útil aos interesses brasileiros" (1965, p. 27) e conclui mais adiante: "gastam-se somas

vultuosas [...] com serviços supérfluos, desvia-se a universidade de suas finalidades essenciais (já se pretendeu fazer dela agência de alfabetização de adultos)" (1965, p. 33).

Seu discurso era indiferente ao futuro dos antigos colegas, professores, técnicos administrativos e estudantes, presos no contexto do AI-I e sob judice do Inquérito Policial Militar, o IPM da UR, pelos trabalhos desenvolvidos no SEC e no MCP. Sintonizava-se com o regime e seu mais importante aliado no ambiente intelectual brasileiro:

> Como acentua Gilberto Freyre, o desenvolvimento de uma moderna civilização no Brasil está se tornando cada vez mais o desenvolvimento de um novo tipo de civilização que faz os brasileiros já consideráveis pioneiros em sua história, pioneiros de um novo e mais excitante futuro; se mais do que qualquer outro povo estão eles desenvolvendo uma civilização moderna nos trópicos cujos traços predominantes são europeus, mas cujas perspectivas são extra-europeias, a universidade brasileira perderia sua significação e oportunidade se ficasse à margem desse movimento de cultura, se não se tornasse o centro onde adquirem consciência as forças criadoras deste novo tipo de civilização, se não fosse ao mesmo tempo intérprete e instrumento de ativação desse processo. Somente identificando-se com essas novas forças culturais e com as aspirações do povo brasileiro, sem prejuízo de sua lealdade aos valores universais do espirito, é que a Universidade brasileira pode tornar-se uma das forças vivas de nossa cultura e da nacionalidade" (1965, p. 32).

Em outras seções, os professores Gilberto Osório de Andrade (FAFIP) e Marcionilo Lins (FMR) descreveram como o novo Estatuto da UR, revisado por comissão criada com este fim durante a gestão do reitor João Alfredo, antecipara alguns aspectos da reforma universitária. A integração entre o ensino e a pesquisa ganhou forma nas faculdades, escolas e institutos, e em seus respectivos departamentos de ensino (Faculdades e Escolas) e divisões de pesquisa (Institutos).

Os primeiros Institutos foram criados nos anos 1950, a partir das cátedras de ensino e da Reitoria, para angariar dotações orçamentárias com fins de pesquisa e trabalhos específicos. Foi assim que surgiram os Institutos Especializados de Antibióticos, Geologia, Micologia, Oceanografia, Nutrição, Física e Matemática. Estes órgãos tradicionais conviviam com a nova estrutura de departamento e institutos centrais (e suas respectivas divisões, por exemplo, filosofia, história, educação, antropologia, etc.) em detrimento do par cátedra e congregação.

O próprio plano da Cidade Universitária já começava, aliás, a ser repensado a partir do novo estatuto, assim, transitando das escolas profissionais para os institutos centrais (OSÓRIO, 1965, p. 41 - 66; LINS, 1965, p. 67 - 74). A formação da consciência universitária por meio da

transição da cátedra para os departamentos e o regime de dedicação exclusiva foram também objeto da conferência do professor Lourival Vilanova (VILANOVA, 1965).

Os professores Nelson Chaves e Jônio Lemos dissertaram sobre as pesquisas desenvolvidas em biologia, física e matemática (CHAVES, 1965; LEMOS, 1965)[3]. Ambos reforçaram a importância do regime integral para o sucesso da empreitada científica, aliás, sugerindo um regime de trabalho que se diferenciasse do funcionalismo público federal. Nas duas falas, a SUDENE figura como órgão estratégico de fomento à pesquisa regional.

O professor Nelson Chaves apontava, do mesmo modo, como os centros universitários e científicos do Sudeste do Brasil colaboravam com a formação de pesquisadores e técnicos, tanto quanto impulsionava a drenagem regional de cérebros. Já o professor Jônio Lemos descreveu a evolução do Instituto de Física e Matemática desde os tempos do saudoso professor Luiz Freire (MONTENEGRO; SIQUEIRA; AGUIAR, 1995) até os trabalhos correntes de novos organismos como o Centro de Ciências do Nordeste (CECINE) e do Centro de Energia Nuclear da Universidade do Recife (CENUR). Este último à frente no auge do programa de desenvolvimento nacional do regime de um ambicioso projeto de usina atômica em Pernambuco.

Ademais, o professor Vamireh Chacon problematizou a expansão da educação superior em detrimento da educação básica, bem como a necessidade de racionalizar a evolução destas despesas no orçamento federal. Por conseguinte, ressaltou a importância de ir além da expansão da educação escolar, sobretudo de qualificar os cursos nas áreas estratégicas de formação de especialistas do desenvolvimento: técnicos e tecnólogos matizados, agrônomos, engenheiros, médicos, economistas, administradores, advogados, geólogos, professores, e cientistas (CHACON, 1965).

O professor Luiz Delgado defendeu a tradição centenária da FDR para integrar e liderar a reformulação da UR (DELGADO, 1965). Em contrapartida, o professor Carlos Maciel teceu críticas à política educacional vigente. Os principais pontos de contestação diziam do investimento massivo em educação superior, em detrimento da educação básica, à fase imobiliária das Universidades e seus projetos de “cidade universitárias artificiais” e a cultura universitária: cartorial, sinecurista, patrimonialista e fisiologista. Outrossim o professor da FAFIPE observou a necessidade de interiorizar a universidade através de uma estrutura *multicampi* com foco na formação de professores (MACIEL, 1965).

[3]Conferir também *Diário de Pernambuco* 04/04/1965, p. 9.

Finalmente a elite acadêmica do Recife se reuniu na noite da segunda-feira, dia 12 de abril de 1965, para assistir à conferência de encerramento com o professor honorário da UFPE Gilberto Freyre. O escritor propôs na ocasião a criação de um seminário permanente na UFPE, tal qual iniciativa da Universidade de Columbia, liderada pelo economista Frank Tannenbaum (FREYRE, 1965)[4].

A proposição consistia num fórum de debate interdisciplinar de temas contemporâneos, a partir de disposição lúdica e não sistemática dos seus participantes. O seminário reuniria de forma desprendida e espontânea as elites tropicais, "pois o seminário Tannenbaum é elitista" (1965, p. 117), principalmente, estudiosos, professores, pesquisadores, cientistas, intelectuais, homens públicos, empresários e outros segmentos não comprometidos com uma rígida rotina escolar.

A proposta visava quebrar a ortodoxia acadêmica a partir de um espaço permanente de aplicação da ciência, da educação e da cultura universitária as operações "extra-universitárias" de indivíduos e grupos governamentais, privados, artísticos, internacionais, industriais e agrários. Aos "mestres universitários" cumpriamo ofício de "consultores ou orientadores sociológicos ou econômicos ou psicológicos, dessas organizações extra-universitárias em crescente contacto com universidades" (1965, p. 118).

Deste modo o Seminário Tannenbaum funcionava como uma câmara de relações composta por professores superiores e outras elites socioculturais. Seu alvo eram as gerações mais maduras de professores jubilados e altos profissionais da cultura, das forças armadas, da política, do empresariado como as "fundações do tipo da Ford e da Kellogg, da Rockfeller e da Guggenheim" (1965, p. 119). Uma alta sociedade chamada de "boêmios-criadores". Em vista disso, o seminário Tannembaum é apresentado como espaço de integração acadêmica, sociocultural e política entre universidade e grandes organizações públicas e privadas. A proposta metodológica contempla os usos ensaísticos da ciência aplicada à administração pública e privada, do mesmo modo que o desenvolvimento socioeconômico e tecnológico.

O antropólogo defendia que a partir de um programa como este seria possível falar de "Universidade" com "U" maiúsculo, enquanto "centro de estudo, de saber, de pesquisa, de crítica, de meditação, e não apenas de ensino prático ou profissional". Esta seria uma forma por meio do qual a instituição conciliaria e equilibraria os extremos apolíneos e dionisíacos suscitados pelas práticas internas e externas da academia (1965, p. 121).

[4] A conferência se encontra também publicada no *Diário de Pernambuco*, ocupando páginas inteiras do periódico: 12/09/1965, p. 1-2; 19/09/1965, p. 1-2; 26/09/1965, p. 1-2; 03/10/1965, p. 1-2; 10/10;1965, p. 1-2.

Aos estudantes facultava-se desfrutar dos seminários com os "indivíduos ilustres", nada obstante, "sem o direito [...] de participação efetiva nas discussões". Esta interlocução cabia exclusivamente aos mediadores dos debates no final das conferências, à vista disso "resistindo-se ao argumento da chamada democratização dos diálogos" (1965, p. 122).

Por outro lado, a adaptação do "seminário Tannembaum", isto é, seu "abrasileiramento" e "nordestinação" (1965, p. 127) dava-se pelo método desprendido e pelo conteúdo propriamente tropical, isto é, o "estudo da civilização brasileira como uma civilização moderna em desenvolvimento num espaço tropical" (1965, p. 133). Como este fim, evitar-se-iam igualmente os perigos da excessiva burocracia típica dos departamentos e institutos universitários. Inclusive a UR já possuía para tanto a Divisão de Antropologia Tropical do Instituto de Ciências do Homem (ICH). O papel da UR seria, neste caso, o de financiador, de tal modo assegurando o espaço, os recursos materiais e a teia de relações institucionais e individuais ao seminário e ao seu futuro diretor.

A perspectiva regional do evento aparece como contraface dos temas nacionais, continentais e universais. O regional é, em vista disso, um espectro da problemática geral da universidade moderna. É neste ângulo que defende que toda universidade é situacional e regional. Daí a sugestão pelo uso não sistemático de metodologias interdisciplinares e comparativas que tenham em vista objetos adjacentes, tangíveis e imediatos.

Gilberto Freyre reafirmou nesta lógica que o sucesso da proposta dependeria da participação majoritária de indivíduos maduros, embora não excluíssem jovens geniais versados em diferentes áreas como sua própria geração da década de 1920. Conforme o Seminário Tannembaum, a maturidade intelectual materializava-se pela participação efetiva de "seniors scholars", professores eméritos, isto é, "uma espécie de alta classe média ou de alta burguesia no tempo" (1965, p. 136). Esta lógica geracional se pautava "mais pela prudência, pela medida, pela defesa [...] dos interesses estabelecidos e dos padrões consagrados [...] do que aquela independência na crítica e por aquele arrojo inovador" (1965, p. 36). Como em Columbia, o seminário consolidaria um espaço institucional através do qual os mais jovens desfrutariam "dos seus indivíduos supradotados" (1965, p. 137).

De toda forma reconhece que apesar da "orientação [...] elitista, isto é, de um tanto aristocraticamente valorizadora das elites, dentro dos sistemas universitários", também pode ser compreendida como expressão das "nações [...] democráticas" e "meritocráticas" (1965, p. 138). Os "scholars seniors" presentes não desconsideravam que o simpósio que se encerrava naquele dia, participava silenciosamente das celebrações de um ano da "revolução de 1964".

Assim anunciava-lhes a repercussão "pan-brasileira", "pan-humana" e "pan-tropical" do nascente Seminário de Tropicologia:

> Esse futuro, do ponto de vista brasileiro, é o de uma comunidade em desenvolvimento nos trópicos, o de uma cultura em processo de consolidação, em áreas tropicais, o de um novo tipo de homem através de crescente interpenetração eurotropical de raças e de culturas regionais ou nacionais (1965, p. 139).

Durante o debate, o professor Newton Sucupira refirmou a proposta e a escolha de Gilberto Freyre para a direção do seminário: "cremos que um seminário desse tipo seria particularmente frutífero no estudo dos problemas da cultura brasileira, reunindo especialistas de diversas áreas com o fim de nos dar uma visão diversificada, mas organicamente unitária" (1965, p. 218).

No geral, as conferências assinalaram algumas das problemáticas que condicionaram a reformulação da universidade brasileira e da UFPE nos anos 1960. Inicialmente um eixo técnico voltado para consolidação de estruturas institucionais que dessem suporte à integração entre o ensino superior e a pesquisa científica, a partir de uma adesão institucional e política à plataforma ditatorial. Toda pauta por democratização do acesso e da participação nos órgãos deliberativos universitários é assim rejeitada como subversão comunista e estudantil.

O professor Newton Sucupira exercitava, na ocasião, as possibilidades e sugestões técnicas de mudanças das quais seria maestro na reforma de 1968. Para isto, precisaria equilibrar os interesses dos militares, empresários e catedráticos às reivindicações de estudantes, de professores e de pessoal técnico engajados no movimento de reforma universitária. As ambições dos primeiros seriam contempladas pela ênfase da universidade como instituição de formação profissional, bem como de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico. De outro modo, a manutenção do poder político e sociocultural das antigas cátedras e dos professores superiores se reproduzia nos departamentos, programas de pós-graduação, comissões, conselhos departamentais e universitários. Num só golpe se garantia a conservação do "status quo" e os mecanismos de recrutamento e de reprodução sociocultural da universidade[5].

[5]Para o caso específico da universidade brasileira ver: PERRUCI, 1988; VERAS, 2012. Sobre a dinâmica de reprodução social do campo universitário ver: BOURDIEU, 2011; CHARLES, 1994.

Por outro lado, contemplavam-se parcialmente as reivindicações do movimento de reforma universitária pela implantação da dedicação exclusiva, pela expansão dos cursos de graduação e pós-graduação e pelo fim das cátedras. Este movimento se deu em detrimento do ângulo político reivindicado, especialmente, quanto à maior participação dos estudantes nos espaços de decisão e a democratização da universidade.

Neste sentido, há uma inversão político-pedagógica da universidade popular reivindicada pelo campo de esquerda. Estes grupos lutavam pela abertura e pelo diálogo entre universidade e organizações populares, a partir de práticas interdisciplinares, participativas e contínuas de extensão popular ou cultural com fins de desenvolvimento regional e democratização da cultura.

Contra esta lógica invoca-se a tradição fidalga da FDR, a liderança dos "oldscholars" e o diálogo universitário com a elite empresarial, militar, política e religiosa. Esta rede de sociabilidade arregimentada em torno do "Seminário de tropicologia" e de outros fóruns proporcionou espaços permanentes de estabelecimento de vínculos de amizade e de interesse, de compartilhamento de práticas e de recursos, enfim, de mediações socioculturais e políticas relevantes para ascensão nos espaços de poder do regime militar. São as linhas de captura que inserem a UR num modelo nacional de universidade moderna no Brasil, ao mesmo tempo, que lhe confere estatuto próprio quanto aos corpos, aos saberes e aos fazeres da academia, tal qual uma universidade tropical.

5.2 PRÁTICAS DE EXTENSÃO NOS PRIMEIROS ANOS DE DITADURA: O DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO CULTURAL (DEC) DA UFPE

Quando em abril de 1964 os militares saquearam o sobrado da Rua Gervásio Pires, nº 674, 1º andar, sede do SEC, reprimia-se uma inovadora experiência de educação da época com bases na nascente pedagogia Paulo Freire:

> O edifício era a sede do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (SEC/UR), criado há dois anos por iniciativa do reitor João Alfredo e de Paulo Freire[...] Os visitantes indesejados procuravam a subversiva cartilha do Sistema Paulo Freire de Educação, sistema cuja principal característica era alfabetizar a partir do universo vocabular do educando, desta forma, abolindo o uso das cartilhas de ABC. Não encontraram a "subversiva" cartilha que procuravam. Não tinha como, afinal, ela não existia. No entanto, aproveitaram o ensejo para recolher documentos e os modernos projetores de slide utilizados nas aulas de alfabetização. A suposta fabricação polonesa fazia crescer a imaginação dos investigadores quanto às utilizações escusas e

> subversivas do instrumento didático. Livros, fichários, revistas, fotos, arquivos, registros completos de pesquisa e outros materiais sem valor aparente foram empilhados em frente ao edifício. Na televisão "um locutor em *off*, ensandecido, dizia que aquilo era altamente subversivo". (VERAS, 2012, p. 19-20)

A UR inaugurara em 1962 o primeiro organismo institucional de extensão no Brasil em diálogo com os movimentos de educação e de cultura popular. A iniciativa liderada por Paulo Freire propunha uma nova concepção de educação, a partir de experiências de uma renovada "extensão cultural" ou "popular". Os primeiros trabalhos ditos de "Extensão universitária" foram desenvolvidos por universidades anglo-americanas no final do século XIX. A experiência inglesa centrava-se na realização de cursos livres para grupos sociais, enquanto o caso americano partia da prestação de serviços comunitários. A realização dos primeiros cursos de extensão no Brasil se dera em 1914, através da natimorta Universidade de São Paulo, enquanto a prestação de serviços comunitários por instituições de educação superior remonta às escolas agronômicas de Viçosa e de Lavras nos anos 1920 (NOGUEIRA, 2007).

Em termos legais, a extensão foi regulamentada no Brasil em 1931 pelo Estatuto da Universidade Brasileira (Lei 19.851). A lei previa a abertura de "cursos e conferências" coordenados pelos professores catedráticos. No geral, os conteúdos lecionados versavam amiúde sobre temas eruditos de pouca inserção social e que pouco contribuíam com a "solução de problemas sociais" do "grande público".

A Lei de Diretrizes e Bases de nº 4.024 de 1961 ratificou esta lógica, uma vez que a extensão é listada brevemente como uma modalidade de curso do ensino superior. Esta perspectiva é reproduzida no Estatuto da Universidade do Recife, que foi publicado em 1963 e revisado logo após o golpe de Estado de 1964 (UR, 1965). Todavia, a normativa é complementada, no âmbito da UR, pelo regulamento do SEC/UR e pelas atividades experimentadas entre 1962 e 1964.

Este processo de normatização se desdobra ao longo do governo militar pela reafirmação da prática de extensão como projeção do ensino e de serviços especiais da universidade (Decreto-lei 53/66 e 252/67 e Lei 5540/68), pela institucionalização das organizações de extensão (Decreto-lei 252/67), pela regulamentação da participação estudantil nos programas nacionais de ação comunitária[6](Lei 5540/68) - o Projeto Rondon (PR – Decreto 62.927/68) e a Comissão Incentivadora do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação

[6] Como tentariam renomear a extensão sem sucesso, na tentativa de apagar as vivências dinamizadas por esta atividade universitária nos anos anteriores ao golpe de Estado de 1964.

Comunitária (CINCRUTAC – Decreto-Lei 916/69) - e, finalmente, pela criação da Coordenação de Atividades de Extensão do MEC entre 1974 e 1979 (CODAE/MEC).

No entanto, esta previsão legal não foi acompanhada de um aporte orçamentário e pessoal que possibilitasse o desenvolvimento da Extensão. Uma fração desta estruturação apenas se tornou efetiva em 1968, a partir da criação de programas ditos de ação comunitária, especialmente o Projeto Rondon e o CINCRUTAC. Estes programas possuíam finalidades sub-reptícias de sublimação e de mobilização conservadora dos universitários, assim inserindo-se paulatinamente como um dos meandros políticos da reforma universitária ditatorial. Mas há uma potência latente que desabrochara alguns anos antes desta evolução molar da extensão e da ação comunitária.

Em 1961, uma greve estudantil se espalhou por quase todas as unidades da UR e da Universidade Rural de Pernambuco (URP - atual UFRPE). Após a ocupação da FDR e da EEP, os estudantes conseguiram afastar o diretor da FDR (o professor catedrático Soriano Neto) e o Reitor da URP (o professor catedrático Manoel Rodrigues Filho), aprovar a anistia dos grevistas e formar uma Comissão de reforma universitária cujos trabalhos influenciaram o novo estatuto da UR e a criação do SEC (VERAS, 2012).

A estrutura organizacional deste Serviço contemplava, então, um Setor de Educação, de Documentação, de Cinema, de Teatro, de Rádio e de Televisão. A vida curta da equipe Paulo Freire de extensão, entre 1962 e 1964, ficou, desse modo, marcada pelo desenvolvimento do sistema educacional freireano, da *Rádio Universidade* e da revista *Estudos Universitários*.

O trabalho centrado no diálogo, na emancipação sociocultural e no protagonismo popular e estudantil despertou a sanha de setores da intelectualidade brasileira, principalmente, da direita. Neste seguimento, foram taxados ambiguamente de “subversivos”, “comunistas”, “revisionistas” e “marxexistencialistas” (VERAS, 2012). Além disto, os professores catedráticos estavam escandalizados com a ousadia acadêmica de um simples técnico de educação que propunha aos “lentes” tornarem-se “educadores” integrados aos problemas do país (FREIRE, 1962). A proposta de fazer homens e mulheres pobres e iletrados em protagonistas de sua própria formação e emancipação, bem como inserí-los/as no cotidiano da universidade também causou profundo desconforto na classe universitária e em outros segmentos privilegiados da sociedade brasileira.

De forma inovadora a equipe do SEC desenvolveu em apenas dois anos experiências que contemplam um universo de práticas que seriam depois formalizadas como as atividades de extensão no final do século XX. Dos tradicionais cursos de extensão e prestação de serviços, aos projetos, programas, estágios, eventos, publicações, produção cultural, mobilidade

acadêmica e convênios. A metodologia intercedida pelo diálogo e pela troca de conhecimentos com educandos, organizações e grupos populares potencializava, da mesma maneira, os processos educacionais brasileiros e suas práticas didático-científicas arcaicas.

Com o golpe de Estado de 1964, os membros do SEC tornaram-se os principais alvos da chamada"operação limpeza" na UR, acionada pelo Ato Institucional. Após o expurgo de parte significativa da equipe Paulo Freire, o órgão passa a ser dirigido pelo jornalista Edmir Régis[7], que, entrementes, reorganiza-o com fins de difusão cultural da vida universitária[8]. Neste contexto, percebe-se, em conjunto, a tentativa sem sucesso do reitor João Alfredo de manter o seu mandato, para isto desvinculando-se das imagens de cúmplice de comunistas e subversivos que lhe colaram as matérias e denúncias públicas nos jornais[9].

Nesta perspectiva, o SEC é reestruturado em abril de 1965 como Departamento de Extensão Cultural (DEC), e sua direção delegada ao professor Newton Sucupira, o mesmo que alguns dias antes o definira publicamente como "serviço supérfluo [...] com pretextos demagógicos". Ao longo desta reformulação, os objetivos do DEC são estabelecidos nos seguintes termos: "coordenar o intercâmbio das diferentes atividades culturais; promover e orientar os serviços de expansão e extensão cultural aos estudantes; proporcionar assistência social e cultural aos estudantes; registrar as atividades escolares" (*Jornal Universitário*, Ago., 1968, p. 9).

Os antigos setores foram, por conseguinte, reestruturados como Divisões: a Divisão de Divulgação, Intercâmbio e Extensão Cultural; a Divisão de Imprensa e Rádio e a Divisão de Expediente Escolar e Serviço de Documentação. Esta estrutura insere-se num contexto mais amplo, por meio da qual as universidades brasileiras desenvolveram a extensão por aglutinação de todas as atividades ditas extra-universitárias (CARNEIRO, 1985).

De tal modo que a Divisão de Divulgação, Intercâmbio e Extensão Cultural atendia às demandas tradicionais da extensão: cursos de extensão e difusão cultural, corais, saraus, teatro estudantil, etc. (MEC, 1975). O órgão foi dirigido entre 1965 e 1969 pelo professor e dramaturgo Hermilo Borba Filho, possivelmente a convite do reitor Murilo Guimarães, velho mecenas do Teatro Popular do Nordeste (TPN). Na época, o setor promoveu quase todas as

[7] "Forças Armadas têm objetivo de descomunizar o país" (*Diário de Pernambuco* – 07/04/64, p. 3). Edmir assumiria em 1967 o mandato de secretário da Casa Civil do Governo do estado de Pernambuco, durante a gestão Nilo Coelho.
[8] "Regime de chuvas no NE será tema de curso na UR" e "Rádio universidade tem novos critérios: integração com a UR" (*Diário de Pernambuco* – 12/04/64, p. 3; 19/04/64, p. 3).
[9] Ver item 1.2

atividades do DEC por meio de uma agenda sofisticada de cursos, conferências, audições públicas (em convênio com o TPN), ciclos de cinema, coral universitário, aquisição de acervo para o Museu de Artes e Tradições Populares e Eruditas, pesquisas de música popular e religiosa e publicação de periódicos (revista *Estudos Universitários* e *Jornal Universitário* – UFPE, 1968).

A Divisão de Imprensa e rádio coordenava a Imprensa Universitária (futura Editora Universitária da UFPE), a Rádio Universitária da UFPE e a nascente Televisão Universitária da UFPE (TVU/UFPE). O reitor Murilo Guimarães designou em 1966 para sua direção o jornalista Edmir Regis, logo substituído pelo jornalista Esmaragado Marroquim Sousa (1967 – 1970)[10]. Os primeiros trabalhos se concentraram nas publicações de professores gestores e conselheiros (Costa Porto, Nelson Chaves, Palhares Moreira Reis, Maria do Carmo Tavares de Miranda e Marcionilo Lins), bem como a realização do I Salão de Encadernadores[11]. A instalação da TVU/UFPE entre 1967 e 1970 concentrou esforços significativos do setor de imprensa no período, principalmente quanto às negociações por aportes financeiros e técnicos do MEC e da Organização dos Estados Americanos (OEA), à doação do terreno da TVU/UFPE no bairro de Santo Amaro (Recife – PE) pelo Ministério do Exército e, finalmente, à defesa pública do projeto da TVU/UFPE, diante das críticas permanentes da imprensa e de políticosnativos (*Jornal Universitário* – Ago., 1967, p. 9; Jan., 1968, p. 11; Mar., 1968, p. 9; Dez., 1971, p. 8).

A Divisão de Expediente Escolar e Serviço de Documentação (depois Divisão de Expediente e Assitência Escolar) cumpria, sobretudo, ações de assistência estudantil, desportos e estágio. O setor assistia ao Restaurante Universitário (RU), às moradias e auxílios estudantis, aos diretórios estudantis, aos concursos de habilitação (depois vestibular) e à iniciação ao trabalho (*Jornal Universitário* – Ago., 1967, p. 12). O professor Ivancir Castro[12] dirigiu a Divisão entre 1965 e 1970, quando assumiu a Diretoria de Assistência ao Estudante do MEC, na gestão Jarbas Passarinho[13]. Na época o professor Newton Sucupira também ascendia ao

[10] O jornalista foi o diretor da *Revista do Nordeste*, que publicava autores recifenses, e diretor-secretário do Jornal do Commercio, especialmente o Suplemento literário, durante 30 anos (*Diário de Pernambuco* – 07/03/1967, p. 3). A escolha foi ambiguamente saudada pelo Deputado estadual Jaques Ferreira Lima (MDB) e pela Cruzada Democrática Feminina – 15/03/1967, p. 18; 18/03/1967, p. 6; 04/04/1967, p. 20).

[11] Não há relatórios sobre os trabalhos desenvolvidos pela Divisão. Nada obstante, os mesmo podem ser acompanhados pelos jornais: *Diário de Pernambuco* 19/01/1966, p. 3. 28/06/1966, p. 7.

[12] Professor da Escola de Engenharia que ocupou diversas funções na reitoria. Outorgado pelo Ministro do Exército, o General Orlando Geisel, Medalha do pacificador, mais alta condecoração do Exército Brasileiro concedida a civis (*Diário de Pernambuco* - 28/11/1971, p. 2)

[13] Sobre a Divisão de Expediente Escolar e Documentação consultar o *Diário de Pernambuco*: 19/03/1966, p. 8; 14/08/1966, p. 6.

Departamento de Assuntos Universitários (DAU/MEC). A dança das cadeiras assegurou à UFPE, e mais precisamente aos seus quadros do DEC/UFPE, os primeiros escalões do MEC durante o governo do General Presidente Médici, isto é, o período mais repressivo, violento e popular do regime miltiar.Também passou pela Divisão de Expediente Escolar da UFPE o professor Djair Barros Lima, futuro chefe de gabinete do reitor Marcionilo Lins e chefe da Assessoria Especial de Segurança e Informação da UFPE (AESI/UFPE).

Todos estes setores listados foram reestruturados e subordianados em 1972 à Pró-reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC), através das seguintes siglas: 1. Departamento de Integração Comunitária (depois Departamento de Extensão Cultural); 1.1 Divisão de Desenvolvimento Cultural; 2. Departamento de Assuntos Estudantis; 2.1 Divisão de Assitência ao Estudante; 2.2 Divisão de Residência e Alimentação; 2.3 Coordenação de Serviço Social; 3. Departamento de Programas Comunitários e Interiorização; 3.1 Divisão de Estudos e Programas Comunitários; 3.2 Divisão de Estudos; 3.3 Divisão Rural Universitária de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC); 3.4 Divisão de Estudos Brasileiros; 4. Curso de Licenciatura em Educação Física e Técnico de Desportos. Além do mais, estavam vinculados à PRAC os seguintes órgãos: 1. Editora Universitária; 2. Núcleo de Televisão e Rádio Universitária; 3. Núcleo de Educação Física e Desportos (UFPE, 1974e).

Entre 1971 e 1972 a PRAC foi dirigida interinamente pelos professores Heraldo José de Almeida[14], Artur Coutinho[15] e Agenor Peixoto[16], sendo o primeiro da Faculdade de Direito e os dois últimos da Faculdade de Medicina. Em março de 1972 o professor adjunto da Medicina Legal da Faculdade de Medicina, Armando Samico, é designado pelo reitor Marcionilo Lins para dirigir a PRAC. Sobre o ex-secretário de Segurança Pública de Pernambuco (SSP/PE) destacou o professor Lauro de Oliveira (Secretaria de Educação e Cultura) durante a cerimônia de posse na PRAC: “um dos autênticos líderes da revolução democrática de 1964” (*Diário de Pernambuco* – 28/03/1972, p. 1).

A PRAC desempenharia cada vez mais um papel estratégico de inserção e de acomodação da UFPE no governo militar , assim como a Pró-reitoria de extensão da UEG (Atual UERJ), onde surgira as experiências pilotos do Projeto Rondon (PR – LERNER, 2013).

[14] Bacharel na turma de 1947 da FDR e professor titular de Introdução à Ciência do Direito, na mesma instituição. Vice-presidente da Reunião dos Centros Multinacionais de Televisão da América Latina (1971).
[15] Vice-diretor e diretor da Faculdade de Medicina. O referido docente foi indicado pelo conselho superior em segundo lugar, para a lista sêxtupla de Vice-reitor em 1971 (*Diário de Pernambuco* 29/09/1971, p. 6).
[16] Diretor do Departamento Médico do Detran – 1970. Diretor da Divisão de Estudos e Programas Comunitários da UFPE (CRUTAC – PE) – 1971 - 1972 (*Diário de Pernambuco* 02/10/1970, p. 5; 24/01/1971, p. 18; 03/12/1971, p. 6).

Esta disposição se dava pelos programas educacionais do governo, principalmente, os programas nacionais de extensão, ação comunitária e estágio (o PR, o Centro Rural Universitário e Treinamento Comunitário, Empresa-ecola, etc.), o desportos, a Educação Moral e Cívica (Estudos de Realidade Brasileira), a assistência estudantil e os órgaos oficiais do movimento estudantil. Os dados produzidos pela política de assistência estudantil e extensão foram certamente utilizados nas práticas de vigilância e de repressão da população universitária, sobretudo após a chegada daquele policial ao comando da PRAC.

Como já se observou, a partir de 1968 as atividades de difusão cultural são gradualmente sobrepostas pelos programas nacionais de ação comunitária implantados pelo governo militar, principalmente o Projeto Rondon (PR) e os Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTACs). Este monópolio exercia-se pela expansão das bolsas estudantis e de outros recursos disponibilizados pelo governo federal. Assim criava-se uma elite de estudantes bolsistas, a partir de atividades conjuntas de estágio, mobilidade discente e formação nos valores e práticas socioculturais ditatorias.

Antes de tratar destes programas nas universidades é necessário, entretanto, analisar como o DEC desenvolveu uma dinâmica própria ora se afastando ora se aproximando do Estado ditatorial. Esta disposição acompanha o contexto mais amplo da produção cultural no Brasil, que engendrou diferentes níveis de aproximação e de afastamento do governo. Considerando as ambivalências destes “jogos de aproximação”, “afastamento” e “acomodação” entre produtores, grupos e instituições culturais, deve-se considerar problema para além do par “resistência” e “adesão” (NAPOLITANO, 2010; 2014; MOTTA, 2014a; RIDENTI, 2014).

O caso do DEC/UFPE é bastante exemplar neste sentido, sobretudo quando se analisam os períodos referentes às gestões dos professores Newton Sucupira (1965-1969) e Ariano Suassuna (1969-1974). Como se observará mais adiante, esta primeira gestão ficou marcada pela participação do professor e dramaturgo Hermilo Borba Filho, na qualidade de diretor da Divisão de Divulgação, Intercâmbio e Extensão Cultural. Certamente os programas de cultura e o convênio com o Teatro Popular do Nordeste (TPN), coordenados pelo escritor, deram nova vida ao modesto programa de cursos de extensão traçados pelo professor Newton Sucupira.

O professor Ariano Suassuna, por outro lado, deu menos atenção às ações de educação em extensão e concentrou seus esforços na difusão cultural. Em vista disso se apoiou no DEC para consolidar o Movimento Armorial sob sua liderança. A iniciativa que reunia artistas e intelectuais do Nordeste do Brasil inspirava-se na cultura popular brasileira, sobretudo sertaneja e de raízes ibéricas, na produção de uma arte erudita brasileira. A estética armorial em muito se

aproximava da cultura nacional-popular que inspirara o TPN, o MCP, o SEC e outros grupos artísticos de esquerda, no entanto despida dos valores políticos destes últimos. Nesta perspectiva usurfruiu também do nacionalismo cultural da época que se inseria na agenda estratégica de integração nacional do governo. Esta relação ambígua com o Estado autoritário foi comum na produção cultural do período, seja pela aproximação da indústria e do mercado cultural e midiático em crescimento, seja pelas diferentes formas de participação na política cultural do regime (NAPOLITANO, 2010; NAPOLITANO, 2014; RIDENTI, 2014).

Antes da produção de uma pauta vinculada ao TPN e ao Movimento Armorial, o DEC se manteve funcionando por meio da realização de cursos de extensão. Esta modalidade de trabalho era o que havia de mais convencional no âmbito deste atual pilar acadêmico. A agenda remontava às primeiras turmas de extensão mantidas pelas faculdades profissionais brasileiras do início do século XX. O DEC inicia, neste seguimento, seus trabalhos com o curso "Aspectos sociais, políticos e jurídicos da América do Norte", (*Diário de Pernambuco* 20/04/65, p. 4). A atividade foi planejada pelo próprio Newton Sucupira, em colaboração com o Departamento de Divulgação Cultural do Consulado dos Estados Unidos no Recife. No contexto de interveção dos EUA na soberania brasileira e todo apoio concedido aos grupos que depuseram João Goulart, o curso ganha tom de revanche no contexto do aniversário de um ano do golpe militar e civil de 1964. Mas no geral os cursos seguintes versaram sobre temas indiferente ao ambiente político da época denotando ao mesmo tempo consentimento e a política "apoliticista" da academia (CHARLE, 1994)

O DEC registrou no período 34 cursos de extensão, conforme se observa no APÊNDICE B. Os cursos eram, em sua maioria, propostos pelas unidades escolares em colaboração com o DEC. No geral, destinavam-se à população escolarizada, especialmente, de nível médio e superior, em oposição ao antigo programa do SEC/UR, que no bojo da nascente pedagogia Paulo Freire enfatizava a educação de jovens e adultos.

Os programas dos cursos reuniam temas e professores de prestígio nacional. As salas dos edifícios históricos da universidade enchiam-se de estudantes do ensino médio, superior e outros interessados nas discussões propostas. A localização no bairro central também favorecia o fluxo estudantil naqueles anos. Assim, a política de extensão voltava a contemplar os universitários e seus candidatos como se dera tradicionalmente na primeira metade do século XX (UFPE, 1968).

Estas atividades contaram com 847 inscritos e a expedição de 518 diplomas no ano de 1967, o que assegura uma média de 34 estudantes formados por turma (UFPE, 1968). No

entanto, os departamentos e institutos universitários apenas aderiram parcialmente à empreitada. As unidades com maior participação foram Letras, Ciências humanas e Artes. Esta participação reduzida reproduziu-se igualmente nos programas editorias e de difusão cultural da extensão, bem como numa perspectiva mais ampla da extensão no Brasil (UFPE, 1968; MEC, 1975).

Os temas e público contemplados mostram, outrossim, que a prática de extensão enquanto difusão, prolongamento e divulgação da produção universitária em beneficio coletivo e comunitário, tal qual formulada nos idos de 1931 (Decreto Lei 198531/1931), e reafirmada em 1967 (Decreto Lei 252/1967), é aplicada como uma atividade endógena, isto é, que cresce, que se prolonga, que se difunde, que se expande para dentro da própria Universidade. Este movimento opera-se pela abordagem de temas notadamente científicos destinados a universitários e vestibulandos. Outra problemática encontra-se na sobreposição das atividades de ensino e de extensão em contradição com o principal enunciado de reforma universitária de não duplicação de recursos e meios para fins idênticos.

Apesar da riqueza dos temas e dos colaboradores a política assume traços conservadores e elitistas pelos seguintes aspectos: 1. Manutenção da ordem político-pedagógica e práticas da universidade tradicional em vias de mudança; 2. Construção unilateral dos cursos e dos temas trabalhados; 3. Restrição sociocultural dos participantes pelo nível de escolaridade (superior e média) e pela renda (cobrança de taxas).

O esgotamento desta política de cursos se deu no contexto de institucionalização da política nacional de extensão e ação comunitária (principalmente o PR e o CRUTAC) e da crescente revolta estudantil e popular. No âmbito institucional observa-se, da mesma maneira, a transição da gestão Sucupira para Ariano Suassuna e a reestruturação do DEC no início dos anos 1970. A mudança física da universidade para o subúrbio também colaborou com arrefecimento dos cursos, tendo em vista todos novos obstáculos suscitados pela comunicação, distância, mobilidade e segurança.

5.2.1 A política editorial do DEC: a revista Estudos Universitários e o Jornal Universitário

Um outro braço do DEC foi sua política editorial, seja pela retomada da *Estudos Universitários*, revista de cultura criada pelo professor e crítico Luiz Costa Lima e Paulo Freire em 1962 (VERAS, 2012), seja pela transformação do Boletim de Atividades do SEC no *Jornal Universitário* em 1967. O programa realista e crítico que marcou a primeira fase da revista, em

meio à efervescência cultural e política dos anos 1960, é substituído por uma linha editorial mais acadêmica e literária.

Esta segunda fase que vai de 1966 a 1985 contou com direção-assistente de Newton Sucupira e secretaria (depois edição) de César Leal. A permanência destes professores e a publicação contínua por quase duas décadas evidenciam um compromisso com o projeto editorial da revista, bem como com a permanência política dos grupos que assomam a Universidade a partir de 1964.

A série composta pelos volumes publicados entre 1966 e 1974 ajuda a compreender este movimento. Os novos produtores mantiveram as seções iniciais da revista, ensaios, estudos e resenhas. Ainda em 1966 é acrescentada uma seção de criação, onde são publicados ficcionistas e poetas inéditos da cidade. De maneira geral a revista funcionou como um veículo de publicação e de divulgação dos trabalhos de professores da UFPE e de seus colaboradores. Neste período há uma predominância de autores das ciências humanas e das Letras. Este perfil parece harmonizado com a importância que as humanidades de tradição bacharelesca ganha no periódico. Por este ângulo as disciplinas dominantes são nesta mesma ordem: Literatura, Direito, Filosofia, Ciências Sociais, História, Geografia, Educação, Economia e Artes. Ali estavam também colaboradores da Medicina, Biologia, Psicologia, Física, Jornalismo, Biblioteconomia, Estatística, Engenharia e Agronomia. Talvez seja possível afirmar que a revista tenta ir no contra fluxo do imperativo por especialização dos saberes e fazeres da academia. Apesar do esforço editorial de aproximar os temas abordados e as diversas disciplinas, falta algo para além da forma ensaística que amarre os trabalhos de forma mais incisiva.

Neste ponto de vista, ao mesmo tempo que a revista ganha uma dimensão contínua, ela perde sua força criadora inicial, que era o debate mais autônomo das questões culturais e políticas contemporâneas. Daí, no entanto, a vida efêmera da polêmica primeira geração da *Estudos Universitários* (1962-1963). De outra parte, os trabalhos da segunda geração do periódico apenas de forma limitada dialogam entre si. Os ensaios e estudos publicados reproduzem o crescente abismo que separa ensino, pesquisa e extensão e suas estruturas na universidade: cátedras, faculdades, escolas, institutos, departamentos, divisões, programas de pós-graduações, dentre outros.

Uma outra questão diz da revista como espaço de sociabilidade intelectual de uma elite política e científica da universidade. Como observa a historiadora Tania Regina de Luca (2011) e o historiador francês François Sirinelli (2003), uma revista de cultura tende a arregimentar

intelectuais e artistas em torno de uma pauta estética e política em comum. Apesar da diversidade dos colaboradores, ali se aglutinou toda uma geração de intelectuais e de artistas que encontravam na região e na tradição formas individuais e coletivas de reproduzir relações de desejo em uma universidade e um campo cultural em processo de reformulação conservadora. Estas transformações participam de um processo mais amplo de modernização da universidade e da produção cultural industrial como apontam nesta mesma ordem Habermas (1987) e Ridenti (2014).

A segunda fase da *Estudos Universitários* está, de tal modo, em sintonia com a proposta de valorização das elites tradicionais anunciada por Gilberto Freyre no "Simpósio sobre a Problemática Universitária" e no Seminário de Tropicologia. O periódico articula, assim, o pólo científico, cultural e político da universidade, como uma rede de sociabilidade costurada pelos grupos dominantes das instâncias de reprodução social e das práticas universitárias em processo de expansão e de padronização.

A resposta ao processo de massificação, sobretudo com a perda do papel regional da UFPE, devido à expansão universitária em todo Norte e Nordeste do Brasil, investe-se dos valores socioculturais de uma elite regional com diferentes níveis de participação no Regime. Esta geração se arregimentava na primeira metade do século XX em torno da FDR, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGPE), do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Sociais (IJNPS) e, depois, da UR (ROSAS, 2001).

Ao comparar o corpo de colaboradores da *Estudos Universitários*, entre 1966 e 1974, com o quadro de conferencistas, comentadores, membros efetivos e participantes do Seminário de Tropicologia, percebe-se uma profunda simetria entre os intelectuais envolvidos (ver APÊNDICE C). Estes autores são igualmente os que mais publicaram trabalhos no referido periódico neste intervalo[17]. Há de fato um número maior de colaboradores que excede esta correspondência. Estes são, no geral, professores, escritores (da "Geração 65"), artistas, consultores internacionais (da USAID), dentre outros colaboradores.

As disciplinas dominantes dos colaboradores da *Estudos Universitários* e do Seminário de Tropicologia são, em ordem descrente, o Direito, a Letras, a Filosofia, as Ciências Sociais e a Geografia, o que compõe um corpo individual e coletivo de humanista e bacharéis, geralmente formados na FDR e nas Faculdades de Filosofia. Em menor número aparecem, em ordem

[17] Não por acaso os catálogos sobre o Seminário de Tropicologia e da revista *Estudos Universitários* foram produzidos por pesquisadoras da FUNDAJ. A instituição é atual responsável pelo referido *Seminário*, que foi retomado pelo governo formado no contexto da deposição da presidenta Dilma Rousseff (2015 – 2016) por um golpe institucional.

igualmente decrescente, as disciplinas de Artes, História, Medicina, Educação, Física, Economia, Jornalismo, Biblioteconomia, Biologia, Estatística, Engenharia, Ciência Política, Linguística e Agronomia.

Alguns destes intelectuais circulavam, sob a liderança de Gilberto Freyre, na órbita do governo militar. Havia também aqueles que, mais contidos, se acomodavam às vicissitudes do momento, sem que isto implicasse, de fato, numa adesão à situação, da mesma maneira que os reconhecidos críticos da ditadura[18]. Esta disposição heterogênea reproduz-se paradoxalmente ao lado do processo de reestruturação e expansão da UFPE, tal qual o tríptico de uma universidade tropical, autoritária e moderna.

Em outro aspecto, o periódico também reuniu ensaios temáticos em defesa da reforma universitária de 1968. Desta forma, o consultor da USAID, Jonh M. Hunter, então professor de Economia da Michigan State University, USA, assina o ensaio "A Universidade-fundação: uma caixa de Pandora" (1967).O trabalho discute as potencialidades econômicas do modelo fundacional nas universidades, sobretudo em sua flexibilização das relações com os recursos humanos. O modelo da universidade empresa, em pauta na reforma, se apoia, assim, na diminuição da estabilidade de professores e pessoal administrativo e na abertura para o capital privado. Sugere-se, de tal modo, a introdução de critérios de produtividade empresarial e a cobrança de taxas e de mensalidades pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A ideia da universidade empresa será um ponto recorrente nos ensaios publicados pelo professor Newton Sucupira (1967; 1969a; 1969b). O diretor do DEC assumira, na época, a responsabilidade de coordenar o Grupo de Trabalho de Reforma Universitária que redigiu o projeto de Lei de Reforma Universitária aprovado em 1968 (Lei 5.540/68). Seu nome figurava na época no topo da lista de palestrantes do Fórum de Educação do IPES – **A educação que nos convém** – no qual o organismo de classe empresarial traçou, no mesmo ano, as diretrizes da reforma educacional almejada pelo setor empresarial e financeiro (SOUZA, 1981, p. 79; Apêndice).

Dessa forma, no contexto das reformas implantadas, defendeu com afinco a reestruturação e a nova concepção de universidade (1967 e 1969a), assim como a extinção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1969b). Os dois primeiros textos apresentam de forma didática as medidas necessárias para modernizar a universidade a partir da tradição alemã

[18] Dentre os críticos do regime: Paulo Rosas, Manuel Correia de Andrade, Gadiel Perruci, Hermilo Borba Filho, Lula Cortez, e outros colaboradores da revista.

de ensino e pesquisa e da estrutura administrativa americana de ciclo gerais, departamentos e créditos semestrais.

Nesse seguimento, a universidade é pensada como uma "verdadeira empresa" com seus pilares de racionalização, produtividade e eficiência. A reforma é centrada na atualização administrativa e adaptação político-pedagógica da universidade ao programa de desenvolvimento militar, por meio da pesquisa científica e tecnológica (1967; 1969a; 1969b).

É difícil pensar, ademais, o fim da FFCL defendido por Sucupira, sem considerar o quadro de repressão do regime aos opositores universitários, sobretudo aos oponentes das humanidades. A rigor percebe-se que o fim das FFCL segmentou o espírito crítico das ciências humanas das outras disciplinas, da mesma maneira que ampliou o isolamento das ciências da educação. Para além da necessária atualização administrativa e pedagógica, a reforma universitária é articulada aos interesses políticos e econômicos das bases sociais do regime autoritário (ROSAS, 1992).

O ensaio do professor Tarcísio Quirino, "Situação e necessidade da educação e sentido da ajuda educacional na América Latina" (1968) reforça do mesmo modo a necessidade econômica de fortalecer as ciências técnicas e tecnológicas. As soluções apresentadas estão em consonância com aquelas contidas nos trabalhos de Hunter e Sucupira, tal como as recomendações do consultor Rudolph Atcon, da USAID e do IPES, nas quais há uma preocupação real em traduzir um mundo acadêmico, outrora ditado por um saber bacharelesco, para a língua oficial da nova ordem mundial capitalista: a economia.

Outro importante veículo de expressão da elite universitária foi o "*Jornal Universitário* – órgão informativo da Universidade Federal de Pernambuco", lançado pelo DEC em agosto de 1967. O periódico nasceu de um antigo boletim com fins de relatoria produzido pelo SEC: "é apenas o antigo Boletim informativo, sob uma nova forma editorial e gráfica" (*Jornal Universitário*, Ago., 1967, p. 3). Há, no entanto, uma significativa diferença entre o boletim de circulação interna e o jornal ilustrado com forte apelo político acadêmico.

O objetivo inicial do jornal era criar um veículo moderno de informação institucional e pública. Esta mudança se justifica nos imperativos por "eficiência" e "integração" da reforma universitária. Ao longo das páginas surgem informações ilustradas sobre o cotidiano das autoridades acadêmicas e políticas, obras da cidade universitária, atividades de ensino, pesquisa, extensão, ação comunitária, reforma universitária, dentre outros temas (*Jornal Universitário*, ago., 1967, p. 3).

Entre agosto de 1967 e novembro – 1968/ março – 1969, o jornal funcionou sob a direção do professor Newton Sucupira e secretaria do professor César Leal. Entre janeiro e

novembro de 1968, o jornal contou com o trabalho do professor Hermilo Borba Filho como chefe de redação. O periódico mensal era editado pela equipe do DEC e vendido na sede deste ao preço de NCR$ 0,10.

A partir de abril de 1969 o expediente traz apenas o professor Ariano Suassuna como Diretor do DEC. Assim circulou até julho de 1970 quando são acrescidos os demais membros da equipe editorial: Secretário de Redação - Carlos Garcia; Chefe de Reportagem - Manoel Neto Teixeira; Repórteres - Angela Delouche, Francisco Delgado e Moacir Castro; Diagramação - Josias Florêncio. Este grupo foi depois ampliado com os repórteres e escritores da "Geração 65" e do Movimento Armorial, Raimundo Carrero e Ângelo Monteiro[19], assim como o fotógrafo Mauricio Coutinho. O jornal era vendido na sede do DEC a Cr$ 0,20, que desde 1971 funcionava no edifício novo da reitoria na Cidade Universitária (*Jornal Universitário*, Jul. 1970, p. 3).

As matérias apresentam a universidade como um espaço de desenvolvimento nacional e regional em constante evolução. Este desenvolvimento é expresso a partir de uma suposta integração entre as atividades acadêmicas de ensino, pesquisa, extensão cultural, ação comunitária e reforma universitária. No geral mudanças são apresentadas como fruto do trabalho de gestores e professores da UFPE, que muitas vezes se colocam além dos limites da política educacional em marcha. Os estudantes aparecem no jornal como participantes dedicados desta ordem unida para o progresso, ao lado de reitores, lideranças universitárias, ministros e generais.

As palavras-chaves mais comuns entre 1967 e 1974 e seus derivados são: progresso, reforma, integração, instalação, posse, inauguração, criação, homenagem, celebração, pioneirismo, desenvolvimento, planejamento, cultura, dentre outras vinculadas ao cotidiano da universidade. Estas palavras dizem tanto de um rápido processo de reordenamento da universidade pela expansão e pela reforma universitária, quanto participam de um arranjo semiótico entre imagens e palavras que enunciam uma antecipação do futuro conjugando universidade, ciência e arte.

A *Estudos Universitários* e o *Jornal Universitário* tiveram também um papel relevante na projeção de escritores da "Geração 65". Conta-se que três estudantes do município de

[19] Sobre a participação de Ângelo Monteiro no DEC/UFPE ver: http://www20.opovo.com.br/app/colunas/ronaldocorreiadebrito/2016/03/12/noticiasronaldocorreiadebrito,3587460/o-dia-em-que-ariano-suassuna-caiu.shtml; Acesso em: 02 jun. 2017.

Jaboatão, na região metropolitana do Recife, reuniram jovens escritores a partir de uma estética neoclássica, neo-parnasiana e regional. O grupo era formado inicialmente pelos poetas Alberto da Cunha Melo, Jaci Bezerra e José de Almeida Melo. Estes jovens, assim como seus futuros camaradas, tiveram seus primeiros escritos publicados pelo *Jornal Universitário*, *Diário de Pernambuco* e do *Jornal do Commércio*.

Ao redor destes poetas "pós-adolescentes" aglutinaram-se outros jovens escritores do Recife, como Gladstone Vieira Belo, Marcos Santander, Ângelo Monteiro, Sérgio Moacir de Albuquerque, Arnaldo Tobias, Tarcísio Meira César, José Carlos Targino, Severino Filgueira, José Rodrigues Paiva, Janice Japiassu, Cyl Galindo, Arnaldo Tobiais, Marcus Accioly, Maximiano Campos, Raimundo Carreiro, Teresa Tenório de Albuquerque, Valdimir Velozo, Luzilá Gonçalves, dentre outros.

O primeiro lançamento se deu através de uma publicação coletiva da Elói-editorial. O rigor na forma estética e os conteúdos metafísicos, espirituais e regionais despidos de crítica social e política foram bem recebidos pelo estabelecimento da UFPE. Ainda em 1966 a *Estudos Universitários* publicou, numa separata da revista, o livro *Círculo Cósmico*, de Alberto de Cunha Melo. Outros poetas da Geração tiveram seus poemas igualmente publicados no *Jornal Universitário*, como os versos de Marcus Accioly nas folhas inaugurais do periódico: "Do canto do galo nascem/ As cores da madrugada. (Qual uma virgem despida)/ Morre uma estrela afogada" (*Jornal Universitário*. Ago., 1967, p. 2).

O nome "Geração 65" ganha visibilidade em 1967, numa curiosa reportagem do jornalista Tadeu Rocha, intitulada "RECIFE 67 ACOLHE BANQUEIROS DE TODO O BRASIL" (*Diário de Pernambuco* - 19/12/67, p. 17). A matéria apresentava o circuito turístico e cultural da cidade aos participantes do VII Congresso Nacional de Bancos, o qual incluía no roteiro de atrações o coletivo de escritores e escritoras. Apenas entre 1966 e 1975 foram publicados 16 livros da "Geração 65" na seção de criação da *Estudos Universitários*. Embora não compartilhassem de afinidades públicas com o estabelecimento político vigente, as expressões e conteúdo com os quais se muniram ou se deixaram pintar, assim como as relações intelectuais estabelecidas, se conectavam com o "status quo" da cidade. Esta disposição se enuncia em texto de Tadeu Rocha sobre o grupo:

> Longe de ser uma geração de contestadores, a de 65 constituiu mais uma nova manifestação do velho e sempre renovado 'espirito do Recife' e soube manter convivência pacífica, não só com a geração recifense de 45, mas também com os renovadores de 1923, que promoveram o Movimento Regionalista do Nordeste (*Diário de Pernambuco* – 10/01/76, p. 24).

O que se observa pelos periódicos é que a formação social do grupo ganha contorno público, sobretudo pelo processo de aglutinação paulatina de valores e de nomes vinculados à *intelligentsia* dominante da cidade. Ao estilo dito neo-parnasiano vão sendo pintados e se revestem de temáticas e autores regionais, especialmente do nascente Movimento Armorial, lançado oficialmente em 18 de outubro de 1970 com apoio do DEC.

Esta dinâmica é percebida num texto do já citado poeta e diretor do DEC em 1975, Marcus Accioly, membro da "Geração 65" e do "Movimento armorial": "Embora se coloquem entre as tradições da poesia de origem ibérica – são fortemente influenciados pelo romanceiro nordestino. " (*Diário de Pernambuco* – 02/06/74, p. 3). Como se percebe, o poeta descreve o antigo "Grupo de Jaboatão" a partir das características manifestas do "Movimento Armorial".

A composição sociocultural e política do grupo é, da mesma maneira, cuidadosamente costurada pelos fios discursivos de lideranças intelectuais de prestígio como em artigo publicado por Gilberto Freyre durante os dez anos da "Geração 65":

> Gente na qual se pode perceber ter recebido influência, quer do já cinquentão, mas ainda atuante Movimento Regionalista, Tradicionalista e a seu modo Modernista da década de 20, quer de movimentos mais recentes. Do ligado ao ainda jovem, porém já magnificamente, potente, fecundante, irradiante mestre Ariano Suassuna [...] Mais do que artística ou mais do que literária, é como está começando a se revelar a geração de 65. Nela, ao lado de escritores literários de valor de um Maximiano Campos, de um Ângelo Monteiro, de um Marcus Accioly, de uma Janice Japiassu, de uma Débora, de um Jaci Bezerra, de um Alberto de Cunha Melo, de um Gladistone Vieira Belo, de um Sergio Moacir, vem surgindo ensaístas políticos, sociólogos, economistas como Clóvis Cavalcanti, Sebastião Vila Nova, Roberto Aguiar, Roberto Motta, Carlos Alberto, Renato Duarte, Roberto Martins até, de vocações já definidas para a ação política ou as atividades administrativas das qualidades de um Fernando de Mello Freyre, de um Sérgio Guerra, de um João Domingos Barbosa, de um Manoel Cavalcanti, de um José Mucio Monteiro, líderes de administração, de política de governo, de ação construtiva (*Diário de Pernambuco* – 01/06/75, p. 4).

Neste sentido o poeta Ângelo Monteiro observava em discurso polêmico durante o lançamento do "O Inquisidor": "É curioso que o lançamento deste livro, cujo título é sintomático, se dê justamente num momento de aliança entre a arte e o poder. A arte, através de Ariano Suassuna [...] O poder, através do prefeito Antônio Farias (*Diário de Pernambuco* – 11/04/76, p.4). Deste modo as formas estéticas e sociais do grupo vão diluindo-se nas águas do Movimento Armorial ou das forças emergentes nos anos 1970. Indagado em 1976 sobre sua participação no movimento o escritor e sociólogo Sebastião Vila Nova declarou: "Não sei bem

o que quer dizer da 'Geração 65', embora tenha sido posto nela" (*Diário de Pernambuco* – 12/06/77 – D-2).

Pelo ângulo das novas gerações o grupo esbarrou, também, no crescente interesse do público leitor pelas experiências renovadas da literatura, da música e da arte. A predominância da cultura nacionalista, vanguardista e *rock and roll* não deixava muito espaço para a literatura de inspiração neoparnasiana, apesar de todo seu primor estético. Aparentemente o vigor do grupo, enquanto poetas alheios ao ambiente político da época, também, se esgotara com o recrudescimento da ditadura. Por fim, a chegada da vida adulta e a paulatina incorporação no mundo do trabalho daqueles cujo poeta e filosofo Ângelo Monteiro definira sob os protestos dos professores e apoiadores Cesar Leal e Hermilo Borba Filho como a "mais maldita e rejeitada geração literária que jamais existiu. A cognominada e mais condenada que defendia Geração de 65". (Diário de Pernambuco – 11/04/76, p.4)

5.2.2 Entre o Teatro Popular do Nordeste (TPN) e o Movimento Armorial: a política de difusão cultural do DEC

Para além dos programas de cursos e publicação de extensão, o DEC também deu nova roupagem ao trabalho de difusão cultural do antigo SEC/UR. A iniciativa permaneceu entre 1965 e 1969 a cargo do professor e escritor Hermilo Borba Filho[20], que ocupava a função de diretor da Divisão de Divulgação, Intercâmbio e Extensão Cultural. O trabalho se deu ao lado da retomada do Teatro Popular do Nordeste (TPN) que fechara as cortinas desde 1963. Criado em 1960 sob a lideranças de Hermilo Borba Filho e Ariano Suassuna, o TPN reunira artistas do saudoso Teatro de Estudante de Pernambuco (TEP), como José Carlos Cavalcanti Borges, Gastão de Holanda, José Moraes Pinho, Capiba, Alomar Conrado, Leda Alves, Hiram Pereira, Evandro Rabelo, dentre outros/as, e de outras iniciativas (TEIXEIRA, 2007; ARETAKIS, 2016; BRAYNER; BARBOSA, 2017).

O manifesto do TPN, publicado em 1960, defendia um teatro profissional, regional e antiacademicista. Seus idealizadores reivindicavam uso pioneiro da cultura tradicional e popular como matéria prima da "dramaturgia nordestina" e "brasileira". No seu dia-a-dia o grupo de teatro dividia-se entre a montagem de textos clássicos e de autores nacionais. A pesquisa sobre os temas nacionais e populares por uma arte e uma cultura popular

[20] Sobre HBF ver também: https://www.revistacontinente.com.br/secoes/1054-revista/documento/16707-Hermilo-Borba-Filho.html; Acesso em: 02 jun. 2017.

comprometida, mas não engajada, ensejou conflitos entre o TPN e o Movimento de Cultura Popular (MCP). De tal modo que no quadro de polarização que circulou o golpe, o TPN terminou se vinculando às forças políticas conservadoras, apesar da sintonia com algumas ideias e práticas das esquerdas (TEIXEIRA, 2007). Sobre o episódio, recordaria Leda Alves, atriz e companheira do idealizador do TPN:

> Hermilo era diretor de cultura da secretaria de cultura do Recife e de repente foi demitido e substituído por Paulo Freire. Como justificativa Germano alegou que isto aconteceu pelo fato de Hermilo não apoiar politicamente Arraes. Não aceitando esta justificativa, os que apoiavam Hermilo se retiraram do MCP: Ariano, Capiba, José de Moraes Filho, Gastão de Holanda e Aluísio Magalhães (BRAYNER; BARBOSA, 2017, p. 247)

Para tocar o novo trabalho na UFPE o professor Hermilo Borba Filho guiara-se por uma perspectiva estética semelhante àquela experimentada no TPN. Daí os cursos inaugurais, "Poesia popular do Nordeste", com o professor Ariano Suassuna, "Gravura em metal e madeira", com os professores Reynaldo Fonseca e Laertes Baldini, e os encontros com artistas plásticos da cidade. De outra parte se mostrou atento às solicitações dos colegas mais tradicionais quanto à criação do Coral Universitário (*Diário de Pernambuco* – 23/05/65, p.1 – 29/08/65, p.9).

Durante o curso "Poesia popular no Nordeste, Ariano Suassuna lembrou debochadamente que o pior sentido de cultura popular era aquele empregado pelos "educadores". Os sucessivos chistes se dirigiam aos antigos colegas e rivais do SEC/UR e do Movimento de Cultura Popular, ambos extirpados pelo golpe. Um repórter que participava da aula recordaria que "A expressão 'educadores' utilizada frequentemente durante a conferência, pareceu não disfarçar uma intenção nitidamente irônica". Posição que ficaria mais clara na seguinte afirmação:

> Há artistas que, confundindo as duas coisas, deixa de fazer a pergunta fundamental da arte: está realmente belo? Para fazer a dos educadores: será que o povo compreenderá? Ou ainda a dos políticos: estará bastante claro e eficaz para ajudar a libertação do povo? E há também educadores extremados que seduzidos pelo programa dos políticos, começam a proferir sentenças condenatórias contra os artistas que não obedecem aos seus programas (*Diário de Pernambuco*, 06/06/65, p.4)

A matéria suscitou de alguma forma os agentes de repressão, pois uma semana depois o promotor militar Fialho de Oliveira apresentou a denúncia contra os professores, pessoal técnico e estudantes indiciados no Inquérito Policial Militar da Universidade do Recife. O principal denunciado era o ex-diretor do SEC/UR e do Programa Nacional de Alfabetização (PNA), Paulo Freire, dito "cerne intelectual da subversão na universidade", que já encontrava exilado. O promotor militar alegava no documento de acusação, que o denunciado promovera, com apoio da Rádio Universidade, do SEC/UR e do PNA, ideologia contrária a ordem constitucional e uso indevido dos recursos públicos. A denúncia foi recusada pelo auditor da 7ª Região Militar, Dr. Amilcar Cardoso de Menezes, por entender se tratar de processos de competência da Justiça Ordinária e por "patente ilegalidade, que tumultua o processo" (*Diário de Pernambuco* – 12 e 17/06/1965, p. 9)[21].

Como revelam as memórias de Germano Coelho (2012), antigo diretor do MCP, o professor Hermilo Borba Filho não compartilhava do rancor de seu companheiro de artes e de universidade cujo comportamento também não se enquadra totalmente no adesismo[22]. Afinal, como recorda um antigo membro do SEC sobre o escritor paraibano no contexto da repressão ditatorial:

> Um desses encontros foi na casa do João Alexandre [Barbosa], em homenagem a Gastão de Holanda, que acaba de sair da prisão. Numa conversa de pequena roda, Ariano nos pedia para a gente parar de ser preso porque ele não aguentava mais "ler peças e as poesias do General". Foi então que o autor do Auto da Compadecida nos revelou que um militar, figura de proa do novo governo, tinha pretensões literárias e que o escolhera como seu consultor. Ariano explicou que o critério que usou para avaliar o trabalho do oficial variava bastante. Se tinha algum amigo preso, ele se derramava em elogios: "General, sua peça é formidável. Vai ser um sucesso extraordinário. O Texto está muito bom. A história é ótima. Parabéns, General. (Pausa). A propósito General, tem um amigo meu que está preso. Mas ele não é comunista, não. É como a gente, é um dos nossos, gosta de poesia, dessas coisas. O nome dele é Fulano de Tal. Ele se encontra detido em tal lugar" (CORTEZ, 2008, p. 48-49)

Ao passo que o professor Hermilo Borba Filho estava preocupado com a retomada do seu antigo grupo de teatro e com a vida cultural do Recife em franca decadência. Neste sentido

[21] As etapas de um processo criminal são: 1. Inquérito policial ou militar; 2. Indiciamento policial ou militar e ministério público; 3. **Denúncia pelo ministério público**; 4. Recebimento ou arquivamento da denúncia pelo juiz ou autoridade responsável; 5. Audiência de instrução e julgamento; 6. Trânsito em julgado. A análise do expurgo e do IPM da UR podem ser conferidas no capítulo 1.

[22] Ver memórias de Hermilo Borba Filho sobre disputas com o MCP: TEIXEIRA, 2007.

estabeleceu um convênio entre o DEC e o TPN, com objetivos de promover audições musicais e outras atividades na sede do grupo. Dessa maneira, a universidade pegava carona na retomada do TPN, ao mesmo tempo que rompia com o marasmo dos programas de cursos do professor Newton Sucupira.

O TPN inaugurou em 1966 uma casa de espetáculo na Avenida Conde da Boa Vista, n. 1242. O casarão ficava num antigo sobrado de azulejos portugueses no bairro central da cidade. O espaço funcionava todos os dias a partir de 21h. Seu teatro com ar-condicionado, na época uma novidade, comportava 130 pessoas. Anexo ao TPN ficava o "Aroeira Artesanato", uma cooperativa de artesãos, onde funcionava igualmente uma loja, um bar e uma galeria de exposição. Não demorou para que o espaço se transformasse num importante ponto de encontro de intelectuais, artistas, boêmios, estudantes, jornalistas, esquerdistas e outros tresnoitados das redondezas (TEIXEIRA, 2007; ARETAKIS, 2016).

A defesa da arte nordestina e popular não impediu que circulasse no ambiente do TPN um público cosmopolita com percepções diferenciadas da cultura e da arte brasileira (TEIXEIRA, 2007; ARETAKIS, 2016,). O primeiro espetáculo montado pelo grupo nesta segunda fase foi "O Inspetor" do escritor russo Gogol. O TPN também apresentou entre 1967 e 1972 encenações de autores nacionais e internacionais, dentre eles: Hermilo Borba Filho ("O cabo fanfarrão" - TPN - 1967), Ibsen ("Um inimigo do povo" - 1967), Boal e Guarniere ("A criação do mundo segundo Ary Toledo" - 1967), Milor Fernandes ("Bonito como um deus" - 1967), Dias Gomes ("O santo inquérito - 1967), Max Frisch ("Andorra" - 1968), Luís Marinho ("Derradeira Ceia" – 1968), Sófocles ("Antígona"), Lope de Vega ("O melhor juiz, o Rei"), Antônio José, o Judeu ("Dom Quixote"), Ariano Suassuna ("A farsa da boa preguiça"), Benjamim Santos ("Cantochão"), dentre outros.

A casa de espetáculo também contava com shows variados e as audições públicas do convênio TPN-DEC. Numa destas apresentações o então estudante de administração, Gilberto Gil, apresentou seu show "Viramundo" durante o mês de junho de 1967. Por ali também passaram Paulinho da Viola, Geraldo Azevedo, Paulo Guimarães, Naná Vasconcelos, José Fernandes, Teca Calazans, Zélia Barbosa, Marcelo Melo e outros artistas.

A Divisão de Extensão Cultura se concentrou nestes anos em projetos de música, teatro, artes plásticas, literatura e cinema. O Convênio TPN-DEC previa, como já foi citado, a realização de audições todas as segundas-feiras às 21 horas. Apenas em 1967 foram realizadas 38 audições com mais de 265 artistas profissionais e amadores que apresentavam diferentes

nuanças da música erudita e popular[23]. O público total neste ano foi de 4200 participantes, sobretudo, de universitários (em torno de 70% do público - UFPE, 1968).

O convênio também contemplou, em menor proporção, apresentações, como a peça "Água", encenada por estudantes do curso de teatro por ocasião do aniversário da EBAPE (*Diário de Pernambuco* – 03/09/67, p. 3). O mesmo grupo participou do "V Festival Nacional de Teatro de Estudantes" ao lado do Teatro Universitário de Pernambuco (TUP)[24] e da UNICAP. O TUP conquistou naquele ano 29 prêmios com a peça de Luiz Marinho "Viva o cordão encarnado" baseada nos pastoris (*Jornal Universitário,* Nov., p. 9, 1967; Mar., p. 8, 1968).

A localização central do TPN favoreceu, ademais, as atividades de extensão cultural num momento em que a Universidade retomava violentamente a mudança para o subúrbio. A crescente distância contribuiu com o esmaecimento destas ações nas dependências da Universidade. Para isto se somaram inúmeras problemáticas relacionadas à cidade universitária suburbana como mobilidade, segurança, visibilidade, localização e despovoamento. Em outra perspectiva, as exibições de cinema foram realizadas em parceria com cineclubistas do Recife em locais variados, como o TPN, a Associação de Imprensa de Pernambuco (AIP) e a FAFIRE. Um festival de cinema de arte realizado em 1967 em colaboração com o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro exibiu filmes premiados, clássicos, animações e curta metragens das mais diversas nacionalidades (Canadá, Bélgica, Iugoslávia, Bulgária, Inglaterra, França, Tchecoslováquia, Brasil e Estados Unidos – UFPE, 1968). Do mesmo modo que um festival da "Era de ouro do cinema mudo" (*Diário de Pernambuco*, 03/09/67, p. 13), a mostra de cinema clássico com exibição de películas que transitavam do surrealismo à *Nouvelle Vague* (*Jornal Universitário*, Jan. p, 1 e 5, 1968).

O professore e dramaturgo iniciou, ademais, uma política de aquisição de acervo artístico e folclórico para o futuro "Museu de Artes e Tradições Popular e Eruditas". Sobre a iniciativa ressaltava: "O museu representará [...] o resultado de estudos no campo da arte, e uma ajuda concreta desta universidade aos artistas populares e eruditos do Nordeste" (UFPE, 1968,

[23] Apresentações realizadas em 1967: Carnaval de Nelson Ferreira de 1920 até nossos dias: frevo de rua, clubes carnavalescos, troças, reminiscências do carnaval e o Clube Internacional" (p. 1). Seguidos dos temas: Seresta (13/02/1967); Cantadores de Feira ("dois autênticos cantadores de folhetos de feira, Curió e Treme-terra", Sambossa Trio, Sambossa Trio, Os Bossanorte ("texto e música baseados na obra de Chico Buarque de Holanda e Geraldo Vandré" p. 1), Conjunto da Banda da Polícia Militar da Paraíba, Soprano Ilka Machado Brethauer (Brahms, Wolff, Mozart, Verdi e Ernani Braga), História do Coral do Carmo, O Santo inquérito (Teatro - Dias Gomes), provas públicas do curso de Teatro da EBAP, etc (UFPE, 1968).

[24] O TUP foi criado em 1948 por Felipe Thiago Gomes com subvenção da reitoria da então UR (*Jornal Universitário*, Nov., p. 9, 1967; Mar., p. 8, 1968).

s/p).

Tabela 25 – Peças adquiridas pelo DEC - 1967

Peças adquiridas pelo DEC - 1967		
Mestre	Cidade	Peças
Vitalino	Caruaru	34
José Cabloco	Caruaru	28
José Rodrigues	Caruaru	2
Manuel Eudócio	Caruaru	3
Lídia	Tracunhaém	10
Severino	Tracunhaém	3
José Antônio	Tracunhaém	8
Desconhecido	Tracunhaém	4
Porfirio Faustino	Vasti e Israel	97
peças s/ autor – brinquedos, animais, figuras humanas, etc.	Zona da Mara	60
Antonio Leão	Goiana	1
Francisco Silva	"pintor primitivo do Ceará"	4 "desenhos guaches"

Fonte: UFPE, 1968, p. s/p; *Jornal Universitário*, Jan., 1968, p. 2.

A aquisição dos trabalhos dos mestres da cultura popular partiu de pesquisa realizada pelo próprio Hermilo Borba Filho e do pintor e paisagista Abelardo Rodrigues através do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS atual FUNDAJ). A exposição de arte popular contou também com apoio do IJNPS (*Jornal Universitário*, Jun., 1968, p. 1 e 5). O "Museu de Arte e Tradições Populares" (MUSARTRA) foi inaugurado apenas em maio de 1969, nas dependências do DEC, sendo fechado em 1975 devido à grande cheia.

A direção de artes do DEC colaborou com várias entidades para a realização de exposições, pelo empréstimo de peças, curadoria e comissões variadas de organização. Dentre as colaborações firmadas registram-se com a Galeria Ton-sur-ton, com o pintor Eliezer Xavier, Marcel Martin, Cícero Dias, Reynaldo Fonseca, Revista Manchete, Clube dos Diretores Lojistas e com o Departamento de Turismo da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal do Recife (UFPE, 1967, s/p; *Jornal Universitário*, Dez, 1967; Out, 1968).

O DEC manteve também na época a pesquisa "Música popular religiosa". O projeto consistia numa pesquisa sobre a religiosidade na "música folclórica" pernambucana. Dentre elas, a "música de petição", os "benditos", a "excelência", o "xangô", a "umbanda", as "música religiosas de folguedos populares" (fandango, marujada, pastoril, maracatu, cabloquinhos e Bumba-meu-boi), as "música indígenas" (Xucurú, Umã, Pankararu e Fulniô) e as cantigas de ninar. A equipe técnica era composta pelo pesquisador José Maria Tavares de Andrade e pelo músico José Generino de Luna (UFPE, 1967, p. 6 – *Jornal Universitário*, Jan., 1968, p. 1;6-7).

A dinâmica cultural narrada revela como as ações culturais do DEC estavam em sintonia com a percepção e práticas de seu diretor, o professor Hermilo Borba Filho, e do próprio TPN. A tônica foi a formação, a produção cultural e artística, a criação de acervos e a pesquisa. Apesar do foco na arte e na cultura popular, o público era predominante composto pelas elites intelectualizadas, da mesma maneira que nos cursos e publicações de extensão. Difundia-se a cultura universitária e popular para a própria população universitária e letrada. Este foi também o grande desafio do TPN, que fechou suas cortinas em 1971 (*Diário de Pernambuco* – 15/02/1970, p. 2; 08/06/71, p. 4; 13/06/1971, p. 4).

Antes disso, com a chegada do professor Ariano Suassuna à direção do DEC, houve um crescente fechamento estético do programa de difusão cultural em torno do que viria a ser o Movimento Armorial. O relativo cosmopolitismo vivido pelo DEC nos tempos do convênio com o TPN é gradualmente engolido pelo regionalismo ainda mais aguçado: "uma arte erudita nordestina de raízes armorial". O olhar para o presente e para cultura popular do litoral, da Mata e do Agreste, passa a se dirigir para cultura "medieval", luso-brasileira e sertaneja. Esta mudança conviveu com o ocaso do TPN em 1971. O grupo foi acometido por sucessivos problemas financeiros e pela falta de apoio e de incentivo público. Os jornais e as memórias são unânimes quanto ao vazio cultural e artístico que ficou após o TPN encerrar suas atividades[25]. Sobre a despedida do grupo, registrou Leda Alves em depoimento na CMVDHC:

> Depois do golpe civil-militar de 1964, o TPN saiu do Teatro do Parque e alugou o Teatro de Arena. Foram dois anos de muitas dificuldades. Durante a ditadura o TPN sofreu perseguições: sede cercada, invadida, 'batidas' com metralhadoras, censura em todos os níveis. O TPN funcionava em um casarão na Conde da Boa Vista; o seu corpo de teatro dirigido por Hermilo Borba Filho resolveu fazer denúncias contra a ditadura de forma improvisada. Mesclava os textos teatrais com as informações que deveriam ser difundidas; a censura enlouqueceu, não sabia a cada dia o que o grupo ia fazer. Veio o 477 que

[25] Sobre o fim do TPN consultar: TEIXEIRA, 2007, p. 165-166; *Diário de Pernambuco* - 08/06/71, p. 4; *Diário de Pernambuco* 13/06/71, p. 4.

> proibiu reunião, congresso, tudo era vigiado. As verbas do Ministério da Cultura foram cortadas, como também as ajudas da Prefeitura e do Estado. [...] A situação ficou cada vez mais difícil e os diretores do TPN se espalharam por outras cidades. Com a perda do emprego de Hermilo na prefeitura do Recife, as dificuldades foram cada vez maiores; Hermilo adoeceu, faleceu e o TPN não suportou o desgaste e quebrou (BRAYNER; BARBOSA, 2017)

Como observa ainda o relatório da CMVDHC, as forças de vigilância e repressão concebiam o TPN como um "antro de marginais" e "subversivos", em vista disso, acionando constantemente agentes disfarçados para vigiar a casa de espetáculo. Não raras vezes a trupe recebeu contatos indiretos dos órgãos de segurança e informação e telefonemas anônimos do CCC ameaçando invadir o teatro (BRAYNER; BARBOSA, 2017).

A sede do TPN deu lugar ao Beco do Baracho, um bar e casa de show que era frequentado, normalmente, por jovens admiradores da cena cultural independente do Nordeste do Brasil: "pessoal que buscava além das adrenalinas momentâneas das festas, algum tipo de expansão da percepção na experiência do *rock*, também no "consumo de drogas" da época, do "faça amor, não faça guerra" (LUNA, 2010, p. 110 -111). Pelo palco do "Drugstore do Beco do Barato" passaram artistas do dito "udigrudi da pernambucália" (um estrangeirismo de "underground"): Marconi Notaro, Flaviola, Lula Côrtes, O Phetus, Robertinho do Recife, Zé Ramalho, o Tamarineira Village, Ave Sangria, dentre outros. No geral tropicalistas, roqueiros, hippies, esquerdistas, estudantes, circenses, dentre outras tribos na "contra estética musical dos armoriais" (LUNA, 2010, p. 74).

Seguindo a tradição de contestação estética iniciada pelo TPN, os roqueiros do "Beco do barato" organizaram com os Diretórios Acadêmicos livres de Medicina, Engenharia, Arquitetura e Geologia da UFPE um grande espetáculo de contestação ao estabelecimento cultural vigente, a "I Feira experimental de Música do Nordeste". Realizada em Nova Jerusalém[26] em 11 de novembro de 1972, o festival contou com cerca de 2 mil participantes espalhados entre "latas cheias de água com ácido lisérgico [...] muito amor sendo feito dentro das barracas" (LUNA, 2010, p. 65).

[26] Conhecido popularmente como "maior teatro ao ar livre do mundo", onde é encenado desde 1968 o espetáculo da "A Paixão de Cristo". Disponível em: https://www.novajerusalem.com.br/historia-paixao-de-cristo; Acesso em: 22 jan. 2018.

Figura 10 - Cartaz da Feira Experimental de Música

Fonte: LUNA, 2010, p. 69

Apresentaram-se naquela madrugada "Marco Polo e o Tamarineira Village [depois Ave Sangria], Flaviola, Pitti[...] Otávio Bz, Thiago Araripe do Nuvem 33, Lula Côrtes e outros artistas". Por certo os comportamentos desviantes eram enquadrados como "subversão" e "corrupção" pela comunidade de segurança e informações. No entanto, alheios à crítica cultural do festival ou embebidos nas fontes psicodélicas do "Woodstok Nordestino", os policiais elogiariam dias depois nos jornais o comportamento "paz e amor" do "hippies" de "Fazenda Nova" (LUNA, 2010, p. 70).

Enquanto isso a agenda do DEC[27] permaneceu concentrada na promoção do Movimento Armorial por meio das artes plásticas, cursos, música, aquisições e convênios (UFPE, 1972). Os relatórios do órgão contavam desde 1971 com a seguinte apresentação: "As atividades do DEC estão estreitamente vinculadas ao 'Movimento Armorial', nascido precisamente dos trabalhos desse departamento no campo das artes – música, artes plásticas e literárias" (UFPE, 1972, p. 1).

O programa de artes plásticas reuniu artistas consagrados e estreantes, como Francisco Brennand, Gilvan Samico, Aluízio Braga, Miguel dos Santos, Fernado Lopes da Paz, Fernando Torres Barbosa e Maria da Conceição Brennand. Os artistas se dividiam entre exposições, cursos e pesquisas sobre o tema, todas eles com apoio do DEC/DEIC. Sem o ambiente do TPN

[27] Ou Departamento de Integração Comunitária (DEIC –1971-1972). Considerando que a mudança de nomenclatura permaneceu por curto dois anos, logo reassumindo sua antiga denominação, optou-se, por questões didáticas, empregar apenas a nomenclatura DEC.

e outras galerias, as exposições do DEC circularam pelos edifícios da cidade universitária, bibliotecas públicas e até mesmo quartéis do exército. Foram realizadas atividades em unidades da UFPE (Administração, Reitoria, Biblioteca Central, dentre outros), quarteis (Olimpíadas do exército, Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Recife – CPOR/R, 3ª Divisão de Levantamento do 4º Exército e Semana do Exército), Biblioteca Pública do Estado, dentre outros lugares (UFPE, 1972; UFPE 1974d; 1974e; 1975a; 1975b). Apoiado nos emblemas populares e eruditos de uma heráldica armorial, o setor de artes plásticas do DEC produziu, igualmente, brasões para prefeituras locais, para o CRUTAC-PE, para o 1º Batalhão de Polícia Militar de Pernambuco e para a base Aérea do Recife (UFPE, 1974d).

Estes espaços de exposição e outras modalidades de correlação expressavam as configurações atualizadas de uma prática de extensão endógena e em crescente sintonia com regime, na conjuntura nacional dos programas nacionais de extensão (PR e CRUTAC) e da Educação Moral e Cívica. Na UFPE este movimento é acompanhado pela gestão do reitor Marcionilo Lins e pela direção do professor Armando Samico, na Pró-reitoria de Assuntos Comunitários.

Os cursos oferecidos pelo DEC são quase que totalmente transferidos para outras pastas da Pró-reitoria de Assuntos Comunitários. Ainda assim, foram montados cursos de talhas em madeira com instituições filantrópicas e cursos de formação para os músicos do Quinteto Armorial. Por toda primeira metade dos anos 1970 o órgão também realizou inúmeras conferências sobre o Armorial, sempre apresentadas pelo professor Ariano Suassuna. Estas primeiras aulas espetáculos aconteciam em espaços variados, como universidades, repartições públicas, empresas privadas, clubes das elites conservadoras (Rotary, Lyons, Internacional, Cabanga, etc.), galerias, livrarias, escolas e quartéis (CPOR) (UFPE, 1972; 1973b; 1974d; 1975a).

Durante todo o período foram adquiridas obras de artistas consagrados e novos, em continuidade à produção do acervo do MUSARTRA, assim como um acervo de folhetos de literatura popular conhecidos como literatura de cordel. Apenas do colecionador folclorista Evandro Rabelo foram obtidos 2477 folhetos. Todo o investimento em obras e artesanato da gestão Suassuna é resultado das atividades de pesquisa e de criação armorial apoiadas pela UFPE. As aquisições priorizaram os trabalhos de artistas eruditos do movimento armorial e depois de artistas populares[28]: Miguel dos Santos, Aluízio Braga, Fernando Lopes da Paz, Gilvan Samico, Maria da Conceição Brennand Guerra, Jairo Arcoverde, Aluízio Magalhães,

[28] Consultar APÊNDICE E.

Lúcia Lopes (Artista popular), José Borges (J. Borges. Artista popular), Lourdes Magalhães, Geber Accioly, Francisco Brennand, Alcides Santos, Arnaldo Barbosa de Lima (Artista popular) e Maria Pompeia Carneiro Campos.

No âmbito da música, criou em 1969 o "Seminário de criação e interpretação musical Nordestina", do qual resultou o concerto e exposição inaugural do movimento Armorial na Igreja São Pedro dos Clérigos (DIDIER, 2000). O referido evento dava novo seguimento à pesquisa musical, cultural e artística desenvolvida pelo DEC nos tempos de Hermilo Borba Filho.

Todas as atividades musicais se concentraram, por conseguinte, nos concertos, cursos, aquisições e criação do Quarteto, depois Quinteto Armorial, assim como apoio à Orquestra Armorial. O quarteto mantido pelo DEC era formado inicialmente por Antônio José Madureira, Antônio Carlos Nóbrega de Almeida, Edilson Eulálio Cabral, José Tavares de Amorim (depois substituído por Egildo Vieira do Nascimento), "todos, com exceção deste último, estudantes [...] do curso de Música da EBAP" (UFPE, 1972, p. 3).

O conjunto composto por guitarra ibérica, rabeca, flauta transversal, pífano e viola sertaneja seria depois acrescido do Maribau, instrumento popular tradicional composto por um arame esticado entre duas câmaras de ressonância (coco, cacimba ou lata) e uma vara, normalmente "tocado pelos cegos nordestinos" (UFPE, 1972, p. 7). O grupo contava ainda com orientação de Lourenço da Fonseca Barbosa (Capiba), José Generino de Luna e Jarbas Maciel (UFPE, 1972, p. 4).

O repertório incluía música de câmera nordestina, a música barroca pernambucana e europeia e outras ligadas às tradições populares. Para os artistas armoriais, as raízes da verdadeira cultura brasileira estavam na arte barroca íbero-brasileira e na cultura popular nordestina[29]. Por este ângulo, exercitaram transcrições e adaptações de artistas e autores anônimos populares e eruditos do século XVI ao século XX.

O Departamento também colaborava com a Orquestra Armorial do Conservatório Pernambucano de Música, com regência do Maestro Cussy de Almeida, através das exposições de Ariano Suassuna sobre a Arte Armorial. A orquestra e o Quinteto realizaram na primeira metade dos anos 1970 centenas de concertos e exposições Armoriais nacionais e internacionais. Como nas exposições de artes, os concertos do Quinteto e da Orquestra eram realizados nos espaços mais diversos de festivais de cultura aos quarteis.

[29] Composições populares e eruditas de Fernando Fernadière, Vivaldi, Haendel, Luis Álvares Pinto, José de Lima, Ernesto Nazareth, Juan Del Encina e autores anônimos medievais e nordestinos.

Estas apresentações contaram com amplo apoio da UFPE e dos poderes públicos municipal, estadual e federal. Por este ângulo, conquistaram notoriedade de cultura oficial do Nordeste do Brasil. Para isto, colaborou o fato de que Ariano Suassuna participava do Conselho Nacional de Cultura desde 1966, bem como das teias de relações institucionais e sociais articuladas através do DEC/UFPE e de outras instituições.

Como já se observou, as atividades de pesquisa do DEC estavam vinculadas à criação e à formação no campo das artes plásticas, da música e da literatura armorial. Para esta última desenvolveram estudos sobre autores pernambucanos coloniais, coordenadas pelos escritores Maximiano Campos e Ângelo Monteiro, bem como publicação de escritores vinculados ao movimento e à Geração 65.

Toda produção do DEC ao longo dos anos 1960 e 1970 se voltou fundamentalmente para formação, pesquisa, produção e divulgação de uma dita "verdadeira" arte erudita e popular do Nordeste do Brasil. Se num primeiro instante se atravessou pela pluralidade do TPN, a partir de 1969 ela se concentrou na apropriação de temas regionais do romanceiro e do cancioneiro popular/erudito, medieval, colonial e sertanejo. As linhas sintetizadas a partir da ideia de tradição, região e mestiçagem, da mesma maneira que as expressões e os conteúdos eruditos e populares, ressoaram com os imperativos nacionalistas da época. De tal modo que, ao buscar a verdadeira cultura brasileira, ganharam status de cultura oficial do Nordeste do Brasil em tempos de ditadura militar.

Apesar da toda mobilização sociocultural e de sua riqueza estética, estavam excluídos desta política de extensão cultural toda comunidade universitária e realizadores dedicados às outras formas de expressão culturais, artísticas e educacionais dissonantes da semiologia Armorial. Esta segregação desencadeou críticas de artistas e intelectuais da cidade, especialmente, dos tropicalistas e da cena alternativa, como ficou nos manifestos "Porque somos e não somos tropicalistas", "Inventário de nosso feudalismo cultural" e "Resposta a um professor de Bestética I e II", assinados por Jomard Muniz de Britto, Celso Marconi e Aristides Guimarães (LUNA, 2010; ARETAKIS, 2016).

A criação dos programas nacionais de extensão colaborou para que o DEC gozasse inicialmente de maior autonomia no programa armorial, depois ampliado com a chegada de Ariano Suassuna à Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Recife em 1974. Apesar do recorte próprio ao movimento, o departamento estava em harmonia com as demais universidades brasileiras, cujos trabalhos de extensão locais centravam-se sobretudo na promoção de atividades conhecidas como "difusão cultural" (BRASIL, 1975). De todo modo,

pouco ou nenhum organismo de extensão nacional produziu uma iniciativa da amplitude do Movimento Armorial, com repercussão na produção cultural brasileira ainda hoje.

De toda forma o Departamento não escapou em absoluto da nascente política de extensão universitária nacional. Nesta perspectiva, o DEC é transformado em Divisão de Desenvolvimento Cultural e incorporado, em 1970, ao Departamento de Integração Comunitária (DEIC – depois volta a ser chamado de DEC em 1973) da Pró-reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC).

A referida Pró-reitoria possuía, além do Departamento de Integração Comunitária ou extensão, Departamentos e Divisões estratégicas de Assuntos Estudantis, de Desportos, da Editora Universitária, da TV e Rádio Universitária e de Estudos dos Problemas Brasileiros (Moral e Cívica). Era uma miscelânea das atividades ditas "extra-universitárias", aliás, a partir de uma visão tradicional do que era propriamente "universitário". O referido formato tinha em vista, sobretudo, os programas oficiais de ensino, pesquisa e extensão, ainda que inseridos em um órgão de ação comunitária. Estas ações de intervenção nas práticas acadêmicas em âmbito nacional, isto é, o Projeto Rondon, o Crutac e a doutrina de Moral e Cívica são fundamentais para compreender a relação entre universidade e regime militar.

5.3 PROJETO RONDON E CENTRO RURAL UNIVERSITÁRIO DE TREINAMENTO DE AÇÃO COMUNITÁRIA (CRUTAC): "INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR" E "ABNEGAÇÃO E TRABALHO"

A atividade de extensão universitária foi se constituindo ao longo do século XX pelo transbordamento das práticas acadêmicas tradicionais. Dos habituais cursos e prestação de serviços, acrescentam-se, a partir dos anos 1960, as linhas de fugas conjugadas pelos movimentos de cultura e de educação popular. Este encontro foi ensejado pelos movimentos sociais e estudantil, bem como pelo SEC e por outros organismos institucionais que atuaram naqueles anos de intensa mobilização educacional e de reformas de bases (CARNEIRO, 1985; VERAS, 2012; VERAS, 2017).

O movimento golpista abateu a "extensão popular" e a frente de reforma educacional, de uma maneira que as universidades se viram mais uma vez envolvidas pelas formas tradicionais de extensão, sobretudo de "difusão cultural", no geral alheia às reivindicações das esquerdas e dos movimentos sociais e populares. A política cultural e artística perdia, assim, parte do horizonte participativo e pedagógico da extensão.

O recrudescimento da luta estudantil a partir de 1965 obrigou o regime e as elites universitárias a recorrerem a formas não convencionais para além da estrita repressão. Em vista disso, aproximar universitários do governo militar era uma necessidade urgente. O programa de difusão cultural e de cursos de extensão pouco tinha a colaborar com este intento. Neste sentido, militares e professores da Universidade Estadual da Guanabara (UEG – atual UERJ) se reuniram em 1966 no "Seminário de Educação e Segurança Nacional" da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME). O objetivo do evento era inserir as Forças Armadas brasileiras no debate educacional da época e definir estratégias de aproximação com a estudantada (PEREIRA, 2009; MOTTA, 2014a; LIMA, 2015).

Os encaminhamentos do evento se mostraram críticos do convênio MEC-USAID num não raro momento em que o nacionalismo conservador e progressista se cruzara. Também estavam certos quanto ao desejo de se elaborar um projeto dedicado à conscientização dos estudantes nos valores ditatoriais. Apesar do apelo nacionalista, este último vetor visava sublimar e redirecionar as reivindicações estudantis para os ideais de desenvolvimento e segurança nacional ressignificados pela ditadura (CARNEIRO, 1985; CUNHA 2007a; PEREIRA, 2009; MOTTA, 2014a; LIMA, 2015).

O esboço dos programas de "ação comunitária" e, depois, no bojo da influência anglo-americana, novamente de "extensão", despontam nas recomendações do Seminário. A proposta do professor Wilson Choeri (UEG) sugeria a criação de uma ação sistêmica e periódica com apoio interministerial (civil e militar) de estágio e de mobilidade acadêmica para regiões remotas do território nacional. A palavra de ordem era recrutar estudantes através de ações de mobilidade, estágio e patriotismo que alimentariam tanto o Projeto Rondon (PR), quanto os Centros Rurais Universitários de Treinamento de Ação Comunitária (CRUTAC - PEREIRA, 2009; MOTTA, 2014a).

Outras matrizes estavam nas ações da Aliança pelo Progresso, através do programa Corpos da Paz (Peace Corps - 1961)[30] e do projeto Rita ou Asimov (Rural Industrial Technical Assistance), da Universidade da Califórnia. As duas iniciativas foram denunciadas nas vésperas do golpe por infiltração da Central de Inteligência Americana (CIA – CUNHA, 2007a). O Projeto Asimov e Rita foram, aliás, efusivamente recomendados por Atcon em consultoria contratada pelo MEC, sobretudo a partir da implantação destes no estado de Pernambuco, em

[30]A agência federal americana criada pelo presidente John Kennedy em 1961 ganhou notoriedade nos anos 1960 pelas denúncias de infiltração de agentes da CIA e pelas tentativas de intervenção no movimento Hippie americano, quando, por exemplo utilizaram helicópteros para despejar roupas e remédios na primeira edição do Festival Woodstock em 1969. Sobre a entidade: https://www.peacecorps.gov/stories/; Acesso em: 09 jun. 2017.

convênio com a SUDENE, do Ceará e do Rio Grande do Norte, nestes dois através do CRUTAC - "espécie de corpo da paz nacional [...] merecia também sua adoção pelas demais universidades do país" (ATCON, 1966, p. 35).

Estes programas norte-americanos se caracterizavam por ações multidisciplinares e anticomunistas de mobilidade discente, de estágio e de prestação de serviços em regiões sulcadas pela miséria e pela desigualdade. Todas estas atividades supervisionadas e orientadas por professores e por técnicos especializados. Os movimentos de educação e cultura popular também experimentaram antes do golpe de 1964 várias modalidades de mobilidade estudantil em moldes participativos tal qual a "UNE Volante" e o "SEC Volante" (VERAS, 2012; VERAS, 2017).

No entanto, enquanto as ações do período democrático visavam conscientizar e mobilizar os participantes envolvidos, seus duplos norte-americanos e ditatoriais, possuíam objetivos contrários. O escopo inserido na "Doutrina de Segurança Nacional" era desmobilizar, cooptar e integrar ao regime os estratos estudantis em crescente processo de reorganização política. Como descreveu o professor Wilson Choeri, o que se pretendia era criar um "organismo cívico, educacional e recreativo, pleno de objetivos nacionais e capaz de transmitir aos jovens uma mensagem de trabalho, de fé e de progresso, através da qual seja possível evitar que o jovem passe da fase de politização a do estabelecimento de vínculos político-partidários" (apud CARNEIRO, 1985, p. 30-31)

Em julho de 1967 o professor Wilson Choeri (UEG) e Onir Fontoura (UEG) e mais 30 estudantes da UEG partiram rumo a Rondônia, num avião do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), emprestado pelo Ministério do Interior. O grupo permaneceu por quase um mês nas dependências do 5º Batalhão de Engenharia de Construção em Porto Velho (MOTTA, 2014a). Os resultados apresentados para a ECEME convenceram as autoridades competentes da eficiência política da empreitada, que seria militarmente batizada de Operação Rondon – Zero, apenas depois assumindo o formato civil de Projeto Rondon (PR). O título homenageava o estado onde se iniciara o programa, Rondônia, bem como seu patronímico, o Marechal Cândido Mariano Rondon, engenheiro militar patrono da Arma de Comunicação responsável pela implantação do telégrafo do centro-oeste e da Amazônia no início do século XX (PEREIRA, 2009; MOTTA, 2014a).

Ao longo das novas edições o PR ganhou corpo social através da crescente participação estudantil de todos os estados brasileiros, bem como pela ação publicitária e midiática dos meios de comunicação empresariais e governamentais (MOTTA, 2014a). O reitor da UFPE, Murilo Guimarães, e o diretor da Divisão de Expediente e Assistência Escolar do DEC, Ivancir

Castro (depois secretário do MEC na gestão do coronel Jarbas Passarinho), negociaram com o Brigadeiro Parreiras Horta, comandante da 2ª Zona Aérea, o Coronel-aviador Stênio Alvarenga, o chefe do Estado desta mesma Zona, e o General Souza Aguiar, comandante do IV Exército, a entrada no programa para efetiva "Integração da UFPE e Forças Armadas" (*Jornal Universitário* - Set., 1967, p. 12). Os dirigentes universitários e os altos oficias enfatizaram o valor desta integração entre o quartel e academia para o desenvolvimento socioeconômico e a segurança nacional. As novas edições do PR contemplaram consequentemente estados do Nordeste do Brasil por meio do envio de estudantes com transporte, alimentação e alojamento previsto pelas forças armadas.

Por conseguinte, entre os meses de setembro e dezembro de 1967, o Coronel-aviador Stênio Alvarenga coordenou a Operação Nordeste (depois chamada de Projeto Rondon I), que conduziu duas turmas de universitários ao sertão da Paraíba e do Rio Grande do Norte. A primeira foi basicamente composta por quintanistas de medicina, contando a segunda com 19 estudantes da UFPE (sendo oito de engenharia civil, três de engenharia mecânica, dois de engenharia elétrica, dois de Odontologia, um de economia e um de medicina – *Jornal Universitário* – Out., 1967, p.3).

Em janeiro de 1968 a Operação Rondon II enviou grupamentos estudantis, sobretudo da Guanabara, para o Norte e o Nordeste do Brasil (grupamento Alpha, Beta, EI, etc - *Jornal Universitário* – Fev., 1968, p. 11). A missão previa realização de exames médicos, a distribuição de medicamentos, a vacinação e a aplicação de questionários socioeconômicos. Enquanto parte dos estudantes seguiram para Rondônia, outros permaneceram entre Pernambuco, Alagoas e Bahia, onde visitaram municípios das regiões do Agreste (Caruaru, Pesqueira, Arcoverde, Garanhuns) e do Sertão (Salgueiro, Petrolina, Belém de São Francisco, Santa do Ipanema - AL - e Paulo Afonso – BA - *Jornal Universitário* – Fev., 1968, p. 11).

Ademais, a Operação II contou com apoio da UFPE, do Exército Brasileiro, prefeituras e órgãos do poder executivo federal e estadual, como o Departamento de Estrada e Rodagem (DER), Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). Participaram desta nova edição estudantes de Engenharia, Medicina, Geografia, Odontologia, Enfermagem, Geologia, Serviço Social, Educação, Química, Filosofia, Economia, Direito, Agronomia, Veterinária e Arquitetura.

O Grupo de Trabalho do PR foi instituído pelo governo do General Costa e Silva, como programa de estágio e de mobilidade diretamente vinculado ao MINTER, através do Decreto nº 62.927 de 28 de junho de 1968. Integravam, também, o referido GT o Ministério da Educação e Cultura, da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, dos Transportes, da Agricultura, do

Planejamento e Coordenação, da Saúde, o Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES), o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e representantes da UEG. O dispositivo jurídico, embora centralizado, criava sessões regionais do PR.

Durante o governo do General Médici, o PR virou órgão permanente do MINTER com autonomia administrativa e financeira. O Decreto 67.505 de 6 de novembro de 1970 previa, da mesma maneira, objetivos relacionados ao desenvolvimento, à integração e à segurança nacional. Ao conselho do PR foi incorporado o Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Para garantir a autonomia financeira do PR instituiu-se, igualmente, o Fundo do Projeto Rondon (FUNRONDON). O apoio compulsório de instituições privadas e públicas das mais variadas esferas assegurou continuidade do PR até sua extinção no final dos anos 1980. Estas foram as bases institucionais e materiais de expansão do programa dirigido pelos militares. As primeiras operações instituíram paulatinamente um cronograma nacional nas férias de janeiro e fevereiro, e regional no recesso escolar de julho (MOTTA, 2014a).

Os interessados deveriam apresentar carteira de identidade, tipo sanguíneo e fator RH, carteira de vacinação em dia, bem como os requisitos de escolaridade (ser recém-formado ou a partir do 3º ano para os cursos de 5 anos e do 2º ano para os cursos de 4 ano, bem como professores formados em até dois anos – *Jornal Universitário*, Ago., 1970, p. 12). Os participantes também eram submetidos de forma sigilosa a uma triagem política pelos órgãos de informação e repressão ditatoriais. O propósito era banir do programa comportamentos tidos por desviante do ponto vista político e moral. No entanto, não faltaram relatos de participação de militantes de esquerda e das boemias revolucionárias da juventude universitária (MOTTA, 2014a,).

A iniciativa de arrefecimento da luta estudantil suscitou programa semelhantes em outros ministérios. Por exemplo, o "Projeto Mauá" do Ministério do Transporte, cujo objetivo era integrar os estudantes, sobretudo de engenharia, às grandes obras de infraestrutura do Regime. Apenas em 1969, 35 universitários do estado de Pernambuco (sendo 11 da Escola Politécnica de Pernambuco e 24 da UFPE - 4 da Faculdade de Arquitetura e 20 da EEP) visitaram, ao lado do professor Paulo Moreira (EEP), os canteiros da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, da Ponte Rio-Niterói, da Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN), da Destilaria da Petrobrás e Complexo Industrial de Aratú na Bahia. Durante a estada no Rio, os universitários se encontraram com Ministro dos Transportes, o coronel Mário Andreazza, homem forte do regime vinculado à indústria da construção pesada e a lideranças

da Aliança de Renovação Nacional (ARENA) no Norte e Nordeste do Brasil (*Jornal Universitário* – Jul., 1970, p. 3; CAMPOS, 2012; COUTO, 2010)

O PR e o CRUTAC também estimularam ações de estágio e de formação conservadora em âmbito local. Um caso análogo foi a Operação Triunfo realizada no recesso de julho de 1970. Os estudantes arregimentados pela UFPE e pela prefeitura da cidade homônima do sertão pernambucano prestaram momentâneos serviços médicos e farmacêuticos, quando receberam o apelido carinhoso e senhorial de "doutorzinhos" (*Jornal Universitário* – Jul., 1970, p. 12).

Outro caso semelhante foi a "Operação Guararapes", promovida pelo setor de Arqueologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE, pelo IV Exército e pelo Ministério do Exército. O objetivo da pesquisa era identificar o local exato onde se dera a Batalha dos Guararapes (1648-1649), em Monte homônimo em Jaboatão, no Grande Recife. Fortalecia-se deste modo a memória e o calendário oficial para os quais o referido acontecimento histórico representa o nascimento do Brasil e do Exército Brasileiro, através da união das três raças, branca, negra e indígena, na luta contra o invasor Holandês no século XVII.

O professor e arqueólogo Marcos Albuquerque[31] coordenava inicialmente um equipe formada pela pesquisadora Veleda Lucena, pelo estagiário do IFCH Mauro Koury e pela "rondonista" Heloísa Galvão. Depois seriam incorporados aos trabalhos estudantes "rondonistas" e militares da polícia e do exército. Os estagiários dos cursos de História, Sociologia, Biblioteconomia, Assistência Social, Arquitetura, Belas Artes, Arqueologia e Botânica ficaram acampados nos arredores do Monte dos Guararapes.

A "Operação" inseria-se na inauguração do "Parque Histórico Nacional dos Guararapes", coordenado pelo professor Aécio de Oliveira, do Museu do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), e pelo Instituo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A expectativa era que o equipamento cultural fosse o maior museu ao ar livre do mundo, um misto da megalomania do regime militar e da cultura pernambucana, 'um verdadeiro monumento da nacionalidade e da formação ética brasileira". Durante os trabalhos, o sitio arqueológico recebeu visitas do ministro do Interior Costa Cavalcanti e do governador Nilo Coelho.

O Parque foi inaugurado em abril de 1971, em evento cívico presidido pelo general presidente Médici e pelo governador Eraldo Gueiros Leite (Decreto 68.527/1971.). A "grande festa da nacionalidade" contou com a participação de inúmeros grupamentos militares, hasteamento das bandeiras por comitiva de estudantes do PR e do CRUTAC-PE e show

[31] Coordenador do Setor de Arqueologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE (IFCH).

pirotécnico, bélico e da esquadrilha da fumaça (*Jornal Universitário* – Fev., 1971, p. 11; Abr., 1971, p. 5-9).

A "Operação Guararapes" influenciou, por conseguinte, o surgimento da "Operação Arquivo I". A iniciativa sucursal do Projeto Rondon abrangeu 15 estados brasileiros e visava "preservar e pesquisar documentos históricos de importância para elaboração de uma nova História do Brasil"(*Jornal Universitário* – Jan., 1972, p. 10). Esta "Nova História" voltava-se notadamente para as "Forças terrestres" e para os "fatos históricos ligados ao Exército brasileiro" (*Diário de Pernambuco* – 08/01/1972, p. 3; 28/08/1973, p. 10).

Em Pernambuco, a "Operação" contou inicialmente com 15 estagiários das disciplinas de direito, história e ciências sociais. A coordenação do projeto ficou a cargo da professora Vera Lúcia Chianca, do Curso de Biblioteconomia e Documentação da UFPE e presidenta da Associação Pernambucana de Bibliotecários. O projeto previa pesquisas em acervos públicos e privados dos municípios em todas as regiões do estado: Goiana, Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho, Sirinhaém, Vitória de Santo Antão, Itamaracá, Igarassu, São Lourenço da Mata, Olinda e Petrolina (*Jornal Universitário* – Jan., 1972, p. 10). Segundo a coordenadora, a Operação buscava, também, "incutir nos estudantes daquelas áreas a necessidade da dedicação às fontes de nossa formação histórica, através de uma ação coordenada de alto nível" (*Diário de Pernambuco* – 18/01/1972, p. 6)[32].

A "Operação arquivo I" constatou o péssimo estado dos acervos visitados. No entanto, pouco pode ser realizado para solucionar o problema, pois o projeto se encerrara ainda no segundo semestre de 1972. Por conseguinte, os dados levantados alimentaram a publicação do "Guia turístico do Grande Recife", por meio da "Operação turismo" do governo estadual. Assim como a primeira, este último projeto foi logo encerrado por dificuldades de ordem financeira (*Diário de Pernambuco* 28/04/1973, p. 6)

O sucesso publicitário do PR, sob o mote de "integrar para não entregar", do capitão de Engenharia Lauro Bastos do 5º BEC, projetou seus objetivos públicos de assistência comunitária e mobilidade estudantil. Nada obstante, estes desígnios eram tacitamente secundários àqueles de ordem política que visavam mobilizar e formar estudantes nos ideais do regime. Em vista disso, não faltaram esforços das elites nacionais para manutenção do PR. Esta importância do programa para o governo ditatorial pode ser apreendida pela composição de indivíduos e entidades de classe empresarial listadas num relatório produzido pela coordenação regional do Nordeste, naqueles anos dirigida pelo reitor da UFPE, Marcionilo Lins.

[32] Ver também: Diário de Pernambuco - 19/12/1971, p. 24;

As comissões regionais do FUNRONDON eram compostas por órgãos de classe empresarial, bem como pelas elites militares e civis (do campo político, universitário, religioso, midiático, etc. – Conferir APÊNDICE D). Chama atenção o número de "Doutores" listados e, por consequência, a quase total ausência de mulheres, pois há poucas "doutoras" numa sociedade patriarcal que limita sistematicamente a participação das mulheres nas instâncias de poder político e sociocultural. Não há nenhuma mulher nas representações de órgãos públicos e privados e associações de classe dirigente, apenas na "Comissão Universitária", as professoras: Ângela Silva, Marta Silva, Vera Ferraz e Lúcia Gomes. A composição de classe empresarial, política e militar ajuda a compreender o viés menos pedagógico do que político do programa, do mesmo modo que o apoio material para sua continuidade entre os anos de 1966 e 1989.

O crescimento do PR nos anos 1970 obrigou o MINTER e as Forças Armadas a recorrerem às embarcações da Marinha e aviões da Sadia S.A. para o PR - VII (MOTTA, 2014a; *Diário de Pernambuco* – 06/01/1971, p. 2). Assim as operações se firmaram partir de 4 modalidades de trabalhos: as operações nacionais e regionais nas férias de janeiro/fevereiro e julho respectivamente; as operações especiais atendendo interesses, metas e cronogramas estabelecidos por convênios, como por exemplo a "Operação Arquivo I" em convênio com o Ministério do Exército, bem como operação urbana em convênio com as prefeituras (como a "Operação Triunfo"); os "*Campi* avançados" com funcionamento anual em "áreas menos desenvolvidas"; e, por fim, o projeto de interiorização de mão de obras que encaminhava jovens recém-formados para os "*Campi* avançados" e áreas de colonização no Norte e Centro-Oeste do Brasil (*Jornal Universitário* – Ago., 1970, p. 12; Ago., 1972, p. 2).

O ponto central da reformulação do PR através da Lei 67505/70 foi a inserção dos "*campi* avançados" enquanto espaço contínuo de ação comunitária em zonas remotas do país. A nova faceta atendia as críticas de assistencialismo e descontinuidade do programa. Os primeiros "*campi* avançados" foram implantados pelas UFSM (RS), UFJF (MG), UEG e UNB no respectivo território de Roraima e municípios de Tefé (AM), Parintins (AM) e Aragaças/Barra das Garças (GO e MT). O convênio envolvia o MINTER, Ministério do Trabalho, e FUNRURAL, poderes públicos municipais, estaduais e territorial. A equipe técnica dos *campi* avançados era composta, através do rodízio mensal, de professores e de estudantes das universidades responsáveis (uma média de 25 pessoas por mês - *Jornal Universitário* – Ago., 1972, p. 2; *Diário de Pernambuco* – 30/10/1970, s/p).

Um catálogo produzido pelo MEC apresentava os "*campi* avançados" em inglês como:

> Through Projeto Rondon, students are given the chance to participate in experiences undertaken in the more remote areas of the country, especially the Amazon. Teachers and students offer their services to distant communities according to their studies and abilitites. This is an extension of their campus life and for this reason these work areas are called *Campus* Avançado" (BRASIL, 1972, p. 35)

Entre 1970 e 1974 foram criados 12 "campi avançados" (BRASIL, 1975, p. 520). Estas unidades ocupavam normalmente edifícios emprestados ou cedidos por poderes públicos locais e regionais. A UFPE, a UFRPE, a UNICAP e a Fundação de Ensino Superior (FESP - atual Universidade de Pernambuco - UPE) inauguraram em 1975 o *campus* avançado de Araguaiana (no atual estado do Tocantins –*Diário de Pernambuco* - 22/07/1973, p. 10). Para os trabalhos de instalação foram convocados estagiários de Administração, Economia, Sociologia, Direito e Engenharia (*Diário de Pernambuco* – 04/08/1974, p. 10).

O *campus* situado no extremo norte do estado, nas proximidades da rodovia Belém-Brasília, atendia, igualmente, as microrregiões de Ananás, Araguatins, Axixá de Goiás, Banbulândi, Filadélfia, Itaguatins, Nazaré, São Sebastião do Tocantins, Tocantinópolis e Xambicá (*Diário de Pernambuco* – 03/04/1975, p. 1). Até 1989, quando o projeto foi extinto, o PR possuía um total de 29 "*campi* avançados" (PEREIRA, 2009).

O PR e a Comissão incentivadora do CRUTAC (CINCRURTAC) foram paulatinamente integrados aos trabalhos de extensão universitária na primeira metade dos anos 1970, apesar de permanecerem com estrutura organizacional e orçamentária própria. Esta captura mútua vai sendo costurada ao longo de inúmeras conferências e eventos do MEC e do CRUB, no contexto da reforma universitária e do programa de governo batizado como "Revolução pela educação" ou "Década da educação"[33].

O próprio professor Newton Sucupira, enquanto Diretor do Departamento de Assuntos Universitários (DAU), advogava em favor da outrora "supérflua" extensão enquanto "traço característico da universidade moderna, produto do espírito pragmático americano é a ideia de extensão, a ideia de serviço social" (1972, p. 15). Desse modo uma comissão mista formada por gestores do CRUTAC (MEC) e do *campus* avançado (MINTER) buscaram em meados dos anos 1970 articular e integrar estes programas. Este fórum também apoiou a proposta de criar

[33] Ver: BRASIL, 1970, p. 77-85; BRASIL, 1971, s/p; BRASIL, 1972, p. 35; SUCUPIRA, 1972, 15-22; SANTOS, 1973, p. 16-17; BRASIL, 1975, p. 511-520; BRASIL, 1976, p. 108-109; 161-181; BRASIL, 1979, p. 102-134.

a Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE) do DAU, cuja inauguração 1974 se deu em conjunto com a elaboração do Plano de Trabalho de Extensão Universitária.

Como observa a pesquisadora Maria Nogueira, a CODAE materializava os anseios do MEC de coordenar e formular a emergente política de extensão, que se desenvolvera de forma pulverizada nas universidades e em outros ministérios. Até então o MEC apenas possuía controle sobre o CRUTAC e o Projeto de integração Escola-Empresa-Governo (NOGUEIRA, 2005). Desta forma, a CODAE retomou o conceito mais amplo de extensão enquanto troca entre universidade e sociedade, que visa a "retroalimentação" do ensino, da pesquisa e das comunidades atendidas. Assim propunha, tal qual a experiência o SEC no idos de 1962-1964, novas atividades, metodologias e públicos para a extensão (NOGUEIRA, 2005).

Em contrapartida, ao assumir a responsabilidade de coordenar, propor, acompanhar e avaliar as atividades de extensão, a CODAE impôs às universidades o papel de meras executoras de uma política nacional construídas de cima para baixo, tal como o PR e o CINCRUTAC. Por outro lado, há um processo de reprodução das formas tradicionais de extensão, mesmo com o reconhecimento das novas modalidades de ações (NOGUEIRA, 2005).

Apesar de tudo, o PR e CINCRUTAC permaneceram sendo coordenados individualmente pelo MINTER e pelo MEC. Na época era muito comum confundir os *campi* avançados com os núcleos do CRUTAC. Tal qual o PR, O CRUTAC se consolidou nacionalmente nos anos 1970 como programa de estágio supervisionado obrigatório de cunho assistencialista.

As bases eram as mesmas do PR, isto é, estágio (neste caso para concluintes) e mobilidade discente (neste caso para regiões vizinhas localizadas no interior do estado). Os dois programas se afirmavam enquanto política de desenvolvimento e Segurança Nacional, no entanto, enquanto o PR operava estes vetores pela integração, o CRUTAC se consolidou como uma ação sistêmica ou "órgão de interiorização" das universidades. Afora essas diferenças específicas, os núcleos e *campi* avançados expressavam e materializavam conforme seus respectivos modos práticas de estágio e mobilidade estudantil.

Para expansão do CRUTAC o regime contou com apoio da UFPE entre os anos de 1968 e 1970. Para isto realizou uma série de conferências com participação de militares e professores universitários, dentre eles o idealizador do CRUTAC, o reitor Onofre Lopes da UFRN, da mesma forma que o brigadeiro Antonio Lemos, e Ivancir Castro (do DEE), a professora Haydée Teixeira (FMR e Faculdade de Farmácia), o professor Nilo Pereira (FAFIP) e o professor Nelson Chaves (*Jornal Universitário* – Nov/Mai, 1968/1969, p. 8; Jun., 1969, p. 1;4).

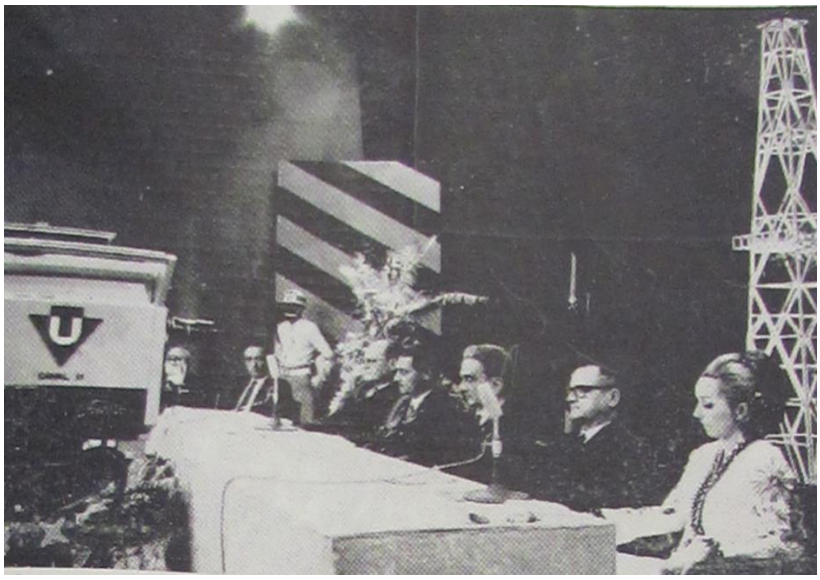
O regulamento do CRUTAC-PE foi finalizado em agosto de 1969, a partir dos trabalhos de comissão composta pelos professores Ruy João Marques (FMR), Nilo Pereira (FAFIP), Saul Tavares de Melo (FMR e Centro de Pesquisa Ageu Magalhães), Maria Haydée Ribeiro Teixeira (Faculdade de Farmácia e FMR), Bruno da Hora, Eudes de Souza Leão Pinto (Engenheiro Agrônomo), Fernando Cavalcanti de Figueiredo (FMR) e Ovídio Montenegro (FMR - *Jornal Universitário*, Ago., 1970, p. 11). Como se percebe, há uma participação expressiva dos professores e pesquisadores da área de saúde.

O Decreto-lei 916 de 8 de outubro de 1969 instituiu a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CINCRUTAC) do MEC (BRASIL, 1969). Tal qual o PR, os objetivos visavam inserir as populações interioranas na política de desenvolvimento socioeconômico e segurança nacional, a partir da prestação de serviços e cursos universitários desenvolvidos por estudantes estagiários de diversas áreas, sobretudo, saúde. A UFPE teve, igualmente, um papel fundamental na divulgação e institucionalização do CRUTAC nas demais universidades brasileiras. Neste sentido, organizou em dezembro 1970 o encontro do CINCRUTAC, apoiado pelo MINTER, pelo MEC, pela SUDENE e por outras universidades da região (ALMEIDA, 2011).

A criação dos primeiros núcleos da UFPE partiu de pesquisa realizada pelos professores Gilberto Osório, Mário Lacerda e Carolino Gonçalves do Setor de Geografia do IFCH. O relatório sugeria que o primeiro núcleo fosse instalado nos arredores de Palmares (*Jornal Universitário* – Ago., 1969, p. 11). Para além dos fatores científicos, a escolha levava em consideração a história de luta da região que nos anos 1950 e 1960 arregimentou a maior liga camponesa do estado, sobretudo com a militância de Gregório Bezerra e do PCB com trabalhadores rurais da região.

Com apoio do Coronel Mauro Rodriguez, secretário do MEC, e do ministro Jarbas Passarinho, bem como da coordenação da professora Haydée Teixeira, o CRUTAC-PE iniciou a preparação de uma primeira turma de 24 estudantes estagiários no segundo semestre de 1970. Em dezembro do mesmo ano, eventos de inauguração foram realizados na sede da TVU e nos núcleos pilotos de Água Preta e Joaquim Nabuco, cidades vizinhas a Palmares, Mata Sul do estado. Os semblantes carregados na TVU/UFPE dão o tom moral do programa.

Figura 11 – Inauguração do CRUTAC-PE na TVU/UFPE



Fonte: Jornal Universitário, Dez., 1970, p. 1

Estavam presentes nas festividades autoridades acadêmicas, militares e políticas. As falas buscavam, de alguma forma, rebater as críticas ao programa quanto à ação paternalista, assistencialista, elitista e partidária. Em maio, o ministro Jarbas Passarinho participaria de nova cerimônia de inauguração dos núcleos do CRUTAC-PE de Joaquim Nabuco e Água Preta (*Jornal Universitário* – Dez., 1970, p. 1;6-7; Mai., 1971, p. 1). Através destas cerimônias os corpos e os discursos da elite acadêmica e dos mais altos escalões do regime militar se interpenetravam, assim legitimando-se mutuamente nos espaços públicos invadidos pelas ações de extensão universitária.

De outro modo, na placa inaugural fixada em Água Preta e Joaquim Nabuco lia-se acima do nome do presidente general Garrastazu Médici, o mote do CRUTAC-PE: "abnegação e trabalho". A frase inscrita na placa e sub-repticiamente gravada na carne de professores, estudantes e populares, expressava os ideais de renúncia e sacrifício das vontades individuais e coletivas em nome dos imperativos nacionalistas, desenvolvimentistas e vigilantes do regime. Nesta lógica, a coordenadora do CRUTAC-PE defendeu, em outro momento, que os crutaqueanos fossem também enviados para trabalhar nas obras da Transamazônica e áreas de colonização. A meta era evitar o êxodo dos colonos, "cobrar dos recém-formados os investimentos feitos no custeio dos seus estudos" e "descongestionar [...] os grandes centros urbanos [...] que já contam com excedentes profissionais" (*Jornal Universitário*, Ago., 1971, p. 8)

Estes discursos de abnegação se repetiriam ao longo dos anos 1970 e 1975, com temáticas variadas, mas sempre acompanhados de autoridades de toda espécie e defesas da "revolução na educação" ou da "década da educação". Foi neste contexto que surgiram os núcleos de Fernando de Noronha, Sairé, Glória do Goitá, de mesma maneira que os telecentros da TVU de Goiana, Igarassu, Vitória do Rio Formoso, Chá de Capoeira, Carpina, Nazaré da Mata, Limoeiro, São Lourenço, Villa Mocambo, dentre outros (*Jornal Universitário*, Jan., 1975, p. 15)

Ao longo dos anos 1970 o CINCRUTAC inaugurou sessões regionais nos seguintes estados: Ceará e Sergipe (1971); Goiás (1973); Mato Grosso (1974); Pará, Amazonas, Paraíba, Alagoas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Piauí (1975). Também contaram com núcleos locais os municípios de Mossoró (RN), São Carlos (SP), Londrina (PR), Pelotas (RS), Santa Maria (RS – 1972) e Ponta Grossa (PR – 1974– ALMEIDA, 2011, p. 223).

Como já se observou há em todas estas experiências uma ênfase na participação dos estudantes da área de saúde, como Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia e Bioquímica. Somavam-se a estes serviços os diagnósticos multidisciplinares e os cursos de extensão. Neste sentido, realizaram levantamentos históricos, topográficos, estatísticos, nutricional, geográficos, econômicos nas localidades contempladas pelos núcleos (UFPE, 1974c). Um relatório decorrente destes trabalhos sugeria a criação em Fernando de Noronha de uma indústria de pescado, com barcos que comportassem "50 toneladas de peixe", bem como a construção de um "hotel colonial" na Fortaleza dos Remédios (*Jornal Universitário* – Jan., 1973, p. 11).

Além disso, os cursos ofertados traziam temas eminentemente urbanos, aliás, com escassos registros da participação de professores e estudantes das disciplinas das Ciências Agrárias, apesar de se tratarem de núcleos ditos rurais. Os principais cursos desenvolvidos pelo CRUTAC-PE entre os anos 1970 e 1975 versavam sobre datilografia, prótese, auxiliar de enfermagem, noções básicas em laboratório, nutrição e dietética, bombeiro hidráulico, eletricista instalador, mecânico de eletrodoméstico, mecânico de refrigeração, alfabetização de adultos, pedreiro, corte e costura, empregada doméstica, tapeçaria, carpintaria, (*Jornal Universitário,* Jan., 1975, p. 15).

Apesar das modernas tele-aulas, as atividades presenciais possuíam o formato didático tradicional de palestras, bem como se amparavam em objetivos pedagógicos assistencialistas. Estes últimos podem ser apreendidos a partir dos objetivos elencados pelo coordenador do CRUTAC-PE em 1975:

> **Levar** ao homem do campo os conhecimentos adquiridos na Universidade, **dando-lhes** saúde, ensinando-lhes novas técnicas [...] despertando-lhes o amor pelo trabalho, interesse pelo desenvolvimento, fixando-o na região com uma mão de obra qualificada, **passando a ser um elemento útil à sua comunidade** (*Jornal Universitário* – Jan., 1975, p. 15 – grifos do autor).

As ações do CINCRUTAC contaram nos anos 1970 com apoio interministerial, bem como do FNDE, DAU, PIPMO, LBA, CEME, FUNRURAL, LBA, COBAL, CEME, SUDENE, SUDAM e poderes públicos municipais e estaduais. No entanto, o principal financiador era o MEC, que sem contar com muito prestígio junto ao Ministério do Planejamento, teve dificuldades em manter um apoio orçamentário constante aos CRUTACs.

Estas ações de extensão e ação comunitária, com fins de desenvolvimento, segurança, integração e interiorização ao habitarem a produção de desejo estudantil, visavam produzir corpos individuais e coletivos em sintonia e ordem com o significante despótico instituído pelo regime. O que está em jogo, enquanto política sobretudo de estágio, é a criação de uma nata de estudantes bolsistas atuantes na academia e no mundo do trabalho que compartilhe os valores e as práticas defendidas pelo governo ditatorial. A produção destes corpos remete para prática recíproca dos valores conservadores do Estado autoritário (patriotismo, cristianismo e anticomunismo), quanto aos do campo acadêmico moderno (capitalista e produtivista).

Para isto, O CRUTAC e o PR assumem dimensões assépticas e terapêuticas do corpo de participantes envolvidos, ambos passíveis da intervenção médica, odontológica, farmacêutica, nutricional e social das atividades de ação comunitária (ou a partir da criação da CODAE em 1974, extensão universitária). Desta forma, a exclusão social e regional é naturalizada como uma doença social e, consequentemente, negada como síntese das relações socioculturais e políticas da história.

Se no caso da difusão cultural a universidade perdia seu horizonte educacional, em favor da produção artística e cultural das elites universitárias, aqui a base pedagógica se dilui nas formas violentas e positivas do campo da saúde e do trabalho. Daí os lemas "integrar para não entregar" e "abnegação e trabalho". A organização militar dos corpos estudantis (operações, treinamentos, disciplina, desportos, etc.) materializava e expressava o sentido político implícito destes programas.

Por conseguinte, percebe-se o quanto as "operações" e a "atitude agressiva e racional de desenvolvimento comunitário" (*Jornal Universitário*, Nov., 1970, p. 7) se transformam em "invasão" quando despida do diálogo e da efetiva participação dos grupos envolvidos. Aqui não se trata de uma observação anacrônica de julgar o passado, pois este tema fora um ponto central

de todo debate proposto por Paulo Freire no SEC, bem como de seus primeiros trabalhos[34] (VERAS, 2012, p. 85-181).

Os projetos desenvolvidos na zona remota e no interior redirecionavam, de alguma forma, a estudantada para fora dos embates políticos e socioculturais travados nas metrópoles brasileiras. A universidade permanecia, assim, como um espaço higienizado dos problemas urbanos e rurais, apenas atentando para estes desafios históricos em postos criados exclusivamente para esta finalidade.

Por outro lado, considerando a dimensão descontínua e centralizada destes programas, não há indicadores ou indícios que comprovem os resultados pedagógicos e socioeconômicos do PR e do CRUTAC. Aliás um relatório produzido pelo próprio MEC em 1974 destacava de forma peremptória:

> O peso da tradição ou, porventura, outros fatores de resistência à mudança mostram como a extensão e a pesquisa guardam, entre as atividades da Universidade, uma inexpressiva posição relativa qualquer que seja o indicador que se escolha para mensurar essa relação (BRASIL, 1975, p. 11).

Esta impotência nos índices educacionais reforçam o apelo político e publicitário do PR e do CRUTAC, enquanto reprodutores de corpos e de discursos simpáticos ao governo. Da mesma maneira como a reduzida participação das unidades universitárias, seja por tradicionalismo, seja pelo próprio fechamento dos programas que funcionavam como organismos à parte da vida universitária.

A lógica de substituir, através de estágios, as políticas públicas de saúde, educação, colonização, assistência social e trabalho estava, de certo, fadada ao fracasso. No entanto, não se pode ignorar também que alguns "*campi* avançados" se consolidaram depois como unidades efetivas, assim gerando impacto para aquelas comunidades regionais.

De outra parte, o perfil urbano industrial dos cursos ofertados pelo CRUTAC parecia fora do lugar, tendo em vista as comunidades rurais elencadas. A quase inexistência de estudantes e de profissionais das ciências agrárias é elucidativa desta intervenção arbitrária. Por exemplo, um dos poucos cursos oferecidos de nível básico pela UFPE destinava-se a formar empregadas domésticas. O curso além de fomentar o êxodo rural para o litoral, capacitiva as

[34] Ver: FREIRE, 1962; FREIRE, 1963; FREIRE, 1967; FREIRE, 1969.

mulheres para um trabalho urbano regido então por relações de trabalhos pré-capitalistas, aliás com traços senhoriais do período de escravidão.

Os programas de extensão do regime se instalaram nas reitorias universitárias como organismos próprios e de pouca inserção nos departamentos e divisões de ensino e pesquisa. As sessões regionais do PR e em menor grau do CUTRAC funcionavam, da mesma maneira, como centros separados dos órgãos de extensão e unidades acadêmicas. Por conseguinte, a manutenção destes programas dependeu do repasse inconstante das instâncias federais, embora a universidade e os apoiadores empresariais tenham, por vezes, auxiliados os mesmos, quando os recursos simplesmente se extraviaram ou se atrasaram. Desta maneira, a suspensão destes repasses significou o fim dos PR e dos CRUTACS nos anos 1980.

A inauguração da Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE) do Departamento de Assuntos Universitários do MEC em 1974 tinha em vista estas problemáticas quando confeccionou o Plano de Trabalho de extensão universitária. Durante sua curta existência entre 1974 e 1979, a CODAE buscou sistematizar o corpo constituído pelas atividades e participantes da extensão desenvolvidas na ditadura, bem como conceituá-lo como prática indissociável do ensino e da pesquisa, tal qual dispõe a reforma universitária (CARNEIRO, 1985; NOGUEIRA, 2005,).

Se através do SEC Paulo Freire e sua equipe inauguraram uma dimensão utópica da extensão, a partir do diálogo entre sujeitos, práticas, valores, metodologias, equipamentos e territórios com fins de emancipação sociocultural, em contrapartida, o regime institucionalizou gradualmente a extensão pela produção de um corpo esterilizado mediante uma rígida hierarquização e disposição dos corpos e dos signos da extensão na superfície de registro da Ditadura. As costuras deste tecido retalhado de leis, normas, costumes, sujeitos, etc., em parte vigentes ainda hoje, estão sempre à beira de esgarçar-se, de tal modo engendrando e liberando os fluxos moleculares da educação superior e popular.

5.4 SEMINÁRIO DE TROPICOLOGIA OU “TANNENBAUM RECIFE”: ÓRGÃO DE ALTOS ESTUDOS DA UFPE

A reunião preparatória do Seminário de Tropicologia aconteceu em 29 de março de 1966, no auditório do conselho deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Edifício Juscelino Kubitschek, na ilha de Santo Antônio, Recife. O diretor do “Órgão de Altos Estudos da UFPE”, o professor honorário Gilberto Freyre, conduziu o encontro

com secretaria e coordenação do professor Jarbas Maciel[35]. A bibliotecária Miriam Gusmão e o pesquisador Roberto Harrop Galvão (Divisão de Antropologia tropical da ICH da UFPE) exerceram depois a secretaria do Seminário com assessoria de Silvio Soares (SILVA, 2000).

O reitor Murilo Guimarães presidiu a mesa de abertura do encontro preparatório. Estavam, igualmente, presentes o General Antônio Carlos Muricy, comandante da 7ª Região Militar, o professor Fernando de Oliveira Mota (FCE)[36], superintendente adjunto da SUDENE, bem como professores, especialistas e autoridades políticas (SILVA, 2000; *Diário de Pernambuco* - 30/03/1966, p. 3).

O Reitor da UFPE e o professor Newton Sucupira (FAFIP e CFE) saudaram as conquistas proporcionadas pela iniciativa universitária no bojo da ordem política estabelecida em abril de 1964: "universidade integrada na revolução", a "universidade nova" e "uma nova fase na vida da Universidade Federal de Pernambuco" (*Diário de Pernambuco* – 02/04/1996, p.3; 24/04/1966, p. 5)

Ao passo que Gilberto Freyre aproveitava a curiosidade dos jornalistas para descrever no que consistia à tropicologia, tema maior do "Seminário Tannembaum Recife"(*Diário de Pernambuco* – 19/01/1966, p. 4; 27/02/1966, p. 5; 26/03/1966, p. 3; 30/03/1966, p. 3):

> conjunto de diferentes ciências, atividades e ramos do conhecimento humano relacionados mais de perto às condições naturais das regiões tropicais e às técnicas, artes e ciências aplicadas que possam ser desenvolvidas para um maior aproveitamento e um melhor controle dessas condições pelo homem que vive em sociedades civilizadas nos trópicos.

Para isto elencou como objetivos do órgão de especialização da UFPE:

> I - Estudar e debater, em alto nível de especialização, os problemas típicos do Brasil, cujo desenvolvimento se vem processando em vastos espaços tropicais e quase tropicais em suas mais variadas configurações geográficas e cujas soluções a problemas de adaptação de valores e estilos europeus a diferentes

[35]Jarbas Maciel participou, também, da equipe Paulo Freire de extensão (1962-1964). Conforme analisado no capítulo 1, as denúncias do SEC tecidas por Gilberto Freyre e jornalistas tiveram como foco a Rádio Universidade, bem como o reitor João Alfredo e Paulo Freire (então técnico da UR e diretor do órgão). Embora tenha deposto na Comissão administrativa da UR, o professor Jarbas Maciel não se encontra entre os denunciados do Inquérito Polical Militar da Universidade.

[36] 1916-1967. "Em 1964 foi nomeado diretor do departamento de recursos humanos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e, em seguida, superintendente adjunto do mesmo órgão. Em 1967 assumiu o cargo de superintendente da SUDENE sucedendo a Rubens Vaz da Costa e, ainda no mesmo ano, foi substituído por Euler Bentes Monteiro. Transferindo-se em seguida para a Venezuela, a fim de dirigir um organismo internacional". Fonte: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mota-fernando-de-oliveira. Acesso em: 19 abr. 2017.

> condições de ecologia tropical situam-se claramente como país líder, sob vários aspectos, de civilização moderna em ambiente tropical.
> II – Contribuir, de maneira efetiva e ordenada, para a sistematização, em bases racionais e definitivas, de uma ciência tropicológica.
> III – Concorrer para dinamização da pesquisa e do ensino, através do debate criador e heurístico e da articulação das mais diversas especialidades que, dentro da Universidade Federal de Pernambuco, já vem fazendo do Recife uma autêntica metrópole do saber e a sede ideal de escola tropicológica.
> IV – Aproveitar o grande potencial geográfico-histórico e cultural que o Recife possui, como centro mundial de sedimentação e cristalização de uma experiência tropical "sui generis", dado o fato de aqui se encontrarem condições diversas de ecologia tropical e de aqui virem se encontrando e mesclando etnias e culturas de origens diversas, europeias e nativas da América e da África tropicais, como por ser o Recife cidade sul-americana de acesso relativamente fácil para outros pontos do continente americano, da Europa, da África e, através da África, do próprio oriente.
> V – Introduzir na Universidade Federal de Pernambuco, atendendo às necessárias adaptações às tradições e às circunstâncias nacionais e regionais, uma técnica universitária já amplamente difundida e adotada em centro universitários norte-americanos, notadamente na Universidade de Columbia – a saber, o seminário estruturado à maneira do professor Frank Tannenbaum, daquela universidade – técnica essa destinada a reunir professores renomados, homens de ciência, especialistas, industriais e homens de ação, líderes cívicos e religiosos, bem como estudantes de pós-graduação, em torno dos mais variados problemas de interesse para comunidade universitária e para as suas relações com a comunidade em geral, a região e o país (*Diário de Pernambuco* 30/03/1966, p. 3).

A proposta apresentada enuncia uma prática interdisciplinar e ensaística, notadamente embasada nos trabalhos do próprio Gilberto Freyre. Em vista disso, seu objeto de estudo englobava o mundo colonial "lusotropical" e "hispanotropical", isto é, Ibéria, América, África e Ásia (SILVA, 2000, p. 1; 17; 21). O Brasil é, assim, concebido como o "país líder" dos estudos e debates promovidos por sociedades, culturas e geografias tropicais com fins de desenvolvimento. A sistematização da "escola tropicológica" mirava naquele momento os desafios da "civilização moderna em ambiente tropical" e as elites governistas. O Recife e a UFPE são concebidos como "centro mundial", em termos "geográfico-histórico e cultural", de uma modernidade tropical "suis generis" (*Diário de Pernambuco* 30/03/1966, p. 3).

A institucionalização da tropicologia na Universidade do Recife (UR), depois UFPE, remonta a 1961, data de criação do Instituto de Antropologia tropical, da Faculdade de Medicina do Recife (FMR). Gilberto Freyre fora o primeiro gestor do Instituto, por indicação do Diretor da FMR, o professor Antônio Figueira. Mais tarde, no princípio da reforma universitária, o órgão é transformado na Divisão de Antropologia tropical, do Instituto de Ciências do Homem

(ICH). A mudança não agradou muito seu patrono, que publicou no jornal matéria intitulada: "Uma divisão de instituto não de todo inútil" (SILVA, 2000, p. 26).

Aliás, em 1962, durante a inauguração do ICH, havia uma expectativa que Gilberto Freyre assumisse a coordenação deste órgão, apesar do desinteresse manifesto deste pela função[37]. No entanto, a escolha do psicólogo Paulo Rosas surpreendeu a todos/as. Desde 1957 que o então instrutor de Psicologia educacional" lutava pela criação de um "instituto, centro, gabinete, seção [...] de Psicologia". Foi assim que em setembro de 1962, entre as aulas na Escola de Belas Artes, o colega de unidade acadêmica e, então, reitor João Alfredo, o perguntara:

> - Como vai a psicologia?
> -Muito mal. Não sei se a responsabilidade é do reitor. Mas, certamente, é da Universidade.

Paulo Rosas argumentou que redigira vários projetos de Instituto especializado, mas que o Conselho Técnico da Escola rejeitara todos eles. Ao que o reitor João Alfredo respondera:

> - Prepare um novo projeto e, desta vez, me entregue, pessoalmente, na Reitoria.

O projeto do Instituto de Ciências do Homem (ICH) foi aprovado três meses depois do referido encontro, em dezembro de 1962, ao lado dos demais Institutos Centrais de Física e Matemática, Química, Biologia, Ciências da Terra, Letras e Artes. Os Institutos e suas Divisões representavam os principais espaços de pesquisa universitária na época[38]. Instalado em 1963 o ICH contava com as seguintes Divisões: Antropologia Tropical (Gilberto Freyre), Ciência do Direito (Cláudio Souto), Sociologia (Levy Cruz), História (José Antônio Gonçalves de Mello) e Psicologia (Paulo Rosas).

Para coordenação do Instituto cogitava-se o nome de Gilberto Freyre, que ao tomar conhecimento do fato recusou antecipadamente o intento. Na época, o antropólogo dirigia o Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife (CRPER), cujo cargo foi nomeado pelo presidente e colega egresso da Universidade de Columbia, Anísio Teixeira, diretor do Instituto

[37] A narrativa que segue baseou-se nas memórias de Paulo Rosas (ROSAS, 2001, p. XLIX-LXXV) e pesquisa realizada por Silvio Soares da Silva (SILVA, 2000).
[38] Instituto de Física e Matemática, Instituto de Química, Instituto de Biologia, Instituto de Ciência da Terra, Instituto de Ciências do Homem, Instituto de Letras e Instituto de Artes.

Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP – atual Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

Assim, o Reitor aproveitou o ensejo para nomear Paulo Rosas, através de uma ousada escolha antecipada de um não catedrático, aliás sem consultar previamente o seu escolhido. Ao visitar o gabinete do reitor no dia seguinte, Paulo Rosas perguntou-lhe:

> - Está fora de moda convidar as pessoas para assumirem cargos na Universidade?
> - Decidi assim, porque o senhor está em melhor condições do que eu para enfrentar a possível insatisfação de Gilberto Freyre. O senhor está autorizado a comunicar a Gilberto Freyre o ocorrido.

Paulo Rosas optou por não levar o recado e Gilberto Freyre, talvez, nunca tenha tomado conhecimento do que de fato aconteceu. O sociólogo possivelmente se magoara com a consagração inusitada do antigo colaborador do CRPER, assim interpretando-a como uma deslealdade. Ao abdicar da função, Freyre esperava ser consultado para indicar o futuro coordenador do centro de pesquisa, possivelmente o historiador José Antonio Gonçalves de Mello. Toda disputa colaborou para que a Divisão de Antropologia Tropical do ICH fosse absorvida mais tarde pelo Seminário de Tropicologia e pelo Departamento de Antropologia Tropical do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS – atual Fundação Joaquim Nabuco do MEC – FUNDAJ/MEC)[39]. O episódio também acirrou a divergência do autor de *Casa Grande & Senzala* com o reitor João Alfredo, tão logo desaguando nas delações públicas que resultaram na renúncia deste em junho de 1964.

Em 1980, o IJNPS passou a abrigar, igualmente, o Seminário de Tropicologia em 1980, quando Gilberto Freyre o transfere da UFPE, no contexto das eleições do reitor Geraldo Lafayette Bezerra (1979-1983). Aliás, um fato curioso, uma vez que se tratava de um órgão institucional, embora não constasse no Estatuto, Regimento ou Organograma da Universidade. De toda forma, o "Tannembaum Recife", como o chamava Frank Tannembaum, criador do

[39]Criado em 1949, o IJNPS surgiu a partir de projeto apresentado pelo, então, deputado Gilberto Freyre (UDN). A instituição permaneceu sob a proteção da família Freyre e de intelectuais de sua confiança até o governo do presidente Lula (2003-2011) e Dilma Roussef (2011-2016), quando essa tutela foi quebrada. A atual FUNDAJ é ainda hoje, ao lado da Fundação Gilberto Freyre, o principal espaço institucional de memória da tropicologia e do trabalho de Gilberto Freyre.

Seminário da Universidade de Columbia, no qual se inspirara Gilberto Freyre em 1964, compôs por quase duas décadas o cotidiano acadêmico dos mandarins da UFPE.

Neste intervalo, o antropólogo escolheu com quase exclusividade todos os temas das reuniões e seus respectivos participantes: coordenadores, conferencistas, comentadores, seminaristas e ouvintes (SILVA, 2000). Há uma predominância deliberada do público vetusto, notadamente, acadêmicos, intelectuais, jornalistas, políticos, empresários, altos oficias das Forças Armadas e lideranças religiosas.

Ritualisticamente a dinâmica de trabalho consistia na exposição do tema pelo conferencista e no debate geral pelos comentadores e membros efetivos do Seminário. O coordenador incumbia-se de conciliar e harmonizar as diversas perspectivas apontadas pelos seminaristas de diferentes áreas do conhecimento e da sociedade, isto é:

> O que se pretende é conseguir, quanto possível, interrelacionar os vários especialismos em torno do tema sob consideração; juntar aos especialismos um como trans-especialismo que seja um generalismo responsável e não leviano ou diletante. Lúdico, sim, porém, responsável, em jogo, sempre, a responsabilidade intelectual, a consciência, o saber especializado, a capacidade de juntar esse saber a saberes diferentes a uma visão em conjunto do problema em foco, de cada membro do Seminário (FREYRE apud SILVA, 2000, p. 37).

Os temas das reuniões relacionaram trópico às áreas das ciências, artes e tecnologias sob o prisma da cultura. A abordagem do corpo efetivo de especialistas (os ditos seminaristas) e frações intelectualizadas da classe e grupos dirigentes voltava-se para identificação, análise e solução de uma miríade de problemas relativos à vida moderna nos trópicos.

Por este ângulo, propunha-se a orientar o desenvolvimento da realidade lusotropical e arregimentar seus possíveis mediadores dos campos acadêmico e setores estratégicos da sociedade, principalmente de desenvolvimento e segurança nacional. Tal qual se observa nesta reportagem do jornalista e empresário Marco Aurélio de Alcântara:

> Um dos méritos do "Seminário de tropicologia" (tipo Tannenbaum) que o escritor Gilberto Freyre vem dirigindo é despertar os homens de empresa e os intelectuais – os homens de estudos e os homens de ação empenhados em desenvolver o Nordeste do Brasil – para a realidade tropical [...] A participação do sociólogo e do antropólogo é, portanto, de apontar caminhos para ajustar esse processo de importação de técnica – e, junto à técnica, de valores culturais – a uma realidade do trópico [...] O Seminário de tropicologia vai contribuir talvez para uma nova política de industrialização no Nordeste do Brasil: uma política que, sem desprezar técnicas do ocidente extra-latino,

> ajuste valores pragmáticos a uma realidade social condicionado pelo espaço tropical. (*Diário de Pernambuco* 24/04/1966, p. 3)

O Órgão de alta cultura se consolidou, porquanto, como um espaço privilegiado de formação e de sociabilidade de intelectuais e de autoridades prestigiadas e de aspirantes ao reconhecimento nos mais variados escalões da ordem vigente. Por ali passaram generais (presidentes), ministros, governadores, prefeitos, deputados, empresários, acadêmicos, sacerdotes, dentre outras frações da classe dominante, que compunham a base de apoio político do regime militar naquele primeiro decênio. Neste sentido, o Seminário dispunha de ampla cobertura jornalística, aliás, se consagrando como iniciativa de visibilidade internacional.

Uma análise das reuniões, metodologias e participantes entre 1964 e 1974, ajuda a entender como o Órgão funcionou também como espaço de formação, de formulação e de articulação das elites socioculturais, notadamente integrada ou acomodada à ditadura militar. Para isto, foram analisadas especificamente as reuniões que conjugaram temas e participantes diretamente ou indiretamente vinculados a inúmeras instâncias do Estado autoritário.

A dinâmica de trabalho se dava a partir de Reuniões Preparatórias, Ordinárias e Extraordinárias. Estes encontros sempre aconteciam na última segunda-feira do mês, sendo fevereiro e março reservados para as Reuniões Preparatórias, enquanto o cronograma de abril a novembro era ocupado pelas atividades ordinárias. De todo modo, não houve reuniões extraordinárias entre 1960 e 1970. A primeira reunião ordinária se deu em 25 de abril de 1966, sempre na sala do Conselho Universitário, espaço maior de deliberação política dos dirigentes acadêmicos da UR, localizada no edifício da reitoria, Largo do Hospício. Esta ocupação do território do principal órgão deliberativo e consultivo da universidade é bastante expressiva da força acadêmica e política de Gilberto Freyre ante a universidade naqueles anos.

A participação de autoridades políticas e socioculturais, por outro lado, contribuíram para que o Seminário se impusesse como acontecimento conceituado da UFPE. De tal modo, que o leitor do *Jornal Universitário* naqueles anos se depararia mais com o diretor do "Tannembaum Recife" do que com os próprios Reitores e demais autoridades acadêmicas da UFPE[40]. A relevância política e cultural do Órgão de Altos Estudos apoiou-se, assim sendo, no prestígio de Gilberto Freyre e de seus participantes, na proposta de trabalho inovadora e na ampla cobertura jornalística do evento.

Sobre *status* do autor de *Casa Grande & Senzala* é fundamental situá-lo, naquele quadrante, como o intelectual brasileiro de maior reconhecimento internacional, apesar do

[40] Conferir *Jornal Universitário* 1966-1974.

despeito dos pares do eixo Rio e São Paulo. Este renome se constituíra ao longo de mais de meio século de intensa produção intelectual e política, assim como cooperação permanente com estudiosos e instituições de pesquisa internacionais (FREYRE, 1975; QUINTAS, 2003;PALLARES-BURKE, 2005; MOTA, 2008; PINTO, 2009; MOTTA, 2009)[41].

Desde os anos 1940 que os trabalhos de Gilberto Freyre eram discutidos por intelectuais do peso de um Fernand Braudel, líder inconteste dos historiadores e cientistas sociais franceses reunidos na 2ª geração da Escola dos *Annales* (BRAUDEL, 1943; BURKE, 1997). À extensa rede de relações políticas e intelectuais somavam-se o trabalho e o reconhecimento em universidades americanas e europeias, que, amiúde, o homenageavam com títulos e outras distinções honoríficas. De tal modo, que estava sempre inserido em debates com a nata da intelectualidade ocidental. Sua influência estendia-se, ademais, para além do mundo acadêmico, como se percebe, por exemplo, na adaptação do *Casa Grande & Senzala* para o enredo da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira em 1962. Ou mesmo em 1971, quando foi agraciado com o título de Sir – Cavaleiro Comandante do Império Britânico - pela Rainha da Inglaterra, Elisabeth II.

No campo político, Freyre transitou de um liberalismo progressista (quando eleito em 1946 pela UDN, inclusive com apoio do PCB) até o conservadorismo, de quem fora partidário inflamado do golpe militar e civil de 1964. Na ocasião recebeu inúmeros convites do General Presidente Castelo Branco para ocupar cargos variados no Governo Federal. Nada obstante, recusou todos eles, apoiado no argumento de que precisava se dedicar à vida de escritor. Conta-se que declinara o convite para o Ministério da Educação e Cultura (MEC), devido à rejeição de sua exigência de que fossem demitidos todos os reitores das Universidades Federais brasileiras (MOTA, 2008). Ao que parece almejava a posição de governador do Estado de Pernambuco. Apesar das ambiguidades seu apoio à ditadura foi muito criticado pela intelectualidade de esquerda, principalmente, quando em 1972, redigiu parte do programa político da ARENA.

Antes disso participou também da criação e da composição do Conselho Federal de Cultura (CFC - Decreto-lei 72/1966; NAPOLITANO, 2010). O fórum representava um tentáculo privilegiado de ação do governo federal no campo cultural e artístico. O Seminário de Tropicologia é criado, assim, no mesmo ano do CFC. Neste movimento Gilberto Freyre associava seu conhecimento e prestígio ao da universidade para inaugurar um espaço

[41] Sobre Gilberto Freyre, ver também: Referência: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gilberto-de-melo-freire; Acesso em: 20 jul. 2017.

permanente de debates e de mobilização de intelectuais e de representantes das frações dominantes do governo e da sociedade.

O "Seminário do tipo Tannembaum" possuía um perfil elitista, lúdico e sofisticado. Por outro lado, o evento não pode ser pensado desconsiderando a conjuntura de vigilância e de repressão ditatorial. O Recife é descrito, então, como uma "província estrangulada" ou um "deserto" (VERAS, 2012). O vazio de iniciativas tornava sobressalente, por contraste, qualquer ação que rompesse com o silêncio imperante. Em contrapartida, também atraía, muitas vezes por falta de opção na metrópole provinciana, intelectuais de oposição ao regime.

O método interdisciplinar e a questão tropical oferecem neste panorama árido um espaço intelectual e político de formação, de produção, de comunicação e de organização aberto e integrado ao Estado de exceção. A tropicologia e seu seminário se configuram, pois, como uma prática e um corpo de ação e de mobilização intelectual e política em sintonia com *status quo*, nada obstante conjugasse práticas e valores específicos em relação à gramática castrense.

Os objetivos de desenvolvimento de civilização moderna em ambiente tropical e a formulação de uma ciência que apresente uma projeção geopolítica para além da bipolarização estabelecida pela guerra fria estão em sintonia com um governo recém estabelecido, desprovido de organicidade sociocultural e de programa de governo, para além da agenda econômica recessiva, da aversão a Goulart e do Anticomunismo. Este movimento opera, aliás, a partir do poder disciplinar da Tropicologia, da Lusotropicologia e da Hispanotropicologia, que, aliás, já eram praticadas e institucionalizadas por intelectuais e por instituições vinculados ao Estado Novo português, desde os anos 1950 (ABDALA JUNIOR, 2007; PINTO, 2009).

Esta conexão internacional se deu através de dois intelectuais orgânicos do regime autoritário português: Adriano Moreira Sarmento (Ministro do Ultramar; Membro da Junta de Investigações do Ultramar – JIU – e fundador do Centro de Estudos Político e Sociais – CEPS) e Sarmento Rodrigues (Ministro dos Negócios estrangeiros; Membro da Marinha portuguesa). Os ditos "cães de guarda" de Salazar são citados como responsáveis pela introdução da Lusotropicologia no ambiente institucional e político lusitano. A disciplina compunha o arcabouço teórico que buscava legitimar o neo-colonialismo Português, tendo sido citada, inclusive, em assembleias da Organização das Nações Unidas (ONU) nos anos 1960 (PINTO, 2009).

O primeiro passo, neste sentido, fora dado por Sarmento Rodrigues quando convidou Gilberto Freyre para uma viagem de sete meses pelo Império lusitano, em meados dos anos 1950. O ministro dos Negócios também convencera Salazar da importância do pensamento gilbertiano para unidade cultural do Império colonial português. Já Adriano Moreira Sarmento

fomentou a introdução da tropicologia nos currículos e nas pesquisas do Instituo Superior de Estudos Ultramarinos (ISEU), na CEPS e na Escola Normal de Lisboa (PINTO, 2009).

Esta interpenetração intelectual se articulou tanto pela autoridade sociocultural do escritor, quanto pelas apropriações de sua escola lusotropical. Ao longo de seus trabalhos, o estudioso descreveu Portugal como um novo modelo de civilização miscigenada em seu vasto território colonial. A tropicologia é assim um novo conhecimento ou saber experimental, que surge por meio destas supostas trocas culturais ditas não etnocêntricas (PINTO, 2009).

A civilização tropical que emerge do colonialismo português representa para o sociólogo uma terceira via de desenvolvimento, para além da polarização imposta, na época, pelo mundo capitalista e soviético. A "potência média" dos trópicos tem como base o herói português, enquanto mestiço na própria ibéria (os "mouros" e os "judeus"), bem como as demografias "inter-racial", "meta-racial", "supraracial" e "além-racial" que emergem das antigas colônias como projeto nacional e cultural inédito. Se para Gilberto Freyre a liderança futura desta nova civilização convergia para o Brasil, no Salazarismo se direciona para legitimação do neo-colonialismo, ao abrigo da glória passada do Império português (PINTO, 2009).

A "terceira cultura" e o "terceiro homem", isto é, a tropicologia e a "meta-raça" tropical são as bases intelectuais do projeto geopolítico gilbertiano e todo ideal regionalista, tradicionalista e modernista ao seu modo. Ao Estado e às Forças Armadas caberiam equilibrar e organizar os antagonismos inerentes ao mundo tropical, sobretudo "inter-regional" e "meta-racial" em suas variações mundiais. Esta teoria recebeu diferentes apropriações dos regimes português e brasileiro, geralmente com fins de legitimação e de mobilização social em torno dos programas políticos autoritários (PINTO, 2009). Aqui se faz importante observar os temas por meio dos quais Gilberto Freyre e os participantes do Seminário de tropicologia engendraram

esta disciplina, normalmente em interlocução com autoridades do governo vitorioso em 1964. A tabela abaixo lista os temas debatidos entre os anos de 1966-1973:

Tabela 26 – Seminário de tropicologia (1966-1975)

ANO	**TEMAS**
1966	Trópico & colonização, nutrição, homem, religião, desenvolvimento, educação e cultura, trabalho e lazer, culinária, população.
1967	Trópico & sociologia, pintura, jardim, estudos geográficos, saúde, trajo, indústria.
1968	Trópico & língua e literatura, instituição militar, energia solar, desporto, transportes, arquitetura, farmacopeia, música, tropicalidade como conceito ecológico-geográfico.
1969	Trópico & pesca, sexo, universidade, profilaxia, algodão, madeira, política internacional, arqueologia, pecuária.
1970	Trópico & profissionais para o desenvolvimento agrário, ciência política, livro escolar, educação média, olhos, cidade, fruticultura, comunicação, marinha.
1971	Trópico & artes plásticas, política, tráfego aéreo, fenômeno urbano, turismo, pediatria social, poluição, dentes, museus
1972	Trópico & saneamento, solos, via férrea, estudos de pós-graduação, iluminação, favela, comunicação, móvel.
1973	Trópico & decoração, condicionamentos físicos, tecnologia, rios, escultura, campus universitário, conservação de bibliotecas e arquivos, *playgrounds*, ginástica higiênica.
1974	Não houve reuniões.

Fonte: CUNHA;GASPAR; SILVA, S/D, p. 8-20; 160-161.

A prática dos seminaristas e colaboradores se insere no processo mais amplo de produção de uma unidade sociocultural brasileira, isto é tropical, que desse substância cultural ao ideário oficial de desenvolvimento e de segurança do governo. Por outro lado, percebe-se a abertura para discutir temas, muitas vezes coibidos em outros meios.

Como se pode observar no auditório João Alfredo a tropicologia entrelaçou questões de ordem cultural, política, econômica, militar e religiosa traçando, de tal modo, uma possível unidade sociocultural para as forças sociais heterogêneas que compunham regime. Esta hipótese ganha força quando se considera a participação de Gilberto Freyre na redação do programa político da ARENA em 1972, ou mesmo do Plano Nacional de Cultura em 1975. Pode-se, assim, intuir que a dinâmica do Tannembaum Recife corresponde, no campo da cultura, àquela estabelecida, *mutatis mutandi*, pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES)

e pela Escola Superior de Guerra (ESG), no campo político e econômico (SEPULVEDA, 2010; DREIFUSS, 1981; SOUZA, 1981).

Da perspectiva social e institucional há um número expressivo de seminaristas, debatedores, conferencistas, dentre outros colaboradores do "Órgão de altos estudos", que ocuparam diferentes escalões e programas do governo federal, estadual e municipal. O fluxo de corpos e discursos que em ziguezagues se associam, se filiam e se afastam do governo autoritário, ajudam a entender a formação social do regime para além da oposição maniqueísta: resistência e adesão. Apesar da memória de resistência construída ao longo do processo de democratização, no qual de maneira geral os sujeitos se desenham como democratas ou opositores da ditadura, este jogo elitizado de integração e de acomodação ao regime parece ter sido bastante expressivo nos anos 1960 e 1970 (QUADRAT; ROLLEMBERG, 2010; ROLLEMBERG, 2010; NAPOLITANO, 2010; CARVALHO, 2010).

Para além dos membros efetivos observa-se também a intensidade que ganha o Seminário diante de determinados temas e conferencistas que por ali passaram. As relações de compromisso, interesse e representação estabelecidas entre o Órgão de altos estudos da UFPE e o governo militar evidenciam os meandros através dos quais a ditadura conquistou licitude na sociedade acadêmica e intelectual, da mesma maneira que compartilhou e trocou valores, práticas e quadros sociais. Por exemplo, o já citado encontro inaugural de abril de 1966, sobre "colonização europeia nos trópicos", conduzido por Arthur Cezar Ferreira Reis, eleito pelo General presidente Castelo Branco para governar a Amazônia entre 1964 e 1967.

Esta abertura para as lideranças intelectuais e políticas da época foi uma marca deliberada do Seminário de Tropicologia. Por exemplo, em agosto de 1966, o fórum recebeu o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento econômico (BNDE), José Garrido Torres[42], para dissertar sobre "Desenvolvimento e trópico". Estavam igualmente presentes João Gonçalves de Souza[43], Ministro Extraordinário da Coordenação dos Organismos Regionais, e empresários ligados ao governo [44]. Na ocasião os participantes defenderam à luz da lusotropicologia a industrialização do Nordeste do Brasil e a formação de um bloco econômico com Portugal e antigas colônias lusitanas na África e na Ásia (*Diário de Pernambuco* 25/08/1966, p. 5).

O tema da industrialização reuniria igualmente empresários e tecno-burocratas do governo no ano seguinte[45]. Na ocasião o diretor do fórum sintetizou os trabalhos expondo os agenciamentos de universidade instituídos pelo Seminário:

> Mais e mais a comunidade universitária tende a ser, em sua composição, não só aquela comunidade formada pelos que ensinam e pelos que aprendem, da caracterização um tanto simplista do professor Jurgen Habermas, como outra mais complexa pela sua tendência para incluir pesquisadores, pensadores contemplativos e também orientadores de atividades extra-universitária – sobretudo as que importam na aplicação de ciências e saberes universitários a administração pública, às indústrias, à defesa nacional, à economia ou à cultura regional, por um lado, e à cooperação internacional em vários setores, por outro lado (Jornal Universitário, Dez. 1967, p. 12).

Num flagrante (como os jornalistas chamavam na época), o palestrante aparece ladeado por Gilberto Freyre e pelos debatedores. Acima da mesa o quadro do reitor Joaquim Amazonas assiste à reunião realizada na sala do Conselho Universitário. Há poucas mulheres no salão, sendo uma delas a professora Maria do Carmo Tavares de Miranda. A "filósofa de Paris", como a chamava carinhosamente Gilberto Freyre, era a única seminarista mulher do órgão nos idos de 1967.

Figura 12 - Reunião do Seminário de Tropicologia - 1967

Fontes: *Jornal Universitário* – Dez., 1967, p. 12.

[42] 1915-1974. O economista formado no Estados Unidos era diplomado pela Escola Superior de Guerra (ESG), no ano de 1955, bem como membro da Consultoria Técnica (Consultec) e do Instituto de pesquisa e estudos sociais (IPES), organizações empresariais vinculadas ao golpe e ao regime militar instalado em abril de 1964 (DREIFUSS, 1981, p. 568; Fonte: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/torres-jose-garrido. Acesso em: 05 abr. 2017.

[43]1913-1981. Foi ministro do interior e superintendente da SUDENE durante o governo do general Castelo Branco. Por ocasião de sua visita ao Recife, reuniram-se Rubens Costa, superintendente da SUDENE, Fernando Oliveira Mota, superintendente adjunto da SUDENE e Gilberto Freyre, na residência do antropólogo em Santo Antônio de Apipucos, onde discutiram questões relacionadas ao desenvolvimento do Nordeste, ao IJNPS, ao Seminário de Tropicologia e à USAID-NE (*Diário de Pernambuco* – 27/08/1966, p. 5).

[44]Marco Aurélio de Alcântara, diretor da Fundição do Nordeste (FUNDINOR) e Alberto de Figueiredo, do Centro de Produtividade Industrial (*Diário de Pernambuco* 26/08/1966, p. 18).

[45] Palestra do empresário e jornalista Marco Aurélio de Alcântara e comentários com o engenheiro Hugo de Almeida, futuro superintende da Zona Franca de Manaus e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia –SUDAM.

Estes primeiros encontros suscitaram críticas como as formuladas pelo Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, ao qual Gilberto Freyre respondera com sarcasmo:

> Nem toda a arte de um Dr. Goebels, porém, conseguiria pregar ao meu nome as etiquetas de "reacionário" e de "perseguidor". Sabe sua excelência quanto continuo revolucionário social: tanto quanto na mocidade. Sabe sua Excelência que venho recusando colaborar, em altos postos, com o atual governo brasileiro, por considerá-lo deficiente no ânimo revolucionário; e excessivamente tranquilizante, normalizante, legalizante. Quanto a ser "perseguidor", ao fazer-me tal acusação, sua Excelência parece que delira (*Diário de Pernambuco* – 28/08/1966, p. 4).

Embora reivindicasse um regime ainda mais revolucionário, o Seminário e seu patrono inaugurara uma mesa de negociação permanente com o governo e seus aliados civis. Ademais, era conhecida as suas denúncias nos meios de comunicação de pessoas das mais variadas posições políticas.

A agenda da reforma universitária, que diante da revolta estudantil e do programa de desenvolvimento e segurança nacional assume papel relevante para o governo, é discutida ainda em 1966, pelo professor Newton Sucupira. A palestra "Trópico, educação e cultura" identificava como principal desafio da educação para o e desenvolvimento a expansão e eficiência da formação escolar, isto é, "para empregarmos o jargão dos economistas, maior produtividade. Insiste-se hoje na educação como investimento e como bem de consumo"; e formação geral e especializada para as "sociedades industriais" (*Diário de Pernambuco* – 05/10/1966, p.5; 06/10/1966, p. 8). A reforma universitária de cunho autoritário volta a ser defendida pelo futuro Diretor do Departamento de Assuntos Universitários do MEC (DAU/MEC), após sua a aprovação, por meio da lei 5540 de 1968 (*Jornal Universitário* – Jun., 1969, p. 1; 12). O membro CFE anunciava as expectativas de mudanças, no contexto da nova onda repressiva acionada pelo Ato Institucional nº 5 e o Decreto-lei 477/69 (*Jornal Universitário* – Mai., 1970, p. 1).

A Instituição Militar tematizou a reunião de abertura do Seminário no turbulento ano de 1968. A mesa, que também homenageava o aniversário da revolução de 1964, fora presidida pelo Governador de Pernambuco, Nilo Coelho[46], e apresentada pelo ministro do Exército,

[46] 1920-1983. Industrial, médico e político brasileiro de família tradicional de Petrolina, metrópole do alto sertão pernambucano. Exerceu mandatos de deputados estadual, federal, senador e governador. O general Castelo Branco o nomeou para governar Pernambuco entre os anos 1967 e 1971.

Aurélio da Lyra Tavares, futuro membro do triunvirato que governou o Brasil em 1969[47]. O corpo de debatedores era formado pelo General Antônio Carlos da Silva Muricy, então Chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército, e Severino Jordão Emerenciano[48], diretor do Arquivo Público Estadual de Pernambuco. O oficial era um velho conhecido do certame, onde fora seminarista no ano de 1966, quando substituíra o General Justino de Alves Bastos no comando do IV Exército. Os dois generais lideraram o primeiro momento da repressão no Nordeste, principalmente contra as Ligas Camponesas, trabalhadores, movimentos sociais e universitários (*Diário de Pernambuco*, 31/03/1968, p. 12; 25/04/1968, p. 7).

Estavam, igualmente presentes oficiais do IV Exército, sob o comando do General Rafael de Sousa Aguiar, e uma comissão de industriais conduzida por José Paulo Alimonda, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE). Os participantes aproveitaram o certame para prestar uma homenagem aos ex-comandantes do IV Exército (*Diário de Pernambuco*, 28/04/1968, p. 44; 30/04/1968, p. 24). O general, ao afirmar "poderosa influência da instituição militar, com relevante papel na coesão social e no desenvolvimento da nação", destacou sobre a tropicologia:

> Cheguei à conclusão relevante e surpreendente de que o Brasil embora constitua um Estado independente e soberano ainda não ganhou a consciência de que seu destino está ligado inexoravelmente às condições da vida dos trópicos (*Jornal Universitário*, Mai.,1968, p. 1).

A antecipação do encontro com o General Lyra Tavares, apenas prevista para agosto do mesmo ano, contemplava o contexto de revolta estudantil. Desde março um turbilhão de greves e protestos de rua modificara o cenário político nacional e mundial. A estada do ministro do exército no Órgão de Altos Estudos da UFPE, bem como o tema debatido, são, da mesma maneira, práticas de uma relação crescente entre a elite universitária da UFPE e a ditadura.

[47]1905-1998. O oficial fora comandante da ESG (1966-1967) e integrou a junta provisória, com o Almirante Augusto Readmaker e o brigadeiro Márcio de Souza Melo, que governou o Brasil em 1969, em detrimento do vice-presidente civil Pedro Aleixo, e escolheu, no mesmo ano, o general presidente Emilio Garrastazu Médici. O General Lyra Tavares também foi membro da Academia Brasileira de Letras. Segundo o historiador Ronaldo Couto: "não é considerado propriamente um radical extremado, mas também nunca um moderado" (2010, p. 85).
[48]1919-1972. Bacharel pela FDR em 1944 e Biblioteconomia pela UR em 1951. Idealizador e diretor do Arquivo Público Estadual de Pernambuco. Escritor e jornalista, também foi professor da UR.

Nesta perspectiva o jornal universitário noticiava: "A tropicologia beneficiou o Exército" (*Jornal Universitário*, Mai., 1968, p. 1;9).

Ainda em junho de 1968, a IV reunião ordinária, "Desporto e trópico", apresentou conferência do sociólogo João Lira Filho, reitor da Universidade do Estado da Guanabara, ministro do Tribunal de Contas e ex-presidente do Conselho Nacional de Desportos (*Diário de Pernambuco* – 23/06/1968, p. 26; *Jornal Universitário* - Jun., 1968, p. 3). Entre os comentaristas estava o tenente-coronel Manuel da Costa Cavalcanti[49], diretor da Escola Superior de Educação Física de Pernambuco. É importante lembrar que foi no início do reitorado de João Lira, em 1967, que a Universidade Estadual da Guanabara promoveu, com apoio do Ministério do Interior, a Operação Rondon 0, depois Projeto Rondon. A UFPE foi a principal divulgadora deste programa de extensão castrense nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, conforme analisado no item 4.3 deste capítulo.

Seguindo a lista de temas e conferencistas vinculados ao governo passa-se ao ano de 1969, quando novamente um militar é convidado para abertura dos trabalhos: desta vez o Almirante Paulo de Castro Moreira da Silva, criador da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca do Ministério da Agricultura. O corpo de debatedores contava com o professor Lourival Vilanova (FDR), que fora o jurista responsável pela redação em1964 do texto jurídico de deposição do governador Miguel Arraes, documento que foi aprovado pela Assembleia Legislativa de Pernambuco, ainda em abril de 1964[50] (CAVALCANTI, 1978).

A reunião introdutória do ano de 1971, "O desafio do trópico aos atuais homens públicos do Brasil", com o ministro Jarbas Passarinho, é último caso análogo a ser considerado. Como se repetiu ao longo dos anos, o coronel e político se fez acompanhar no aeroporto e,

[49] Professor catedrático do Colégio Militar do Recife. Ficou conhecido nas vésperas do golpe pela carta publicada em apoio ao seu irmão, coronel Boaventura, detido por se recusar a cumprir ordens superiores de prender o governador da Guanabara, Carlos Lacerda (Diário de Pernambuco – 30/12/1963, p. 3; 04/12/1963, p. 3; 06/12/1963, p. 1). Irmão do deputado udenista pernambucano Costa Cavalcanti. Ocupou funções públicas no governo de Paulo Guerra (1964 – 1967) e de Nilo Coelho (1967 – 1971).

[50] Também participaram da redação da peça jurídica o professor Jordão Emerenciano, o político e empresário Cid Sampaio, o General Justino Alves Basto e o advogado José Neves (CAVALCANTI, 1978).

excepcionalmente, no Museu do Açúcar, por comitiva de oficiais, acadêmicos, políticos e empresários.

Figura 13 - Gilberto Freyre e professor Djair Barros Lima recepcionam o ministro Jarbas Passarinho no Aeroporto dos Guararapes

Fonte: *Jornal Universitário* – Mai., 1971, p. 7

Em flagrante no Aeroporto dos Guararapes, Jarbas Passarinho é abraçado por Gilberto Freyre, enquanto cumprimenta o economista Djair Barros Lima, diretor da Divisão de Expediente Escolar e futuro chefe da Assessoria de Segurança e Informações da UFPE. Além do Seminário, o ministro cumpriu agenda pública com a Federação das Indústria e cerimônia de inauguração dos novos núcleos do CRUTAC-PE, "Órgão de interiorização a UFPE", nos municípios de Joaquim Nabuco e Água Preta, na Mata Sul do estado[51].

A mesa reuniu, da mesma maneira, autoridades como o governador Eraldo Gueiros[52], Gilberto Freyre, o reitor Murilo Guimarães e os professores Francisco Barreto Rodrigues Campello[53] e Syleno Ribeiro de Paiva[54]. Na apresentação o político paraense demonstrou domínio sobre a tropicologia, notadamente de suas interfaces com a agronomia, a economia, a ecologia e as ciências humanas, aliás citando conferências anteriores do evento. Neste sentido,

[51] Sobre o tema ver item 4.3.

[52] 1912-1983. Político de origem latifundiária do Agreste de Pernambuco. Desenvolveu trajetória profissional no campo jurídico com ascensão para o Superior Tribunal Militar (1947), para Procuradoria Geral da Justiça Militar (1964) e ministro do Superior Tribunal Militar (1968, a convite dos Generais presidente Dutra, Castelo Branco e Costa e Silva respectivamente). Governador de Pernambuco pela Arena (1971-1975). Fonte: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eraldo-gueiros-leite. Acesso em: 21 abr. 2017.

[53] 1888-1971. Jurista e político do estado de Pernambuco. Professor de Direito Penal da FDR. Exerceu também trabalhos como jornalista. Fonte: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-barreto-rodrigues-campelo. Acesso em: 21 abr. 2017.

[54] 1934-2001. Jurista com ligação política com o General Cordeiro de Farias (Governador de Pernambuco em 1955 e 1958. Ministro extraordinário para coordenação dos organismos regionais depois Ministério do Interior). Foi chefe de gabinete do ministro Petrônio Portela e secretário geral do Ministério da justiça. Fonte: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/sileno-ribeiro-de-paiva.
http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/cordeiro_de_farias. Acesso em: 21 abr. 2017.

defendia que: “ao estadista, que deve ter uma formação compósita, a análise não deve escapar, como fundamento, à formulação de uma política de colonização dos trópicos” (*Jornal Universitário,* Mai., p. 8).

A discussão perpassou temas com ciência, tecnologia, colonização e desenvolvimento. É neste prisma que a transamazônica é pensada menos como uma obra de mobilidade do que um eixo da colonização do Norte do Brasil. Há, assim ao longo do trabalho, uma preocupação insistente com a colonização da Amazônia, por meio do “excesso de mão de obra do Nordeste” e orientação técnica das universidades (*Jornal Universitário,* Mai., p. 9).

O ministro também defendia o estabelecimento de convênios com instituições que viabilizem: “elaborar uma consciência do desenvolvimento tropical”; “formular soluções conjuntas de problemas e características particulares”; “estimular a investigação e a difusão de conhecimento sobre os trópicos e a criação de uma metodologia para a sua aplicação eficiente”; “realizar uma ação sistemática de estímulo e apoio às instituições nacionais”; “promover a integração, a nível nacional e internacional, dos esforços que se realizam nos distintos países para criar, difundir e aplicar conhecimentos ao desenvolvimento tropical” (*Jornal Universitário,* Mai., p. 9)

Com estes fins reafirma a importância dos acadêmicos e dos homens de negócios, isto é, “todos os que estão envolvidos no grande desafio de nosso tempo, que é domar os trópicos e pô-los a serviço da humanidade” (*Jornal Universitário*, Mai., p. 9). Durante o certame, Gilberto Freyre saudou o ministro: “É assim um membro nato deste Seminário. Aqui pode e deve sentir-se mais à vontade que em qualquer outro colégio intelectual do nosso país” (*Jornal Universitário,* Mai., p. 9).

O professor Barreto Campelo grifou em seu comentário, o papel da “meta-raça freyreana” para a formação do homem brasileiro e elogiou o discurso “dirigidos ao brasileiro autêntico, ao patriota envaidecido do seu país” (*Jornal Universitário*, Mai., p. 10). Sobre os programas de colonização do governo federal defendia:

> A explosão demográfica do Nordeste [...] posta em plano nacional, resulta na carência de gente que ocupe os vazios do nosso território. Já o disse, também, o Presidente Médici em delicioso e expressivo trocadilho: ‘gente sem terra e terra sem gente’. Aliás, até agora temos desprezado um enorme e barato contingente para o povoamento da Amazônia – os presidiários. Cerca de 15.000 homens apodrecem nas cadeias do litoral ao passo que lá poderiam prestar excelentes serviços [...] esquecemo-nos de que o lastro dos povoadores do Brasil nascente encontrou nos condenados de Portugal ótimo colaboradores.” Sobre o trabalho no campo: “A tecnologia agrícola e pastoril entre nós não carece de mecanização, senão em parcela insignificante. Temos

> milhões de máquinas humanas que trabalham a preço vil (*Jornal Universitário*, Mai., p. 10).

A descrição dos homens como autômatos dos programas de desenvolvimento ditatoriais são contextualizados pelo professor Syleno Ribeiro de Paiva na vocação conciliadora do homem tropical freyreano: “há uma maneira de ser do homem dos trópicos [...] ao procurar harmonizar os conflitos humanos dos homens entre si, e destes com a natureza”.

O ministro expressaria sua satisfação num telegrama remetido a Gilberto Freyre dias depois: “Jurando sobre os evangelhos et pelas barbas do profeta que tropicologia eh ciência vg cumprimento eminente mestre pelo sucesso seu seminário” (Passarinho jura em telegrama ser tropicologia uma ciência – *Jornal Universitário,* Ago., 1971, p. 12). A correspondência é um vestígio que ajuda a entender o presente fórum intelectual, sua prática e seus agentes como parte do corpo e do regime de significações mistas em contínuo processo de produção e institucionalização pelo governo ditatorial e pelos seus aliados civis.

O presente recorte do Seminário de Tropicologia entre os anos de 1960 e 1970 permitiu analisar como acadêmicos tentaram participar da montagem e do funcionamento da máquina ditatorial, a partir da contribuição de suas disciplinas urdidas pela tropicologia. Estas linhas de associação, de filiação e de compartilhamento ajudam a entender os processos socioculturais e políticos que possibilitaram, para além das práticas estritamente repressivas, a perpetuação do regime ao longo de 21 anos. Por outro lado, permite entender como se comportaram e organizaram os grupos dirigentes das universidades brasileiras no contexto ditatorial.

Apesar da miríade de temas e de participantes que circularam pelas reuniões mensais, o Seminário se dispunha regimentalmente como um órgão elitizado e de frações intelectualizadas das classes dirigentes. Na época, o diretor do Órgão de Altos Estudos da UFPE bradava seu

perfil aristocrático, enquanto açoitava o projeto de universidade popular liderado por Paulo Freire nas vésperas do golpe:

> Mais, é um órgão com a coragem de ser elitista, sem temer a demagogia de quantos procuram deformar as funções da Universidade moderna, incluindo nelas a alfabetização maciça de adultos, para efeitos, ao que parece demagógicos (FREYRE apud SILVA, 2000, p. 58).

A despeito de uma ditadura inicialmente envergonhada, Gilberto Freyre reivindicava na época um regime ainda mais severo em seus termos "revolucionários". Além disso, dialogou com intelectuais e políticos do Estado Novo português, assim aproximando-os do cotidiano da UFPE e do IJNPS. Nesta perspectiva, a tropicologia foi empregada, igualmente, como prática e teoria estruturante do colonialismo e da ditadura Salazarista. No entanto, o consentimento de Gilberto Freyre não escondia que seu projeto geopolítico elegera o Brasil como novo centro da civilização tropical (ABDALA JUNIOR, 2007; PINTO, 2009).

Por conseguinte, como organismo acadêmico de formulação de uma política cultural e econômica, o seminário aproximou-se da Escola Superior de Guerra, "instituto de altos estudos de política, estratégia e defesa", e do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), grupo de pressão empresarial que operou no golpe e nos primeiros anos do regime (DREIFUSS, 1981; SOUZA, 1981).

O próprio IPES tentou, sem sucesso, criar em parceria com universidades católicas brasileiras um "Centro de Altos Estudos dos Problemas Nacionais" (SOUZA, 1981, p. 31). O objetivo era se apropriar dos debates de "Realidade Brasileira" promovidos nos anos 1950 e 1960 pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB - SOUZA, 1981) e, a nível regional, pelo SEC (VERAS, 2012, p. 119-146), ambos extintos em 1964. A ideia era revestir o debate de realidade brasileira de questões de interesse da classe e grupos dominantes reunidos sob os vetores ditatoriais de desenvolvimento e de segurança nacional.

A questão do desenvolvimento e da segurança nacional, tão presentes na ESG e no IPES, é acrescida de abordagens, notadamente culturais, isto é, os trópicos e suas interfaces. O perfil regionalista e tradicionalista do Seminário também se opunha em arranjo divergente ao do IPES, quanto à inovação e à tecnologia. Os seminaristas defendiam formas variadas de adaptação e aproveitamento da realidade tropical, enquanto os empresários do Sudeste do Brasil pareciam mais favoráveis as soluções importadas.

O Seminário antecipou, por linhas regionalista, tradicionalista e a seu modo também modernista, a disciplina de Educação moral e cívica (EMC) ou "Estudos dos Problemas

Brasileiros" (EPB) na UFPE (BRASIL, 1969)[55]. A implantação da doutrina oficial do governo contou para isto com a colaboração de seminaristas respeitados, como o professor Jordão Emerenciano. O par EMC e EPB objetivava formar estudantes de todos os níveis e modalidades, nos valores autoritários do regime: patriotismo, religiosidade e anticomunismo (SOUZA, 1981; MOTTA, 2014a). A adesão de primeira hora à política de intervenção nos currículos possibilitou aos dirigentes da UFPE inserir temas tropicais e regionais entre os conteúdos decretados e acomodar pupilos e aliados no corpo docente da doutrina.

Como espaço institucional, o Órgão de Altos Estudos da UFPE buscou também a reprodução da Tropicologia como disciplina eletiva no currículo dos cursos de graduação e pós-graduação da instituição. O professor Newton Sucupira destacava que as seções do certame poderiam ser contabilizadas como créditos para os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado, ou mesmo como uma pós-graduação *lato sensu* (especialização). Assim, afirmava:

> Como veem, o Seminário é, ao mesmo tempo, o lugar onde se pode manifestar o pensamento dos mestres de forma criadora, desobrigados de deveres didáticos de rotina e, ao mesmo tempo, adquire uma significação funcional dentro do contexto universitário (*Diário de Pernambuco* – 24/04/1966, p. 5).

Em conclusão, a escola tropicológica expressou e materializou uma forma de organização e de ação universitária com as classes dirigentes a partir de valores, de práticas e de sujeitos em câmbio com o Estado autoritário. O espectro educacional do Seminário, isto é, a produção de um sistema de significação, estava inseparavelmente amarrado à sua dimensão política que mobilizava um corpo coletivo e subjetivo. Afinal, a tropicologia se propunha, naquele momento, a harmonizar e conciliar os homens e as realidades tropicais aos problemas dos trópicos em tempos de Estado de exceção.

5.5 EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA (EMC) E ESTUDOS DE PROBLEMAS BRASILEIROS (EPB)

A edição do *Jornal Universitário* da UFPE, de junho de 1970, saudava a aprovação do Decreto-Lei 869/69 que instituiu a obrigatoriedade de Educação Moral e Cívica (EMC) como disciplina e prática educativa nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de

[55]Sobre o tema ver o item 4.5.

ensino no País: “Os atuais dirigentes do nosso país, dentro de uma visão dignificante, vêm se preocupando não somente com o progresso material, mas também com o aperfeiçoamento moral e com os valores cívicos de cada um de nós!” (*Jornal Universitário*, Jun., 1970, p. 8).

Segundo o *Jornal Universitário*, o decreto governamental reafirmava “os valores subjetivos da pessoa” e a “compreensão ética da sociabilidade humana”. A Junta Militar que comandava o país[56] assinara o texto legal, nesta lógica imbuída “dos melhores propósitos […]houveram por bem instituir uma nova disciplina [...] que terá a denominação de ‘Estudo de Problemas Brasileiros’, ao nível superior” (*Jornal Universitário*, Jun., 1970, p. 8).

Dentre os objetivos da EMC listados pelo periódico lia-se: a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob inspiração de Deus; b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana; d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história; e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade; f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do país; g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum; h) o culto da obediência à lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

Aliás, os conteúdos vinculavam-se ao corpo da Doutrina de Segurança Nacional desenvolvida pela Escola Superior de Guerra, especialmente o seguinte programa: I. Introdução doutrinária (“Desenvolvimento integral e segurança nacional”); II. Campo psicossocial (“O caráter brasileiro”, “O espírito religioso no complexo cultural brasileiro”; “A importância do campo psicossocial na guerra revolucionária”; “propaganda e contrapropaganda”); III. Campo político (“as estruturas sociais contemporâneas: a democracia espiritualista; o comunismo ateu”; “Os movimentos extremistas no Brasil”; “A segurança nacional. A segurança interna”; “O movimento comunista internacional. As frentes internacionais comunistas. Operações contra a subversão”; “O terrorismo e suas origens”); IV. Campo econômico; V. Campo técnico-

[56] A junta militar formada pelo General Aurélio da Lira Tavares (Ministro do Exército e conferencista do Seminário de Tropicologia), o Almirante Augusto Rademker (Ministro da Marinha de Guerra) e o Brigadeiro Márcio de Souza Melo (Ministro da Aeronáutica Militar) assumem a presidência entre agosto e outubro de 1969, diante do afastamento do General Costa e Silva, por motivos de doença, impedindo a posse do vice-presidente civil, Pedro Aleixo, conforme previa a constituição.

científico; VI. Campo militar (“mobilização e informação”; “Aspectos da guerra contemporânea. A guerra revolucionária”) (*Jornal Universitário*, Jun., 1970, p. 8).

Criava-se além disso a Comissão Nacional de Moral e Civismo cuja missão era assessorar o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Conselho Federal de Educação (CFE), na política nacional de EMC. Em termos específicos, deveria implantar e fiscalizar o exercício escolar de Educação Moral e Cívica (BRASIL, 1969). A CNMC era composta por nove membros de pretenso “ilibado caráter e valor cultural”. No geral militares, sacerdotes e professores vinculados à ditadura, como o fora em sua primeira composição: general Moacir Araújo Lopes (presidente), professor Álvaro Moitinho Neiva (vice-presidente e dirigente do Setor de Implantação e Manutenção da Doutrina), professor e padre Francisco Leme Lopes (dirigente do Setor de Currículos e Programas Básicos), almirante Ary dos Santos Rangel (dirigente do Setor de Exame dos Livros Didáticos) e professores Eloywaldo Chagas de Oliveira, Humberto Grande, Guido Ivan de Carvalho e Hélio Alcântara Avellar (*Jornal Universitário*, Jun., 1970, p. 8).

O órgão doutrinário encontrou resistência no Conselho Federal de Educação (CFE), onde conselheiros como Anísio Teixeira e Dumerval Trigueiro se opunham à disciplina ainda no início dos anos 1960. Outros conselheiros se mostravam igualmente resistentes devido a ingerência do CNMC em competências, outrora, exclusivas do CFE. O movimento estudantil e grupos docentes promoveram, da mesma maneira, diferentes atos de resistência à intervenção direta nos currículos escolares (SEPULVEDA, 2010; MOTTA, 2014a; LERNER, 2013).

A aprovação da EMC participa da nova onda repressiva, na qual se insere a promulgação do AI-5 e do Decreto-Lei 477/69. Sabe-se que o primeiro legitimou a violência irrestrita contra os opositores da ditadura, assim como o segundo atentou para repressão específica do campo educacional. Os dispositivos resultaram em uma nova onda de expurgo, com mais de cem professores aposentados e cerca de mil estudantes universitários expulsos (MOTTA, 2014a). As denúncias de perseguição, tortura e morte espalhavam uma nova onda de medo e de terror.

Esta intervenção nas universidades se deu, ademais, por um conjunto de iniciativas acadêmicas com fins de doutrinação e arrefecimento da luta estudantil e docente. Dentre elas, o Projeto Rondon (PR), o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e EMC, na educação superior Estudo de Problemas Brasileiros (EPB). As reformas do ensino básico e superior ajudam a pensar também este contexto de reprodução autoritária da educação escolar no Brasil.

A historiografia analisa como o governo lançou mão da EMC para formar e mobilizar estudantes de todas as idades, nos valores culturais e políticos da ditadura (SEPULVEDA, 2010,

p.; LERNER, 2013; MANSAN, 2014; MOTTA, 2014a). A proposta costurava, com o fio da intolerância, conteúdos e objetivos de cunho nacionalista, religioso e anticomunista. De acordo com o pesquisador Luiz Antônio Cunha, uma "fusão do pensamento reacionário, do catolicismo conservador e da doutrina de segurança nacional, conforme era concebida pela ESG" (CUNHA, 2009).

A formulação e coordenação da política ficou inicialmente na mãos dos setores conservadores da Igreja Católica, das Forças Armadas e de políticos de extrema direita[57]. Os militares e civis vinculados à ESG e à Associação de diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) tiveram um papel relevante na manutenção da doutrina obrigatória entre 1969 e 1993. No entanto, tanto a EMC como a EPB perderam ao longo dos anos sua força de doutrina e de arregimentação, aliás, sendo amiúde utilizada por professores e por estudantes para discutir os problemas efetivos do Brasil, isto é, os temas concebidos outrora como subversivos.

Até 1969, a EMC funcionava como prática transversal, uma vez que já existia, a disciplina obrigatória, Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Embora a história da EMC remonte à primeira república (1889 – 1930), a maior sistematização desta se deu durante a Era Vargas (1930 – 1945) e, principalmente, ao longo da ditadura militar (LERNER, 2013; MASAN, 2014; MOTTA, 2014a). A história da disciplina tem sido, de tal modo, compreendida como uma extensão do campo militar sobre o campo acadêmico (CUNHA, 2009; SEPULVEDA, 2010; LERNER, 2013; MASAN, 2014).

Segundo o historiador Luís do Nascimento, a EMC concedia, ao lado da OSPB, e de Estudos Sociais, a formação geral da educação ditatorial. Enquanto a primeira inculcava a moral, a ética, o comportamento e a postura cívica do regime, a segunda cuidava da inserção na organização social e institucional autoritária. A disciplina de Estudos Sociais participava do processo a partir de um quadro igualmente amplo de reforma do ensino básico, ditos de 1º e de 2º, que dissolvia o papel das Humanidades e das Artes na formação básica dos estudantes. A área de Estudos Sociais envolvia, assim, conteúdos factuais e tradicionais destas disciplinas,

[57] Por exemplo, o Integralismo, partido político de extrema direita fascista no Brasil criado nos anos 1930. Diferentemente do Partido Comunista, o movimento atuou livremente durante a 4ª República como o Partido da Representação Popular (PRP) e compôs, após 1964, a base política do regime militar. Os deputados (ex)integralistas Plínio Salgado e Raimundo Padilha participaram dos primeiros debates que contribuíram com a obrigatoriedade da EMC (MOTTA, 2014a).

sobretudo História e Geografia, no tempo em que as suprimia dos currículos (NASCIMENTO, 2000)[58].

Desta maneira, o Decreto 68.065/71 e o Parecer 94/71 do CFE regulamentaram a inclusão de EMC como disciplina e prática educativa obrigatória. O primeiro dispositivo delineia a disciplina, a estrutura do CNMC, as principais atividades extraclasse e a formação de professores de EMC. O texto reserva à escola a função de adequar os currículos, programas, métodos estabelecidos pelo CFE e pela CMNC. O decreto de 1971 previa ainda a criação de Centros Cívicos com apoio da CNMC. A missão dos Centros era arregimentar estudantes voluntários, com fins de formação, de mobilização e de celebração das datas cívicas. Já o parecer do CFE estabeleceu as normas de ensino e o programa de EMC e EPB. Para isto buscou conceituar a disciplina, o programa, currículo mínimo e os professores da matéria. As normativas previam formação docente específica em EMC, da mesma maneira que facultam o ensino desta a professores titulados ou submetidos a exames de suficiência.

A notar pelo entusiasmo da matéria do *Jornal Universitário* de junho de 1969, não surpreende que a UFPE tenha sido uma das primeiras universidades brasileiras a implantar o ensino de EMC, ainda no segundo semestre de 1970. Em vista disso, o reitor Murilo Guimarães "compôs a mesa coordenadora dos trabalhos" do "II Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento da ADESG". O encontro reuniu 250 estagiários da ESG, professores universitários, empresários, jornalistas e profissionais liberais. A programação contemplava conferências doutrinárias, conjunturais e aplicação das discussões, conforme metodologia de trabalho da ESG. A educação perpassou todos os temas previstos pela cartilha da ESG e da ADESG: político, psicológico, econômico e militar (*Jornal Universitário*, 1970, Jul., p. 8.).

A professora Maria Antônia Mac-Dowel (Faculdade de Filosofia de Pernambuco – FAFIP/UFP), então Pró-reitora de Assuntos Acadêmicos, afirmava que as universidades do estado (UFP, UFRP, UCP e FESP) se recusaram inicialmente a implantar a Doutrina. Em vista disso, o MEC teria determinado no 2º semestre de 1970, que nenhum estudante seria diplomado sem cursar EPB. Em seu relato, recorda igualmente a preocupação da gestão universitária de que os conteúdos fossem abordados sem conotação política autoritária, ainda que os cursos

[58] A reforma do ensino médio aprovada inicialmente com Medida Provisória 746/2016 e, depois, Lei 13.415/2017, assinada pelo presidente ilegítimo Michel Temer, retomou em suas devias proporções, o projeto de supressão de componentes curriculares vinculados às áreas de Filosofia, das Ciências Humanas, das Letras e das Artes (aqui acrescidos de Educação Física) na formação básica dos estudantes. O decreto flexibiliza ou elimina a oferta destas disciplinas nos currículos do ensino médio, por meio de itinerários formativos que consolidam este nível escolar como mero propedêutico da formação superior e profissional, assim como aprofundam a desvalorização da escola pública e dos profissionais da educação.

contassem com ampla participação das bases civis da ditadura, sobretudo políticos, empresários e intelectuais (SANTOS, 2012).

O primeiro coordenador da disciplina na UFPE foi o professor Palhares Moreira Reis (FAFIP/UFP), logo substituído pelo professor Jordão Emerenciano. Este último recordava as "dúvidas e hesitações" que marcaram as primeiras turmas do dito "Curso de Brasilidade" (UFPE, 1971, p. 11; 14). Ainda no mesmo período, surgiu o convênio entre a UFP, UCP e FESP, para exibição das aulas de EPB na TVU, assim como o projeto da Resolução de EPB (2/71), cuja publicação pelo Conselho Universitário antecedera o Decreto 68065/71 e o Parecer 94/71 do CFE.

Sobre a implantação, comentaria o professor Jordão Emerenciano: "felizmente, porém, houve coincidência de orientação e de pontos de vista, de tal modo que se verificou uma harmoniosa compatibilização entre os dois" (UFPE, 1971, p. 12). A elite dirigente da UFPE parecia sintonizada com o governo militar, tal qual se dera na adesão e na liderança exercida no Projeto Rondon e no CRUTAC[59]. A "Educação e Segurança Nacional", replicada pelo *Jornal Universitário*, em dezembro de 1970, revela signos, sentidos e poderes que permearam a introdução de EMC nas universidades:

> a necessidade de uma tomada de posição contra os inimigos internos e externos, altamente vulneráveis que, através do trabalho silencioso, corroem os princípios fundamentais que alicerçam a democracia. Lembrou ainda a enorme responsabilidade dos cidadãos, verdadeiros soldados que guarnecem os fundamentos da sociedade, especialmente os educadores responsáveis diretos pela formação moral da juventude (*Jornal Universitário*, Dez., 1970, p. 2-4).

Neste sentido, a UFPE não apenas implantou pioneiramente a EMC e EPB como, tão logo, se lançou como protagonista em sua difusão. Para isto, contou com a primeira rede de televisão universitária da América Latina: a Televisão Universitária da UFPE (TVU/UFPE). A implantação do canal iniciara-se em 1967, com apoio da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), da 7ª Região Militar e do Ministério da Guerra (depois Ministério do Exército). Na época a unidade militar e o Ministério Federal eram dirigidos,

[59] Ver item 4.3.

respectivamente, pelo General Antônio Carlos Muricy e pelo General Costa Silva, este último conduzido à presidência ainda no mesmo ano.

As primeiras ideias sobre a TVU se encontram nos Boletins do SEC/UR, conquanto redigidos por Paulo Freire e sua equipe nos idos de 1962 e 1964. O vice-reitor Jônio Lemos (Instituto de Física da UFP – Vice-Reitor 1964 - 1971) rememora o processo de retomada do projeto com apoio do professor Dr. Manoel Caetano Queiroz de Andrade, futuro coordenador da TVU. Naquele instante, o professor Newton Sucupira desejava liderar o processo, mas o reitor Murilo Guimarães o manteve sob a gerência daqueles após apelos do seu Vice-Reitor: "'Esse pessoal aí é o pessoal do se: se fosse, se desse, se pudesse, eu não trabalho com esse pessoal, não, Dr. Murilo. Eu só trabalho com quem faz. Senão com esse pessoal, eu não trabalho'. Aí ele concordou que Caetano fosse meu coordenador" (SANTOS, 2012, p. 177).

O professor Jônio Lemos também evocou seu papel no início da negociação de troca entre os terrenos da UFP e das Forças Armadas para instalação da TVU. As negociações envolveram, por conseguinte, aportes financeiros e humanos, assim como a troca dos terrenos da TVU, em Santa Amaro, próximo ao centro do Recife nas margens do Rio Capibaribe, por um terreno já ocupado pelas Forças Armadas no Derby e na Cidade Universitária (atualmente ocupada pela Companhia de Comando da 7ª Região Militar e pelo Colégio Militar de Recife). Esta última gleba foi batizada pelas forças de repressão com o sangue do Padre Henrique, cujo

corpo martirizado foi encontrado em seu domínio em 1969 (*Jornal Universitário*, Set. 1967, p. 8; Dez. 1971, p. 8; Diário de Pernambuco - 06/05/69, p. 8)

Assim, o convênio de EMC na TVU firmado entre a UFPE, a UNICAP e FESP (UPE), atendeu em torno de 11 mil estudantes, através de telepostos espalhados pelos *campi* universitários. O professor Jordão Emerenciano defendia o papel estratégico da TVU/UFPE, uma vez que, "os estudantes não estavam suficientemente motivados nem se tinham capacitado de sua importância como uma preparação à vida pública" (1971, p. 13). Ademais, a televisão ampliou as metas de público estabelecidas pelos CNMC: "O propósito da universidade é que este curso [...] tenha por audiência não somente os estudantes, mas também empresários e homens públicos, jornalistas e estudiosos" (p. 14).

A professora Maria MacDowell argumentava que o uso da TVU foi uma estratégia de proteção da universidade da ingerência direta dos militares. As aulas não presenciais visavam, nesta perspectiva, evitar eventuais conflitos políticos: "quem quiser xingar, xinga dentro de casa". Da mesma maneira, que o uso de provas objetivas em massa e de marcar "x", tal qual no vestibular, que visava impedir a exposição dos estudantes e o aumento da demanda de trabalho de professores com a correção de exames.

Segundo a então pró-reitora de assuntos acadêmicos, os militares questionaram na época o modelo implantando, mas não lograram sucesso na tentativa de desmonte da suposta oposição tácita (SANTOS, 2012). Apesar dos argumentos é importante reconhecer que a dita resistência também contribuiu com a redução dos custos, com a massificação do programa e com a geração de produtos audiovisuais, isto é, com a inovação tecnológica do processo pedagógico em questão.

Desta forma, um dos principais entusiastas da doutrina, o General Bina Machado, comandante do IV Exército no ano de 1971, acompanhou e apoiou diretamente o curso audiovisual de EMC da UFPE. O General liderou em1974 a transferência do curso de pós-graduação em EMC, da ESG para UERJ (LERNER, 2013). O *Jornal Universitário* registrou uma de suas visitas em 1970 e uma homenagem posterior, que lhe fora conferida pela UFPE, em 1971.

Figura 14 - Flagrante de visita do General Bina Machado à UFPE, em companhia do reitor Murilo Guimarães

Fonte: *Jornal Universitário*, Fev., 1971, p. 10

No momento da homenagem, o Reitor recém-empossado, Marcionilo de Barros Lins, saudava o General Bina Machado:

> Eclético varão misto de homem de caserna, homem de universidade [...] este bravo comandante, com uma postura de reitor de universidade, deu-se totalmente, fundindo militar e universitário, numa preocupação de quebra de limites, aproximação de papeis, consenso público. Semeou aqui conosco uma semente que germinou e, cultuada, desenvolver-se-á numa certeza de equilíbrio social, harmonia e amplexo, unidade e iguais aspirações [...] tem esta missão dentro do exército: compactuar duas expressivas forças de segurança nacional, militares e estudantes, preocupação atual do esquema para um novo modelo de política nacional [...] que deus o mantenha fecundo e iluminado e que o estudante brasileiro conte com sua palavra nas grandes decisões. Nós das universidades não o perderemos de vista (*Jornal Universitário*, Ago. 1971, p. 10).

Os reitores Murilo de Barros Guimarães (FDR) e Marcionilo de Barros Lins se dispuseram politicamente de forma diferenciada em relação à ditadura. Não há como negar a participação de ambos no regime que começa a ser montado a partir de 1964, afinal todos os reitores eram nomeados por decreto presidencial. No entanto, o nível de aproximação firmado se amplia com a ascensão do segundo, como se pode notar pelo próprio discurso verborrágico dirigido ao General Bina Machado.

Estas relações estabelecidas por meio de homenagens, visitas, participação em eventos (cívicos, militares, acadêmicos, etc.), concessão de títulos de doutor honoris causa, etc. compõem o arsenal estratégico de trocas de apoio político, postos estatais e recursos de todas as ordens entre dirigentes acadêmicos e o Estado ditatorial. Esta interface ao mesmo tempo que

efetuava o processo de institucionalização e de legitimação da ditadura, também visava arrefecer o impacto da repressão e angariar interesses coletivos e individuais para universidade.

Ambos os reitores estavam preocupados em assegurar as conquistas materiais e simbólicas de seus reitorados, principalmente a expansão física e a reforma universitária. Estes projetos de modernização são incompreensíveis sem a dinâmica recíproca de repressão, de centralização, de desmobilização e de recrutamento efetuada pelo regime. Daí o conceito de modernização conservadora proposto por Dreifuss (1981) e utilizado mais recentemente por Rodrigo Motta em pesquisa sobre a universidade e o regime militar (2014a), a partir de fortuna crítica da Ciência Política. Esta dinâmica de adesão obedece também as afinidades políticas e culturais com o projeto ditatorial.

A colaboração de parte da elite dirigente da UFPE mistura, no entanto, diferentes níveis de inserção no regime. Há, em vista disso, uma diferença nas disposições políticas dos reitores Murilo de Barros Guimarães e Marcionilo de Barros Lins que é necessário retomar. O primeiro adere ao regime menos por reacionarismo, apesar de ser um homem de direita ligado à antiga União Democrática Nacional e à indústria açucareira, do que pela possibilidade de adesão antecipada aos programas da ditadura. Esta manobra possibilitou diferentes níveis de gerência sobre os programas educacionais castrenses e sobre a repressão, assim como canais eficientes de negociação de interesses institucionais e pessoais com o regime[60].

Em contrapartida, o professor Marcionilo Lins possuía um perfil mais acadêmico de pesquisador e, portanto, menor penetração no campo do poder. Esta posição o tornava mais dependente do governo militar, pois carecia de redes de relações e de capitais políticos e econômicos, para além do mundo acadêmico. Daí ser muitas vezes apontado pelas narrativas de memória como um homem dos militares na universidade. Esta adesão aparece, ainda, em seus posicionamentos públicos entre 1960 e 1970 e na própria composição da equipe de gestão, com participação em seus primeiros escalões de militares e de agentes dos órgãos de repressão[61]. O desafio de assegurar o papel de liderança da UFPE, perante as universidades do Norte e Nordeste do Brasil, alimentou igualmente a ambição de ambos os Reitores e suas miríades de relações com o Estado ditatorial.

No caso específico aqui analisado podem-se perceber vestígios desta união universidade e ditadura na corrida editorial de EMC. Os primeiros manuais de EMC, com autoria do General Moacir Araújo Lopes, pelo CNMC e pelo Serviço Nacional de Informação (SNI), esta última

[60] Sobre biografias coletivas dos dirigentes da UFPE ver item 3.4.
[61] Por exemplo, o General Heleno Soares Castelar e o policial Armando Samico. Sobre o delegado e professor ver o capítulo 3.4.4.

em sigilo, datam de 1969 e 1970[62]. Ainda em 1971 a Editora Universitária da UFPE publicou um *vademecum* com o texto completo das aulas e resumos dos eventos, reuniões e outras práticas educacionais da Doutrina.

Este primeiro manual contou com a colaboração de professores, intelectuais, políticos, empresários e militares, principalmente do Nordeste do Brasil. As bibliotecas e arquivos da UFPE guardam, ainda hoje, edições referentes aos anos de 1971, 1973 e 1975. Aliás, o volume de 1975 é assinado e organizado pelo próprio reitor Marcionilo Lins (1975). São brochuras robustas com mais de seiscentas páginas e circulação nacional no período (MANSAN, 2014). A produção dos manuais era acompanhada pelo CNMC, que também se aventurou na época na censura de livros (MOTTA, 2014a). Conforme referências dos volumes analisados, a UFPE publicou outras edições de EMC, embora estes trabalhos não estejam disponíveis no acervo da instituição e em outros arquivos regionais.

Os documentos encontrados revelam, no entanto, o crescimento da política de EMC na UFPE. A experiência tímida, de 1970, ganha no ano seguinte, proporções de educação em massa com uso dos equipamentos da TVU e Rádio Universitária da UFPE. As aulas solenes são transmitidas ao vivo e as aulas ordinárias gravadas nos estúdios da TVU/UFPE. No total, eram duas aulas por semana, com reexibição aos sábados e domingos. Além das vídeo-aulas, fazia-se obrigatória a participação em eventos cívicos do regime, dos fóruns de debates e dos exercícios escolares semestrais (1971).

Como já se observou, o curso contemplou semestralmente cerca de 11 mil alunos, e mirava, além do mais, empresários, homens públicos, jornalistas e estudiosos. Colaboraram com as primeiras aulas e atividades: o reitor Murilo Guimarães e demais reitores do Nordeste (UFBA, UFSE, UFAL, UFPE, UFRN, UFCE, UFPI e UFMA), professor Jordão Emerenciano (UFPE, Arquivo Público Estadual e Gabinete Português de Leitura), Petrônio Muniz (economista e estudioso do mercado de capitais, assessor do político Marcos Maciel), Nédio Cavalcanti (Superintendente da EMBRATEL), Major Claudio Moreira Bento (historiador do Exército), Prof. José Antônio Gonçalves de Melo (ICH/UFPE e IAHGPE), Luís Tavares de Barros (Presidente da FESP), Roberto Magalhães (Secretário de educação e cultura e consultor geral do estado de Pernambuco – 1967-1971), Gilberto Osório (SUDENE e Instituto de Geociências da UFPE), Geraldo Medeiros de Aguiar (SUDENE), Gilberto Freyre (Diretor do Seminário de Tropicologia), Eraldo Gueiros (Governador do estado de Pernambuco 1971-1975),

[62] A publicação do SNI omitia o órgão responsável pela edição e seguia acompanhado de ofício no qual solicitava segredo sobre o mesmo aos reitores das instituições (MOTTA, 2014a).

Jorge Coelho (SUDENE), Hugo de Almeida (SUDENE), José Lourenço Lima (Instituto de Letras da UFPE), Cortez Pereira (Governador do Rio Grande do Norte) e Joel Pontes (Instituto de Letras da UFPE).

Os conteúdos trabalhados no ano de 1971 dão menos lugar às questões de segurança nacional do que às de desenvolvimento nacional e regional. Daí um maior envolvimento de políticos, empresários e especialistas, principalmente da SUDENE. O movimento de adesão de primeira ao programa de EMC, em relação às normativas do governo federal, possibilitou uma maior articulação com especialistas, políticos e empresários vinculados ao regime, mais do que aos próprios militares. Entretanto, o número de militares colaboradores cresceu ao longo do reitorado do professor Marcionilo Barros Lins, assim como os conteúdos referentes à Doutrina de Segurança Nacional.

O I Fórum de debates de EPB da UFPE contemplava os expositores com mais prestígio no Regime: o sociólogo Gilberto Freyre (o homem brasileiro; formação étnica e cultural, traços característicos, pirâmide etária, situação demográfica), o governador de Pernambuco, Eraldo Gueiros Leite (A Problemática de Pernambuco), General e superintende da SUDENE, Evandro de Sousa Lima[63] (Nordeste e seus problemas – a SUDENE), o governador do Rio Grande do Norte, José Cortez Pereira (Problemática do Rio Grande do Norte)[64] e o reitor Murilo Guimarães (presidência do Fórum). Também contava com os seguintes debatedores: o ex-governador de Pernambuco, Nilo Coelho e os professores Syleno Ribeiro (professor de Direito Comercial da FDR, professor da Faculdade de Administração da FESP, OAB, Clube de Diretores e Lojistas do Recife e delegado do MEC no Nordeste), Valdemar Valente (IJNPS e professor da UFPE e UCP) e Nilo Pereira (ICH)[65].

O II Fórum de debates de EPB da UFPE, planejado para o segundo semestre de 1971, trazia uma programação ainda mais ambiciosa: o Almirante L. T. Martini ("Estrutura do Estado Maior Geral das Forças Armadas"), o professor e coronel Guilardo Martins (reitor da UFPB e antigo diretor do Departamento de Assuntos Universitários do MEC – DAU/MEC – "Universidade e região"), o economista Delfim Neto (Ministro da Fazenda)[66], o diplomata

[63] Exerceu funções no Gabinete do Ministro da Guerra (atual Ministério do Exército), na Comissão Militar brasileira nos Estados Unidos e no comando da polícia militar do Rio de Janeiro.
[64] 1924 - 2004. Agropecuarista e governador do Rio Grande do Norte – jurista egresso da FDR.
[65] Todos eles seminaristas e participantes do Seminário de Tropicologia conforme apontado no capítulo 4.6.
[66] 1928. Formou-se em economia pela USP em 1951. Ministro da fazenda dos ditadores Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974).

Mário Gibson (Ministro das Relações Exteriores)[67], o General João Bina Machado, o ex-governador de Pernambuco, Marechal Cordeiro de Farias ("Sobre a ESG"), os políticos e empresários Cid Sampaio (ex-governador de Pernambuco e empresário - "Desenvolvimento industrial") e Dr. Paulo Gustavo Cunha (secretário de Indústria e Comércio - "Comércio interno e internacional"), assim como os governadores Ernani Sátiro (Paraíba), Afrânio Lages (Alagoas), César Cals (Ceará), Pedro Neiva (Maranhão), Antônio Carlos Magalhães (Bahia), Alberto Tavares da Silva (Piauí) e Paulo Barreto (Sergipe). Não há registros, no entanto, de que esta segunda edição do evento tenha sido empreendida (1971, p.14).

Há uma convergência nas conferências executadas do I Fórum e, apenas planejadas, do II Fórum, no que concerne ao envolvimento da universidade no projeto de desenvolvimento regional da época. O Governador Eraldo Gueiros defendia que "a situação de Pernambuco é animadora e, cheio de otimismo, digo-lhes: é iniludivelmente de progresso, sob qualquer ângulo que a examinemos" (1971, p. 187). O general e empresário Evandro de Souza Lima conclamava, de outra parte, os jovens a se tornarem "matéria prima básica do desenvolvimento"; "desenvolvimento harmonioso"; e, concluía: "Somos todos brasileiros e, a nos unir, temos o amor à pátria comum" (1971, p. 215-216).

Gilberto Freyre defendeu em sua exposição "um tipo nacional de homem" definido "em termos raciais", "supra-raciais", "meta-raciais", enfim, "numa além raça", conforme suas exposições no Seminário de tropicologia. De acordo com o sociólogo, esta seria a principal propriedade do brasileiro: "ser crescentemente supra-racial. Meta racial" (1971, p. 167). A abordagem parte de métodos interdisciplinares da Tropicologia para afirmar uma tese conciliadora das tensões de gênero, raça e etnia fundamentais para manutenção do regime autoritário[68].

A exposição, ao mesmo tempo que, problematiza o etnocentrismo e o racismo, corrobora com a manutenção destes, pois minimiza seus mecanismos e seus efeitos excludentes na sociedade brasileira. A contribuição do sociólogo com estudos étnico-raciais sede, assim, à conjuntura política. É neste sentido que se compreende a afirmação do "moreno", como tipo ideal brasileiro. Para o sociólogo, a expressão "moreno" teria uma potência integradora, pois define: "até indivíduos de cor preta que a delicadeza nacional evita chamar negros [...] certos

[67] 1918-2007. FDR (1937). Diplomata pelo Itamaraty (1939). Escola Superior de Guerra (1950- 1952). Ministro das Relações Exteriores do governo Médici (1969-1974). Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mario-gibson-alves-barbosa; Acesso em: 18 mai. 2017.

[68] Sobre o Seminário de Tropicologia conferir item 4.6.

morenos brasileiríssimos – um deles o hoje famoso Pelé – e morenas bem classificadas em concursos internacionais de beleza. Morenos e morenas meta-raciais: simplesmente brasileiros" (1971, p. 171).

Por conseguinte, Gilberto Freyre entende o conceito de "morenos e morenas meta-raciais" como meio de "superação de uma consciência de raça pela, senão inconsciência, indiferença, a essa situação puramente biológica. A consciência de uma morenidade ampla como característica nacional brasileira" (FREYRE, 1971, p. 171). O moreno se impõe, pois, como um tecido cultural que supera os conflitos de raça e etnia impostos pelo desafio dos trópicos: "crescente tendência do brasileiro para pensar a si mesmo como um tipo nacional de homem que, qualquer que seja sua origem étnica predominante, é um moreno cromaticamente, barrocamente, tropicalmente vário na sua morenidade" (1971, p. 172).

O discurso sobre as "morenas meta-raciais" é, igualmente, problemático, pois restringe o lugar da mulher aos "efeitos de seduções de caráter estético". A feminilidade é reduzida a "um encanto ou uma graça, comum a todas as variantes. Encantos que a situam entre os tipos femininos mais atraentes do tempo moderno, com alguma coisa – pode-se sugerir – de um tipo grego tropicalizado" (1971, p. 172). Intelectuais como Gilberto Freyre e outros colaboradores da EMC e do Seminário de Tropicologia desempenharam um importante papel de justificação teórica da ditadura no Brasil e em outros países, como o Estado Novo português.

Por recomendação do MEC, a UFPE coordenou, ainda em junho 1971, o I Seminário de EPB. O evento realizado entre 16 e 18 de junho reuniu instituições de ensino superior locais e regionais (UFPE, UNICAP, UFRPE, FESP, UFSE, UFAL, UFPB, UFRN, UFCE, UFPI e UFMA). Participaram, além disso, o Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, a SUNDENE, o Ministério do Planejamento (MINPLAN), a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (CONDEPE), Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE) e Centro das Indústrias e Fundação para o Desenvolvimento da Indústria do Nordeste (FUNDINOR)[69].

O seminário presidido pelo reitor Murilo Guimarães e pelo Pró-reitor de Assuntos Comunitários (PRAC), Heraldo de Almeida, objetivava: permutar e somar experiências, estudar os recursos e os processos para aprimoramento do curso de EPB. Com este fim, contemplou os

[69] Ver relação de participantes em ANEXO C. 67 representantes de 9 universidades, 3 escolas isoladas e 7 organismos. Segue as instituições e números de participantes: UFPE 44, UNICAP 5, FESP 1, UFCE 2, UFSE 1, UFRN 1, UFPB 1, UFMA 1, UFAL 1 , Faculdade de Direito e Odontologia de Caruaru 1, Faculdade de Formação de professores de Nazaré da Mata 1, Escola de ciências médicas de Alagoas 1, Sudene 1, Condepe 1, DI-PER 1, TVU 2, MINAPLAN 1, FIEP 1, FUNDINOR 1.

temas relativos ao programa da disciplina, aos recursos orçamentários, à frequência, à avaliação, à metodologia de trabalho na TVU e Rádio Universitária da UFPE, à implantação de um Centro de EPB, à Integração universidade/indústria/processo de desenvolvimento.

O diretor da TVU, o industrial Sebastião de Holanda Cavalcanti, e membros da comissão, produziram um relatório minucioso sobre as técnicas e formas variadas de apropriação da TV para alcançar os objetivos da EPB. As comissões pedagógicas reafirmaram as bases legais da doutrina, especialmente em três aspectos: educação permanente, continuada e integral (EPB); formação humanística integral (EPB); e posição da juventude face à guerra revolucionária e à guerra psicológica empreendidas por movimentos internacionais.

A disciplina deveria se articular aos programas de extensão (PRAC, CRUTAC, PR, Projeto Mauá, etc.) e desenvolvimento industrial (pesquisa técnico-científica, formação de quadros profissionais, readaptação dos currículos, produção tecnológica e preparação de mão de obra especializada para aumento da produtividade – "sargentos do desenvolvimento"). Estas iniciativas articuladas denotam um esforço sistemático de desenvolvimento dos quadros e dos programas políticos da ditadura em suas mais diversas bases políticas, educacionais e econômicas. O presente mapa é fundamental para entender a dinâmica de reprodução de um conjunto de categorias mentais e práticas históricas através das quais grupos sociais aderidos e acomodados ao regime se comunicam, se confraternizam e se arregimentam como classe, assim instituindo e compartilhando uma cultura dominante comum.

Em vista disso, o Centro de EPB é definido tal qual um órgão universitário com articulação com a indústria, a igreja, as forças armadas e outras instituições pátrias. Seu objetivo é estudar e promover a "realidade nacional", assim operando como "agente harmonizador [...] criando e alimentando uma sadia mentalidade" (1971, p. 386). O reitor Murilo Guimarães determinou a criação do centro de EPB ainda antes do evento, sob a prerrogativa da legislação pertinente e sua importância técnica, política e cívica para o desenvolvimento e a segurança nacional (Abr., 1971, p. 10).

A plenária do evento também aprovou o encaminhamento do professor Aldem Lobão Barreto, do Instituto de Física – UFPE, convidando o general presidente Emílio Garrastazu Médici para pronunciar a aula magna de EPB e transmití-la para todo Brasil por meio da Embratel: "a fim de, no estilo que lhe é próprio, que surpreendeu o povo brasileiro, possa catalisar para maior sensibilidade ao amor à pátria, amor que está acontecendo com mais intensidade no seu governo" (p. 488).

Neste clima de amor verde-oliva, o presidente e autoridades presentes no evento convidaram, também, o comandante da 7ª Região Militar, o General Bina Machado, que na

ocasião: “exaltou o reitor da UFPE pela iniciativa de promover o certame [...] o presidente da CNMC, afirmou conhecer a importância da matéria e manifestou a sua vinculação com as Universidade da Guanabara e PUC do mesmo estado, de cujo conselho, aliás, é integrante” (p. 510).

O evento mostra a conjunção de forças acadêmicas, militares, políticas, empresarias e religiosas em torno da implantação da doutrina de EPB, nas universidades brasileiras: “Talvez, pela vez primeira, professores e empresários reunidos, com o mesmo direito a voto, num seminário inter-universitário” (1971, p. 428). O esforço de unificar as ações de ensino, comunicação, extensão, estágio, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, etc., ao lado do recrudescimento da vigilância e da repressão, revela a dupla articulação entre mudança e repressão, enquanto estratégia de legitimação e perpetuação do regime ditatorial. O reitor e outros dirigentes universitários participaram, ainda no ano de 1971, do Ciclo de estudos da ADESG e do XII Fórum de Problemas brasileiros

Por um lado, o governo e seus aliados inauguram espaços por todo Brasil de compartilhamento da cultura conservadora, enquanto os dirigentes universitários se movimentam por meio de diferentes formas de adesão e de integração ao governo. A manutenção da posição de liderança regional e nacional foi uma obsessão permanente do corpo de dirigentes da UFPE. Esta troca se impôs, principalmente, por força de interesses pessoais, coletivos e institucionais, sobretudo na construção do *campus*, na captação de recursos materiais e humanos, na conquista de prestígio e no controle da intervenção e da repressão na Universidade (LERNER, 2013; MANSA, 2014; MOTTA, 2014a).

Os temas centrais do desenvolvimento e da cultural brasileira passam a dividir mais espaço, o longo dos anos 1970, com a questão da segurança nacional. A mudança do corpo docente, ao mesmo tempo que oportunizou a participação de professores reconhecidamente críticos da ditadura, também ampliou o número de docentes militares e conservadores. Neste sentido, integraram o corpo de professores no ano de 1973 na UFPE, os seguintes militares: Hélio Barata Soares, Hélio Paes de Barros, Major Heber Leal Silveira, Major Roberto de Oliveira Mafra e Tenente Coronel Jamil Daher.

O discurso do desenvolvimento nacional e regional cede espaço, deste modo, às exposições sobre a segurança e todos os signos paranoicos da doutrina de segurança nacional: guerra revolucionária, psicológica e subversiva, contra os antagonistas externos e, sobretudo, internos, isto é, os opositores do governo[70]. A educação ganha uma conotação militarizada no

[70]Ver ANEXO C – Aulas de EPB – TVU - 1973.

contexto da EPB. Toda história e calendário nacional são repensados teleologicamente como movimentos que levam a 1964. As forças armadas são os guias deste processo de integração, proteção e desenvolvimento.

Não há espaço para minorias e para oposição ao regime neste projeto. Às diferenças e as minorias colam-se os estigmas da "subversão do anti-Brasil", da "guerrilha", dos "inimigos internos", dos "inimigos da pátria", "comunismo",etc (1973, p. 317; 319). O regime é o "professor, o educador, armado de livros [...] a farda carinhosa a esculpir o cidadão do futuro", isto é, "mestre-escola em verde-oliva, cicerone da criança, a mão mostrando o caminho [...] A farda ensinando o Brasil a soletrar progresso" (1973, p. 314). O objetivo é simples: "Construir o homem para construir a pátria" (p. 315).

Da mesma maneira que demais pontos da política universitária ditatorial (expansão e reforma física e institucional, programas nacionais de pesquisa e de extensão - Projeto Rondon, Mauá, Crutac, etc. -, Programas de pós-graduações), insiste-se no refrão de "revolução na universidade" (p. 318). Todos estes programas apontam para um efeito: "fazer do estudante um soldado". Neste deslocamento da hierarquia e da disciplina, os técnicos assumem papel de sargentos e professores de oficiais.

O planejamento das aulas voltadas para a questão de segurança nacional obedece uma lógica menos acadêmica do que militar. Os conhecimentos são, no geral, orientados na afirmação dos valores castrenses e dispostos conforme calendário pátrio e cívico do regime ditatorial. A didática dos quartéis ressoa, no entanto, deslocada no que se supõe próprio do ambiente universitário, aqui menos pela forma de expressão do que pela forma de conteúdo. Alguns casos dos anos de 1971 e 1973 podem ajudar a entender esta afirmativa. Por exemplo, na aula "A revolução de 1964", o Dr. Leduarda Assis Rocha [71] descreve as supostas independências do Brasil: 1808, 1822 e 1964. Por conseguinte, a trama evolui para os perigos de "um mundo bom e um mundo mau. Um mundo livre e um mundo escravizado" (1973, p. 45) cuja ameaça redimira-se em 1964:

> Saímos, como tão bem acrescentou o Presidente Médici, da ameaça crescente às liberdades básicas dos indivíduos e da sociedade; da perturbação e subversão da ordem social, econômica e moral; da degenerescência dos costumes, invadindo as escolas, os lares, os campos, as oficinas e os templos religiosos; do aviltamento dos mais sagrados fundamentos, que sustentam a nação, quais sejam a família, o trabalho, a produção, a moral cristã, a cultura,

[71]Idealizador do "Dia do hino nacional", apresentada no congresso federal em 1971, pelo senador Paulo Guerra.

> a arte, a autoridade dos pais e dos mestres, a Autoridade do governo e dos tribunais e a autoridade dos chefes militares; da usurpação da consciência e da coragem moral dos homens, para o aprimoramento da prática dos princípios democráticos consagrados na Constituição brasileira, referentes à dignidade da pessoa humana; para o estimulo dos valores positivos de sustentação da nacionalidade e da soberania, dando ênfase à moral, ao civismo, ao espírito religioso [...] praticam, assim, os homens de 1964 o verdadeiro amor à pátria (1973, p. 47 – 48).

Os signos redundantes continuam restituindo de sentido uma gama de significantes esvaziados pelo governo militar tais quais desenvolvimento, justiça social, patriotismo, liberdade, trabalho, etc., assim findando-se com o professor extático em posição militar de sentido enquanto canta o hino nacional.

Nas aulas sobre o exército, o major Heber Leal Ferreira bradava durante 30 minutos, máximas castrense: "Nada detém o Brasil quando o Brasil é a meta"; "O seu Exército, povo em armas, destruirá os inimigos internos ou externos da Pátria"; "Soldado é povo no mesmo uniforme, porque tudo é exército e tudo é povo" (1973, p. 314; 317). Bem como o epílogo peremptório: "mostramos a você os caminhos que o exército ajuda a construir no coração [...] mostramos a você os caminhos que o Exército descerra no espírito dos homens [....] Você viu no seu Exército a sua própria imagem. Você, ele, nós, todos – o povo brasileiro" (1973, p. 319).

Já Major Roberto de Oliveira Mafra afirmava em tom de ameaça que o exército estava "vigilante e atuante contra aqueles que pretendem manchar de vermelho o auri-verde do nosso pendão" (1973, p. 344). E, por fim, a sequência de aulas do Tenente Coronel Jamil Daher, "Respeito aos pais e autoridades" ("segurança nacional e responsabilidade perante a lei"; "Segurança nacional e respeito às leis, à ordem, aos pais, às autoridades e superiores hierárquicos e aos símbolos nacionais"; "Segurança nacional e responsabilidade perante a lei"). Nesta última, o discurso tautológico reafirma a autoridade e o *status quo* pela descrição da lei de segurança nacional e o terror que assombra a vida fora do regime ditatorial:

> não vos esqueçais de que vosso saber, divorciado da disciplina, do respeito aos vossos superiores, às vossas autoridades [...] é a dissociação, a desintegração, a frustração, o insucesso, o plano inclinado do caos e da desordem [...] o desrespeito à autoridade conduz ao nada, a nenhum progresso (1973, p. 412).

O programa de EPB contemplava, da mesma maneira, a celebração das datas cívicas. No jornal da UFPE se encontram referências a eventos como: o Dia da Bandeira, o Aniversário da Revolução, o Dia do Exército (Batalha dos Guararapes) e o Dia da independência. Os reitores,

sobretudo Marcionilo Lins, aproveitam o ensejo para se pronunciar presencialmente e na grande mídia (1971, Nov., p. 3; 1972, Abr., p. 3, 1972, Mai., p. 1; 11). Estes eventos eram espaços relevantes de compartilhamentos de discursos e de práticas do regime e seus aliados, assim como de associação e de filiação entre a ditadura e frações da elite universitária.

Embora parte significativa das teses publicadas sobre o tema defendam o transplante do campo militar e religioso para o campo da educação (SEPULVEDA, 2010; LERNER, 2013; MANSAN, 2014), a execução da disciplina é, igualmente, atravessada por tópicos de desenvolvimento e outras questões dominantes do campo político e econômico ditatorial. Daí a importância de se pensar também as operações do empresariado identificada por Dreifuss, a partir da participação destes e de seus organismos de classe. Bem como dos generais empresários como o superintendente da SUDENE, Evandro de Sousa Lima. A discussão aparece, de tal modo, tanto do ponto vista do desenvolvimento da indústria nacional e multinacional, sintetizada pelo IPES e seus colaboradores, quanto a partir do que o historiador Aarão Reis chamou de nacional estatismo (2014).

Neste sentido, em aula ordinária sobre educação e desenvolvimento, o político Roberto Magalhães embasa a educação como investimento ou capital, isto é, meio de reprodução da riqueza empresarial, no discurso do "o ex-ministro Roberto de Oliveira Campos em conferência proferida no fórum sobre 'A educação que nos convém', patrocinado pelo IPES/GB" (p. 107). A cultura oligárquica e cristã se conecta às práticas culturais da caserna e do empresariado sob a costura da intolerância e do desenvolvimento capitalista. Através da EMC e da EPB, o Estado ditatorial pode cultuar sua santíssima trindade: cristianismo, nacionalismo e capitalismo (anticomunismo).

Esta ação no campo educacional, dentre outras já mencionadas, inaugurou um sofisticado mecanismo de reprodução de ideias, de práticas e de corpos socioculturais e políticos reacionários, sem igual na história recente do Brasil. De tal modo, buscaram catequizar jovens desde a mais tenra infância nos valores culturais e políticos do regime militar, da mesma forma que arrefecer a oposição do movimento estudantil e docente. Para além da simpatia política, esta dinâmica de (de)formação e de arregimentação motivava-se, sobretudo, em troca de interesses pessoais, coletivos e institucionais e no próprio clima de violência institucionalizado pelo regime.

A troca de apoio político por recursos materiais, humano e simbólico não teve início nem fim com a ditadura, mas ganha, neste caso, contorno excepcional ao do período democrático. No que concerne às universidades, estes acordos mediados por acadêmicos aderidos ou acomodados ao regime, à medida que afirmavam diferentes projetos de poderes,

materializavam-se em atos relacionados à expansão e à reforma universitária, à conquista de cargos políticos nos diversos escalões do Estado, à reprodução do corpo de professores, de técnicos e de estudantes aliados, à conquista do prestígio institucional, coletivo e pessoal, ao apoio e à proteção de parentes, amigos e pupilos, ao desmonte da resistência e da repressão.

A montagem do curso de EPB revela o papel relevante da UFPE na institucionalização da doutrina ditatorial. O convênio com a TVU/UFPE e da Rádio Universitária possibilitou uma experiência de reeducação sistemática através dos meios de comunicação e do sistema educacional inédito. Este processo é importante para compreender a dinâmica de (re)produção de signos e de corpos universitários ao longo da máquina abstrata e concreta autoritária instituída pelo golpe de 1964. As elites universitárias negociavam, assim, seus interesses imediatos ou vindouros em troca da afirmação dos mecanismos de dominação e de consenso político e cultural da ditadura (LERNER, 2013).

A implantação, entretanto, não se deu sem a resistência de estudantes e de professores. No campo editorial, a oposição se fez sentir por meio de publicações como o "Educação moral e cívica & escalada fascista", de Maria Nilde Mascellani, Dermi Azevedo e Darcy Azevedo. O regime não tolerava críticas aos dogmas da doutrina, e livros como este eram, amiúde, censurados e seus autores perseguidos (MANSAN, 2014, p. 296). A distribuição de panfletos, boletins, jornais, etc. por estudantes, professores e outros opositores do regime, também, despertaram o flagelo da repressão.

A carta produzida na clandestinidade pelo XXI Congresso da UNE em 1970, "UNE e as liberdades democráticas", descreve a supressão da liberdade e a venda do país ao imperialismo americano. Num segundo momento, apresenta-se a luta estudantil por liberdade e pelo fim da ditadura, sobretudo através de ações contra a EMC, o Projeto Rondon e os Decretos-Leis 477/69 e 464/69 (MÜLLER, 2010).

Numa outra perspectiva, uma matéria jornalística acusava sacerdotes, supostamente ligados ao Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, de distribuir panfletos que denunciavam na missa dominical as práticas de tortura e de doutrinação por meio da EMC e do EPB. O autor da nota, o professor e ministro/presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco Orlando Morais, celebrava ainda a obrigatoriedade da Doutrina, na medida em que denunciava o arcebispo como agente "da guerra revolucionária", isto é, "a conquista das mentes e à degradação moral, social e política das nações democráticas" (*Diário de Pernambuco* 02/09/1971, p. 04).

A literatura cita também os protestos de estudantes do Centro Acadêmico de história da UFMG em 1974, que resultaram na retirada provisória do curso de EMC do currículo de história.

Ademais, professores e unidades escolares universitárias e básicas implantaram a disciplina, em alguns casos, a partir de currículos diferentes e de abordagens críticas dos problemas proposto, como por exemplo, na UFMG, na UFRJ e na USP (MANSAN, 2014; MOTTA, 2014a).

De toda forma, os órgãos de informação vigiaram continuamente as universidades para assegurar o funcionamento dos cursos de EPB. Os espiões investigavam, principalmente, os professores, os estudantes, os programas dos cursos e os planos de aulas. As próprias bases sociais do Regime disputavam a execução da doutrina formulada e coordenada por militares, padres e políticos de extrema-direita. A campanha moral e patriótica ganhava, neste caso, forte conotação econômica liberal, tal qual nas primeiras turmas da UFPE. Como já foi mencionado, o próprio CNMC encontrou, cotidianamente, oposição no CFE e em outros setores moderados do Regime, como por exemplo no MEC (MOTTA, 2014a). As diversas formas de resistência limitaram os trabalhos da CNMC até seu encerramento em 1986. Aliás, quando foi revogada em 1993, a EMC já era largamente utilizada com objetivos de crítica e de emancipação sociocultural e política pela comunidade universitária.

6 CONCLUSÕES

Em 1975, quando o general-presidente Ernesto Geisel anunciou em entrevista coletiva a abertura política por uma pretensa “distensão lenta, gradual e segura”, o campo universitário brasileiro já apresentava as linhas fundamentais de sua configuração atual. O corpo físico, institucional e sociocultural reformado e estruturado com objetivos de ensino, pesquisa e extensão, pilares da universidade moderna, sugeria, para efeitos de memória, o nascimento da universidade brasileira. No entanto sua história é mais antiga e envolvia as lutas e os desejos travados no âmbito da 4ª República que, embora interrompida pelo golpe de 1964, animava os sonhos democráticos e revolucionários de uma sociedade cada dia mais oprimida pela ditadura.

A produção da universidade moderna no Brasil não resultou exclusivamente da intervenção da caserna. A contar do golpe que depôs Goulart até a institucionalização do regime militar por sucessivos atos institucionais e outros dispositivos, a construção da política universitária contou com a adesão de uma elite de dirigentes universitários e de outros estratos sociais dominantes. Não se pretende com isto negar a dimensão coercitiva do regime ou a luta de resistência universitária, mas tão-somente propor uma interpretação mais fina do problema com foco na dinâmica complexa de participação de segmentos acadêmicos dominantes no programa de educação superior vigente. Como explicitou esta tese, a ação das elites universitárias da UFPE atuou no sentido de configurar esta universidade como elemento da rede de apoio, de interesse, de mobilização e de formulação teórica urdida entre a sociedade e o regime político originário em 1964. À vista disso, pensou-se o problema por quatro planos de relação e de produção do corpo universitário ditatorial.

Uma primeira esfera tentou analisar o impacto do golpe militar e civil de 1964 e da vigilância e repressão sistemática do campo acadêmico por meio dos pilares básicos dos regimes autoritários: a polícia política e a espionagem. Somadas aos aplausos de reitores e de catedráticos de todo o Brasil, as forças golpistas elegeram a universidade como alvo prioritário destas operações de vigilância e de repressão. Toda arbitrariedade cometida contra estudantes, pessoal administrativo e professores revela que a universidade se tornara um dos epicentros da luta política travada naqueles anos. Com efeito, a produção da política universitária iniciou então uma raspagem do território institucional de pessoas, de grupos e de projetos progressistas, esquerdistas e populares. Os ciclos repressivos obedeceram a níveis diferentes de intensidades,

como demonstra a violência no Nordeste em 1964, talvez apenas disseminada nas demais regiões brasileiras após a implantação do AI-5 e da Operação Bandeirantes (OBAN).

No caso específico da UFPE, percorrer este caminho permitiu questionar a memória oficial da instituição, que propõe a imagem de uma universidade supostamente livre de repressão graças ao trabalho de dirigentes democráticos aderidos ou acomodados à ditadura. Se houve de fato ações pessoais, coletivas e institucionais que arrefeceram a repressão e a intervenção castrense, a memória da "ditabranda" ou da resistência de dirigentes se esvai quando confrontada com as relações cinzentas que permearam as cassações, a repressão permanente do movimento estudantil e o controle político exercido pelas comunidades de vigilância e de informação. Estes deslocamentos políticos e mnemônicos são fundamentais para compreender as tensões na fabricação de consenso e de legitimidade de um regime que durou 21 anos e em torno de um projeto de poder acadêmico na UFPE dominante até o início do século XXI.

Ao atravessar a paisagem urbana e suburbana das universidades brasileiras nos anos 1960 e 1970 encontrou-se uma multiplicidade de corpos arquitetônicos e urbanísticos em plena mutação. Sonho ou pesadelo, os programas de expansão física e melhoramento foram largamente utilizados como um sustentáculo diferente e igualmente crucial para os regimes autoritários do século XX: a propaganda, a ação e a mobilização política e sociocultural. A cada sala, corredor, pilastra ou fundação erguida celebrava-se um novo evento cívico-militar com autoridades políticas, acadêmicas e empreiteiros, fanfarras, coquetel, discursos doutrinários e ampla cobertura midiática. Apesar do modelo de *campus* suburbano ressignificado na época, a cartografia das universidades brasileiras estava longe do desenho padronizado e centralizado esboçado pelo governo e pelos dirigentes acadêmicos. Os labirintos das cidades e *campi* universitários suscitaram linhas de fuga acionadas pelo movimento estudantil e estratos populares.

A paisagem universitária revelou uma fauna de professores, pessoal administrativo, estudantes e outros colaboradores e suas diferentes posições e hierarquias socioculturais e políticas. Estas diferenças básicas nortearam a leitura estatística das transformações institucionais e socioculturais dos anos 1960 e 1970. O resultado difere do mapa oficial de irrefutável desenvolvimento ainda que conservador. Conforme as análises apresentadas, o crescimento dos estabelecimentos universitários é inferior àquele registrado na quarta república (1946-1964) e reproduziu as desigualdades socioculturais e regionais da universidade

tradicional. As séries mostram além disso como o modelo formalmente "excepcional" do estabelecimento de ensino superior privado se tornou dominante naqueles anos.

Para pensar a política acadêmica não se hesitou em adentrar nos elitizados salões do Conselho Universitário. Frequentadas por dirigentes acadêmicos e do movimento estudantil, as sessões oferecem ao observador crítico o repertório de gestos, falas e disposições coletivas acionadas pelos agentes em jogo. A dinâmica de escolha de reitor e diretores por listas tríplices e sêxtuplas mostrou como as velhas estratégias eleitorais foram utilizadas para neutralizar candidatos heterodoxos que representavam menos a elite acadêmica do que campo do poder. De outro modo, enquanto resguardava o que lhe restava de autonomia, o órgão colegiado superior auxiliava as congregações acadêmicas no controle do movimento estudantil por meio de sanções dos opositores e apoio das chapas governistas. Ademais, a biografia profissional e política de universitários importantes da UFPE revelou as ocupações e os deslocamentos que permearam as trocas estabelecidas entre elites civis e militares.

Por fim, o conjunto de atividades universitárias de ensino, pesquisa e extensão demonstrou um quarto ângulo da produção universitária no ambiente de exceção. Através destas práticas culturais, professores importantes assumiram posições políticas normalmente associadas ao regime autoritário. Em ambos os casos estes programas inauguravam espaços privilegiados de formação, de arregimentação, de ação e de expressão do corpo social superior e do governo militar. De tal modo que estética e política se misturavam para afirmar declaradamente ou indiferentemente o Estado de exceção. Estes foram os casos do *Simpósio sobre a Problemática Universitária*, o *Seminário de Tropicologia* e, de maneira mais ambígua, o Movimento Armorial. Ademais, o investimento em pesquisa com foco nas ciências exatas, agrárias e engenharias atendia aos ideais de segurança e de desenvolvimento nacional, especialmente àqueles compartilhados com os aliados empresariais da indústria da construção pesada, do agronegócio e dos bancos.

Arriscado mesmo era recorrer aos meios institucionais para criticar tacitamente a ditadura, tal qual o caso do Teatro Popular do Nordeste (TPN), de Hermilo Borba Filho. O governo também lançou mão de atividades de ordenação e de formação, como o Projeto Rondon, a Comissão Incentivadora do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CINCRUTAC) e a disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC) e de Estudos de Problemas Brasileiros (EPB). Entretanto os programas castrenses não impediram o uso resistente dos

estudantes. Mais uma vez a produção de corpos e de discursos da reação extrapola a ação exclusivamente repressiva do regime.

Os vértices do quadrado desenhado pela correlação de forças e de signos da elite acadêmica e militar brasileira expressaram e materializaram, *mutatis mutandi*, as próprias características históricas da ditadura no Brasil. Primeiramente por sua posição política conservadora que comporta atores de centro e que reprimiu estratos progressistas, esquerdistas e minorias, apenas tolerando-os quando integradas ao projeto autoritário vigente.

O anticomunismo, enquanto manifestação mais ampla de várias outras formas de intolerância, constituiu a principal linha de pactuação entre as forças que davam sustentação à ditadura militar. Neste sentido, a produção da máquina universitária obedeceu a um "expurgo" político e sociocultural de estratos minoritários e aos movimentos simultâneos de mobilização, depois rigidamente controlados sob o crivo da triagem política. As vítimas fatais ou perenes deste processo são sempre associadas aos excessos de uma época, de sujeitos ou de grupos radicais, como a linha dura. Deste modo, autoridades militares e civis da época eximem-se da responsabilidade pela produção do regime autoritário, afinal todos se tornaram democratas e moderados após 1979, conforme memória oficial da abertura.

Desprovidos incialmente de um projeto político mais amplo, as forças vitoriosas em 1964 contaram com apoio das elites sociais para construir um programa mínimo de governo. Do expurgo aos programas de reforma e de ordenação conservadora da universidade, as elites acadêmicas participaram da produção da política universitária ditatorial por meio de vínculos e de arranjos ambíguos e cinzentos. Se a modernização administrativa e didático-científica é de certo modo incontestável, por outro lado é impossível negar toda violência contra atores envolvidos no projeto alternativo de universidade e de sociedade. Assim, as nuanças entre escolares moderados e radicais fundiram-se na afirmação do mesmo projeto em curso. O caso da UFPE revela que quadros de diferentes tons que vão do centro à extrema direita montaram coligações, assim dividindo os primeiros escalões do poder acadêmico.

Por certo, esta base de apoio social vai se diluindo à medida que a ditadura se fecha cada vez mais. O aumento da violência, das arbitrariedades e das denúncias quanto à prática de tortura e a outras violações dos direitos humanos corroeu pouco a pouco o consenso e o consentimento construído em torno de um governo ilegítimo. A universidade moderna enquanto acontecimento que ressignifica passado e presente e segue atualizando o futuro da educação superior no Brasil emergiu, em meados dos anos 1970, como um palácio cariado sobre os despojos de um regime em agonia.

REFERÊNCIAS

ABDALA JUNIOR, Benjamin. **Literatura, história e política**. Literaturas de língua portuguesa no século XX. 2. ed. São Paulo: Ateliê editorial, 2007.

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Revisitando o campo:** lutas, organização, contradições – Pernambuco 1962 – 1987. Tese (Doutorado) – UFPE, Recife, 2003.

ADUSP. **O controle Ideológico na USP:** 1964 – 1978. 2. ed. São Paulo: ADUSP, 2004.

AGUIAR, Roberto O. de. **Recife:** da frente ao golpe. Ideologias políticas em Pernambuco. Recife: UFPE, 1993.

ALBERTO, Klaus Chaves. Noção de integração universitária nos campi das universidades de Brasília e de Campinas. Duas Interpretações de um mesmo ideal. 2015. Disponível em: www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.184/5684. Acesso em: 28 dez. 2016.

_____. **Formalizando o ensino superior na década de 1960:** a cidade universitária da UNB e seu projeto urbanístico. Tese (Doutorado em Urbanismo) – PPGU/UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

ALMEIDA, Admário Luiz. **Do humanismo ao assistencialismo**. O CRUTAC no Estado Militar (o caso do Rio Grande do Norte e do Maranhão). Tese (Doutorado em Educação) – PPGE/UFU, Uberlândia, 2011.

ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. A Atuação da Assessoria Especial de Segurança e Informações na Unviersidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES): análise de documentos relativos à vigilância aos militantes da comunidade universitária, contrários a ditadura militar. In: **Anais Eletrônico do XXVIII Simpósio Nacional de História.** Florianópolis, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/site/anaiscomplementares; Acesso em: 27 abr. 2018.

AMORIM, Hélder Remigio. **"Um pequeno pedaço do incomensurável"**: a trajetória intelectual e política de Josué de Castro. Tese (Doutorado em História) – PPGE/UFPE, Recife, 2016.

ANDRADE, Gilberto Osório. O novo ordenamento jurídico da UR, estrutura e organização. In: **Simpósio sobre o problema universitário**. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

ANDRADE, Oswald. **Obras Completas 2**: Memórias sentimentais de João Miramar/ Serafim Ponte Grande. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

ARAÚJO, Jarbas. **Jarbas Araújo**. Recife, 2011. Entrevista concedida ao Projeto Marcas da Memória. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCc_-o5ZHJRo3GDtpUqCvvXg; Acesso em: 22 jan. 2018.

ARETAKIS, Felipe Pedrosa. **Tropicalismo pernambucano**: história de um "tigre de vanguarda" (1967-1968). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFPE, Recife, 2016.

ATCON, Rudolph. **Rumo a reformulação estrutural da universidade brasileira.** Rio de Janeiro: MEC, 1966.

_____. **Manual sobre o planejamento integral do campus universitário**. Brasília: CRUB, 1970.

BANDEIRA, Manuel. **Estrela da vida Inteira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BASTOS, Elide Rugai. Gilberto Freyre. Casa-grande & senzala. In: MOTA, Lourenço Dantas. **Um banquete no trópico** (Org.). São Paulo: SENAC, 1999.

BARBOSA, Socorro Ferraz. **Socorro Ferraz Barbosa**. Recife, 2011. Entrevista concedida ao Projeto Marcas da Memória. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCc_-o5ZHJRo3GDtpUqCvvXg; Acesso em: 22 jan. 2018.

BARBOSA, Leítica Rameh. **Movimento de Cultura Popular:** impactos na sociedade pernambucana. Recife: bagaço/autor, 2009.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1980.

BATISTA NETO, José. MCP: O Povo como categoria Histórica in REZENDE, A. P. **Recife:** Que História é essa?. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987.

BECKETT, Samuel. **Companhia e outros textos**. São Paulo: Globo, 2012.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERNADES, Denis. SILVA, Amanda; LIMA, Márcia. **Memórias de criação da Cidade Universitária e da Universidade do Recife.** Recife: UFPE, 2007.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. PEREIRA, Juliana Melo. Quando a cidade era universitária: a geografia da univer-cidade do Recife antes da construção do campus da UFPE. In: **Estudos universitários**, revista de cultura. v. 1. n. 1. Recife: UFPE, 2011.

BERNARDES, Denis. **O Recife, o caranguejo e o viaduto**. 2. ed. Recife: UFPE, 2013

BEVILÁQUA, Clóvis. **História da faculdade de direito do Recife**. Recife: UFPE, 2012.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política I**. Brasília: UNB, 1998.

BOMENY, Helena. **Newton Sucupira e os rumos da educação superior**. Brasília: Paralelo 15, CAPES, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **Homo Academicus**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2013.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros, os estudantes e a cultura**. Florianópolis: UFSC, 2013.

_____. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Síntese histórica do CMNE – Comando Militar do Nordeste**. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.cmne.eb.mil.br/index.php/menu-sintese-historica; Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. **Comissão Nacional da Verdade**. v. 1. Brasília: CNV, 2014a. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php; Acesso em: 26 jan. 2018.

_____. **Comissão Nacional da Verdade**. v. 2. Brasília: CNV, 2014b. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php; Acesso em: 26 jan. 2018.

_____. **Comissão Nacional da Verdade**. v. 3. Brasília: CNV, 2014c. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php; Acesso em: 26 jan. 2018.

BRAUDEL, Fernand. À travers un continent d'histoire. Le Brésil et l'oeuvre de Gilberto Freye. In: **Annales d'histoire sociale**, N°4, 1943.

BRAYNER, Nadja Maria Miranda; BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. Graves violações dos direitos humanos nos meios educacionais culturais. In Pernambuco. **Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara**: relatório final. V. 2. Recife: CEPE, 2017.

BRITTO, Jomard Muniz de. **Jomard Muniz de Brito**. Recife, 2011. Entrevista concedida ao Projeto Marcas da Memória. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCc_-o5ZHJRo3GDtpUqCvvXg; Acesso em: 22 jan. 2018.

_____. **Atentados poéticos**. Recife: Bagaço, 2002.

BRITO, Tásso Araújo. **A toga e a espada:** Mércia Albuquerque e Gregório Bezerra na Justiça Militar (1964-1969). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFPE, Recife, 2015.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: UNESP, 1997.

CABRAL, Renata Campello. **Mario Russo**. Um arquiteto italiano racionalista em Recife. Recife: UFPE, 2006.

CÂMARA, Fernanda Moreira. **Fundo público e Sistema "S"**: uma análise reflexiva da arrecadação e prestação de contas. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social). UNB, 2015.

CAMPELO, Magda. **Campus do Nordeste:** reforma universitária de 1968. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – PPGAU/USP, São Paulo, 2012.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A ditadura dos empreiteiros**: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964 – 1985. Tese (Doutorado em História Social) – PPGH/UFF, Niterói, 2012.

CARELLA, Túlio. **Orgia** – Os diários de Tulio Carella, Recife 1960. São Paulo: Opera Prima, 2011.

CARNEIRO, Moacir Alves. **Extensão universitária**: versões e perversões. Estudo tentativo de identificação do débito social das universidades federais do Nordeste. Rio de Janeiro: Presenção/UFPB, 1985.

CARVALHO, Cristina Almeida de. **A reforma universitária e os mecanismos de incentivo à expansão do ensino superior privado no Brasil (1964 – 1984)**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Economia) – PPGCE/UNICAMP, Campinas, 2002.

CARVALHO, Alessandra. As atividades político-partidárias e a produção de consentimento durante o regime militar brasileiro. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). **A construção social dos regimes autoritários**. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: UFPE, 1998.

CARVALHO, Arthur. Eles vão atirar. In: **Diário de Pernambuco,** 08/04/2009.

_____. Engordando cobra. In: **Diário de Pernambuco,** 28/05/1997.

CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto, como o caso foi:** da Coluna Prestes à queda de Arraes: memórias. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

CPDOC/FGV. **Documentos de Arquivos Pessoais, entrevistas de História Oral e verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2009. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo; Acesso em: 22 jan. 2018.

CÉSAR, Ana Maria. **A faculdade sitiada**. Recife: CEPE, 2009.

CHACON, Vamireh. Contribuição da UR aos problemas do desenvolvimento regional. In **Simpósio sobre o problema universitário**. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

_____. **Formação das ciências sociais no Brasil** (Da Escola do Recife ao Código Civil). 2. ed. Brasília: Paralelo 15; LGE; São Paulo: UNESP, 2008.

CHARLE, Christophe. **La republique des universitaires, 1870 – 1940**. Paris: Le Seuil, 1994.

_____. Nascimento dos intelectuais contemporâneos (1860 – 1898) In **História da Educação**. n. 14. Pelotas: ASPHE/FAE/UFPEL, 2003.

_____. **A gênese da sociedade do espetáculo:** teatro em Paris, Berlim, Londres e Viena. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

CHARLE, Christophe. VERGER, Jacques. **História das universidades**. São Paulo: UNESP, 1996.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

_____. **A história ou a leitura do tempo**.2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CHAVES, Carmem. **Carmem Chaves**. Recife, 2011. Entrevista concedida ao Projeto Marcas da Memória. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCc_-o5ZHJRo3GDtpUqCvvXg; Acesso em: 22 jan. 2018.

CHAVES, Nelson. Ensino e desenvolvimento da pesquisa científica na UR: ciências biológicas. In **Simpósio sobre o problema universitário**. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

COELHO, Fernando Vasconcelos. **Direita, volver:** o golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004.

_____. Graves violações dos direitos humanos nos poderes executivo, legislativo e judiciário. In: **Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara**: relatório final. V. 2. Recife: CEPE, 2017.

COELHO, Fernando Vasconcellos; ACIOLI, Vera Lúcia Costa. A repressão em Pernambuco: resistência e estrutura. In: **Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara**: relatório final. V. 2. Recife: CEPE, 2017.

COELHO, Germano. **MCP**. História do Movimento de Cultura Popular. Recife: Autor, 2012.

CORTEZ, Marcius. **O Golpe na Alma.** São Paulo: Pé-de-chinelo, 2008.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Dicionário Biográfico de Pernambucanos célebres**. Recife: Fundação de Cultural Cidade do Recife, 1981.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura:** Brasil: 1964-1985. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

CRUZ, José Vieira. **Da autonomia à resistência democrática:** movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985. Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFBA, Salvador, 2012.

CUNHA, Diogo. **Estado de exceção, igreja católica e repressão**: o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto. Recife: UFPE, 2008.

CUNHA, Lúcia Carvalheira. GASPAR, Lúcia. SILVA, Virgínia Barbosa da. **Em torno do Seminário de tropicologia, 1966-2001:** um Contribuição histórica-bibliográfica. Recife: FUNDAJ, s/d.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade reformanda:** o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2007a.

_____. **A Universidade temporã**: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007b.

_____. **A Universidade crítica**: o ensino superior na república populista. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007c.

_____. A laicidade em xeque: religião, moral e civismo na educação brasileira – 1931/97. 2009. Disponível em: http://www.nepp-dh.ufrj.br/ole/textos_equipe2.html. Acesso em: 03 ago. 2017.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

CUNHA, Rosa Maria Cardoso; MULLER, Angélica. Violações de direitos humanos nas universidades. In: BRASIL. **CNV**: Relatórios/Textos temáticos. v. 2. Brasília: CNV, 2014.

DELGADO, Luiz. Uma experiência secular de ensino superior no Brasil: o estudo de Direito. In **Simpósio sobre o problema universitário**. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**. Escrever uma vida. São Paulo: USP, 2009.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. 2. ed. Petrópolis: 1981.

DELEUZE, Gilles. **Conversações.** São Paulo: 34, 1992.

_____. **Lógica do Sentido.** 5. ed. São Paulo Perspectiva, 2009.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: 34, 1992.

_____. **Mil Platôs** - Capitalismo e Esquizofrenia. v. 1; Rio de Janeiro: 34, 1995.

_____. **Mil Platôs** - Capitalismo e Esquizofrenia. v. 2; Rio de Janeiro: 34, 1997a.

_____. **Mil Platôs** - Capitalismo e Esquizofrenia. v. 3; Rio de Janeiro: 34, 1996.

_____. **Mil Platôs** - Capitalismo e Esquizofrenia. v. 4; São Paulo: 34, 1997b.

_____. **Mil Platôs** - Capitalismo e Esquizofrenia. v. 5; São Paulo: 34, 1997c.

_____. **O Anti-Édipo**. Capitalismo e esquizofrenia 1. Lisboa: Assírio e Alvim, 2004.

DIDIER, Maria Thereza. **Emblemas da sagração armorial**: Ariano Suassuna e o Movimentor armorial, 1970/76. Recife: UFPE, 2000.

Dossiê dos Mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Recife/São Paulo: CEPE e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1995/1996.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DURHAM, Eunice R. **Ensino superior no Brasil:** público e privado. Documento de trabalho. Núcleo de pesquisa sobre ensino superior da USP. São Paulo, 2003.

Estudos de problemas brasileiros. UFPE: Recife, 1971.

Estudos de problemas brasileiros. UFPE: Recife, 1973.

FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. Estudo sobre sexualidade e suas conexões. In: **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 44, n. 1, jan/jun, 2013,

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). In: **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **A universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. A universidade no Brasil: das origens a reforma universitária de 1968. In: **Educar, Curitiba.** n. 28; Curitiba: UFPR, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira:** reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-ômega, 1975.

FERREIRA, Ascenso. **Catimbó: Cana Caina: Xenhenhém.** 5. ed. Recife: Nordestal, 2008.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe Civil-militar de 1964 In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (Org.). **O Brasil republicano**. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **O Brasil republicano**. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins de século XX. 4. ed. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FERREIRA, Jorge. GOMES, Ângela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Maicon Maurício Vasconcelos. **Nos interstícios do golpe**: resistência da juventude em Pernambuco à ditadura civil-militar brasileira (1964-1972). Dissertação (Mestrado em História). PPGH/UFPE, Recife, 2014a.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Ditadura militar, universidade e ensino de história: da Universidade do Brasil à UFRJ. In: **Cienc. Cult.** v.66, n.4. 2014b.

_____. O lado escuro da força: a ditadura militar e o curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia. In: **História da Historiografia**, v. 11, 2013.

_____. O ensino da história na faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. In: **História, Ciências, Saúde-Manguinhos** (Impresso), v. 2, 2012

_____. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. In: **História Oral**. n. 1. jun. São Paulo: 1998.

_____. Os professores franceses e o ensino da história no Rio de Janeiro nos anos 30. In: **IDEAIS de modernidade e sociologia no Brasil**: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto/ Organizadores Marco Chor Maio e Glaucia Villas Bôas. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

FICO, Carlos. **Além do Golpe:** versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **O grande irmão**: da *Operação Brother Sam* aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão In: FERREIRA, Jorge; Lucilia de Almeida Neves Delgado (Org.). **O Brasil republicano**. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins de século XX. 4. ed. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FIGUEIREDO, Argelina C. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política de 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. O professor universitário como educador. In: **Estudos Universitários**: Revista de Cultura da Universidade do Recife. V. 1; N. 1; Recife: UR, 1962.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Ação Cultural para a Liberdade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

_____. **Extensão ou comunicação**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação e atualidade brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez e Instituto Paulo Freire, 2001.

FREYRE, Gilberto. Um novo tipo de seminário (Tannenbaum) em desenvolvimento na Universidade de Columbia e a conveniência da adaptação de seus métodos à UR. In: **Simpósio sobre o problema universitário**. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

_____. **Tempo morto e outros tempos:** trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade, 1915-1930. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

_____. **Perfil de Euclides e outros perfis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

FROTA, Sylvio. **Ideais Traídos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GASPAR, Lúcia. BARBOSA, Virgínia. **Estudos Universitários:** índice v. 1 – 25 (1962 – 2004). Recife: FUNDAJ, [2004].

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. 2. ed. Edição digital. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. **A ditadura escancarada**. 2. ed. Edição digital. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeide; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Mulheres e militância**. Encontros e confrontos durante a ditadura militar. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

GÓES, Moacyr de. **De pé no chão também se aprende a ler (1961 – 1964)**. Uma escola democrática. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.

GOMES, Nilma Lino. Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03. In: **A cor da cultura**. [S.I: s.n.], 2011. Disponível em: http://antigo.acordacultura.org.br/artigo-25-08-2011; Acesso em 20 set. 2017.

GREEN, James N. **Apesar de vocês**. Oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964 – 1985. São Paulo: Companhia das Letra, 2009.

HABERMAS, Jürgen. BLAZEK, John R. The idea of the University: learning processes. In: **New german critique**. n. 41, Special issue on the critiques of the enlightenment (Spring – summer, 1987), pp. 3-22. Disponível em: www. Jstor.org/stable/488273; Acesso em: 27 ago. 2017.

HASENBALG, Carlos. Estatísticas do século XX: Educação In: IBGE. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**. O breve século XX. 1914 – 1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNTER, Jonh M. A universidade fundação: uma caixa de pandora In: **Estudos Universitários**: revista de cultura da UFPE. v. 4. Recife: UFPE, 1967.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

JOFLLY, Marina. Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI). In: **Documentos de Arquivos Pessoais, entrevistas de História Oral e verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2009. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/destacamento-de-operacoes-e-informacoes-centro-de-operacoes-e-defesa-interna-doi-codi; Acesso em: 10 jan. 2018.

KEER, Clark. **The uses of the university**. 5. ed. Cambridge; London: Havard University, 2001.

KLEIN, Hebert S.; Luna. Mudanças sociais no período militar (1964 – 1985). In: REIS FILHO, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.

_____. Transformações econômicas no período milita (1964 – 1985). In: REIS FILHO, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b

KLEIN, Hebert S; LUNA, Vidal. População e Sociedade. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014c.

LACERDA, Gislene Ediwiges de. **O movimento estudantil e a transição democrática brasileira:** memórias de uma geração esquecida. Tese (Doutorado em História). PPGHIS/UFRJ, Rio de Jnaeiro, 2015.

LEMOS, Jônio. Ensino e desenvolvimento da pesquisa científica na UR, nas ciências físicas. In: **Simpósio sobre o problema universitário**. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

LERNER, Samara Lima Tavares Mancebo. **A Pós-graduação em Estudo de Problemas Brasileiro na UERJ:** uma reflexão sociológica sobre um projeto de socialização política no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PPCS/UERJ, Rio de Janeiro, 2013.

LIMA, Gabriel Amato Bruno. "**Aula prática de Brasil"**: ditadura, estudante universitários e imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967 – 1985). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFMG, Belo Horizonte, 2015.

LIMA, Luiz Costa. Uma certa revista. In: **Estudos Universitários**: Revista de cultura da Universidade Federal de Pernambuco. v. 24/25, n. 5/6. Recife: UFPE, 2004/2009.

LINS, Marcionilo. As faculdades e a integração universitária do Recife: institutos, departamentos e ensino básico. In: **Simpósio sobre o problema universitário**. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

LUNA, João Carlos de O.. **Udigrudi da pernambucália**: história e música no Recife (1968 – 1976). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFPE, Recife, 2010.

MACIEL, Lício. **Guerrilha do Araguaia**: relato de um combatente. 2. ed. Salto: Schoba, 2011.

MACHADO, Otávio Luiz. **Formação profissional, ensino superior e a construção da profissão do engenheiro pelos movimentos estudantis de engenharia:** a experiência a partir da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (1958 – 1975). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – PPGS/UFPE, Recife, 2008.

MACIEL, Carlos. A UR e o problema educacional. In: **Simpósio sobre o problema universitário**. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

MAIOR, Heraldo Pessoa Souto. **Para uma história da sociologia em Pernambuco**: a pós-graduação (1963-2004). Recife: UFPE, 2005.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. In: **Educ. Soc., Campinas**, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br; Acesso em: 22 jan. 2018.

MELODIA, Luiz. **Pérola Negra**. Brasil: Universal, 1973. Disco.

MELLO, Almeri Bezerra. **Para além dos verdes mares.** Recife: Massangana, 2006.

MELLO, Evaldo Cabral de. Canoas do Recife: um estudo de microhistória urbana. In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Recife: IAHGP, 1978.

MELO NETO, João Cabral. **Poesias Completas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

MANSAN, Jaime Valim. **Subversivos**: ditadura, controle social e educação superior no brasil (1964 – 1988). Tese (Doutorado em História) – PPGH/PUCRS, Porto Alegre, 2014.

MINTO, Lalo Watanabe. **A educação da miséria**: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. Tese (Doutorado em educação) – PPGE/UNICAMP, Campinas, 2011.

MIRÓ. **Miró até agora**. 2ª ed. Recife: CEPE, 2016.

MONTARROYOS, Selma. **Selma Montarroyos**. Recife, 2011. Entrevista concedida ao Projeto Marcas da Memória. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCc_-o5ZHJRo3GDtpUqCvvXg; Acesso em: 22 jan. 2018.

MONTENEGRO, Antonio Torres; SIQUEIRA, Antonio Jorge; Antonio Carlos M. de Aguiar. **Engenheiros do tempo:** história de vida dos professores. Recife: UFPE, 1995

MONTENEGRO, Antonio Torres, GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz, ACIOLI, Vera Lúcia Costa (Orgs.). **História, Cultura, Trabalho:** questões da contemporaneidade. Recife: UFPE, 2011.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória.** São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Trabalhadores rurais e justiça do trabalho em tempos de regime civil-militar. In: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (Orgs.). **A justiça do trabalho e sua história**: o direito dos trabalhadores no Brasil. Campinas: UNICAMP, 2013.

MORAES, Fabiana; OLIVEIRA, Aristides. **Jomard Muniz de Britto**. Professor em Transe. Recife: CEPE, 2017.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura Brasileira (1933-1974)**. 3. ed. São Paulo: 34, 2008.

MOTTA, Roberto. Élide, Gilberto, imagismo e língua de universidade. Élide Rugai Bastos. As criaturas de prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira. São Paulo, global. In: **RBCS.** V. 24; N. 69: Fevereiro/2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritária-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b.

MÜLLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial (1969-1979).** Tese (Doutorado em História) – PPGHS/USP, São Paulo, 2010.

_____. **O movimento estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969 – 1979)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

MÜLLER, Angélica; FAGUNDES, Pedro Ernesto. O trabalho das comissões da verdade universitárias: rastreando vestígios da repressão nos campi durante a ditadura militar. In: **Ciência e Cultura**, v. 66, p. 44-49, 2014.

NASCIMENTO, Luís Manuel Domingues do. **Inventário dos feitos modernizantes na cidade do Recife (1969 – 1975)**. Sobra as mediações histórica e literárias entre a história recente do Recife e o Romance *A rainha dos cárceres da Grécia*, de Osma Lins. Tese (Doutorado em História) – UFPE, Recife, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. "Vencer Satã só com orações": políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). **A construção social dos regimes autoritários.** Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

_____. 1964: **História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2016.

NOGUEIRA, Denise Teixeira. **Universidade e campus no Brasil:** o caso da Universidade Federal Fluminense. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) – PPGPUR/UFF, Niterói, 2008.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de extensão universitária brasileira.** Belo Horizonte: UFMG, 2005.

OLIVEIRA; ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho (Org.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve.** O nordeste do Brasil 1955 – 1964. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Gilberto Freyre**: um vitoriano dos trópicos. São Paulo: UNESP, 2005.

PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil:** Entre o povo e a Nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Daline Vinhal. **Um olhar sobre o Projeto Rondon e a dimensão ambiental**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – CDS/USP, São Paulo, 2009.

PEREIRA, Nilo. A Faculdade de Direito do Recife (1927-1977): ensaio biográfico. Recife: UFPE, 1977.

PERNAMBUCO. **Cadernos da memória e verdade.** v. 2 Recife: Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, 2014.

_____. **Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara**: relatório final. v. 1. Recife: CEPE, 2017a.

_____**. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara**: relatório final. v. 2. Recife: CEPE, 2017b.

PERRUCI, Gadiel. **Um projeto oligárquico-liberal de universidade** (notas para uma história da UFPE). 1986. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, 2(2).

PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e a *intelligentsia* salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951 – 1974). In: **História**. v. 28. n. 1. França: UNESP, 2009.

POERNER, Arthur José. **Poder Jovem:** história da participação política de estudantes brasileiros. 5. ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

PONTUAL, Virgínia. **Uma cidade e dois prefeitos**: narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950. Recife: UFPE, 2001.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. **Francisco Julião**: em luta com seu mito, golpe de Estado, exílio e redemocratização. Jundiaí: Paco, 2016.

QUINTAS, Fátima (Org.). **Evocações e interpretações de Gilberto Freyre.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2003.

QUIRINO, Tarcísio Rego. Situação e necessidades da educação e sentido de ajuda educacional na América Latina. In: **Estudos Universitários**: revista de cultura da UFPE. v. 8. Recife: UFPE, 1968.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil.** Do golpe de 1964 à constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.

REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **Modernização, ditadura e democracia**: 1964-2010. v. 5. Rio de Janeiro: objetiva, 2014b.

REIS FILHO, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RÉMOND, René. **Por uma história política.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REZENDE, Antônio Paulo; BERNARDES, Denis; ARAÚJO, Gilda. **EDUFPE 50 anos:** histórias e perspectivas. Recife: UFPE, 2006a.

_____. **50 anos da Editora Universitária da UFPE***:* catálogo de publicações da Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco 1955 a 2005. Recife: UFPE, 2006b.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro:** artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro /São Paulo, Record, 2000.

_____. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2010.

_____. Cultura. In: REIS, Daniel Aarão (Org.). **Modernização, ditadura e democracia**: 1964-2010. v. 5. Rio de Janeiro: objetiva, 2014.

ROGERS, Ibram H. **The Black campus movement**: black students and the racial reconstitution of higher education, 1965 – 1972. New York: PALGRAVE MACMILLAN, 2012.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). **A construção social dos regimes autoritários.** Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). **A construção social dos regimes autoritários.** Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

ROOKS, Noliwe M. **White Money/Black power**: the surprising history of African American studies and the crisis of race in higher education. Boston: Beacon Press, 2006.

ROSAS, João Guimarães. **Grande Sertão**: veredas. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

_____. **Primeiras estórias**. 15. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSAS, Paulo. **Para compreender a educação superior brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. Recife: cultura e participação (1950 – 64). In: FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez e Instituto Paulo Freire, 2001.

SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. **Extrema-direita, volver**! Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e militares da reserva. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – PPGCP/UFF, Niterói, 2009.

SANTOS, Francisco Sá Barreto dos. **A construção do fato pelo discurso midiático**. O caso do atentado a bomba no Aeroporto. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – PPGC/UFPE, Recife, 2007.

SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças políticas em Pernambuco:** a(s) Frente(s) do Recife (1955 – 1964). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFPE, Recife, 2008.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

Simpósio sobre o problema universitário. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

SANTANA, Flávia de Angelis. **Movimento estudantil e ensino superior no Brasil**: a reforma universitária no centro da luta política estudantil nos anos 60. Tese (Doutorado em História). PPGHS/USP, São Paulo, 2014.

SANTIAGO, Eliete. BATISTA NETO, José. **Paulo Freire e a educação libertadora**: memórias e atualidades. Recife: UFPE, 2013.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes; SILVA, Talita Maria Soares; **O reitorado de Joaquim Amazonas através das atas do Conselho Universitário.** Recife: UFPE, 2009.

SANTOS, Evson Malaquias (Org.). **Atas do Conselho, da Assembleia Universitária e da Comissão Designativa do reitorado de João Alfredo e Vice-Reitorado de Newton Maia da Universidade do Recife**: Junho de 1959 a Agosto de 1964. Recife: UFPE, 2010.

_____. **UFPE**: Instituição, gestão, política e seus bastidores. Recife: UFPE, 2012.

SANTOS, Roberto Figueira. **Avaliação da implantação da reforma universitária**: apresentação do tema. Brasília: MEC, 1973

SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros estudos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SEPULVEDA, José Antônio Miranda. **O papel da Escola Superior de Guerra na projeção do campo militar sobre o campo educacional**. Tese (Doutorado em Educação) – PPGE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. O Brasil no mundo**.** In: REIS FILHO, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.

SILVA JUNIOR, Edelson de Albuquerque. **O reitorado de João Alfredo na Universidade do Recife-UR (1959-1964): patrimonialismo populista e modernização científica**. Dissertação (Mestrado em Educação) – PPGE/UFPE, Recife, 2012.

SILVA, Edival Nunes. **Edival Nunes da Silva Cajá**. Recife, 2011. Entrevista concedida ao Projeto Marcas da Memória. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCc_-o5ZHJRo3GDtpUqCvvXg; Acesso em: 22 jan. 2018.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória**. A construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Recife: UFPE, 2014b.

SILVA, Severino Vicente da. **Severino Vicente da Silva**. Recife, 2011. Entrevista concedida ao Projeto Marcas da Memória. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCc_-o5ZHJRo3GDtpUqCvvXg; Acesso em: 22 jan. 2018.

SILVA, Silvio Soares da. **Um seminário nos trópicos**: gênese e institucionalização da tropicologia em Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – PPGA/UFPE, Recife, 2000.

SILVA, Simone Tenório Rocha. **As manifestações estudantis em Pernambuco (1964 – 1968).** Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFPE, Recife, 2002.

SINGER, Paul. O processo econômico. In: REIS FILHOS, Daniel Aarão (Org.). **Modernização, ditadura e democracia**: 1964-2010. v. 5. Rio de Janeiro: objetiva, 2014.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

STONE, Lawrence. Prosopografia. In: **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, jun. 2011.

SOARES, José Arlindo. **A frente do Recife e o governo do Arraes**: nacionalismo em crise 1955-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Márcio de Oliveira Resende. **O programa MEC/BID III e o CEDATE na consolidação dos campi universitários no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) – PMAC/UFJF, Juiz de Fora, 2013a.

SOUZA, Gabriella Inhan. **Rudolph Atcon, entre o educacional e o urbanístico na definição de diretrizes para *campi* universitário no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) – PMAC/UFJF, Juiz de Fora, 2013b.

SOUZA, Maria Inêz Salgado de. **O IPES e a política educacional após 1964**. Petrópolis: Vozes, 1981.

SUASSUNA, Ariano. **Romance d'a pedra do reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

SUCUPIRA, Newton. A Universidade brasileira: sua ideia e sua realização. In: **Simpósio sobre o problema universitário**. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

_____. A reestruturação das Universidades Federais. In: **Estudos Universitários**: revista de cultura da UFPE. v. 4. Recife: UFPE, 1967.

_____. Concepção de reforma universitária. In: **Estudos Universitários**: revista de cultura da UFPE. v. 9. Recife: UFPE, 1969a.

_____. Da Faculdade de Filosofia à Faculdade de Educação. In: **Estudos Universitários**: revista de cultura da UFPE. v. 9. Recife: UFPE, 1969b.

_____. **A condição atual da universidade brasileira e a reforma universitária**: I encontro de reitores das universidades públicas. Brasília: MEC, 1972.

TEIXEIRA, Flavio Weinstein. **O movimento e a Linha:** presença do Teatro do estudante e d'O Gráfico amador no Recife (1946 – 1964). Recife: UFPE, 2007.

_____. Uma geração interrompida. In: **Estudos Universitários**. v. 29. n. 7. Recife: UFPE, 2012.

_____. Recife: notas em torno da gênese de um campo cultural. In: **Clio**. v. 32.2. Recife: UFPE, 2014.

VALLE, Maria Ribeiro. **1968**. O diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 2008.

VERAS, Dimas Brasileiro e MENDONÇA, Djanyse Barros de Arruda. Educação popular e reforma universitária: Paulo Freire e a criação do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (1962-1964). In: **Estudos Universitários**: revista de cultura da Universidade Federal de Pernambuco. v. 24/25, n. 5/6. Recife: UFPE, 2004/2009.

VERAS, Dimas Brasileiro. **Sociabilidades letradas no Recife:** a revista Estudos Universitários (1962-1964). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFPE, Recife, 2010.

_____. **Sociabilidades letradas no Recife:** a revista Estudos Universitários (1962-1964). Recife: UFPE, 2012.

_____. Onde dorme o cão sem plumas: o Recife e a formação do Sistema Paulo Freire de Educação. In: SANTIAGO, Eliete. BATISTA NETO, José. **Paulo Freire e a educação libertadora**: memórias e atualidades. Recife: UFPE, 2013.

_____. O ensino superior brasileiro nos anos de ditadura: a reforma universitária e a revista de cultura da UFPE (1964-1968). In: **Principia**. v. 17. n. 25. João Pessoa: IFPB, 2014.

_____. Rádio universidade: Uma rádio a serviço da democratização da cultura. In: Margarita Victoria Gomes. (Org.). **Círculo de cultura Paulo Freire:** arte, mídia e educação. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2015.

_____. A universidade em debate nas páginas da Estudos Universitários (1962-1969). In: **Estudos Universitários**, revista de cultura. v. 33. n. 1 e 2. Recife: UFPE, 2016.

_____. Extensão na UFPE: história, memória e experiências. In: VILARROEL, Djanyse Barros Mendonça; OLIVEIRA, Juliana Souza; NUNES, Maria Christina de Medeiros. **Encontro de Extensão e Cultura da UFPE**. História, memória e perspectivas. Recife: UFPE, 2017.

VERAS, Dimas Brasileiro. GUEDES, Rebeca Santos de Amorim. A hora e a vez da Estudos Universitários. In: **Estudos Universitários**. v. 29. n. 7. Recife: UFPE, 2012.

VERAS, Dimas Brasileiro; SANTOS FILHO, Francisco Aristides de Oliveira. A experiência da esperança: um golpe na alma da intelectualidade brasileira pós-1964. In: **Em Aberto**, v. 26. n. 90. Brasília: INEP, 2013.

VILANOVA, Lourival. A formação do docente universitário. In: **Simpósio sobre o problema universitário**. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

VILELA, Márcio. **A trajetória política de Francisco Heráclito do Rêgo**. Recife: UFPE, 2014.

30 anos do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife: Massangana, 1981.

VIVÓ, Cristina Mazzeo. Os Vínculos interfamiliares, sociais e políticos da elite mercantil de Lima no final do período colonial e início da República: estudo de caso, metodologias e fontes.

In: OLIVEIRA; ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho (Org.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

Inquérito de Paulo Freire na Universidade do Recife. 1964. Disponível em: http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2009/06/inquerito-de-paulo-freire-na-ufpe-em-64.html. Acesso em: 18 ago. 2017.

WEBER, Silke. A educação como foco de projetos político-sociais em Pernambuco. In: BARRETO, Túlio Velho e ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa (org.). **1964:** O golpe passado a limpo. Recife: Massangana, 2007.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave:** um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Botempo, 2007.

ZAPPA, Franck. THE MOTHERS OF INVENTION. **We're only in it for the Money**. EUA: Apostolic. Mayfair, 1968. Disco.

ZÉ, Tom. **Tom Zé [Se o caso é chorar]**. Brasil: Continental, 1972. Disco.

APÊNDICE A – UNIDADES DA UNIVERSIDADE DO RECIFE E ENDEREÇOS

Unidades	Endereço
Faculdade de Direito do Recife	Praça Adolfo Cirne, s/n, Boa Vista.
Escola de Engenharia de Pernambuco	Rua do Hospício, 371, Boa Vista
Faculdade de Medicina do Recife	Até 1958 Rua Amauri de Medeiros, 206, Derby. Depois Cidade Universitária, S/N, Engenho do Meio
Escola de Belas Artes de Pernambuco	Rua Benfica, 150, Madalena
Faculdade de Filosofia do Recife	Avenida Conde da Boa Vista, 921, Boa Vista
Escola Superior de Química	Rua Dom Bosco, 1002, Boa Vista
Faculdade de Filosofia de Pernambuco	Rua Nunes Machado, 42, Boa Vista
Faculdade de Ciências Econômicas	Rua do Hospício, 265, Boa Vista
Faculdade de Farmácia	Rua Benfica, 810, Madalena
Faculdade de Odontologia	Rua Amauri de Medeiros, 200, Derby
Faculdade de Arquitetura	Avenida Conde da Boa Vista, 1424, Boa Vista
Escola de Enfermagem	Rua das Pernambucanas, 264, Graças
Escola de Geologia de Pernambuco	Rua do Hospício, 425, Boa Vista
Escritório Técnico da Cidade Universitária	Rua do Hospício, 619, Boa Vista
Reitoria	Praça Adolfo Cirne, S/N, Boa Vista
Institutos de Antibióticos	Cidade Universitária, Engenho do Meio
Instituto de Física e Matemática	Rua do Progresso, 465, Boa Vista
Instituto de Micologia	Avenida Rose Silva, 347, Aflitos
Instituto Oceanográfico	Praia de Piedade, s/n, Jaboatão dos Guararapes
Instituto de Ciências do Homem	Cidade Universitária, Engenho do Meio
Instituto de Ciência da Terra	Rua do Príncipe, 643, Boa Vista
Instituto de Geologia	Rua Corredor do Bispo, 155, Boa Vista
Hospital Pedro II	Rua dos Coelhos, 300, Boa Vista
Serviço de Extensão Cultural	Rua Gervásio Pires, 674, Boa Vista

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE B – CURSOS DE EXTENSÃO DO DEC (1965 – 1969)

Ano	Cursos
1965	1. Aspectos sociais, políticos e jurídicos da América do Norte – Newton Sucupira; 2 . Intensivo de português; 3. Poesia popular do Nordeste - Ariano Suassuna;
1966	1.Cultura popular - Câmara Cascudo; 2. Método de pesquisa operacional – EEP - Telmo Maciel; 3.Sistema de programação de planejamento e controle de produtividade (seminário); 4. Questão religiosa no Brasil - Nilo Pereira; 5.Anaglifos - Carlos Pereira de Castro; 7. Alta administração (Seminário) - Alberto Figueiredo; 8. Literatura e civilização francesa (seminário); 9. Literatura e língua portuguesa (especialização)
1967	1.Da documentação e pesquisa científica - Escola de Geologia e Biblioteconomia, DAs e DEC - Myriam Gusmão, Ida Brandão, Silvia Gondim, Shaskara Rao; 2. Intensivo de língua inglesa - DEC; Centro Batista de Atividades Estudantis - Ray Fleet; Gordon Furchee; Kelly Harrison; Matie Lou Bible; 3. Introdução à história dos judeus portugueses no Nordeste – DEC e FAFIRE - Jose Antonio Gonçalves de Melo; 4. Sobre aspectos da Cultura popular no Nordeste - DEC - Ariano Suassuna, Hermilo Borba Filho, Waldermar Valente e Oswaldo de Souza (RN); 5. Estruturas do equilíbrio na arquitetura - DEC e Faculdade de Arquitetura - Joaquim Cardozo; 6. Foniatria e terapia da linguagem - DEC e Faculdade Odontologia - Pedro Block; 7. Métodos de iniciação pianística - DEC e EBAP; Heitor Alimenda; 8. Química moderna – DEC - Ricardo Ferreira; 9. De Língua portuguesa - DEC - José Lourenço de Lima e José Brasileiro Vilanova; 10. Sobre aplicação de métodos e de pesquisa operacional na indústria - DEC - Rafael Moscoso Segóvia; 11. Química Moderna - FAFIRE; 12. Economia do desenvolvimento – DEC e Divisão de Economia do ICH - Roberto Cavalcanti Albuquerque, Clovis de Vasconcelos Cavalcanti, Adriano Batista Dias, Maria José Villaça;13. Da literatura brasileira – DEC e FAFIPE - César Leal, Ivanise Bechara e Leônidas;14. O artista e sua comunidade - DEC e EBAPE - Almir Gadelha; 15. Madame Curie e a física nuclear - FAFIRE E CECINE - Ricardo Ferreira;
1968	1. Curso intensivo de programação educacional – Carlos Maciel, Tarcísio Quirino, Telmo Maciel, Merval Jurema e Newton Sucupira; 2. Cursos dos “Telepostos” da TVU: educação primária; educação supletiva de adolescente e adultos; ensino médio ginasial, ginásio menor e madureza; educação profssional e artística; aperfeiçoamento do professor do ensino primário e nível médio. 3. Curso intensivo de lingua inglesa – DEC e Centro Batista de Atividades Estudantis, Anne Poole, Judy Jaclson, Frank Singleton, John Goddard, Steve Carney e Lou Bible; 4. Cours de Français – DEC e FAFIRE – Jean Claude Tabet (lethers), Yves Gervaise (Sciences humaines) e Jaques Gassette (Sciences)5. Literatura francesa – DEC e TPN - Michel Simon (Conferências)

1969	1.Curso de inglês para universitários – (DEC – Cursos Meira Lins); 2. Curso de foclore musical – DEC - Hermilo Borba Filho; 3. Especialização e conservação da lingua inglesa; 4. Personalidade e episcopado do Bispo Dom Cardoso Aires – DEC, Conselho de Cultura e da Secretaria de Educação do Estado – Padre Theodor Huckeimenn

Fonte: Elaborado pelo autor [1]

[1] Os dados referentes à 1965 foram extraídos do Diário de Pernambuco. Os dados referentes à 1966, 1968 e 1969 do Jornal Universitário e Diário de Pernambuco. Os dados referentes a 1967 foram extraídos do Relatório do DEC (UFPE, 1967). Como se pode observar, a documentação institucional sobre o tema tem bastantes lacunas e, embora, esteja atualmente arquivada de forma adequada, antes disso muitos documentos foram destruídos, são inacessíveis ou permanecem perdidos nos labirintos da burocracia e dos arquivos universitários.

APÊNDICE C - COLABORADORES DA ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS E PARTICIPAÇÃO NO SEMINÁRIO DE TROPICOLOGIA (1966-1974)

Colaboradores da revista Estudos Universitário com participação no Seminário de Tropicologia antes de 1975
Gilberto Freyre (sociólogo e antropólogo – Diretor e membro efetivo - 1966-1987), Luiz Delgado (jurista - conferencista), Aluízio Bezerra Coutinho (Biólogo - membro efetivo - 1966-70; 1972-1973; 1975-1996), José Antônio Gonçalves de Mello (historiador - membro efetivo – 1966-69), Francisco César Leal (crítico e poeta - membro efetivo - 1967 – 1980), Fernando de Oliveira (geografo - comentador), Pessoa de Morais (sociólogo – membro efetivo - 1966), Carlo Borghi (físico – membro efetivo 1970 - 1971), Newton Sucupira (humanista e educador – membro efetivo 1966 - 1969), Maria do Carmo Tavares de Miranda (filosofa – equipe técnica - membro efetivo 1966 – 1970), Nilo Pereira (humanista), Ariano Suassuna (escritor), Joel Pontes (crítico), Vamireh Chacon (historiador – comentador e conferencista), Carlos Frederico Maciel (Educador e filósofo – comentador, e membro efetivo – 1966 – 1968), Lourival Vilanova (jurista - comentador e conferencista), Leônidas Câmara (crítico - comentador), Nelson Nogueira Saldanha (jurista e filósofo – comentador), Renato Carneiro Campos (sociólogo – dirigente adjunto), Mario Lacerda de Melo (geógrafo – conferencista e comentador - membro efetivo 1966 – 1970), Pinto Ferreira (Jurista e sociólogo – comentador - 1967), Gilberto Osório de Oliveira Andrade (Geógrafo – comentador e conferencista - membro efetivo – 1966 – 1973; 1975 – 1986), Marco Aurélio de Alcântara (jornalista e economista – comentador, conferencista e membro efetivo – 1966), Maria do Carmo Barreto Campelo (poetisa – membro efetivo – 1973), Edson Nery da Fosneca (Documentalista – conferencista, debatedor e membro efetivo – 1980-1987; 1992-200), José da Costa Porto (jurista, historiador e jornalista – debatedor e membro efetivo – 1968), Rachel Lins Caldas (geógrafa - Comentadora, conferencista e seminarista visitante), Marcionilo Barros Lins (médico – conferencista, comentador, debatedor, autor e membro efetivo – 1967), José Césio Regueiro da Costa (estatístico – comentador e conferencista), Waldemar de Oliveira (médico e teatrólogo – conferencista e membro efetivo – 1969; 1976), Flávio Guerra (Historiador – conferencista)
Colaboradores da revista Estudos universitário com participação no seminário de tropicologia depois de 1975
Glaucio Veiga (jurista e sociólogo), Roberto Cavalcanti de Albuquerque (economista), Tarcízio Quirino (sociólogo), Francisco Austreliano Bandeira de Mello (Advogado e poeta), Francisco Balthar Peixoto (crítico), Telmo Frederico do Rego Maciel (engenheiro), Palhares Moreira Reis (cientista político), Marcus Accioly (poeta), Claudio Souto (sociólogo e jurista), José Brasileiro Vilanova (linguista), Alberto Venâncio Filho (jurista), José Rodrigues Paiva (Crítico), Angelo Monteiro (filósofo), Maximiniano Accioly Campos (escritor), Jarbas Maciel (filósofo e musicólogo), Jaime Cavalcanti Diniz (musicólogo), Paulo Miranda (filosofia), Fernanda Ivo (documentalista), Fernando Monteiro (cineasta), Klaus Charmer (agrônomo), Sérgio Rezende (físico).
Colaboradores da revista Estudos Universitário sem participação no Seminário de Tropicologia

Paulo Rosas (educador), Alberto Cunha Melo (poeta), Zeferino Rocha (psicologia), Manuel Correia de Andrade (Geografo), Machado Neto (jurista), Gadiel Perruci (historiador), Fábio Lucas (crítico), Jaci Bezerra (escritor), Jonh M. Hunter (economista), Evaldo Coutinho (filósofo), Everaldo da Cunha Lima (jurista), Orlando Gomes (jurista), Rubem Rocha Filho (Crítico), Romeu Pérea (Crítico), Meyer-Clason (crítico), Hélio Coutinho (histologia), Norman Harris (histologia), Cassiano Nunes (crítico), Luis Soler (crítico), Paulo Chaves (escritor), Jayme Gusmão (engenheiro), Tereza Tenório (escritora), Sylvio Loreto (sociólogo), Silvio de Albuquerque Maranhão (economia), Itamar de Abreu (educador), Joaquim de Montezuma (Crítico), Hermilo Borba Filho (escritor), Henriqueta Lisboa (crítico), Jonh Tirrel (educador), Dale Podshadley (educador), Frederik Crews (Crítico), Deborah Brennand (poetisa), Nara Maia Antunes (crítica), Maria Judite Sucupira (poetisa), Maria José Banza de Arruda (enfermeira), Earl Thomas (linguista), Haydin Goulart (crítico), Maria Clementina Lapenda (historiadora), Lula Cortez (artista e músico), Virgilio Campos (jurista), Janice Japiassu (filósofa), Ajuricaba Silva (pesquisador), Evandro de Souza Lima (historiador), Edgar Barbosa (historiador), Raimundo Girão (historiador), José Pedro Nicodemos (historiador), Joaquim Chaves (historiador), Mário Meireles (historiador), Alfredo Afonso (historiador), José Lucena (psicólogo), Rubens Costa (economista), Ivanise Bechara (linguista), Galdino Loreto (medicina), Jorge Wanderley (poeta), Yves Mariie Gilles de Maupeou (educador), Ruy da Costa Antunes (jurista), Afrânio Coutinho (crítico)

Fonte: Elaborado pelo autor[2]

[2] GASPAR; BARBOSA, s/a; CUNHA; GASPAR; SILVA, s/a.

APÊNDICE D – FORMAÇÃO DA COMISSÃO FUNRONDON DE ÓRGÃOS PÚBLICOS E PRIVADOS, UNIVERSIDADES E ASSOCIAÇÕES DE CLASSE

Comissão do FUNRONDON
Presidente: Dr. Miguel Vita – Federação das Indústrias de Pernambuco; Oscar Amorim – Associação Comercial de Pernambuco; Antenor Martinho de Oliveira – Federação do Comércio Atacadista de PE; Cel. José Carlos Santos Junior – Associação dos Profissionais Liberais da Universidade do Brasil – APLUB; Dr. Ricardo Pessoa de Queiroz – Cooperativa dos Usineiros do Estado de Pernambuco; Reginaldo Soares de Andrade – Clube dos Diretores Lojistas do Recife; José Anchieta da Silva – Federação do Comércio Varejista do estado de PE; Aldir Maia – Sindicato dos Bancos de PE; Antônio José Botelho – Rotary Club, Centro; Carlos Leite Maia – Lyons Club; Dr. Braz de Andrade – Caxangá Ágape;
Comissão de entidades públicas e privadas
Presidente - Dr. Antônio da Cunha Pessoa (SUDENE); representantes da comissão juntos ao conselho – Cel. Manuel Costa Cavalcanti (Secretaria de Educação e Cultura do estado de PE); Augusto Lucena (Prefeitura Municipal do Recife); Maj. Noaldo Alves Silva (IV – exército); Gen. Paulo Carneiro Thomaz Alves (7ª região militar); Maj. Brig. Joléo da Veiga Cabral (2ª zona aérea); Dr. Syleno Ribeiro (Delegacia Regional do MEC); Dr. Vicente da Costa e Silva (Delegacia Regional do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral); Dr. Arnaldo Rodrigues Barbalho (Secretaria de Coordenação Geral do estado de PE); Dr. João Pessoa de Souza (Secretaria de Agricultura do estado de PE); Dr. Armando da Costa Cairutas (Secretaria de Viação e Obras Públicas do estado de PE);Dr. Fernando Jorge Simão dos Santos Figueira (Secretaria de Saúde do Estado de PE); Dr. Paulo Gustavo de Araújo Cunha (Secretaria de Indústria e Comércio do estado de PE); Dr. Lui Collier (Secretaria dos Transportes e Comunicação do estado de Pernambuco); Dr. José Paes de Andrade (Secretaria do Interior e Justiça do estado de PE); Ten. Cel. Egnent Bastos Gonçalves (Secretaria de Segurança Pública do Estado de PE); Dr. Clélio Lemos (Secretaria da Administração do estado de PE; Dr. Fausto Valença Freitas (Secretaria Assistente do estado de PE); Dr. Jarbas de Vasconcelos Reis Pereira (Secretaria da Fazenda do estado de PE); Cel. Eng. Wilson de Santa Cruz Caldas (Superintendência do Vale São Francisco); Dr. Joaquim Guedes Correa Gondin (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas); Dr. José Francisco José Teixeira Machado (Departamento Nacional de Obras de Saneamento); Dr. Jorge Correia de Araújo (Santa Casa de Misericórdia do Recife); Dr. Antonio José do Couto Soares (Associação Nordestina de Crédito e Extensão Rural - ANCARPE); Dr. Fernando Falcão (Liga dos Amadores Brasileiros Rádio Emissão –LABRE); Dr. José Marcilio Anacleto Porto (DNER); Antonio Correia de Oliveira (Assembleia Legislativa do Estado de PE – ALEPE); Dr. Paulo Pessoa de Queiroz (Empresa Jornal do Commercio); Dr. Antonio Camêlo (Emissoras Associadas de PE); Dr. Antonio Augusto de Souza Leão (Delegacia Regional do Instituto do Açúcar e do Álcool).
Comissão de Universidades

Presidente Pe. Arno Maldner (UNICAP); prof. Rawilson Dutra de Almeida Lira (Fundação de Ensino Superior de PE); prof. Carlos Mendonça (UFRPE); Professor Lucilio Monteiro Moura, professor Adilson Pereira de Figueiredo, Cláudio de Oliveira Andrade e Frederico Correia de Oliveira Andrade (UFPE); professoras Angela Maria Monteiro Silva, Vera de Souza Ferraz, Marta Maria Cavalcanti Diniz e Silva (UNICAP); Mário Eugenio Emery Lopes, Paulo Rogério de Albuquerque Melo, Professora Lúcia Maria Lyra Gomes (Fundação de Ensino Superior de PE)
Comissão de associações de classe
Presidente: Dr. Assis Rocha (Conselho Regional de Medicina); Dr. Joaquim Correia de Carvalho Junior (Ordem dos Advogados do Brasil – OAB); Dr. Roberto Navarro de O. Almeida (Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Primário de PE); Dr. Armando da Costa Cairutas (Clube de Engenharia de PE); Dr. Plínio de Araújo Filho (Clube dos Advogados de PE); Dr. Fernando Jorge Simão dos Santos Figueira (Sociedade de Medicina de Pernambuco); Dr. Geraldo Lemos de Freitas (Conselho Regional de Farmácia); Dr. Coura Goes (Associação da Imprensa de Pernambuco)

Fonte: Elaborado pelo Autor[3]

[3] UFPE, 1972.

APÊNDICE E – AQUISIÇÕES DE ACERVO DO DEC/DEIC (1971 -1974)

Ano	Artista	Peça	Total
1971	Miguel dos Santos	7 desenhos a guache 2 quadros a óleo e 4 peças de cerâmica	24 peças
	Aluísio Braga	4 quadros a óleo 1 peça de cerâmica	
	Fernando Lopes	4 quadros a óleo	
	Gilvan Samico	1 quadro a óleo	
	Maria da Conceição Brennand	1 trabalho de tapeçaria	
1972	Gilvan Samico	A mulher e o pavão (quadro a óleo) A mulher e o pássaro (serigrafia) O gelo de Ouro (desenho-estudo) Luzia entre as feras/Apocalipse/O comedor de folhas (tríptico de xilogravuras)	12 peças
	Jairo Arcoverde	O santo Leão e seus guardiões (quadro a óleo)	
	Miguel Santos	São Jorge e o dragão	
	Aluízio Magalhães	Cartema sobre a cidade do Recife (colagem)	
	Maria da Conceição Brennand	A besta Bruzacã (tapete)	
	Aluízio Braga	O cavaleiro diabólico (quadro a óleo)	
	Fernando Lopes da Paz	2 quadros a óleo - Os quatro evangelistas e A luta do anjo com a besta Bruzacã	
	Lucia Campos (artesanato)	Metamorfose da Morte Caetana (“tapete com desenho fornecido pelo DEIC”; “Doador ao Sr. Ministro Jarbas Passarinho”)	
1973	Gilvan Samico	10 gravuras	59
	Aluízio Braga	5 miniaturas a óleo	
	José Borges (“gravador popular”)	10 gravuras	
	Artista populares nordestinos	30 gravuras	
	Lourdes Magalhães	1 quadro a óleo (“doado ao sr. Ministro da educação de Portugal”)	
	Geber Accioly	1 quadro a óleo	
	Francisco Brennand	1 Grande tapete colorido	
	-	1 tapete (baseado nas insígnias heráldicas da Aeronáutica e doada à Base Aérea do Recife)	

1974	Aluízio Braga	6 desenhos a bico de pena e inspirados na literatura de cordel	23
	Gilvan Samico	Tríptico pintado a óleo	
	Alcides Santos	Quadro a óleo	
	Pintor anônimo do Século XVIII ou XIX	Quadro hispano-americano – óleo sobre tela	
	Arnaldo Barbosa de Lima (entalhador popular)	Talha de madeira intitulada “A serpente e a Árvore”	
	Maria da Conceição Brennand Guerra	5 Tapetes (“Estandarte”, “O Floral”, “A serpente”, “O tríptico”, “metamorfose da besta bruzacã”)	
	Maria Pompeia Carneiro Campos	1 Tapete (“O cristo”)	
	Maria de Lourdes Magalhães	4 reproduções dos séculos XVI – XIX	
	Fernando da Lopes Paz	1 ampliação da talha com as armas do curso de educação física 1 talha com as armas da UFPE 1 painel em madeira (“Quaderna, um homem entre o anjo e a besta”)	

Fonte: Fonte: Elaborado pelo autor[4]

[4] UFPE, 1972; UFPE, 1973; UFPE, 1974d; UFPE, 1975a.

APÊNDICE F – INSTITUIÇÕES PESQUISADAS E OUTRAS FONTES

Listas de Instituições pesquisadas

Arquivo da Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores da UFPE
Arquivo Geral da UFPE
Arquivo Nacional
Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
Biblioteca Central da UFPE
Biblioteca Nacional
Memorial Denis Bernardes da UFPE

Documentos

JORNAIS

Jornal Universitário. Ago. Ano I. 1967 – Ago. Ano VIII. 1975. Memorial Denis Bernardes.
Diário de Pernambuco. 1963 – 1977. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

UFPE

UFPE. **Atas do Conselho Universitário**. 1964-1977.
UFPE. Conselho de representação do Projeto Rondon do estado de Pernambuco. **Relatório**: 1972. Recife, 1972.
UFPE. **Relatório:** 1963. UFPE: Recife, 1964a.
UFPE. Escritório técnico da cidade universitária. **Relatório:** 1963. Recife, 1964b.
UFPE. Comissão Central de Pesquisas (COCEPUFP). **Relatório**: 1965. Recife, 1966.
UFPE. Comissão Central de Pesquisas (COCEPUFP). **Relatório**: 1966. Recife, 1967.
UFPE. Departamento de extensão cultural. **Relatório**: 1967. Recife, 1968.
UFPE. Departamento de integração comunitária. **Relatório**: 1971. Recife, 1972.
UFPE. Assessoria de planejamento e acompanhamento. **Relatório**: 1972. Recife, 1973a.
UFPE. Departamento de integração comunitária. **Relatório:** 1972. Recife, 1973b.
UFPE. Pró-reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-graduação. **Relatório**: 1972. Recife, 1973c.
UFPE. Grupo técnico de obras. **Relatório**: 1973. Recife, 1974a.

UFPE. Pró-reitoria extraordinária para assuntos de planejamento e desenvolvimento. **Relatório:** 1973. Recife, 1974b.

UFPE. Departamento de programas comunitários e interiorização. Centro rural de treinamento universitário e ação comunitária. **Relatório**: 1973. Recife, 1974c.

UFPE. Departamento de integração comunitária. **Relatório**: 1973. Recife, 1974d.

UFPE. Pró-reitoria para assuntos comunitários. **Relatório**: 1973. Recife, 1974e.

UFPE. **Anuário Estatístico**. 1974. V. 3. Recife, 1974f

UFPE. Departamento de integração comunitária. **Relatório**: 1974. Recife, 1975a.

UFPE. Pró-reitoria para assuntos comunitários. **Relatório**: 1974. Recife, 1975b.

Estudos Universitários. Revista de cultura. 1962-1963; 1966-1975

Ministério da Educação e Cultural

MEC. **Planejamento setorial** – projetos prioritários 1970/1973. Brasília: MEC, 1970.

____. Educação no Brasil - Subsídio para a Conferência Internacional de Educação. Brasília: MEC,1971.

____. Education in Brazil. Brasília: MEC, 1972.

____. Reforma universitária: avaliação da implantação – Universidade Federais. Salvador: UFBA – ISP/ MEC – DAU, 1975.

____. IX Encontro de secretários de educação e presidentes de conselhos de educação, com a participação das universidades. Brasília: MEC, 1976

____. O ensino superior no Brasil. 1974 – 1978. Brasília: MEC/SESU/CODEA, 1979.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

IBGE. **Anuários estatísticos do Brasil** – 1964 – 1980

IBGE. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

UNESCO. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe**. Santiago, UNESCO, 1998.

UNESCO. **Tabela**: Tasa bruta de matrícula em el tercer nível de enseñanza: 1970 - 2004. UNESCO, s/d.

Entrevistas

Projeto Marcas da Memória

Carmem Chaves (2011)
Edival Nunes da Silva (Cajá – 2011)
Jarbas Araújo (2011)
Jomard Muniz de Britto (2011)
Selma Montarroyos (2011)
Socorro Ferraz Babosa (2011)
Severino Vicente da Silva (2011)

ANEXO A – PRESIDENTES DO DCE DA UR/UFPE (1946 – 1975)

Nome	Curso	Gestão
Paulo Rangel Moreira	Direito	1946-1947
Felipe Tiago Gomes	Direito	1947-1948
Lígia de Sá Leitão	Filosofia	1948-1949
Antônio Cavalcanti Neves	Direito	1949-1950
Artur Rubim Couto	Artes	1950-1951
Manuel de Castro Monteiro	Economia	1951-1952
Paulo Vaz de Oliveira Gondim	Artes	1952-1953
José Cadete Sobrinho	Direito	1953-1954/1954-1955
Rubem Guimarães	Direito	1955-1956
Syleno Ribeiro de Paiva	Direito	1956-1957
Luiz Porto Carreiro	Artes	1957-1958
Aguinaldo Agra	Direito	1958-1959
Julho Vicente de Araújo		1959-1960
Marco Antônio Maciel	Direito	1960-1961/1961-1962
Fernando Brito de Albuquerque Maranhão	Direito	1962-1963
José Carlos Vasconcelos	Economia	1963-1964
Djair Barros Lima	Economia	1964-1965
Gilson Maia Fonseca	Química	1965-1966
José Oto de Oliveira	Química	1966-1967
Carmem Chaves	Medicina	1967-1968
Abdias Vilar de Carvalho		1968-1969
José Romero Souto de Souza	Farmácia	1970-1971
José Paulo Novaes	Odontologia	1971-1972
Sebastião Silva Casé	Farmácia	1972-1973
Paulo Fernando de Barros Lima	Farmácia	1973-1974
Élson de Albuquerque Maranhão	Administração	1974-1975

Fonte Diário de Pernambuco – 25/05/1975, p. 8

ANEXO B – RELAÇÃO DE PARTICIPANTES DO I SEMINÁRIO DE EPB

Agerson Tabosa Pinto (UFCE), Aldem Lobão Barreto (IF/UFPE), Antônio Carolino Gonçalves (FE/UFPE), Antônio Rafael de Menezes (UNICAP), Álvaro Vieira de Mello (IN/UFPE), Arraldo Baldini (Escola de Artes da UFPE), Berilo Vaz da Costa (Instituto de Letras da UFPE), Bertoldo Kruse Grande de Arruda (IN/UFPE), Cacilda de Oliveira Barros (UFSE), Célia Medeiros de Queiroz (EQ/UFPE), Claudio José Freire (UFRN), Desdêmona Áurea Bezerra Fernandes (Faculdade de Enfermagem/UFPE), Eginar Jordão de Vasconcelos (FO/UFPE), Elijah Joscelyn Von Sohsten (Instituto de Letras/ UFPE), Emir D'Albuquerque Maranhão (FCE/UFPE), Evilásio Novais Gominho Filho (UNICAP), Fernando José da Costa Aguiar (Instituto de Biociências/UFPE), Fernando Queiroz de Menezes (Pró-reitoria da UFPE), Francisco Décio de Andrade Lyra (Instituto de Antibióticos/UFPE), Francisco Higino Barbosa Lima (Escola de Administração/ UFPE), Genisa de Castro Coutinho Bulhões (FF?UFPE), Genny da Costa e Silva (Faculdade de formação de professores de Nazaré da Mata de Pernambuco), Geraldo Lafayette Bezerra (IFCH/UFPE), Geraldo Ramos de Almeida (Instituto de Biociências/UFPE), Giuseppe Américo Reale (FCE/UFPE), Guilherme Martins Filho (ESQ/UFPE), Gustavo Cintra Paashaus (FDR/UFPE), Heraldo José de Almeida (Pró-reitoria da UFPE), Inaldo Melo Medeiros (Escola de Artes da UFPE), Itamar de Abreu Vasconcelos (FE/UFPE), Ivan de Medeiros Tinoco (Instituto de Geociências da UFPE), Jamil Daher (UNICAP), Jane J; Gomes de Barros (Escola de Ciências Médicas de Alagoas), João Rodrigues de Sampaio (FMR/UFPE), Joel de Holanda Cordeiro (Conselho de desenvolvimento de Pernambuco), Jorge José Barros de Santana (TVU/UFPE), José Anchieta do Vale Bentes (UFAL), José Antônio Macedo Malta (Faculdade de Odontologia e de Direito de Caruaru), José Arthur Latache Pimentel (Faculdade de Arquitetura/UFPE), José Luiz Bezerra (Instituto de Micologia da UFPE), José Manuel Wanderley Duarte (Distritos Industriais de Pernambuco – DIRPE), José Maria de Jesus da Silva (UFMA), José Paulo Pire Braga (UFPB), Jurandir Marães Picanço (UFCE), Manoel Heleno Rodrigues dos Santos (Instituto de Matemática da UFPE), Marcionilo Lins (UFPE), Maria das Dores Negreiros do Amaral (UNICAP), Maria Haydée Ribeiro Teixeira (CRUTAC/UFPE), Maria José Banza da Arruda (Faculdade de Enfermagem da UFPE), Irmã Maria Leopoldina de Oliveira (FAFIRE), Maria do Rosário Souto Nóbrega (Faculdade de Enfermagem da UFPE), Mario Gomes Tavares (ESQ/UFPE), Miguel Vita (FIEP), Murilo Humberto de Barros Guimarães (Reitor da UFPE), Myriam Gusmão Martins (SUDENE), Orlando da Cunha Parahym (FESPE – futura UPE), Oswaldo Gonçalves de Lima (Instituto de Antibióticos/UFPE), Paulo Rodrigues Ferreira (FMR/UFPE), Rilson Rodrigues da Silva (Instituto de Geociências da UFPE), Romulo Maciel (Instituto de Física da UFPE), Rubem Eduardo da Silva (FE/UFPE), Mons. Rubens Gondim Lóssio (UNICAP), Sebastião de Holanda Cavalcanti (TVU/UFPE), Severino Elói (IFCH/UFPE), Tarcísio Laureano dos Santos (Escola de Administração/UFPE), Vicente da Costa e Silva (MINIPLAN), Zildo Sena Caldas (Faculdade de Arquitetura da UFPE). Relatores: Vicente Costa e Silva (MINIPLAN),

Rubens Lóssio e Jamil Daher (UNICAP), Miguel Vita (FIEP) e J. P. Alimonda (Centro de indústrias – UFPE, 1971)

ANEXO C – AULAS EPB – TVU - 1971

Aulas – TVU -1º Semestre de 1971[5] (18:30-19:30)		
Mês/Data	Professor	Título
19/03	Reitores do Nordeste e coordenadores	1. Instalação (Ao vivo)
26/03	Jordão Emerenciano	2. Conde da Boa Vista
29/03	Jordão Emerenciano	3. Racionalização da Agricultura
02/04	Jordão Emerenciano	4. Oliveira Lima
05/04	Jordão Emerenciano	5. Sudene, sua origem, finalidades, mecanismo financeiro e acervo de realizações
12/04	Petrônio Muniz	6. Aspectos introdutórios do mercado de capitais
16/04	Nédio Cavalcanti	7. Comunicações no Nordeste
17/04	Reitor, Major Cláudio Moreira Bento, Prof. J. Antônio Gonsalves de Melo, Prof. J. Emerenciano	8. As duas batalhas dos Guararapes (Ao vivo)
19/04	Luís Tavares de Barros	9. Problemática de saúde no Nordeste brasileiro
23/04	Roberto Magalhães	10. Educação e desenvolvimento
26/04	Gilberto Osório de Andrade	11. Rio Branco, diplomata geógrafo
30/04	Flávio Guerra	12. Conselheiro João Alfredo e o Arquivo
03/05	Geraldo Medeiros Aguiar	13. Problemática geral da agro-pecuária no NE
07/05	Geraldo Medeiros Aguiar	14. O setor agrícola no Nordeste
10/05	Geraldo Medeiros Aguiar	15. O desenvolvimento agrícola no Nordeste
14/05	Gilberto Freyre (1º Fórum)	16. O homem brasileiro: formação étnica e cultural; traços característicos; pirâmides etárias; situação demográfica (Ao vivo).
17/05	Geraldo Medeiros Aguiar	17. Planejamento Agrícola no Nordeste
21/05	Eraldo Gueiros Leite (2º Fórum)	18. Problemas de Pernambuco
24/05	Jorge Coelho	19. Colonização no desenvolvimento agrário no Nordeste

[5] Todas as aulas são gravações em tape, com a exceção daquelas seguidos da marcação “ao vivo”. Disciplina semestral com 28 horas/aulas (60 minutos).

28/05	Hugo Almeida	20. Política de industrialização do Nordeste no contexto da política de desenvolvimento regional
31/05	Evandro de Souza Lima (3º Fórum)	21. O Nordeste e seus problemas (Ao vivo)
04/06	Hugo de Almeida	22. Mecanismo financeiro para a política de industrialização
07/06	Hugo de Almeida	23. Os resultados da política de industrialização no Nordeste
11/06	Petrônio Muniz	24. A Projeção da política fiscal na estratégia do desenvolvimento
14/06	José Lourenço Lima	25. O problema da língua nacional
18/06	José da Costa Porto	26. Duarte Coelho e a expansão da civilização portuguesa (Ao vivo)
21/06	Cortez Pereira	27. Problemas do Rio Grande do Norte (Ao vivo)
05/07	Joel Pontes	28. Castro Alves (homenagem na data centenária da morte do poeta – Ao vivo)

Fonte: UFPE, 1971